ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLXII Nº 87 Brasília - DF, terça-feira, 7 de maio de 2024 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 3
Presidência da República 8
Ministério da Agricultura e Pecuária 9
Ministério das Cidades 14
Ministério das Comunicações 15
Ministério da Cultura 18
Ministério da Defesa 23
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar 25
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços 25
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania 26
Ministério da Educação 26
Ministério da Fazenda 34
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos 41
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional 42
Ministério da Justiça e Segurança Pública 46
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima 65
Ministério de Minas e Energia 65
Ministério do Planejamento e Orçamento 75
Ministério de Portos e Aeroportos 87
Ministério da Previdência Social 87
Ministério das Relações Exteriores 88
Ministério da Saúde 89
Ministério do Trabalho e Emprego 123
Ministério dos Transportes 125
Banco Central do Brasil 128
Ministério Público da União 129
Tribunal de Contas da União 140
Poder Judiciário 141
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 152

.....Esta edição é composta de 155 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.815 **(1)**

ORIGEM : ADI - 158497 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : ATRICON - ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MELINA BRECKENFELD RECK (33039/PR)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que conhecia parcialmente do pedido formulado na ação direta e, nessa parte, julgava-o parcialmente procedente, para: 1- Declarar a inconstitucionalidade da expressão "sem poder de voto ou participação majoritária" do art. 138, inc. I, da Lei Complementar nº 113/2005 do Estado do Paraná; 2- Conferir interpretação conforme ao art. 138, inc. I, da Lei Complementar nº 113/2005 do Estado do Paraná, para que se entenda como vedada a participação na gerência ou na administração de sociedade empresária pelo membro de Tribunal de Contas, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. O Ministro Edson Fachin antecipou seu voto, divergindo do Relator, para julgar prejudicado o pedido em relação ao § 3º do art. 38, aos §§ 4º e 5º do art. 140 e ao inc. II do art. 140; e, no mais, para julgar improcedente o pedido. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.989 **(2)**

ORIGEM : ADI - 189251 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S) : PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS
ADV.(A/S) : ROBERTO JOAO PEREIRA FREIRE (02852/PE)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
INTDO.(A/S) : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO IBAMA - ASIBAMA NACIONAL
ADV.(A/S) : IGOR RAMOS SILVA (20139/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.601 **(3)**

ORIGEM : 6601 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARANÁ
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
ADV.(A/S) : JULIANA MOURA ALVARENGA DILASCIO (20522/DF)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON
ADV.(A/S) : CLÁUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO (34238/DF, 96073/RJ, 417250/SP)
ADV.(A/S) : NATALI NUNES DA SILVA (24439/DF)
ADV.(A/S) : FERNANDO LUIS COELHO ANTUNES (39513/DF, 236002/RJ)

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), que julgava parcialmente procedente a demanda, atribuindo interpretação conforme à Constituição aos seguintes dispositivos: (a) art. 81, *caput* e § 2º, da Lei 14.277/2003, com redação dada pela Lei 16.747/2010; (b) art. 1º, § 1º, da Lei 14.549/2004; (c) art. 1º, § 1º, da Lei 14.598/2004; (d) art. 1º da Lei 16.740/2010, todas do Estado do Paraná; e (e) por arrastamento, art. 1º da Resolução 211/2018 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; art. 1º e anexo único da Resolução 6.675/2018 do Procurador-Geral de Justiça do Paraná e da Resolução 71/2019 do Tribunal de Contas do referido Estado, para preservar o valor nominal da remuneração vigente na data da publicação da ata de julgamento do mérito deste processo, ficando vedados reajustes automáticos futuros decorrentes da vinculação remuneratória declarada inconstitucional; e do voto do Ministro Edson Fachin, que julgava totalmente improcedente o pedido, não obstante, caso vencido na improcedência e prevalecendo a posição defendida pelo Relator, desde logo, entendia pela modulação dos efeitos da decisão, para que ela passe a produzir efeito pelo lapso temporal de 1 (um) ano após o trânsito em julgado, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Falaram: pelo *amicus curiae* Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, o Dr. Alberto Pavie Ribeiro; e, pelo *amicus curiae* Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - ATRICON, o Dr. Lucas Capoulade Nogueira Arrais de Souza. Plenário, Sessão Virtual de 4.8.2023 a 14.8.2023.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Dias Toffoli, que acompanhava a divergência inaugurada pelo Ministro Edson Fachin e, por conseguinte, julgava improcedente o pedido formulado na ação direta, pediu vista dos autos o Ministro Cristiano Zanin. Plenário, Sessão Virtual de 10.11.2023 a 20.11.2023.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Cristiano Zanin, que acompanhava a divergência inaugurada pelo Ministro Edson Fachin, para julgar improcedente a ação direta de inconstitucionalidade e, caso vencido, também concordava com a modulação proposta pelo Ministro Edson Fachin, para que a decisão pela inconstitucionalidade passe a produzir efeitos após o lapso temporal de um ano após o trânsito em julgado, o processo foi destacado pelo Ministro Flávio Dino. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.606 **(4)**

ORIGEM : 6606 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : MINAS GERAIS
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB
ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 53357/GO)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO - CONAMP
ADV.(A/S) : ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF, 1352A/MG)
ADV.(A/S) : JULIANA MOURA ALVARENGA DILASCIO (20522/DF)

Decisão: Após os votos dos Ministros Gilmar Mendes (Relator) e Alexandre de Moraes, que julgavam parcialmente procedente a presente ação direta de inconstitucionalidade, para atribuir interpretação conforme à Constituição ao art. 1º da Lei 21.941, de 23.12.2015, e ao art. 1º da Lei 21.942, de 23.12.2015, ambas do Estado de Minas Gerais, que disciplinam a fixação dos subsídios mensais de Procuradores de Justiça e de Desembargadores do Tribunal de Justiça estadual, vedadas quaisquer interpretações que assegurem aos agentes públicos contemplados reajuste automático sempre que majorado o valor dos subsídios do Procurador-Geral da República e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 23.6.2023 a 30.6.2023.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Dias Toffoli, que divergia do Ministro Gilmar Mendes (Relator) para julgar improcedente o pedido formulado na presente ação direta, pediu vista dos autos o Ministro Cristiano Zanin. Plenário, Sessão Virtual de 10.11.2023 a 20.11.2023.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Cristiano Zanin, que acompanhava a divergência inaugurada pelo Ministro Dias Toffoli, para julgar improcedente a ação direta de inconstitucionalidade, o processo foi destacado pelo Ministro Flávio Dino. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

AVISO

Foram publicadas em 6/5/2024 as edições extras nºs 86-A, 86-B e 86-C do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficia

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.576 **(5)**

ORIGEM : 7576 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PARAÍBA
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA

Decisão: O Tribunal, por maioria, converteu o julgamento da medida cautelar para, no mérito, julgar procedente o pedido e declarar a inconstitucionalidade da Lei n. 9.323/2011, da Paraíba, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Edson Fachin. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.462 **(6)**

ORIGEM : ADI - 4462 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : TOCANTINS
RELATOR : MIN. CRISTIANO ZANIN
EMBTE.(S) : ASSOCIACAO NACIONAL DOS MAGISTRADOS ESTADUAIS
ADV.(A/S) : DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA (42391/DF, 128887/MG, 25792-A/MS, 385575/SP) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE TOCANTINS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE TOCANTINS
EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE TOCANTINS
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE TOCANTINS

Decisão: Após os votos dos Ministros Cristiano Zanin (Relator), Flávio Dino, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Cármen Lúcia, que conheciam dos embargos de declaração opostos pela Associação Nacional dos Magistrados Estaduais - Anamages, mas os rejeitavam; e dos votos dos Ministros Gilmar Mendes e André Mendonça, que acolhiam os embargos de declaração de modo a assentar que, no caso de empate nos critérios de tempo de serviço na entrância e tempo de serviço como magistrado, deve ser observada a ordem de classificação no concurso de ingresso em precedência ao critério de idade na organização do quadro de antiguidade dos desembargadores e dos juízes de direito, na entrância ou categoria e na carreira, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o processo foi destacado pelo Ministro Gilmar Mendes. Impedido o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.942 **(7)**

ORIGEM : 5942 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
EMBTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES
ADV.(A/S) : RAQUEL DE OLIVEIRA SOUSA (4572/SE) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADV.(A/S) : TALES DAVID MACEDO (20227/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS - IBP
ADV.(A/S) : FLÁVIO SPACCAQUERCHE BARBOSA (RJ175512/) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.423 **(8)**

ORIGEM : 7423 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
EMBTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM COFEN
ADV.(A/S) : TYCIANNA GOES DA SILVA MONTE ALEGRE (2558/SE) E OUTRO(A/S)
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, acolheu os embargos de declaração para, sem modificação do julgado, aclarar o acórdão embargado, realçando que a declaração de inconstitucionalidade restringe-se às expressões: a) "bem como a anuidade do exercício" do inc. II do art. 16 do Anexo da Resolução n. 560/2017 do Conselho Federal de Enfermagem; b) "para obter a suspensão de inscrição o profissional deverá estar regular com as obrigações pecuniárias perante a Autarquia" do § 2º do art. 32 do Anexo da Resolução n. 560/2017 do Conselho Federal de Enfermagem; c) "e efetuar o pagamento da anuidade proporcional aos meses que restam para o fim do exercício fiscal" do § 2º do art. 34 do Anexo da Resolução n. 560/2017 do Conselho Federal de Enfermagem; d) "e anuidade" do inc. II do art. 46 do Anexo da Resolução n. 560/2017 do Conselho Federal de Enfermagem; e) "bem como prova de quitação das anuidades por certidão de regularidade, ou, havendo os mesmos efeitos, certidão da qual conste a existência de créditos não vencidos ou cuja exigibilidade esteja suspensa" do inc. IV do art. 46 do Anexo da Resolução n. 560/2017 do Conselho Federal de Enfermagem; e f) § 6º do art. 48 do Anexo da Resolução n. 560/2017 do Conselho Federal de Enfermagem. Tudo nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.331 **(9)**

ORIGEM : 6331 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES MUNICIPAIS - ANPM
ADV.(A/S) : FRANCISCO MIGUEL SOARES (138106/RJ)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta de inconstitucionalidade e julgou parcialmente procedente o pedido, para: (i) conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 81-A, *caput*, da Constituição do Estado de Pernambuco, no sentido de que a instituição de Procuradorias municipais depende de escolha política autônoma de cada município, no exercício da prerrogativa de sua autoorganização, sem que essa obrigatoriedade derive automaticamente da previsão de normas estaduais; (ii) declarar a inconstitucionalidade do § 1º e do § 3º do art. 81-A da Constituição do Estado de Pernambuco, tendo em vista que, feita a opção municipal pela criação de um corpo próprio de procuradores, a realização de concurso público é a única forma constitucionalmente possível de provimento desses cargos (art. 37, II, da CRFB/88), ressalvadas as situações excepcionais em que também à União, aos Estados e ao Distrito Federal pode ser possível a contratação de advogados externos, conforme os parâmetros reconhecidos pela jurisprudência desta Corte, tudo nos termos do voto do Relator. Falou, pelo *amicus curiae*, o Dr. Cláudio Pereira De Souza Neto. Plenário, Sessão Virtual de 29.3.2024 a 8.4.2024.

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONVERSÃO DA APRECIAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR EM JULGAMENTO DEFINITIVO DE MÉRITO. ART. 81-A DA CARTA ESTADUAL PERNAMBUCANA. INTERPRETAÇÃO QUE PERMITE OBRIGATORIEDADE DE INSTITUIÇÃO DE PROCURADORIA NOS MUNICÍPIOS. OFENSA À AUTONOMIA MUNICIPAL. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. NORMA QUE PERMITE A CONTRATAÇÃO DE ADVOGADOS PARTICULARES PARA A EXECUÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DO ÓRGÃO DE ADVOCACIA PÚBLICA. EXCEPCIONALIDADE. VIOLAÇÃO À REGRA CONSTITUCIONAL DO CONCURSO PÚBLICO. ARTS. 37, *CAPUT* E INCISO II, 131 E 132 DA CRFB/88. INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE PARCIALMENTE PROCEDENTE.

1. A instituição de Procuradorias municipais depende da escolha política autônoma de cada município, no exercício da prerrogativa de sua auto-organização.

2. É inconstitucional a interpretação de norma estadual que conduza à obrigatoriedade de implementação de Procuradorias municipais, eis que inexiste norma constitucional de reprodução obrigatória que vincule o poder legislativo municipal à criação de órgãos próprios de advocacia pública. Precedentes.

3. É materialmente inconstitucional dispositivo de Constituição Estadual que estabeleça a possibilidade de contratação direta e genérica de serviços de representação judicial e extrajudicial, por ferir a regra constitucional de concurso publico.

4. Realizada a opção política municipal de instituição de órgão próprio de procuradoria, a composição de seu corpo técnico está vinculada à incidência das regras constitucionais, dentre as quais o inafastável dever de promoção de concurso público (artigo 37, inciso II, da Constituição Federal).

5. Ação direta de inconstitucionalidade cujo pedido se julga parcialmente procedente para: (i) conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 81-A, *caput*, da Constituição do Estado de Pernambuco, no sentido de que a instituição de Procuradorias municipais depende de escolha política autônoma de cada município, no exercício da prerrogativa de sua auto-organização, sem que essa obrigatoriedade derive automaticamente da previsão de normas estaduais; (ii) declarar a inconstitucionalidade do § 1º e do § 3º art. 81-A da Constituição do Estado de Pernambuco, tendo em vista que, feita a opção municipal pela criação de um corpo próprio de procuradores, a realização de concurso público é a única forma constitucionalmente possível de provimento desses cargos (art. 37, II, da CRFB/88), ressalvadas as situações excepcionais situações em que também à União, aos Estados e ao Distrito Federal pode ser possível a contratação de advogados externos, conforme os parâmetros reconhecidos pela jurisprudência desta Corte.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.023 **(10)**

ORIGEM : 1023 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (3725/AM, 45240/DF) E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 403 **(11)**

ORIGEM : ADPF - 403 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SERGIPE
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : CIDADANIA
ADV.(A/S) : AFONSO CÓDOLO BELICE (49489/DF)
INTDO.(A/S) : JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE LAGARTO
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : WHATSAPP INC.
ADV.(A/S) : DAVI DE PAIVA COSTA TANGERINO (72770/DF, 169646/RJ, 114064A/RS, 200793/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BETA PARA DEMOCRACIA E INTERNET - IBIDEM
ADV.(A/S) : GUSTAVO BRASIL TOURINHO (43804/DF)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ASSESPRO NACIONAL
ADV.(A/S) : MARCELO MONTALVÃO MACHADO (34391/DF)
AM. CURIAE. : INSTITUTO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE - ITS
ADV.(A/S) : RONALDO LEMOS DA SILVA JUNIOR (128156/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROTESTE
ADV.(A/S) : WILLIAM TAKACHI NOGUCHI DO VALE (140485/RJ)
AM. CURIAE. : NUCLEO DE INFORMACAO E COORDENACAO DO PONTO BR - NIC .BR
ADV.(A/S) : KELLI PRISCILA ANGELINI NEVES (193817/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES UBC
ADV.(A/S) : SYDNEY LIMEIRA SANCHES (66176/RJ) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS - AMB

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • CASA CIVIL • IMPRENSA NACIONAL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

RUI COSTA DOS SANTOS
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

AFONSO OLIVEIRA DE ALMEIDA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

LARISSA CANDIDA COSTA
Coordenadora-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

ADV.(A/S) : PEDRO GORDILHO (138/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin (Relator), que propunha o referendo da liminar deferida, o processo foi destacado pelo Ministro Flávio Dino. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

REFERENDO NA MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 935 **(12)**
ORIGEM : 935 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REDATORA DO ACÓRDÃO RISTF : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE
ADV.(A/S) : ANA CRISTINA DE FIGUEIREDO BARROS (30636/DF)
ADV.(A/S) : FLAVIA CALADO PEREIRA (3864/AP, 24842-A/MA)
ADV.(A/S) : RAYSSA CARVALHO DA SILVA (2325/AP)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : FEDERACAO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : TIAGO GOMES DE CARVALHO PINTO (71905/MG)
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DA INDUSTRIA
ADV.(A/S) : LEONARDO ESTRELA BORGES (87164/MG)
ADV.(A/S) : CASSIO AUGUSTO MUNIZ BORGES (20016/DF, 091152/RJ)
AM. CURIAE. : ASSOCIACAO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO DE MEIO AMBIENTE
AM. CURIAE. : WWF - BRASIL
AM. CURIAE. : INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
AM. CURIAE. : LABORATORIO DO OBSERVATORIO DO CLIMA
AM. CURIAE. : SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA
ADV.(A/S) : VIVIAN MARIA PEREIRA FERREIRA (313405/SP)
ADV.(A/S) : RAFAEL GANDUR GIOVANELLI (311597/SP)
AM. CURIAE. : SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O ESTUDO DE QUIRÓPTEROS (SBEQ)
ADV.(A/S) : DARIANE FERREIRA PINGAS (338798/SP)
AM. CURIAE. : INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERACAO IBRAM
ADV.(A/S) : BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS (79243/DF, 172687/SP)
ADV.(A/S) : EDUARDO XAVIER (79469/DF, 207671/SP)

Decisão: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que referendava a concessão parcial da medida cautelar pleiteada para suspender, até julgamento final, a eficácia dos arts. 4º, I, II, III e IV, e 6º do Decreto 10.935/2022, de modo a propiciar a imediata retomada dos efeitos do então revogado art. 3º do Decreto 99.556/1990, com a redação dada pelo Decreto 6.640/2008, no que foi acompanhado pela Ministra Cármen Lúcia, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 18.2.2022 a 25.2.2022.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Dias Toffoli, que acompanhava o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator) pelo referendo da medida cautelar parcialmente concedida, de forma a suspender a eficácia dos arts. 4º, incs. I, II, III e IV, e 6º do Decreto 10.935/2022, retomando os efeitos do art. 3º do Decreto 99.556/1990, com a redação dada pelo Decreto 6.640/2008, pediu vista dos autos o Ministro Nunes Marques. Os Ministros Edson Fachin e Rosa Weber (Presidente) anteciparam seus votos acompanhando o Relator. Plenário, Sessão Virtual de 2.6.2023 a 12.6.2023.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Nunes Marques, que acompanhava o Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), a fim de referendar a concessão parcial da medida cautelar pleiteada para suspender, até julgamento final, a eficácia dos arts. 4º, I, II, III e IV, e 6º do Decreto 10.935/2022, de modo a propiciar a imediata retomada dos efeitos do então revogado art. 3º do Decreto 99.556/1990, com a redação dada pelo Decreto 6.640/2008, pediu vista dos autos o Ministro André Mendonça. Não vota o Ministro Cristiano Zanin, sucessor do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 3.11.2023 a 10.11.2023.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, referendou a concessão parcial da medida cautelar pleiteada para suspender, até julgamento final, a eficácia dos arts. 4º, I, II, III e IV, e 6º do Decreto 10.935/2022, de modo a propiciar a imediata retomada dos efeitos do então revogado art. 3º do Decreto 99.556/1990, com a redação dada pelo Decreto 6.640/2008. Tudo nos termos do voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator). Redigirá o acórdão a Ministra Cármen Lúcia (art. 38, IV, *b*, do RI/STF). Não votaram os Ministros Cristiano Zanin e Flávio Dino, sucessores, respectivamente, dos Ministros Ricardo Lewandowski e Rosa Weber. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

EMB.DECL. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 1.030 **(13)**
ORIGEM : 1030 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO GRANDE DO SUL
RELATOR : MIN. FLÁVIO DINO
EMBTE.(S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAQUI
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE ITAQUI
EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Cristiano Zanin, Gilmar Mendes e Nunes Marques, que davam parcial provimento aos embargos. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 189 **(14)**
ORIGEM : ADPF - 111679 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. FLÁVIO DINO
EMBTE.(S) : MUNICIPIO DE BARUERI
ADV.(A/S) : PAULO AYRES BARRETO (80600/SP)
ADV.(A/S) : SIMONE RODRIGUES COSTA BARRETO (179027/SP)
EMBDO.(A/S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BARUERI
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE BARUERI
AM. CURIAE. : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS - ABRASF
ADV.(A/S) : RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA (81438/RJ)

Decisão: Após os votos dos Ministros Edson Fachin (Relator), Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin, que acolhiam os embargos de declaração para retificar o prazo proposto de modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, considerando o termo inicial a partir da data do deferimento da medida cautelar na ADPF, qual seja, 15.12.2015, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Plenário, Sessão Virtual de 16.2.2024 a 23.2.2024.

Decisão: O Tribunal, por maioria, rejeitou os embargos de declaração, a fim de que seja mantido como termo inicial da modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade da LC n. 118/02, na redação dada pela LC n. 185/07, ambas do Município de Barueri, a data da publicação da ata de julgamento do mérito da presente ADPF, qual seja, 15/09/2020. Ficaram vencidos: a) os Ministros Edson Fachin (Relator), Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia, que acolhiam os embargos para retificar o prazo de modulação e considerar o termo inicial a partir da data do deferimento da medida cautelar na ADPF (15.12.2015), e b) os Ministros Dias Toffoli, André Mendonça, Gilmar Mendes, Luiz Fux e Nunes Marques, que acolhiam apenas em parte os embargos para estabelecer tão somente que ficam mantidos os pagamentos efetivamente realizados até a data da publicação da ata de julgamento dos presentes embargos de declaração no âmbito do Programa de Pagamento Incentivado de Parcelamento Administrativo pelos sujeitos passivos abarcados pela modulação dos efeitos da decisão estabelecida no acórdão ora embargado. Redigirá o acórdão o Ministro Flávio Dino. Plenário, Sessão Virtual de 19.4.2024 a 26.4.2024.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.215, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica o Ministério da Saúde autorizado a prorrogar até mil setecentos e oitenta e seis contratos, por tempo determinado, de profissionais de saúde para exercício de atividades nos hospitais federais e nos institutos nacionais no Estado do Rio de Janeiro para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, firmados com fundamento no disposto no inciso II do **caput** do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente da limitação de prazo prevista no inciso VI do parágrafo único do art. 4º da referida Lei.

Parágrafo único. A prorrogação de que trata o **caput**:

I - será aplicável aos contratos vigentes em 1º de maio de 2024;

II - independerá da manutenção da declaração formal da emergência em saúde pública que motivou a celebração dos contratos;

III - não poderá ultrapassar 31 de dezembro de 2024; e

IV - ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de maio de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Esther Dweck
Nísia Verônica Trindade Lima

DECRETO Nº 12.014, DE 6 DE MAIO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2024.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 69, § 2º, e art. 70 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023,

D E C R E T A :

Art. 1º O Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

II - .....

.....

c) .....

1. dos Anexos II-A, II-B, II-D, III-A, III-B, III-D, VI e VII, nos termos do disposto no § 9º do art. 70 da Lei nº 14.791, de 2023, mediante justificativa técnica ou judicial do órgão setorial de que os valores não serão executados financeiramente no exercício, para os Anexos II, II-A, II-B, II-C, II-D, III, III-A, III-B, III-C, III-D, VI e VII; e

2. dos Anexos II, II-C, III e III-C, nos termos do disposto nos § 4º e § 5º do art. 70 da Lei nº 14.791, de 2023, para os Anexos II, II-A, II-B, II-C, II-D, III, III-A, III-B, III-C, III-D, VI e VII;

.....

e) com fundamento em decisão da Junta de Execução Orçamentária, de que trata o Decreto nº 9.884, de 2019, observadas as regras fiscais vigentes, ampliar:

1. os valores dos cronogramas de pagamento dos órgãos de que tratam os Anexos II a VII, com redução em igual montante nos Anexos II, II-C, III, III-C e V; e

2. os valores dos cronogramas de pagamento dos órgãos de que tratam os Anexos II a VII, com redução em igual montante nos Anexos II-A, II-B, II-D, III-A, III-B, III-D, VI e VII, mediante justificativa técnica ou judicial do órgão setorial de que os valores não serão executados financeiramente no exercício, nos termos do disposto no § 9º do art. 70 da Lei nº 14.791, de 2023;

....." (NR)

"Art. 17. .....

.....

II - Anexo II - Valores autorizados para pagamento de despesas discricionárias, nas fontes do Tesouro especificadas (1) (2) (3) (4);

.....

II-C - Anexo II-C - Valores autorizados para pagamento de despesas discricionárias do PAC (RP3), nas fontes do Tesouro especificadas (1) (2) (3);

II-D - Anexo II-D - Valores autorizados para pagamento de despesas discricionárias do PAC (RP3), ressalvadas nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, nas fontes do Tesouro especificadas (1)(2);

III - Anexo III - Valores autorizados para pagamento de despesas discricionárias, nas fontes próprias especificadas (1) (2) (3) (4);

.....

III-C - Anexo III-C - Valores autorizados para pagamento de despesas discricionárias do PAC (RP3), nas fontes próprias especificadas (1) (2) (3);

III-D - Anexo III-D - Valores autorizados para pagamento de despesas discricionárias do PAC (RP3), ressalvadas nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, nas fontes próprias especificadas (1) (2);

....." (NR)

Art. 2º Os Anexos II, II-A, II-B, III, III-A, III-B, VI, VII, XIV e XV ao Decreto nº 11.927, de 2024, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I, II, III, VI, VII, VIII, XI, XII, XIII e XIV a este Decreto.

Art. 3º Ficam incluídos os Anexos II-C, II-D, III-C e III-D ao Decreto nº 11.927, de 2024, na forma dos Anexos IV, V, IX e X a este Decreto, respectivamente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de maio de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad
Simone Nassar Tebet

ANEXO I
(Anexo II ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, NAS FONTES DO TESOURO ESPECIFICADAS (1)(2)(3)(4)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	439.802	510.319	580.836	651.353	721.869	856.323	990.776	1.125.229
22000 Ministério da Agricultura e Pecuária	782.258	929.182	1.076.107	1.223.031	1.369.955	1.654.958	1.939.960	2.224.963
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.388.215	1.497.796	1.607.376	1.716.956	1.826.536	2.063.960	2.301.384	2.538.807
25000 Ministério da Fazenda	1.520.170	1.743.148	1.966.126	2.189.103	2.412.081	2.824.190	3.236.299	3.648.408
26000 Ministério da Educação	10.229.437	12.097.533	13.965.629	15.833.725	17.701.821	21.749.362	25.796.903	29.844.444
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	159.688	195.377	231.067	266.756	302.445	379.772	457.099	534.426
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.048.825	1.202.337	1.355.848	1.509.360	1.662.872	1.954.641	2.246.410	2.538.180
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica *	771	942	1.113	1.285	1.456	1.827	2.198	2.569
32000 Ministério de Minas e Energia	157.948	183.968	209.989	236.009	262.030	304.788	347.547	390.306
32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis **	10.865	13.279	15.694	18.108	20.523	25.754	30.985	36.217
32266 Agência Nacional de Energia Elétrica**	50.607	60.520	70.433	80.345	90.258	109.736	129.213	148.691
32396 Agência Nacional de Mineração**	40.569	46.668	52.767	58.866	64.965	75.765	86.565	97.366
33000 Ministério da Previdência Social	59.622	68.776	77.930	87.084	96.238	114.627	133.016	151.405
35000 Ministério das Relações Exteriores	645.928	764.166	882.404	1.000.641	1.118.879	1.341.727	1.564.575	1.787.423
36000 Ministério da Saúde	12.379.278	14.313.214	16.247.149	18.181.085	20.115.021	24.305.215	28.495.409	32.685.603
36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária**	65.926	80.577	95.227	109.877	124.528	156.270	188.012	219.755
36213 Agência Nacional de Saúde Suplementar**	35.788	44.788	50.903	57.018	63.133	72.665	82.196	91.727
37000 Controladoria-Geral da União	46.916	53.870	60.824	67.778	74.732	87.383	100.033	112.684
39000 Ministério dos Transportes	4.105.209	5.125.108	5.494.006	5.862.905	6.231.804	6.618.418	7.005.032	7.391.646
39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres**	44.643	50.263	55.882	61.502	67.122	76.488	85.854	95.221
40000 Ministério do Trabalho e Emprego	181.565	216.269	250.972	285.675	320.379	387.103	453.827	520.551
41000 Ministério das Comunicações	82.116	98.177	114.239	130.300	146.361	181.161	215.961	250.760
41231 Agência Nacional de Telecomunicações**	83.026	96.282	109.538	122.793	136.049	161.436	186.824	212.211
42000 Ministério da Cultura	308.857	359.714	410.571	461.428	512.285	595.808	679.332	762.855
42206 Agência Nacional do Cinema**	13.586	16.605	19.624	22.643	25.662	32.203	38.745	45.286
44000 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	323.686	377.261	430.836	484.411	537.986	627.398	716.810	806.222
46000 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	390.761	453.583	516.406	579.228	642.051	764.566	887.081	1.009.597
47000 Ministério do Planejamento e Orçamento	275.831	335.477	395.124	454.771	514.418	643.653	772.888	902.122
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	390.313	477.049	563.785	650.521	737.257	925.185	1.113.114	1.301.042
51000 Ministério do Esporte	154.882	177.967	201.052	224.136	247.221	282.238	317.256	352.273
52000 Ministério da Defesa	2.332.171	2.696.423	3.060.675	3.424.926	3.789.178	4.377.890	4.966.602	5.555.314
53000 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	1.328.913	1.597.568	1.766.223	1.934.878	2.103.533	2.458.964	2.814.395	3.169.825
53210 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico**	77.783	95.912	108.842	121.771	134.701	154.448	174.195	193.942
54000 Ministério do Turismo	286.638	345.891	375.144	404.397	433.650	497.032	560.413	623.794
55000 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	3.020.356	3.431.133	3.841.911	4.252.688	4.663.466	5.462.052	6.260.638	7.059.225
56000 Ministério das Cidades	2.342.154	2.729.679	3.117.203	3.504.728	3.892.252	4.581.889	5.271.525	5.961.161
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	62.673	76.601	90.528	104.456	118.383	148.559	178.735	208.912
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	1.655	1.970	2.284	2.598	2.913	3.594	4.276	4.957
63000 Advocacia-Geral da União	187.400	217.711	248.022	278.333	308.644	363.318	417.993	472.667
65000 Ministério das Mulheres	53.912	65.892	77.873	89.853	101.833	127.791	153.748	179.706
67000 Ministério da Igualdade Racial	42.835	51.419	60.003	68.587	77.171	95.770	114.369	132.968
68000 Ministério de Portos e Aeroportos	92.595	113.958	135.322	156.685	178.048	212.336	246.623	280.910
68201 Agência Nacional de Transportes Aquaviários**	17.920	21.235	24.550	27.866	31.181	38.365	45.548	52.732
68213 Agência Nacional de Aviação Civil**	5.416	6.531	7.645	8.760	9.875	12.157	14.438	16.720
69000 Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	18.032	21.899	25.766	29.634	33.501	41.881	50.260	58.640
81000 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	120.430	150.515	169.819	189.122	208.425	235.467	262.508	289.550
83000 Banco Central do Brasil***	44.706	45.509	46.312	47.115	47.918	49.657	51.397	53.136
84000 Ministério dos Povos Indígenas	109.487	133.818	158.148	182.479	206.809	259.525	312.241	364.958
Total	45.562.163	53.393.877	60.425.725	67.457.572	74.489.419	88.495.314	102.501.209	116.507.104

1. Pagamentos relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar.
2. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).
4. Exclui despesas ressalvadas nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do § 18 do art. 71 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.
(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 2019.
(***) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021.

ANEXO II
(Anexo II-A ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, NÃO SUJEITAS AOS LIMITES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 30 DE AGOSTO DE 2023, RESSALVADAS NOS TERMOS DA LEI Nº 14.791, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, NAS FONTES DO TESOURO ESPECIFICADAS (1)(2)(3)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
26000 Ministério da Educação	6	9	12	15	18	25	32	38
44000 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	2.080	3.120	4.160	5.200	6.240	8.493	10.747	13.000
Total	2.086	3.129	4.172	5.215	6.258	8.518	10.778	13.038

1. Pagamentos relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024, não sujeitas aos limites individualizados de que tratam os incisos I a IX do § 2º do art. 3º e o art. 13 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, e ressalvadas nos termos da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, art. 71, § 18, inciso III.
2. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).

ANEXO III
(Anexo II-B ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, SUJEITAS AOS LIMITES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 30 DE AGOSTO DE 2023, RESSALVADAS NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, NAS FONTES DO TESOURO ESPECIFICADAS (1)(2)(3)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1.259.099	1.571.911	1.884.723	2.197.536	2.510.348	2.940.514	3.370.681	3.800.848
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000	15.000
Total	1.274.099	1.586.911	1.899.723	2.212.536	2.525.348	2.955.514	3.385.681	3.815.848

1. Pagamentos relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar, não sujeitas às limitações de empenho de que tratam o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e os incisos I e II do § 18 do art. 71 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.
2. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).

ANEXO IV
(Anexo II-C ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PAC (RP3), NAS FONTES DO TESOURO ESPECIFICADAS (1)(2)(3)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	2.950	3.605	4.261	4.916	5.572	6.992	8.412	9.833
22000 Ministério da Agricultura e Pecuária	15.272	18.666	22.060	25.454	28.848	36.201	43.554	50.907
26000 Ministério da Educação	397.999	486.443	574.888	663.332	751.776	943.405	1.135.034	1.326.664
32000 Ministério de Minas e Energia	6.331	7.738	9.145	10.552	11.959	15.007	18.055	21.104
36000 Ministério da Saúde	708.681	866.166	1.023.651	1.181.136	1.338.621	1.679.838	2.021.055	2.362.272
39000 Ministério dos Transportes	2.160.536	2.640.655	3.120.774	3.600.893	4.081.012	5.121.270	6.161.529	7.201.787
41000 Ministério das Comunicações	10.460	12.784	15.108	17.433	19.757	24.793	29.829	34.866
42000 Ministério da Cultura	19.358	23.660	27.961	32.263	36.565	45.885	55.206	64.526
51000 Ministério do Esporte	6.259	7.650	9.041	10.432	11.823	14.836	17.850	20.864
52000 Ministério da Defesa	458.965	560.957	662.949	764.942	866.934	1.087.917	1.308.900	1.529.883
53000 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	141.079	172.430	203.780	235.131	266.482	334.409	402.336	470.263
55000 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	37.381	45.688	53.994	62.301	70.608	88.606	106.604	124.603
56000 Ministério das Cidades	2.938.038	3.590.935	4.243.833	4.896.730	5.549.627	6.964.238	8.378.849	9.793.460
68000 Ministério de Portos e Aeroportos	192.877	235.738	278.599	321.461	364.322	457.189	550.055	642.922
Total	7.096.185	8.673.115	10.250.045	11.826.976	13.403.906	16.820.587	20.237.269	23.653.951

1. Pagamentos do PAC (IRP3) relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar.
2. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas ressalvadas nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do § 18 do art. 71 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.

ANEXO V
(Anexo II-D ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PAC (RP3), RESSALVADAS NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, E DA LEI Nº 14.791, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, NAS FONTES DO TESOURO ESPECIFICADAS (1)(2)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	196.748	240.469	284.191	327.913	371.634	466.365	561.095	655.825
55000 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	2	2	2	3	3	4	5	6
Total	196.749	240.471	284.193	327.915	371.637	466.369	561.100	655.831

1. Pagamentos do PAC (RP3) relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar, não sujeitas às limitações de empenho de que tratam § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o § 18 do art. 71 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.
2. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO VI
(Anexo III ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, NAS FONTES PRÓPRIAS ESPECIFICADAS (1)(2)(3)(4)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	40.526	49.531	58.537	67.543	76.548	96.061	115.573	135.085
22000 Ministério da Agricultura e Pecuária	23.426	25.430	27.434	29.438	31.442	35.785	40.127	44.469
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	47.134	47.134	47.134	47.134	47.134	47.134	47.134	47.134
25000 Ministério da Fazenda	458.044	504.098	550.151	596.205	642.259	742.042	841.825	941.608
26000 Ministério da Educação	360.852	360.852	360.852	360.852	360.852	360.852	360.852	360.852
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	42.913	46.462	50.012	53.561	57.111	64.801	72.492	80.182
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	22.933	23.288	23.644	23.999	24.354	25.125	25.895	26.665
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica *	12.349	14.871	17.394	19.916	22.438	27.569	32.700	37.831
32000 Ministério de Minas e Energia	11.273	13.778	16.283	18.789	21.294	26.722	32.149	37.577
32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis **	40.074	46.757	53.440	60.123	66.807	77.953	89.100	100.247
33000 Ministério da Previdência Social	714.454	824.835	935.216	1.045.597	1.155.978	1.374.725	1.593.472	1.812.219
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.350	1.650	1.950	2.250	2.550	3.200	3.850	4.499
36000 Ministério da Saúde	119.682	120.868	122.054	123.240	124.426	126.995	129.565	132.134
36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária**	1.186	1.449	1.712	1.976	2.239	2.810	3.381	3.952
36213 Agência Nacional de Saúde Suplementar**	142	174	205	237	268	337	405	474
39000 Ministério dos Transportes	40.875	49.959	59.042	68.125	77.209	96.889	116.570	136.251
39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres**	64.741	77.352	89.963	102.574	115.185	136.203	157.221	178.239
40000 Ministério do Trabalho e Emprego	92.196	112.683	133.171	153.659	174.147	218.538	262.928	307.319
41000 Ministério das Comunicações	117.575	136.889	156.204	175.518	194.832	223.180	251.528	279.875
42000 Ministério da Cultura	15.853	19.376	22.899	26.422	29.945	37.578	45.211	52.843
44000 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	105.919	129.452	152.985	176.518	200.051	251.039	302.027	353.015
46000 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	1.760	2.150	2.541	2.931	3.321	4.167	5.013	5.859
47000 Ministério do Planejamento e Orçamento	472	577	682	786	891	1.118	1.346	1.573
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	24.803	30.314	35.826	41.338	46.849	58.791	70.733	82.675
52000 Ministério da Defesa	1.077.899	1.254.992	1.432.085	1.609.179	1.786.272	2.079.808	2.373.343	2.666.879
53000 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	27.223	33.273	39.323	45.372	51.422	64.529	77.637	90.744
54000 Ministério do Turismo	152	186	220	254	288	361	435	508
56000 Ministério das Cidades	67.058	81.960	96.862	111.763	126.665	158.952	191.240	223.527
68000 Ministério de Portos e Aeroportos	42.665	53.117	63.570	74.022	84.474	101.121	117.767	134.414
68213 Agência Nacional de Aviação Civil**	35.561	41.746	47.930	54.115	60.300	71.123	81.946	92.769
81000 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	7.057	7.883	8.708	9.534	10.359	11.181	12.003	12.825
83000 Banco Central do Brasil***	85.305	102.682	120.059	137.437	154.814	181.798	208.782	235.767
84000 Ministério dos Povos Indígenas	95	116	137	158	179	224	270	315
Total	3.703.544	4.215.884	4.728.224	5.240.563	5.752.903	6.708.710	7.664.518	8.620.326

1. Pagamentos relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar.
2. Fontes: 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).
4. Exclui despesas ressalvadas nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do § 18 do art. 71 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.
(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 2019.
(***) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021.

ANEXO VII

(Anexo III-A ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, NÃO SUJEITAS AOS LIMITES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 30 DE AGOSTO DE 2023, RESSALVADAS NOS TERMOS DA LEI Nº 14.791, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, NAS FONTES PRÓPRIAS ESPECIFICADAS (1)(2)(3)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
22000 Ministério da Agricultura e Pecuária	29.526	35.289	41.052	46.814	52.577	59.064	65.550	72.036
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	19.431	29.146	38.861	48.577	58.292	79.342	100.392	121.442
26000 Ministério da Educação	181.695	272.542	363.389	454.236	545.084	741.920	938.755	1.135.591
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	21.552	32.328	43.104	53.880	64.656	88.005	111.353	134.701
36000 Ministério da Saúde	3.402	5.103	6.804	8.505	10.206	13.892	17.577	21.263
44000 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	16	24	32	40	48	65	83	100
46000 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	2	3	4	5	6	8	11	13
52000 Ministério da Defesa	10.177	15.265	20.354	25.442	30.530	41.555	52.580	63.605
81000 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	354	531	708	885	1.062	1.445	1.829	2.212
Total	266.154	390.231	514.308	638.385	762.462	1.025.296	1.288.129	1.550.963

1. Pagamentos relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024, não sujeitas aos limites individualizados de que tratam os incisos I a IX do § 2º do art. 3º e o art. 13 da Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, e ressalvadas nos termos da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, art. 71, § 18, inciso III.
2. Fontes: 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).

ANEXO VIII
(Anexo III-B ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS, SUJEITAS AOS LIMITES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 30 DE AGOSTO DE 2023, RESSALVADAS NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, NAS FONTES PRÓPRIAS ESPECIFICADAS (1)(2)(3)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	554.258	691.542	828.826	966.110	1.103.395	1.294.974	1.486.552	1.678.131
Total	554.258	691.542	828.826	966.110	1.103.395	1.294.974	1.486.552	1.678.131

1. Pagamentos relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar, não sujeitas às limitações de empenho de que tratam o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e os incisos I e II do § 18 do art. 71 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.
2. Fontes: 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas obrigatórias com controle de fluxo (RP1), discricionárias do PAC (RP3), emendas impositivas individuais (RP6), emendas impositivas de bancada (RP7) e emendas de comissão (RP8).

ANEXO IX
(Anexo III-C ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PAC (RP3), NAS FONTES PRÓPRIAS ESPECIFICADAS (1)(2)(3)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
32000 Ministério de Minas e Energia	292	356	421	486	551	691	831	972
52000 Ministério da Defesa	204.909	250.444	295.980	341.515	387.050	485.710	584.370	683.030
53000 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	263	322	381	439	498	625	751	878
56000 Ministério das Cidades	873	1.067	1.261	1.455	1.649	2.069	2.489	2.909
68000 Ministério de Portos e Aeroportos	70.875	86.625	102.375	118.125	133.875	168.000	202.125	236.251
Total	277.212	338.815	400.417	462.020	523.623	657.095	790.568	924.040

1. Pagamentos do PAC (RP3) relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar.
2. Fontes: 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. Exclui despesas ressalvadas nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e do § 18 do art. 71 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.

ANEXO X
(Anexo III-D ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

VALORES AUTORIZADOS PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO PAC (RP3), RESSALVADAS NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000, E DA LEI Nº 14.791, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023, NAS FONTES PRÓPRIAS ESPECIFICADAS (1)(2)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	68.258	83.426	98.595	113.763	128.931	161.796	194.661	227.526
Total	68.258	83.426	98.595	113.763	128.931	161.796	194.661	227.526

1. Pagamentos do PAC (RP3) relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar, não sujeitas às limitações de empenho de que tratam o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e o § 18 do art. 71 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023.
2. Fontes: 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

ANEXO XI
(Anexo VI ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS SUJEITAS A CONTROLE DE FLUXO, DE QUE TRATA O ANEXO X, NAS FONTES DO TESOURO ESPECIFICADAS (1)(2)(3)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	46.243	55.758	65.274	74.789	84.304	93.819	103.335	112.850
22000 Ministério da Agricultura e Pecuária	130.950	156.140	181.330	206.520	231.710	256.900	282.090	302.281
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	31.548	37.864	44.180	50.496	56.813	63.129	69.445	75.761
25000 Ministério da Fazenda	244.092	293.244	342.396	391.547	440.699	489.851	539.002	588.154
26000 Ministério da Educação	5.070.303	6.084.364	7.098.425	8.112.485	9.126.546	10.140.606	11.154.667	12.168.728
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	8.069	9.718	11.367	13.016	14.665	16.314	17.963	19.612
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.199.360	1.445.534	1.691.709	1.937.883	2.184.058	2.430.232	2.676.407	2.922.581
30211 Conselho Administrativo de Defesa Econômica *	351	422	492	562	632	703	773	843
32000 Ministério de Minas e Energia	39.778	48.350	56.923	65.495	74.067	82.639	91.212	99.784
32265 Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis **	3.959	4.751	5.543	6.335	7.127	7.919	8.711	9.503
32266 Agência Nacional de Energia Elétrica**	2.893	3.474	4.054	4.635	5.215	5.796	6.376	6.957
32396 Agência Nacional de Mineração**	6.224	7.468	8.713	9.958	11.202	12.447	13.692	14.937
33000 Ministério da Previdência Social	123.474	148.169	172.863	197.558	222.253	246.948	271.643	296.337
35000 Ministério das Relações Exteriores	286.816	344.180	401.543	458.906	516.269	573.633	630.996	688.359
36000 Ministério da Saúde	64.134.408	76.961.289	89.788.171	102.615.052	115.441.934	128.268.815	141.095.697	153.922.578
36212 Agência Nacional de Vigilância Sanitária**	7.566	9.079	10.592	12.105	13.618	15.131	16.645	18.158
36213 Agência Nacional de Saúde Suplementar**	2.716	3.260	3.803	4.346	4.889	5.433	5.976	6.519
37000 Controladoria-Geral da União	10.847	13.016	15.185	17.355	19.524	21.693	23.863	26.032
39000 Ministério dos Transportes	29.655	35.586	41.517	47.448	53.378	59.309	65.240	71.171
39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres**	4.434	5.321	6.208	7.095	7.981	8.868	9.755	10.642

40000 Ministério do Trabalho e Emprego	27.203	33.110	39.017	44.924	50.831	56.738	62.646	68.553
41000 Ministério das Comunicações	7.851	9.421	10.991	12.561	14.132	15.702	17.272	18.842
41231 Agência Nacional de Telecomunicações**	6.237	7.484	8.731	9.979	11.226	12.473	13.721	14.968
42000 Ministério da Cultura	14.078	16.900	19.723	22.545	25.367	28.189	31.012	33.834
42206 Agência Nacional do Cinema**	1.556	1.867	2.179	2.490	2.801	3.112	3.424	3.735
44000 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima	25.840	31.030	36.220	41.410	46.600	51.790	56.980	62.171
46000 Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	92.773	112.131	131.489	150.847	170.205	189.563	208.921	228.279
47000 Ministério do Planejamento e Orçamento	1.714.505	2.053.843	2.393.181	2.732.519	3.071.858	3.411.196	3.750.534	4.089.872
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	259.874	312.116	364.357	416.599	468.841	521.082	573.324	625.565
51000 Ministério do Esporte	2.213	2.655	3.098	3.540	3.983	4.425	4.868	5.310
52000 Ministério da Defesa	2.682.741	3.241.064	3.799.387	4.357.710	4.916.033	5.474.356	6.032.679	6.591.002
53000 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional	37.027	43.717	50.406	57.095	63.784	70.474	74.363	78.252
53210 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico**	1.436	1.723	2.010	2.297	2.584	2.872	3.159	3.446
54000 Ministério do Turismo	1.535	1.842	2.149	2.456	2.764	3.071	3.378	3.685
55000 Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	71.101.866	85.171.109	99.240.352	113.309.594	127.378.837	141.448.079	155.517.322	169.520.151
56000 Ministério das Cidades	46.905	56.286	65.667	75.048	84.430	93.811	103.192	112.573
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	750	900	1.050	1.200	1.351	1.501	1.651	1.801
60000 Gabinete da Vice-Presidência da República	207	248	290	331	373	414	456	497
63000 Advocacia-Geral da União	48.465	58.158	67.851	77.544	87.237	96.930	106.623	116.316
65000 Ministério das Mulheres	329	402	474	547	619	692	764	837
67000 Ministério da Igualdade Racial	159	239	318	397	477	556	635	715
68000 Ministério de Portos e Aeroportos	615	738	861	984	1.107	1.230	1.353	1.476
68201 Agência Nacional de Transportes Aquaviários**	1.751	2.101	2.451	2.801	3.152	3.502	3.852	4.202
68213 Agência Nacional de Aviação Civil**	6.377	7.669	8.962	10.255	11.547	12.840	14.133	15.425
69000 Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	127	191	255	319	382	446	510	574
81000 Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	1.913	2.306	2.698	3.091	3.483	3.876	4.269	4.661
83000 Banco Central do Brasil***	103.720	124.463	145.207	165.951	186.695	207.439	228.183	248.927
84000 Ministério dos Povos Indígenas	8.126	9.751	11.376	13.001	14.626	16.251	17.876	19.501
Total	147.579.866	176.970.452	206.361.038	235.751.625	265.142.211	294.532.797	323.920.583	353.236.956

1. Relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar.
2. Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. As despesas obrigatórias com controle de fluxo são as constantes da Seção I do Anexo III da LDO 2024 que estejam listadas no Anexo X.

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.
(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 2019.
(***) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 6º da Lei Complementar nº 179, de 24 de fevereiro de 2021.

ANEXO XII
(Anexo VII ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS OBRIGATÓRIAS SUJEITAS A CONTROLE DE FLUXO, DE QUE TRATA O ANEXO X, NAS FONTES PRÓPRIAS ESPECIFICADAS (1)(2)(3)

R$ mil

Órgãos/Unidades	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
26000 Ministério da Educação	13.559	16.270	18.982	21.694	24.406	27.117	29.829	32.541
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços	4.558	5.470	6.381	7.293	8.204	9.116	10.028	10.939
30000 Ministério da Justiça e Segurança Pública	93.980	110.776	127.572	144.369	161.165	177.961	194.757	211.553
33000 Ministério da Previdência Social	54.527	65.432	76.338	87.243	98.148	109.054	119.959	130.864
36000 Ministério da Saúde	128.851	154.622	180.392	206.162	231.932	257.703	283.473	309.243
41231 Agência Nacional de Telecomunicações*	827	827	827	827	827	827	827	827
52000 Ministério da Defesa	2.371.505	2.820.806	3.270.107	3.719.408	4.168.709	4.618.010	5.007.311	5.391.612
68000 Ministério de Portos e Aeroportos	417	500	583	667	750	833	917	1.000
Total	2.668.224	3.174.703	3.681.183	4.187.662	4.694.141	5.200.621	5.647.100	6.088.580

1. Relativos às dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e aos restos a pagar.
2. Fontes: 004, 005, 013, 038, 048, 049, 050, 051, 059, 063, 065, 081, 082, 096, 116, 117, 131, 134, 136, 138 e 449 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.
3. As despesas obrigatórias com controle de fluxo são as constantes da Seção I do Anexo III da LDO 2024 que estejam listadas no Anexo X.

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

ANEXO XIII
(Anexo XIV ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2024

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
1. RECEITA TOTAL	907.925	1.750.010	2.688.448
1.1 Receita Administrada pela RFB (Exceto RGPS)	612.071	1.149.869	1.735.449
1.2 Incentivos Fiscais	-9	-50	-51
1.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	197.782	404.864	646.049
1.4 Outras Receitas	98.081	195.327	307.001
2. Transferências a Entes Subnacionais	169.457	330.683	513.258
2.1 FPM/FPE/IPI-EE	136.353	262.934	403.587
2.2 Demais	33.105	67.749	109.670
3. Receita Líquida (1) - (2)	738.468	1.419.327	2.175.190
4. Despesas	714.705	1.469.654	2.181.626
4.1 Benefícios Previdenciários	290.012	630.577	914.236
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	115.312	242.631	374.614
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	129.162	239.903	331.956
4.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	180.219	356.544	560.820
5. Primário do Governo Central	23.763	-50.327	-6.436
5.1 Resultado Primário do Tesouro Nacional	115.993	175.386	261.751
5.2 Resultado Primário da Previdência	-92.230	-225.713	-268.188
6. Discrepância Estatística	-	-	-
7. Primário Abaixo da Linha	23.763	-50.327	-6.436
8. Resultado Primário das Empresas Estatais Federais	-2.197	-3.674	-7.697
9. Resultado Primário do Governo Federal (7+8)	21.566	-54.001	-14.133
10. Meta Fiscal LDO Governo Federal	21.566	-54.001	-7.312
11. Deduções da Meta LDO*	893	2.113	3.653
12. Meta Ajustada Governo Federal (10-11)	20.673	-56.114	-10.966
13. Suficiência da Meta Governo Federal (9-12)**	893	2.113	-3.168

*Contempla investimentos com PAC, no âmbito das empresas que são consideradas no cálculo da meta fiscal, conforme disposto na Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 - LDO 2024, art. 3º, § 1º, III.
**O valor indicado está dentro da margem de tolerância de que trata a Lei nº 14.791, de 2023 - LDO 2024, art. 2º, § 1º, II.

ANEXO XIV
(Anexo XV ao Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024)

PREVISÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL - 2024

R$ milhões

DESPESAS	REALIZADA	PREVISTA					Total
	1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	5º Bim.	6º Bim.	
DESPESAS	349.295	365.410	399.497	355.451	344.049	367.924	2.181.626
Benefícios Previdenciários	140.167	149.845	198.709	141.856	141.980	141.680	914.236
Pessoal e Encargos Sociais	59.340	55.973	58.537	68.781	58.763	73.220	374.614
Outras Despesas Obrigatórias	78.510	50.652	52.431	58.309	46.312	45.742	331.956
Abono e Seguro Desemprego	11.940	15.775	18.056	17.921	8.224	7.658	79.573
Anistiados	27	27	28	34	27	34	176
Auxílio Financeiro aos Estados/Municípios	-	730	30	117	2.700	-	3.577
Benefícios de Legislação Especial	121	157	161	178	170	155	942
Benefícios de Prestação Continuada	17.121	16.770	16.934	17.161	17.655	17.722	103.363
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	-	11	11	11	11	14	58
Créditos Extraordinários	236	775	775	775	775	769	4.103
Fabricação de Cédulas e Moedas	30	67	350	306	245	270	1.269
Fundef / Fundeb - Complementação da União	11.146	6.316	6.740	7.180	7.389	7.409	46.179
Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	626	511	639	595	797	678	3.845
ADO n. 25 (a partir de 2020)	664	669	667	667	667	667	4.000
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	2.432	2.997	3.130	3.187	3.557	5.340	20.642
Sentenças/Precatórios/RPVs	29.798	1.183	1.183	1.183	1.183	739	35.268
Subsídios, Subv. e Proagro	3.723	4.048	3.054	3.572	2.488	3.470	20.355
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	-	-	33	38	28	27	126
Transferências Multas ANEEL	370	401	383	339	304	690	2.486
Impacto Primário do FIES	277	217	259	85	93	101	1.032
Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	-	4.962	-	-	4.962
Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	71.278	108.940	89.820	86.505	96.995	107.282	560.820
Emendas de Execução Obrigatória	197	11.012	5.604	5.604	5.604	5.604	33.626
Outras Emendas	4	2.167	1.292	1.473	2.253	3.033	10.222
Obrigatórias com Controle de Fluxo	53.048	67.303	59.794	59.794	59.794	59.592	359.326
Discricionárias Total	18.030	28.458	23.129	19.634	29.343	39.053	157.647

DECRETO Nº 12.015, DE 6 DE MAIO DE 2024

Convoca a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a ser realizada no período de 19 a 22 de agosto de 2025, em Brasília, Distrito Federal, com o tema "Envelhecimento multicultural e democracia: urgência por equidade, direitos e participação".

Art. 2º A 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa será coordenada pela Presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e presidida pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Parágrafo único. Em suas ausências e seus impedimentos, o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania será substituído pelo Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Art. 3º São objetivos da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa:

I - promover a participação social para a proposição de ações que visem a superação de barreiras ao direito de envelhecer e à velhice digna e saudável;

II - identificar os desafios do envelhecimento plural no País, tanto nos instrumentos legais quanto nas práticas exercidas, para a promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa; e

III - propor ações de equidade para a defesa, a promoção e a proteção dos direitos e da cidadania de pessoas idosas, a partir da articulação interfederativa.

Art. 4º O regimento interno da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa será elaborado por comissão designada em ato do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e aprovado pela Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

§ 1º O regimento interno da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa disporá sobre:

I - a sua organização e o seu funcionamento; e

II - as suas etapas preparatórias, incluídas as conferências municipais, estaduais, distrital e livres.

§ 2º As conferências serão realizadas:

I - municipais - até março de 2025;

II - estaduais e distrital - até junho de 2025; e

III - livres - até junho de 2025.

§ 3º As conferências livres são mecanismos que possibilitam a ampliação da participação social no debate sobre as propostas da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e não substituem a realização das conferências municipais, estaduais e distrital e das demais etapas preparatórias.

Art. 5º O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, dará publicidade aos resultados da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 6º Ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania alterará, quando necessário, o período de realização das conferências nacional, estaduais, distrital, municipais e livres.

Art. 7º As despesas com a organização e a realização da 6ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa correrão à conta de recursos orçamentários do Fundo Nacional do Idoso e das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 6 de maio de 2024; 203º da Independência e 136º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Rita Cristina de Oliveira

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 176, de 6 de maio de 2024. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R$ 426.220.771,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.".

Nº 177, de 6 de maio de 2024. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 1.215, de 6 de maio de 2024.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Exposição de Motivos

Nº 16, de 22 de abril de 2024. Resolução nº 2, de 22 de abril de 2024, do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. Aprovo. Em 6 de maio de 2024.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 22 DE ABRIL DE 2024

Estabelece Diretrizes para valoração dos custos e dos benefícios da Microgeração e Minigeração Distribuída (MMGD).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 2º, **caput**, incisos I e IV, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, no art. 17, § 2º, da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, no art. 1º, inciso I, alínea "h", e no inciso IV, do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, no art. 18 do Regimento Interno do CNPE, aprovado pela Resolução CNPE nº 14, de 24 de junho de 2019, e o que consta do Processo nº 48370.000014/2022-65, resolve:

Art. 1º Estabelecer que, para valoração dos custos e de todos os benefícios ao sistema elétrico oriundos da Microgeração e Minigeração Distribuída (MMGD) de que trata o § 2º do art. 17 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá observar as seguintes Diretrizes:

I - considerar os efeitos relativos à redução ou expansão da rede de distribuição; da rede de transmissão; da geração centralizada no aspecto de potência; e dos serviços ancilares de que trata o § 10 do art. 1º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, observado o inciso VIII deste artigo e a não duplicidade de benefícios, tendo em vista a condição disposta no art. 23 da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022;

II - considerar os efeitos relativos à necessidade de implantação de melhorias, reforços e substituição de equipamentos nas instalações de transmissão e de distribuição, bem como efeitos relacionados aos custos operacionais das distribuidoras;

III - considerar os efeitos relativos às perdas técnicas nas redes elétricas de transmissão e de distribuição e à qualidade do suprimento de energia elétrica aos consumidores;

IV - considerar os efeitos à operação do sistema elétrico e aos encargos setoriais;

V - considerar os efeitos locacionais na rede de distribuição e na rede de transmissão, decorrentes da localização do ponto de conexão da unidade consumidora com MMGD, observadas as especificidades técnicas das redes de distribuição de cada distribuidora, garantindo os aspectos de reprodutibilidade e transparência previstos nos incisos XI e XII;

VI - considerar os efeitos relativos à simultaneidade, sazonalidade e ao horário de consumo e de injeção de energia elétrica na rede ao longo do dia;

VII - contemplar eventuais diferenças de efeitos entre a geração próxima à carga e a geração remota;

VIII - considerar as eventuais diferenças de efeitos entre sistemas de geração despacháveis e não despacháveis de MMGD;

IX - considerar os efeitos de exposição contratual involuntária decorrente de eventual sobrecontratação de energia elétrica das distribuidoras em decorrência da opção de seus consumidores pelo regime de MMGD;

X - garantir que não haja duplicidade na incorporação e valoração dos custos e dos benefícios, inclusive quanto aos custos e benefícios que já são contemplados no Sistema de Compensação de Energia Elétrica;

XI - primar pela eficiência, simplicidade, clareza, economicidade, reprodutibilidade e objetividade dos critérios e metodologias, garantindo o atendimento à determinação do § 3º do art. 17 da Lei nº 14.300, de 2022; e

XII - garantir transparência e publicidade do processo, metodologia, custos e benefícios sistêmicos da MMGD, inclusive as bases de dados utilizados e memoriais de cálculo realizados.

Art. 2º A Aneel deve considerar os custos e benefícios das componentes decorrentes das Diretrizes que constam do art. 1º, resultando assim em uma soma de valores positivos e negativos, os quais serão consolidados em valor líquido a ser aplicado ao faturamento das unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).

§ 1º A soma de valores positivos e negativos de que trata o **caput** não pode resultar em abatimentos no faturamento superiores à soma de todas as componentes tarifárias não associadas ao custo da energia.

§ 2º Os efeitos contemplados nos incisos de I a X do **caput** do art. 1º podem ser considerados de forma combinada, bem como as unidades consumidoras com MMGD podem ser consideradas de forma agregada, caso possuam características semelhantes.

Art. 3º Orientar a Aneel que preveja revisão periódica das normas e procedimentos relativos aos custos e benefícios da MMGD.

Art. 4º Orientar a Aneel para dar publicidade ao valor da componente tarifária não associada ao custo da energia e não remunerada pelo consumidor-gerador sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do SCEE.

§ 1º Deve ser avaliado o impacto do valor de que trata o **caput** em relação à Conta de Desenvolvimento Energético e às tarifas dos consumidores do Ambiente de Contratação Regulada.

§ 2º Na ocorrência de mudanças na normatização da MMGD, o valor de que trata o **caput** deverá ser revisto, de forma a avaliar a repercussão das alterações promovidas.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE SILVEIRA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 132, DE 6 DE MAIO DE 2024

Institui, no âmbito da Advocacia-Geral da União, Grupo Especial, para assessoramento jurídico, acompanhamento e atuação nas demandas judiciais e extrajudiciais relacionadas às emergências e às políticas públicas de reconstrução e apoio à população afetada pela calamidade pública decorrente das chuvas que atingiram o território do Rio Grande do Sul a partir de 24 de abril de 2024.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, **caput**, incisos I, XIII e XVII, da Lei da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo nº 00400.001318/2024-81, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Advocacia-Geral da União, o Grupo Especial para assessoramento jurídico, acompanhamento e atuação nas demandas judiciais e extrajudiciais relacionadas às emergências e às políticas públicas de reconstrução e apoio à população afetada pela calamidade pública decorrente das chuvas que atingiram o território do Rio Grande do Sul a partir de 24 de abril de 2024.

Art. 2º Compete ao Grupo Especial:

I - auxiliar o Advogado-Geral da União na gestão do conhecimento jurídico relativo à atuação institucional em defesa das políticas públicas voltadas ao auxílio à população e à reconstrução do Estado do Rio Grande do Sul, atingidos pela calamidade pública;

II - prestar assessoramento jurídico ao Escritório do Governo Federal no Rio Grande do Sul e aos Ministros de Estado que nele atuam;

III - promover a articulação entre:

a) as Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios envolvidos e o Escritório do Governo Federal no Rio Grande do Sul;

b) o Escritório do Governo Federal no Rio Grande do Sul e as atividades locais de representação judicial e de consultoria e assessoramento jurídicos da Advocacia-Geral da União, exercidas pelas:

1. Consultoria Jurídica da União no Estado do Rio Grande do Sul;
2. Procuradoria Regional da União da 4ª Região;
3. Procuradoria Regional da Fazenda da 4ª Região;
4. Procuradoria-Regional Federal da 4ª Região; e

c) a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul e a Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre e os órgãos da Advocacia-Geral da União para enfrentamento da calamidade pública;

IV - promover a interlocução institucional com os Ministérios, as entidades da administração pública federal direta e indireta, a Casa Civil da Presidência da República, as autoridades e agentes públicos estaduais e municipais, no que diz respeito ao assessoramento jurídico para as políticas públicas propostas por estes órgãos e entidades para o enfrentamento da calamidade pública;

V - identificar as medidas e ações jurídicas junto ao Escritório do Governo Federal no Rio Grande do Sul, necessárias para o enfrentamento da calamidade pública, em apoio ao entes federativos atingidos;

VI - propor ao Advogado-Geral da União a adoção de medidas para solucionar questões de natureza jurídica que possam contribuir para a recuperação do Estado do Rio Grande do Sul e de seus Municípios; e

VII - auxiliar o Advogado-Geral da União na pronta resposta a demandas de assessoramento jurídico de alta complexidade relativas ao estado de calamidade pública enfrentado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º O Grupo Especial será composto por:

I - Um representante, titular e suplente dos seguintes órgãos:

a. Gabinete do Advogado-Geral da União; que o coordenará;
b. Secretaria-Geral de Contencioso;
c. Secretaria-Geral de Consultoria;
d. Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;
e. Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa;
f. Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde;
g. Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
h. Consultoria Jurídica junto ao Ministério dos Transportes;
i. Consultoria Jurídica junto ao Ministério de Portos e Aeroportos; e
j. Assessoria Jurídica junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

II - Dois representantes, titulares e suplentes dos seguintes órgãos:

a. Consultoria-Geral da União;
b. Procuradoria-Geral da União;
c. Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; e
d. Procuradoria-Geral Federal.

§ 1º Ato do Advogado-Geral da União designará o coordenador do Grupo.

§ 2º Os demais membros do Grupo Especial serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo coordenador do Grupo.

§ 3º O coordenador do Grupo:

I - terá interlocução direta com o Gabinete do Advogado-Geral da União;

II - poderá se reportar aos titulares dos órgãos referidos nos incisos I e II do **caput**; e

III - distribuirá tarefas e organizará as atividades dos integrantes do Grupo.

§ 4º A forma e periodicidade das atividades e reuniões do Grupo Especial serão estabelecidas por sua coordenação.

§ 5º Os demais membros do Grupo Especial serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelo coordenador do Grupo.

Art. 4º A Consultoria-Geral da União será o órgão responsável pelo apoio administrativo, técnico e operacional ao Grupo Especial.

Art. 5º Os integrantes do Grupo Especial com exercício fora de Brasília deverão participar das reuniões convocadas pela Coordenadora, preferencialmente, por meio de videoconferência.

Art. 6º A instituição do Grupo Especial de que trata esta Portaria Normativa não prejudica iniciativas similares por parte dos órgãos discriminados no art. 3º, bem como dos seus respectivos órgãos de execução, visando a maximização da atuação, sendo relevante a interlocução com a Coordenação do Grupo Especial.

Art. 7º A participação no Grupo Especial de que trata esta Portaria será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

Ministério da Agricultura e Pecuária

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MAPA Nº 680, DE 6 DE MAIO DE 2024

Prorroga por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do fim do prazo estabelecido pela Portaria MAPA nº 624, de 06 de novembro de 2023, o estado de emergência zoossanitária em todo o território nacional, declarado na Portaria MAPA nº 587, de 22 de maio de 2023, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres no Brasil.

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, no Decreto nº 8.133, de 28 de outubro de 2013, no Decreto nº 11.332, de 1º de janeiro de 2023, e o que consta no Processo SEI nº 21000.024077/2024-21, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do fim do prazo estabelecido pela Portaria MAPA nº 624, de 06 de novembro de 2023, o estado de emergência zoossanitária em todo o território nacional, declarado na Portaria MAPA nº 587, de 22 de maio de 2023.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS FÁVARO

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 434, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria Nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme artigo 6° da Instrução Normativa Nº 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme art. 10º da Instrução Normativa SDA Nº 30, de 07 de junho de 2006, e ainda o que consta do processo 21000.023141/2024-56, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a habilitação concedida ao (a) médico (a) veterinário(a) Ricardo Schmidt Dias, inscrito(a) no CRMV/SC sob o número 4828, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de testes de diagnóstico de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado de Santa Catarina.

Art. 2º Revoga-se a Portaria de nº 199, de 22 de Junho de 2011.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO

PORTARIA Nº 435, DE 30 DE ABRIL DE 2024

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria Nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme artigo 6° da Instrução Normativa Nº 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme art. 2º da Instrução Normativa SDA Nº 30, de 07 de junho de 2006, e ainda o que consta do processo 21000.022887/2024-42, resolve:

Art. 1º Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a) Ritieri Henrique Schena inscrito(a) no CRMV/ SC sob o número 13786, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de testes de diagnóstico de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado de Santa Catarina.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO

PORTARIA Nº 437, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria Nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme artigo 6° da Instrução Normativa Nº 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme art. 2º da Instrução Normativa SDA Nº 30, de 07 de junho de 2006, e ainda o que consta do processo 21000.022894/2024-44, resolve:

Art. 1º Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a) Lucas Felipe Kluge Grunitzki inscrito(a) no CRMV/ SC sob o número 10751, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de testes de diagnóstico de brucelose e tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO

PORTARIA Nº 438, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado da Portaria Nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e conforme artigo 6° da Instrução Normativa Nº 10, de 03 de março de 2017, que aprova o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT e conforme art. 2º da Instrução Normativa SDA Nº 30, de 07 de junho de 2006, e ainda o que consta do processo 21000.022895/2024-99, resolve:

Art. 1º Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a) Karlin Cristine Schvendtner inscrito(a) no CRMV/ SC sob o número 12931, para fins de execução de atividades previstas no Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal, referentes à realização de testes de diagnóstico de tuberculose e participação no processo de certificação de estabelecimentos de criação livres para brucelose e tuberculose bovina e bubalina, no estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO

PORTARIA Nº 439, DE 2 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria Nº 1.446, de 29/05/2023, de acordo com a Portaria Nº 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria Nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular Nº 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa Nº 22, de 20/06/2013, que define as normas para habilitação de Médico(a) Veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), e ainda o constante dos autos do Processo SEI Nº 21000.009137/2024-85, resolve:

Art. 1º Cancelar a pedido do(a) interessado(a), a habilitação concedida ao(a) médico(a) veterinário(a) Mayélli Paloma Pereira Bertusso - CRMV/SC Nº 12005, para expedir Guia de Trânsito Animal (GTA).

Art. 2º Revoga-se a PORTARIA Nº 342, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FÚLVIO BRASIL ROSAR NETO

SUPERINTENDÊNCIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

Aviso de Retificação da Portaria nº 659 de 26 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 02 de maio de 2024, na edição 84, seção 1, página 24,

Onde se lê : Tinguá, leia-se Tanguá"

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 19, DE 24 DE ABRIL DE 2024

O Coordenador Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA, no uso das suas atribuições legais, resolve dar publicidade ao resumo dos pós registros de agrotóxicos e afins, conforme o previsto no Artigo 14, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002.

1. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos as empresas DKBR Trading S.A., CNPJ Nº 33.744.380/0001-28-Londrina/PR, Filiais: CNPJ Nº 33.744.380/0002-09-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 33.744.380/0003-90-Iepê/SP, Fiagril Ltda, CNPJ Nº 02.734.023/0013-99-Lucas do Rio Verde/MT, a importar os produtos Branil 800 WG, registro nº 1621, Branil 250 FS, registro nº 9518, Bloqueo WG, registro nº 9207, Bloqueo Mix WG, registro nº 9607, Dazin 480 EC, registro nº 8199 e Ganador, registro nº 1908, conforme processo nº 21000.021111/2024-13.

2. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos as empresas Casa do Adubo S.A., CNPJ Nº 28.138.113/0030-01-Imperatriz/MA, Filiais: CNPJ Nº 28.138.113/0014-91-Ji Parana/RO, CNPJ Nº 28.138.113/0015-72-Nova Friburgo/RJ, CNPJ Nº 28.138.113/0011-49-Teixeira de Freitas/BA, Casal Comércio e Serviços Ltda, CNPJ Nº 27.338.151/0007-04- Ji Paraná/RO, Filiais: CNPJ Nº 27.338.151/0010-00-Imperatriz/MA, CNPJ Nº 27.338.151/0012-63-Friburgo/RJ, a importar o produto Grant, registro nº 7508, conforme processo nº 21000.022597/2024-07.

3. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Araguaia S.A., CNPJ Nº 39.496.730/0072-52-Água Boa/MT, a importar o produto Ridown Full, registro nº 06223, conforme processo nº 21000.022716/2024-13.

4. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores CAC Nantong Chemical Co., Ltd., endereço - Fourth Huanghai Road, Yangkou Chemical Industrial Park, Rudong County, Nantong City, Jiangsu Province - China, Hubei Trisun Chemicals Co., Ltd., endereço Nº 66-4 Xiaoting Avenue, Xiaoting District, Yichang City, Hubei - China, Weihai Hanfu Biochemical Medicine Co., Ltd., endereço Fengtaiding Village, Rushanzhai Town, Rushan City, Shandong - China, Zhejiang Xinan Chemical Industrial Group Co., Ltd., endereço - Xinanjiang, Jiande, Zhejiang, 311600 - China, no produto Dez, registro nº 05009, conforme processo nº 21000.022816/2024-40.

5. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto Bioexos Plus (0,3% Neem Oil), registro nº 17123, conforme processo nº 21000.022793/2024-73.

6. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto Simetria, Biospeed, Bioacelera, registro nº 00923, conforme processo nº 21000.022786/2024-71.

7. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto Stimutrop Premium, registro nº 30022, conforme processo nº 21000.022780/2024-02.

8. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Louis Dreyfus Company Brasil S.A., CNPJ Nº 47.067.525/0001-08-São Paulo/SP, Filiais: CNPJ Nº 47.067.525/0216-10-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 47.067.525/0214-58-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 47.067.525/0081-92-Paraguaçu Paulista/SP, a importar o produto Wexite, Golaco, Namira, Imperium, Furioso, registro nº 04623, conforme processo nº 21000.022715/2024-79.

9. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Araguaia S.A., CNPJ Nº 39.496.730/0072-52-Água Boa/MT, a importar o produto Safenith, Amblus, Chlonil, Dacomax, Dragonil, Endure, Teranil, registro nº 23419, conforme processo nº 21000.022713/2024-80.

10. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Louis Dreyfus Company Brasil S.A., CNPJ Nº 47.067.525/0001-08-São Paulo/SP, Filiais: CNPJ Nº 47.067.525/0216-10-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 47.067.525/0214-58-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 47.067.525/0081-92-Paraguaçu Paulista/SP, a importar o produto Tora, registro nº 18220, conforme processo nº 21000.022712/2024-35.

11. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Louis Dreyfus Company Brasil S.A., CNPJ Nº 47.067.525/0001-08-São Paulo/SP, Filiais: CNPJ Nº 47.067.525/0216-10-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 47.067.525/0214-58-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 47.067.525/0081-92-Paraguaçu Paulista/SP, a importar o produto Soldier, registro nº 13614, conforme processo nº 21000.022709/2024-11.

12. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CCAB Agro S.A., CNPJ Nº 08.938.255/0001-01-São Paulo/SP, Filial: CNPJ Nº 08.938.255/0010-00Aparecida de Goiânia/GO, a importar o produto Safenith, Amblus, Chlonil, Dacomax, Dragonil, Endure, Teranil, registro nº 23419, conforme processo nº 21000.022708/2024-77.

13. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Deseo, processo nº 21000.037053/2018-93, para marca comercial Haloxi Crop 540 EC, conforme solicitação feita através do processo nº 21000.022842/2024-78.

14. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Anhui Richen Plant Protection Engineering Co., Ltd., endereço No. 30, Kaiyuan Avenue Mohekou Industrial Park Bengbu Anhui China, no produto Elegance 500 SC, registro nº 20622, conforme processo nº 21000.022840/2024-89.

15. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Louis Dreyfus Company Brasil S.A., CNPJ Nº 47.067.525/0001-08-São Paulo/SP, Filiais: CNPJ Nº 47.067.525/0216-10-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 47.067.525/0214-58-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 47.067.525/0081-92-Paraguaçu Paulista/SP, a importar o produto Grasidim, Simodin, Clemos, Efordim, Cortain, Beliten, Chlodim, registro nº 22221, conforme processo nº 21000.022704/2024-99.

16. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Louis Dreyfus Company Brasil S.A., CNPJ Nº 47.067.525/0001-08-São Paulo/SP, Filiais: CNPJ Nº 47.067.525/0216-10-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 47.067.525/0214-58-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 47.067.525/0081-92-Paraguaçu Paulista/SP, a importar o produto Decorum, Aminespray, Cadma, Hedonal, Herbaking, registro nº 00115, conforme processo nº 21000.022701/2024-55.

17. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto Nemaster, registro nº 16920, conforme processo nº 21000.022045/2024-91.

18. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 05.280.269/0001-92-Foz do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº 05.280.269/0002-73-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 05.280.269/0003-54-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 05.280.269/0004-35-Paulínia/SP, CNPJ Nº 05.280.269/0005-35-Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280.269/0006-35-Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280269/0007-88-Carazinho/RS, CNPJ Nº 05.280269/0008-69-Luis Eduardo Magalhães/BA, a importar o produto Sulvari, registro nº 16120, conforme processo nº 21000.014067/2024-87.

19. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shenyang Sciencreat Chemicals Co., Ltd., endereço Xihejiubei Street 17, Chemical Industry Area, Shenyang Economy and Technology Development Zone, Shenyang, Liaoning - China, no produto Hummer, registro nº 06613, conforme processo nº 21000.022798/2024-04.

20. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Bayer S.A., endereço Carrera 50, Calle 8, Soledad, Atlantico, Colômbia, no produto Ethrel 720, registro nº 03292, conforme processo nº 21016.002937/2024-04.

21. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Etefom Técnico BCS, registro nº TC12823, no produto formulado Ethrel 720, registro nº 03292, conforme processo nº 21016.002937/2024-04.

22. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agroallianz S.A., CNPJ Nº 27.150.699/0001-22-Campinas/SP, a importar o produto Rateio 200 SL, registro nº 34621, conforme processo nº 21000.014415/2024-16.

23. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto BTP 167-21, registro nº 23123, para marca comercial Biolucro, conforme processo nº 21000.022962/2024-75.

24. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Boscalid Técnico Nortox III, registro nº TC01624, no produto formulado Boscalid Nortox 500 WG, registro nº 35922, conforme processo nº 21000.023001/2024-88.

25. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Jiangsu Noon Crop Science Co., Ltd., endereço North of Xujia Fast-track, Xuzhou Industrial Park Xuzhou Jiangsu China, no produto Macroquat 200 SL, registro nº 25321, conforme processo nº 21000.022982/2024-46.

26. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto Scout Ultra, processo nº 21000.007675/2008-15, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21016.002963/2024-24.

27. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 16 de junho de 2014, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura da Uva e culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente CSFI: Subgrupo 2B Caju, Caqui, Carambola, Figo, Goiaba, Mangaba e Quiuí, no produto Terminus, registro nº 11722, conforme processo nº 21016.006888/2023-90.

28. De acordo com o Art. 22, § 4º, Incisos I, II e III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Cana-de-açúcar, Eucalipto e Tomate, com o aumento de dose e do número máximo de aplicações para Café e inclusão de alvo biológico *Pseudaletia sequax*, com aumento de dose e do número máximo de aplicações para Trigo no produto TERMINUS, registro nº 11722, conforme processo nº 21000.083714/2023-10.

29. De acordo com o Art. 22, §1º Inciso VII, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de alvos biológicos

Podridão dos grãos / Quebramento das hastes *Diaporthe ueckerae/miriciae Diaporthe longicolla Colletotrichum truncatum Colletotrichum cliviicola/clivae Cercospora flagelaris Fusarium incarnatum*

Fusarium equiseti Fusarium proliferatum na cultura da Soja, sem aumento de dose, no produto Vessarya, registro nº 19916, conforme processo nº 21016.001698/2024-67.

30. De acordo com o Art. 22, §4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura da Soja, no produto Chlorothalonil 720 SC Yonon, registro nº 3224, conforme processo nº 21000.018850/2024-10.

31. De acordo com o Art. 22, §1º Inciso VII, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de alvos biológicos Amaranthus hybridus Amaranthus viridis Ipomoea grandifolia Bidens pilosa Tridax procumbens na cultura Soja, sem aumento de dose para o produto Helva, registro nº 4023, conforme processo nº 21016.005904/2023-27.

32. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I e III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Cypershot, processo nº 21000.072065/2021-60, da empresa AllierBrasil Agro Ltda, sito à Rua Dona Antônia de Queiros, 504, sala 123, CEP: 01307-013,São Paulo/SP para empresa Solus Indústria Química Ltda, sito à Rodovia BR 376, nº 1441, Parque Industrial Zona Oeste II, CEP: 86800-762, Apucarana/PR, conforme processo nº 21000.022837/2024-65.

33. De acordo com o Art. 22, §4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura do Algodão, para o produto Yamato SC, registro nº 15520, conforme processo nº 21000.119885/2022-11.

34. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso VII do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a redução de dose na cultura da Cana-de-açúcar para o produto Approve WG, registro nº 30717, conforme processo nº 21016.000902/2024-22.

35. De acordo com o Art. 22, §4º Inciso VI do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a redução do Intervalo de Segurança de 50 dias para 40 dias, e o aumento do Limite Máximo de Resíduos de 0,05 mg/Kg para 0,08 mg/Kg na cultura da Maçã, para o produto Viviful SC, registro nº 30817, conforme processo nº 21016.001188/2024-90.

36. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso VII, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de alvos biológicos *Ceratocystis paradoxa Macrophomina phaseolina Pratylenchus brachyurus,* indicado em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico, sem aumento de dose, para o produto OuroTricx, registro nº 0420, conforme processo nº 21016.000863/2024-63.

37. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração do processo de síntese e da composição qualitativa e quantitativa do produto Protioconazol Técnico Adama BR, registro nº TC04621, conforme processo nº 21016.009270/2021-10.

38. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Sowin Agronegócio Ltda, CNPJ Nº 48.644.897/0001-12-São Paulo/SP, a importar os produtos Zarpal, registro nº 31422,

Arena, registro nº 16407, Cruzaro 480 EC, registro nº 26820, Tropero, registro nº 2808, Trinity 250 SC, registro nº 15508, Pupendo, registro nº 30123, Dinky 200 SP, registro nº 26718, Ensis-Turbo, registro nº 9420, Parapente, registro nº 34523, Ruffex, registro nº 15716, Chutix, registro nº 18022, Turuna, registro nº 014207, conforme processo nº 21000.023051/2024-65.

39. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Espirodiclofeno Ascenza Técnico, registro nº TC00924, no produto formulado Cloud, registro nº 09323, conforme processo nº 21000.023080/2024-27.

40. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão das marcas comerciais Imidacloprid 600 FS CHD'S e Resplendor , no produto formulado Imidacloprid 600 FS Hailir, registro nº 04224, conforme processo nº 21000.023194/2024-77.

41. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Summa Nortox , processo nº 21000.035546/2016-27, para marca comercial Imidacloprid F Nortox, conforme processo nº 21000.023183/2024-97.

42. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do manipulador CTVA Proteção de Cultivos Ltda -Paulínia/SP, nos produtos Accent, registro nº 05806, Curavial, registro nº 008198, Front, registro nº 10110, Navius, registro nº 03923, Navius BR, registro nº 03823, Rejuvra, registro nº 05323, conforme processo nº 21000.023099/2024-73.

43. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Actionis, processo nº 21000.043413/2017-13, para marca comercial Difenoconazol Nortox 250 SC, conforme processo nº 21000.023173/2024-51.

44. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Jadesheen Biotech Co. Ltd., endereço Fine Chemical Park Caijiashan Xinhang Guangde City, Anhui China, no produto Cartago, registro nº 19018, conforme processo nº 21000.023138/2024-32.

45. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Gharda Chemicals Limited, endereço D-1/2, MIDC, Lote Parshuram Tal Khed Dist. Ratnagiri Maharashtra 415722, Índia, no produto Cipermetrina EC Prentiss, registro nº 378907, conforme processo nº 21016.002692/2024-15.

46. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Acetamiprido Técnico Hailir, registro nº TC00624, no produto formulado Elestal Neo, registro nº 00123, conforme processo nº 21000.022979/2024-22.

47. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Acetamiprido Técnico Hailir, registro nº TC00624, no produto formulado Inzak Zeon, registro nº 07323, conforme processo nº 21000.022964/2024-64.

48. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial Stiva, no produto formulado Erradik, registro nº 36321, conforme processo nº 21000.023132/2024-65.

49. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do manipulador Radienz Living Chicago, LLC, endereço 1804 West Central Road, Mount Prospect, lllinois, 60056, Estados Unidos da América, nos produtos Coact, registro nº 05199, Pacto, registro nº 07398, Paxeo, registro nº 28021, Spider 840 WG, registro nº 05097, conforme processo nº 21000.023096/2024-30.

50. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador FMC Química do Brasil Ltda-Barra Mansa/RJ, nos produtos Accent, registro nº 05806, Aproach Prima, registro nº 009107, Classic, registro nº 0938801, Curavial, registro nº 008198, Curzate, registro nº 19507, Dermacor, registro nº 9515, Dermacor BR, registro nº 9717, Equation, registro nº 01499, Front, registro nº 10110, Graster, registro nº 19308, Lannate BR, registro nº 1238603, Midas BR, registro nº 02800, Savey WP, registro nº 028903, Talento, registro nº 000107, Vessarya, registro nº 19916, conforme processo nº 21000.023067/2024-78.

51.Em atendimento a solicitação feita através do Ofício nº 2062/2021-IBAMA e protocolo nº GEREP Nº 0537/2024, suspendemos o registro do produto Suprathion Técnico 900, registro nº 01538803, conforme processo nº 21000.022267/2024-11.

52.. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do manipulador Corteva Agriscience do Brasil Ltda-Paulínia/SP, nos produtos Coact, registro nº05199, Delegate, registro nº 14414, Elevore, registro nº 26123, Pacto, registro nº 07398, Paxeo, registro nº 28021, Spider 840 WG, registro nº 05097, Texaro, registro nº 13522, conforme processo nº 21000.023059/2024-21.

53. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto Bioshield, registro nº 19822, conforme processo nº 21000.021747/2024-57.

54. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto BTP 002-18, registro nº 32523, conforme processo nº 21000.021730/2024-08.

55. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto BTP 159-21 AB, registro nº 06524, conforme processo nº 21000.021720/2024-64.

56. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto BTP 159-21 AC, registro nº 26423, conforme processo nº 21000.021714/2024-15.

57. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto Bioturim, registro nº 25723, conforme processo nº 21000.021707/2024-13.

58. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto Biobrev Full, registro nº 32423, conforme processo nº 21000.019602/2024-96.

59. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Goplan S.A., CNPJ Nº 37.422.096/0001-96-Campinas/SP, Filiais: CNPJ Nº 37.422.096/0002-77-Araguaína/TO, CNPJ Nº 37.422.096/0003-58-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº37.422.096/0004-39-Araguari/MG, CNPJ Nº 37.422.096/0006-09-Carazinho/RS, CNPJ Nº 37.422.096/0007-81-Ibiporã/PR, a importar o produto Sulban, registro nº 23320, conforme processo nº 21000.023263/2024-42.

60. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura da Cana-de-açúcar para o produto Galop M, registro nº 5914, conforme processo nº 21000.069232/2022-76.

61. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura do Amendoim para o produto Cheval, registro nº 21420, conforme processo nº 21000.015965/2022-91.

62. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e a Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho de 2014, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de culturas Aveia e Triticale, e CSFI: Subgrupo 7B, Trigo - Aveia e Triticale, para o produto Araddo, registro nº 20020, conforme processo nº 21016.006648/2022-12.

63. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e a Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho de 2014, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Abacate, Abacaxi, Anonáceas, Azeitona, Batata-doce, Batata-yacon, Beterraba, Cacau, Caju, Caqui, Cará, Carambola, Centeio, Chalota, Cupuaçu, Ervilha, Feijões, Figo, Goiaba, Grão-de-bico, Guaraná, Inhame, Kiwi, Lentilha, Lichia, Macadâmia, Mamão, Mamona, Mandioca, Mandioquinha-salsa, Manga, Mangaba, Maracujá, Nabp, Noz-pecã, Rabanete, Romã e Uva de Mesa, para o produto Azimut, registro nº 13612, conforme processo nº 21000.118020/2022-20.

64. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Amendoim e Feijão para o produto Magnum, registro nº 34318, conforme processo nº 21016.005485/2022-42.

65. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e a Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho de 2014, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Amendoim, Ervilha, Feijões, Grão-de-bico e Lentilha, e CSFI: 6A Feijão - Amendoim, Ervilha, Feijões, Grão-de-bico e Lentilha, para o produto Squad, registro nº 00722, conforme processo nº 21016.005957/2022-67.

66. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso VII do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de alvo biológico Dalbulus maidis na cultura do Milho, com aumento de dose para o produto Squad, registro nº 0722, conforme processo nº 21000.107711/2022-06.

67. De acordo com o Art. 22, §4º Inciso V do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da modalidade de aplicação aérea nas culturas Arroz Irrigado, Cana-de-açúcar, Cebola, Eucalipto, Pinus e Repolho, para o produto Galigan 240 EC, registro nº 8598, conforme processo nº 21000.080438/2022-57.

68. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura do Citros para o produto Aminol 806, registro nº 0195, conforme processo nº 21000.085223/2022-22.

69. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura da Aveia para o produto Trop Max, registro nº 20820, conforme processo nº 21000.112752/2022-14.

70. De acordo com o Art. 22, §1º Inciso VII, § 4º Inciso I do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de alvos biológicos

Portulaca oleracea Amaranthus hybridus Acanthospermum hispidum Acanthospermum australe Ipomoea aristolochiaefolia Sida rhombifolia Brassica rapa Raphanus raphanistrum Bidens pilosa

Galinsoga parviflora Blainvillea latifolia Richardia brasiliensis Commelina benghalensis Oryza sativa Echinochloa crusgalli Brachiaria decumbens Panicum maximum Melinis minutiflora Cyperus ferax

Cyperus difformis na cultura da Cana-de-açúcar e aumento de dose para controle das pragas Cenchrus echinatus Digitaria horizontalis Brachiaria plantaginea Eleusine indica na cultura da Cana-de-açúcar, para o produto Galigan 240 EC, registro nº 8598, conforme processo nº 21000.077682/2022-32.

71. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial Pugil 720 SC, no produto formulado Echo, registro nº 012407, conforme processo nº 21000.023295/2024-48.

72. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Goplan S.A., CNPJ Nº 37.422.096/0001-96-Campinas/SP, Filiais: CNPJ Nº 37.422.096/0002-77-Araguaína/TO, CNPJ Nº 37.422.096/0003-58-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº37.422.096/0004-39-Araguari/MG, CNPJ Nº 37.422.096/0006-09-Carazinho/RS, CNPJ Nº 37.422.096/0007-81-Ibiporã/PR, a importar o produto Atom, registro nº 016107, conforme processo nº 21000.023313/2024-91.

73. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Goplan S.A., CNPJ Nº 37.422.096/0001-96-Campinas/SP, Filiais: CNPJ Nº 37.422.096/0002-77-Araguaína/TO, CNPJ Nº 37.422.096/0003-58-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº37.422.096/0004-39-Araguari/MG, CNPJ Nº 37.422.096/0006-09-Carazinho/RS, CNPJ Nº 37.422.096/0007-81-Ibiporã/PR, a importar o produto Comboio, registro nº 06217, conforme processo nº 21000.023533/2024-15.

74. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Goplan S.A., CNPJ Nº 37.422.096/0001-96-Campinas/SP, Filiais: CNPJ Nº 37.422.096/0002-77-Araguaína/TO, CNPJ Nº 37.422.096/0003-58-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº37.422.096/0004-39-Araguari/MG, CNPJ Nº 37.422.096/0006-09-Carazinho/RS, CNPJ Nº 37.422.096/0007-81-Ibiporã/PR, a importar o produto Buzz, registro nº 07306, conforme processo nº 21000.023539/2024-92.

75. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Albaugh Agro Brasil Ltda, CNPJ Nº 01.789.121/0001-27-São Paulo/SP, Filiais: CNPJ Nº 01.789.121/0011-07-Paulínia/SP, CNPJ Nº 01.789.121/0004-70-Resende/RJ, CNPJ Nº 01.789.121/007-12-Carazinho/RS, CNPJ Nº 01.789.121/0009-84-Rondonópolis/MT, CNPJ Nº 01.789.121/0002-08-Ibiporã/PR, a importar o produto Diafentiurom Técnico Proventis II, registro nº TC14721, conforme processo nº 21000.023543/2024-51.

76. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Ticrus, processo nº 21000.046001/2020-22, para marca comercial SCLA309104, conforme processo nº 21000.023397/2024-63.

77. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Goplan S.A., CNPJ Nº 37.422.096/0001-96-Campinas/SP, Filiais: CNPJ Nº 37.422.096/0002-77-Araguaína/TO, CNPJ Nº 37.422.096/0003-58-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº37.422.096/0004-39-Araguari/MG, CNPJ Nº 37.422.096/0006-09-Carazinho/RS, CNPJ Nº 37.422.096/0007-81-Ibiporã/PR, a importar o produto Cutlass, Favorito 700 WG, registro nº 1510, conforme processos nºs 21000.023337/2024-41 e 21000.023353/2024-33.

78. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos as empresas Casa do Adubo S.A., CNPJ Nº 28.138.113/0014-91-Ji-Paraná/RO, Filiais: CNPJ Nº 28.138.113/0030-01-Imperatriz/MA, CNPJ Nº 28.138.113/0015-72-Nova Friburgo/RJ, CNPJ Nº 28.138.113/0011-49-Teixeira de Freitas/BA, Casal Comércio e Serviços Ltda, CNPJ Nº 27.338.151/0007-04- Ji-Paraná/RO, Filiais: CNPJ Nº 27.338.151/0010-00-Imperatriz/MA, CNPJ Nº 27.338.151/0012-63-Nova Friburgo/RJ, a importar o produto Clorotalonil 720 SC Loveland, registro nº 19122, conforme processo nº 21000.023392/2024-31.

79. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Goplan S.A., CNPJ Nº 37.422.096/0001-96-Campinas/SP, Filiais: CNPJ Nº 37.422.096/0002-77-Araguaína/TO, CNPJ Nº 37.422.096/0003-58-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº37.422.096/0004-39-Araguari/MG, CNPJ Nº 37.422.096/0006-09-Carazinho/RS, CNPJ Nº 37.422.096/0007-81-Ibiporã/PR, a importar o produto Sulvari, registro nº 16120, conforme processo nº 21000.023551/2024-05.

80. De acordo com o Art. 22, §1º Inciso V, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração de endereço da empresa registrante Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda, endereço , Avenida Queiroz Filho, 1700, Torre E, Conjunto 810, Vila Hamburguesa, CEP: 05319-000, São Paulo/SP para endereço Rua Barão do Triunfo, 612, sala 1701, Brooklin Paulista, CEP: 04602-002, São Paulo/SP, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como registrante, fabricante e formulador, importador/exportador, conforme processo nº 21000.023495/2024-09.

81. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 05.280.269/0001-92-Foz do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº 05.280.269/0002-73-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 05.280269/0003-54-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 05.280.269/0004-35-Paulínia/SP, CNPJ Nº 05.280269/0006-05-Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280.269/0005-16-Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280.269/0007-88-Carazinho/RS, CNPJ Nº 05.280.269/0008-69-Luis Eduardo Magalhães/BA, a importar o produto Methos 960 TM, registro nº 27922, conforme processo nº 21000.023429/2024-21.

82. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Lda, CNPJ Nº 60.744.463/0001-90-São Paulo/SP, Filial: CNPJ Nº 60.744.463/0010-80-Paulínia/SP, a importar o produto Acetamiprido Técnico Hailir, registro nº TC00624, conforme processo nº 21000.023382/2024-03.

83. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto Quorum, registro nº 19922, conforme processo nº 21000.023433/2024-99.

84. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto BTP 010-19A, registro nº 27221, conforme processo nº 21000.023419/2024-95.

85. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto BTP 007-19, registro nº 31022, conforme processo nº 21000.023426/2024-97.

86. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, no produto BTP 177-21, registro nº 31423, conforme processo nº 21000.023423/2024-53.

87. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Alta-América Latina Tecnologia Agrícola Ltda, CNPJ Nº 10.409.614/0001-85-Curitiba/PR, Filiais: CNPJ Nº 10.409.614/0002-66-Ibiporã/PR, CNPJ Nº 10.409.614/0004-28-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 10.409.614/0005-09-Uberaba/MG, CNPJ Nº 10.409.614/0006-90-Passo Fundo/RS, CNPJ Nº 10.409.614/0003-47-Barueri/SP, a importar o produto Agroshield, Clorotalonil 825 WG NGC, registro nº 24822, conforme processo nº 21000.023630/2024-16.

88. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos as empresas Nortox S.A., CNPJ Nº 75.263.400/0001-99-Arapongas/PR, Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A., CNPJ Nº 07.467.822/0001-26-Maracanaú/CE, Filiais: CNPJ Nº 07.467.822/0012-89-Barueri/SP, CNPJ Nº 07.467.822/0004-79-Ibiporã/PR, a importar o produto Raker Top, registro nº 29423, conforme processo nº 21016.003018/2024-40.

89. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Nortox S.A.- Arapongas/PR e Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A.-Maracanaú/CE, no produto Raker Top, registro nº 29423, conforme processo nº 21016.003018/2024-40.

90. De acordo com o Art. 22, §1º Inciso V, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração de endereço da empresa registrante Agro-Lead Assessoria em Produtos Agrícolas Ltda, endereço Rua Ubajara, 142, Quarta Parada, CEP: 03174-120, São Paulo/SP para endereço Avenida Marechal Fiuza de Castro, 194, sala 8, Jardim Pinheiros, CEP: 05596-000, São Paulo/SP, esta alteração contempla os registros dos produtos, onde conste como registrante, fabricante e formulador, importador/exportador, conforme processo nº 21000.023434/2024-33.

91. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos as empresas Casa do Adubo S.A., CNPJ Nº 28.138.113/0014-91-Ji-Paraná/RO, Filiais: CNPJ Nº 28.138.113/0030-01-Imperatriz/MA, CNPJ Nº 28.138.113/0015-72-Nova Friburgo/RJ, CNPJ Nº 28.138.113/0011-49-Teixeira de Freitas/BA, Casal Comércio e Serviços Ltda, CNPJ Nº 27.338.151/0007-04- Ji-Paraná/RO, Filiais: CNPJ Nº 27.338.151/0010-00-Imperatriz/MA, CNPJ Nº 27.338.151/0012-63-Nova Friburgo/RJ, a importar o produto Glimor WG, registro nº 23623, conforme processo nº 21000.023594/2024-82.

92. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto Sulfentrazone Técnico Nortox IV, processo nº 21000.045081/2019-65, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21000.023496/2024-45.

93. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos as empresas Casa do Adubo S.A., CNPJ Nº 28.138.113/0014-91-Ji-Paraná/RO, Filiais: CNPJ Nº 28.138.113/0030-01-Imperatriz/MA, CNPJ Nº 28.138.113/0015-72-Nova Friburgo/RJ, CNPJ Nº 28.138.113/0011-49-Teixeira de Freitas/BA, Casal Comércio e Serviços Ltda, CNPJ Nº 27.338.151/0007-04- Ji-Paraná/RO, Filiais: CNPJ Nº 27.338.151/0010-00-Imperatriz/MA, CNPJ Nº 27.338.151/0012-63-Nova Friburgo/RJ, a importar o produto Marte WG, registro nº 21017, conforme processo nº 21000.023608/2024-68.

94. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do formulador FMC Química do Brasil Ltda-Barra Mansa/RJ, no produto Solara 500, registro nº 05905, conforme processo nº 21000.013961/2024-30.

95. De acordo com o Art. 22, §4º Inciso I, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a alteração de dose com aumento de dose total na cultura da Soja, para o produto Maxcel, registro nº 3506, conforme processo nº 21016.000555/2023-57.

96. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial Jupi, no produto formulado Raker Top, registro nº 29423, conforme processo nº 21016.003022/2024-16.

97. De acordo com o Art. 22, §4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Café e Trigo, para o produto Coach, registro nº 9221, conforme processo nº 21016.008028/2023-91.

98. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a exclusão do manipulador Corteva Agriscience do Brasil Ltda-Paulínia/SP, nos produtos Accent, registro nº 05806, Classic, registro nº 0938801, Curavial, registro nº 008198, Equation, registro nº 01499, Front, registro nº 10110, Navius, registro nº 03923, Navius BR, registro nº 03823, Rejuvra, registro nº 05323, Savey WP, registro nº 028903, Talento, registro nº 000107, Zorvec Enicade, registro nº 13722, Zorvec Zelavin, registro n º 13822, conforme processo nº 21000.023669/2024-25.

99. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Amaggi Exportação e Importação Ltda, CNPJ Nº 77.294.254/0001-94-Cuiabá/MT, Filiais: CNPJ Nº 77.294.254/0050-72-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 77.294.254/0077-92-Sorriso/MT, CNPJ Nº 77.294.254/0022-19-Cerejeiras/RO, a importar o produto Apaleo, Verso, registro nº 26023, conforme processo nº 21000.023700/2024-28.

100. De acordo com o Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, Art. 14, cancelamos o pleito de registro do produto Metomil Ascenza Técnico, processo nº 21000.025868/2019-19, em atendimento a solicitação feita através do processo nº 21000.023076/2024-69.

101. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda, CNPJ Nº 60.744.463/0001-90-São Paulo/SP, Filial: CNPJ Nº 60.744.463/0010-80-Paulínia/SP, a importar o produto Cruzaro 480 EC, registro nº 26820, conforme processo nº 21000.024211/2924-93.

102. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada pelos órgãos federais de registro a alteração de formulação para o produto Imazaquim Ultra Nortox, registro nº 03802, conforme processo nº 21016.001578/2023-89.

103. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do pleito de registro do produto Fantastic Supra, processo nº 21016.001621/2021-44, para marca comercial Cattar, conforme processo nº 21000.024287/2024-19.

104. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial Onprotect N, no produto formulado Bamytis, registro nº 37122, conforme processo nº 21016.003053/2024-69.

105. De acordo com o Art. 22, § 4º Incisos III e V, §1º Inciso VII do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, e a Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 16 de junho de 2014, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de culturas CSFI Aveia, Milho, Centeio, Cevada, Duboisia, Milheto, Sorgo e Triticale e da cultura do Trigo, inclusão de recomendação de modalidade de aplicação aérea manejo outonal para as culturas Algodão e Soja; inclusão de alvos biológicos Gossypium hirsutum, Euphorbia heterophylla, Aeschynomene rudis, Alternanthera tenella, Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis, Acanthospermum hispidum, Amaranthus deflexus, Amaranthus hybridus, Ipomoea grandifolia, Ipomea purpúrea, Sida rhombifolia, Lepidium virginicum, Ageratum conyzoides, Brassica rapa, Raphanus raphanistrum, Galinsoga parviflora, Bidens pilosa, Richardia brasiliensis, Leonorus sibiricus, Sonchus oleraceus, Glycine max, Commelina benghalensis, Acanthospermum hispidum, Amaranthus deflexus, Amaranthus hybridus, Ageratum conyzoides para cultura do Arroz, Euphorbia heterophylla, Portulaca oleracea, Amaranthus deflexus, Croton glandulosus, Sida glaziovii, Sida cordifolia, Solanum palinacanthum, Senecio brasiliensis, Solanum americanum, Momordica charantia, Bidens pilosa para cultura da pastagem, Gossypium hirsutum, Euphorbia heterophylla, Portulaca oleracea, Conyza sumatrensis, Conyza bonariensis, Acanthospemum hispidum, Amaranthus hybridus, Amaranthus viridis, Amarathus deflexus, Ipomoea purpúrea, Spermacoce latifólia, Sida rhombifolia, Ageratum conyzoides, Lepidium virginicum, Brassica rapa, Raphanus raphanistrum, Galinsoga parviflora, Richardia brasiliensis, Leonorus sibriricus, Sonchus oleraceus, Glycine max, Commelina benghalensis para a cultura da Soja, para o produto 2,4-D CHD'S, registro nº 11708, conforme processo nº 21016.001937/2023-06.

106. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial Onceres, no produto formulado Veles, registro nº 21021, conforme processo nº21016.003054/2024-11.

107. De acordo com o Art. 22, § 4º Incisos III, I e VI, § 1º Inciso VII, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão das culturas Milheto, Sorgo e Milho, aumento de dose do Milho de 0,5 - 0,75 p.c./ha para 0,8 -1,o p.c./ha, o volume de calda também foi alterado para 150 K/ha; alteração de intervalo de segurança redução do IS do Tomate de 7 dias para 1 dia; inclusão de alvo biológico Dalbulus maidis (cigarrinha-do-milho) na cultura do Milho, para o produto Pirate, registro nº 5898, conforme processo nº 21016.001874/2023-80.

108. De acordo com o Art. 22 § 4º Inciso III e § 1º Inciso VII do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão de culturas Arroz Irrigado e Feijão, inclusão de alvos biológicos *Ageratum conyzoides Hyptis suaveolens Acanthospermum australe Acanthospermum hispidum Ipomoea nil Alternanthera tenella*

Ipomoea purpurea Amaranthus hybridus Nicandra physaloides Amaranthus spinosus Portulaca oleracea Amaranthus viridis Raphanus raphanistrum Emilia sonchifolia Brachiaria plantaginea Richardia brasiliensis

Cenchrus echinatus Sida rhombifolia Commelina benghalensis Solanum americanum Croton glandulosus Solanum sisymbriifolium Digitaria horizontalis Digitaria sanguinalis Spermacoce latifolia Echinochloa crusgalli Tridax procumbens Echinochloa colonum Hyptis lophanta na cultura da Soja, para o produto Imazetapir Prentiss, Imazetapir 106 SL, registro nº 7308, conforme processo nº 21016.000909/2023-63.

109. De acordo com o Art. 22, § 4º Inciso III do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada alteração nas recomendações de uso do produto, com a inclusão da cultura Soja OGM tolerante ao glifosato, para o produto Sato 648, registro nº 37322, conforme processo nº 21016.001078/2023-47.

110. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Indústrias Química Lorena Ltda-Roseira/SP, no produto Progranic Mega, registro nº 34822, conforme processo nº 21000.015225/2024-16.

111. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos Glifosato Técnico SH, registro nº 34419, Glifosate Técnico Monsanto, registro nº01998, Glyphosate Técnico Fuhua, registro nº 292318, no produto formulado Glimor WG, Glifosato BRA WG, registro nº 23623, conforme processo nº 21000.024273/2024-03.

112. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Somax Agro do Brasil Ltda, CNPJ Nº 45.923.627/0004-03-Cuiabá/MT, a importar o produto Agrotop, registro nº 28220, conforme processo nº 21000.024865/2024-17.

113. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agriconnection Importadora e Exportadora de Insumos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 35.574.238/0001-05-Campo Verde/MT, Filiais: CNPJ Nº 39.496.730/0009-18-Itu/SP, CNPJ Nº 39.496.730/0008-37-Ibiporã/PR, CNPJ Nº39.496.730/0002-41-Cuiabá/MT, a importar o produto Cyptrin Prime, Supercyper 250 EC, Grandcyper 250 EC, Cypertag 250 EC, Jockey 250 EC, Siren Cyp 250 EC, registro nº 07315 conforme processo nº21000.016816/2024-19.

114. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto Cattar, registro nº 06124, para marca comercial MIL FF 380/06, conforme processo nº 21000.024253/2024-24.

115. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda, CNPJ Nº 02.734.023/0013-99-Lucas do Rio Verde/MT, a importar o produto Aplaeo, Verso, registro nº 26023, conforme processo nº 21000.024882/2024-54.

116. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Amaggi Exportação e Importação Ltda, CNPJ Nº 77.294.254/0001-94-Cuiabá/MT, Filiais: CNPJ nº 77.294.254/0050-72-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 77.294.254/0077-92-Sorriso/MT, a importar o produto Cartago, registro nº 19018, conforme processo nº 21000.022560/2024-71.

117. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Shandong Avilive Chemical Co., Ltd., endereço no. 99Zhengda Road, Linyi Economic and Technological Development Zone, Shandong China, no produto Cartago, registro nº 19018, conforme processo nº 21000.022560/2024-71.

118. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda, CNPJ Nº 02.734.023/0013-99-Lucas do Rio Verde/MT, a importar o produto Olasoja 500 SC, registro nº 09823, conforme processo nº 21052.006475/2024-50.

119. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial Titanium Bove, no produto formulado Beauve 100, registro nº 07622, conforme processo nº 21000.024565/2024-38.

120. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda, CNPJ Nº 02.734.023/0013-99-Lucas do Rio Verde/MT, a importar o produto Olasul 500 SC, registro nº 24823, conforme processo nº 21052.006476/2024-02.

121. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial Titanium Meta, no produto formulado Hizium 100, registro nº 07722, conforme processo nº 21000.024579/2024-51.

122. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda, CNPJ Nº 02.734.023/0013-99-Lucas do Rio Verde/MT, a importar o produto Olatazon 400 EC, registro nº 32323, conforme processo nº 21052.006477/2024-49.

123. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda, CNPJ Nº 02.734.023/0013-99-Lucas do Rio Verde/MT, a importar o produto Lubaquat 200 SL, registro nº 15422, conforme processo nº 21052.006478/2024-93.

124. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Hebei Lanrun Plant Protection Technology Co., Ltd., endereço East Side of The Nanjing Third Road, Chemical Avenue, Lingang Development Zone, Cangzhou City, Hebei Province, P.R. China, no produto Freno 240 EC, registro nº 13419, conforme processo nº 21000.024910/2024-33.

125. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Synwill Nantong Chemical Co. Ltd., endereço no. 20 4th Haibin Road, Ruclong Coastal Ecomic Development Zone

Nantong City, Jiangsu Province 226407, P.R. China, Zhejiang Kingway Biotecnologia Co. Ltd., endereço no. 97-2 Waisha Road, Jiaojiang District, Taizhou City, Zhejiang Province, 318000, P.R., China, no produto Maratona 250 FS, registro nº 14421, conforme processo nº 21052.006480/2024-62.

126. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Fiagril Ltda, CNPJ Nº 02.734.023/0013-99-Lucas do Rio Verde/MT, a importar o produto Clorpirifos 480 EC Luba, registro nº 36822, conforme processo nº 21052.006479/2024-38.

127. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 18.858.234/0001-30-São Miguel do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº18.858.234/0004-82-Luis Eduardo Magalhães/BA, CNPJ Nº 18.858.234/0006-44-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 18.858.234/0003-00-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 18.858.234/0005-63-Balsas/MA, CNPJ Nº 18.858.234/0003-00-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 18.858.234/0007-25-Carazinho/RS, CNPJ Nº 18.858.234/0008-06-Barueri/SP, CNPJ Nº 18.858.234/0010-20-Uberaba/MG, CNPJ Nº 18.858.234/0009-97-Dourados/MS, CNPJ Nº 18.858.234/0011-01-Penha/SC, a importar o produto Acefato Técnico Solus, registro nº TC13822, conforme processo nº 21000.024932/2024-01.

128. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Hubei Iprochem Biotec Co. Ltd., endereço North of No.2 Huaxiang Road, Salt Chemical Recycle Park Geputan Town Yunmeng County Xiaogan City Hubei Province China, no produto Valente BR, Alpes CHDS, registro nº 04824, conforme processo nº 21000.024829/2024-53.

129. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Shandong Dacheng Bio-Chemical Co., Ltd., endereço No.222, ChangGuo East Road, Zhangdian District, Zibo City, Shandong Province China, Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd., endereço No. 55, Jingjiu Road, Economic development zone, Xinyi City, Jiangsu Province China, Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd., endereço Jinger Road, Industry Chemical Park, Xinyi City, Jiangsu Province, China, no produto Glider 720 SC, registro nº 0615, conforme processo nº 21000.024950/2024-85.

130. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão dos produtos técnicos Glifosato Técnico SH, registro nº 34419, Glifosate Técnico Monsanto, registro nº01998, Glyphosate Técnico Fuhua, registro nº 292318, no produto formulado Glimor WG, Glifosato BRA WG, registro nº 23623, conforme processo nº 21000.024273/2024-03.

131. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Fipronil Técnico YN, registro nº 05821, no produto formulado Instal 250 FS, registro nº 14321, conforme processo nº 21000.024821/2024-04.

132. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial Asulox 400, no produto formuladoEximia, registro nº 00178704, conforme processo nº 21000.024791/2024-19.

133. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agriconnection Importadora e Exportadora de Insumos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 35.574.238/0001-05-Campo Verde/MT, Filiais: CNPJ Nº 39.496.730/0009-18-Itu/SP, CNPJ Nº 39.496.730/0008-37-Ibiporã/PR, CNPJ Nº39.496.730/0002-41-Cuiabá/MT, a importar o produto Diafentiuron 500 SC Proventis, registro nº 43818, conforme processo nº21000.024605/2024-41.

134. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Agromol Biotech Co., Ltd., endereço east side, middle of Binhe Road, Shanxian County Chemical Industry Park Xieji Town, Shaxian County, Heze City, Shandong Province, China, no produto Cletodim CCAB 240 EC, registro nº 11117, conforme processo nº 21000.024597/2024-33.

135. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CHDS do Brasil Comércio de Insumos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 18.858.234/0001-30-São Miguel do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº 128.858.234/0004-82-Luis Eduardo Magalhães/BA, CNPJ Nº18.858.234/0006-44-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 18.858.234/0005-63-Balsas/MA, CNPJ Nº18.858.234/0003-00-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 18.858.234/0007-25-Carazinho/RS, CNPJ Nº 18.858.234/0008-06-Barueri/SP, CNPJ Nº18.858.234/0010-20-Uberaba/MG, CNPJ Nº 18.858.234/0009-97-Dourados/MS, CNPJ Nº 18.858.234/0011-901-Penha/SC, a importar o produto Valente BR, Alpes CHDS, registro nº04824, conforme processo nº 21000.024543/2024-78.

136. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa CTVA Proteção de Cultivos Ltda, CNPJ Nº 47.180.625/0063-49-Paulínia/SP, Filial: CNPJ Nº 47.180.625/0022-70-Ibiporã/PR, a importar o produto Combine 500 S, Spike 500 SC, registro nº 00718701, conforme processo nº 21000.024529/2024-74.

137. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto BTP 016-19, RoyalTrap, registro nº 15522, para marca comercial Aevo™, conforme processo nº 21000.024452/2024-32.

138. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto BTP 010-19A, registro nº 27221, para marca comercial Reverb™, conforme processo nº 21000.024448/2024-74.

139. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 05.280.269/0001-92-Foz do Iguaçu/PR, Filiais: CNPJ Nº 05.280.269/0002-73-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº05.280.269/0003-54-Cuiabá/MT, CNPJ Nº05.280269/0004-35-Paulínia/SP, CNPJ Nº 05.280269/0005-35-Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280.269/0006-35-Ibiporã/PR, CNPJ Nº 05.280.269/0007-88-Carazinho/RS, CNPJ Nº 05.280.269/0008-69 - Luis Eduardo Magalhães/BA, a importar o produto Cutlass, Favorito 700 WG, registro nº 1510, conforme processo nº 21000.024334/2024-24.

140. De acordo com o Art. 22, §4º Inciso X do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão de fabricante Aglobis GmbH Friedrichstrasse 47, Essen, 45128 Alemanha, Shell GmbH Suhrenkamp 71-77, 22335 Alemanha, Solvadis GmbH Königsberger Str. 1 - 60487 - Frankfurt Alemanha da matéria-prima (Enxofre) e utilizados para formulação do produto Kumulus, registro nº 2418592, conforme processo nº 21016.005561/2022-10.

141. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Tebuconazole Técnico Sulphur Mills, registro nº 18717, no produto formulado Buzz, registro nº 7306, conforme processo nº 21000.025046/2024-97.

142. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agrilean Inputs S.A., CNPJ Nº 47.983.211/004-06-São Paulo/SP, a importar o produto Sidrak 250 SC, registro nº 33323, conforme processo nº 21052.006584/2024-77.

143. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso I, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a alteração da marca comercial do registro do produto Opta, registro nº 27817, para marca comercial Acetamiprid Synwill, conforme processo nº 21000.025221/2024-46.

144. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agroallianz S.A., CNPJ Nº27.150.699/0001-22-Campinas/SP, a importar o produto Compray, registro nº 16223, conforme processo nº 21000.025194/2024-10.

145. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Louis Dreyfus Company Brasil S.A., CNPJ Nº 47.067.525/0001-08-São Paulo/SP, Filiais: CNPJ Nº 47.067.525/0216-10-Aparecida de Goiânia/GO, CNPJ Nº 47.067.525/0214-58-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 47.067.525/0081-92-Paraguaçu Paulista/SP, a importar o produto Decorum, Aminespray, Cadma, Hedonal, Herbaking, registro nº 00115, conforme processo nº 21000.025146/2024-13.

146. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Amaggi Exportação e Importação Ltda, CNPJ Nº 77.294.254/0001-94-Cuiabá/MT, Filiais: CNPJ Nº 77.294.254/0050-72-Cuiabá/MT, CNPJ Nº 77.294.254/0077-92-Sorriso/MT, a importar o produto Glufosinate-Ammonium 200 g/l SL, registro nº 37021, conforme processo nº 21000.024150/2024-64.

147. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso VIII, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, e Ato nº 70, de 11 de setembro de 2013, foi aprovada a inclusão do produto técnico Lambda-Cyhalothrin Técnico Sulphur Mill, egistro nº 39819, no produto formulado Brasão, registro nº9508, conforme processo nº 21000.024998/2024-93.

148. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão dos formuladores Fersol Indústria e Comércio S.A.-Mairinque/SP, Indústrias Química Lorena Ltda-Roseira/SP, Gowan Milling Company, L.L.C., endereço 12300 East County 8th Street, Yuma, Arizona, 85366-5569-USA, no produto Trigard 750 WP, registro nº 13289, conforme processo nº 21000.025274/2024-67.

149. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Hubei Trisun Chemicals Co., Ltd., endereço Nº 66-4 Xiaoting Avenue Xiaoting District Yichang Hubei China, no produto Topatudo, registro nº 01719, conforme processo nº 21000.025272/2024-78.

150. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso III, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão do formulador Hubei Trisun Chemicals Co., Ltd., endereço Nº 66-4 Xiaoting Avenue Xiaoting District Yichang Hubei China, no produto Maxizato, registro nº 36518, conforme processo nº 21000.025269/2024-54.

151. De acordo com o Art. 22, § 1º Inciso IX, do Decreto nº 4074 de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a inclusão da marca comercial GRAPBeesECT, no produto formulado Bioturim, registro nº 25723, conforme processo nº 21000.025164/2024-03.

152. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso I e III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, foi aprovada a transferência de titularidade do pleito de registro do produto Forward Glufosinato Técnico, processo nº 21000.053112/2021-76, da empresa Proregistros Registros de Produtos Ltda., CNPJ Nº 05.617.846/0001-99, sito à Rua Santa Catarina, 40, Conj. 502, Bairro: Santa Maria Goretti, CEP: 91030-330, Porto Alegre/RS para empresa AllierBrasil Agro Ltda, CNPJ Nº 02.850.049/0001-69, sito à Rua Dona Antônia de Queiros, 504, sala 123, CEP: 01307-013, São Paulo/SP, conforme processo nº 21000.024971/2024-09.

153. De acordo com o Art. 22, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002, autorizamos a empresa Agriconnection Importadora e Exportadora de Insumos Agrícolas Ltda, CNPJ Nº 35.574.238/0001-05-Campo Verde/MT, Filiais: CNPJ Nº 39.496.730/0009-18-Itu/SP, CNPJ Nº 39.496.730/0008-37-Ibiporã/PR, CNPJ Nº39.496.730/0002-41-Cuiabá/MT, a importar o produto Syndes 800 WG, registro nº 29017, conforme processo nº 21000.024969/2024-21.

JOSÉ VICTOR TORRES ALVES COSTA

RETIFICAÇÕES

No DOU de 25 de agosto de 2023, em Ato nº 36, Seção 1, item 135, onde se lê: ...fabricante/formulador, leia-se:...importador/exportador

No DOU de 08 de setembro de 2023, em Ato nº 40, Seção 1, item 7-a, onde se lê: ...Titular do registro: Albaugh Agro Brasil Ltda-Campinas/SP, leia-se: ...Titular do registro: Albaugh Agro Brasil Ltda-São Paulo/SP.

No DOU de 15 de janeiro de 2024, em Ato nº 63, Seção 1, onde se lê: ..Indicação de uso pretendido: Nas culturas Algodão, Amendoim, Batata, Café, Ervilha, Feijão, Feijões Grão-de-bico, Lentilha, Melancia, Melão, Milheto, Milho, Sojma, Sorgo e Tomate, leia-se: ...Indicação de uso pretendido: na cultura da Soja.

No DOU de 23 de fevereiro de 2024, em Ato nº 09, Seção 1, item d., onde se lê: .... Fabricante: Fabricante do produto técnico [...] (Azoxistrobin Técnico Cheminova): Nome: Cheminova India Ltd. –Endereço: Plot nº 241/242/P, G.I.D.C. Industrial Estate, Panoli, Gujarat, 394116, Índia. [...] Produto Técnico (Difenoconazol Técnico JS FMC): Nome: Jiangsu Sevencontinent GreenChemical Co., Ltd (Unit II) –Endereço: Chengbei Road, 28, North Are of Dongsha Chem-Zone, 215600, Zhangjiagang, Jiangsu –China. e. Formulador: Nome: FMC Química do Brasil Ltda. – CNPJ: 04.136.367/0005-11 – Endereço:Avenida Antônio Carlos Guillaumon, 25 – Distrito Industrial III, Uberaba/MG – CEP: 38001-970; Nome:Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. – CNPJ: 03.855.423/0001-81 – Endereço: Av.Roberto Simonsen, 1459, Bairro Poço Fundo, Paulínia/SP – CEP: 13148-030, leia-se: ...d. Fabricante: Fabricante do produto técnico [...] (Azoxistrobin Técnico Cheminova): Nome: Cheminova India Limited – Endereço: Plot No 241-242, G.I.D.C., Dist. Bharuch, 394116, Panoli, Gujarat –Índia. [...] Produto Técnico (Difenoconazol Técnico JS FMC): Nome: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd – Endereço: North Area of Dongsha Chem-Zone, 215600, Zhangjiagang, Jiangsu –China. e. Formulador: Nome: FMC Química do Brasil Ltda. – CNPJ: 04.136.367/0005-11 – Endereço: Avenida Antônio Carlos Guillaumon, 25 – Distrito Industrial III, Uberaba/MG – CEP: 38001-970; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. – CNPJ: 03.855.423/0001-81 – Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459, Recanto dos Pássaros, Paulínia/SP – CEP: 13148-030.

No DOU der 07 de março de 2024, em Ato nº 11, Seção 1, item 62, onde se lê: ...empresa Ningbo Kenova Chemical Co. Ltd., endereço No. 163 RIMjre Road, Nirebo City, Zhejiare Prollince, China, leia-se: ...Ningbo Kenova Chemical Co. Ltd., endereço: No. 163 Ruiqing Road, Ningbo City, Zhejiang Province China.

No DOU de 05 de abril de 2024, em Ato nº13, Seção 1, item 09, onde se lê: ...foi aprovada a inclusão do formulador SML Limited., endereço 181, 1904, 1905-1928 to 1930 GIDC, Panoli CEP: 394116, Dist. Bharuch Gujarat, India, no produto Brasão, registro nº 09508, conforme processo nº 21000.012835/2024-68, leia-se: ...foi aprovada a inclusão do formulador SML Limited., endereço Plot No. 1904, A-18/18, G.I.D.C., Panoli, District-Bharuch, StateGujarat, India, SML Limited., endereço Plot No. 1905/1928/29/30, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, StateGujarat, India e SML Limited., endereço Plot No. 230/231/232, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, State-Gujarat, India, no produto Brasão, registro nº 09508, conforme processo nº 21000.012835/2024-68.

No DOU de 05 de abril de 2024, em Ato nº 13, Seção 1, item 10, onde se lê: ...foi aprovada a inclusão do formulador SML Limited., endereço 181, 1904, 1905-1928 to 1930 GIDC, Panoli CEP: 394116, Dist. Bharuch Gujarat, India, no produto Atom, registro nº 16107, conforme processo nº 21000.012822/2024-99, leia-se: ...foi aprovada a inclusão do formulador SML Limited., endereço Plot No. 1904, A-18/18, G.I.D.C., Panoli, District-Bharuch, StateGujarat, India, SML Limited., endereço Plot No. 1905/1928/29/30, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, StateGujarat, India e SML Limited., endereço Plot No. 230/231/232, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, State-Gujarat, India, no produto Atom, registro nº 16107, conforme processo nº 21000.012822/2024-99, item 11, onde se lê: ...foi aprovada a inclusão dos formuladores SML Limited., endereço 181, 1904, 1905-1928 to 1930 GIDC, Panoli, Ankaleshwar, Dist. Bharuch Gujarat India, 394116, Sumil Chemical Industries Private Limited, endereço Plot C-1-B 211/1, 211/2 211/3, gidc, Panoli, Ankaleshwar, Dist. Gujarat India, 394119, no produto Sulban, registro nº 23320, conforme processo nº 21000.012816/2024-31, leia-se: ..., foi aprovada a inclusão do formulador SML Limited., endereço Plot No. 1904, A-18/18, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, StateGujarat, India, SML Limited., endereço Plot No. 1905/1928/29/30, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, StateGujarat, India, SML Limited., endereço Plot No. 230/231/232, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, State-Gujarat, India e Sumil Chemical Industries Private Limited, endereço Plot C-1-B 211/1, 211/2 211/3, G.I.D.C, Panoli, Ankaleshwar, Dist. Bharuch Gujarat India, no produto Sulban, registro nº 23320, conforme processo nº 21000.012816/2024-31, item 12, onde se lê: ...foi aprovada a inclusão do formulador SML Limited., endereço 181, 1904, 1905-1928 to 1930 GIDC, Panoli CEP: 394116, Dist. Bharuch Gujarat, India, no produto Cutlass, Favorito 700 WG, registro nº 1510, conforme processo nº 21000.012663/2024-22, leia-se: ...foi aprovada a inclusão do formulador SML Limited., endereço Plot No. 1904, A-18/18, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, StateGujarat, India, SML Limited., endereço Plot No. 1905/1928/29/30, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, StateGujarat, India e SML Limited., endereço Plot No. 230/231/232, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, State-Gujarat, India, no

produto Cutlass, Favorito 700 WG, registro nº 1510, conforme processo nº 21000.012663/2024-22, item 13, onde se lê: ...foi aprovada a inclusão do formulador SML Limited., endereço 181, 1904, 1905-1928 to 1930 GIDC, Panoli CEP: 394116, Dist. Bharuch Gujarat, India, no produto Buzz, registro nº 07306, conforme processo nº 21000.012850/2024-14, leia-se: ..., foi aprovada a inclusão do formulador SML Limited., endereço Plot No. 1904, A-18/18, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, StateGujarat, India, SML Limited., endereço Plot No. 1905/1928/29/30, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, StateGujarat, India e SML Limited., endereço Plot No. 230/231/232, G.I.D.C., Panoli, District- Bharuch, State-Gujarat, India, no produto Buzz, registro nº 07306, conforme processo nº 21000.012850/2024-14.

No DOU de 05 de abril de 2024, em Ato nº 13, Seção 1 item 71, onde se lê: ...alteração de marca comercial do produto Fipronil ZEI 800 WG, leia-se: ...inclusão da marca comercial Fiproforce no produto formulado Fipronil ZEI 800 WG, registro nº 24321.

No DOU de 25 de abril de 2024, em Ato nº 16, Seção 1, item 10-a, onde se lê: ...Titular do registro: Allierbrasil Agro Ltda, leia-se: ...Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.

No DOU de 25 de abril de 2024, em Ato nº 17, Seção 1, item 140, onde se lê: ...produto Ditor 250 TM, leia-se: ...produto Ditor 250 TM, Agrotop.

No DOU de 25 de abril de 2024, em Ato nº 17, Seção 1, item 86, onde se lê: ..inclusão do fabricante e formulador Tacto Biotecnologia e Agropecuária-Arujá/SP, Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR, leia-se: ...inclusão do fabricante e formulador Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.-Curitiba/PR.

No DOU de 25 de abril de 2024, em Ato nº 17, Seção 1, item 132, onde se lê: ...inclusão da marca comercial Solo Tec, no produto formulado Tecec Wite, registro nº 08322, conforme processo nº 21016.002745/2024-90, leia-se: ...inclusão da marca comercial Solo Tec, no produto formulado Tec Finish, registro nº 08222, conforme processo nº 21016.005422/2021-13.

No DOU de 25 de abril de 2024, em Ato nº 18, Seção 1, onde se lê: ...registro nº 31519, leia-se: ...registro nº 32519.

No DOU de 25 de abril de 2024, em Ato nº 18, Seção 1, onde se lê: ...registro nº 00909, leia-se: ...registro nº 00908.

No DOU de 15 de abril de 2024, em Ato nº 15, Seção 1, item 6, onde se lê: ...nome químico [(E)-a-[1-(a,a,a-trifluoro-m, leia-se: ...nome químico: [(E)α,α,α [1-(-trifluoro-m; e item 22, onde se lê: ...nome químico: (R)-a-cyano-3-, leia-se: ... α,α,α-cyano-3-; onde se lê: ...(S)-a-cyano3-phenoxybenzyl, leia-se:...(S)α,α,α-cyano-3- phenoxybenzyl, e item 9, onde se lê: ...(R)-a-ciano-3-fenoxibenzil e (S)-a-ciano-3-fenoxibenzil, leia-se: ...(R)-α,α,α-cyano-3-fenoxibenzil, leia-se:... α,α,α-cyano-3-fenoxibenzil; no item 45, onde se lê:...(RS)-a-cyano-3-phenoxybenzyl, leia-se:...(RS)α,α,α-cyano-3-phenoxybenzyl; item 53, onde se lê: ...(RS)-2,4'-difluoro-a- ---(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, leia-se: ... (RS)-2,4'-difluoro-α,α,α-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)benzhydryl alcohol, no item 41, onde se lê: ... (1) Éter 2-cloro-a a,a-trifluor-p-tolil 3-etoxi-4-nitrofenílico, leia-se: ...(1) Éter 2-cloro-α,α,α-trifluor-p-tolil 3-etoxi-4-nitrofenílico; no item 56, item (R)- a-cyano3-phenoxybenzyl(1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]2,2dimethylcyclo propaneca rboxylate, leia-se:...(R)α,α,α-cyano-3-phenoxybenzyl(1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]2,2dimethylcyclo propaneca robxylat; onde se lê: ... (S)-a-cyano_3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro 3,3,3-trifluoropropenyl]- 2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate, leia-se: ...(S)α,α,α-cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro 3,3,3-trifluoropropenyl]- 2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate, no item 48, onde se lê: ... a,a,a-trifluoro-2,6-dinitro-N,N-dipropyl-p-toluidine, leia-se: ... α,α,α trifluoro2,6-dinitro-N,N-dipropyl-p-toluidine, no item 51, onde se lê: ... 2’,4’-difluoro-2-(a,a,a-trifluoro-m-tolyloxy) nicotinanilide, leia-se:...2’,4’-difluoro-2-(α,α,α-trifluoro-m-tolyloxy) nicotinalide.

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCID Nº 65, DE 24 DE JANEIRO DE 2024

Divulga o resultado de processo seletivo destinado à contratação de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, para Mutuários Públicos, regulamentado pela Instrução Normativa nº 30, de 1° de setembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, no art. 66 do Decreto nº 99.684, de 8 de novembro de 1990, no art. 20 da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, no art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.468, de 5 de abril de 2023, nas Resoluções nº 476, de 31 de maio de 2005, e nº 702, de 04 de outubro de 2012, ambas do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e na Instrução Normativa nº 30, de 1º de setembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, resolve:

Art. 1º Divulgar, nos termos do Anexo desta Portaria, o resultado de processo seletivo, regulamentado pela Instrução Normativa nº 30, de 1° de setembro de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional, destinado à contratação de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, para Mutuários Públicos, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JADER FONTENELLE BARBALHO FILHO

ANEXO

EMPREENDIMENTO SELECIONADO NO PROCESSO SELETIVO - Instrução Normativa nº 30, de 2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional

UF	Município Beneficiado	Carta-consulta	Proponente	Modalidade	Empreendimento
RS	Caxias do Sul	2636.5.1805/2022-R	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul	Manejo de Águas Pluviais	Execução de obras de manejo de águas pluviais e elaboração do Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais de Caxias do Sul

Ministério das Comunicações

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE ENGENHARIA DE RADIODIFUSÃO PÚBLICA, COMUNITÁRIA E ESTATAL

PORTARIA MCOM Nº 12.992, DE 2 DE MAIO DE 2024

O Coordenador-Geral de Engenharia de Radiodifusão Pública, Comunitária e Estatal, no uso das atribuições que lhe confere o § 2º, art. 369 da Portaria de Consolidação GM/MCOM Nº 1, de 2 de Junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 05/06/2023, c/c as disposições do art. 14°, inciso IX, do Anexo X da Portaria MCOM 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no DOU de 08/02/2023, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.005801/2024-16, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTO ANTONIO DE PÁDUA DE CATURAÍ executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 478/2000, publicada no Diário Oficial da União em 25/08/2000, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 151/2004, publicado no Diário Oficial da União em 09/09/2004, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53670.000005/1999, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Minas Gerais, 315 para Rua Maria Candida de Melo, s/n - Quadra 05-Lote 04-Residencial Luiz Moreira de Melo, na localidade de CATURAÍ/GO.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 16°26'41"S e longitude 49°29'52"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MESQUITA MUNIZ

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATOS DE 25 DE ABRIL DE 2024

Nº 5.851 - Expedir autorização a CRISOGONO DE ALMEIDA MARTINS, CPF nº ***.900.425-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.852 - Expedir autorização a ALYA SATELITE E PRODUCAO DE FOTOGRAFIAS AEREAS LIMITADA, CNPJ nº 35.538.549/0001-19, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.853 - Expedir autorização a EDSON NOVAIS AZEVEDO, CPF nº ***.520.395-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.854 - Expedir autorização a FELIPE SANTOS MENEZES, CPF nº ***.459.035-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 5.871 - Expedir autorização a EXSEG SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 21.550.729/0001-01, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 6.112, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à(ao) Luiz Antonio Pradella, CPF nº ***.999.429-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 6.197, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Expedir autorização a ASTOLFI AGROPECUARIA LTDA, CNPJ nº 40.050.748/0001-13, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 6.363, DE 1º DE MAIO DE 2024

Expedir autorização a DS FREITAS HOLDING PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 48.140.111/0001-20, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 6.406, DE 2 DE MAIO DE 2024

Expedir autorização a RENATO ANJOS FERREIRA, CPF nº ***.968.525-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 5.835, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53520.000693/2024-11.

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.873.877/0001-14, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 5.560, DE 22 DE ABRIL DE 2024

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO, CNPJ nº 23.070.659/0001-10, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos de Ligação para Transmissão de Programas.

OTÁVIO BARBOSA DA SILVA SOARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 6.146, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 53504.002369/2024-28.

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à(ao) Associacao dos Proprietarios e Moradores do Residencial Villa Lobos Bgi, CNPJ nº 47.769.698/0001-78, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 6.441, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo nº 53504.000044/2024-19.

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à(ao) Mauro Eli Zaborowsky, CPF nº ***.281.048-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 6.442, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo nº 53504.002725/2024-11.

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à(ao) CESP COMPANHIA ENERGETICA DE SAO PAULO, CNPJ nº 60.933.603/0001-78, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 6.473, DE 3 DE MAIO DE 2024

Expedir autorização a DANIEL LIMA DE FREITAS GUIMARAES, CPF nº ***.557.773-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 2 DE MAIO DE 2024

Nº 6.420 - Processo nº 53548.000404/2024-68.

Expede autorização à ANTONIO DAS GRACAS ALVES FILHO, CPF nº ***.816.171-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.421 - Processo nº 53548.000407/2024-00.

Expede autorização à JULIANA BIBERG SERAFINI, CPF nº ***.408.321-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.437 - Processo nº 53548.000203/2024-61.

Transferir a autorização para exploração dos Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito expedida a FAZENDA SANTA OTÍLIA AGRO-PECUÁRIA LTDA, CNPJ nº 53.534.038/0012-63, para a CFL AGRO LTDA, CNPJ nº 49.264.119/0003-22, bem como a outorga de autorização de uso das radiofrequências associadas para execução dos serviços.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 6.662, DE 6 DE MAIO DE 2024

Expedir autorização a ABELARDO BIAS DO NASCIMENTO JUNIOR, CPF: XXX.148.294-XX, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito.

ALEXANDRE ATAIDE GONÇALVES OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATO Nº 5.718, DE 24 DE ABRIL DE 2024

Processo: 53581.000086/2024-29
Extingue, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito e do único serviço notificado, Outorga: Rádio do Cidadão, outorgada a MARCIO RAMALHO DE OLIVEIRA, CPF nº ***.093.491- , declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequência associada.

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBAS
Gerente

ATO Nº 6.425, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo: 53578.000443/2024-16
Expede autorização a MARLON ANDREI HANNIG ZUNTINI, CPF nº ***.220.289-**para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBAS
Gerente

ATO Nº 6.435, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processo: 53504.003199/2024-07
Extingue, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito e do único serviço notificado, Outorga: Rádio do Cidadão, outorgada a DANILO GUARINO, CPF nº ***.749.888-**declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequência associada.

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBAS
Gerente

ATOS DE 6 DE MAIO DE 2024

Expede autorização, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, as entidades a seguir relacionadas:

Nº 6.656 - Processo: 53504.003243/2024-71- GALE EMPREENDIMENTOS E INCORPORACAO IMOBILIARIA LTDA, CNPJ nº 00.172.596/0001-07

Nº 6.661 - Processo: 53504.003139/2024-86 CLARKSON REIS PEREIRA ALVES FILHO, CPF nº ***.049.328-**

Nº 6.659 - Processo: 53504.003117/2024-16 RODRIGO PORTELA DA SILVA, CPF nº ***.538.178-**

Nº 6.660 - Processo: 53504.003119/2024-13 ELTON GUADAGNIN, CPF nº ***.901.039-**

Nº 6.655 - Processo: 53578.000477/2024- NILSON BATISTA DA SILVA JUNIOR, CPF nº ***.811.402-**

CELSO HENRIQUE HEREDIAS RIBA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO
GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 11 DE ABRIL DE 2024

Nº 4.691 - Processo nº 53500.026659/2024-05. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE NORTE DE COMUNICACAO LTDA. - ME., CNPJ 03.763.085/0001-58, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Castanhal/PA.

Nº 4.695 - Processo nº 53500.019383/2024-09. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à INSTITUTO DE RADIODIFUSAO EDUCATIVA DA BAHIA IRDEB, CNPJ 13.420.609/0001-61, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Itapetinga/BA.

Nº 4.696 - Processo nº 53500.020565/2024-14. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE LAVRAS, CNPJ 18.244.376/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Lavras/MG.

Nº 4.697 - Processo nº 53500.021682/2024-03. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ 25.649.179/0001-33, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Aguanil/MG.

Nº 4.698 - Processo nº 53500.021719/2024-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ipatinga/MG.

Nº 4.699 - Processo nº 53500.021769/2024-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SOCIEDADE RADIO E TELEVISAO ALTEROSA LTDA, CNPJ 17.247.925/0001-34, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Teófilo Otoni/MG.

Nº 4.700 - Processo nº 53500.022463/2024-33. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ 25.649.179/0001-33, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nova Resende/MG.

Nº 4.701 - Processo nº 53500.022465/2024-22. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ 25.649.179/0001-33, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Pouso Alegre/MG.

Nº 4.702 - Processo nº 53500.022466/2024-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ 25.649.179/0001-33, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São Sebastião do Paraíso/MG.

Nº 4.703 - Processo nº 53500.022837/2024-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Olindina/BA.

Nº 4.704 - Processo nº 53500.023166/2024-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Araxá/MG.

Nº 4.705 - Processo nº 53500.023989/2024-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MINAS SUL LTDA, CNPJ 25.649.179/0001-33, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nepomuceno/MG.

Nº 4.707 - Processo nº 53500.025422/2024-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Paracuru/CE.

Nº 4.708 - Processo nº 53500.025431/2024-90. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Quixadá/CE.

Nº 4.709 - Processo nº 53500.025434/2024-23. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE TELEDUCACAO DO ESTADO DO CEARA-FUNTELC, CNPJ 09.470.303/0001-42, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Quixeramobim/CE.

Nº 4.735 - Processo nº 53500.026494/2024-63. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISAO LTDA, CNPJ 03.224.045/0001-38, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Rio Brilhante/MS.

Nº 4.736 - Processo nº 53500.026677/2024-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Glória de Dourados/MS.

Nº 4.737 - Processo nº 53500.026681/2024-47. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Nova Andradina/MS.

Nº 4.738 - Processo nº 53500.026684/2024-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO CIDADE MODELO LTDA, CNPJ 03.862.216/0001-54, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ponta Porã/MS.

Nº 4.747 - Processo nº 53500.027946/2024-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Trizidela do Vale/MA.

Nº 4.748 - Processo nº 53500.027948/2024-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV MARANHAO CENTRAL LTDA, CNPJ 00.927.630/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Turilândia/MA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 12 DE ABRIL DE 2024

Nº 4.851 - Processo nº 53500.025119/2024-04. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE APOIO A GERACAO, PRODUCAO, CRIACAO E DIFUSAO DE RADIO E TV, CNPJ 04.005.003/0001-79, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Timbaúba/PE.

Nº 4.852 - Processo nº 53500.025120/2024-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE APOIO A GERACAO, PRODUCAO, CRIACAO E DIFUSAO DE RADIO E TV, CNPJ 04.005.003/0001-79, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Arcoverde/PE.

Nº 4.853 - Processo nº 53500.025121/2024-75. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE APOIO A GERACAO, PRODUCAO, CRIACAO E DIFUSAO DE RADIO E TV, CNPJ 04.005.003/0001-79, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Escada/PE.

Nº 4.854 - Processo nº 53500.025427/2024-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITERIANOPOLIS, CNPJ 07.551.179/0001-14, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Quiterianópolis/CE.

Nº 4.856 - Processo nº 53500.026203/2024-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM, CNPJ 03.510.211/0001-62, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Coxim/MS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 15 DE ABRIL DE 2024

Nº 4.934 - Processo nº 53500.021453/2024-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Sacramento/MG.

Nº 4.935 - Processo nº 53500.021457/2024-69. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Santa Vitória/MG.

Nº 4.936 - Processo nº 53500.021458/2024-11. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tupaciguara/MG.

Nº 4.937 - Processo nº 53500.021730/2024-55. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Araporã/MG.

Nº 4.938 - Processo nº 53500.021731/2024-08. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Araxá/MG.

Nº 4.939 - Processo nº 53500.021854/2024-31. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Barbacena/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 16 DE ABRIL DE 2024

Nº 5.008 - Processo nº 53500.020936/2024-68. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICIPIO DE MONTE SIAO, CNPJ 22.646.525/0001-31, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Monte Sião/MG.

Nº 5.009 - Processo nº 53500.021861/2024-32. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROSO, CNPJ 18.094.755/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Barroso/MG.

Nº 5.010 - Processo nº 53500.021862/2024-87. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROSO, CNPJ 18.094.755/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Barroso/MG.

Nº 5.011 - Processo nº 53500.021864/2024-76. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROSO, CNPJ 18.094.755/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Barroso/MG.

Nº 5.012 - Processo nº 53500.021866/2024-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROSO, CNPJ 18.094.755/0001-68, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Barroso/MG.

Nº 5.013 - Processo nº 53500.022344/2024-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Leopoldina/MG.

Nº 5.014 - Processo nº 53500.022352/2024-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Muriaé/MG.

Nº 5.015 - Processo nº 53500.022392/2024-79. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Rede 21 Comunicacoes S.a., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Teixeira de Freitas/BA.

Nº 5.016 - Processo nº 53500.022404/2024-65. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Rede 21 Comunicacoes S.a., CNPJ 58.832.528/0001-07, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tobias Barreto/SE.

Nº 5.017 - Processo nº 53500.022458/2024-21. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São João del Rei/MG.

Nº 5.018 - Processo nº 53500.022469/2024-19. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ibiá/MG.

Nº 5.019 - Processo nº 53500.022470/2024-35. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Luz/MG.

Nº 5.020 - Processo nº 53500.022472/2024-24. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Pará de Minas/MG.

Nº 5.021 - Processo nº 53500.022514/2024-27. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Carmo do Paranaíba/MG.

Nº 5.022 - Processo nº 53500.022530/2024-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JUIZ DE FORA S/A, CNPJ 21.575.063/0001-46, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Cataguases/MG.

Nº 5.023 - Processo nº 53500.022534/2024-06. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEICAO DAS ALAGOAS, CNPJ 18.428.854/0001-39, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Conceição das Alagoas/MG.

Nº 5.024 - Processo nº 53500.022747/2024-20. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO CULTURAL DO MUNICIPIO DE VARGINHA, CNPJ 18.987.735/0001-16, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Varginha/MG.

Nº 5.025 - Processo nº 53500.022845/2024-67. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS, CNPJ 01.168.145/0001-69, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Piranhas/GO.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 17 DE ABRIL DE 2024

Nº 5.077 - Processo nº 53500.031670/2024-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RÁDIO JARDIM LTDA - ME, CNPJ 03.689.397/0001-69, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Onda Verde/SP.

Nº 5.078 - Processo nº 53500.018566/2024-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Brejo Santo/CE.

Nº 5.079 - Processo nº 53500.018577/2024-89. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Camocim/CE.

Nº 5.080 - Processo nº 53500.018580/2024-01. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Campos Sales/CE.

Nº 5.081 - Processo nº 53500.018590/2024-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Canindé/CE.

Nº 5.082 - Processo nº 53500.019014/2024-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Ubatã/BA.

Nº 5.083 - Processo nº 53500.019023/2024-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUND SETORIAL DE RADIODIFUSAO EDUC DE SONS E IMAGENS, CNPJ 60.133.972/0001-86, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Medeiros Neto/BA.

Nº 5.084 - Processo nº 53500.019831/2024-66. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Acaraú/CE.

Nº 5.085 - Processo nº 53500.019840/2024-57. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Aracati/CE.

Nº 5.086 - Processo nº 53500.019841/2024-00. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Aurora/CE.

Nº 5.087 - Processo nº 53500.019845/2024-80. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Baturité/CE.

Nº 5.088 - Processo nº 53500.019848/2024-13. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV JANGADEIRO LTDA, CNPJ 11.743.564/0001-30, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Boa Viagem/CE.

Nº 5.089 - Processo nº 53500.021250/2024-94. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA, CNPJ 17.733.643/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Leopoldina/MG.

Nº 5.090 - Processo nº 53500.021251/2024-39. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA, CNPJ 17.733.643/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Leopoldina/MG.

Nº 5.091 - Processo nº 53500.021252/2024-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA, CNPJ 17.733.643/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Leopoldina/MG.

Nº 5.092 - Processo nº 53500.021253/2024-28. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDINA, CNPJ 17.733.643/0001-47, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Leopoldina/MG.

Nº 5.093 - Processo nº 53500.021268/2024-96. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA AZUL LTDA, CNPJ 05.341.959/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Pará de Minas/MG.

Nº 5.094 - Processo nº 53500.021329/2024-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MUNICÍPIO DE JOAO PINHEIRO, CNPJ 16.930.299/0001-13, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de João Pinheiro/MG.

Nº 5.095 - Processo nº 53500.021569/2024-10. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV SERRA AZUL LTDA, CNPJ 05.341.959/0001-04, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Divinópolis/MG.

Nº 5.096 - Processo nº 53500.021737/2024-77. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE ARINOS, CNPJ 18.125.120/0001-80, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Arinos/MG.

Nº 5.097 - Processo nº 53500.022062/2024-83. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de São Domingos/BA.

Nº 5.098 - Processo nº 53500.022136/2024-81. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ARATU S/A, CNPJ 15.199.136/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Sátiro Dias/BA.

Nº 5.099 - Processo nº 53500.022164/2024-07. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Senhor do Bonfim/BA.

Nº 5.100 - Processo nº 53500.022166/2024-98. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ARATU S/A, CNPJ 15.199.136/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Senhor do Bonfim/BA.

Nº 5.101 - Processo nº 53500.022170/2024-56. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ARATU S/A, CNPJ 15.199.136/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Serrinha/BA.

Nº 5.102 - Processo nº 53500.022172/2024-45. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Serrinha/BA.

Nº 5.103 - Processo nº 53500.022178/2024-12. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PAROQUIA DE SERROLANDIA, CNPJ 13.833.801/0014-02, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Serrolândia/BA.

Nº 5.105 - Processo nº 53500.022417/2024-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ARATU S/A, CNPJ 15.199.136/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Tucano/BA.

Nº 5.106 - Processo nº 53500.022498/2024-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV ARATU S/A, CNPJ 15.199.136/0001-40, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Uibaí/BA.

Nº 5.107 - Processo nº 53500.022507/2024-25. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à UTINGA PREFEITURA, CNPJ 13.811.807/0001-56, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Utinga/BA.

Nº 5.108 - Processo nº 53500.022508/2024-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO ITAPOAN SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ 15.122.492/0001-65, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Utinga/BA.

Nº 5.109 - Processo nº 53500.022513/2024-82. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DA CACHOEIRA, CNPJ 18.240.135/0001-90, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Carmo da Cachoeira/MG.

Nº 5.110 - Processo nº 53500.022562/2024-15. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Conquista/MG.

Nº 5.111 - Processo nº 53500.022565/2024-59. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO TELEVISAO DE UBERLANDIA LTDA, CNPJ 25.631.672/0001-26, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Coromandel/MG.

Nº 5.112 - Processo nº 53500.022579/2024-72. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV UNIAO DE MINAS LTDA, CNPJ 20.060.471/0001-00, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Divinópolis/MG.

Nº 5.113 - Processo nº 53500.022609/2024-41. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ 27.865.757/0026-52, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Formiga/MG.

Nº 5.195 - Processo nº 53500.026208/2024-60. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM, CNPJ 03.510.211/0001-62, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Coxim/MS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 3 DE MAIO DE 2024

Nº 6.459 - Processo nº 53500.037179/2024-61. declara extinta, por renúncia, a partir de 29/04/2024, a autorização outorgada a ANNA MARIA TUMA ZACHARIAS, CPF nº ***.*55.338-**, por intermédio do Ato nº 4337, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.461 - Processo nº 53500.090998/2023-56. declara extinta, por renúncia, a partir de 18/03/2024, a autorização outorgada a LIG INTERNET TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 28.142.303/0001-68, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.464 - Processo nº 53500.078687/2023-19. declara extinta, por renúncia, a partir de 18/03/2024, a autorização outorgada a LIGUE NET TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 07.617.821/0001-10, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.471 - Processo nº 53500.025567/2023-19. declara extinta, por renúncia, a partir de 21/03/2024, a autorização outorgada a BRICK SERVICOS DIGITAIS LTDA, CNPJ/MF nº 43.314.143/0001-80, por intermédio do Ato nº 3967, de 10/04/2023, publicado no DOU de 14/04/2023, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.475 - Processo nº 53500.032287/2024-48. Expede autorização à GDS TELECOM SERVICO DE INTERNET LTDA, CNPJ/MF nº 46.778.941/0001-51, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Cultura

SECRETARIA DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 310, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 11.453/2023 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

242679 - Festival Dança Primavera
34.474.804 HILARY ISIS DA SILVA
CNPJ/CPF: 34.474.804/0001-44
Processo: 01400010688202471
Cidade: Ribeirão Preto - SP;
Valor Aprovado: R$ 185.036,28
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 01/11/2024
Resumo do Projeto: O Dança Primavera é um festival que proporciona uma tarde cultural dedicada à dança, no Teatro de Arena de Ribeirão Preto. Nosso objetivo é oferecer à comunidade local, especialmente às escolas e aos projetos sociais, a oportunidade de participar de um evento artístico de alto nível, promovendo a inclusão social e o acesso à cultura de forma gratuita. Convidamos escolas e projetos a apresentarem suas produções desenvolvidas ao longo do tempo, enriquecendo o palco com uma diversidade de expressões artísticas. Com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura, buscamos captar R$ 200.000,00 para viabilizar a montagem da estrutura técnica e criativa necessária, garantindo uma experiência inesquecível para toda a comunidade ribeirãopretana.

242682 - O Realizador de Sonhos
KAUE ARUAN LOPES
CNPJ/CPF: ***.692.029-**
Processo: 01400010692202430
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 399.687,75
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 30/11/2024
Resumo do Projeto: O Realizador de Sonhos trata de um musical, produzido totalmente por artistas e profissionais da cultura da cidade de Blumenau. Toda equipe técnica, de apoio, produção, figurinistas, atores, cantores, tudo será realizado e produzido por talentos da terra. A proposta é reconhecer a cidade como promotora de profissionais reunidos no segmento do gênero teatro musical. O enredo trata de sonhos, desafios, aventuras e descobertas. Kauê Lopes, produtor, cultural e ator, já tem currículo nessa área tendo produzido de forma independente outros espetáculos de teatro e musicais. No entanto, agora, com a construção de uma rede de profissionais a ideia é de colocar Blumenau na produção de espetáculos musicados dentro do cenário artístico catarinense e brasileiro. O projeto visa também realizar ensaio aberto e como forma de promover a contrapartida social.

242687 - Festival Cultural Resende 223 Anos
M.V.S Produções e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 05.410.878/0001-19
Processo: 01400010712202472
Cidade: Resende - RJ;
Valor Aprovado: R$ 555.984,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 20/10/2024
Resumo do Projeto: Em setembro de 2024, Resende comemora seu 223º aniversário. Esta proposta visa criar um Festival Cultural para que as manifestações culturais regionais possam se apresentar, uma vez que, nesse período, a cidade recebe muitos visitantes onde ocorre grande circulação de pessoas. Pretende-se com este projeto dar visibilidade a todas as atrações locais e regionais, proporcionando contato do público com Música, Teatro, Dança e Oficinas Culturais de forma totalmente gratuita durante 07 dias.

242714 - CULTUR-ARTE PARAISÓPOLIS
Sociedade Beneficente Israelista Brasileira Hospital Albert Einstein
CNPJ/CPF: 60.765.823/0001-30
Processo: 01400010764202449
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 608.703,94
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O Projeto CULTUR-ARTE PARAISÓPOLIS visa oferecer oficinas de Teatro, Música, Dança e Artes Plásticas para crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social na periferia de São Paulo, gratuitamente, ao longo de um ano de atividades, além apresentações públicas e passeios culturais para os participantes.

242722 - Experienciar Encantado
LUME-ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 09.142.121/0001-42
Processo: 01400010773202430
Cidade: Encantado - RS;
Valor Aprovado: R$ 736.356,50
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto Experienciar Encantado busca trazer espetáculos de dança e teatro, bem como apresentações de música local, regional, de orquestra e coro, de forma gratuita, implicando na capacidade de aprender a partir da própria vivência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é uma construção da experiência, uma criação de sentido e pensamento daquilo que se vive.

242725 - Ukrainian World Ballet - Turnê Brasil
AGENCIA 1 PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 73.723.918/0001-32
Processo: 01400010776202473
Cidade: Biguaçu - SC;
Valor Aprovado: R$ 4.014.771,90
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto Ukrainian World Ballet - Turnê Brasil, consiste em 6 apresentações gratuitas em território nacional de bailarinos ucranianos de comprovada excelência.

242726 - IV Festival Internacional de Dança do Espírito Santo
ASSOCIACAO DE CULTURA, ARTE, EDUCACAO E ESPORTE - CORPO E MENTE
CNPJ/CPF: 12.849.948/0001-03
Processo: 01400010780202431
Cidade: Serra - ES;
Valor Aprovado: R$ 698.841,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto tem como objetivo a realização do IV Festival Internacional de Dança do Espírito Santo, que contará com apresentações com premiação e oficinas de dança.

242730 - A Mar ou seria poético se não fosse cômico
GABRIEL CONTENTE SERVICOS ARTISTICOS EIRELI
CNPJ/CPF: 39.476.992/0001-63
Processo: 01400010784202410
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 304.480,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: A Mar ou seria poético se não fosse cômico é um projeto de artes cênicas inédito. O espetáculo é um solo poético, interpretado pelo ator Gabriel Contente, com a dramaturgia de Ducco Baggio. Com esta proposta pretendemos realizar a montagem e a temporada inédita de 16 sessões na cidade do Rio de Janeiro

242731 - Çairé 2024 - Festival dos Botos
MNOGUEIRA APOIO E SOLUCOES ADMINISTRATIVAS EIRELI ME
CNPJ/CPF: 21.627.904/0001-11
Processo: 01400010785202464
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 2.201.280,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/10/2024
Resumo do Projeto: O Çairé é um evento que ocorre há mais de três séculos que reúne ritos tradicionais como o cortejo fluvial e a apresentação das duas agremiações Boto Cor de Rosa e Tucuxi. O Festival dos Botos é composto por apresentações músicas, teatrais e de danças, em um enredo caracterizado por dramatizações indígenas com ampla participação da comunidade Tapajonica, realizado em Villa Alter do Chão, Santarém.

242732 - As Borralheiras
Correia Cultural Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 18.678.721/0001-10
Processo: 01400010787202453
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 725.274,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/10/2024
Resumo do Projeto: As Borralheiras é uma peça teatral que se baseia na primeira versão impressa em livro (entre 1812 e 1815) dos Contos maravilhosos recolhidos da tradição popular pelos irmãos Jacob e Wilhelm Grimm e traduzidos diretamente do original em alemão por Christine Röhrig. A peça contará com a participação de Maria do Carmo Soares, Iara Jamra, Débora Duboc e uma mais atriz ainda a ser definida durante o processo. De toda maneira, quatro atrizes experientes e há tempo empenhadas na arte de representar e de contar histórias. A direção ficará a cargo de Alvise Camozzi um dos curadores e diretor da exposição Grimm Agreste que ficou "em cartaz" durante o período de um ano no Sesc Interlagos e que contou com mais de 100 mil visitantes. A direção musical ficará a cargo do também experiente maestro, compositor e diretor musical Daniel Maia e o cenário e figurino contará com o grande talento de Márcio Vinicius.

242733 - O Trânsito do Bem
GISLAINE CRISTINA NOGUEIRA ANTONIO 31279992832
CNPJ/CPF: 22.962.699/0001-03
Processo: 01400010790202477
Cidade: Hortolândia - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.034.263,34
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto realizará a criação, produção e circulação da peça teatral infantil "O Trânsito do Bem", que por meio da cultura conscientizará crianças sobre os cuidados que devem adotar quando estão no trânsito.

242736 - Alfredo Andersen: O Pai da Pintura Paranaense
AVILA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 49.036.686/0001-60
Processo: 01400010795202408
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 395.714,55
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Este projeto tem como objetivo realizar uma temporada do espetáculo teatral "Alfredo Andersen: O Pai da Pintura Paranaense".

242737 - Attitude - Oficinas de Dança e Música
ASSOCIACAO DE CULTURA, ARTE, EDUCACAO E ESPORTE - CORPO E MENTE
CNPJ/CPF: 12.849.948/0001-03
Processo: 01400010796202444
Cidade: Serra - ES;
Valor Aprovado: R$ 510.394,50
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto consiste em oferecer crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social oficinas de artes cênicas, nas modalidades de Ballet Clássico, Dança Contemporânea, Jazz, Hip Hop, Teatro e Musicalização. Além disso, ao fim das oficinas, será realizado um espetáculo de dança performado pelos alunos.

242739 - O QUEBRA NOZES CAPIXABA 4ª Edição
CENTRO DE ENTRETENIMENTO LIVIANE PIMENTA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 39.305.941/0001-79
Processo: 01400010798202433
Cidade: Serra - ES;
Valor Aprovado: R$ 538.395,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização da 4ª edição do espetáculo "O Quebra Nozes Capixaba".

242740 - Ansiedade para rir disso tudo
Yuri & Gofman entretenimento e conteúdo
CNPJ/CPF: 33.820.781/0001-10
Processo: 01400010803202416
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 832.773,15
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização de apresentações do espetáculo de stand up comedy "Ansiedade para rir disso tudo". Como contrapartida social serão realizados workshops sobre a criação de narrativas autobiográficas voltados para alunos de escolas públicas.

242744 - Trip Teatro - 35 anos de história (circulação)
Willian Walter Sieverdt - ME
CNPJ/CPF: 73.298.259/0001-34

Processo: 01400010811202454
Cidade: Rio do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 2.724.736,44
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Realização de circulação com mostra dos espetáculos em repertório da Trip Teatro e atividades formativas em 16 cidades brasileiras (8 estados atendidos, nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste), totalizando 112 apresentações e 16 oficinas, atingindo um público aproximado de 48,5 mil pessoas. Todas as apresentações serão realizadas com acessibilidade em Libras e Audiodescrição. O projeto celebra os 35 anos de história de uma importante companhia de teatro de animação do país.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
242680 - Vidas Secas - Ballet e Orquestra
INSTITUTO CULTURAL PARAIBA
CNPJ/CPF: 41.391.854/0001-23
Processo: 01400010690202441
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 3.999.541,81
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Criar e realizar apresentações, em turnê, do espetáculo inédito "Vidas Secas - Ballet e Orquestra" baseado na obra de Graciliano Ramos. Com composições, coreografias e imagens de projeção (vídeo mapping) inéditas, criadas especificamente para o espetáculo, junto à bailarinos, orquestra, percussão popular e artistas nordestinos, unindo um ícone atemporal da literatura brasileira com a arte produzida atualmente no Nordeste, incluindo tecnologias de imersão completa do púbico ao sertão descrito pelo autor Graciliano Ramos.
242683 - Quarteto Nume
MARCAL PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 13.771.634/0001-90
Processo: 01400010695202473
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 378.378,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Com este projeto, o Quarteto Nume visa proporcionar ao público um contato mais próximo com a música de câmara através de 12 concertos gratuitos em diversas cidades da Mesorregião de Florianópolis. O objetivo é cultivar plateias por meio da apresentação de um repertório especialmente selecionado para quarteto de cordas. Além disso, a iniciativa inclui a realização de dois concertos gratuitos em hospitais e/ou instituições dedicadas a crianças, adolescentes e idosos, como creches, orfanatos e asilos. Essa ação representa a contrapartida social do proponente, sem acarretar custos adicionais para o projeto.
242684 - Clássicos Brasileiros no Vietnã
Yoyogi Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 17.532.416/0001-53
Processo: 01400010698202415
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 761.211,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Este projeto pretende revelar o "Brasil" idealizado por Heitor Villa-Lobos, Ernesto Nazareth, Tom Jobim e Dorival Caymmi. Serão concertos gratuitos no Vietnã e em Vitória/ES. O projeto ainda tem como proposta educacional a realização de ensaios pedagógicos abertos em Vitória.
242685 - 2º FIM DE SEMANA DE MÚSICA DE CÂMARA DE BRUSQUE
Fundação Cultural de Brusque
CNPJ/CPF: 04.894.677/0001-71
Processo: 01400010709202459
Cidade: Brusque - SC;
Valor Aprovado: R$ 87.362,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O Projeto consiste na realização de um evento com concertos de música de câmara a serem realizados em um único final de semana no município de Brusque, bem como oficinas de capacitação para profissionais da música de Brusque e região.
242688 - Oriki Ori Okan - Canto aos Orixás
MACUNAÓPERA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.732.445/0001-10
Processo: 01400010713202417
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 964.356,25
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: "ORIKI ORI OKAN - Canto aos Orixás" é o projeto de circulação do espetáculo musical de Iara Rennó que une os repertórios dos discos irmãos Oríkì (indicado ao Latin Grammy 2022 na categoria Melhor disco de Raiz em Língua Portuguesa) e Orí Okàn (lançado em 2023), com a participação de Thalma de Freitas, Zé Manoel - artistas que participaram dos álbuns - além da mestra griô Egbome Cici, mais conhecida como Vovó Cici. Os álbuns, cada um à sua maneira, abordam o tema da cultura de Orixá - influência fundamental na cultura brasileira - especialmente na música e lingua. Enquanto Oríkì tem canções que nasceram dos oríkì - poemas de saudação, um importante pilar na cultura da tradição milenar yorubá, Orí Okan retrata a vivência subjetiva da artista com a cultura do Candomblé.A circulação do espetáculo musical "Oriki Ori Okan - Canto aos Orixás" prevê um show em cada uma destas cidades: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Brasília e Belém, a preços populares.
242694 - PROGRAMAÇÃO CULTURAL PARA O FESTIVAL DE TORRESMO E COSTELA 2024
KB PRODUES E EVENTOS JF LTDA
CNPJ/CPF: 27.827.536/0001-31
Processo: 01400010731202407
Cidade: Juiz de Fora - MG;
Valor Aprovado: R$ 153.600,04
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto visa a realização da PROGRAMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL para o evento intitulado "Festival de Torresmo e Costela". Esta proposta engloba o oferecimento de diversas apresentações musicais, focadas na música regional mineira, com entrada franca.
242697 - Caruriarimbó: misturando Maranhão com Pará
CULTURA E ARTES PRODUTORES ASSOCIADOS CAPA
CNPJ/CPF: 26.999.990/0001-07
Processo: 01400010734202432
Cidade: São Luís - MA;
Valor Aprovado: R$ 924.328,13
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto visa promover a manutenção do Grupo Batuques do Maranhão e desenvolver ações culturais nas cidades de São Luís/MA (sede do grupo) e em Belém/PA, como proposta de intercâmbio cultural, com apresentações musicais e oficinas de danças populares e percussão de ritmos maranhenses. Durante o projeto será realizada a gravação do videoclipe da música autoral Cacuriarimbó, em que as gravações serão captadas em São Luís e em Belém.
242698 - Espetáculo de Circulação Lira Mateense nas Escolas
SOCIEDADE MUSICAL LIRA MATEENSE
CNPJ/CPF: 27.381.441/0001-37
Processo: 01400010737202476
Cidade: São Mateus - ES;
Valor Aprovado: R$ 238.586,04
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Criar um circuito de apresentações do espetáculo da Sociedade Musical Lira Mateense em escolas públicas das redes Municipais e/ou Estaduais e/ou Federais da cidade de São Mateus - Espírito Santo e Sul da Bahia como forma de garantir o acesso gratuito à música instrumental e os seus mais diversos estilos e fomentar a economia criativa através de oficinas voltadas para a música.
242704 - Despertar da Produção Musical - 2ª edição
Cecilia Junqueira Sallowicz Zanotti
CNPJ/CPF: ***.617.538-**
Processo: 01400010747202410
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 277.968,52
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto "Despertar da Produção Musical - 2ª edição" prevê a continuação da oferta do curso gratuito de introdução à produção musical para jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como a inclusão produtiva dos participantes.
242706 - Buteco Apaixonado do Cadu Sperdianni
CARLOS EDUARDO ALVES OLIVEIRA
CNPJ/CPF: ***.000.738-**
Processo: 01400010749202409
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 104.692,50
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto "Buteco Apaixonado do Cadu Sperdianni" visa produzir e distribuir um DVD audiovisual em cópias físicas e em plataformas de streaming para promover a cultura regional da música brasileira e valorizar a diversidade cultural do país.
242707 - Apresentação da dupla FREDY e FABIO
GG COMUNICACAO MARKETING E REPRESENTACOES LTDA
CNPJ/CPF: 42.371.749/0001-95
Processo: 01400010750202425
Cidade: Guarulhos - SP;
Valor Aprovado: R$ 733.089,50
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 02/12/2024
Resumo do Projeto: Apresentação da dupla "FREDY e FABIO "será (10) dez shows com distribuição de 1.000 DVDs para as apresentações, com o repertório de músicas sertanejo e raízes, um evento divulgando a música de raiz e composições de suas autorias, mostrando através da música sertaneja e lançamento composição própria e com melodia no Sertanejo a proposta dos shows com entradas gratuitas a convidados e comunidades, estudantes, e quem curte uma boa música e difundindo dessa maneira uma excelente qualidade de estilo musical.
242710 - Santo Antônio Fazendo Arte
R. MORAIS PRODUCOES CULTURAIS LTDA.
CNPJ/CPF: 26.805.751/0001-79
Processo: 01400010754202411
Cidade: São Leopoldo - RS;
Valor Aprovado: R$ 183.411,44
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O Projeto Santo Antônio Fazendo Arte vem para dar acesso gratuito à comunidade de Júlio de Castilhos, no interior do Estado do Rio Grande do Sul, a aulas de música, teatro e dança, proporcionando à crianças em vulnerabilidade atividades de contraturno escolar, levando recursos pedagógicos poderosos que podem ser utilizados para estimular o desenvolvimento de diversas habilidades, como a coordenação motora, a criatividade, a expressão corporal e a socialização.
242715 - Plano Anual OSPA
Fundação Cultural Pablo Komlos
CNPJ/CPF: 06.333.516/0001-34
Processo: 01400010765202493
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 2.895.930,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização da Temporada Anual da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), incluindo concertos e recitais, buscando a valorização e democratização da música de concerto com formação de novas plateias.
242719 - Festejo Junino de Itapipoca
H. F. ROCHA DO VALE EMPREENDIMENTOS - ME
CNPJ/CPF: 10.413.776/0001-97
Processo: 01400010770202404
Cidade: Aracati - CE;
Valor Aprovado: R$ 788.535,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto Festejo Junino de Itapipoca destaca a autenticidade do forró tradicional e os elementos culturais característicos das festas juninas, atraindo residentes locais e visitantes turísticos por igual.
242720 - XIX Festa de Quadrilhas de Forquilha
H. F. ROCHA DO VALE EMPREENDIMENTOS - ME
CNPJ/CPF: 10.413.776/0001-97
Processo: 01400010771202441
Cidade: Aracati - CE;
Valor Aprovado: R$ 875.407,50
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto Quadrilhas de Forquilha destaca o forró tradicional e os aspectos culturais característicos das festas juninas, atraindo tanto os residentes locais quanto os turistas.
242724 - SAMBAqui - Festival de Samba de Antonina
LUDWIG E MARANHAO SERVICOS AMBIENTAIS E DE ARQUITETURA LTDA
CNPJ/CPF: 45.399.954/0001-57
Processo: 01400010775202429
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 997.085,37
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O festival SAMBAqui vai realizar uma série de shows de samba, com a proposta de convidar representantes do que hoje se convencionou chamar "Samba de Raiz", mas que, na verdade, trata-se do samba tradicional sem imposições comerciais do mercado. A ideia é realizar os shows em Antonina - uma cidade emblemática no litoral do Paraná que, ao longo de sua história, tem uma relação estreita com o samba. Mais do que um festival de música, o SAMBAqui tem uma proposta ecológica no seu conceito. Espaço importante pela sua biodiversidade, o litoral paranaense abriga diversos sambaquis, sítios arqueológicos que foram construídos pelas primeiras populações humanas a se estabelecerem na baía de Paranaguá, onde se localiza Antonina. Sambaqui, palavra de origem Tupi, significa monte de conchas. Pra preservar é preciso conhecer - esta é uma das contrapartidas sociais de nosso projeto.
242728 - Costa do Miraguaia em Arte!
MODULO PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 54.431.367/0001-99
Processo: 01400010782202421
Cidade: Guaíba - RS;
Valor Aprovado: R$ 198.338,89
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O Projeto "Costa do Miraguaia em Arte!" vem para dar acesso gratuito ao interior da comunidade de Santo Antônio da Patrulha, no litoral do Estado do Rio Grande do Sul, a aulas de música, teatro e dança, proporcionando à crianças em vulnerabilidade atividades de contraturno escolar, levando recursos pedagógicos poderosos que podem ser utilizados para estimular o desenvolvimento de diversas habilidades, como a coordenação motora, a criatividade, a expressão corporal e a socialização.
242729 - Encantadas Jazz Festival
INSTITUTO ILHA DO MEL DE TURISMO EVENTOS
CNPJ/CPF: 39.283.888/0001-52
Processo: 01400010783202475
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 594.044,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Este projeto visa a continuidade da realização do Festival Encantadas Jazz pelos próximos 2 anos, na comunidade de Encantadas, situada na ponta leste da Ilha do Mel.

242735 - Polo Instrumental - Festa das Marocas
DAVID HENRIQUE NUNES DE LIMA 10439575451
CNPJ/CPF: 26.707.225/0001-76
Processo: 01400010794202455
Cidade: Belo Jardim - PE;
Valor Aprovado: R$ 299.750,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 29/11/2024
Resumo do Projeto: O projeto propõe a criação de um polo instrumental para a Festa das Marocas, um evento cultural de destaque da cidade de Belo Jardim, interior de Pernambuco, reconhecido como Patrimônio Cultural e Imaterial desde 2009. O polo instrumental visa enriquecer ainda mais a experiência dos participantes, oferecendo uma programação diversificada de apresentações musicais instrumentais. A cidade de Belo Jardim é reconhecida nacionalmente como "Terra de Músicos". O objetivo é promover a cultura local e regional, destacando a riqueza e a diversidade da música instrumental nordestina. O polo proporcionará um espaço para artistas apresentarem seus talentos e contribuírem para a atmosfera vibrante da festa. A programação incluirá uma variedade de gêneros musicais, como frevo, maracatu, ciranda, entre outros. Além disso, serão oferecidos oficinas e workshops para promover a educação musical e o desenvolvimento de novos talentos na comunidade.

242743 - CONSTRUINDO SONHOS
INSTITUTO FRANCESCO ZOMER
CNPJ/CPF: 08.700.914/0001-77
Processo: 01400010806202441
Cidade: Orleans - SC;
Valor Aprovado: R$ 197.180,28
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Construindo Sonhos é um projeto que busca viabilizar o ensino de música a todo aquele que queira aprender a tocar um instrumento musical. Disponibilizamos toda a infraestrutura de salas de aula, professores e até mesmo o empréstimo dos instrumentos para a pratica pós aulas.

242745 - FESTIVAL CULTURAL JAMBA - UMA SINTONIA ENTRE O JAZZ O E SAMBA.
ZELO DIGITAL PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 28.644.103/0001-03
Processo: 01400010812202407
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 979.030,80
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto FESTIVAL CULTURAL JAMBA será a realização de um festival de música apresentando grupos/artistas REGIONAIS MINEIROS do JAZZ e do SAMBA, que terão cada um, em seu repertório as canções tradicionais de suas regiões. Serão realizadas apresentações ao vivo onde teremos em cada uma, grupos que serão previamente escolhidos e contratados para a execução nas cidades de BELO HORIZONTE (MG) , E UBERLANDIA MG. As apresentações serão realizadas nos dois municípios em praça pública com livre acesso de pessoas. Em cada local será também contratado show de artista regional já com trabalho artístico reconhecido nacionalmente para encerramento das atividades do projeto.

242746 - PROJETO CORDAS & VOZES CAMPOS GERAIS
CRISTIANO PRESTES
CNPJ/CPF: ***.789.299-**
Processo: 01400010813202443
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 993.384,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O presente projeto consiste na implantação de oficina de música intitulada Projeto Cordas & Vozes Campos Gerais composta por aulas/ensaio de Violino, Violoncelo e Canto Coral, em parceria com a Casa da Criança e do Adolescente Irmãos Cavanis, a qual atende aproximadamente 200 alunos de escolas públicas em contraturno e comunidade carente na cidade de Ponta Grossa/PR, encerrando com 5 apresentações conjuntas entre os alunos e instrutores participantes. nas cidades de Ponta Grossa, Ortigueira, Castro e Palmeira, região dos Campos Gerais.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
242686 - AS CORES DO AGRO
INSTITUTO PROJETARE
CNPJ/CPF: 46.968.480/0001-80
Processo: 01400010710202483
Cidade: Campos Novos - SC;
Valor Aprovado: R$ 523.773,25
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Realizar uma exposição de artes visuais apresentada por uma performance de palhacia em escolas da área rural de municípios do sul do Brasil. A exposição parte de oficinas de pintura em tela para alunos de escolas rurais e é apresentada a comunidade do entorno. As oficinas de pintura em tela partem da observação das cores e das paisagens rurais e é ministrada a alunos do 3° ano escolar que na sequência produzem sua tela e a expõe para a comunidade.

242692 - Cultivando Arte
INCENTIVAR FOMENTO DE PROJETOS LTDA
CNPJ/CPF: 09.314.456/0001-09
Processo: 01400010727202431
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.007.617,71
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto consiste na elaboração e realização de oficinas de artesanato de biojoias e oficinas para confeccionar cachepôs de madeira com caixotes descartados, onde serão montadas hortas, ambas desenvolvidas a partir de materiais orgânicos encontrados na natureza e a realização de exposições ao final das oficinas, como um encerramento, expondo as peças de arte produzidas pelos participantes do projeto.

242696 - Palhaçaria: Exposição itinerante de artesanato popular brasileiro nas brincadeiras infantis do Norte, Centro-Oeste e Sudeste
CNPJ/CPF: 43.376.228/0001-93
Processo: 01400010733202498
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 3.575.373,76
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Trata-se de uma exposição de 180 objetos de artesanato popular brasileiro, realizada de forma itinerante entre São Paulo, Goiânia e Belém do Pará. O conceito da exposição é explorar a inter-relação das brincadeiras regionais de crianças e a produção artesanal brasileira contemporânea. A curadoria, sob responsabilidade de profissionais locais do artesanato, arte e design, prevê a seleção de 10 objetos de 18 artesãs e artesãos de todo o país, reconhecidos por notório saber, presentes em coleções e acervos públicos e privados. O projeto expositivo prevê a produção de mini documentários, relatando o processo de produção dos artesãos de suas respectivas regiões. Como parte da programação, a exposição oferecerá 24 atividades de formação livre em cultura, guiadas pelo trabalho dos artesãos e dos curadores.

242700 - Primeiro Mural de Arte em Empena de São José SC
IDEALAB PROJETOS DE ARTE LTDA
CNPJ/CPF: 35.928.264/0001-94
Processo: 01400010739202465
Cidade: São José - SC;
Valor Aprovado: R$ 304.432,70
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto pretende desenvolver e executar o primeiro mural de arte em empena da cidade de São José/SC. A iniciativa incluirá a cidade no circuito dos centros urbanos que apostam na arte urbana para transformar o espaço publico em uma galeria a céu aberto, de forma gratuita e democrática. A conexão das pessoas com as obras e espaços torna-se um evento cultural e turístico de relevância artística e histórica, que transforma tanto a paisagem urbana quanto a própria cidade.

242708 - Exposição de artes visuais Caudal
MARCELLE DAYANE DO NASCIMENTO VIANA
CNPJ/CPF: ***.579.522-**
Processo: 01400010752202414
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 115.221,15
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Este projeto prevê a realização da exposição de artes visuais Caudal.

242711 - Onde Está Wally
ORIENTAVIDA- ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA E PROMOCAO COMUNITARIA
CNPJ/CPF: 03.784.896/0001-35
Processo: 01400010755202458
Cidade: Potim - SP;
Valor Aprovado: R$ 5.971.473,81
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Trata-se de um projeto de exposição de artes visuais que irá celebrar o personagem Wally. Criado em 1987 pelo ilustrado inglês Martin Handford, Wally rapidamente se tornou uma das personagens mais populares nos anos 80 e 90. A exposição abordará a história do personagem por meio de elementos visuais, lúdicos e interativos, para um público de todas as idades. Ainda, prevê ações de contrapartida social, mediante a realização de visitas regulares guiadas gratuitas para alunos e professores de escolas públicas de ensino fundamental e médio.

242718 - PAKUÁ - II edição
MONTENEGRO PENSAMENTO CRIATIVO PRODUCOES & EVENTOS LTDA
CNPJ/CPF: 12.932.765/0001-49
Processo: 01400010769202471
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.950.175,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto consiste na criação de uma exposição de arte itinerante desenvolvida a partir de registros aéreos que deverão compor um mapa da produção agrícola do Brasil, suas paisagens, cenários e particularidades observados de cima. No desenvolvimento do projeto serão convidados artistas, fotógrafos e historiadores que realizarão o mapeamento das regiões para produção das imagens, recortes históricos e panorama atual. A obra final será apresentada em exposição e catálogo.

242721 - EducArte
SIMONE RODRIGUES DE ARAUJO 25376779866
CNPJ/CPF: 26.684.270/0001-52
Processo: 01400010772202495
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 767.827,84
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto EducArte tem como objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável e a inclusão cultural em comunidades através da realização de exposições fotográficas e oficinas interativas. Estas atividades englobam oficinas de contação de histórias, incentivo a leitura, fotografia e arte.

242747 - Integrare: Arte e Acessibilidade
MARIA ANGELA BITTENCOURT DE VASCONCELOS XAVIER
CNPJ/CPF: ***.209.936-**
Processo: 01400010818202476
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 68.915,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Realizar oficinas gratuitas de artes plásticas, para adolescentes e jovens a partir de 12 anos, adultos e PcD´s, no município de Araxá/MG. Destinado a alunos da rede pública de ensino, e pessoas em vulnerabilidade, assistidos pelos órgãos da secretaria de ação e promoção social e instituições beneficentes, objetivando abertura de possibilidades através de vivências artísticas.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
242681 - CIRCOS POPULARES: publicação de fotolivro e exposição itinerante (PB-CE-SP)
MARACA CIDADANIA
CNPJ/CPF: 18.253.332/0001-43
Processo: 01400010691202495
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 572.096,25
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto Circos Populares propõe (i) a publicação de um fotolivro e (ii) a realização de uma exposição de artes visuais itinerante sobre o universo dos circos populares itinerantes com atuação na Paraíba - manifestação declarada como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado, de acordo com a Lei Estadual nº 11.639/2020, além de propor, enquanto contrapartidas sociais, (iii) a disponibilização do fotolivro em formato digital (e-book) na rede mundial de computadores, (iv) a oferta de visitas guiadas nas exposições em João Pessoa/PB, Fortaleza/CE e São Paulo/SP e (v) de oficinas de formação (gratuitas) no município de João Pessoa/PB, além (vi) da destinação de 50% (cinquenta por cento) dos exemplares impressos do fotolivro para doação, divulgação, patrocinador e venda com preço popular.

242690 - Livro Infantil Uma aventura no Museu Oceanográfico
FABIANE DE OLIVEIRA PRESTES
CNPJ/CPF: ***.930.660-**
Processo: 01400010725202441
Cidade: Rio Grande - RS;
Valor Aprovado: R$ 201.744,68
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto visa à publicação do livro infantil intitulado "Uma Aventura no Museu Oceanográfico", com o propósito de educar crianças sobre a importância dos oceanos e a preservação ambiental. A narrativa combina aventura e descoberta, incentivando a conscientização desde cedo. Além da produção do livro, estão incluídos eventos de lançamento e distribuição em escolas e comunidades carentes. O objetivo principal é promover a conscientização ambiental entre crianças e incentivá-las à leitura e ao interesse por temas relacionados à conservação do meio ambiente.

242695 - IVAN FREITAS, MESTRE DAS CORES (título provisório)
VIA IMPRESSA DESIGN GRÁFICO E EDIÇÕES DE ARTE - EIRELLI.
CNPJ/CPF: 01.650.998/0001-32
Processo: 01400010732202443
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 494.128,89
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Este projeto consiste em realizar uma publicação que trata de uma importante seleção de obras do artista visual Ivan Freitas, pelo seu organizador Ricardo Von Brusky, a partir de diversos acervos, públicos e privados. Propõe um mergulho na vida e na obra do renomado artista, nascido em João Pessoa, PB em 1932 e falecido no Rio de Janeiro em 2006. Pintor e muralista, deixou um legado significativo para a história da arte brasileira, desde suas origens autodidatas até sua consagração internacional. A jornada de Ivan Freitas será mostrada em detalhes, revelando os momentos cruciais da sua carreira e os aspectos que influenciaram sua arte. A publicação pretende levar o leitor a explorar as diversas fases da sua criação artística, desde seus primeiros experimentos até suas experiências em Paris e Nova York, que contribuíram para o enriquecimento da sua criação e aprimoramento das técnicas. Com uma narrativa clara, o livro propõe contrapor as críticas ou aspectos controversos da obra do artista ao contexto político em que foi produzida e apresentar também, uma profunda pesquisa histórico-biográfica e análises críticas.

242699 - Os Sertões
Carlos Leal
CNPJ/CPF: ***.786.697-**
Processo: 01400010738202411
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 220.448,25
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto se refere à 40ª (quadragésima) edição do clássico de Euclides da Cunha, "Os Sertões". A Livraria Francisco Alves Editora, fundada em 1854, assumiu a publicação de "Os Sertões" a partir de 1911, na sua quarta edição revisada pelo autor. As três primeiras edições da obra, datadas de 1902, 1903 e 1905, foram todas publicadas pela editora Lemmertz, que pertencia a Francisco Alves. No entanto, somente a partir da quarta edição que a Lemmertz começou a operar sob o selo da Livraria Francisco Alves Editora. Em 1995, a Francisco Alves contratou a professora Ana Maria Skinner para revisar o texto, resultando no lançamento da 38ª edição de "Os Sertões" no ano seguinte.
242701 - Geração Flica vai à Escola
CALI CACHOEIRA LITERARIA PRODUCOES E EDICOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 18.561.412/0001-66
Processo: 01400010741202434
Cidade: Cachoeira - BA;
Valor Aprovado: R$ 5.999.532,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Geração Flica vai à Escola é a versão itinerante da programação juvenil da Flica-Festa Literária Internacional de Cachoeira, voltada ao público de 13 a 21 anos. Percorre 40 municípios do interior da Bahia, abrangendo todos os quadrantes do estado. No interior dos auditórios das escolas modelo da rede estadual de ensino, voltadas para o Ensino Médio, ocorrem em cada município oito mesas literárias, com um a dois autores e um mediador em cada mesa, distribuídas em dois dias de evento, totalizando 80 dias de programação. Cada etapa terá a participação de pelo menos dois autores internacionais, sendo um deles obrigatoriamente de um dos três países principais da Diáspora Africana ao Brasil: Nigéria, Angola e Moçambique, trazendo contribuições das culturas dos antepassados da maior parte da população baiana (iorubás, haussás, bantos, ibos), outro alternadamente das Américas, Europa e Ásia. Participarão ainda autores de projeção nacional, regional e local.
242703 - O Rio de Janeiro através da pintura
Barléu Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 05.246.975/0001-18
Processo: 01400010745202412
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 358.597,80
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O livro "O Rio de Janeiro através da pintura" reunirá cerca de 80 pinturas de paisagens do Rio de Janeiro, além de fotografias da cidade produzidas especialmente para o projeto, traçando um panorama do desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.
242705 - Entre Vales e Serras
PAULO CESAR NEVES MARCONDES GONCALVES 06662431826
CNPJ/CPF: 14.866.077/0001-53
Processo: 01400010748202456
Cidade: Guaratinguetá - SP;
Valor Aprovado: R$ 469.626,30
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Projeto para confecção de um livro fotográfico e documental retratando cidades que tem seu acesso pela rodovia Presidente Dutra, que liga os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Além da confecção do livro, o projeto contempla a produção e realização de uma exposição fotográfica itinerante concebida a partir do material colhido para compor o livro.
242716 - Armadilhas e Artimanhas
Francisco Olímpio de Aguiar Rocha 05947022320
CNPJ/CPF: 17.087.871/0001-97
Processo: 01400010766202438
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 48.095,30
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Edição e lançamento do livro de poesias ARMADILHAS e ARTIMANHAS do escritor, letrista e poeta Olímpio Rocha.
242717 - LARANJA TANAJURA haikais e outros versos
LEIDE CONSUELO QUEREZA MOREIRA JACOB
CNPJ/CPF: ***.552.738-**
Processo: 01400010767202482
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 35.036,58
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Produção, distribuição e lançamento do livro LARANJA TANAJURA haikais e outros versos, de Leide Jacob. A obra, com 150 textos inéditos, contará com 1.000 exemplares impressos, além do formato audiobook, disponibilizado gratuitamente pela internet no Youtube, e eBook. O projeto inclui a cota de distribuição gratuita de exemplares para escolas e bibliotecas públicas e a palestra sarau "leia com a autora".
242734 - MOSTRA BELÉM - UM PAÍS CHAMADO PARÁ
NAMAZONIA -CENTRO DE ESTUDOS PARA DESENV. DE TECNOLOGIAS PARA A AMAZONIA
CNPJ/CPF: 04.379.826/0001-64
Processo: 01400010792202466
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: R$ 323.223,60
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Realização em Belém de exposição composta por um panorama da fotografia contemporânea paraense, com imagens em suportes que questionam os processos de fotografia tradicionais, introduzindo alternativas tais como foto- esculturas, vídeos, dos principais fotógrafos da cena paraense, em um recorte que engloba os últimos 30 anos. O projeto ofertará ações formativas no segmento fotografia, através de oficina, palestra e visita curatorial guiada. Será também publicado um livro contendo a itinerância já realizada da mostra em Belo Horizonte e São Paulo, durante o ano de 2023.
242738 - Brinquedoteca - Construindo Cultura
GISLAINE CRISTINA NOGUEIRA ANTONIO 31279992832
CNPJ/CPF: 22.962.699/0001-03
Processo: 01400010797202499
Cidade: Hortolândia - SP;
Valor Aprovado: R$ 996.061,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto consiste na realização de oficinas com Contação de histórias e atividades artísticas com o acervo cultural e a realização de confecção e doação de estruturas móveis de biblioteca com a doação de obras literárias infantis e acervo cultural.
242742 - O Sétimo Reino
JOAO PEDRO SILVA MOTTA
CNPJ/CPF: ***.288.261-**
Processo: 01400010805202405
Cidade: Palmas - TO;
Valor Aprovado: R$ 353.099,25
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
esumo do Projeto: A produção de uma série de quadrinhos em três volumes no formato Graphic Novel (uma história em quadrinhos em formato de livro) de "O Sétimo Reino", que será uma grande história de fantasia e aventura com personagens de um reino futurista que lutam pela emancipação popular numa nova república.
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
242691 - Museu Memórias Vivas
CENTRO DE ARTESANATO TARECO E MARIOLA
CNPJ/CPF: 08.830.934/0001-62
Processo: 01400010726202496
Cidade: Belo Jardim - PE;
Valor Aprovado: R$ 880.346,85
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Projeto de manutenção das visitações ao Museu "Memórias Vivas" do Instituto Conceição Moura, localizado em Belo Jardim, Agreste de Pernambuco. O museu foi aberto desde 13 de novembro 2023, proporcionando às crianças e jovens uma formação cultural e histórica significativa sobre a antiga Fábrica Mariola, e o Instituto Conceição Moura, onde hoje se encontra as instalações do Museu. A proposta é a realização de visitas guiadas gratuitas ao espaço e realização de uma exposição fotográfica sobre a história de Edson Moura e Conceição Moura, e o impacto de suas ideias na cidade de Belo Jardim oferecendo uma experiências educativa, promovendo o acesso à cultura e à história local da região.
242693 - MEMÓRIAS DA ESCRITA - CICLO DE VISITAÇÕES
Jornal Gráfica e Editora Interação Ltda
CNPJ/CPF: 06.351.733/0001-57
Processo: 01400010728202485
Cidade: Araxá - MG;
Valor Aprovado: R$ 566.280,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O projeto "Memórias da escrita - Ciclo de visitações", tem por finalidade a manutenção das atividades do "Memorial da Escrita e Imprensa Maurício Rosa", por meio da continuidade da promoção de ações formativas envolvendo estudantes e professores de instituições de ensino da cidade de Araxá/MG. Por tal, propõe-se a continuidade de realização de um ciclo de visitas monitoradas e formativas ao acervo do memorial com estudantes e professores do 3º ano do ensino fundamental de instituições públicas, privadas e particulares do município.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
242678 - 7A EDIÇÃO DA PREMIAÇÃO GUERREIROS DU SAMBA
JOSE WILSON PEREIRA TRINDADE
CNPJ/CPF: ***.486.903-**
Processo: 01400010685202438
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 464.853,46
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: A Premiação "Guerreiros Du Samba" éum evento anual que consiste na escolha de pessoas e entidades que se destacaram em contribuir de algum modo para a cultura do samba. O projeto se desenvolve ao longo do ano e culmina numa cerimônia para entrega de um troféu aos eleitos de várias categorias numa festa com muito samba. O foco da premiação é valorizar e incentivar o trabalho de profissionais anônimos, agraciando pessoas e entidades que, ao longo do ano, empreendem esforços na valorização da cultura do samba, com ênfase àqueles que não têm visibilidade pela grande mídia.
242702 - Conexão Abayomy
Mario Neves da Rocha dos Santos
CNPJ/CPF: ***.246.007-**
Processo: 01400010744202478
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 996.948,00
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Conexão Abayomy trata-se de uma intervenção cultural com oficinas de música, vídeo-mapping e produção, sempre culminando em um show do grupo Abayomy, totalmente gratuito e acessível. O grupo comemora quinze anos em 2024 e se prepara para lançar seu terceiro disco, sempre repleto de participações especiais e uma musicalidade alegre, dançante sem perder a verve política que é uma característica do Afrobeat. Serão cinco apresentações, com pelo menos uma em cada região do país, estão previstos Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, Recife e Belém. Abayomy em iorubá significa "aquele que traz alegria" ou "bons encontros" e a ideia é exatamente essa, possibilitar novas perspectivas através de encontros artísticos. Os shows contarão com participações especiais de artistas locais, fomentando também o intercâmbio através de encontros únicos e originais. Alguns artistas que já se apresentaram com o grupo: Ney Matogrosso, MC Tha, Tássia Reis, Céu, Orlando Julius, Otto e tantos outros.
242709 - Festival de Música Publimusic
ABRAAO MACIEL SOUSA
CNPJ/CPF: ***.348.152-**
Processo: 01400010753202469
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 379.417,50
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: O Projeto "Festival Publimusic" objetiva realizar 05 shows de música popular brasileira em 10 meses com transmissão ao vivo pelo youtube, que será realizado em Duque de Caxias, cidade do interior no Estado do Rio de Janeiro. A cidade do interior é carente de evento e a proposta é proporcionar uma boa música para a população em geral. O projeto objetiva a produção de alto nível musical, revelando talentos locais e que fomente valores familiares e promova o exercício de cidadania.
242741 - Álbum Efeito de Beira - Gabi Farias
NEW TERRITORIES CONSULTORIA DE COMUNICAO - EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 14.388.157/0001-40
Processo: 01400010804202452
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 193.019,27
Prazo de Captação: 07/05/2024 à 31/12/2024
Resumo do Projeto: Produção, gravação e lançamento do novo álbum musical de Gabi Farias, artista amazonense da Música Popular Brasileira/POP. Além disso, o projeto prevê a realização de um show de estreia em um equipamento cultural público e gratuito.

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 311, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:
Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na

forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
232239 - Nariz Itinerante
ASSOCIACAO NARIZ SOLIDARIO
CNPJ/CPF: 29.122.999/0001-23
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Complementado: R$ 162.188,40
Valor total atual: R$ 720.548,40
232348 - FESTIVAL CULTURAL BEM-ESTAR
BOOMERANG CONSULTORIA, PROJETOS CRIATIVOS & SERVICOS LTDA
CNPJ/CPF: 22.744.622/0001-67
Cidade: Vitória - ES;
Valor Complementado: R$ 11.026,13
Valor total atual: R$ 566.119,13
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
2317170 - Museu a céu aberto
Leane De Sousa Da Silva
CNPJ/CPF: ***.749.803-**
Cidade: Açailândia - MA;
Valor Complementado: R$ 30.182,15
Valor total atual: R$ 143.153,53
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
203645 - Saúde, Alimento e Cultura
BELA VISTA CULTURAL LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 25.331.742/0001-20
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 38.500,00
Valor total atual: R$ 531.575,00

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 312, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
222359 - A arte da dança fantasticamente viva!
Companhia de Danças Helena Holanda
CNPJ/CPF: 11.906.590/0001-32
Cidade: João Pessoa - PB;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 30/06/2024
237679 - 6º ANIMANECO - Festival Internacional de Teatro de Bonecos
CASSIO FERNANDO CORREIA
CNPJ/CPF: 18.174.774/0001-02
Cidade: Joinville - SC;
Prazo de Captação: 06/05/2024 à 31/12/2024
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
221176 - Projeto Som da Banda - X
ASSOCIACAO CULTURAL BANDA DE MUSICA BRANCA DA MOTA FERNANDES
CNPJ/CPF: 03.456.568/0001-00
Cidade: Maringá - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/12/2024
2314535 - Voa Sabiá
ASSOCIACAO E GREMIO RECREATIVO BLOCO CARNAVALESCO SPANTA NENEM
CNPJ/CPF: 07.094.273/0001-91
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 06/05/2024 à 31/08/2024
235516 - Encantos do Canto Coral
50.898.496 ADENOR LEONARDO TERRA
CNPJ/CPF: 50.898.496/0001-30
Cidade: Araraquara - SP;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
237068 - Agrofest de Ecruzilhada
ROBERTO SCHNEIDER GARCIA
CNPJ/CPF: ***.579.620-**
Cidade: Santa Maria - RS;
Prazo de Captação: 29/04/2024 à 17/11/2024
238533 - CONCERTOS NO SERTÃO
BRIVALDO CARNEIRO CAMPELO FILHO
CNPJ/CPF: ***.842.984-**
Cidade: Recife - PE;
Prazo de Captação: 01/05/2024 à 31/12/2024
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
230595 - Cafe Mundo - Itinerancia
BRAHMI CULTURAL LTDA - ME
CNPJ/CPF: 15.201.172/0001-09
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2024 à 31/12/2024

PORTARIA SEFIC/MINC Nº 313, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210138 - A árvore - circulação
Fontes Realizações Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.847.918/0001-10
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 8.733,73
Valor total atual: R$ 989.960,40
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
204149 - Duo Fanfarrão uma proposta de musicalização
ESPIRAL SOLUCOES SOCIOCULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 21.650.970/0001-02
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 17.641,83
Valor total atual: R$ 319.618,17
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
222137 - UMA VIDA EM CADA HISTÓRIA - VOLUME II
Sandra Maria Pires Vieira Sahd
CNPJ/CPF: ***.366.868-**
Cidade: Campinas - SP;
Valor Reduzido: R$ 25.690,50
Valor total atual: R$ 398.990,30
ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
235383 - HISTÓRIA DO JUDAÍSMO EM SÃO PAULO III
INSTITUTO EDUCACIONAL, BENEFICENTE, ISRAELITA - BRASILEIRO, RELIGIOSO - ORTODOXO BEIT YAKOV
CNPJ/CPF: 14.755.550/0001-25
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 167.804,82
Valor total atual: R$ 2.096.591,91

PORTARIA SEFIC/MINC N.º 314, DE 06 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA CRIATIVA E FOMENTO CULTURAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 7, de 24 de janeiro de 2023 e a Portaria MinC nº 1, de 13 de fevereiro de 2023, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 204986 - A Flor do Chico - circulação teatral, publicado na portaria nº 0297/21 de 26/05/2021, publicada no D.O.U. em 27/05/2021.

Onde se lê: A proposta consiste na circulação do espetáculo 'Cordel do Amor sem Fim - ou A Flor do Chico', com direção de Gabriel Villela, O espetáculo, com dramaturgia de Claudia Barral, conta a história de três irmãs que vivem em Carinhanha, às margens do rio São Francisco. Além das apresentações do espetáculo, o projeto prevê, como contrapartida social, a realização de residências artísticas - com atividades formativas para artistas, produtores culturais e estudantes de teatro - e oficinas culturais "A cena das narrativas locais" para o público em geral, além de contrapartidas de democratização do acesso e acessibilidade. Todas as atividades do projeto serão oferecidas gratuitamente ao público.

Leia-se: A proposta consiste na circulação do espetáculo ?Cordel do Amor sem Fim - ou A Flor do Chico', com direção de Gabriel Villela, O espetáculo, com dramaturgia de Claudia Barral, conta a história de três irmãs que vivem em Carinhanha, às margens do rio São Francisco. Além das apresentações do espetáculo, o projeto prevê, como contrapartida social, a realização de residências artísticas - com atividades formativas para artistas, produtores culturais e estudantes de teatro - e oficinas culturais ?A Música e a Cena? para o público em geral, além de contrapartidas de democratização do acesso e acessibilidade. Todas as atividades do projeto serão oferecidas gratuitamente ao público.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

DEPARTAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTERSETORIAIS
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 28, DE 6 DE MAIO DE 2024

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS E INTERSETORIAIS DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria de Pessoal MINC n.º 1.010, de 16/08/2023, e de acordo com o disposto no Decreto n.º 11.178, de 18/08/2022, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

V - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VI - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JEANNE CRISTINA MENEZES CRESPO

ANEXO I

01-Processo nº 01516.000344/2024-57

Projeto: Resgate e Monitoramento Arqueológico da Obra de Restauração da Igreja Nosso Senhor do Bonfim

Arqueóloga Coordenadora: Jamária Batista Nascimento

Apoio Institucional: Museu Histórico Municipal de Jaraguá

Área de Abrangência: Município de Silvânia, Estado de Goiás - Prefeitura Municipal de Jaraguá - GO

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01450.000791/2022-56

Projeto: Levantamento e Monitoramento Arqueológico na área de Implantação da Ferrovia de Integração Oeste/leste, Ilhéus/Caetité (Bahia) - Trecho 1, Lotes 1F ao 4F

Arqueólogo Coordenador: Rosiclér Theodoro da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Documentação e Arqueologia do Centro de Artes Humanidades e Letras - Universidade Federal do Recôncavo (UFRB)
Área de Abrangência: Municípios de Ilhéus, Uruçuca, Aurelino Leal, Gongogi, Ubaitaba, Itagibá, Aiquara, Itagi, Jequié, Manoel Vitorino, Mirante, Contendas do Sincorá, Tanhaçu, Brumado, Livramento de Nossa Senhora, Lagoa Real, Rio do Antônio, Ibiassucê e Caetité, estado da Bahia
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Montrecon Xavier - Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Condomínio Residencial Xavier
Processo nº 01508.000939/2023-21
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Condomínio Residencial Xavier
Arqueólogo Coordenador: Juliano Meneghelo
Arqueóloga Coordenadora de Campo: Leilane Patrícia de Lima
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Londrina, estado do Paraná
Prazo de Validade: 03 (três) meses
02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rodrigo Camargos de Magalhães Pinto
Empreendimento: Loteamento Trilhas da Serra
Processo nº 01514.000999/2023-64
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Loteamento Trilhas da Serra
Arqueólogo(a) Coordenador Geral: Jaqueline Gomes Santos
Arqueólogo(a) de Campo: Bernardo Lacale Silva da Costa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudos da Paisagem - LAEP - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Santa Luzia, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Morada das Águas participações Ltda
Empreendimento: Loteamento Morada das Águas II
Processo nº 01508.000307/2024-48
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Morada das Águas II
Arqueólogo Coordenador Geral e de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá - UEM
Área de Abrangência: Município de Ponta Grossa, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Santa Colomba Agropecuária S.A.
Empreendimento: Subestações LDAT 138 KV Santa Colomba - Seccionamento
Processo nº 01502.000043/2024-82
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Subestações LDAT 138 KV Santa Colomba - Seccionamento
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogo de Campo: Ítalo Barbosa de Souza
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso
Área de Abrangência: Município de Cocos, estado da Bahia
Prazo de Validade: 03 (três) meses
05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SPE Saga Golden Garden Ltda
Empreendimento: Condomínio Residencial Multifamiliar Golden Garden
Processo nº 01402.000102/2024-41
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Condominio Residencial Multifamiliar Golden Garden
Arqueólogo Coordenador: Caio Clévio Carvalho Rocha
Arqueólogo de Campo: Tailine Rodrigues Valério da Silva
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo Rei
Área de Abrangência: Município de Teresina, estado do Piauí
Prazo de Validade: 03 (três) meses
06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Porto Guará Infraestrutura SPE S/A Empreendimento: LDAT 138 kV - Porto Guará
Processo nº 01508.000132/2024-79
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento LDAT 138 kV - Porto Guará
Coordenação Geral: Valdir Luiz Schwengber
Coordenação de campo: Alessandro de Bona Mello
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE/UEM
Área de Abrangência: Município de Paranaguá, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: AVB Mineração Ltda
Empreendimento: Linha de Distribuição 138kV - SE Carajás - Trecho 2
Processo nº 01492.000250/2024-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Trecho 2 da "Linha de Distribuição 138kV - SE Carajás"
Arqueóloga Coordenadora: Cássia Bars
Arqueólogo de Campo: Danilo Chagas Assunção
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM)
Área de Abrangência: Municípios de Canaã dos Carajás e Curionópolis, estado do Pará
Prazo de Validade: 11 (onze) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Petróleo Sabbá S.A.
Empreendimento: Petróleo Sabbá S.A. - Base de Santarém
Processo nº 01492.000033/2020-80
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área do Empreendimento Petróleo Sabbá S.A - Base STM 05 em Santarém, Município de Santarém - Pará
Arqueólogo Coordenador: Filipe André do Nascimento Coelho
Arqueólogo de Campo: Danilo Rodrigues dos Santos
Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia, Etnologia e Educação Patrimonial (NAEEP) - Fundação Casa da Cultura de Marabá (FCCM) - Prefeitura Municipal de Marabá
Área de Abrangência: Município de Santarém, Estado do Pará
Prazo de Validade: 09 (nove) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Secretaria De Estado De Infraestrutura E Logística - SINFRA
Empreendimento: Implantação e Melhoria Viária do Contorno Norte de Cuiabá - Lote 1
Processo nº 01425.000551/2018-82
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na Implantação e Melhoria Viária do Contorno Norte de Cuiabá - Lote 1
Arqueólogo Coordenador: Marcio Walter de Moura Castro
Arqueólogo de Campo: Bernardo Lacale Silva da Costa
Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro
Área de Abrangência: Município de Cuiabá, estado de Mato Grosso
Prazo de Validade: 12 (doze) meses
10-Enquadramento: Nível III
Empreendedor: Ventos de São Carlos Energias Renováveis S.A.
Empreendimento: Acessos ao Complexo Eólico Sento Sé I
Processo nº 01502.001497/2022-17
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico nos Acessos ao Complexo Eólico Sento Sé I
Arqueóloga coordenadora: Beatriz Costa Paiva
Arqueólogo de Campo: Jacson Ramos Nascimento
Apoio Institucional: Museu do Alto Sertão da Bahia - MASB - Prefeitura Municipal de Caetité
Área de Abrangência: Municípios de Campo Formoso e Sento Sé, estado da Bahia
Prazo de execução: 14 (quatorze) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 34, de 02 de junho de 2023, Seção 1, Anexo IV, Página 182, Autorização nº 06, processo 01502.001270/2021-82, publicada em 05/06/2023,
Onde se lê "Arqueóloga coordenador Geral: Mateus Santana Rizério",
Leia-se "Arqueólogos coordenadores de campo: Juliana Betarello Ramalho".

Na Portaria nº 32, de 26 de maio de 2023, Seção 1, Anexo IV, Página 10, Autorização nº 02, processo 01498.001098/2019-59, publicada em 29/05/2023,
Onde se lê "Arqueóloga coordenadora Geral: Fabiana Chagas Moreir",
Leia-se "Arqueóloga coordenadora Geral: Crisvanete de Castro Aquino".

Na Portaria nº 21, de 15 de abril de 2024, Seção I, Anexo V, Página 15, Autorização nº 06, processo nº 01450.003583/2022-17, publicada em 16/04/2024,
Onde se lê "Arqueólogo Coordenador de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior",
Leia-se "Arqueólogos Coordenadores de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior, Elaine Cristina Carvalho da Silva e Eduardo Carvalho de Oliveira".

Na Portaria nº 9, de 16 de fevereiro de 2024, Seção I, Anexo V, Página 25, Autorização nº 30, processo nº 01500.002019/2021-55, publicada em 19/02/2013,
Onde se lê "Arqueólogo de Campo: Renato Gomes Ferreira",
Leia-se "Arqueólogo de Campo: Rafael Gonçalves".

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 30 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 3/DGCEA_SEC, de 02 de janeiro de 2024, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 314/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto SITIO SANTO ANTONIO DA UNIÃO, situado no Município de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.901094/2023-11.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 315/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto IDA MARIA, situado no Município de Bombinhas, no Estado de Santa Catarina - SC. Processo nº 67613.900142/2024-17.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DEVILAN DUTRA PAULON JÚNIOR TEN CEL AV

PORTARIAS DE 3 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 3/DGCEA_SEC, de 02 de janeiro de 2024, combinada com o previsto nas letras "b" e "c" do item 11.3, da ICA 11-408, de 14 de dezembro de 2020, resolve:

Nº 327/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto CIMATEC PARK, situado no Município de Camaçari, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.900147/2024-30.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 328/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA MEDALHA MILAGROSA, situado no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.900466/2023-54.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 329/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo NINHO DO BACURAU, situado no Município de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67614.901138/2023-85.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 330/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ZIMBA AYRTON SENNA, situado no Município de Itaquaquecetuba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901456/2023-16.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 331/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto PORTAL DO JAPY, situado no Município de Cabreúva, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.901589/2023-92.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 332/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto ALEXANDRE CASTRO E SILVA, situado no Município de Recife, no Estado de Pernambuco - PE. Processo
nº 67614.900522/2023-61.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 333/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto RANCHO CAJURU, situado no Município de Cláudio, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.900143/2024-71.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 334/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para o Aeródromo FAZENDA SAN JOSÉ II, situado no Município de Bandeirantes, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900144/2024-14.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Nº 335/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) para
o Aeródromo CABECEIRA DO CATETO, situado no Município de Maracaju, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67613.900135/2024-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 336/SAGA - Publicar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto MAUAD, situado no Município de Indaiatuba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.900085/2024-36.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal

AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.mil.br/aga).

Ten Cel Av DEVILAN DUTRA PAULON JÚNIOR

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 103/DPC, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Reconhece, a Empresa AUTO SHIP CERTIFICADORA DE EMBARCAÇÕES LTDA, como Entidade Especializada na realização de vistorias, emissão de certificados e outros em nome da AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso de suas atribuições e com o fundamento na Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022; e combinado com o inciso X, do art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Reconhecer a Empresa AUTO SHIP CERTIFICADORA DE EMBARCAÇÕES LTDA, CNPJ nº 08.333.414/0006-59, como Entidade Especializada na realização de vistorias, emissão de certificados e outros em nome da Autoridade Marítima, nos termos do documento denominado "Serviços Concedidos" que a esta acompanha.

Art. 2º Os referidos serviços do artigo anterior, devem ser executados em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Sociedades Classificadoras e Certificadoras (Entidades Especializadas) para atuarem em nome do Governo Brasileiro - NORMAM-331/DPC, e demais Normas que sejam pertinentes, sob vigência no período de 13 de maio de 2024 a 12 de novembro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 13 de maio de 2024.

Vice-Almirante CARLOS ANDRÉ CORONHA MACEDO

ANEXO

SERVIÇOS CONCEDIDOS E LIMITES DA COMPETÊNCIA DELEGADA À

AUTO SHIP CERTIFICADORA DE EMBARCAÇÕES LTDA, PARA ATUAR EM NOME DA AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA

1. TIPOS DE EMBARCAÇÕES

a) embarcações empregadas na navegação de mar aberto e que não estejam sujeitas à Classificação; e

b) embarcações empregadas na navegação interior e que não estejam sujeitas à Classificação.

2. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO

2.1. Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso:

a) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-201/DPC e NORMAM-211/DPC);

b) Certificado Nacional de Borda-Livre (NORMAM-201/DPC);

c) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-201/DPC e NORMAM-211/DPC);

d) Certificado de Tração Estática (NORMAM-201/DPC); e

e) Certificado de Conformidade para Sistema Anti-incrustante (NORMAM-401/DPC).

2.2. Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada:

a) emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso:

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-201/DPC);

2) Notas para Arqueação de Embarcações (NORMAM-201/DPC); e

3) Notas para Marcação de Borda Livre (NORMAM-201/DPC).

b) reavaliar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para aprovação ou endosso:

1) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria) (NORMAM-201/DPC); e

2) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto (NORMAM-201/DPC).

Observação: Caso verifique discrepâncias com a documentação relacionada acima, deverá ser solicitada por meio de relatório de análise de planos, ao Responsável Técnico, a correção/substituição.

2.3. Vistorias

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada, além das vistorias pertinentes aos SERVIÇOS especificados nos itens 2.1 e 2.2, a efetuar Vistoria de Condição Estrutural em Navios Graneleiros, construídos há mais de dezoito anos, para carregamento de granéis sólidos de peso específico maior que 1,8 t/m^3 (NORMAM-201/DPC e NORMAM-203/DPC).

3. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

3.1. Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso:

a) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-202/DPC e NORMAM-211/DPC);

b) Certificado de Arqueação para a Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-202/DPC);

c) Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-202/DPC);

d) Certificado de Borda Livre para a Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-202/DPC);

e) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-202 e NORMAM-211/DPC);

f) Certificado de Tração Estática (NORMAM-202/DPC); e

g) Certificado de Conformidade para Sistema Anti-incrustante (NORMAM-401/DPC).

3.2. Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada:

a) emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso:

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-202/DPC);

2) Notas para Arqueação de Embarcações (NORMAM-202/DPC); e

3) Notas para Marcação de Borda Livre (NORMAM-202/DPC).

b) reavaliar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para aprovação ou endosso:

1) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria) (NORMAM-202/DPC); e

2) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto (NORMAM-202/DPC).

Observação: Caso verifique discrepâncias com a documentação relacionada acima, deverá ser solicitada por meio de relatório de análise de planos, ao Responsável Técnico, a correção/substituição.

PORTARIA Nº 106/DPC, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Reconhece a Empresa INTERCONTINENTAL BUREAU CLASSIFICATION LTDA, como Entidade Especializada na realização de vistorias, emissão de Certificados e outros em nome da AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso de suas atribuições e com o fundamento na Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022 e combinado com o inciso X, do art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Reconhecer a Empresa INTERCONTINENTAL BUREAU CLASSIFICATION LTDA, CNPJ nº 27.557.003/0001-87, como Entidade Especializada na realização de vistorias, emissão de certificados e outros para atuar em nome da Autoridade Marítima Brasileira, nos termos do documento denominado "Serviços Concedidos" que a esta acompanha.

Art. 2º Os referidos serviços do artigo anterior, devem ser executados em conformidade com o disposto nas Normas da Autoridade Marítima para Reconhecimento de Entidades Especializadas NORMAM - 331/DPC, e demais Normas que sejam pertinentes, sob vigência no período de 13 de abril de 2024 a 12 de abril de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 13 de abril de 2024.

Vice-Almirante CARLOS ANDRÉ CORONHA MACEDO

ANEXO

SERVIÇOS CONCEDIDOS À CERTIFICADORA INTERCONTINENTAL BUREAU CLASSIFICATION LTDA, PARA ATUAR EM NOME DA AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA

1. TIPOS DE EMBARCAÇÕES

a) embarcações empregadas na navegação de mar aberto e que não estejam sujeitas à Classificação;

b) embarcações empregadas na navegação interior e que não estejam sujeitas à Classificação;

c) Embarcações empregadas na Hidrovia Paraguai-Paraná e que não estejam sujeitas à Classificação; e

d) Embarcações para as quais sejam aplicáveis os Códigos e Convenções Internacionais ratificados pelo Brasil, com Arqueação Bruta até 500.

2. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO DE MAR ABERTO

2.1. Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso:

a) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-201/DPC e NORMAM-211/DPC);

b) Certificado Nacional de Borda-Livre (NORMAM-201/DPC);

c) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-201/DPC e NORMAM-211/DPC);

d) Certificado Internacional para Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

e) Certificado de Prevenção da Poluição para Transporte de Substâncias Líquidas Nocivas a Granel (MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

f) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (BCH Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

g) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (IBC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

h) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (IGC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

i) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (GC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

j) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (Existing Ships Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

k) Certificado de Conformidade para Navios de Apoio Marítimo (Resolução A.673(16) da IMO e MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

l) Certificado de Segurança Rádio para Navios de Carga (SOLAS 74/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

m) Certificado de Conformidade para Sistema Anti Incrustante (NORMAM-401/DPC);

n) Certificado de Tração Estática (NORMAM-201/DPC);

o) Certificado Internacional de Prevenção da Poluição por Esgoto Sanitário (MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

p) Certificado Internacional de Prevenção da Poluição do Ar (MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

q) Certificado Internacional de Arqueação (TONNAGE 1969, como emendado, para embarcações com AB menor que 500); e

r) Certificado Internacional de Borda Livre (LOAD LINE 1966, como emendado, para embarcações com AB menor que 500).

2.2. Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada:

a) emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso:

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-201/DPC e NORMAM-211/DPC);

2) Notas para Arqueação de Embarcações;

3) Registro de Sistema Anti-Incrustante (NORMAM-401/DPC);

4) Declaração sobre Sistemas Anti-Incrustantes (NORMAM-401/DPC);

5) Plano de Emergência para Prevenção da Poluição por Óleo (MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

6) FORM R (SOLAS 74/78, para embarcações com AB menor que 500);

7) FORM A (MARPOL 73/78, para embarcações com AB menor que 500);

8) FORM B (MARPOL 73/78, para embarcações com AB menor que 500);

9) Documento de Conformidade para Transporte de Mercadorias Perigosas (SOLAS 1974 Regra II-2/19, IMDG Code, para embarcações com AB menor que 500);

10) Plano de Gerenciamento de Lixo (MARPOL 73/78, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

11) Plano de Gerenciamento de Água de Lastro (NORMAM-401/DPC, para embarcações com AB menor que 500).

b) reavaliar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para aprovação ou endosso:

1) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria) (NORMAM-201/DPC);

2) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto (NORMAM-201/DPC); e

3) Relatório de Verificação da Lotação de Passageiros e do Peso Máximo de Carga de Embarcações com AB Menor ou Igual a 20 (NORMAM-201/DPC).

Observação: Caso verifique discrepâncias com a documentação relacionada acima, deverá ser solicitado por meio de relatório de análise de planos, ao Responsável Técnico a correção/substituição.

2.3. Vistorias

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada, além das vistorias pertinentes aos SERVIÇOS especificados nos itens 2.1 e 2.2 acima, a efetuar Vistoria de Condição Estrutural em Navios Graneleiros, construídos há mais de dezoito anos, para carregamento de granéis sólidos de peso específico maior que 1,8 t/m^3 (NORMAM-201/DPC e NORMAM-203/DPC).

3. RELAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS NA NAVEGAÇÃO INTERIOR

3.1. Certificados

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada a emitir e endossar os certificados, iniciais ou de renovação, abaixo especificados, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão ou endosso:

a) Certificado Nacional de Arqueação (NORMAM-202/DPC e NORMAM-211/DPC);

b) Certificado de Arqueação da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-202/DPC);

c) Certificado Nacional de Borda Livre (NORMAM-202/DPC);

d) Certificado de Borda Livre para Embarcações da Hidrovia Paraguai-Paraná (NORMAM-202/DPC);

e) Certificado de Segurança da Navegação (NORMAM-202/DPC e NORMAM-221/DPC);

f) Certificado de Conformidade para Sistema Anti-Incrustante (NORMAM-401/DPC);

g) Certificado de Tração Estática (NORMAM-202/DPC);

h) Certificado de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (BCH Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

i) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Produtos Químicos Perigosos a Granel (IBC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

j) Certificado Internacional de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (IGC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

k) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (GC Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500);

l) Certificado de Conformidade para Transporte de Gases Liquefeitos a Granel (Existing Ships Code, como emendado, para embarcações com AB menor que 500); e

m) Certificado de Conformidade para o Transporte a Granel de Combustíveis Líquidos, Derivados de Petróleo e Álcool da Bacia do Sudeste.

3.2. Documentos

A ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA está autorizada:

a) emitir, aprovar ou endossar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para sua emissão, aprovação ou endosso:

1) Licença de Construção, Alteração ou Reclassificação e Licença de Construção para Embarcação já Construída - LCEC e Licença Provisória para Iniciar Construção ou Alteração, incluindo análise e aprovação dos planos pertinentes (NORMAM-202); e

2) Notas para Arqueação de Embarcações (NORMAM-202/DPC).

b) reavaliar os documentos especificados a seguir, assim como efetuar todos os cálculos, vistorias, auditorias, medições, testes e qualquer outra verificação necessária para aprovação ou endosso:

1) Folheto de Estabilidade (Intacta e em Avaria) (NORMAM-202/DPC);

2) Relatórios de Prova de Inclinação e de Medição de Porte Bruto (NORMAM-202/DPC); e

3) Relatório de Verificação da Lotação de Passageiros e do Peso Máximo de Carga de Embarcações com AB Menor ou Igual a 20 (NORMAM-202/DPC).

Observação: Caso verifique discrepâncias com a documentação relacionada acima, deverá ser solicitada por meio de relatório de análise de planos, ao Responsável Técnico, a correção/substituição.

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO

SUBCHEFIA DE LOGÍSTICA OPERACIONAL

PORTARIA CGGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD Nº 2.368, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD nº 1.579, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000200/2024-76, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa MAPASGEO - TOPOGRAFIA E PROJETOS LTDA., com sede social à Rua Quintino Bocaiuva, 51 - Jardim Paulista, Campo Grande/MS, CEP 79.050-112, inscrita no CNPJ sob o nº 26.816.777/0001-12, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 10 de maio de 2027.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD nº 1.945, de 29 de abril de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Bda MAURÍCIO DE SOUZA BEZERRA

PORTARIA CGGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD Nº 2.369, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD nº 1.579, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000202/2024-65, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa OSMAR PEREIRA - ME, com sede social à Rua Passos, 83 - São Francisco, Campo Grande/MS, CEP: 79.118-010, inscrita no CNPJ sob o nº 33.156.223/0001-00, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 10 de maio de 2027.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD nº 1.946, de 29 de abril de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Bda MAURÍCIO DE SOUZA BEZERRA

PORTARIA CGGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD Nº 2.370, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD nº 1.579, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000203/2024-18, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), da empresa LIDAR BRASIL SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., com sede social à Avenida João Scarparo Netto, 170, Bloco K, Conjunto 126 - Loteamento Center Santa Genebra, Campinas/SP, CEP 13.080-655, inscrita no CNPJ sob o nº 32.292.826/0001-68, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "B".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 10 de maio de 2027.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD nº 1.948, de 29 de abril de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gen Bda MAURÍCIO DE SOUZA BEZERRA

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 471, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Retifica área e capacidade do Projeto de Assentamento Morro do Taió II, localizado no município de Santa Terezinha, no estado de Santa Catarina, sob gestão da Superintendência Regional de Santa Catarina - SR(SC).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV do art. 22 do Decreto nº 11.232, de 10 de outubro 2022, combinado com o inciso VIII do art. 104 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº 2.541, de 28 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 30 de dezembro de 2022; e

Considerando os órgãos da Superintendência Regional de Santa Catarina - SR(SC) e da Diretoria de Desenvolvimento e Consolidação de Projetos de Assentamento - DD, que procederam à análise do processo administrativo n.º 54210.001106/2013-15, e decidiram pela regularidade da retificação de informações na PORTARIA/INCRA/SR(10)/Nº 11, de 20 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n.º 252 de 30 de dezembro de 2013, na Seção I, que criou o Projeto de Assentamento Morro do Taió II, código SIPRA SC0385000, localizado no município de Santa Terezinha, no estado de Santa Catarina.

Considerando a conformidade com a área do Projeto de Assentamento Morro do Taió II com a base cartográfica da Superintendência Regional de Santa Catarina - SR(SC), de 669,3899 ha para 659,0352 ha, conforme Nota Técnica nº 868/2024/SR(SC)D3/SR(SC)D/SR(SC)/INCRA (SEI nº 19967626); resolve:

Art. 1º Retificar a área de 669,3899 ha (seiscentos e sessenta e nove hectares, trinta e oito ares e noventa e nove centiares), constante da PORTARIA/INCRA/SR(10)/Nº 11, de 20 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União n.º 252 de 30 de dezembro de 2013, na Seção I, que criou o Projeto de Assentamento Morro do Taió II, código SIPRA SC0385000, localizado no município de Santa Terezinha, no estado de Santa Catarina, para a área de 659,0352 ha (seiscentos e cinquenta e nove hectares, três ares e cinquenta e dois centiares), e a capacidade de 36 (trinta e seis) para 34 (trinta e quatro) famílias, em conformidade com a base cartográfica do INCRA/SR(SC).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR FERNANDO SCHIAVON ALDRIGHI

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PORTARIA/INPI/PR Nº 19, DE 6 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) nº 11, de 27 de janeiro de 2017, com fulcro na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, na Portaria/INPI/PR nº 49, de 03 de dezembro de 2021, e tendo em vista o constante dos autos do processo nº 52402.004821/2024-71 resolve:

Art. 1º Ficam devolvidos até 1º de novembro de 2024 os prazos vencidos entre 24 de abril de 2024 e 28 de outubro de 2024 para os requerentes e representantes legais residentes no Rio Grande do Sul afetados pelas enchentes decorrentes das fortes chuvas, tendo em vista a definição de fatos imprevisíveis contida no art. 2º da Portaria INPI/PR nº 49, de 03 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Em caso de necessidade, medidas adicionais poderão ser adotadas pela Administração do INPI, sendo comunicadas tempestivamente aos interessados.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE DANTAS RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 1.390, DE 3 DE MAIO DE 2024

Aprova o projeto industrial Simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa AMACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 59/2024/CAPI/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 46/2024/CAPI/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.003474/2024-86, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial Simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa AMACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE METAIS LTDA., CNPJ: 11.255.487/0001-70, Inscrição SUFRAMA: 20.0190.37-7, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 59/2024/CAPI/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 46/2024/CAPI/CGPRI/SPR, para produção de ARTEFATO A PARTIR DE LAMINADO (CHAPA) DE AÇO, código SUFRAMA 1797, recebendo os incentivos previstos no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação dos produtos a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme

Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 1.651, de 22 de fevereiro de 2022;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

VI - o cumprimento das exigências contidas na Resolução CAS nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FREDERICO OLIVEIRA DE AGUIAR

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 394, DE 3 DE MAIO DE 2024

Institui, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Grupo de Trabalho de Enfrentamento da Discriminação contra pessoas LGBTQIA+ em ambiente digital.

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Grupo de Trabalho de Enfrentamento da Discriminação contra pessoas LGBTQIA+ em ambiente digital, com a finalidade de propor estratégias de enfrentamento da discriminação contra pessoas LGBTQIA+ nas plataformas digitais.

Parágrafo único. Ao Grupo de Trabalho cabe elaborar proposta do Plano de Ação para o Enfrentamento e Combate à Discriminação contra Pessoas LGBTQIA+ no ambiente digital, destinado a propor ações, estratégias e orientações relacionadas ao tema nos órgãos e nas entidades da administração pública federal.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - realizar análise do atual panorama de discriminação contra a população LGBTQIA+ nas plataformas digitais;

II - realizar análise sobre os mecanismos de retratação e de moderação de comentários disponibilizados nas principais plataformas digitais e realizar recomendações quanto ao seu aprimoramento;

III - proporcionar contribuições técnicas para o desenvolvimento de estratégias assertivas no enfrentamento ao discurso de ódio contra pessoas LGBTQIA+ e promoção da sua cidadania na internet;

IV - formular estratégias para o aprimoramento dos mecanismos de denúncia relativa aos crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ na internet; e

V - formular recomendações pautadas em pesquisas acadêmicas e boas práticas internacionais para a implementação de políticas públicas eficazes na promoção de ambientes digitais inclusivos e respeitosos.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - um representante da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, que presidirá os trabalhos;

II - um representante da Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+;

III - um representante da Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos e Mídias Digitais;

IV - um representante da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos;

V - um representante da Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos;

VI - dois representantes do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+;

VII - três representantes da sociedade civil, a serem indicadas pelos seguintes coletivos que atuam com direitos humanos no âmbito digital, tendo em vista sua experiência e expertise na temática:

a) InternetLab;

b) Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social; e

c) Coletivo Amazônico LesBiTrans.

§ 1º Cada representante do Grupo de Trabalho terá uma suplência, que substituirá o titular em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros de que trata os incisos I, II, III, IV e V deste artigo, titulares e suplentes, serão indicados pelas respectivas unidades e designados pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

§ 3º Os membros de que trata o inciso VI deste artigo, titulares e suplentes, serão indicados por ato do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e designados pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

§ 4º As pessoas representantes da sociedade civil que compõem o Grupo de Trabalho serão designadas por ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, com base nas indicações feitas pelos respectivos coletivos a que pertencem.

Art. 4º Poderão ser convidados para participar das reuniões do Grupo de Trabalho representantes de outros órgãos e de entidades públicas ou privadas, empresas, especialistas, pesquisadores, técnicos e influenciadores digitais LGBTQIA+ que atuem na pauta.

Art. 5º As reuniões do Grupo de Trabalho ocorrerão de forma mensal em caráter ordinário e, extraordinariamente, mediante convocação do seu coordenador.

§ 1º As pessoas integrantes e convidadas do Grupo de Trabalho que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, e as pessoas integrantes e convidadas que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 2º O quórum de reunião e de deliberação é de maioria simples.

Art. 6º A coordenação do Grupo de Trabalho, responsável pelo apoio administrativo, será exercida pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, por intermédio de sua Coordenação-Geral de Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Art. 7º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 8º O Grupo de Trabalho estabelecerá seu calendário de atividades por meio de deliberação conjunta, considerando a disponibilidade e agenda das pessoas integrantes, garantindo uma distribuição equitativa das responsabilidades e assegurando a eficácia de suas ações no combate à discriminação contra pessoas LGBTQIA+ na esfera digital, observado o disposto no art. 5º.

Art. 9º O Grupo de Trabalho terá duração de seis meses, prorrogáveis por igual período, por ato da Secretária Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.

Parágrafo único. O relatório final das atividades e a proposta de Plano de Ação a que se refere o artigo 2º desta Portaria serão encaminhados ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RITA CRISTINA DE OLIVEIRA

ASSESSORIA ESPECIAL DE DEFESA DA DEMOCRACIA, MEMÓRIA E VERDADE

COORDENAÇÃO-GERAL DA COMISSÃO DE ANISTIA

RETIFICAÇÃO

Pauta da 7ª sessão plenária, a ser realizada no dia 23 de maio de 2024

A COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, instituída pelo art. 12 da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, por meio da sua PRESIDENTA, retifica a pauta da 7ª Sessão Plenária publicada no DOU do dia 6 de maio de 2024, seção 1, nº 86, folhas 32 e 33, no que tange ao requerimento de anistia nº 2003.01.32372, no seguinte sentido:

Onde se lê Conselheiro Relator Rafaelo Abritta,

Leia-se Conselheiro Relator Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto.

Ministério da Educação

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA SERES/MEC Nº 167, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202216802	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ADVENTISTA DE SÃO PAULO	INSTITUTO ADVENTISTA DE ENSINO	ESTRADA MUNICIPAL PASTOR WALTER BOGER, S/N, FAZENDA LAGOA BONITA, ENGENHEIRO COELHO/SP
2	202329302	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE	FUNDACAO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL	RUA ANTENOR DE MOURA RAUNHEITTI, 152, BAIRRO DA LUZ, NOVA IGUAÇU/RJ
3	202303320	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA CECÍLIA	ASSOCIACAO DE EDUCACAO SANTA CECILIA (FASC)	PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO, 59, CENTRO, PINDAMONHANGABA/SP
4	202335362	PRODUÇÃO AUDIOVISUAL (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CÁSPER LÍBERO	FUNDACAO CASPER LIBERO	AVENIDA PAULISTA, 900, 5º ANDAR, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
5	202335262	PRODUÇÃO PUBLICITÁRIA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE CÁSPER LÍBERO	FUNDACAO CASPER LIBERO	AVENIDA PAULISTA, 900, 5º ANDAR, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
6	202303321	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	INSTITUTO NOSSA SENHORA APARECIDA - INSA	RUA DOS ANDRADAS, 1039, VILA BRASIL, CRUZEIRO/SP
7	202305630	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DO MACIÇO DO BATURITÉ	IESTEC- INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR TEOLOGICO CRISTAO - ME	AV. DR. CLÓVIS AMORA VASCONCELOS, 497, SANHARÃO, BATURITÉ/CE
8	202313949	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC CAMPINAS	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	RUA JOSÉ PAULINO, 1345, CAMPUS - CAMPINAS - CENTRO, CENTRO, CAMPINAS/SP
9	202313950	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ESAMC CAMPINAS	CENTRO DE ESTUDOS DE ADMINISTRACAO E MARKETING CEAM LTDA	RUA JOSÉ PAULINO, 1345, CAMPUS - CAMPINAS - CENTRO, CENTRO, CAMPINAS/SP
10	202331633	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE IBMEC	IBMEC EDUCACIONAL LTDA.	RUA RIO GRANDE DO NORTE, 300, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG
11	202322444	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INSTED	INSTITUTO SUL MATOGROSSENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA VINTE E SEIS DE AGOSTO, 63, - ATÉ 964/965, CENTRO, CAMPO GRANDE/MS

12	202322442	LOGÍSTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE INSTED	INSTITUTO SUL MATOGROSSENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA VINTE E SEIS DE AGOSTO, 63, - ATÉ 964/965, CENTRO, CAMPO GRANDE/MS
13	202327293	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE INSTED	INSTITUTO SUL MATOGROSSENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA VINTE E SEIS DE AGOSTO, 63, - ATÉ 964/965, CENTRO, CAMPO GRANDE/MS
14	202324776	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS	CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA	AVENIDA FLORIANO PEIXOTO, 3333, TÉRREO E 1º ANDAR, SANTA ROSA, CAMPINA GRANDE/PB
15	202329452	AGRONOMIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	FUNDACAO UNIVERSITARIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE	RODOVIA SC 480 - KM 3, S/N, ., SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC
16	202123973	ENGENHARIA COSTEIRA E OCEÂNICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	RUA SÃO RAIMUNDO, SÃO TOMÉ, SALINÓPOLIS/PA

PORTARIA SERES/MEC Nº 168, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202120338	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA AFONSO CELSO, 235, VILA MARIANA, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
2	202120722	GASTRONOMIA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE PRESIDENTE PRUDENTE - TOLEDO PRUDENTE	ASSOCIACAO EDUCACIONAL TOLEDO	PRAÇA RAUL FURQUIM, 09, , VILA FURQUIM, PRESIDENTE PRUDENTE/SP
3	202119407	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE QUIXADÁ	ASSOCIACAO EDUCACIONAL E CULTURAL DE QUIXADA	RUA JUVENCIO ALVES DE OLIVEIRA, 660, , PUTIÚ, QUIXADÁ/CE
4	202121185	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENECISTA DE OSÓRIO	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE	RUA 24 DE MAIO, 141, , CENTRO, OSÓRIO/RS
5	202110495	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	90 (noventa)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENTRAL PAULISTA	ASSOCIACAO DE ESCOLAS REUNIDAS LTDA.	RUA MIGUEL PETRONI, 5111, CAIXA POSTAL 307, LOTEAMENTO HABITACIONAL SÃO CARLOS 1, SÃO CARLOS/SP
6	202110016	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Centro Universitário CEUNI - FAMETRO	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	AVENIDA AUTAZ MIRIM, 8565, , NOVO ALEIXO, MANAUS/AM
7	202120931	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA	INSTITUTO DE EDUCACAO UNICURITIBA LTDA	RUA CHILE, 1678, PRÉDIO, REBOUÇAS, CURITIBA/PR
8	202120075	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL GUAXUPÉ	FUNDACAO EDUCACIONAL GUAXUPE	AVENIDA DONA FLORIANA, 463, TÉRREO, CENTRO, GUAXUPÉ/MG
9	202110294	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A	AVENIDA PROF. MÁRIO WERNECK, 1685, CAMPUS BURITIS - UNIDADE SEDE, ESTORIL, BELO HORIZONTE/MG
10	202109668	MODA (Tecnológico)	80 (oitenta)	Centro Universitário de Ciências e Tecnologia do Maranhão	GRUPO EDUCA LTDA	RUA AARÃO REIS, 1000, CENTRO, CAXIAS/MA
11	202203233	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário de Excelência Eniac	EDVAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA FORÇA PÚBLICA, 89, , CENTRO, GUARULHOS/SP
12	202110166	FARMÁCIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS	CENTRO EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE PATOS LTDA	RUA HORÁCIO NÓBREGA, S/N, BELO HORIZONTE, PATOS/PB
13	202110452	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB	CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA	QNN31, S/N, LOTE B,C,D & E, CEILÂNDIA, BRASÍLIA/DF
14	202120584	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB	CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA	SGAS QUADRA 613/614 - AV. L2 SUL, S/N, LOTES 97 E 98, ASA SUL, BRASÍLIA/DF
15	202108730	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário FACUNICAMPS	DINAMICA E ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL EIRELI	RUA 210, 386, POLO SEDE, SETOR COIMBRA, GOIÂNIA/GO
16	202109946	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário FG	CESG - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE GUANAMBI S/A	AVENIDA PEDRO FELIPE DUARTE, 4911, CAMPUS FG, SÃO SEBASTIÃO, GUANAMBI/BA
17	202121197	BIOMEDICINA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO GAMA E SOUZA	ASSOCIACAO DE CULTURA E EDUCACAO SANTA TERESA	AVENIDA FERNANDO MATTOS, 48, CAMPUS IV - BARRA (SEDE), BARRA DA TIJUCA, RIO DE JANEIRO/RJ
18	202120544	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	Centro Universitário Imepac - Araguari	INSTITUTO DE ADMINISTRACAO & GESTAO EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA MINAS GERAIS, 1.889, , CENTRO, ARAGUARI/MG
19	202121204	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE JUAZEIRO DO NORTE	COLEGIO CULTURAL MODULO LTDA	RUA SÃO FRANCISCO, 1.224, A, SÃO MIGUEL, JUAZEIRO DO NORTE/CE
20	202109769	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO	BCEC - BRASIL CENTRAL DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	ÁREA ESPECIAL 5/6, SETOR, S/N, UNIPROJEÇÃO - CAMPUS TAGUATINGA, TAGUATINGA, BRASÍLIA/DF
21	202121045	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTO AGOSTINHO	ASSOCIACAO TERESINENSE DE ENSINO S/S LTDA	AVENIDA VALTER ALENCAR, 665, UNIDADE - TERESINA - SAO PEDRO, SAO PEDRO, TERESINA/PI
22	202110148	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	60 (sessenta)	Centro Universitário Sudoeste Paulista	INSTITUICAO CHADDAD DE ENSINO LTDA	AVENIDA PROFESSOR CELSO FERREIRA DA SILVA, 1001, , JARDIM EUROPA, AVARÉ/SP
23	202110307	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário Tiradentes de Pernambuco	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S.A	AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS, 3905, CAMPUS ZONA SUL, IMBIRIBEIRA, RECIFE/PE
24	202120426	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA DOIS MIL TREZENTOS E TRINTA E DOIS, 1495, CRISTIANO MACHADO, DOM JOAQUIM, BELO HORIZONTE/MG
25	202110295	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	RUA DOS AIMORÉS, 1.451, CAMPUS SEDE AIMORÉS E NEAD, LOURDES, BELO HORIZONTE/MG
26	202120421	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA AFONSO VAZ DE MELO, 465, CAMPUS UNATEC BARREIRO, BARREIRO, BELO HORIZONTE/MG
27	202120418	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	RUA DOS AIMORÉS, 1.451, CAMPUS SEDE AIMORÉS E NEAD, LOURDES, BELO HORIZONTE/MG
28	202120429	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA DOIS MIL TREZENTOS E TRINTA E DOIS, 1495, CRISTIANO MACHADO, DOM JOAQUIM, BELO HORIZONTE/MG
29	202120432	LOGÍSTICA (Tecnológico)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA DOIS MIL TREZENTOS E TRINTA E DOIS, 1495, CRISTIANO MACHADO, DOM JOAQUIM, BELO HORIZONTE/MG
30	202120422	MARKETING (Tecnológico)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA AFONSO VAZ DE MELO, 465, CAMPUS UNATEC BARREIRO, BARREIRO, BELO HORIZONTE/MG
31	202121036	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	80 (oitenta)	Centro Universitário UNA de Betim	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, - DE 400 A 698 - LADO PAR, CENTRO, BETIM/MG
32	202121035	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	Centro Universitário UNA de Betim	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, - DE 400 A 698 - LADO PAR, CENTRO, BETIM/MG
33	202121037	GESTÃO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	60 (sessenta)	Centro Universitário UNA de Betim	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, - DE 400 A 698 - LADO PAR, CENTRO, BETIM/MG
34	202119954	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	80 (oitenta)	Centro Universitário UNA de Contagem	BRASIL EDUCACAO S/A	AVENIDA MARIA DA GLÓRIA ROCHA, 175, , BITÁCULA OU 40 ALQUEIRES, CONTAGEM/MG
35	202203315	DESIGN GRÁFICO DIGITAL (Tecnológico)	100 (cem)	Centro Universitário União das Américas Descomplica	AIUA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DAS CATARATAS, 1118, CAMPUS CENTRO, VILA YOLANDA, FOZ DO IGUAÇU/PR
36	202109748	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário UniCuritiba	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A	RUA CHILE, 1678, , REBOUÇAS, CURITIBA/PR
37	202110309	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTEC	CENTRO SUPERIOR DE TECNOLOGIA TECBRASIL LTDA	RUA GUSTAVO RAMOS SEHBE, 107, , CINQÜENTENÁRIO, CAXIAS DO SUL/RS
38	202110242	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO SALGADO	TCC EDUCACAO, CIENCIA E CULTURA LTDA - EPP	RUA MONSENHOR FROTA, 609, CENTRO, ICÓ/CE
39	202110512	CINEMA E AUDIOVISUAL (Bacharelado)	100 (cem)	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	ASSOCIACAO ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING	RUA DOUTOR ÁLVARO ALVIM, 123, VILA MARIANA, SÃO PAULO/SP
40	202120919	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ADVENTISTA DO PARANÁ	INSTITUICAO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE EDUCACAO	GLEBA PAIÇANDU, S/N, LOTE 80, ZONA RURAL, IVATUBA/PR

PORTARIA SERES/MEC Nº 169, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202203406	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE AJES	ACADEMIA JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	AVENIDA GABRIEL MULLER, S/N, CAMPUS PRINCIPAL, MÓDULO 1, JUÍNA/MT
2	202110090	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ALMEIDA RODRIGUES	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR ALMEIDA RODRIGUES LTDA - EPP	RUA QUINCA HONÓRIO LEÃO, 1030, MORADA DO SOL, RIO VERDE/GO
3	202110350	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	84 (oitenta e quatro)	Faculdade Anhanguera De Divinópolis	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA SANTOS DUMONT, 1.001, , DO CARMO, DIVINÓPOLIS/MG
4	202108743	ENFERMAGEM (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	Faculdade Anhanguera de Governador Valadares	ORME SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA DOUTOR RAIMUNDO MONTEIRO REZENDE, 330, , CENTRO, GOVERNADOR VALADARES/MG
5	202119322	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE PARAGOMINAS	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RODOVIA PA-256, KM 5, RODOVIA PA-256, NOVA CONQUISTA, PARAGOMINAS/PA
6	202110325	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE POÇOS DE CALDAS	ORME SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA JOÃO PINHEIRO, 1.046, JARDIM DO GINÁSIO, POÇOS DE CALDAS/MG
7	202118595	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	Faculdade Anhanguera de São José-SC	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA LUIZ FAGUNDES, 1.680, PICADAS DO SUL, SÃO JOSÉ/SC
8	202120125	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE SERRA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA NELCY LOPES VIEIRA, 199, CAMPUS PRINCIPAL, JARDIM LIMOEIRO, SERRA/ES
9	202120186	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGÜERA DE SOROCABA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DOUTOR ARMANDO PANNUNZIO, 1478, CAMPUS - SOROCABA - ITANGUÁ, JARDIM VERA CRUZ, SOROCABA/SP
10	202120226	AGRONOMIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE ANHANGUERA DE TANGARÁ DA SERRA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA VIRGILIO FAVETTI, 1200, UNIDADE ADMINISTRATIVA E EDUCACIONAL, VILA ALTA, TANGARÁ DA SERRA/MT
11	202110279	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANHANGUERA DE UBERLÂNDIA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	AVENIDA DOS VINHEDOS, 1200, , MORADA DA COLINA, UBERLÂNDIA/MG
12	202109607	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE CIDADE DE COROMANDEL	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE COROMANDEL - AEC	AVENIDA ADOLFO TIMÓTEO DA SILVA, 433, BRASIL NOVO, COROMANDEL/MG
13	202110987	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	120 (cento e vinte)	FACULDADE DE AMERICANA	ASSOCIACAO EDUCACIONAL AMERICANENSE	RUA JOAQUIM BOER, 733, , JARDIM LUCIENE, AMERICANA/SP
14	202120978	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	Faculdade de Ciências e Tecnologia de Janaúba	ASSOCIACAO EDUCATIVA DE JANAUBA - SOEDUCAR	RUA CIRILO BARBOSA, 18, , CENTRO, JANAÚBA/MG
15	202203443	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS ESUDA	ASSOCIACAO RECIFENSE DE EDUCACAO E CULTURA	RUA ALMEIDA CUNHA, 100, SANTO AMARO, RECIFE/PE
16	202120196	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO VALE DO SÃO LOURENÇO	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DO VALE DO SAO LOURENCO S/S LTDA - EPP	RUA CAIÇARA, 2114, , CENTRO, JACIARA/MT
17	202110925	FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA (Licenciatura)	240 (duzentas e quarenta)	Faculdade de Educação Paulistana	INSTITUTO NACIONAL DE ESPECIALIZACAO, EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL - INEEQ	RUA CORDEIRO DE SILVA, 165 - 185, , PARADA DE TAIPAS, SÃO PAULO/SP
18	202110346	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE DE SÃO VICENTE	UNIAO BRASILEIRA EDUCACIONAL LTDA.	RUA SOROCABANA, 59, UNIDADE SEDE, CENTRO, SÃO VICENTE/SP
19	202203430	DIREITO (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade do Norte de Mato Grosso	ACADEMIA JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA OITYS, 150, , JARDIM VITÓRIA, GUARANTÃ DO NORTE/MT
20	202203316	MARKETING DIGITAL (Tecnológico)	80 (oitenta)	FACULDADE DO TRABALHO	INSTITUTO EDUCACIONAL MARIA RANULFA LTDA - EPP	AVENIDA PAES LEME, 485, , OSVALDO REZENDE, UBERLÂNDIA/MG
21	202118599	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO VALE DO RIO ARINOS	ACADEMIA JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA NELSON APARECIDO FRAGNAN, S/N, , JARDIM UNIVERSITÁRIO, JUARA/MT
22	202203428	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DO VALE DO RIO ARINOS	ACADEMIA JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA - ME	RUA NELSON APARECIDO FRAGNAN, S/N, , JARDIM UNIVERSITÁRIO, JUARA/MT
23	202203219	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ESTÁCIO DE ANANINDEUA	SOCIEDADE EDUCACIONAL ATUAL DA AMAZONIA LTDA	RODOVIA BR-316, KM 4, 4500, ANANINDEUA NOVO, COQUEIRO, ANANINDEUA/PA
24	201901018	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE FLAMINGO	FLAMINGO 2001 CURSO FUNDAMENTAL	RUA GEORGE SMITH, 122, CAMPUS LAPA, LAPA, SÃO PAULO/SP
25	202120240	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	Faculdade Galileu	FRB- FACULDADES REUNIDAS DE BOTUCATU LTDA	AVENIDA MARGINAL 200, 680, ISAAC NEWTON, VILA REAL, BOTUCATU/SP
26	202109738	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE GUARAPUAVA	UNIAO DE ENSINO E CULTURA DE GUARAPUAVA LTDA - UNIGUA	RUA NOVO ATENEU, 1015, , JORDÃO, GUARAPUAVA/PR
27	202120976	ENFERMAGEM (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE INTEGRADA DA AMAZÔNIA	F. P. DO NASCIMENTO - ME	AVENIDA CONSELHEIRO FURTADO, 2499, CAMPUS PRINCIPAL, CREMAÇÃO, BELÉM/PA
28	202120977	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE INTEGRADA DA AMAZÔNIA	F. P. DO NASCIMENTO - ME	AVENIDA CONSELHEIRO FURTADO, 2499, CAMPUS PRINCIPAL, CREMAÇÃO, BELÉM/PA
29	202110236	FARMÁCIA (Bacharelado)	75 (setenta e cinco)	FACULDADE MASTER DE PARAUAPEBAS - FAMAP	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR MASTER S/S LTDA. - ME	RUA G, QD. 63, LT 07 E 08., 382-A, 382-A, UNIÃO, PARAUAPEBAS/PA
30	202109839	FISIOTERAPIA (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade Multivix Nova Venécia	MULTIVIX NOVA VENECIA - ENSINO, PESQUISA E EXTENSAO LTDA	RUA JACOBINA, 165, SÃO FRANCISCO, NOVA VENÉCIA/ES
31	202120874	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	60 (sessenta)	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA RUA LINCOLN RODRIGUES COSTA, 165, , BOA VISTA, UBÁ/MG
32	202110420	PSICOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE PROMOVE DE BELO HORIZONTE	SOCIEDADE EDUCACIONAL DE MINAS GERAIS LTDA	RUA SARZEDO, 31, UNIDADE PRADO 2, PRADO, BELO HORIZONTE/MG
33	202119056	FARMÁCIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE SEQÜENCIAL	ASSOCIACAO SEQUENCIAL DE ENSINO SUPERIOR	RUA ENGENHEIRO ALUÍSIO MARQUES, 00, , PARQUE MARIA HELENA, SÃO PAULO/SP
34	202203474	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE TRÊS MARIAS	CENTRO EDUCACIONAL TRES MARIAS EIRELI	AVENIDA PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 494, FACULDADE TRÊS MARIAS, TORRE, JOÃO PESSOA/PB
35	202110405	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade Una de Pouso Alegre	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA JOÃO BASÍLIO, 420, , CENTRO, POUSO ALEGRE/MG
36	202120107	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade UniBRAS Catalão	UNIAO CATALANA DA GESTAO DO CONHECIMENTO LTDA	AVENIDA JOSÉ SEVERINO, 3530, ANTIGA AV. L UM, RESIDENCIAL VEREDA DOS BURITIS, CATALÃO/GO
37	202121218	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	50 (cinquenta)	Faculdade UniFAHE	INCEL - INSTITUTO CONESUL DE EDUCACAO LTDA	RUA TUPINAMBA, 606, , TAPAJOS, MUNDO NOVO/MS
38	202121212	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	FACULDADE UNINASSAU PETROLINA	SER EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA CORONEL CLEMENTINO COELHO, 714, , ATRÁS DA BANCA, PETROLINA/PE
39	202120940	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade UNISUL de Florianópolis	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A	RUA SALVATINA FELICIANA DOS SANTOS, 525, ITACORUBI, FLORIANÓPOLIS/SC
40	202120187	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE VALE DO PAJEU	FACULDADE VALE DO PAJEU LTDA - EPP	AROEIRA, S/N, , JARDIM BOA VISTA, SÃO JOSÉ DO EGITO/PE

PORTARIA SERES/MEC Nº 170, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202120678	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade Via Sapiens	INSTITUTO AUDY AZEVEDO	AVENIDA PREFEITO JACQUES NUNES, 1739, CAMPUS PRINCIPAL, CENTRO, TIANGUÁ/CE
2	202118082	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE FOZ DO IGUAÇU	AEI ENSINO SUPERIOR DE IGUACU LTDA.	AV AVENIDA PARANÁ - 3463/4285 - ÍMPAR, 3.695, , PARQUE MONJOLO, FOZ DO IGUAÇU/PR
3	202121256	AGRONOMIA (Bacharelado)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	FÁBIO JOÃO ANDOLHE, 1100, INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA - CAMPUS SANTO AUGUSTO, FLORESTA, SANTO AUGUSTO/RS
4	202119839	ENFERMAGEM (Bacharelado)	80 (oitenta)	Instituto Superior da Convenção Nac. das Assembleias de Deus	CONVENCAO NAC ASS DE DEUS NO BRASIL MINIST MADUREIRA	QUADRA SEPS 710/910, LT 33,34, BLOCO B, ASA SUL, BRASÍLIA/DF
5	202118076	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO TAUBATÉ DE ENSINO SUPERIOR	AESJC ENSINO SUPERIOR DE SAO JOSE DOS CAMPOS LTDA.	AVENIDA DOM PEDRO I, 3.575, ESQUINA COM R. ANTÔNIO CASTILHO MARCONDES, JARDIM EULÁLIA, TAUBATÉ/SP
6	202121135	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	IPOG - INSTITUTO DE PÓS-GRADUAÇÃO & GRADUAÇÃO	IPOG - INSTITUTO DE POS-GRADUACAO & GRADUACAO LTDA	RUA T 55, QUADRA 105, 713, ESQUINA COM AVENIDA T-1 E RUA T-35, QD. 105, LTS. 1-19/22, SETOR BUENO, GOIÂNIA/GO
7	202109448	DESIGN DE MODA (Tecnológico)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA	AVENIDA GUEDNER, 1610, , JARDIM ACLIMAÇÃO, MARINGÁ/PR
8	202110121	FILMMAKER (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA	INSTITUTO CAMPINENSE DE ENSINO SUPERIOR LTDA	AVENIDA ALCINDO CACELA, 287, BLOCO C - TÉRREO, UMARIZAL, BELÉM/PA
9	202203239	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	RUA PAESE, 198, , UNIVERSITÁRIO, VIDEIRA/SC
10	202109593	RADIOLOGIA (Tecnológico)	35 (trinta e cinco)	UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	RUA DIRCEU GIORDANI, 696, , JARDIM TARUMÃ, XANXERÊ/SC
11	202203217	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AVENIDA PASTOR LUTHER KING JR., 126 - DEL CASTILHO, 126, NOVA AMÉRICA, DEL CASTILHO, RIO DE JANEIRO/RJ
12	202203218	CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. ALFREDO BALTAZAR DA SILVEIRA, 580 - COBERTURA SHOPPING BARRA WORLD - BARRA DA TIJUCA, 580, RECREIO, RECREIO DOS BANDEIRANTES, RIO DE JANEIRO/RJ
13	202120718	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	RODOVIA PA 254, 257, , SANTÍSSIMO, ORIXIMINÁ/PA
14	202110433	ARTES DO ESPETÁCULO (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - UFRB	RUA GENERAL ARGOLO, S/N, , CENTRO, SANTO AMARO/BA
15	202119405	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE IGUAÇU	ASSOCIACAO DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUACU	BR 356 KM 2, S/N, UNIDADE PERMANENTE DE ITAPERUNA, CIDADE NOVA, ITAPERUNA/RJ
16	202109623	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA	ASSOCIACAO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCACAO E CULTURA	RUA PARU, 784, - DE 646/647 AO FIM, RENASCENÇA, BELO HORIZONTE/MG RUA PARU, 784, - DE 646/647 AO FIM, RENASCENÇA, BELO HORIZONTE/MG
17	202119044	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 184, UNIDADE VILA LEOPOLDINA, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP
18	202109656	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA JABAQUARA, 1.870, UNIDADE JABAQUARA, MIRANDÓPOLIS, SÃO PAULO/SP
19	202110861	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 184, UNIDADE VILA LEOPOLDINA, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP
20	202110862	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA VITAL BRASIL, 1000, UNIDADE BUTANTÃ, BUTANTÃ, SÃO PAULO/SP
21	202119037	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 2624, - DE 2622 A 2898 - LADO PAR, SANTANA, SÃO PAULO/SP
22	202119005	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA ANGÉLICA, 2563, PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
23	202119042	DESIGN DE INTERIORES (Tecnológico)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 184, UNIDADE VILA LEOPOLDINA, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP
24	202119006	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA ANGÉLICA, 2563, PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
25	202109657	DIREITO (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA ANGÉLICA, 2563, PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
26	202109658	DIREITO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AV. ALEXANDRE DUMAS, 2016, UNIDADE SANTO AMARO, CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL), SÃO PAULO/SP
27	202109661	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AV. ALEXANDRE DUMAS, 2016, UNIDADE SANTO AMARO, CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL), SÃO PAULO/SP
28	202109660	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA ANGÉLICA, 2563, PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
29	202109662	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA ANGÉLICA, 2563, PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
30	202109664	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AV. ALEXANDRE DUMAS, 2016, UNIDADE SANTO AMARO, CHÁCARA SANTO ANTÔNIO (ZONA SUL), SÃO PAULO/SP
31	202109665	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA JABAQUARA, 1.870, UNIDADE JABAQUARA, MIRANDÓPOLIS, SÃO PAULO/SP
32	202109667	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA ANGÉLICA, 2563, PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
33	202118983	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	RUA TAQUARI, 546, , MOOCA, SÃO PAULO/SP
34	202109670	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA JABAQUARA, 1.870, UNIDADE JABAQUARA, MIRANDÓPOLIS, SÃO PAULO/SP
35	202110531	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA IMPERATRIZ LEOPOLDINA, 184, UNIDADE VILA LEOPOLDINA, VILA LEOPOLDINA, SÃO PAULO/SP
36	202110530	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU	AMC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	AVENIDA VITAL BRASIL, 1000, UNIDADE BUTANTÃ, BUTANTÃ, SÃO PAULO/SP

PORTARIA SERES/MEC Nº 171, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201800938	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO	IBGM - INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO & MARKETING LTDA - EPP	R RUA JOAQUIM FELIPE, 250, , BOA VISTA, RECIFE/PE
2	201709748	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO RIO DE JANEIRO	UNIESP S.A	RUA ENGENHEIRO TRINDADE, 229, CAMPO GRANDE, RIO DE JANEIRO/RJ
3	201717066	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Centro Universitário Mario Pontes Jucá	FAPEC - FUNDACAO ALAGOANA DE PESQUISA, EDUCACAO E CULTURA	AVENIDA PRESIDENTE ROOSEVELT, 1200, UNIDADE SEDE, SERRARIA, MACEIÓ/AL
4	201817189	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU DE FORTALEZA	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA GERMANO FRANCK, 613, , PARANGABA, FORTALEZA/CE
5	200901358	BIOMEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNINEVES	UNINEVES S/A	AVENIDA DEPUTADO ODON BEZERRA, 184, FACULDADE UNINEVES, TAMBIÁ, JOÃO PESSOA/PB
6	201716341	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA - INESUL	INESUL INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/S LTDA	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1.290, - ATÉ 1689/1690, IGAPÓ, LONDRINA/PR
7	201817467	GESTÃO AMBIENTAL (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL	AVENIDA SENADOR SALGADO FILHO, 7000, - DE 6865/6866 A 9228/9229, JARDIM KRAHE, VIAMÃO/RS
8	201715575	ENGENHARIA DE MINAS (Bacharelado)	63 (sessenta e três)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	AV. PROJETADA A, S/N, , CHAPÉU DO SOL, VÁRZEA GRANDE/MT
9	201357451	CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARA - UNIFESSPA	FOLHA 31, QUADRA 7, LOTE ESPECIAL S/N, 7, CAMPUS DE MARABÁ - UNIDADE I, NOVA MARABÁ, MARABÁ/PA
10	201716240	ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, 1000, , UNIVERSITÁRIOS, UNAÍ/MG

PORTARIA SERES/MEC Nº 172, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecidos, para fins de expedição e registro de diplomas, o(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º Encerra-se, a pedido da(s) respectiva(s) instituição(ões), a oferta do(s) curso(s) reconhecido(s) por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO (RECONHECIMENTO DE CURSOS)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202108902	DESIGN GRÁFICO (Tecnológico)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMINAS	LAEL VARELLA EDUCACAO E CULTURA LTDA	AV AVENIDA CRISTIANO FERREIRA VARELLA, 655, RODOVIA BR 116 KM 701, UNIVERSITÁRIO, MURIAÉ/MG
2	202018372	RELAÇÕES INTERNACIONAIS (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	UNIVERSIDADE ANHANGÜERA	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA	RUA CEARÁ, 333, CAMPO GRANDE/MS - MATRIZ, MIGUEL COUTO, CAMPO GRANDE/MS

PORTARIA SERES/MEC Nº 173, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201914870	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	80 (oitenta)	Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AVENIDA DOUTOR ALBERTO BENEDETTI, 444, SANTO ANDRÉ II, VILA SANTA TERESA, SANTO ANDRÉ/SP
2	202020645	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS AMPLI	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	AV. DR. ALBERTO BENEDETTI, 444, CAMPUS II, VILA ASSUNÇÃO, SANTO ANDRÉ/SP
3	201914867	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	FUNDACAO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA-FEJAL	RUA CAPITÃO SAMUEL LINS, S/N, , FAROL, MACEIÓ/AL
4	201914892	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FLUMINENSE	FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS	RUA TENENTE-CORONEL CARDOSO, 349, CAMPUS I, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
5	201914891	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FLUMINENSE	FUNDACAO CULTURAL DE CAMPOS	RUA TENENTE-CORONEL CARDOSO, 349, CAMPUS I, CENTRO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
6	202020648	DIREITO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANHANGUERA DE JUNDIAÍ	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA DO RETIRO, 3.000, - DE 1746/1747 AO FIM, VILA DAS HORTÊNCIAS, JUNDIAÍ/SP
7	201807397	BIOMEDICINA (Bacharelado)	180 (cento e oitenta)	FACULDADE CATÓLICA DE CUIABÁ	ASSOCIACAO DOM AQUINO CORREA - ADAC	RUA PIMENTA BUENO, 534, FACULDADE CATÓLICA DE CUIABÁ, DOM AQUINO, CUIABÁ/MT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8	201914900	MATEMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	FACULDADE CIDADE DE PATOS DE MINAS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS - AEPM	AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1200, UNIDADE JK, CIDADE NOVA, PATOS DE MINAS/MG
9	202020654	CIÊNCIAS ECONÔMICAS (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO SUL DE MINAS - FACESM	CENTRO REGIONAL DE CULTURA	AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, 45, SÃO JUDAS TADEU, ITAJUBÁ/MG
10	201714352	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	Faculdade do Complexo Educacional Santo André	FACULDADE DO COMPLEXO EDUCACIONAL SANTO ANDRE S/S LTDA	RUA DOUTOR LUIS CARLOS, 3439, , NOVO HORIZONTE, AÇU/RN
11	201722897	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	70 (setenta)	FACULDADE ITAPURANGA	FACULDADE ITAPURANGA LTDA - ME	RUA 47-A Q. E, , , CENTRO, ITAPURANGA/GO
12	201714385	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ZUMBI DOS PALMARES	INSTITUTO AFROBRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR	AVENIDA SANTOS DUMONT, 843, , PONTE PEQUENA, SÃO PAULO/SP
13	201908943	CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado)	20 (vinte)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	BR 364, KM 9,5, ZONA RURAL, S/N, PORTO VELHO/RO
14	201908944	MÚSICA (Licenciatura)	20 (vinte)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	BR 364, KM 9,5, ZONA RURAL, S/N, PORTO VELHO/RO
15	201807412	RADIOLOGIA (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA - INESUL	INESUL INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DE LONDRINA S/S LTDA	AVENIDA DUQUE DE CAXIAS, 1.290, - ATÉ 1689/1690, IGAPÓ, LONDRINA/PR
16	201914917	FÍSICA (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	CIDADE UNIVERSITÁRIA, S/N, CAMPUS I, CASTELO BRANCO, JOÃO PESSOA/PB
17	201807416	FONOAUDIOLOGIA (Bacharelado)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE NILTON LINS	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR NILTON LINS	AV. PROF. NILTON LINS, 3259, , PARQUE DAS LARANJEIRAS, MANAUS/AM

PORTARIA SERES/MEC Nº 174, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento, para fins de expedição e registro de diplomas, do(s) curso(s) superior(es) de graduação constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado na tabela constante do anexo.

Art. 3º Encerra-se, a pedido da(s) respectiva(s) instituição(ões), a oferta do(s) curso(s) cujo reconhecimento foi renovado por esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201914880	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	INSTITUTO CUIABÁ DE ENSINO E CULTURA	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	RUA OSVALDO DA SILVA CORRÊA, 621, , BAIRRO SANTA MARTA, CUIABÁ/MT
2	201722488	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100 (cem)	INSTITUTO CUIABÁ DE ENSINO E CULTURA	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.	RUA OSVALDO DA SILVA CORRÊA, 621, , BAIRRO SANTA MARTA, CUIABÁ/MT

PORTARIA SERES/MEC Nº 175, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	202124159	TEOLOGIA (Bacharelado)	100	FACULDADE COMUNIDADE DAS NAÇÕES	EDICOES E PUBLICACOES CHARA LTDA
2	202113233	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	1000	FACULDADE DE APUCARANA	CESUAP CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE APUCARANA
3	202113234	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	1000	FACULDADE DE APUCARANA	CESUAP CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE APUCARANA
4	202113235	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	1000	FACULDADE DE APUCARANA	CESUAP CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE APUCARANA
5	201717896	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	100	FACULDADE DE CALDAS NOVAS	SOCIEDADE DE ENSINO DE CALDAS NOVAS LTDA - ME
6	201908006	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100	FACULDADE DE SÃO LOURENÇO	UNISEPE UNIAO DAS INSTITUICOES DE SERVICO, ENSINO E PESQUISA LTDA
7	202111298	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	500	FACULDADE FACIMIG	FACULDADE INTEGRADAS DE MINAS GERAIS LTDA
8	202124124	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	50	FACULDADE GERMINARE	INSTITUTO J&F
9	201930876	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	500	FACULDADE PAULISTA DE COMUNICAÇÃO	FUNDACAO MUNDIAL
10	202014703	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	500	FACULDADES INTEGRADAS PLATON	SOFIA EDUCACAO SAUDE E CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
11	202014704	GESTÃO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS (Tecnológico)	500	FACULDADES INTEGRADAS PLATON	SOFIA EDUCACAO SAUDE E CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
12	202014705	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	500	FACULDADES INTEGRADAS PLATON	SOFIA EDUCACAO SAUDE E CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
13	202111470	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	500	LCA - LAW CONCEPT ACADEMY	HIGHWAY EDUCACIONAL LTDA

PORTARIA SERES/MEC Nº 176, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização de cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, conforme disposto nos arts. 10 e 44 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201717845	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	100	FACULDADE DE CALDAS NOVAS	SOCIEDADE DE ENSINO DE CALDAS NOVAS LTDA - ME
2	201717879	GESTÃO DO AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	100	FACULDADE DE CALDAS NOVAS	SOCIEDADE DE ENSINO DE CALDAS NOVAS LTDA - ME
3	201717871	MARKETING (Tecnológico)	100	FACULDADE DE CALDAS NOVAS	SOCIEDADE DE ENSINO DE CALDAS NOVAS LTDA - ME
4	201717895	TURISMO (Bacharelado)	100	FACULDADE DE CALDAS NOVAS	SOCIEDADE DE ENSINO DE CALDAS NOVAS LTDA - ME
5	202014701	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	500	FACULDADES INTEGRADAS PLATON	SOFIA EDUCACAO SAUDE E CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
6	202014702	CIÊNCIA ECONÔMICA (Bacharelado)	500	FACULDADES INTEGRADAS PLATON	SOFIA EDUCACAO SAUDE E CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
7	201604372	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	1000	FG FACULDADE GLOBAL	UNIFG FACULDADES LTDA

PORTARIA SERES/MEC Nº 177, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização de cursos superiores na modalidade a distância, relacionados no Anexo desta Portaria, conforme disposto nos arts. 10 e 44 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	201701691	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	50	FACULDADE CERS	COMPLEXO DE ENSINO RENATO SARAIVA LTDA
2	201701099	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	200	FACULDADE DA SAÚDE E ECOLOGIA HUMANA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA
3	201701101	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (Bacharelado)	200	FACULDADE DA SAÚDE E ECOLOGIA HUMANA	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE VESPASIANO LTDA
4	201703315	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100	FACULDADE DE TECNOLOGIA ALPHA CHANNEL	ASSOCIACAO DE ENSINO ALPHA CHANNEL
5	201703317	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	100	FACULDADE DE TECNOLOGIA ALPHA CHANNEL	ASSOCIACAO DE ENSINO ALPHA CHANNEL
6	201602594	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	5000	FACULDADES ITECNE DE CASCAVEL	FACULDADE SANTA MADALENA SOFIA LTDA
7	201610540	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200	FACULDADE UNIFTB	CENTRO UNIVERSITARIO TOBIAS BARRETO - CEUFTB LTDA
8	201610413	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	200	FACULDADE UNIFTB	CENTRO UNIVERSITARIO TOBIAS BARRETO - CEUFTB LTDA
9	201610417	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	200	FACULDADE UNIFTB	CENTRO UNIVERSITARIO TOBIAS BARRETO - CEUFTB LTDA
10	201610425	LOGÍSTICA (Tecnológico)	200	FACULDADE UNIFTB	CENTRO UNIVERSITARIO TOBIAS BARRETO - CEUFTB LTDA
11	201508441	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	300	FACULDADE VALE DO GORUTUBA	ASSOCIACAO DE ENSINO VALE DO GORUTUBA S/S LTDA
12	201508439	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	300	FACULDADE VALE DO GORUTUBA	ASSOCIACAO DE ENSINO VALE DO GORUTUBA S/S LTDA

PORTARIA SERES/MEC Nº 178, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação, na modalidade a distância, constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10 § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017, e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	202118260	GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA (Tecnológico)	5000 (cinco mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA PITÁGORAS AMPLI	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
2	202017617	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	1000 (uma mil)	Centro Universitário Carlos Drummond de Andrade	ESCOLA DE EDUCACAO SUPERIOR SAO JORGE
3	202021831	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO CELSO LISBOA
4	202017665	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE	UNIAO MARINGAENSE DE ENSINO LTDA - EPP
5	202119193	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CIDADE VERDE	UNIAO MARINGAENSE DE ENSINO LTDA - EPP
6	202109529	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.
7	202118520	ENGENHARIA DE SOFTWARE (Bacharelado)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.
8	202118523	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.
9	202003397	PRODUÇÃO CULTURAL (Tecnológico)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.
10	202108226	GESTÃO DO AGRONEGÓCIO (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.
11	202108245	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS	FACULDADES METROPOLITANAS UNIDAS EDUCACIONAIS LTDA.
12	202004433	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	Centro Universitário de Excelência Eniac	EDVAC SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA
13	202002551	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VÁRZEA GRANDE	INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT
14	202022023	AGRONOMIA (Bacharelado)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESPÍRITO-SANTENSE/FAESA	FUNDACAO DE ASSISTENCIA E EDUCACAO - FAESA
15	202118334	CIÊNCIAS HUMANAS (Bacharelado)	832 (oitocentas e trinta e duas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO RIBEIRAO PRETO LTDA
16	202108409	JOGOS DIGITAIS (Tecnológico)	140 (cento e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO RIBEIRAO PRETO LTDA
17	202118367	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	Centro Universitário Fanor Wyden	YDUQS EDUCACIONAL LTDA.
18	202118377	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	1940 (uma mil, novecentas e quarenta)	Centro Universitário Favip Wyden	SOCIEDADE DE EDUCACAO DO VALE DO IPOJUCA LTDA
19	202118391	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	1080 (uma mil e oitenta)	Centro Universitário FBV Wyden	YDUQS EDUCACIONAL LTDA.
20	202118748	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INGÁ	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR INGA LTDA
21	201931008	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	2000 (duas mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	SER EDUCACIONAL S.A.
22	202115263	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO DE SÃO PAULO	LICEU CORACAO DE JESUS
23	202111166	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SUMARÉ	ARS ENSINO SUPERIOR LTDA
24	202109767	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	1000 (uma mil)	Centro Universitário UNIBTA	OYA EDUCACIONAL LTDA
25	202109145	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	1000 (uma mil)	Centro Universitário UNIBTA	OYA EDUCACIONAL LTDA
26	202109945	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	500 (quinhentas)	Centro Universitário UNIBTA	OYA EDUCACIONAL LTDA
27	202109998	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	700 (setecentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIDOM - BOSCO	DOM BOSCO ENSINO SUPERIOR LTDA.
28	202020913	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	200 (duzentas)	Centro Universitário UNIFACEAR	ASSENAR - ENSINO DE ARAUCARIA LTDA - ME
29	202020600	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	130 (cento e trinta)	Faculdade Católica Paulista	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LATINO AMERICANA
30	202002370	LOGÍSTICA (Tecnológico)	99 (noventa e nove)	Faculdade Católica Paulista	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LATINO AMERICANA
31	202002371	MARKETING (Tecnológico)	99 (noventa e nove)	Faculdade Católica Paulista	ASSOCIACAO EDUCACIONAL LATINO AMERICANA
32	202108698	ENGENHARIA AMBIENTAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE EDUCACIONAL ARAUCÁRIA	ASSENAR - ENSINO DE ARAUCARIA LTDA - ME
33	202110459	SEGURANÇA NO TRABALHO (Tecnológico)	1000 (uma mil)	Faculdade Única de Ipatinga	FACULDADE UNICA LTDA
34	202021357	SERVIÇOS JURÍDICOS E NOTARIAIS (Tecnológico)	1000 (uma mil)	Faculdade Única de Ipatinga	FACULDADE UNICA LTDA
35	202109974	BANCO DE DADOS (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	Faculdade Unyleya	UNYEAD EDUCACIONAL S.A.
36	202109975	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	Faculdade Unyleya	UNYEAD EDUCACIONAL S.A.
37	201906278	GESTÃO DE MARKETING EM MÍDIAS DIGITAIS (Tecnológico)	767 (setecentas e sessenta e sete)	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC
38	202119178	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS	ASSOCIACAO PELOTENSE DE ASSISTENCIA E CULTURA
39	202118797	CIÊNCIA POLÍTICA (Bacharelado)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.
40	202021637	RELAÇÕES PÚBLICAS (Bacharelado)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.
41	202111071	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	800 (oitocentas)	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ ACAO SOCIAL FRANCISCANA
42	202118215	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO	CASA DE NOSSA SENHORA DA PAZ ACAO SOCIAL FRANCISCANA

PORTARIA SERES/MEC Nº 179, DE 6 DE MAIO DE 2024

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 11.691, de 5 de setembro de 2023, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação, na modalidade a distância, constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10 § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017, e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA ABRAMO

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	202209758	GESTÃO DE COOPERATIVAS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO BRAZ CUBAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.
2	202208548	LOGÍSTICA (Tecnológico)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO CELSO LISBOA
3	202210638	MARKETING (Tecnológico)	250 (duzentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CELSO LISBOA	INSTITUTO SUPERIOR DE ENSINO CELSO LISBOA
4	202209694	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	FUNDACAO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA-FEJAL
5	202212121	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	FUNDACAO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA-FEJAL
6	202213845	GESTÃO DE NEGÓCIOS E INOVAÇÃO (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CESMAC	FUNDACAO EDUCACIONAL JAYME DE ALTAVILA-FEJAL
7	202209642	EVENTOS (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.
8	202210008	SERVIÇOS PENAIS (Tecnológico)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.
9	202205082	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS	SOCIEDADE ANHANGUERA DE ENSINO LTDA
10	202205081	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE GOIÁS	SOCIEDADE ANHANGUERA DE ENSINO LTDA
11	202205923	GESTÃO DE SEGURANÇA PRIVADA (Tecnológico)	300 (trezentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LINS	FUNDACAO PAULISTA DE TECNOLOGIA E EDUCACAO
12	202204833	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS	FUNDACAO EDUCACIONAL DE PATOS DE MINAS
13	202209693	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PAULÍNIA	INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR SAO PAULO LTDA - EPP
14	202205380	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB	CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA
15	202207281	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	2000 (duas mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE	CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA
16	202204862	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS
17	202205781	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	60 (sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS	FUNDACAO DE ENSINO E PESQUISA DO SUL DE MINAS
18	202206294	GESTÃO E EMPREENDEDORISMO (Licenciatura)	1930 (uma mil, novecentas e trinta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO RIBEIRAO PRETO LTDA
19	202206534	JORNALISMO (Bacharelado)	1930 (uma mil, novecentas e trinta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO RIBEIRAO PRETO LTDA
20	202205325	CIÊNCIAS EXATAS (Bacharelado)	709 (setecentas e nove)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
21	202205327	GESTÃO E EMPREENDEDORISMO (Licenciatura)	1845 (uma mil, oitocentas e quarenta e cinco)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
22	202205329	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	952 (novecentas e cinquenta e duas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
23	202208607	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FAI	UCEFF - UNIDADE CENTRAL DE EDUCACAO FAI FACULDADES LTDA
24	202205830	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	200 (duzentas)	Centro Universitário Metropolitano de Maringá	UNIFAMMA - UNIAO DE FACULDADES METROPOLITANAS DE MARINGA LTDA
25	202204829	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SOCIESC	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A
26	202208873	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	100 (cem)	Centro Universitário Toledo Wyden	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR TOLEDO LTDA.
27	202205356	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO - UNIESP	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DA PARAIBA SOCIEDADE SIMPLES LTDA
28	202206319	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	2500 (duas mil, quinhentas)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA	UNEF UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR DE FEIRA DE SANTANA LTDA
29	202210831	EMPREENDEDORISMO (Tecnológico)	1000 (uma mil)	Faculdade Única de Ipatinga	FACULDADE UNICA LTDA
30	202207767	MARKETING (Tecnológico)	750 (setecentas e cinquenta)	Faculdade Única de Ipatinga	FACULDADE UNICA LTDA
31	202205000	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	80 (oitenta)	FranklinCovey Business School	SAO PAULO MASTER EDUCATION LTDA
32	202205370	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	175 (cento e setenta e cinco)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
33	202212353	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	3000 (três mil)	UNIVERSIDADE ANHANGÜERA	PITAGORAS - SISTEMA DE EDUCACAO SUPERIOR SOCIEDADE LTDA
34	202208919	AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	5000 (cinco mil)	UNIVERSIDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA
35	202208922	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	5000 (cinco mil)	UNIVERSIDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA
36	202208924	MANUTENÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	5000 (cinco mil)	UNIVERSIDADE CESUMAR	CESUMAR - CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE MARINGA LTDA
37	202209968	SERVIÇOS PENAIS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO S.A.
38	202207790	EVENTOS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.
39	202209945	SERVIÇOS PENAIS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.
40	202212199	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	1500 (uma mil, quinhentas)	UNIVERSIDADE DE MOGI DAS CRUZES	ORGANIZACAO MOGIANA DE EDUCACAO E CULTURA SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA
41	202209656	COMÉRCIO EXTERIOR (Tecnológico)	300 (trezentas)	Universidade Evangélica de Goiás	ASSOCIACAO EDUCATIVA EVANGELICA
42	202205511	MEDIAÇÃO (Tecnológico)	48000 (quarenta e oito mil)	UNIVERSIDADE PAULISTA	ASSUPERO ENSINO SUPERIOR LTDA.
43	202206370	EVENTOS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA
44	202206372	GESTÃO DE COOPERATIVAS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA
45	202209709	SERVIÇOS PENAIS (Tecnológico)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS VITÓRIA

PORTARIA Nº 356, DE 6 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS VITÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria Nº1.989, de 22.11.2021, da Reitoria deste Ifes, resolve:

Prorrogar por mais 01 (um) ano, a partir de 08.05.2024, a validade do Edital 04/2023, publicado no Diário Oficial da União de 28.03.2023, seção 3, páginas 36 e 37, cuja homologação do resultado constante na Portaria nº 349, de 05.05.2023, foi publicada no Diário Oficial da União de 08.05.2023, seção 1, página 13.

HUDSON LUIZ COGO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO

CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS

PORTARIA Nº 112, DE 6 DE MAIO DE 2024

A CHEFE DE GABINETE NO EXERCÍCIO DA DIREÇÃO GERAL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO DO CAMPUS SÃO JOÃO DOS PATOS, designada nos termos da Portaria n° 29 de 05 fevereiro de 2024, no uso de suas atribuições legais delegadas pela Portaria Normativa Reitoria/IFMA nº 2628 de 19 de Junho de 2023, retificada pela PORTARIA N° 3784/2023 - GAB-REIT/REITORIA/IFMA, DE 12 DE SETEMBRO DE 2023,

a) Considerando o constante nos autos do Processo Administrativo nº 23249.053035.2022-58, referente ao pregão eletrônico nº 02/2019 (UG 158291);

b) Considerando que a empresa TOPÁZIO IMPERIAL E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 08.634.231/0001-69, como demonstrado no Processo Administrativo nº 23249.053035.2022-58, incidiu em descumprimento de cláusulas contratuais, resolve:

1. Determinar a aplicação de Multa de R$42.036,18 (Quarenta e dois mil reais e trinta e seis reais e dezoito centavos) à empresa TOPÁZIO IMPERIAL E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 08.634.231/0001-69, referente a 10% sobre o valor do saldo contratual, referente ao terceiro aditivo do contrato n°. 02/2019 que é de R$ 420.361,87 (Quatrocentos e vinte mil trezentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos);

2. Determinar a aplicação da penalidade de Suspensão de participar dos procedimentos licitatórios promovidos pelo Instituto Federal do Maranhão e por suas respectivas unidades, à empresa TOPÁZIO IMPERIAL E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 08.634.231/0001-69, por um prazo de 9,6 (nove vírgula seis) meses;

3. Determinar o registro das penalidades aplicadas no Sistema de Cadastro Único de Fornecedores - SICAF,CEIS e/ou CNEP.

ANNANDA CARVALHO DOS SANTOSQUEBRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 339, 6 DE MAIO DE 2024

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso das atribuições previstas na Portaria n. 448/2011, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 03/07/2024, o prazo de validade dos Concursos Públicos para Carreira de Magistério Superior promovidos por esta Universidade, conforme Edital n. 08/2022, publicado no Diário Oficial da União de 29/12/2022, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria n. 828/2023, no Diário Oficial da União de 03/07/2023.

Campus: Salvador	Unidade Universitária: Faculdade de Comunicação
Departamento: Comunicação	Área de Conhecimento: Comunicação / Planejamento e Gestão de Ações e Produtos Jornalísticos Corporativos e Institucionais
Cargo: Professor do Magistério Superior	Classe: A
Denominação: Professor Adjunto A	Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

Campus: Salvador	Unidade Universitária: Faculdade de Comunicação
Departamento: Comunicação	Área de Conhecimento: Comunicação Estratégica no Campo da Cultura
Cargo: Professor do Magistério Superior	Classe: A
Denominação: Professor Adjunto A	Regime de Trabalho: Dedicação Exclusiva

JEILSON BARRETO ANDRADE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 741, DE 3 DE MAIO DE 2024

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 28 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo objeto do Edital nº 002, de 06/02/2024, publicado no D.O.U. em 06/02/2024, considerando os limites previstos no Anexo II do Decreto nº 9.739 de 28/03/2019, atualizado pelo Decreto nº 11.211/2022, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Lista*	Candidato	Classificação
ICSEZ	Libras e Educação Especial	Assistente A, Nível 1	AC	MARIE AUGUSTA DE SOUZA PINTO	1º
				ELIZABELLE DIAS LOPES	2º

*AC: Ampla Concorrência *PCD: Pessoa Com Deficiência

Art. 2º Estabelecer que o prazo de validade do resultado do Processo Seletivo será de 01 (um) ano, contado a partir da publicação do ato de homologação no Diário Oficial da União, prorrogável por igual período no interesse da Instituição e mediante iniciativa da Unidade Acadêmica.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

Ministério da Fazenda

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

PORTARIA CARF/MF Nº 733, DE 5 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre suspensão de prazos e retirada de pauta no âmbito do CARF em decorrência do estado de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IV do art. 39 e os incisos IV e XIII do art. 61 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023, considerando o disposto na Portaria nº 1.354, de 2 de maio de 2024, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, resolve:

Art. 1º Ficam suspensos até 31 de maio de 2024 os prazos para a prática de atos processuais no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, pelos sujeitos passivos domiciliados no Estado do Rio Grande do Sul ou representados por procurador domiciliado no referido estado.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também, a juízo do presidente de turma, a outras situações de força maior comprovadamente decorrentes da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, de que trata a Portaria nº 1.354, de 2 de maio de 2024, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º A situação de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, de que trata a Portaria nº 1.354, de 2 de maio de 2024, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil, considera-se motivo de força maior para fins de retirada de pauta, justificativa de ausência de conselheiro e demais procedimentos previstos no Regimento Interno do CARF - RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 1.634, de 21 de dezembro de 2023.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DARIO DA SILVA BRAYNER FILHO

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.191, DE 6 DE MAIO DE 2024

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, que dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, e a Instrução Normativa RFB nº 1.990, de 18 de novembro de 2020, que dispõe sobre a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 350 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei nº 4.506, de 30 de novembro de 1964, no art. 56 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, e no art. 31 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º A Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11. .....

.....

IX - prêmio em dinheiro obtido em loterias, inclusive na de apostas de quota fixa de que trata o art. 31 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, até o limite do valor da 1ª (primeira) faixa da tabela de incidência mensal do IRPF;

....." (NR)

"Art. 19. .....

.....

XXII - valores pagos aos participantes ou assistidos de planos de benefícios de caráter previdenciário, estruturados nas modalidades de contribuição definida ou contribuição variável, das entidades de previdência complementar e das sociedades seguradoras, a título de benefícios ou resgates de valores acumulados que tenham optado pelo regime de tributação de que trata o art. 1º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004;

XXIII - prêmios em dinheiro obtidos em loterias, inclusive as instantâneas, mesmo as de finalidade assistencial, ainda que exploradas diretamente pelo Estado; e

XXIV - prêmios líquidos obtidos em apostas na loteria de apostas de quota fixa de que trata o art. 31 da Lei nº 14.790, de 2023.

Parágrafo único. Para os fins do inciso XXIV do caput:

I - considera-se prêmio líquido a diferença entre o valor do prêmio e o valor apostado, apurado para cada aposta, após o encerramento de evento real de temática esportiva, ou para cada sessão de evento virtual de jogo on-line;

II - são indedutíveis as perdas incorridas em outras apostas ou sessões;

III - o imposto incidirá:

a) sobre o valor do prêmio que exceder o valor da 1ª (primeira) faixa da tabela de incidência mensal do IRPF;

b) no momento do pagamento ou crédito do prêmio; e

c) mediante tributação exclusiva na fonte à alíquota de 15% (quinze por cento); e

IV - caberá ao agente operador de apostas a responsabilidade pela apuração e pelo recolhimento do IRRF relativo às operações por ele realizadas." (NR)

Art. 2º A Instrução Normativa RFB nº 1.990, de 18 de novembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

I - .....

.....

h) as instituições administradoras ou intermediadoras de fundos ou clubes de investimentos;

... .

j) os agentes operadores de apostas de quotas fixas de que trata a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023; e

. ....." (NR)

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS

SECRETARIA-ADJUNTA

SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO

COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

PORTARIA CORAT Nº 164, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Autoriza solicitação de serviços por meio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC).

A COORDENADORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUBSTITUTA, no exercício das atribuições previstas no art. 66 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto nas Instruções Normativas RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, nº 2.066, de 24 de fevereiro de 2022, e nº 2.149, de 5 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º A solicitação de serviços por meio do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) obedecerá ao disposto nesta Portaria.

§ 1º A solicitação deverá ser feita mediante processo digital aberto no e-CAC de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 2.022, de 16 de abril de 2021, ao qual devem ser anexados apenas documentos que tenham pertinência com o serviço solicitado, observado o disposto nos arts. 3º ao 6º e, quanto à juntada de documentos, o que estabelece o art. 9º, todos da referida Instrução Normativa.

§ 2º Poderão ser solicitados ou formalizados por meio do processo digital a que se refere o § 1º:

I - cadastramento de débitos relativos às seguintes contribuições sociais, para fins de parcelamento:

a) devida pelo contribuinte individual ou segurado especial a que se referem, respectivamente, os incisos V e VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

b) incidentes sobre obras de construção civil, apuradas na forma estabelecida pela Instrução Normativa RFB nº 2.021, de 16 de abril de 2021;

c) retidas sobre valores pagos pelo fornecimento de bens ou serviços, destacadas na respectiva nota fiscal; e

d) incidentes sobre valores pagos em decorrência de sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho;

II - respostas a intimações ou cartas para regularização, acompanhamento ou prestação de informações sobre obra de construção civil;

III - propostas de parcelamento de débitos tributários:

a) sob responsabilidade de estado, Distrito Federal ou município;

b) sob responsabilidade de município, relativos às contribuições previdenciárias a que se referem as alíneas a e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 1991, autorizado em caráter excepcional pelo art. 116 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

c) sob responsabilidade de empresário ou sociedade empresária em recuperação judicial, observado o disposto no art. 3º;

d) no âmbito de programas especiais de regularização tributária em vigor; e

e) quando não for possível a formalização do requerimento pela Internet, nos termos do inciso I do § 3º do art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.063, de 2022;

IV - reparcelamento nas situações em que o débito a ser reparcelado não esteja disponível para negociação nas aplicações de autoatendimento do Portal e-CAC e cujo pagamento seja realizado exclusivamente por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf);

V - transação de débitos tributários:

a) por adesão, no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica; e

b) por adesão ou transação individual no contencioso administrativo fiscal e de pequeno valor, inclusive no âmbito de programas especiais de regularização tributária em vigor;

VI - revisão da consolidação de débitos tributários, manifestação de inconformidade ou interposição de recurso administrativo no âmbito de programas especiais de regularização tributária em vigor; e

VII - comprovação de erro mediante Requerimento para Comprovação de Erro (RCE), verificado entre os valores de contribuições informados na Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e os recolhidos por meio da Guia da Previdência Social (GPS), decorrente de ação judicial em que se questiona a exigibilidade dos valores cobrados ou de outros erros, conforme apontados na Intimação para Pagamento (IP).

§ 3º A solicitação dos serviços por meio do e-CAC implica consentimento expresso do interessado para implementação, pela RFB, de endereço eletrônico para o envio de comunicações ao seu domicílio tributário, com prova de recebimento, nos termos do § 5º do art. 23 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.

Art. 2º Para solicitar o cadastramento dos débitos a que se refere o inciso I do § 2º do art. 1º o contribuinte deverá anexar ao processo o requerimento de Lançamento de Débito Confessado (LDC) a que se refere o § 1º do art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.063, de 27 de janeiro de 2022.

Parágrafo único. Depois de efetivado o cadastramento do débito pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) o interessado deverá formalizar o requerimento de parcelamento diretamente no Portal e-CAC, observado o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 2.063, de 2022.

Art. 3º A concessão do parcelamento de débitos sob responsabilidade de empresário ou de sociedade empresária em recuperação judicial, previsto nos arts. 10-A e 10-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, dependerá do cumprimento das seguintes etapas:

I - apresentação de parâmetros para parcelamento do débito, mediante preenchimento do Anexo Único desta Portaria;

II - disponibilização, pela RFB, mediante solicitação:

a) de simulação de parcelamento com o valor total do débito e das parcelas, válida até a data limite para aplicação das reduções das multas de ofício a que se refere o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 2.063, de 2022, ou até o último dia útil do mês em que foi formulada, o que ocorrer primeiro;

b) da guia para pagamento do valor correspondente à entrada;

III - manifestação sobre a simulação apresentada pela RFB, mediante:

a) concordância expressa do empresário ou da sociedade empresária com a simulação disponibilizada pela RFB, hipótese em que deverá anexar ao processo os documentos enumerados pelo Termo de Acordo e Ciência constante do Anexo Único desta Portaria; ou

b) discordância, que será considerada tácita após o decurso do prazo estipulado no § 1º, hipótese em que a simulação disponibilizada será arquivada; e

IV - abertura, pela RFB, de processo próprio para acompanhamento do parcelamento, tendo por base os documentos a que se refere a alínea a do inciso III.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Portaria Corat nº 60, de 18 de março de 2022;

II - a Portaria Corat nº 82, de 28 de julho de 2022;

III - a Portaria Corat nº 84, de 31 de agosto de 2022;

IV - a Portaria Corat nº 86, de 12 de setembro de 2022;

V - a Portaria Corat nº 99, de 20 de janeiro de 2023;

VI - a Portaria Corat nº 104, de 6 de março de 2023; e

VII - a Portaria Corat nº 116, de 6 de abril de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAÍRA NERY LEMOS

Ministério da Fazenda

Receita Federal

ANEXO ÚNICO
Portaria Corat nº 164, de 25 de abril de 2024

FORMULÁRIO PARA REQUERIMENTO DE SERVIÇO
PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS SOB RESPONSABILIDADE DE EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
(Lei nº 10.522/2002, arts. 10-A e 10-B)

REQUERENTE:

Nome/Razão Social: _____

CNPJ: _____

REPRESENTANTE LEGAL/PROCURADOR (preencher se necessário):

Nome: _____ **Nº CPF:** _____

Contato:

Telefone: (__) _____ **Nome:** _____

Nº da Ação Judicial do processo de Recuperação Judicial:

Ação Judicial nº : _____

ETAPAS DO SERVIÇO

a) **Contribuinte**: requerimento de simulação da negociação do parcelamento de débitos tributários sob responsabilidade de empresas em recuperação judicial, conforme dados informados pelo requerente nos parâmetros de 1 a 5 (abaixo);

b) **RFB**: disponibilização (i) da simulação de parcelamento, válida pelo prazo indicado no item "c", contendo o montante parcelado e o valor das parcelas; e (ii) das guias para pagamento da entrada;

c) a simulação apresentada terá validade até o prazo limite para fruição das reduções previstas nos incisos I e II do art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 2.063, de 27 de janeiro de 2022, ou até o último dia útil do respectivo mês, o que ocorrer primeiro; e

d) **Contribuinte**: em caso de **concordância** com a simulação apresentada deverá juntar os documentos exigidos para parcelamento. Em caso de **discordância**, deverá ser formalizado novo requerimento, com os novos parâmetros de negociação. Ultrapassado o prazo citado no item "c", sem manifestação, o processo será arquivado.

Assinatura: _____

Quem pode assinar: responsável legal pela empresa ou por seu representante legal com poderes especiais, nos termos da lei. Caso o juiz tenha afastado o responsável legal ou o(s) administrador(es) da pessoa jurídica por ocasião do deferimento da recuperação judicial, os documentos serão assinados pelo gestor judicial que assumirá a administração das atividades do devedor ou pelo administrador judicial, quando a assembleia geral de credores ainda não tenha deliberado pela escolha do gestor (arts. 64 e 65 da Lei nº 11.101/2005)

PARÂMETROS GERAIS DA SIMULAÇÃO

1) DÉBITOS EXIGÍVEIS

Deseja parcelar TODOS os débitos exigíveis listados no Relatório de Situação Fiscal?

( ) SIM.

( ) NÃO. Os débitos listados na **Tabela 1 NÃO serão incluídos.**

Atenção: A modalidade de parcelamento para empresas em recuperação judicial requer a inclusão da totalidade dos débitos exigíveis. Dessa forma, **eventual débito não incluído no parcelamento deve ser regularizado antes do deferimento do pedido**.

2) PARCELAMENTOS ATIVOS

Deseja desistir de TODOS os parcelamentos ativos para incluir o saldo devedor no parcelamento de empresas em recuperação judicial?

( ) SIM.

( ) NÃO. Os parcelamentos listados na **Tabela 2 NÃO serão incluídos.**

3) DÉBITOS EM DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA OU JUDICIAL

Deseja incluir débitos que se encontram sob discussão administrativa ou judicial no parcelamento de empresas em recuperação judicial?

( ) SIM. **Indicar na Tabela 3** os processos que **pretende incluir.**

( ) NÃO.

4) UTILIZAÇÃO DE CRÉDITOS PRÓPRIOS

Deseja utilizar créditos próprios de Prejuízo Fiscal, Base de Cálculo Negativa da CSLL, ou PER/DCOMP para amortizar o parcelamento de empresas em recuperação judicial?

( ) SIM. **Indicar na Tabela 4** os valores que pretende utilizar.

( ) NÃO.

5) QUANTIDADE DE PARCELAS

Deseja simular a negociação com a número máximo de parcelas permitidas na legislação?

( ) SIM.

( ) NÃO. **Indicar na Tabela 5** a quantidade para cada modalidade.

Assinatura: _____

PARÂMETROS ESPECÍFICOS DA SIMULAÇÃO

TABELA 1 – Débitos exigíveis listados no Relatório de Situação Fiscal que o requerente

NÃO PRETENDE INCLUIR NA NEGOCIAÇÃO

Declaro que **não há interesse** de que os débitos abaixo listados sejam incluídos no processo de parcelamento das empresas em recuperação judicial, assumindo o compromisso de regularizar tais débitos **antes** do deferimento do pedido de parcelamento.

A) Débitos controlados em processos (um processo agrupa a dívida de vários tributos e período de apuração/competência)

* É possível verificar a lista de processos que podem ser parcelados no Relatório Fiscal.

Relacionar abaixo nº Processo ou DEBCAD (ex: *12345.400123/2021-00; 12345.400124/2021-99; 15.123.456-7; 17.345.678-9*)

B) Débitos NÃO controlados em processos (a dívida ainda está individualizada por tributo e período de apuração/competência)

Código de receita do tributo	Período de Apuração ou Competência	Data de Vencimento	Valor Originário (sem juros ou multa)

* Caso necessite de mais linhas, utilizar mais cópias desse demonstrativo.

Assinatura: _____

TABELA 2 – Parcelamentos ativos que o requerente

NÃO PRETENDE DESISTIR PARA INCLUIR NA NEGOCIAÇÃO

Declaro que **não há interesse** de incluir os parcelamentos abaixo listados no pedido de parcelamento das empresas em recuperação judicial:

Nº do processo / Nº do parcelamento / Modalidade de parcelamento*

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 109, DE 2 DE MAIO DE 2024

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário
BENEFÍCIO FISCAL. PERSE. REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS A ZERO. ABRANGÊNCIA. ASSOCIAÇÃO CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP. FOLHA DE SALÁRIOS.

O benefício fiscal previsto no art. 4º da Lei nº 14.148, de 2021, não alcança a Contribuição para o PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários das entidades sem fins lucrativos, de que trata o inciso IV do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2021, uma vez que tal benefício se restringe à aplicação de alíquotas zero a receitas e resultados auferidos pelo beneficiário, que não se confundem com a sua folha de salários.

SOLUÇÃO DE CONSULTA PARCIALMENTE VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 67, DE 22 DE MARÇO DE 2023.

Dispositivos Legais: Lei nº 9.532, de 1997, art. 15; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 13, IV; Lei nº 14.148, de 2021, arts. 2º e 4º; Medida Provisória nº 1.147, de 2022; Lei nº 14.592, de 2023; Portaria ME nº 7.163, de 2021, art. 1º e Anexos I e II; Portaria ME nº 11.266, de 2022, art. 2º e Anexos I e II; Instrução Normativa RFB nº 2.114, de 2022, arts. 1º e 2º.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 111, DE 2 DE MAIO DE 2024

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias
EXCLUSÃO OBRIGATÓRIA DO SIMPLES NACIONAL. RECEITA BRUTA AUFERIDA EXTRAPOLADA EM MAIS DE 20% (VINTE POR CENTO) DO LIMITE PARA PERMANÊNCIA NO SIMPLES. EFEITOS. OPÇÃO PELA CPRB.

A exclusão obrigatória do Simples Nacional com efeitos a partir do mês subsequente ao auferimento de receita bruta que extrapola em mais de 20% (vinte por cento) o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no caso de empresa que exerce atividade prevista no art. 8º, VIII, "a" , da Lei nº 12.546, de 2011, e cuja possibilidade de opção pela Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) surgiria apenas a partir do momento da referida exclusão, submete a empresa ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários, eis que o evento não enseja, de imediato, a possibilidade da opção pela CPRB.

A opção pela CPRB, no caso, não poderá ocorrer no mesmo exercício em que se operam efeitos da exclusão do Simples, mas apenas na competência janeiro do exercício seguinte.

Dispositivos Legais: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 3º, inciso II, art. 30, art. 31 e art. 32; Lei n.º 12.546, de 2011, art. 8º, inciso VIII, alínea "a", art. 9º, § 13 e; IN RFB nº 2.053, de 2021, art. 1º, art. 2º, § 6º, II e III, art. 21 e Anexo V.

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CGE Nº 4, DE 3 DE MAIO DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi).

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e tendo em vista o disposto no processo nº 10265.272.079/2023-16, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) de que trata o artigo 1º da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, para o período de 3 anos, relativo às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, do estabelecimento a seguir identificado:

Nome Empresarial: QUALIDADE EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA
CNPJ: 05.042.060/0001-90
Endereço: Rua 14 de Julho, 204, Vila Santa Dorothea, Campo Grande, MS.
Regpi: GP-01401/00102 (Gráfica)

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a observar os requisitos e exigências da mencionada Instrução Normativa, em especial a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), conforme disposto nos artigos 15 e 16.

Art. 3º - TORNA NULO O ADE Nº 3/2024 DE 02/05/2024, PUBLICADO NO DOU DE 03/05/2024.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GILSON MASSATOSHI OSHIRO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/RJO Nº 81, DE 30 DE ABRIL DE 2024

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro), na modalidade Repetro-Sped, a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.110454/2024-48, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, nos termos dos artigos 2º, incisos III e IV; 4º, § 1º, inciso II, alínea "b", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da Instrução Normativa RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica subcontratada para a navegação de apoio marítimo RIO NAVEGAÇÃO E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA, CNPJ nº 08.835.355/0001-02 (somente a matriz), até 28/02/2028, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora é a empresa Searcher Geodata do Brasil Ltda, CNPJ nº 46.697.237/0001-74, e a empresa contratada é Shearwater Geoservices do Brasil Ltda, CNPJ nº 34.285.688/0001-15.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime, aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS ANTONIO BRUNO DE ALBUQUERQUE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 82, DE 2 DE MAIO DE 2024

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro, na modalidade Repetro-Sped), a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.140445/2024-81, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a prestação de serviços NE DRILLING SERVIÇOS DO BRASIL LTDA, CNPJ (matriz) nº 18.253.366/0001-38 e os estabelecimentos de CNPJ nº 18.253.366/0005-61, 18.253.366/0006-42, 18.253.366/0007-23 e 18.253.366/0008-04, até 28/05/2026, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada é Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º Revogue-se o Ato Declaratório Executivo DECEX nº 09, de 15 de janeiro de 2024, publicado no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2024.

Art. 4º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS ANTONIO BRUNO DE ALBUQUERQUE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 83, DE 3 DE MAIO DE 2024

Declara habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro, na modalidade Repetro-Sped), a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Com base no dossiê de atendimento (DDA) nº 13113.140809/2024-23, fica habilitada ao regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, Repetro - instituído pelo Decreto nº 3.161/99, com base no § único do artigo 79 da Lei nº 9.430/96 e regulamentado pelos artigos 458 a 462 do Decreto nº 6.759/09 - na modalidade Repetro-Sped, com fulcro no artigo 2º, incisos III e IV, artigo 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", artigo 5º e artigo 6º, caput e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para a prestação de serviços ENERFLEX ENERGIA LTDA, CNPJ nº 09.665.646/0001-62 e os estabelecimentos de CNPJ nº 09.665.646/0002-43, 09.665.646/0003-24, 09.665.646/0004-05 e 09.665.646/0005-96 , até 21/02/2029, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada é Origem Energia Alagoas S/A, CNPJ nº 34.186.669/0001-31.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09 e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS ANTONIO BRUNO DE ALBUQUERQUE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 84, DE 6 DE MAIO DE 2024

Revoga o Ato Declaratório Executivo nº 7 de 25 de abril de 2016.

O DELEGADO ADJUNTO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos artigos 7º e 10, da Instrução Normativa SRF nº 513, de 17 de fevereiro de 2005, e o que consta no processo 13044.720040/2016-82 declara:

Art. 1º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo nº 7, de 25 de abril de 2016, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, em 27 de abril de 2016.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS ANTONIO BRUNO DE ALBUQUERQUE

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 6 DE MAIO DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para operação destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, exercendo a atribuição contida no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 13113.116448/2024-02, declara:

Art. 1º Concedido a renovação do Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o nº GP-07102/00158, para o período de 3 (três) anos, ao estabelecimento DRUCKER GRÁFICA E EDITORA LTDA., CNPJ 29.070.626/0001-56, localizado na Rua São Sebastião 36, Ingá. Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, CEP 24210-110, para a atividade específica de GRÁFICA relativo à operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), de acordo com o disposto nos artigos 15 e 16 da mencionada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO BICAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 6 DE MAIO DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para operação destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, exercendo a atribuição contida no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 11707.720054/2024-30, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o nº GP-07108/423 para o período de 3 (três) anos, ao estabelecimento DRQ EXPRESS GRÁFICA E EDITORA LTDA., CNPJ 31.267.834/0001-91, localizado na Rua São Januário, 438 Loja A - Parte, São Cristovão, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20921-003, para a atividade específica de GRÁFICA relativo à operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), de acordo com o disposto nos artigos 15 e 16 da mencionada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO BICAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 6 DE MAIO DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para operação destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, exercendo a atribuição contida no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e com fundamento em pedido formalizado no processo administrativo nº 11707.720054/2024-30, declara:

Art. 1º Concedido o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob o nº UP-07108/424 para o período de 3 (três) anos, ao estabelecimento DRQ EXPRESS GRÁFICA E EDITORA LTDA., CNPJ 31.267.834/0001-91, localizado na Rua São Januário, 438 Loja A - Parte, São Cristovão, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20921-003, para a atividade específica de USUÁRIO relativo à operação com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), de acordo com o disposto nos artigos 15 e 16 da mencionada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ANTONIO BICAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB N° 654, DE 3 DE MAIO DE 2024

Concede, à pessoa jurídica que menciona, Coabilitação, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi)

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.185546/2024-91, declara:

Art. 1º Coabilitada, a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria Nº 2.609 de 26/09/2023 do Ministério de Minas e Energia.

Interessada : GOETZE LOBATO ENGENHARIA SA
CNPJ : 89.952.709/0001-09
Nome do Projeto : EOL Serra da Borborema II.
CNO : 90.016.53441/77
Setor de Infraestrutura : Energia Eólica
Prazo estimado para execução: de fevereiro de 2024 a julho de 2025

Art. 2º A presente coabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 655, DE 3 DE MAIO DE 2024

Concede, à pessoa jurídica que menciona, Coabilitação, ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi)

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.185754/2024-91, DECLARA:

Art. 1º Coabilitada, a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria 2.253 de 28/04/2023 do Ministério de Minas e Energia.

Interessada : GOETZE LOBATO ENGENHARIA SA
CNPJ : 89.952.709/0001-09
Nome do Projeto : EOL Serra da Borborema III
CNO : 90.015.56894/73
Setor de Infraestrutura : Energia Eólica
Prazo estimado para execução: de novembro de 2023 a julho de 2025

Art. 2º A presente Coabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 656, DE 6 DE MAIO DE 2024

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.130426/2024-57, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 03.092.799/0001-81 e matrícula CEI da obra nº 90.016.74761/75.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de investimentos de geração de energia elétrica denominado UFV Arinos 3, aprovado pela Portaria nº 877/SPE/MME, de 30.08.2021, do Ministério de Minas e Energia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.MG.047299.9.01, localizado no Município de Arinos, Estado de Minas Gerais, com prazo estimado de execução da obra de 17.07.2023 a 28.12.2026, estimativas de desoneração previstas na portaria e de titularidade da empresa Usina Solar Arinos 3 SPE S.A., inscrita no CNPJ 44.587.877/0001-04, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.257/2022, habilitada ao REIDI através do Ato Declaratório Executivo DRF/MCR nº 129, de 13.10.2022 (publicado no DOU de 18.10.2022).

Art. 3º No período de até 05 anos, contados da habilitação do titular ao REIDI, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Para a execução do projeto houve constituição de consórcio denominado "Consórcio DMB Arinos", CNPJ nº 52.608.047/0001-36.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ANDRÉ LUIZ ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 657, DE 6 DE MAIO DE 2024

Concede coabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.131862/2024-43, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 03.092.799/0001-81 e matrícula CEI da obra nº 90.016.74788/75.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto de investimentos de geração de energia elétrica denominado UFV Arinos 5, aprovado pela Portaria nº 878/SPE/MME, de 30.08.2021, do Ministério de Minas e Energia, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG nº UFV.RS.MG.047301.4.01, localizado no Município de Arinos, Estado de Minas Gerais, com prazo estimado de execução da obra de 17.07.2023 a 28.12.2026, estimativas de desoneração previstas na portaria e de titularidade da empresa Usina Solar Arinos 5 SPE S.A., inscrita no CNPJ 44.587.867/0001-60, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 12.258/2022, habilitada ao REIDI através do Ato Declaratório Executivo DRF/MCR nº 130, de 13.10.2022 (publicado no DOU de 18.10.2022).

Art. 3º No período de até 05 anos, contados da habilitação do titular ao REIDI, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que foi adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva coabilitação, art. 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 5º Para a execução do projeto houve constituição de consórcio denominado "Consórcio DMB Arinos", CNPJ nº 52.608.047/0001-36.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

ANDRÉ LUIZ ALVES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQBEN/DELEBEN/SRRF08ª/RFB Nº 659, DE 6 DE MAIO DE 2024

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o art. 8º da Portaria RFB nº 372, de 26 de outubro de 2023, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, com base nas competências do inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 646 a 663 da IN RFB nº 2.121, de 15 de dezembro de 2022, e o que consta do processo nº 13031.164058/2024-41, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a pessoa jurídica CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A, CNPJ nº 00.357.038/0001-16, referente ao projeto "Reforços em instalação de transmissão (Resolução Autorizativa Aneel nº 14.879, de 19 de setembro de 2023)", relativo à Subestação Marabá, compreendendo a substituição do banco de autotransformadores TR1

500/230 kV, 3x100 MVA, por 3x150 MVA, mesmo nível de tensão, e demais equipamentos associados à conexão, aprovado para enquadramento no REIDI pela Portaria nº 2.712/SNTEP/MME, de 13/12/2023, do Ministério de Minas e Energia, publicada no DOU de 15/12/2023, com prazo estimado para execução de 21/09/2023 a 21/09/2025.

Art. 2º O benefício do REIDI poderá ser usufruído nas aquisições, locações e importações de bens e nas aquisições e importações de serviços, vinculadas ao projeto aprovado, realizadas no período de cinco anos, contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura.

Art. 3º Concluída a participação no projeto, deverá ser requerido o cancelamento da respectiva habilitação, no prazo de 30 dias, contados da data em que adimplido o objeto do contrato, sob pena de sanção, em consonância com o disposto no artigo 9º do Decreto nº 6.144/2007.

Art. 4º A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício em caso de inobservância, por parte da habilitada, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a sua concessão, nos termos da legislação aplicada ao regime.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

MELINA GADELHA CARVALHO

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 6 DE MAIO DE 2024

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, LOTADO NA EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO - DECEX/SPO, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, no uso da atribuição que lhe confere o art. 25 da Instrução Normativa RFB nº 2154, de 26 de julho de 2023, e tendo em vista o que consta no Requerimento nº 11372 do Sistema OEA, módulo do Portal Único do Siscomex, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-Conformidade, como Importador/Exportador, a empresa IVOCLAR VIVADENT LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.004.675/0001-60.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3° Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DANILO PIZOL INVERNIZZI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DIFIS / SRRF10 Nº 10, DE 26 DE ABRIL DE 2024

Concede o Registro Especial de Controle de Papel Imune na atividade de USUÁRIO e de IMPORTADOR.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no exercício de suas atribuições, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, na Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, e considerando o que consta no processo nº 13033.288209/2023-54, declara:

Art. 1º Concede, pelo prazo de 3 (três) anos, o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) do seguinte estabelecimento:

CNPJ: 90.512.682/0001-04
Nome Empresarial: JORNAL DO POVO LTDA
Endereço: RUA SETE DE SETEMBRO, 1015
Bairro: CENTRO
Município: CACHOEIRA DO SUL/ RS
CEP: 96.508-011

Registro: UP-10103/00024 (Atividade: Usuário) e IP-10103/00011 (Atividade: Importador)

Art. 2º A imunidade estabelecida pelo art. 150, inciso VI, alínea "d" da Constituição Federal é objetiva e está vinculada à sua finalidade, ou seja, condicionada à destinação do produto para produção de livros, jornais e periódicos.

§ 1º O estabelecimento da pessoa jurídica detentor do Registro deverá observar a legislação tributária relativa às operações de comercialização, transformação ou consumo de papel destinado a livros, jornais e periódicos, em especial os requisitos e exigências da Lei nº 11.945, de 2009, e da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 2018.

§ 2º Se ao papel imune for dado destino diverso de sua finalidade, o responsável pelo desvio ficará sujeito ao pagamento do imposto devido e às penalidades cabíveis.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALINE RUARO TEIXEIRA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 22.019, DE 3 DE MAIO DE 2024

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 da Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 26/09/2023, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nºs 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
Nova Denominação Social
KRESTON KBW AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 22.996.084/0001-06
Anterior Denominação Social
KRESTON BR AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CNPJ: 22.996.084/0001-06

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.995, DE 3 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.615207/2024-74, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 28 de março de 2024, às 15h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.996, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso I do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.612230/2024-15, resolve :

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de LIBERTY SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.550.141/0001-72, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 21 de março de 2024:

I - alteração da denominação social para YLM SEGUROS S.A.; e

II- reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.997, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.604861/2024-52 e 15414.611248/2024-91, resolve :

Art. 1º Homologar a eleição de administrador de COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA, CNPJ nº 15.144.017/0001-90, com sede na cidade de Salvador - BA, conforme deliberado nas reuniões do conselho de administração realizadas em 1º de fevereiro de 2024 e 28 de fevereiro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.998, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base no inciso V do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.610203/2024-08, resolve:

Art. 1º Homologar a eleição de administradores de GENTE SEGURADORA S.A., CNPJ nº 90.180.605/0001-02, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 8 de março de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.999, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 8.186, de 21 de julho de 2023, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base na Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020, combinado com o inciso I do artigo 5º da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta dos processos Susep nº 15414.605889/2024-15 e 15414.614241/2024-21, resolve :

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de IZA SEGUROS S.A., CNPJ nº 40.004.544/0001-46, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 7 de fevereiro de 2024 e 12 de março de 2024:

I - aumento do capital social em R$ 6.000.000,00, elevando-o para R$ 8.000.000,00, dividido em 6.812.636 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo R$ 3.000.000,00 a integralizar em até doze meses; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA FUNDOS DE GOVERNO

CIRCULAR N° 1.053, DE 3 DE MAIO DE 2024

Define critérios e procedimentos operacionais para renegociação de dívidas de empréstimos contraídos por agentes financeiros junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e para assinatura digital de contratos e aditivos contratuais de renegociação de dívidas.

A Caixa Econômica Federal, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 7º, inciso II da Lei n.º 8.036, de 11/05/1990, artigo 67, inciso II do Decreto n.º 99.684, de 08/11/1990, com redação dada pelo Decreto n.º 1.522, de 13/06/1995, e em cumprimento às disposições da Resolução do Conselho Curador do FGTS n.º 809, de 10/05/2016, publicada no DOU de 12/05/2016, suas alterações e aditamentos, resolve:

As dívidas de empréstimos contraídos por agentes financeiros junto ao FGTS, não renegociadas nas condições da Lei n.º 8.727/93, poderão ser renegociadas nas condições estabelecidas nesta Circular. 1.1 Para tanto, o agente devedor deverá formalizar junto à Centralizadora Nacional Ativo do FGTS CEFGA, localizada à SBS Quadra 01 Bloco L 9º andar, Ed. CEF, Brasília/DF, CEP: 70070-110, a intenção de renegociar suas dívidas, indicando o rol de garantias a serem oferecidas, por meio de ofício assinado pelo(s) representante(s) legal(is) da instituição, para que o Agente Operador promova seu enquadramento nas condições desta Circular. 1.2 Para os casos de prorrogação do prazo de carência de que tratam as alíneas e do subitem 3.4.2 e i do subitem 4.4.2 desta Circular, o ofício citado no subitem 1.1 deve estar acompanhado de cópia do requerimento relativo à novação de dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais FCVS, de que trata o inciso III do art. 3º da Lei n.º 10.150, de 21/12/2000. 1.3 Os documentos citados nos subitens 1.1 e 1.2 devem ser enviados ao endereço eletrônico cefga@caixa.gov.br, acompanhados de cópias dos atos constitutivos da instituição e ata(s) de eleição dos atuais representantes legais. 2 Para os efeitos desta Circular são adotadas as seguintes definições: a) dívida vencida parcela da dívida representada por encargos não pagos, amortizações extraordinárias, liquidações antecipadas e indenizações securitárias não repassadas ao Agente Operador do FGTS, conforme previsto contratualmente; b) dívida vincenda parcela da dívida com encargos a vencer; c) títulos CVS título público federal emitido por ocasião da novação dos créditos do agente junto ao FCVS, com prazo de resgate de 30 (trinta) anos a contar de 01/01/1997, emitidos de acordo com a Lei n.º 10.150/2000; d) créditos aptos a novação créditos que cumpram os requisitos para novação perante o FCVS, na situação de RCV, homologados e auditados, inclusive o Valor de Avaliação de Financiamento (VAF) 3 e VAF 4. 3 CONDIÇÕES PARA APURAÇÃO, LIQUIDAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS DE OPERAÇÕES VINCULADAS À ÁREA DE HABITAÇÃO CONTRATADAS ORIGINALMENTE ATÉ 01/06/2001 3.1 A apuração do montante da dívida vencida para liquidação, amortização ou renegociação, será feita mediante a atualização, da data do vencimento da obrigação até a data da renegociação, com base no índice de remuneração básica aplicado às contas vinculadas do FGTS, acrescido de juros às taxas definidas a seguir: a) da data de vencimento dos encargos, amortizações extraordinárias, liquidações antecipadas e indenizações securitárias não repassadas até 04/12/2002: taxa contratual; b) de 05/12/2002 até a data da renegociação, limitada a 31/12/2026: taxa nominal de 3,08 % a.a. (três inteiros e oito centésimos por cento ao ano). 3.2 A dívida vincenda será atualizada com base no índice de remuneração básica aplicado às contas vinculadas do FGTS, acrescida de juros à taxa contratual pro-rata-die do último vencimento dos encargos até a data da renegociação. 3.3 Para a liquidação ou amortização da dívida apurada na forma dos subitens 3.1 e 3.2 desta Circular, poderão ser utilizados títulos CVS à taxa de juros nominal de 3,08% a.a (três inteiros e oito centésimos por cento ao ano) ou, a critério do Agente Operador do FGTS, bens e/ou direitos, de titularidade do devedor, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, mediante prévia avaliação econômica/financeira e equalização à taxa de mercado. 3.3.1 No caso de utilização de títulos CVS com taxa de juros diferente de 3,08% a.a. (três inteiros e oito centésimos por cento ao ano), os valores poderão ser equalizados para essa taxa de juros. 3.4 Para a renegociação da dívida apurada na forma dos subitens 3.1 e 3.2 desta Circular serão observados os parâmetros a seguir. 3.4.1 Para parcelamento do débito: a) prestação e a dívida renegociada serão atualizadas, mensalmente, com base no índice de remuneração básica aplicado às contas vinculadas do FGTS, acrescidas de juros às taxas nominais definidas a seguir: a.1) 3,08 % a.a. (três inteiros e oito centésimos por cento ao ano) até 31/12/2026; e a.2) 6% a.a.(seis por cento ao ano), a partir de 01/01/2027. b) cálculo das prestações pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) ou Sistema de Amortização Constante (SAC); c) prazo de até 360 (trezentos e sessenta) meses, contados da data da renegociação, definido em função da capacidade de pagamento do devedor e observadas as garantias oferecidas; d) garantias contratuais definidas no contrato que deu origem ao débito ou outras garantias, dentre aquelas discriminadas no art. 9º da Lei n.º 8.036/90, a critério do Agente Operador; e) o vencimento da primeira prestação ocorrerá no mês subsequente à data de assinatura do contrato, na data eleita do agente; f) o vencimento das demais prestações ocorrerá, mensalmente, na data eleita do agente; g) vencimento antecipado do contrato de renegociação e do contrato original no caso de inadimplência superior a 3 (três) encargos mensais; h) formalização da renegociação por intermédio de instrumento contratual específico de confissão de dívida e promessa de pagamento; i) eventuais amortizações extraordinárias em contratos parcelados com prazo superior a 240 (duzentos e quarenta) meses ao amparo da Resolução do Conselho Curador do FGTS n.º 809/2016, com recursos oriundos de novações de créditos do agente perante o FCVS, serão destinadas obrigatoriamente à redução do prazo do contrato. 3.4.2 Para renegociação do débito com concessão de prazo de carência e liquidação futura em parcela única: a) atualização do valor renegociado com base nas taxas dos títulos CVS de operações originados com recursos do FGTS; b) prazo de carência de até 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato de renegociação, podendo ser prorrogado, a critério do Agente Operador, por até metade do prazo de carência contratado; c) oferecimento, em garantia, de créditos perante o FCVS, equivalentes a, no mínimo, 100% (cem por cento) de créditos FCVS aptos a novação ou outras garantias, dentre aquelas discriminadas no art. 9º da Lei n.º 8.036/90, a critério do Agente Operador, desde que em montante mínimo de 120% (cento e vinte por cento) da dívida renegociada objeto da renegociação, inclusive créditos FCVS na situação de Relação de Contratos Validados (RCV), não auditado. d) após o término do prazo de carência pactuado conforme alínea b deste subitem, o saldo devedor será exigido em parcela única; e) a critério do Agente Operador, são admitidas prorrogações do prazo de carência, limitadas a 31/12/2026, desde que o agente tenha adotado as providências para a novação de seus créditos, mas o processo de novação não tenha sido concluído no prazo de que trata a alínea "b" deste subitem; f) formalização do refinanciamento por intermédio de instrumento contratual específico de confissão de dívida e promessa de pagamento. 4 CONDIÇÕES PARA APURAÇÃO, LIQUIDAÇÃO, AMORTIZAÇÃO OU RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS, EXCETO DA ÁREA DE HABITAÇÃO, CONTRATADAS ORIGINALMENTE ATÉ 01/06/2001. 4.1 A apuração do montante da dívida vencida e das amortizações extraordinárias não repassadas será feita mediante a atualização, da data do vencimento até a data da renegociação, com base no índice de remuneração básica aplicado às contas vinculadas do FGTS, acrescido de juros à taxa média ponderada dos contratos envolvidos. 4.2 A dívida vincenda será atualizada com base no índice de remuneração básica aplicado às contas vinculadas do FGTS, acrescido de juros à taxa contratual pro-rata-die do último vencimento dos encargos até a data da renegociação. 4.3 Para a liquidação ou amortização das dívidas apuradas na forma dos subitens 4.1 e 4.2 desta Circular, poderá ser utilizado títulos CVS equalizados à taxa de mercado ou, a critério do Agente Operador do FGTS, bens e/ou direitos, de titularidade do devedor, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, mediante prévia avaliação econômica/financeira e equalização à taxa de mercado. 4.4 Na renegociação das dívidas apuradas na forma dos subitens 4.1 e 4.2 desta Circular serão observados os parâmetros a seguir. 4.4.1 Para parcelamento do débito: a) a prestação e a dívida renegociada serão atualizadas, mensalmente, com base no índice de remuneração básica aplicado às contas vinculadas do FGTS, acrescido de juros à taxa média ponderada dos contratos envolvidos; b) cálculo das prestações pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) ou Sistema de Amortização Constante (SAC); c) para a dívida vencida até 12/05/2016, o prazo será de até 360 (trezentos e sessenta) meses, contados da data da renegociação, definido em função da capacidade de pagamento do devedor e observadas as garantias oferecidas; d) para a dívida vincenda, considerada na data de 12/05/2016, o prazo consistirá no prazo médio remanescente dos contratos envolvidos; e) garantias contratuais definidas no contrato que deu origem ao débito ou outras garantias, dentre aquelas discriminadas no art. 9º da Lei n.º 8.036/90, a critério do Agente Operador; f) o vencimento da primeira prestação ocorrerá no mês subsequente à data de assinatura do contrato, na data eleita do agente; g) o vencimento das demais prestações ocorrerá, mensalmente, na data eleita do agente; h) vencimento antecipado do contrato de renegociação no caso de inadimplência superior a 3 (três) encargos mensais; i) formalização da renegociação por intermédio de instrumento contratual específico de confissão de dívida e promessa de pagamento; j) eventuais amortizações extraordinárias em contratos parcelados com prazo superior a 240 (duzentos e quarenta) meses ao amparo da Resolução do Conselho Curador do FGTS n.º 809/2016, com recursos oriundos de novações de créditos do agente perante o FCVS, serão destinadas obrigatoriamente à redução do prazo do contrato. 4.4.2 Para renegociação do débito com concessão de prazo de carência e liquidação futura em parcela única: a) a dívida vencida e as amortizações extraordinárias não repassadas até 12/05/2016 serão atualizadas, mensalmente, com base no índice de remuneração básica aplicado às contas vinculadas do FGTS, acrescido de juros à taxa prevista no contrato, até a data da renegociação; b) os encargos vencidos após 12/05/2016 serão atualizados com base nas condições do contrato que lhe deu origem, até a formalização do contrato de renegociação; c) as parcelas da dívida vincenda, à medida que forem vencendo, serão acrescidas ao saldo da alínea a e b deste subitem; d) o saldo devedor será atualizado com base na taxa de mercado; e) prazo de carência de até 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato de renegociação de dívidas, podendo ser prorrogado, a critério do Agente Operador, por até metade do prazo de carência pactuado; f) oferecimento, em garantia, de créditos perante o FCVS equivalentes a no mínimo 100% (cem por cento) de créditos FCVS aptos a novação ou outras garantias, dentre aquelas discriminadas no art. 9º da Lei n.º 8.036/90, a critério do Agente Operador, desde que em montante mínimo de 120% (cento e vinte por cento) da dívida renegociada objeto da renegociação, inclusive créditos FCVS na situação de Relação de Contratos Validados (RCV), não auditado; g) durante o prazo de carência, o devedor poderá efetuar amortizações extraordinárias com títulos CVS, equalizados à taxa de mercado, ou em moeda corrente; h) após o término do prazo de carência pactuado, conforme alínea e deste subitem, o saldo devedor remanescente será exigido em parcela única; i) a critério do Agente Operador, são admitidas prorrogações do prazo de carência, limitadas a 31/12/2026, desde que o agente tenha adotado as providências para a novação de seus créditos, mas o processo de novação não tenha sido concluído no prazo de que trata a alínea e deste subitem; j) formalização da renegociação por intermédio de instrumento contratual específico de confissão de dívida e promessa de pagamento. 5 CONDIÇÕES PARA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA VENCIDA DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS NAS ÁREAS DE HABITAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA URBANA, APÓS 01/06/2001. 5.1 A apuração do valor da dívida vencida para liquidação ou renegociação é feita com base nas condições contratuais, considerando o período entre a data do vencimento, inclusive, e a data da renegociação, exclusive. 5.2 A dívida apurada na forma do subitem 5.1 poderá ser renegociada, observados os parâmetros a seguir: a) saldo devedor e prestações: atualização monetária com base no índice de remuneração básica aplicado às contas vinculadas do FGTS; b) prestações: calculadas pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) Sistema de Amortização Crescente (SAC); c) prazo: de até 24 (vinte e quatro) meses; d) taxa de juros: taxa média ponderada de juros contratuais da dívida vencida, acrescida de 1 (um) ponto percentual; e) garantias: manutenção das garantias contratuais ou outras garantias, dentre aquelas discriminadas no art. 9º da Lei n.º 8.036/90, a critério do Agente Operador; f) vencimento antecipado do contrato de renegociação e do contrato original no caso de inadimplência superior a 3 (três) encargos mensais; g) formalização da renegociação por intermédio de instrumento contratual específico de confissão de dívida e promessa de pagamento. 6 No caso de atraso no pagamento de qualquer obrigação do devedor, incidirá atualização monetária, com base no índice de atualização definido no contrato, acrescida dos juros contratados apurados pro-rata-die da data de vencimento dos encargos, inclusive, até a data do pagamento, exclusive, e dos juros de mora pro-rata-die à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o valor do débito em atraso. 7 Se o devedor em atraso liquidar integralmente em espécie a sua dívida vencida, antes de o atraso mais antigo completar 6 (seis) meses, os encargos vencidos poderão ser liquidados com substituição das cominações contratuais por atraso, pela remuneração da taxa de mercado vigente na data do pagamento, aplicada da data de vencimento do encargo, inclusive, até a data do pagamento, exclusive. 8 As dívidas renegociadas até 12/05/2016 podem ser renegociadas nas condições ora aprovadas, não sendo permitida retroação das presentes condições a datas anteriores às respectivas negociações efetuadas, exceto àquelas formalizadas nas condições da RCCFGTS n.º 752, de 02/09/2014. 8.1 No caso das renegociações efetuadas na forma da RCCFGTS n.º 752/2014, para enquadramento nesta Circular serão restabelecidas as condições da dívida previstas nos contratos anteriores à renegociação.

8.1.1 Nessa hipótese, os valores pagos após a renegociação serão deduzidos da nova dívida apurada e o prazo de retorno máximo reduzido do período transcorrido desde aquela renegociação. 9 CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DIGITAL DE CONTRATOS E ADITIVOS CONTRATUAIS DE RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

9.1 Para fins de renegociação de dívidas de empréstimos contraídos por agentes financeiros, sob o amparo de Resoluções do Conselho Curador do FGTS, é admitida a formalização do contrato e do(s) termo(s) aditivo(s) ao contrato por meio de assinatura digital, desde que realizada por todos os signatários com Certificado Digital legalmente expedido por uma Autoridade Certificadora (AC) vinculada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras ICP Brasil.

9.2 É responsabilidade do agente devedor promover o registro do contrato e do(s) termo(s) aditivo(s) assinados digitalmente em cartório competente, que fará prova da realização desse ato junto ao Agente Operador.

9.3 Além dos cartórios físicos, é aceito o registro de instrumento assinado digitalmente por meio da Plataforma Central RTDPJ Brasil Serviço Nacional dos Cartórios, disponível em https://www.rtdbrasil.org.br/autenticacao/login.

9.4 Os documentos eletrônicos assinados digitalmente perdem a validade quando impressos.

10 Os casos omissos serão dirimidos pelo Agente Operador, no que lhe couber.

11 Fica revogada a Circular CAIXA n.º 813, de 18/05/2018.

12 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO HIDEKI HORI TAKAHASHI
Diretor Executivo

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

GABINETE DA MINISTRA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria MGI nº 2.829, de 29 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2024, Seção 1, página 67,
Onde se lê:

RENDA (REAIS/IDADE)	FAIXA 01 00 a 18	FAIXA 02 19 a 23	FAIXA 03 24 a 28	FAIXA 04 29 a 33	FAIXA 05 34 a 38	FAIXA 06 39 a 43	FAIXA 07 44 a 48	FAIXA 08 49 a 53	FAIXA 09 54 a 58	FAIXA 10 59 ou +
até 3.000	254,18	266,17	269,77	297,07	305,95	316,10	361,06	366,80	372,51	411,26
de 3.001 até 6.000	196,34	207,65	211,02	230,21	238,60	248,20	280,87	285,34	289,80	321,04
de 6.001 até 9.000	160,80	162,92	166,10	178,29	186,21	195,23	210,12	213,45	216,78	235,28
de 9.001 até 12.000	142,18	144,16	147,11	158,69	166,10	174,57	187,87	190,85	193,82	211,36
de 12.001 até 15.000	132,03	133,86	136,60	148,11	155,02	162,93	176,13	178,92	181,71	198,93
de 15.000 até 18.000	121,87	123,56	126,10	137,53	143,95	151,29	164,39	166,99	169,60	186,50
de 18.0001 até 21.000	111,72	113,27	115,59	126,95	132,88	139,66	152,65	155,06	157,48	174,06
acima de 21.000	106,64	108,12	110,33	116,37	121,80	128,02	140,90	143,14	145,37	161,63

Leia-se:

RENDA (REAIS/IDADE)	FAIXA 01 00 a 18	FAIXA 02 19 a 23	FAIXA 03 24 a 28	FAIXA 04 29 a 33	FAIXA 05 34 a 38	FAIXA 06 39 a 43	FAIXA 07 44 a 48	FAIXA 08 49 a 53	FAIXA 09 54 a 58	FAIXA 10 59 ou +
até 3.000	254,18	266,17	269,77	297,07	305,95	316,10	361,06	366,80	372,51	411,26
de 3.001 até 6.000	196,34	207,65	211,02	230,21	238,60	248,20	280,87	285,34	289,80	321,04
de 6.001 até 9.000	160,80	162,92	166,10	178,29	186,21	195,23	210,12	213,45	216,78	235,28
de 9.001 até 12.000	142,18	144,16	147,11	158,69	166,10	174,57	187,87	190,85	193,82	211,36
de 12.001 até 15.000	132,03	133,86	136,60	148,11	155,02	162,93	176,13	178,92	181,71	198,93
de 15.001 até 18.000	121,87	123,56	126,10	137,53	143,95	151,29	164,39	166,99	169,60	186,50
de 18.001 até 21.000	111,72	113,27	115,59	126,95	132,88	139,66	152,65	155,06	157,48	174,06
acima de 21.000	106,64	108,12	110,33	116,37	121,80	128,02	140,90	143,14	145,37	161,63

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIA AN Nº 153, DE 3 DE MAIO DE 2024

Determinar a adoção de caracteres alfabéticos para identificar instrumentos de gestão de documentos de arquivo nos sistemas informatizados

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO ARQUIVO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições e com fundamento no Artigo 22, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433 do Ministério de Justiça, de 24 de outubro de 2011, e considerando a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, o Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 e o Decreto Nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, e o que consta do processo nº 08227.000980/2024-83, resolve:

Art. 1º Determinar o acréscimo de caracteres alfabéticos na codificação de instrumentos de gestão de documentos (código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo), relativos às atividades-fim dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

§1º Compete ao Arquivo Nacional orientar tecnicamente os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal quanto aos procedimentos para a codificação dos seus instrumentos de gestão de documentos relativos às atividades-fim.

§2º Os caracteres alfabéticos a serem acrescentados deverão obedecer aos seguintes critérios:

I - Ter, no mínimo, dois e no máximo, três caracteres alfabéticos.

II - Os caracteres serão apostos antes da codificação numérica dos instrumentos de gestão de documentos e deverão observar o seguinte formato:

Classe	XYZ.100
Subclasse	XYZ.110
Grupo	XYZ.112
Subgrupos	XYZ.112.1
	XYZ.112.11

Art. 2º O disposto nesta portaria alcançará a todos os instrumentos de gestão de documentos relativos às atividades-fim a serem aprovados pelo Arquivo Nacional.

Art. 3º Os caracteres alfabéticos a serem acrescidos a todos os instrumentos de gestão de documentos relativos às atividades-fim que já foram aprovados pelo Arquivo Nacional se encontram dispostos no anexo desta portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MARCEL CAUM CAMOLEZE

ANEXO

CARACTERES ALFABÉTICOS PARA IDENTIFICAR OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS RELATIVOS ÀS ATIVIDADES-FIM QUE JÁ FORAM APROVADOS PELO ARQUIVO NACIONAL.

Instrumentos de gestão de documentos aprovados	Caracteres alfabéticos
Advocacia Geral da União	AGU
Agência Brasileira de Inteligência	ABI
Agência Nacional da Aviação Civil	AAC
Agência Nacional de Águas	ANA
Agência Nacional de Energia Elétrica	AEE
Agência Nacional de Telecomunicações	ANT
Agência Nacional de Transportes Terrestres	ATT
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	AVS
Arquivo Nacional	ANB
Autoridade Pública Olímpica	APO
Banco Central do Brasil	BCB
Banco da Amazônia	BAM
Banco do Nordeste do Brasil	BNB
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social	DES
Caixa Econômica Federal	CEF
Casa da Moeda do Brasil	CMB
Comissão de Valores Mobiliários	CVM
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	DCT
Conselhos de Fiscalização Profissional	CFP
Controladoria-Geral da União	CGU
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	PRF
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes	DIT
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	ECT
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	EIA
Empresa de Pesquisa Energética	EPE
Empresa de Portos do Brasil S.A.	EPB
Empresa Gestora de Ativos	EGA
Escola de Administração Fazendária	EAF
Fundação Casa de Rui Barbosa	CRB
Fundação Nacional de Saúde	FNS
Fundação Nacional do Índio	FNI
Fundação Oswaldo Cruz	FOC
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	FDE
Instituições Federais de Ensino Superior	IFE
Instituto Brasileiro de Museus	IBM
Instituto Nacional do Seguro Social	ISS
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	CTI
Ministério da Defesa	DEF
Ministério da Fazenda	FAZ
Ministério da Justiça e Segurança Pública	JSP
Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos	MFD
Ministério da Saúde	SAU
Ministério do Meio Ambiente	MAM
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	PDG
Museu de Astronomia e Ciências Afins	AST
Portos Públicos Federais	PPF
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	PGF
Secretaria da Receita Federal do Brasil	RFB
Superintendência de Seguros Privados	SSP

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

PORTARIA SEST/MGI Nº 3.039, DE 6 DE MAIO DE 2024

Aprova o quantitativo de pessoal próprio do Grupo Hospitalar Conceição - GHC.

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS, DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no Anexo I, art. 36, inciso VI, alínea "g", item 1, do Decreto nº 11.437, de 17.3.2023, resolve:

Art. 1º Fixar o limite para o quadro de pessoal próprio do Grupo Hospitalar Conceição - GHC em 10.219 (dez mil, duzentas e dezenove) vagas.

Art. 2º Para fins de controle do limite do quantitativo de pessoal das empresas são considerados:

I. os empregados efetivos admitidos por concurso público;

II. os empregados efetivos admitidos sem concurso público antes de 5.10.1988;

III. os empregados que possuem cargos, empregos ou funções comissionadas;

IV. os empregados que estão cedidos ou disponibilizados para outros órgãos ou entidades;

V. os empregados cedidos ou requeridos de outros órgãos ou entidades;

VI. os empregados anistiados com base na Lei nº 8.878, de 11.5.1994;

VII. os empregados readmitidos e reintegrados;

VIII. os empregados contratados por prazo determinado (temporários);

IX. os empregados ou servidores movimentados para compor força de trabalho conforme disposto no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990; e

X. os empregados com contrato de trabalho interrompido ou suspenso, à exceção dos empregados com contrato de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

Art. 3º Compete ao GHC gerenciar o seu quadro de pessoal próprio, praticando atos de gestão para contratar ou desligar empregados, desde que observado o limite estabelecido no art. 1º, as dotações orçamentárias aprovadas para cada exercício, bem como as demais normas legais pertinentes.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SEST/MGI nº 6.827, de 31.10.2023, que aprovou o limite para quadro de pessoal do GHC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISA VIEIRA LEONEL

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N. 1384, DE 6 DE MAIO DE 2024

Estabelece os procedimentos referentes à liberação sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas de desastres súbitos e de grande intensidade, pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto nos incisos I e IX do artigo 6º da Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012, e no inciso I do art. 11 do Decreto n. 10.593, de 24 de dezembro de 2020, e nos arts. 15 e 40, do Decreto n. 11.219, de 05 de outubro de 2022.

CONSIDERANDO que o país tem sido progressivamente afetado por desastres naturais com elevados e crescentes danos humanos, materiais e ambientais, assim como por prejuízos econômicos e sociais;

CONSIDERANDO que o recurso federal para resposta a desastres tem caráter emergencial e deve atender às necessidades da população afetada em tempo hábil para salvaguardar vidas e promover a segurança e dignidade das pessoas afetadas por desastres;

CONSIDERANDO o impacto da mudança do clima, que é um dos fatores que contribuem para o aumento dos riscos de desastres naturais mais frequentes e severos;

CONSIDERANDO que em desastres de grande intensidade o comprometimento da capacidade administrativa local é uma consequência recorrente e, portanto, o estabelecimento de ritos mais céleres, efetivos e com segurança administrativa são necessários para o atendimento emergencial à população afetada por desastres.

resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos referentes à liberação sumária de recursos federais para execução de ações de socorro e assistência às vítimas em áreas atingidas por desastres súbitos e de grande intensidade, com estado de calamidade pública (ECP) declarado pelo ente federado afetado.

Art. 2º. Poderá ser autorizada a liberação sumária de recursos federais para as ações de socorro e assistência às vítimas, no valor máximo de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) por município afetado pelo desastre, desde que haja disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 1º Os recursos deverão ser depositados em conta bancária específica em instituição financeira oficial federal, e utilizados pelo ente beneficiado em até 60 (sessenta) dias, a contar da data da ordem bancária, no atendimento emergencial à população afetada, nas metas ou itens passíveis de aprovação técnica, conforme a Orientação Operacional vigente para o desastre ou instrumento que a substitua.

§ 2º Eventual solicitação de recursos federais complementares aos liberados sumariamente deve ser formalizada por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), e acompanhada da motivação expressa da necessidade do aporte adicional federal e, sempre que possível, da prestação de contas dos recursos liberados sumariamente.

Art. 3º Os entes beneficiados do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec) são responsáveis por planejar, gerenciar e manter a estrutura necessária para a execução das ações de socorro e assistência às vítimas, conforme os seus planos de contingência, assim como por observar as legislações vigentes para a execução técnica e operacional das ações.

Art. 4º A documentação para a solicitação do recurso pelo rito sumário deve ser enviada à Sedec, preferencialmente pelo e-mail sedec@mdr.gov.br ou outro meio disponível e pactuado com a Sedec contendo o:

I - Decreto publicado que declara o estado de calamidade pública; e

II - Ofício de requerimento do chefe do poder executivo ou do coordenador de proteção e defesa civil, conforme modelo disponibilizado pela Sedec.

§ 1º Em até 30 dias, a contar da data da ordem bancária, o ente beneficiado deverá apresentar as metas e itens executados e a serem executados, no formulário de solicitação de recursos federais do módulo de resposta no sistema S2iD.

§ 2º O envio do pedido, pelo sistema S2iD, deve estar acompanhado de ofício de requerimento com o número do protocolo de resposta, conforme modelo disponibilizado pela Sedec.

§ 3º Todos os pedidos de recursos para resposta ao desastre, no sistema S2iD, devem estar vinculados ao protocolo do pedido de reconhecimento federal da situação de anormalidade decorrente do desastre.

Art. 5º A decisão emitida pela SEDEC sobre a liberação sumária de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas dispensa a prévia análise técnica, devendo constar dos autos administrativos um relatório de monitoramento do desastre, ou instrumento congênere, que demonstre a gravidade do desastre e a intensidade dos danos humanos dele decorrentes.

Art. 6º Os entes federados darão ampla divulgação, inclusive em seus sítios eletrônicos, das ações de socorro e assistência custeadas com os recursos financeiros da União e transferidos na forma prevista nesta Portaria, indicando a participação federal, as ações e os seus estágios de execução, os custos para a execução das ações e o alcance do atendimento do interesse público.

Art. 7º O saldo de recursos financeiros não utilizados deverá ser devolvido por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) ou executado conforme as metas passíveis de atendimento na Orientação Operacional vigente para o desastre ou instrumento que a substitua, no prazo definido no § 1º do art. 2º desta Portaria.

Art. 8º O responsável pelos recursos deve apresentar a prestação de contas final, conforme as normas vigentes, em até 30 dias do fim da vigência para a execução do instrumento.

Art. 9º Casos omissos e excepcionais serão deliberados pela autoridade competente.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO WALDEZ GÓES DA SILVA

SECRETARIA NACIONAL DE FUNDOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E NORMAS DOS FUNDOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

RESOLUÇÃO DE CANCELAMENTO Nº 6, DE 6 DE MAIO DE 2024

O Departamento de Políticas e Normas dos Fundos e Instrumentos Financeiros, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do art. 31 do Anexo I do Decreto nº 11.830, de 14 de dezembro de 2023,

Considerando que a empresa PACOVAL AGROPECUÁRIA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.938.719/0001-01, teve seu projeto original aprovado por meio da Resolução CONDEL/SUDAM nº 9.099, de 13/07/1999, no âmbito da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com o objetivo de implantar no Município de Portel, Estado do Pará, um empreendimento voltado à bovinocultura de corte nas fases de cria, recria e engorda, com à produção de novilhos(as) precoces, através das práticas de inseminação artificial e cruzamento industrial;

Considerando que no decurso de sua implantação foram verificadas diversas irregularidades no projeto, conforme informações constantes na instrução contida no processo nº 59601.000280/2018-67, em especial no Relatório Crítico nº 01/2020 (SEI 3193590) e no Despacho SFI, de 2 de junho de 2021 (SEI 3193609);

Considerando a decisão contida no Despacho nº SEI 3720640, de 17 de maio de 2022 , que determinou o cancelamento do contrato de financiamento do projeto via Finam, com a pecha de desvio na aplicação dos recursos recebidos, consubstanciado no § 1º do art. 12 da Lei nº 8.167, de 1991, bem como nos incisos III e IV do art. 37 da Portaria MI nº 452, de 2016;

Considerando a Decisão da Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros SEI nº 4991353, a qual conheceu do Recurso Administrativo autuado sob o SEI nº 3793629, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão exarada no Despacho nº SEI 3720640; e

Considerando, por fim, o regular cumprimento de todas as etapas processuais legalmente dispostas, onde foi rigorosamente observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, resolve:

CANCELAR o contrato de financiamento de projeto via Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam, aprovado em favor da empresa PACOVAL AGROPECUÁRIA S/A, inscrita no CNPJ nº 02.938.719/0001-01, nos termos do § 1º do art. 12 da Lei nº 8.167, de 1991, bem como nos incisos III e IV do art. 37 da Portaria MI nº 452, de 2016.

ERICA DOMINGOS DA SILVA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.316, DE 26 DE ABRIL DE 2024

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.191, de 27 de junho de 2023, publicada no DOU, de 28 de junho de 2023, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 3.046, de 28 de setembro de 2023, constante no processo administrativo n. 59052.016208/2023-82, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Bagé - RS, para ações de Defesa Civil até 24/05/2024.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.367, DE 3 MAIO DE 2024

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Poté-MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Poté-MG, no valor de R$ 375.988,40 (trezentos e setenta e cinco mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.009294/2023-67.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, neste ato fixados em R$ 393.176,96 (trezentos e noventa e três mil cento e setenta e seis reais e noventa e seis centavos), correrão: R$ 375.988,40 (trezentos e setenta e cinco mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos), à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2023NE000901, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 3000; UG: 530012; e R$ 17.188,56 (dezessete mil cento e oitenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), à título de contrapartida financeira do Ente beneficiário consignado na Lei Orçamentária Anual n. 1.616, de 14 de dezembro de 2023, do referido Município.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.380, DE 6 MAIO DE 2024

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Gonzaga-MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Gonzaga-MG, no valor de R$ 158.387,22 (cento e cinquenta e oito mil trezentos e oitenta e sete reais e vinte e dois centavos), para a execução das metas 3 e 7, aprovadas, licitadas e constante do Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.009671/2023-68 .

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2023NE001252, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.381, DE 6 MAIO DE 2024

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Lagoão-RS, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Lagoão-RS, no valor de R$ 2.155.170,26 (dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil cento e setenta reais e vinte e seis centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.013231/2024-96 .

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2024NE000155, Programa de Trabalho: 06.182.2318.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcela nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.382, DE 6 MAIO DE 2024

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Caxambu-MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Caxambu-MG, no valor de R$ 209.700,00 (duzentos e nove mil e setecentos reais), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.010412/2023-80.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Nota de Empenho n. 2023NE000963, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em uma parcela nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.388, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PR	Assis Chateaubriand	Doenças infecciosas virais - 1.5.1.1.0	268	18/04/2024	59051.032290/2024-83
RS	Arambaré	Vendaval - 1.3.2.1.5	23	28/03/2024	59051.032429/2024-99
RS	Capão do Cipó	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	011	16/04/2024	59051.032258/2024-06
RS	Engenho Velho	Vendaval - 1.3.2.1.5	08	26/03/2024	59051.032261/2024-11
RS	Frederico Westphalen	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	027	19/03/2024	59051.032367/2024-15
RS	Panambi	Vendaval - 1.3.2.1.5	029	28/03/2024	59051.032368/2024-60
RS	Quevedos	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	1069	17/04/2024	59051.032369/2024-12
SC	Imbituba	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	058	16/04/2024	59051.032407/2024-29
SC	São Pedro de Alcântara	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	100	18/04/2024	59051.032431/2024-68

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.391, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
PA	Bagre	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	021	15/04/2024	59051.032252/2024-21
PA	Colares	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	058	02/04/2024	59051.031931/2024-82
PA	Palestina do Pará	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	08	03/04/2024	59051.031907/2024-43
PA	Placas	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	021	15/04/2024	59051.032393/2024-43
PA	Prainha	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	015	15/04/2024	59051.032349/2024-33
PA	Rurópolis	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	024	19/04/2024	59051.032412/2024-31

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.393, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Inês-MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santa Inês-MA, no valor de R$ 345.605,00 (trezentos e quarenta e cinco mil seiscentos e cinco reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024444/2024-53 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.395, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Mimoso do Sul-ES, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei

nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Mimoso do Sul-ES, no valor de R$ 219.293,00 (duzentos e dezenove mil duzentos e noventa e três reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024466/2024-13 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.396, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Lagoa Grande do Maranhão-MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Lagoa Grande do Maranhão-MA, no valor de R$ 486.999,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil novecentos e noventa e nove reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024465/2024-79 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.397, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Carutapera-MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Carutapera-MA, no valor de R$ 434.955,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024484/2024-03 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.398, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Boa Vista do Gurupi-MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Boa Vista do Gurupi-MA, no valor de R$ 46.944,98 (quarenta e seis mil novecentos e quarenta e quatro reais e noventa e oito centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024544/2024-80 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.399, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Trizidela do Vale-MA, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Trizidela do Vale-MA, no valor de R$ 148.910,00 (cento e quarenta e oito mil novecentos e dez reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024264/2024-71.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.400, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Bom Jesus do Norte-ES, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Bom Jesus do Norte-ES, no valor de R$ 375.724,15 (trezentos e setenta e cinco mil setecentos e vinte e quatro reais e quinze centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024325/2024-09 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.402, DE 6 DE MAIO DE 2024

Revoga a Portaria nº 1.354, de 2 de maio de 2024, que reconheceu o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, e tendo em vista o Decreto Estadual nº 57.603, de 5 de maio de 2024, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a Portaria nº 1.377, de 5 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, Edição Extra C, de 5 de maio de 2024, alterada pela Portaria nº 1.379, de 5 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, Edição Extra D, de 5 de maio de 2024, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Nº 1354, de 02 de maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, Edição Extra A, de 2 de maio de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.405, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 2.212, de 04 de julho de 2023, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 05 de julho de 2023, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme as informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AL	Belo Monte	Estiagem - 1.4.1.1.0	011	17/04/2024	59051.032253/2024-75
BA	Bom Jesus da Serra	Estiagem - 1.4.1.1.0	485	11/04/2024	59051.032259/2024-42
BA	Casa Nova	Estiagem - 1.4.1.1.0	429	17/04/2024	59051.032427/2024-08
BA	Guajeru	Estiagem - 1.4.1.1.0	20	12/04/2024	59051.032392/2024-07
BA	Juazeiro	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	109	11/04/2024	59051.032251/2024-86
MA	Monção	Inundações - 1.2.1.0.0	08	17/04/2024	59051.032168/2024-15
MA	Satubinha	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	094	15/04/2024	59051.032169/2024-51
PE	Santa Cruz da Baixa Verde	Estiagem - 1.4.1.1.0	23	17/04/2024	59051.032255/2024-64
RN	Doutor Severiano	Estiagem - 1.4.1.1.0	010	22/04/2024	59051.032408/2024-73
RN	Serrinha	Estiagem - 1.4.1.1.0	007	09/04/2024	59051.031947/2024-95

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.409, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Petrópolis-RJ, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Petrópolis-RJ, no valor de R$ 351.875,09 (trezentos e cinquenta e um mil oitocentos e setenta e cinco reais e nove centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.023844/2024-41 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.410, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Muçum-RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Muçum-RS, no valor de R$ 1.539.897,00 (um milhão, quinhentos e trinta e nove mil oitocentos e noventa e sete reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024867/2024-73.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.411, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Engenheiro Paulo de Frontin-RJ, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Engenheiro Paulo de Frontin-RJ, no valor de R$ 58.874,60 (cinquenta e oito mil oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.023925/2024-41 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.412, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Boca do Acre-AM, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Boca do Acre-AM, no valor de R$ 80.076,70 (oitenta mil setenta e seis reais e setenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.023605/2024-91.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.413, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Petrópolis-RJ, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Petrópolis-RJ, no valor de R$ 227.095,19 (duzentos e vinte e sete mil noventa e cinco reais e dezenove centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024105/2024-77 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.414, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Choró-CE, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Choró-CE, no valor de R$ 95.932,80 (noventa e cinco mil novecentos e trinta e dois reais e oitenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024467/2024-68.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.418, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Salinas-MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Salinas-MG, no valor de R$ 193.970,21 (cento e noventa e três mil novecentos e setenta reais e vinte e um centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.022924/2024-80 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.419, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Apiacá-ES, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Apiacá-ES, no valor de R$ 30.979,80 (trinta mil novecentos e setenta e nove reais e oitenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024124/2024-01 .

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.420, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de arra de São Miguel-PB, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 1.184, de 15 de abril de 2024, publicada no DOU, de 16 de abril de 2024, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve :

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Barra de São Miguel-PB, no valor de R$ 47.966,40 (quarenta e sete mil novecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.023664/2024-60.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2318.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012 .

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

PORTARIA Nº 1.423, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santa Maria-RS, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 190, de 1° de janeiro de 2023, publicada no D.O.U, de 2 de janeiro de 2023, Seção 2, Edição Extra B, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.191, de 27 de junho de 2023, publicada no DOU, de 28 de junho de 2023, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022 e no Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Santa Maria-RS, no valor de R$ 822.300,00 (oitocentos e vinte e dois mil e trezentos reais), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.024965/2024-19.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; GND: 3.3.40.41; Fonte: 3000; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 32 do Decreto nº 11.655, de 23 de agosto de 2023.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WOLNEI WOLFF BARREIROS

Ministério da Justiça e Segurança Pública

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 3.156, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2023/126040 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve: declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARUOM SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 04.224.131/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 3413/2023, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.157, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/12217 - DPF/CAC/PR, resolve: conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa J C SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 42.216.224/0001-85, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 419/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.158, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/17550 - DPF/DVS/MG, resolve: conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ARPA SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 51.080.153/0001-27, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1035/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.159, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/19320 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve: declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EFASEG - CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 13.280.506/0001-43, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1117/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.161, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/21189 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: conceder autorização à empresa L.R.S. X CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 32.602.839/0001-96, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Espoletas calibre .380
20000 (vinte mil) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.163, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/24533 - DPF/ROO/MT, resolve: conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ARCA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 32.788.158/0001-64, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso, com Certificado de Segurança nº 1133/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.164, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/24844 - DPF/CAS/SP, resolve: conceder autorização à empresa DELPHOS SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA , CNPJ nº 07.091.113/0001-99, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente SUPORTE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 67.803.726/0001-33:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.168, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/33342 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VIVA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 07.772.565/0002-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1127/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.169, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/36323 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa SAFIRA VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 31.715.398/0001-76, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1022/2024, expedido pelo DREX/SR/PF.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.171, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/39749 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve: conceder autorização à empresa PADRÃO CENTRO DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA LTDA ME, CNPJ nº 09.244.174/0001-74, sediada no Amapá, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

7 (sete) Armas de choque elétrico de lançamento de dardos energizados

5 (cinco) Espargidores de agente químico lacrimogêneo (CS ou OC), de até 70g.

7 (sete) Espargidores de composto de óleos essenciais (menta, canfora, lemonsgrass e gengibre), de até 70g

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.177, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/44648 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve: conceder autorização à empresa DIMIVIG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 22.236.185/0003-32, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

20 (vinte) Pistolas calibre .380

1080 (uma mil e oitenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 3.178, DE 4 DE MAIO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/46150 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida por meio do Alvará nº 939 de 30/12/1988 à empresa RONDA SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ/MF nº 16.330.409/0001-06, localizada no Estado de BAHIA.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

PORTARIA Nº 2.562, DE 18 DE OUTUBRO DE 2023

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 30097/2023, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 1.250 (um mil e duzentos e cinquenta) UFIR a VIGESP CENTRO DE FORMACAO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 37.918.762/0001-81, sediada em São Paulo, por praticar a conduta tipificada no artigo 163, inciso XVII PORTARIA 18.045/23-DG/PF DE 17 DE ABRIL DE 2023 e artigo 177, §3º PORTARIA 18.045/23-DG/PF DE 17 DE ABRIL DE 2023, conforme consta no Processo nº 2023/86159.

Fica a empresa/instituição financeira cientificada a efetuar o pagamento da multa, sendo que, após o prazo de 30 (dias), incidirão multa e juros, calculados automaticamente pelo sistema GESP.

O pagamento deverá ser efetuado através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida via sistema GESP, com código de receita nº 140570.

O não pagamento, no prazo de 90 (noventa) dias da data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a penalidade, implicará em encaminhamento automático à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

PORTARIA Nº 347, DE 9 DE MARÇO DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS, por delegação do DIREX/PF, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 5889/2024, decide:

Aplicar a pena de CANCELAMENTO PUNITIVO a EMPRESSERV EMPRESA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 10.639.977/0001-07, sediada no Rio Grande do Norte, por praticar a conduta tipificada no artigo 167, inciso VIII PORTARIA 18.045/23-DG/PF DE 17 DE ABRIL DE 2023, conforme consta no Processo nº 2024/6680.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHO DE 6 DE MAIO DE 2024

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 225/2024 de 30/04/2024, 226/2024 de 30/04/2024, 227/2024 de 30/04/2024, 229/2024 de 02/05/2024, 230/2024 de 02/05/2024, 231/2024 de 03/05/2024 e 232/2024 de 03/05/2024, respectivamente:

Residência Prévia - PORTARIA INTERMINISTERIAL MJSP/MRE Nº 38/2023

Processo: 08228.017915/2023-12 Requerente: Nirva Tirme Prazo: Indeterminado Imigrante: Abigaelle Tirme Data Nascimento: 16/04/2010 Passaporte: R10823819 País: HAITI Mãe: Nirva Tirme Pai: NÃO INFORMADO Imigrante: Wilson Junior Joseph Data Nascimento: 27/12/2015 Passaporte: R10835167 País: HAITI Mãe: Nirva Tirme Pai: Wilson Joseph Imigrante: Gregory Tirme Data Nascimento: 25/11/1992 Passaporte: R10884485 País: HAITI Mãe: Roselaine Kapy Pai: Franckel Tirme.

Processo: 08228.019475/2023-11 Requerente: CHESNEL JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: LUXON JOSEPH Data Nascimento: 08/10/1993 Passaporte: R10817736 País: HAITI Mãe: METOINESE JOSEPH Pai: JULMEUS JOSEPH.

Processo: 08228.019594/2023-74 Requerente: PERONER DESFORGES Prazo: Indeterminado Imigrante: BRUSTON FRANÇOIS Data Nascimento: 15/11/1999 Passaporte: GV5610376 País: HAITI Mãe: LEONETE SAINT Pai: LUCYER FRANÇOIS Imigrante: WIGNIE DESFORGES Data Nascimento: 01/04/1995 Passaporte: R11650254 País: HAITI Mãe: CLEMENCE JOSEPH Pai: PERONER DESFORGES Imigrante: KERDY DESFORGES Data Nascimento: 11/09/2006 Passaporte: R11660240 País: HAITI Mãe: ELEMENCE JOSEPH Pai: PERONER DESBOERGES.

Processo: 08228.020536/2023-93 Requerente: EMOI SENATUS Prazo: Indeterminado Imigrante: CHARMA HENRY SENATUS Data Nascimento: 20/12/2008 Passaporte: R10941755 País: HAITI Mãe: LANOSE ALMANORD Pai: EMOI SENATUS Imigrante: LADOUCEUR SENATUS Data Nascimento: 23/06/2001 Passaporte: GV4904120 País: HAITI Mãe: LANOSE ALMANORD Pai: EMOI SENATUS Imigrante: LANOSE ALMANORD Data Nascimento: 13/09/1973 Passaporte: R10942390 País: HAITI Mãe: ADERLCIA JEAN Pai: ELINORD ALMANORD Imigrante: VASTHIE SENATUS Data Nascimento: 18/11/2002 Passaporte: R10941766 País: HAITI Mãe: LANOSE ALMANORD Pai: EMOI SENATUS Imigrante: THAMA SENATUS Data Nascimento: 21/03/2005 Passaporte: R10942804 País: HAITI Mãe: LANOSE ALMANORD Pai: EMOI SENATUS Imigrante: JEMIMA SENATUS Data Nascimento: 08/12/1999 Passaporte: R10942391 País: HAITI Mãe: LANOSE ALMANORD Pai: EMOI SENATUS.

Processo: 08228.021000/2023-95 Requerente: WILGUENS JEREMY Prazo: Indeterminado Imigrante: WILMERSON JEREMY Data Nascimento: 07/10/2013 Passaporte: R11441879 País: HAITI Mãe: MERLANGE JEREMY / JN BAPTISTE Pai: WILGUENS JEREMY Imigrante: MERLANGE JEREMY / JN BAPTISTE Data Nascimento: 18/04/1978 Passaporte: R1442120 País: HAITI Mãe: IFONIE CHARLES Pai: MONAGARD JN BAPTISTE Imigrante: WEEDNHIA JEREMY Data Nascimento: 27/03/2011 Passaporte: R11540342 País: HAITI Mãe: MERLANGE JEREMY / JN BAPTISTE Pai: WILGUENS JEREMY Imigrante: MONAGARD JEREMY Data Nascimento: 10/02/2018 Passaporte: R11481691 País: HAITI Mãe: MERLANGE JEREMY / JN BAPTISTE Pai: WILGUENS JEREMY.

Processo: 08228.021681/2023-91 Requerente: RICHARDSON JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: Vanessa Maurice Data Nascimento: 04/07/2000 Passaporte: R11495402 País: HAITI Mãe: Aline Jean Marie Pai: Vanel Maurice.

Processo: 08228.021719/2023-26 Requerente: FOBERT SELISA Prazo: Indeterminado Imigrante: Joseline Jean Data Nascimento: 01/10/1986 Passaporte: GV4925944 País: HAITI Mãe: Rosenie Petit Homme Pai: Toto Jean.

Processo: 08228.022304/2023-71 Requerente: PIERRE MARTIN VALCIN Prazo: Indeterminado Imigrante: RUBENS VALCIN Data Nascimento: 19/09/2001 Passaporte: PV5678343 País: HAITI Mãe: VIVIENNE SAINT VIL Pai: MATHURIN VALCIN.

Processo: 08228.022376/2023-17 Requerente: WILBERT FRAGE Prazo: Indeterminado Imigrante: Louze Wildina Data Nascimento: 06/02/2020 Passaporte: R10057701 País: HAITI Mãe: Fredna Thamaris Pai: Wilbert O Frage Imigrante: Fedna Thomas Data Nascimento: 07/02/1995 Passaporte: R10058239 País: HAITI Mãe: Mireile compeire Pai: Emmanuel Thomas.

Processo: 08228.022383/2023-19 Requerente: THEONY JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: MITERLIN JOSEPH Data Nascimento: 02/01/2008 Passaporte: R11494419 País: HAITI Mãe: MUROSE MEDIEU VOLCY Pai: THEONY JOSEPH Imigrante: PIERRE DAWENS JOSEPH Data Nascimento: 09/02/2002 Passaporte: R10808771 País: HAITI Mãe: MUROSE MEDIEU VOLCY JOSEPH Pai: THEONY JOSEPH Imigrante: MUROSE MEDIEU VOLCY JOSEPH Data Nascimento: 13/12/1966 Passaporte: R11105747 País: HAITI Mãe: ORIGENE MONVIL Pai: MEDIEU VOLCY.

Processo: 08228.022578/2023-69 Requerente: GUERBY CADET Prazo: Indeterminado Imigrante: Guerbyson Cadet Data Nascimento: 16/05/2010 Passaporte: TB5564455 País: HAITI Mãe: Magdaline Pai: Guerby Cadet.

Processo: 08228.022819/2023-71 Requerente: ROMEL PIERRE Prazo: 05/01/2028 Imigrante: Ellancia Pierre Data Nascimento: 26/02/2007 Passaporte: R10910092 País: HAITI Mãe: Magna Laumaire Pai: Ronere Pierre Imigrante: Romelous Junior Pierre Data Nascimento: 18/09/2008 Passaporte: R10908718 País: HAITI Mãe: Yvena Estervil Pai: Romel Pierre.

Processo: 08228.023045/2023-11 Requerente: ERICK JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: Joseph Ketlie Data Nascimento: 01/01/1980 Passaporte: DL4810952 País: HAITI Mãe: Julienne Joachim Pai: Edmon Joseph.

Processo: 08228.023178/2023-71 Requerente: MARIE ALEXANDRA MATHURIN Prazo: Indeterminado Imigrante: ALEXANDRE NICKENLOVE EDOUARD Data Nascimento: 22/08/2014 Passaporte: PP4867099 País: HAITI Mãe: MARIE ALEXANDRA MATHURIM Pai: JULIO EDOUARD Imigrante: LOUISEMELINE MATHURIN Data Nascimento: 02/03/1997 Passaporte: RM5101271 País: HAITI Mãe: LOUISILIA DUROGENE Pai: JEAN BIEN-AIME MATHURIN Imigrante: SHALOM MATHURIN Data Nascimento: 22/04/2000 Passaporte: TB5662279 País: HAITI Mãe: LOUISILIA DUROGENE Pai: JEAN BIEN-AIME MATHURIN.

Processo: 08228.023303/2023-42 Requerente: PRENEL ALEXANDRE Prazo: Indeterminado Imigrante: Caris God Echa Alexandre Data Nascimento: 07/05/2014 Passaporte: PL5583872 País: HAITI Mãe: Carole Jean Louis Alexandre Pai: Prenel Alexandre.

Processo: 08228.023364/2023-18 Requerente: JOCELYNE lUCIEN Prazo: Indeterminado Imigrante: JOCELYN LUCIEN Data Nascimento: 01/04/1985 Passaporte: R11513607 País: HAITI Mãe: Miracienne Saint-Louis Pai: Georges Lucien.

Processo: 08228.023372/2023-56 Requerente: BOB JOSEPH PIERRE Prazo: Indeterminado Imigrante: PAULEMON SANDIA Data Nascimento: 09/01/1989 Passaporte: R11337347 País: HAITI Mãe: YOLANDE PAULEMON Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.023375/2023-91 Requerente: HARALD LAMOUR Prazo: 05/10/2024 Imigrante: WILLIAM LAMOUR Data Nascimento: 12/02/1988 Passaporte: GV4642823 País: HAITI Mãe: LORMINA FIGARO Pai: JEAN ROBERT LAMOUR.

Processo: 08228.023379/2023-78 Requerente: MONTIDOR NOE Prazo: 04/07/2024 Imigrante: REBECCA NOE Data Nascimento: 02/05/2009 Passaporte: PP5405749 País: HAITI Mãe: JUDITH CASTOR Pai: MONTIDOR NOE Imigrante: LOUBENDIA NOE Data Nascimento: 18/03/2005 Passaporte: PP5405748 País: HAITI Mãe: JUDITH CASTOR Pai: MONTIDOR NOE.

Processo: 08228.023380/2023-19 Requerente: MIGUER DIEUDONNE Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIE NADEGE DIEUDONNE RAISON Data Nascimento: 24/06/1979 Passaporte: PL4833030 País: HAITI Mãe: IMMACULA MICHEL Pai: CHARITABLE RAISON Imigrante: RICHCARDIN DIEUDONNE Data Nascimento: 30/11/2006 Passaporte: R10725541 País: HAITI Mãe: MARIE NADEGE DIEUDONNE RAISON Pai: MIGUEL DIEUDONNE Imigrante: JODAWENS DIEUDONNE Data Nascimento: 23/11/2010 Passaporte: R10725543 País: HAITI Mãe: MARIE NADEGE DIEUDONNE RAISON Pai: MIGUER DIEUDONNE Imigrante: NAGELINE DIEUDONNE Data Nascimento: 27/04/2013 Passaporte: R10725544 País: HAITI Mãe: MARIE NADEGE DIEUDONNE RAISON Pai: MIGUER DIEUDONNE Imigrante: MARIE ANGE DIEUDONNE Data Nascimento: 08/03/2008 Passaporte: R10725542 País: HAITI Mãe: MARIE NADEGE DIEUDONNE RAISON Pai: MIGUER DIEUDONNE Imigrante: JEAN GARDY DIEUDONNE Data Nascimento: 13/06/2015 Passaporte: R10725545 País: HAITI Mãe: MARIE NADEGE DIEUDONNE RAISON Pai: MIGUER DIEUDONNE.

Processo: 08228.023381/2023-47 Requerente: RENAND THIODORE Prazo: Indeterminado Imigrante: OUBENS THEODORE Data Nascimento: 15/01/1994 Passaporte: BL5642844 País: HAITI Mãe: JUSLENE LUCIEN Pai: DIEUMENE THEODORE.

Processo: 08228.023383/2023-36 Requerente: BOB JOSEPH PIERRE Prazo: Indeterminado Imigrante: Marc Arthur Waylee Data Nascimento: 13/11/2011 Passaporte: Gv5580320 País: HAITI Mãe: Phanie Ema Pai: Bob Joseph Pierre.

Processo: 08228.023404/2023-13 Requerente: JOHNY ALCINDOR Prazo: Indeterminado Imigrante: CHARLESTON ESTALIEN Data Nascimento: 10/07/1998 Passaporte: R10042879 País: HAITI Mãe: MICILIA ALEXIS Pai: CLERVOYANT CHARLESTON.

Processo: 08228.023413/2023-12 Requerente: EDNY REVEIL Prazo: Indeterminado Imigrante: Jenny Flor REveil Data Nascimento: 26/01/1999 Passaporte: GV4610557 País: HAITI Mãe: Venante Alfred Pai: Edny Reveil.

Processo: 08228.023414/2023-59 Requerente: JEAN ROBNER SIGUENAY Prazo: Indeterminado Imigrante: GERDELINE LOUIS Data Nascimento: 08/10/2004 Passaporte: GV5262298 País: HAITI Mãe: MARIE GERTRUDE JULIEN Pai: CASTERA LOUIS.

Processo: 08228.023421/2023-51 Requerente: CASSELINE PIERRE CHARLES Prazo: Indeterminado Imigrante: Cédric Pierre Charles Data Nascimento: 08/12/1999 Passaporte: PP5464781 País: HAITI Mãe: Aline Duverneau Pai: Castel Pierre Charles.

Processo: 08228.023433/2023-85 Requerente: BOBSON LEON Prazo: Indeterminado Imigrante: ANDERSON LEON Data Nascimento: 05/05/1997 Passaporte: R11468063 País: HAITI Mãe: MONA DANGER Pai: GUSTAVE LEON.

Processo: 08228.023448/2023-43 Requerente: REI DEBREUS Prazo: Indeterminado Imigrante: BIDRY DEBREUS Data Nascimento: 26/06/1982 Passaporte: PP4722742 País: HAITI Mãe: LUNA AUGUSMA Pai: LUCIEN DEBREUS.

Processo: 08228.023492/2023-53 Requerente: JOHN FEGENS ROSENE Prazo: Indeterminado Imigrante: NERBITCH MERIDOR Data Nascimento: 03/03/2018 Passaporte: R11098460 País: HAITI Mãe: GUERLINE ALPHONSE Pai: WILFRENE MERIDOR Imigrante: GUERLINE ALPHONSE Data Nascimento: 07/09/1988 Passaporte: R11098459 País: HAITI Mãe: DIEUBENITTE ROBLIN Pai: BONEL ALPHONSE.

Processo: 08228.023512/2023-96 Requerente: RENETTE SAINVIL Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSUE SAINVIL Data Nascimento: 22/08/1988 Passaporte: R10887071 País: HAITI Mãe: MERCITA JACQUES Pai: RENORD SAINVIL Imigrante: DANY JEAN HUBENS ST VIL Data Nascimento: 11/08/2006 Passaporte: RM5068866 País: HAITI Mãe: MERCITA JACQUES Pai: RENORD SAINVIL.

Processo: 08228.023524/2023-11 Requerente: GARDY JEAN Prazo: 20/10/2024 Imigrante: RODACHMY DELIMA Data Nascimento: 26/07/2002 Passaporte: R11043327 País: HAITI Mãe: ROSENIE DELIMA Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.023528/2023-15 Requerente: WADSON ELISTON Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIE KETLY IZMA Data Nascimento: 28/01/1978 Passaporte: RM5148351 País: HAITI Mãe: LECIA PAMY Pai: LICENCE IZMA.

Processo: 08228.023538/2023-34 Requerente: JEAN JUNELLE SILION Prazo: Indeterminado Imigrante: REGINALD SILION Data Nascimento: 30/07/2002 Passaporte: R10892351 País: HAITI Mãe: MARIE CHRISTELA CIDELUS Pai: JEAN JUNELLE SILION.

Processo: 08228.023545/2023-36 Requerente: MARIE MIRGUERLANDE AUGUSTIN Prazo: Indeterminado Imigrante: LONY AUGUSTIN Data Nascimento: 24/12/1997 Passaporte: TB5649591 País: HAITI Mãe: DENISE ST - JUSTE Pai: BATELMY AUGUSTIN.

Processo: 08228.023564/2023-62 Requerente: JUMEL MELICE Prazo: Indeterminado Imigrante: ROBINIO MELICE Data Nascimento: 24/12/2005 Passaporte: R10905152 País: HAITI Mãe: CLEDILIA DESIR Pai: JUMEL MELICE.

Processo: 08228.023568/2023-41 Requerente: JEAN VERNA DUVERNOT Prazo: Indeterminado Imigrante: ABULENE DUVERNOT Data Nascimento: 28/12/1995 Passaporte: DL5653860 País: HAITI Mãe: MICHELINE VENORD Pai: MELIRES DUVERNOT.

Processo: 08228.023640/2023-31 Requerente: ERMITE BRUTUS Prazo: Indeterminado Imigrante: BETHSHAYDA DUFFLEURANT Data Nascimento: 04/11/2007 Passaporte: R11815961 País: HAITI Mãe: ERMITE BRUTUS Pai: RUBIN DUFFLEURANT Imigrante: DIEUNA DIEUBON Data Nascimento: 29/12/2002 Passaporte: RM5101861 País: HAITI Mãe: ERMITE BRUTUS Pai: MÁRÈS BIEUBON Imigrante: DJEDLINE DIEUBON Data Nascimento: 25/11/2001 Passaporte: RM5101862 País: HAITI Mãe: ERMITE BRUTUS Pai: MÉRÈS DIEUBON Imigrante: YOUVICA DIEUMALIE DEUZANCIANA Data Nascimento: 20/12/2021 Passaporte: R11854423 País: HAITI Mãe: DJEDLINE DIEUBON Pai: JAMES ALBERT.

Processo: 08228.023676/2023-13 Requerente: JEAN LEOPAUL LEBRUN Prazo: Indeterminado Imigrante: ROSEMONDE LEBRUN Data Nascimento: 08/05/1984 Passaporte: R10262574 País: HAITI Mãe: GERARD LEBRUN Pai: ANICIA ARISTIL.

Processo: 08228.023694/2023-11 Requerente: ORELSON DESIR Prazo: Indeterminado Imigrante: DONALDSON DESIR Data Nascimento: 02/12/2019 Passaporte: F10957968 País: HAITI Mãe: FELANDA TILUS Pai: ORELSON DESIR Imigrante: FELANDA TILUS Data Nascimento: 03/12/1998 Passaporte: R10227054 País: HAITI Mãe: ELICIE CELINE Pai: FEGUENS TILUS.

Processo: 08228.023702/2023-11 Requerente: JUNEL LEVEILLE Prazo: Indeterminado Imigrante: LEVEILLE GERTRUDE Data Nascimento: 12/02/1994 Passaporte: BL4880139 País: HAITI Mãe: TILIA FELIX Pai: TINO LEVEILLE.

Processo: 08228.023793/2023-87 Requerente: CHOOSENA EMILCAR Prazo: Indeterminado Imigrante: EMILCAR ERNIADA ANDREINA Data Nascimento: 26/05/2012 Passaporte: VR5194291 País: HAITI Mãe: CHOOSENA EMILCAR Pai: CAMIL EMILCAR Imigrante: EMILCAR SONIA Data Nascimento: 06/05/1979 Passaporte: VR5194289 País: HAITI Mãe: CHRISIANIE ST LOUIS Pai: EMILCOIS EMILCAR.

Processo: 08228.023798/2023-18 Requerente: JONATHAN EXUME Prazo: Indeterminado Imigrante: ROSEMIE AMBROISE Data Nascimento: 24/09/1983 Passaporte: SX5677125 País: HAITI Mãe: SAINT-RAMISE MONT-EXIL Pai: SIMON AMBROISE.

Processo: 08228.023874/2023-87 Requerente: OSMANN DERAME Prazo: Indeterminado Imigrante: Lovencia Derame Data Nascimento: 21/05/2010 Passaporte: R10966023 País: HAITI Mãe: Berthe-Anne Vincent Pai: Osmann Derame.

Processo: 08228.023880/2023-34 Requerente: CARLINE ANTOINE Prazo: Indeterminado Imigrante: CALIXTE RENELSON Data Nascimento: 28/09/1996 Passaporte: TB5553818 País: HAITI Mãe: FANELISE VITAL Pai: CALIXTE RENEL.

Processo: 08228.023882/2023-23 Requerente: VENOR BERALIS Prazo: Indeterminado Imigrante: SAMUEL BERALIS Data Nascimento: 20/01/2014 Passaporte: R11619370 País: HAITI Mãe: ANOUTE IDAME Pai: VENOR BERALIS.

Processo: 08228.023895/2023-19 Requerente: WILSON GOIN Prazo: Indeterminado Imigrante: LUBIN GOIN Data Nascimento: 05/02/1982 Passaporte: R11568097 País: HAITI Mãe: JACQUELINE JACQUES Pai: CHERUBIN GOIN.

Processo: 08228.023896/2023-47 Requerente: Marie Nelta Nelson Prazo: Indeterminado Imigrante: Makendy Charles Data Nascimento: 11/01/1994 Passaporte: R10294375 País: HAITI Mãe: Elimene Louis Pai: Stephen Charles.

Processo: 08228.023901/2023-11 Requerente: JUNIOR LUMENE Prazo: Indeterminado Imigrante: Isabelle Lumene Data Nascimento: 16/10/2007 Passaporte: R11843418 País: HAITI Mãe: Blandine Laguerre Pai: Junior Lumene.

Processo: 08228.023903/2023-19 Requerente: BAPTISTE RENELUS Prazo: Indeterminado Imigrante: MEDJINA RENELUS Data Nascimento: 20/11/2014 Passaporte: R11030198 País: HAITI Mãe: MARLINE POLYNICE Pai: BAPTISTE RENELUS.

Processo: 08228.023911/2023-57 Requerente: NADYNE FIRMIN Prazo: Indeterminado Imigrante: ROMERO ALAN GARBENSKY ROMELUS Data Nascimento: 25/07/2006 Passaporte: R11416652 País: HAITI Mãe: NADYNE FIRMIN Pai: EYLLOT ROMELUS.

Processo: 08228.023917/2023-24 Requerente: FRANCOIS FRANCIQUE Prazo: Indeterminado Imigrante: Abed François Data Nascimento: 07/06/2016 Passaporte: R10896167 País: HAITI Mãe: Malouse Dervil Pai: Francique François Imigrante: Malouse Dervil Data Nascimento: 08/03/1989 Passaporte: R10023902 País: HAITI Mãe: Dumerzia Predelus Pai: Celeçon Dervil.

Processo: 08228.023922/2023-37 Requerente: WILNICK PIERRE Prazo: Indeterminado Imigrante: FLORCIE FREDERIC Data Nascimento: 24/01/1984 Passaporte: R10852488 País: HAITI Mãe: MARIE LOURDES MARSEILLE Pai: MIGUEL FREDERIC Imigrante: DJOUD NOSE PIERRE Data Nascimento: 13/09/2007 Passaporte: R11007931 País: HAITI Mãe: JOCELENE PETIDO Pai: WILNICK PIERRE.

Processo: 08228.023927/2023-61 Requerente: JONATHAN JACKSON MOSS Prazo: Indeterminado Imigrante: JUNIOR GACHETTE Data Nascimento: 19/03/1997 Passaporte: GV5534530 País: HAITI Mãe: SHEILA JEAN BAPTISTE Pai: AQUEL GACHETTE.

Processo: 08228.023932/2023-72 Requerente: NELSON NEREUS Prazo: Indeterminado Imigrante: ROSELINE BUISSERETH Data Nascimento: 29/09/1993 Passaporte: R10926344 País: HAITI Mãe: PHIFINE DUPONT Pai: HOMERE BUISSERETH.

Processo: 08228.023949/2023-21 Requerente: Acelia Saint-Ilma Charles Prazo: Indeterminado Imigrante: Djouniol Saint-Ylma Data Nascimento: 11/11/2004 Passaporte: R10236348 País: HAITI Mãe: Acelia Saint-Ilma Pai: Salvan Saint-Ylma Imigrante: Ricardo Saint-Ylma Data Nascimento: 06/01/2001 Passaporte: VD5573359 País: HAITI Mãe: Acelia Saint-Ilma Pai: Salvan Saint-Ylma.

Processo: 08228.023957/2023-76 Requerente: FRANSON DUFOND Prazo: Indeterminado Imigrante: MAXENE DUFOND Data Nascimento: 19/03/1998 Passaporte: AQ5495620 País: HAITI Mãe: CHRISTA JOSIL Pai: DISMANE DUFOND.

Processo: 08228.023963/2023-23 Requerente: ERNSO ZAMOR Prazo: Indeterminado Imigrante: Marjorie Zamor Data Nascimento: 04/01/1985 Passaporte: TB5479669 País: HAITI Mãe: Florencia Jean Pai: Thertilus Zamor.

Processo: 08228.023966/2023-67 Requerente: JOCELINE ESTIME Prazo: Indeterminado Imigrante: JOHNIS ESTIME Data Nascimento: 22/07/1993 Passaporte: GV5609111 País: HAITI Mãe: ACELIA SAIN TILUS Pai: DIMEZIER ESTIME.

Processo: 08228.023971/2023-71 Requerente: MARIE MIKERLANGE PIERRE DERCY Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIE YVE SAINT JEAN FLEURIVAL Data Nascimento: 09/07/1972 Passaporte: R11950818 País: HAITI Mãe: MANISE SAINT JEAN Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.023977/2023-47 Requerente: MARIE MIKERLANGE PIERRE DERCY Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHELANGE DERNE PIERRE Data Nascimento: 12/12/1964 Passaporte: RM5058257 País: HAITI Mãe: EVANIE DERNÉ PIERRE Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.023983/2023-11 Requerente: WILSON MOISE Prazo: Indeterminado Imigrante: LYQUIA PETIT MOISE Data Nascimento: 07/09/2007 Passaporte: RM5044987 País: HAITI Mãe: ANOSE JEAN Pai: WILSON MOISE.

Processo: 08228.024004/2023-25 Requerente: LINDA JEUNE LOUINE Prazo: Indeterminado Imigrante: LOUDIA JEUNE Data Nascimento: 04/11/1998 Passaporte: R11492740 País: HAITI Mãe: MADELEINE JEANLUS Pai: MATHIEU JEUNE.

Processo: 08228.024066/2023-37 Requerente: ODELET LOUIS JUSTE Prazo: Indeterminado Imigrante: Fabienne Louis Garde Data Nascimento: 27/03/1997 Passaporte: PP4818556 País: HAITI Mãe: Anita Civil Pai: Nicodeme Louis Gardi.

Processo: 08228.024068/2023-26 Requerente: LUC HENRY JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: DIEULINA RESIL Data Nascimento: 06/01/1989 Passaporte: PP4991984 País: HAITI Mãe: SYLVITA DUVIN Pai: JOSENE JOSEPH.

Processo: 08228.024077/2023-17 Requerente: ANTONIEL HYACINTHE Prazo: Indeterminado Imigrante: BENOZE HYACINTHE Data Nascimento: 15/09/1977 Passaporte: CY4818258 País: HAITI Mãe: ELINA JN BAPTISTE Pai: EMILIO HYACINTHE.

Processo: 08228.024078/2023-61 Requerente: ODELIA LAURENT Prazo: Indeterminado Imigrante: LUCGENS LAURENT Data Nascimento: 10/12/1995 Passaporte: DL5591842 País: HAITI Mãe: CLAIRECINA CHERY Pai: JEROME LAURENT.

Processo: 08228.024082/2023-21 Requerente: EVELANA PIERRE Prazo: 24/10/2025 Imigrante: RIVELO PIERRE Data Nascimento: 10/09/1995 Passaporte: GV4978861 País: HAITI Mãe: CAYANE EMILE Pai: RIVERA PIERRE Imigrante: LOVEMIE PIERRE Data Nascimento: 17/02/1987 Passaporte: R11346068 País: HAITI Mãe: CAYANE EMILE Pai: RIVERA PIERRE Imigrante: LOVENSKY PIERRE Data Nascimento: 05/10/1992 Passaporte: PP4851659 País: HAITI Mãe: CAYANE EMILE Pai: RIVERA PIERRE.

Processo: 08228.024121/2023-99 Requerente: RONALD VERTUS Prazo: Indeterminado Imigrante: NEHEME VERTUS Data Nascimento: 04/10/2016 Passaporte: R10296082 País: HAITI Mãe: GUERLINDA RICHARD Pai: RONALD VERTUS Imigrante: GUERLINDA RICHARD Data Nascimento: 28/12/1998 Passaporte: R10069909 País: HAITI Mãe: GUERLISE CHARLOTIN Pai: DELANGE RICHARD.

Processo: 08228.024127/2023-66 Requerente: MARIE DINA VOLTAIRE Prazo: Indeterminado Imigrante: JEAN WILLY VOLTAIRE Data Nascimento: 01/05/1951 Passaporte: R11484741 País: HAITI Mãe: LORVAINCIA PIERRE Pai: BARTHOLE VOLTAIRE.

Processo: 08228.024130/2023-81 Requerente: BIKENSON AUGUSTIN Prazo: Indeterminado Imigrante: GUEDIENAL SIMEON Data Nascimento: 04/06/1999 Passaporte: RM5085827 País: HAITI Mãe: SAINTANIA AUGOSTIN Pai: OLONDIEU SIMEON.

Processo: 08228.024135/2023-11 Requerente: EMMANIO DORMEVIL Prazo: Indeterminado Imigrante: CHRISTONIA DORMERVIL STERLING Data Nascimento: 15/01/1990 Passaporte: GV5574913 País: HAITI Mãe: ROSELINE STERLING Pai: MICHEL STERLING.

Processo: 08228.024138/2023-46 Requerente: JEAN GARDINEL ROBERT Prazo: Indeterminado Imigrante: KENDY ROBERT Data Nascimento: 18/12/2013 Passaporte: R10275282 País: HAITI Mãe: GUERLINE MERISCA Pai: JEAN GARDINEL ROBERT Imigrante: JEAN EXON ROBERT Data Nascimento: 23/05/1997 Passaporte: PL4837528 País: HAITI Mãe: LINANIE FILS-AIME Pai: JULBERT ROBERT Imigrante: DALIE ROBERT Data Nascimento: 10/09/1999 Passaporte: R10283767 País: HAITI Mãe: LITANIE FILS-AIME Pai: JULBERT ROBERT.

Processo: 08228.024144/2023-11 Requerente: ELIPHENE ELIASSAINT Prazo: 03/02/2025 Imigrante: Roseline Pierre Louis Data Nascimento: 05/06/1996 Passaporte: R11505229 País: HAITI Mãe: Mignala Charistable Pai: Saintanier Pierre Louis.

Processo: 08228.024156/2023-28 Requerente: ERNEST ILMEUS Prazo: Indeterminado Imigrante: SERESTE PYRAM Data Nascimento: 07/02/1957 Passaporte: GV5481496 País: HAITI Mãe: EMILIA SAINTIL Pai: DECIMICE PYRAM.

Processo: 08228.024161/2023-31 Requerente: WILLIO SELIAN Prazo: Indeterminado Imigrante: KESLONVY DODJE JOSEPH Data Nascimento: 01/01/1996 Passaporte: GV4660281 País: HAITI Mãe: CLAIRONA DORCEUS Pai: KESNER JOSEPH Imigrante: RESILIA JOSEPH Data Nascimento: 29/11/1960 Passaporte: GV5564406 País: HAITI Mãe: LIRA PLACIUS Pai: JOSE JOSEPH Imigrante: MIDRENA SELIAN Data Nascimento: 03/09/2001 Passaporte: RM5067962 País: HAITI Mãe: CLAIRONA DORCEUS Pai: WILLIO.

Processo: 08228.024169/2023-13 Requerente: SAVIO THELUS Prazo: Indeterminado Imigrante: SANAIKA SAROODJIELYSA THELUS Data Nascimento: 11/03/2020 Passaporte: R10273272 País: HAITI Mãe: YVONIA DOR Pai: SAVIO THELUS Imigrante: YVONIA DOR Data Nascimento: 08/09/1992 Passaporte: R11490267 País: HAITI Mãe: MARIE CAMELLE PLACIDE Pai: JACQUES VOCLIN DOR.

Processo: 08228.024170/2023-21 Requerente: JEAN MARIE PRESKY Prazo: Indeterminado Imigrante: Rosemica Prescry Data Nascimento: 04/01/1999 Passaporte: RM5049411 País: HAITI Mãe: Arrulienne Jean-Louis Pai: Spaniel Prescry.

Processo: 08228.024180/2023-67 Requerente: RONY DESINOR Prazo: Indeterminado Imigrante: JEEPSON DESINOR Data Nascimento: 04/05/1999 Passaporte: R10219395 País: HAITI Mãe: JUSLENE AMASSA Pai: RONY DESINOR.

Processo: 08228.024184/2023-45 Requerente: JEFFRY NELSON Prazo: 2 Anos Imigrante: Christelle Antoine Data Nascimento: 19/05/1993 Passaporte: R10113112 País: HAITI Mãe: Nelta Nelson Pai: Phanel Antoine.

Processo: 08228.024191/2023-47 Requerente: JOB JOACIN Prazo: Indeterminado Imigrante: LINA JOACIN Data Nascimento: 16/03/1995 Passaporte: R10275055 País: HAITI Mãe: Recia feneus Pai: Emanol joacin Imigrante: FRANSI JOACIN Data Nascimento: 16/04/1997 Passaporte: R10035022 País: HAITI Mãe: Recia feneus Pai: Emanol joacin.

Processo: 08228.024193/2023-36 Requerente: IBELICE BELLEVUE Prazo: Indeterminado Imigrante: David Bellevue Data Nascimento: 13/06/1984 Passaporte: R11211080 País: HAITI Mãe: Genise Jean Pai: Almont Bellevue Imigrante: Marie Camelite Duphrene Data Nascimento: 03/09/1957 Passaporte: R11450092 País: HAITI Mãe: Camelene Joseph Pai: Ibilus Duphrene.

Processo: 08228.024199/2023-11 Requerente: PRESNOR LOUIME Prazo: 2 Anos Imigrante: SIMON MARTINE Data Nascimento: 26/10/1981 Passaporte: R10223868 País: HAITI Mãe: MAKILA BONORME Pai: RAMILE SIMON.

Processo: 08228.024205/2023-22 Requerente: BAYONNE JUSTIN Prazo: Indeterminado Imigrante: WIDELINE JUSTIN Data Nascimento: 06/02/1996 Passaporte: PP4926786 País: HAITI Mãe: GUILIONA GUILAUME Pai: BAYONNE JUSTIN Imigrante: BADENS JUSTIN Data Nascimento: 19/02/2003 Passaporte: R10229329 País: HAITI Mãe: GUILIONA GUILAUME Pai: BAYONNE JUSTIN.

Processo: 08228.024206/2023-77 Requerente: FEGUENS DORCE Prazo: Indeterminado Imigrante: Michelson Jean Data Nascimento: 20/01/2000 Passaporte: R10939876 País: HAITI Mãe: Micheline Antoine Pai: Avrius Jean.

Processo: 08228.024209/2023-19 Requerente: LAKIS CHARLISTIN Prazo: 23/06/2024 Imigrante: ROSE-LICIE CHARLESTIN Data Nascimento: 23/03/1994 Passaporte: R11453514 País: HAITI Mãe: MENANTE DORVAL Pai: JEAN LICENE CHARKESTIN.

Processo: 08228.024214/2023-13 Requerente: LUTHER CHARLESTIN Prazo: Indeterminado Imigrante: LAKIS CHARESTIN Data Nascimento: 03/03/1993 Passaporte: R10219936 País: HAITI Mãe: MENANTE DORVAL Pai: JEAN LICENE CHARLESTIN.

Processo: 08228.024220/2023-71 Requerente: ERNCEAU JEROME Prazo: Indeterminado Imigrante: JULIETTE LETANG Data Nascimento: 09/10/1986 Passaporte: R10302521 País: HAITI Mãe: DIMANCIA MAROSE Pai: NOE LETANG.

Processo: 08228.024226/2023-48 Requerente: WILBENS ELAN Prazo: 1 Ano Imigrante: Juselande Elan Data Nascimento: 12/10/2000 Passaporte: R11086138 País: HAITI Mãe: Marie Michelle Noel Pai: Guibert Elan.

Processo: 08228.024230/2023-14 Requerente: Junior Badette Prazo: Indeterminado Imigrante: Robenson Charles Data Nascimento: 01/07/1993 Passaporte: R11031886 País: HAITI Mãe: Rosie Badette Pai: Charles Pressoir.

Processo: 08228.024238/2023-72 Requerente: LUCKNER SAINT JEAN Prazo: Indeterminado Imigrante: LOUIS SAINT JEAN Data Nascimento: 11/12/1984 Passaporte: R11380739 País: HAITI Mãe: OCIANE RACINE Pai: ELOUIS SAINT JEAN.

Processo: 08228.024258/2023-43 Requerente: RUBENS MERISTIL Prazo: Indeterminado Imigrante: Yvens Derson Meristil Data Nascimento: 03/08/1998 Passaporte: RM5065042 País: HAITI Mãe: Roseline Etienne Pai: François Meristil.

Processo: 08228.024262/2023-11 Requerente: DIEUNORD JEUNE Prazo: Indeterminado Imigrante: Rail Desrick Jeune Data Nascimento: 07/07/2012 Passaporte: R10880476 País: HAITI Mãe: Came-Suze Jean-Pierre Pai: Dieunord Jeune.

Processo: 08228.024268/2023-89 Requerente: ROBENS JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: CHARLES ANGE MARIE Data Nascimento: 15/05/2001 Passaporte: R11422857 País: HAITI Mãe: JEANTILIA VIEGELAN Pai: CHARLES MOLET.

Processo: 08228.024270/2023-58 Requerente: CLAUDY PHILIASSAINT Prazo: Indeterminado Imigrante: ANGELICA PHILIASSAINT Data Nascimento: 14/02/2013 Passaporte: R10825427 País: HAITI Mãe: YOLANDA BERTRAND Pai: CLAUDY PHILIASSAINT Imigrante: SOPHIA SENAT Data Nascimento: 16/07/1994 Passaporte: GV5619316 País: HAITI Mãe: JOSSETE TROPNAS Pai: JUSTHENE SENAT.

Processo: 08228.024288/2023-51 Requerente: NICOLE COFFY Prazo: Indeterminado Imigrante: NESLY COFFY Data Nascimento: 29/05/1994 Passaporte: GV5466677 País: HAITI Mãe: DIEUCIFAITE DELOUIS Pai: NICOLAS COFFY.

Processo: 08228.024296/2023-12 Requerente: ROSENITHA ESTALIEN Prazo: Indeterminado Imigrante: ELFISE ESTALIEN Data Nascimento: 02/11/1991 Passaporte: R10810367 País: HAITI Mãe: BERTHA PIERRE Pai: BENICE ESTALIEN.

Processo: 08228.024300/2023-26 Requerente: JONEL GASTON Prazo: Indeterminado Imigrante: WEDJINA GASTON Data Nascimento: 20/10/2008 Passaporte: GV5223645 País: HAITI Mãe: ELIMENE MICHEL Pai: JONEL GASTON Imigrante: GUYVENSLEY GASTON Data Nascimento: 28/09/2006 Passaporte: GV5235199 País: HAITI Mãe: ELIMENE MICHEL Pai: JONEL GASTON.

Processo: 08228.024302/2023-15 Requerente: JEAN LAMARRE NICOLAS Prazo: Indeterminado Imigrante: Jasma Nicolas Data Nascimento: 14/12/2004 Passaporte: R11476436 País: HAITI Mãe: Marie Dieumène Charles Pai: Jean Lamarre Nicolas.

Processo: 08228.024329/2023-16 Requerente: CENY LOUIS JEAN Prazo: Indeterminado Imigrante: NINIOLA PANTALON Data Nascimento: 19/01/1995 Passaporte: DL4676979 País: HAITI Mãe: VILLIANA LAZARD Pai: OLVA PANTALON.

Processo: 08228.024345/2023-17 Requerente: LUCKENSON DIMANCHE Prazo: Indeterminado Imigrante: DIMANCHE LOUINESE Data Nascimento: 03/03/1987 Passaporte: RM5147325 País: HAITI Mãe: ANONCIA MAISE Pai: LOUIS JACQUES MESIDOR.

Processo: 08228.024352/2023-19 Requerente: SADAMUSON BERTIL Prazo: 1 Ano Imigrante: SUPSONNE BERTIL Data Nascimento: 02/02/1985 Passaporte: R10872873 País: HAITI Mãe: ANTONINE DARIUS Pai: SUPSON JACQUES BERTIL.

Processo: 08228.024361/2023-93 Requerente: JEAN ROSEMOND JULIEN Prazo: 16/06/2024 Imigrante: Cherline Julien Data Nascimento: 07/11/2001 Passaporte: R11422767 País: HAITI Mãe: Christela Joseph Pai: Mercidieu Julien.

Processo: 08228.024369/2023-51 Requerente: WILNER CERILUS Prazo: Indeterminado Imigrante: YOULISSA CERILUS Data Nascimento: 29/08/1995 Passaporte: R10130078 País: HAITI Mãe: YNALA VALERUS Pai: DIEULIFAITE CERILUS.

Processo: 08228.024372/2023-73 Requerente: KENEL SANON Prazo: Indeterminado Imigrante: MACEDOINE SANON Data Nascimento: 06/05/1973 Passaporte: R11344809 País: HAITI Mãe: CHARITESE BÈRES Pai: YLOVY SANON.

Processo: 08228.024376/2023-51 Requerente: PHANES DESULMA Prazo: Indeterminado Imigrante: Pha-Yvesson Data Nascimento: 27/03/2012 Passaporte: R11435244 País: HAITI Mãe: Yvena Dumoulin Pai: Phanes Desulma.

Processo: 08228.024381/2023-64 Requerente: LUCKENSON DIMANCHE Prazo: Indeterminado Imigrante: DIMANCHE TWEEDELINESANA Data Nascimento: 19/06/2013 Passaporte: R11474880 País: HAITI Mãe: DIMANCHE LOUINESE Pai: DIMANCHE LUCKENSON.

Processo: 08228.024382/2023-17 Requerente: KESLENE HENRY Prazo: Indeterminado Imigrante: JHON SURIN Data Nascimento: 19/03/2014 Passaporte: GV5492812 País: HAITI Mãe: KESLENE HENRY Pai: JHON RICHARD SURIN Imigrante: LUCIANE TROPNAS Data Nascimento: 10/08/1980 Passaporte: R11578650 País: HAITI Mãe: AUGUCIA TROPNAS Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.024383/2023-53 Requerente: JULIO PIERRE Prazo: Indeterminado Imigrante: Darline Joseph Data Nascimento: 20/04/1999 Passaporte: GV4802458 País: HAITI Mãe: Alciana Destin Pai: Daniel Joseph.

Processo: 08228.024395/2023-88 Requerente: LUCKENSON DIMANCHE Prazo: Indeterminado Imigrante: DIMANCHE GUVERSON Data Nascimento: 01/01/2019 Passaporte: R11474869 País: HAITI Mãe: DIMANCHE LOUINESE Pai: DIMANCHE LUCKENSON.

Processo: 08228.024397/2023-77 Requerente: KERLY ROYAL Prazo: Indeterminado Imigrante: MARVENSKY ROYAL Data Nascimento: 24/02/2014 Passaporte: RM5077879 País: HAITI Mãe: YSELOVEMIE CLERJEUNE Pai: KERLY ROYAL Imigrante: KERLENS ROYAL Data Nascimento: 28/10/2008 Passaporte: RM5077876 País: HAITI Mãe: KERLY ROYAL Pai: VEONIE GERARD.

Processo: 08228.024401/2023-13 Requerente: NOBERT OVILMAR Prazo: Indeterminado Imigrante: MAGDALEINE OVILMAR Data Nascimento: 25/11/1994 Passaporte: R10218042 País: HAITI Mãe: ROSITA OVILMAR Pai: NÃO INFORMADO Imigrante: ISMAEL OVILMA Data Nascimento: 11/05/1987 Passaporte: R10073173 País: HAITI Mãe: ROSITA OVILMA Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.024407/2023-74 Requerente: MARIE DELIMENE DEMOSTHENE Prazo: Indeterminado Imigrante: YOOBEN MONJOIE Data Nascimento: 23/05/2004 Passaporte: RM5021759 País: HAITI Mãe: MARIE DELIMENE DEMOSTHENE Pai: ANDRE RICOT MONJOIE.

Processo: 08228.024412/2023-87 Requerente: JODERSON JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: CHARLES ANGE MARIE Data Nascimento: 15/05/2001 Passaporte: R11422857 País: HAITI Mãe: JEANTILIA VIERGELAN Pai: CHARLES MOLET.

Processo: 08228.024414/2023-76 Requerente: MARIE ROSE DAMBREVILLE Prazo: Indeterminado Imigrante: FRANTZLEY JEAN LOUIS Data Nascimento: 28/09/2008 Passaporte: R11069560 País: HAITI Mãe: MARIE ROSE DAMBREVILLE Pai: FRANTZY JEAN LOUIS Imigrante: WOUDENSKY JEAN LOUIS Data Nascimento: 22/08/2011 Passaporte: R11069559 País: HAITI Mãe: MARIE ROSE DAMBREVILLE Pai: FRANTZY JEAN LOUIS.

Processo: 08228.024416/2023-65 Requerente: JEFF DONA Prazo: Indeterminado Imigrante: EDDY DONA Data Nascimento: 12/07/1993 Passaporte: R11079751 País: HAITI Mãe: EDITH BELFORT Pai: LANIO DONA Imigrante: FANIA ST HILAIRE DONA Data Nascimento: 19/08/1997 Passaporte: R11378494 País: HAITI Mãe: MIREILLE VILMENAY Pai: ETENORD ST HILAIRE Imigrante: Jefte Dona Data Nascimento: 29/10/2018 Passaporte: R11378495 País: HAITI Mãe: Fania St Hilaire Pai: Jeff Dona Imigrante: Guerlinsa Dona Data Nascimento: 24/01/1996 Passaporte: RM5094301 País: HAITI Mãe: Edith Belfort Pai: Lanio Dona Imigrante: Jeffson Dona Data Nascimento: 10/02/2021 Passaporte: R11620746 País: HAITI Mãe: Fania St Hilaire Pai: Jeff Dona.

Processo: 08228.024417/2023-18 Requerente: DIEUMA MOLIERE Prazo: Indeterminado Imigrante: ALCIN FEDNA Data Nascimento: 17/02/1990 Passaporte: R10880414 País: HAITI Mãe: MARIE-ANGE PASCAL Pai: FEDOR Imigrante: DIEUMY MOLIERE Data Nascimento: 17/02/1994 Passaporte: R10084784 País: HAITI Mãe: LEONNE TOLERME Pai: DIEUSEUL MOLIERE.

Processo: 08228.024419/2023-15 Requerente: JORDANY JEAN Prazo: Indeterminado Imigrante: JORDENSLEY JEAN Data Nascimento: 04/09/2013 Passaporte: R10007166 País: HAITI Mãe: NELTHA RAYMOND Pai: JORDANY JEAN.

Processo: 08228.024425/2023-56 Requerente: LOVELEE ISAAC Prazo: Indeterminado Imigrante: ISAAC FAWENDIA Data Nascimento: 15/11/1997 Passaporte: CY4925885 País: HAITI Mãe: MARIE-ANNE WILLINA Pai: WENDOR ISAAC.

Processo: 08228.024429/2023-34 Requerente: EMERSON OCCEANT Prazo: Indeterminado Imigrante: DIACIENTA OCCEANT Data Nascimento: 17/02/2002 Passaporte: R10219988 País: HAITI Mãe: DANÈGE SIMILIEN Pai: ERNESTE OCCEANT.

Processo: 08228.024434/2023-47 Requerente: JACKY JEAN Prazo: Indeterminado Imigrante: JAKYTO ANCYTO KAITO JEAN Data Nascimento: 09/10/2011 Passaporte: R10006494 País: HAITI Mãe: JACKY JEAN Pai: SAINTAMISE VERTILUS.

Processo: 08228.024435/2023-91 Requerente: FRITZNER BOSSE Prazo: Indeterminado Imigrante: Oldens Bosse Data Nascimento: 29/05/2005 Passaporte: AQ5675389 País: HAITI Mãe: Annilia Jean Loius Pai: Fritzner Bosse.

Processo: 08228.024443/2023-38 Requerente: TECHLER ACCIME Prazo: Indeterminado Imigrante: ARILIEN ACCIME Data Nascimento: 13/04/1990 Passaporte: R10261181 País: HAITI Mãe: LIANCE MARÉUS Pai: ARIUS ACCIME Imigrante: WISLER AXIME Data Nascimento: 04/08/1998 Passaporte: R11527677 País: HAITI Mãe: LIANCE MARÉUS Pai: PAUL ARIUS AXIME.

Processo: 08228.024445/2023-27 Requerente: JEAN EVENS ATILY Prazo: 01/02/2030 Imigrante: EVENSON ATILY Data Nascimento: 27/07/2003 Passaporte: R10993133 País: HAITI Mãe: NADERGE JOSE Pai: JEAN EVENS ATILY.

Processo: 08228.024446/2023-71 Requerente: WILSON DORVILIER Prazo: Indeterminado Imigrante: SANON DERNIELA Data Nascimento: 07/04/1999 Passaporte: R10814012 País: HAITI Mãe: CEDENIESE SAINT LOUIS Pai: YFERNIER SANON.

Processo: 08228.024447/2023-16 Requerente: CATHERINE AUGUSTIN Prazo: 31/01/2025 Imigrante: Louis Shnider Data Nascimento: 05/02/1999 Passaporte: R10020230 País: HAITI Mãe: Anicia Chavannes Pai: Louis Renel.

Processo: 08228.024450/2023-31 Requerente: ROUSSEAU NAZAIRE Prazo: Indeterminado Imigrante: SAN LOVE NAZAIRE Data Nascimento: 15/10/2005 Passaporte: R10289234 País: HAITI Mãe: MARIE LOURDES PANIER Pai: ROUSSEAU NAIZAIRE.

Processo: 08228.024456/2023-15 Requerente: MANOUCHECAR SAINTO Prazo: Indeterminado Imigrante: YOUBENCIANE SAINTO Data Nascimento: 08/10/2000 Passaporte: GV5671055 País: HAITI Mãe: ANDRENA JEAN PHILIPPE Pai: AUDRES SAINTO.

Processo: 08228.024487/2023-68 Requerente: MAXENE HERVE Prazo: Indeterminado Imigrante: JEAN ERNEST MELIDOR HERVE Data Nascimento: 23/06/2002 Passaporte: R10882393 País: HAITI Mãe: Annette Chavré, Pai: MAXENE HERVE Imigrante: FRITZ BERAL HERVE Data Nascimento: 23/02/2001 Passaporte: R10882392 País: HAITI Mãe: Annette Chavré Pai: MAXENE HERVE Imigrante: DJULICA PAUL Data Nascimento: 13/08/2011 Passaporte: R11660527 País: HAITI Mãe: MICHAELLE HERVE Pai: ROBERSON PAUL Imigrante: MICHAELLE HERVE Data Nascimento: 30/09/1993 Passaporte: R10857983 País: HAITI Mãe: ANNETTE CHAVRÉ Pai: MAXENE HERVE.

Processo: 08228.024515/2023-47 Requerente: JEAN RENEL MOMPEROUSSE Prazo: Indeterminado Imigrante: CHRISTHA CHEVALIER Data Nascimento: 15/02/1987 Passaporte: BR455911 País: HAITI Mãe: VILCIANAB DUPONT Pai: PRELHOMME CHEVALIER.

Processo: 08228.024523/2023-93 Requerente: JEAN WILSON DIEUDONNE Prazo: Indeterminado Imigrante: Renato Dieudonne Data Nascimento: 09/09/1992 Passaporte: R11590457 País: HAITI Mãe: Exumene Charles Pai: Herard Dieudonne.

Processo: 08228.024526/2023-27 Requerente: JOHNNY GERMAIN Prazo: Indeterminado Imigrante: GUETHJEN MASSE Data Nascimento: 06/01/1996 Passaporte: R10217870 País: HAITI Mãe: ORIANIE NOEL Pai: LUCIO MASSE.

Processo: 08228.024568/2023-68 Requerente: MELINA DESIR Prazo: Indeterminado Imigrante: JULIEN WILDERLEY Data Nascimento: 01/09/2013 Passaporte: PP5482454 País: HAITI Mãe: MELINA DESIR Pai: JULIEN WILDRIS.

Processo: 08228.024572/2023-26 Requerente: KESNER JEUDY Prazo: Indeterminado Imigrante: LEONNE METELLUS Data Nascimento: 24/12/1995 Passaporte: R11555050 País: HAITI Mãe: ANILIA ROZAN Pai: PAUL METELLUS.

Processo: 08228.024573/2023-71 Requerente: JEAN FENIC MICHEL Prazo: Indeterminado Imigrante: NERLANDE MICHEL Data Nascimento: 10/01/1990 Passaporte: R10875545 País: HAITI Mãe: ELIESE SAINFILS Pai: LOCIAL PIERRE.

Processo: 08228.024577/2023-59 Requerente: EVENA RENE VANGELISTE Prazo: Indeterminado Imigrante: DJOULISSA RENE Data Nascimento: 11/09/2011 Passaporte: R11432371 País: HAITI Mãe: EVENA RENE VANGELISTE Pai: BLANC RENE.

Processo: 08228.024580/2023-72 Requerente: WISLINE JEANTILHOMME Prazo: Indeterminado Imigrante: AMELISE JEANTILHOMME Data Nascimento: 06/05/1993 Passaporte: R11531444 País: HAITI Mãe: ROSEMIRENE CLERFONT Pai: JOSEPH SERVILCIN JEANTILHOMME.

Processo: 08228.024582/2023-61 Requerente: WELDY LEMY Prazo: Indeterminado Imigrante: EMILIENNE SIMON Data Nascimento: 14/05/1993 Passaporte: R10010458 País: HAITI Mãe: WILDA DEPALLU Pai: ELISNOR SIMON.

Processo: 08228.024584/2023-51 Requerente: ERICK JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: JEAN ESAIE JOSEPH Data Nascimento: 03/01/2013 Passaporte: R10836398 País: HAITI Mãe: ANDREMENE PIERRE LOUIS Pai: ERICK JOSEPH Imigrante: EDNA JOSEPH Data Nascimento: 22/09/2006 Passaporte: R10839633 País: HAITI Mãe: CHERISMÈNE JEAN Pai: ERICK JOSEPH.

Processo: 08228.024586/2023-41 Requerente: CHAINA ETIENNE Prazo: Indeterminado Imigrante: EMMANUEL ETIENNE Data Nascimento: 15/10/2006 Passaporte: R10287496 País: HAITI Mãe: MIRETTE ESTIME Pai: ROCHENET ETIENNE.

Processo: 08228.024588/2023-39 Requerente: MAVILUS PETIT JULES Prazo: Indeterminado Imigrante: MANIA MENTOR PETIT JULES Data Nascimento: 01/11/1983 Passaporte: PP5400222 País: HAITI Mãe: MARIE CLAIZONA ROMELUS Pai: JEAN COISILUS PETIT JULES.

Processo: 08228.024589/2023-83 Requerente: APREDIEU FILS AIME Prazo: Indeterminado Imigrante: SOPHONIE FILS-AIME Data Nascimento: 09/09/2014 Passaporte: R10930406 País: HAITI Mãe: ESTELIA DORIVAL Pai: APREDIEU FILS-AIME Imigrante: ABDIAS FILS-AIME Data Nascimento: 27/09/2011 Passaporte: R10931407 País: HAITI Mãe: ESTELIA DORIVAL Pai: APREDIEU FILS-AIME Imigrante: ESTELIA DORIVAL Data Nascimento: 26/03/1989 Passaporte: R10930696 País: HAITI Mãe: PIERRE CINA PIERRE Pai: PHANORD DORIAL.

Processo: 08228.024592/2023-13 Requerente: NEPHTALIE LINDOR ESPENOR Prazo: Indeterminado Imigrante: WILANDA MACHAUD Data Nascimento: 06/03/1994 Passaporte: VR5675621 País: HAITI Mãe: FLEURETTE IFRENE Pai: WILAND MICHAUD Imigrante: ROSENAIDINE MICHAUD Data Nascimento: 06/08/2004 Passaporte: VR5625062 País: HAITI Mãe: FLEURETTE IFRENE Pai: WILAND MICHAUD.

Processo: 08228.024597/2023-21 Requerente: JOSEPH EDMOUNDO SHEDER SILIEN Prazo: 01/09/2024 Imigrante: SILIEN GERALDINE AGAR Data Nascimento: 18/09/1999 Passaporte: R10013940 País: HAITI Mãe: ROSEMÉNE JEAN Pai: SIMA SILIEN.

Processo: 08228.024599/2023-19 Requerente: JEAN THOMAS FORVILUS Prazo: Indeterminado Imigrante: JEAN WIDSON FORVILUS Data Nascimento: 08/01/1994 Passaporte: R11012595 País: HAITI Mãe: GERTHA CHERIBAIN Pai: JEAN DENIS FORVILUS.

Processo: 08228.024613/2023-84 Requerente: ALCIMEUS DANIEL Prazo: Indeterminado Imigrante: ODSONLEY ALCIMEUS Data Nascimento: 21/12/2013 Passaporte: GV5545895 País: HAITI Mãe: ANCELA ALCIMEUS DORCELUS Pai: AUDANIEL ALCIMEUS.

Processo: 08228.024619/2023-51 Requerente: DASMEE SEIDE Prazo: Indeterminado Imigrante: JESULENE SEIDE Data Nascimento: 03/09/1998 Passaporte: R10100813 País: HAITI Mãe: CIENNE CARMILUS Pai: NICOLAS SEIDE.

Processo: 08228.024625/2023-17 Requerente: NORMILUS MONDESIR Prazo: Indeterminado Imigrante: WENSLINE DORVAL Data Nascimento: 28/05/2016 Passaporte: R11520479 País: HAITI Mãe: ADELINE MONDESIR Pai: WENSTON DORVAL Imigrante: PAPOUCHY MONDESIR Data Nascimento: 12/11/1999 Passaporte: R11089927 País: HAITI Mãe: NADIA JOSEPH Pai: NORMILUS MONDESIR Imigrante: VANESSA MONDESIR Data Nascimento: 01/09/2004 Passaporte: R11555101 País: HAITI Mãe: YANISE PIERRE Pai: NORMILUS MONDESIR.

Processo: 08228.024632/2023-19 Requerente: Irlande Jasmin Prazo: Indeterminado Imigrante: Ronalson J. Seraphin Data Nascimento: 03/05/1996 Passaporte: CH4814215 País: HAITI Mãe: Irlande Jasmin Pai: Jean Claude Seraphin.

Processo: 08228.024635/2023-44 Requerente: TILIENNE SALOMON Prazo: Indeterminado Imigrante: MARANATHA GUILLAUME Data Nascimento: 09/01/1999 Passaporte: R11501558 País: HAITI Mãe: CLAIRZILIA PETION Pai: ULRICK GUILLAUME.

Processo: 08228.024636/2023-99 Requerente: Renel Sterling Prazo: Indeterminado Imigrante: Jean Roosevelt Sterling Data Nascimento: 21/07/1999 Passaporte: R10816114 País: HAITI Mãe: Rouselyne Dessalines Pai: Renel Sterling.

Processo: 08228.024640/2023-57 Requerente: EDRICE CHARLES Prazo: Indeterminado Imigrante: CHARLES PIERRE KENSONN Data Nascimento: 26/04/1995 Passaporte: R10888646 País: HAITI Mãe: MARIE NATIVITA LOUIS JEAN Pai: PIERRE ERIC CHARLES.

Processo: 08228.024648/2023-13 Requerente: SERGO PIERRE Prazo: Indeterminado Imigrante: FAFOUNE SINVILCAR Data Nascimento: 13/06/1993 Passaporte: PP4623052 País: HAITI Mãe: EVELINE FLEURIME Pai: GLEVIL SINVILCAR.

Processo: 08228.024649/2023-68 Requerente: PRENEL ALEXANDRE Prazo: Indeterminado Imigrante: Carole Jean Louis Alexandre Data Nascimento: 10/08/1969 Passaporte: PL5566385 País: HAITI Mãe: Cleonie Edma Pai: Amilus Jean Louis.

Processo: 08228.024650/2023-92 Requerente: JEAN ROBERT JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: ERODE JOSEPH Data Nascimento: 21/08/2008 Passaporte: PP5551298 País: HAITI Mãe: PHONISE CHARLES Pai: JEAN ROBERT JOSEPH Imigrante: FLONISE JOSEPH Data Nascimento: 23/03/2004 Passaporte: PP5551731 País: HAITI Mãe: PHONISE CHARLES Pai: JEAN ROBERT JOSEPH.

Processo: 08228.024651/2023-37 Requerente: LOVELY SELANGE Prazo: Indeterminado Imigrante: DANIEL SELANGE Data Nascimento: 19/07/1997 Passaporte: GV4989455 País: HAITI Mãe: EMIDE LOUIS JEUNE Pai: COLETTE SELANGE.

Processo: 08228.024653/2023-26 Requerente: WILLMOND CYSSERON Prazo: Indeterminado Imigrante: Stephanie Ciceron Data Nascimento: 07/02/2007 Passaporte: GV5675235 País: HAITI Mãe: Maculene Smith Pai: Willmond Ciceron Imigrante: Louinese Ciceron Data Nascimento: 06/03/1998 Passaporte: CY5374632 País: HAITI Mãe: Ste Rose Smith Pai: Wilmont Ciceron Imigrante: Maculene Smith Data Nascimento: 06/10/1978 Passaporte: GV5675502 País: HAITI Mãe: Belisia Bouzy Pai: Ferdinand Smith.

Processo: 08228.024654/2023-71 Requerente: CAMILUS AURELIEN Prazo: Indeterminado Imigrante: BERNIER AURELIEN Data Nascimento: 20/12/2003 Passaporte: R11593125 País: HAITI Mãe: ELIANISE JOSEPH Pai: CARMELO AURELIEN.

Processo: 08228.024655/2023-15 Requerente: MONCOEUR JEAN Prazo: Indeterminado Imigrante: WILFRID JEAN Data Nascimento: 09/07/2000 Passaporte: R10864104 País: HAITI Mãe: CLEANTA WANÉ Pai: SAINT JULIEN JEAN.

Processo: 08228.024656/2023-61 Requerente: ANGE MIRIELLE DALUSMA DERELUS Prazo: Indeterminado Imigrante: Jefferson Maignan Data Nascimento: 07/03/1994 Passaporte: HE4832886 País: HAITI Mãe: ANGE MIRIELLE DALUSMA DERELUS Pai: Roosevelt Maignan.

Processo: 08228.024657/2023-12 Requerente: JENNEL THIMELUS Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIE FRANCE AMILCAR Data Nascimento: 24/11/1992 Passaporte: R10976525 País: HAITI Mãe: ADLINE ABRAHAM Pai: JEAN MAXO AMILCAR.

Processo: 08228.024658/2023-59 Requerente: WILFRID EDLIN Prazo: Indeterminado Imigrante: WILVALD EDLIN Data Nascimento: 11/05/1999 Passaporte: CY5420654 País: HAITI Mãe: VENA EUSTACHE Pai: WILFRID EDLIN Imigrante: ALIXSON EDLIN Data Nascimento: 18/07/2001 Passaporte: R10867577 País: HAITI Mãe: VENA EUSTACHE Pai: WILFRID EDLIN.

Processo: 08228.024668/2023-94 Requerente: ISAAC GILLES Prazo: 02/10/2024 Imigrante: DAPHELINE GILLES Data Nascimento: 11/03/1999 Passaporte: PP5468683 País: HAITI Mãe: MARIE MATHANIA ORIGENE Pai: MATINE GILLES.

Processo: 08228.024673/2023-13 Requerente: MARIE ELOURDE JN SIMON Prazo: Indeterminado Imigrante: Bergony Simeon Data Nascimento: 06/12/1990 Passaporte: R10107760 País: HAITI Mãe: Marie Elourde Jn Simon Pai: Vilaire Simeon Imigrante: Wilaire Simeon Data Nascimento: 06/03/1995 Passaporte: AQ5650920 País: HAITI Mãe: Marie Elourde Jn Simon Pai: Vilaire Simeon.

Processo: 08228.024674/2023-41 Requerente: RICHARDSON REGULAS Prazo: Indeterminado Imigrante: WENDEL REGULAS Data Nascimento: 28/04/2000 Passaporte: R10278610 País: HAITI Mãe: LYSTANE CHARLRS Pai: WANER REGULAS.

Processo: 08228.024675/2023-96 Requerente: LORMENCY PAULUSMA Prazo: Indeterminado Imigrante: BLONDEL PAULUSMA Data Nascimento: 12/09/1994 Passaporte: GV4629749 País: HAITI Mãe: MARIANIE SAINT LOUIS Pai: HUBERT PAULUSMA.

Processo: 08228.024682/2023-98 Requerente: JEAN EBEL LUXE Prazo: Indeterminado Imigrante: AMISE INELUS Data Nascimento: 11/04/1986 Passaporte: RM5045684 País: HAITI Mãe: SELAMISE FREDERIC Pai: ALNAUD INELUS Imigrante: EBELSON LUXE Data Nascimento: 16/10/2012 Passaporte: RM5049186 País: HAITI Mãe: AMISE INELUS Pai: JEAN EBEL LUXE.

Processo: 08228.024683/2023-32 Requerente: MARIE ELOURDE JN SIMON Prazo: Indeterminado Imigrante: Gawensky Jn Simon Data Nascimento: 03/11/2006 Passaporte: R10991463 País: HAITI Mãe: Marie Elourde Jn Simon Pai: Nao tem.

Processo: 08228.024684/2023-87 Requerente: ROLSON LOUIS Prazo: Indeterminado Imigrante: Noldine Pascal Data Nascimento: 16/07/1986 Passaporte: RM5089925 País: HAITI Mãe: Rose Marie Louis Pai: Renold Pascal.

Processo: 08228.024698/2023-17 Requerente: BERTIDE PIERRE Prazo: Indeterminado Imigrante: Djenms Cajuste Data Nascimento: 06/11/2006 Passaporte: GV4920944 País: HAITI Mãe: Bertide Pierre Pai: Inotel Cajuste.

Processo: 08228.024701/2023-86 Requerente: DAVICSON DOSSOUS Prazo: Indeterminado Imigrante: Weneska Dossous Data Nascimento: 17/07/2011 Passaporte: R11531750 País: HAITI Mãe: MONIQUE SAINT LOUIS Pai: Davicson Dossous.

Processo: 08228.024702/2023-21 Requerente: WISLY ALFRED Prazo: Indeterminado Imigrante: NEPHTARIE SAINTELUS Data Nascimento: 22/09/1992 Passaporte: R11075829 País: HAITI Mãe: GEORGETTE SAINTELUS Pai:.....

Processo: 08228.024706/2023-17 Requerente: MERLINE SENECHAL APOLLON Prazo: Indeterminado Imigrante: Joan Senechal Data Nascimento: 08/01/1990 Passaporte: R11472537 País: HAITI Mãe: Merline Senechal Apollon Pai: Natal Senechal.

Processo: 08228.024707/2023-53 Requerente: CEDONIA CONSTANT Prazo: Indeterminado Imigrante: BARDY CONSTANT Data Nascimento: 21/12/1987 Passaporte: MG4657655 País: HAITI Mãe: RENESE DEROZILE Pai: PRENOR CONSTANT.

Processo: 08228.024709/2023-42 Requerente: MERLINE SENECHAL APOLLON Prazo: Indeterminado Imigrante: Norcile Jean-Louis Data Nascimento: 01/01/1942 Passaporte: R11495260 País: HAITI Mãe: Anne Dupuy Pai: Thercius Jean- Louiss.

Processo: 08228.024713/2023-19 Requerente: MERLINE SENECHAL APOLLON Prazo: Indeterminado Imigrante: Ed Lohan Data Nascimento: 28/08/2020 Passaporte: R11531553 País: HAITI Mãe: Joan Senechal Pai: Yvenel Sonceau.

Processo: 08228.024714/2023-55 Requerente: THELUSME LOUIS Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIE -LAURE LOUIS Data Nascimento: 04/08/1996 Passaporte: pp4598544 País: HAITI Mãe: CHRISTIANNA DUPERON Pai: THELUSME LOUIS.

Processo: 08228.024715/2023-16 Requerente: MERLINE SENECHAL APOLLON Prazo: Indeterminado Imigrante: Ed Yohan Data Nascimento: 28/08/2020 Passaporte: R11472538 País: HAITI Mãe: Joan Senechal Pai: Yvenel Sonceau.

Processo: 08228.024716/2023-44 Requerente: JN SYLFAITE CERAVIL Prazo: Indeterminado Imigrante: JOUBERT CERAVIL Data Nascimento: 27/04/2005 Passaporte: R10896020 País: HAITI Mãe: BERNADETTE DORMÉ Pai: NÉUS CERAVIL Imigrante: MENAS CERAVIL Data Nascimento: 21/01/1999 Passaporte: TB5677225 País: HAITI Mãe: BERNADETTE DORMÉ Pai: NÉUS CERAVIL Imigrante: CHRISNER CINÉ Data Nascimento: 08/06/2000 Passaporte: R10832928 País: HAITI Mãe: BERNADETTE DORMÉ Pai: CHRISNOL CINÉ.

Processo: 08228.024717/2023-99 Requerente: JEAN MEILLEURMA METELLUS Prazo: Indeterminado Imigrante: MARIE LOUVIA METHELUS LORESTON Data Nascimento: 28/12/1972 Passaporte: TB5527011 País: HAITI Mãe: SELIA PHILEUS Pai: GASTON LORESTON Imigrante: MARVENS ADLEY METHELUS Data Nascimento: 20/08/2014 Passaporte: TB5524487 País: HAITI Mãe: MARIE LOUVIA LORESTON Pai: MEILLEURMA METHELUS Imigrante: SCHANAYLANDE METHELUS Data Nascimento: 23/01/2007 Passaporte: TB5524484 País: HAITI Mãe: MARIE LOUVIA LORESTON Pai: MEILLEURMA METHELUS.

Processo: 08228.024718/2023-33 Requerente: NAILET EXIL Prazo: Indeterminado Imigrante: GABRIELLA EXIL Data Nascimento: 26/11/2008 Passaporte: PL5680009 País: HAITI Mãe: NADIA DORVILUS Pai: NAILET EXIL.

Processo: 08228.024719/2023-88 Requerente: RICARDI PALUSME Prazo: Indeterminado Imigrante: PALUSME FANILIA Data Nascimento: 01/10/1994 Passaporte: R10840410 País: HAITI Mãe: FORTUMENE SENAT Pai: SERVIUS PALUSME.

Processo: 08228.024723/2023-46 Requerente: BERTHONY JOSEPH Prazo: Indeterminado Imigrante: CHIBAMAY JOSEPH Data Nascimento: 09/04/2011 Passaporte: R10041800 País: HAITI Mãe: FADETTE PIERRE LOUIS Pai: BERTHONY JOSEPH Imigrante: YOURIKA JOSEPH Data Nascimento: 06/05/2006 Passaporte: R10041694 País: HAITI Mãe: FADETTE PIERRE LOUIS Pai: BERTHONY JOSEPH.

Processo: 08228.024724/2023-91 Requerente: JONEL CHARLES Prazo: Indeterminado Imigrante: JUMAYSON CHARLES Data Nascimento: 29/05/2009 Passaporte: GV5616771 País: HAITI Mãe: MONIQUE LOUIS JEAN Pai: JONEL CHARLES.

Processo: 08228.024726/2023-81 Requerente: BENOIT BEBE Prazo: Indeterminado Imigrante: EVENS BEBE Data Nascimento: 11/08/2000 Passaporte: RM5072218 País: HAITI Mãe: YSMELA DORSAINT Pai: BENOIT BEBE.

Processo: 08228.024727/2023-24 Requerente: DIQUENE JOSAPHAT Prazo: Indeterminado Imigrante: Kentia Josaphat Data Nascimento: 23/04/2010 Passaporte: RM5097188 País: HAITI Mãe: Velise Dumas Pai: Diquene Josaphat.

Processo: 08228.024728/2023-79 Requerente: JACKSON ALCINORD Prazo: Indeterminado Imigrante: WANCHER ALCINOR Data Nascimento: 05/05/1991 Passaporte: R10030855 País: HAITI Mãe: SYLVANIE PIERRE Pai: THERNY ALCINOR.

Processo: 08228.024733/2023-81 Requerente: BENITHES CHARLES Prazo: Indeterminado Imigrante: SHELDA PHILOGENE Data Nascimento: 26/01/2001 Passaporte: R11069878 País: HAITI Mãe: FELICIA OCCIDA Pai: CHERIDOR PHILOGENE.

Processo: 08228.024734/2023-26 Requerente: ANGE MIRIELLE DALUSMA DERELUS Prazo: Indeterminado Imigrante: Weedz Stanlay Meylove Maignan Data Nascimento: 16/03/1998 Passaporte: HE5610804 País: HAITI Mãe: Ange Mirielle Dalusma Derelus Pai: Roosevelt Maignan.

Processo: 08228.024743/2023-17 Requerente: Sylvain Mervil Prazo: Indeterminado Imigrante: Lunia Mervil Cherenfant Data Nascimento: 07/02/1979 Passaporte: CH4803467 País: HAITI Mãe: Cleantha Nejean Pai: Yphene Cherenfant.

Processo: 08228.024744/2023-61 Requerente: ROUSSEAU GEDEON Prazo: Indeterminado Imigrante: CADET BERLENCY Data Nascimento: 13/07/2001 Passaporte: R11534968 País: HAITI Mãe: JELAINE SAINT JUSMARD Pai: CADET LUCBERT.

Processo: 08228.024754/2023-13 Requerente: GUYVENSON YRIODIN Prazo: Indeterminado Imigrante: Jonise Louis Data Nascimento: 14/12/1995 Passaporte: GV5663799 País: HAITI Mãe: Roseline Guistave Pai: Reynold Louis.

Processo: 08228.024756/2023-96 Requerente: Emmanuel Cherelus Prazo: Indeterminado Imigrante: Daphney Exume Cherelus Data Nascimento: 30/05/2008 Passaporte: R10300119 País: HAITI Mãe: Achelene Exume Pai: Emmanuel Cherelus Imigrante: Alcin Alquenia Data Nascimento: 12/09/1992 Passaporte: R10088347 País: HAITI Mãe: Alcin Hermione Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.024758/2023-85 Requerente: LOUIS RACHELLE Prazo: Indeterminado Imigrante: AMEDEE GERALD Data Nascimento: 23/03/1994 Passaporte: R11227363 País: HAITI Mãe: SOLANGE LOUIS Pai: GERARD AMEDEE.

Processo: 08228.024761/2023-15 Requerente: ELANDE JN BAPTISTE Prazo: Indeterminado Imigrante: GUEPSON JN BAPTISTE Data Nascimento: 04/02/1983 Passaporte: CH5584972 País: HAITI Mãe: CLODIANNE FLEURISMOND Pai: NATHAN JN BAPTISTE.

Processo: 08228.024771/2023-34 Requerente: BLAISE DUBUISSON Prazo: Indeterminado Imigrante: Ymane Paul Data Nascimento: 01/01/1988 Passaporte: pp5489052 País: HAITI Mãe: Dieula Decene Pai: moise paul.

Processo: 08228.024772/2023-89 Requerente: MERANVIL JUDE Prazo: Indeterminado Imigrante: JONAS MERANVIL Data Nascimento: 18/12/1991 Passaporte: R10237605 País: HAITI Mãe: CLEONE DERVIL Pai: CONSTANT MERANVIL.

Processo: 08228.024774/2023-78 Requerente: MARCKENDY JEAN Prazo: Indeterminado Imigrante: CHRISTELLE JULNE Data Nascimento: 16/09/1999 Passaporte: R11473471 País: HAITI Mãe: MACULA DESRUISSEAU Pai: JEANEL JULNE.

Processo: 08228.024787/2023-47 Requerente: SOLINE METELLUS Prazo: Indeterminado Imigrante: TASSON METELLUS Data Nascimento: 22/06/1995 Passaporte: GV5646859 País: HAITI Mãe: SONIA FERMEUS Pai: NATAL METELLUS.

Processo: 08228.024797/2023-82 Requerente: ROSENITHA ESTALIEN Prazo: Indeterminado Imigrante: BEDOUET ESTALIEN Data Nascimento: 04/02/1996 Passaporte: R11011952 País: HAITI Mãe: BERTHA PIERRE Pai: BENISSE ESTALIEN.

Processo: 08228.024798/2023-27 Requerente: GACHENER METELUS Prazo: Indeterminado Imigrante: CHRISLANDE LAGUERRE Data Nascimento: 08/08/1996 Passaporte: R10843113 País: HAITI Mãe: NELIA LAGUERRE Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.024814/2023-81 Requerente: MARIE MODELINE BEAUBRUN Prazo: Indeterminado Imigrante: DACHEKA FELIX Data Nascimento: 17/10/2006 Passaporte: R11440483 País: HAITI Mãe: MARIE MODELINE BEAUBRUN Pai: JEAN BRINACHE FELIX.

Processo: 08228.024826/2023-14 Requerente: ROLEX JEAN MARTIN Prazo: Indeterminado Imigrante: SARAH NARTIN Data Nascimento: 14/12/1995 Passaporte: R10033475 País: HAITI Mãe: MARIE CLAUDE CADET Pai: JEAN ROBIN MARTIN.

Processo: 08228.024837/2023-96 Requerente: MICHELAINE SAINFINIS Prazo: Indeterminado Imigrante: JOSUE IVENSKY EVERAT Data Nascimento: 18/09/2005 Passaporte: R10811869 País: HAITI Mãe: MICHELAINE SAINFINIS Pai: JOANEM EVERAT.

Processo: 08228.024838/2023-31 Requerente: JOHANNE THERMIDOR Prazo: Indeterminado Imigrante: MURASSAINT HONORE Data Nascimento: 21/07/1994 Passaporte: GV643444 País: HAITI Mãe: ELIMENE ESTIME Pai: SERADIEU HONORE.

Processo: 08228.024840/2023-18 Requerente: DUQUINSON PHILIPPE Prazo: 30 Meses Imigrante: MICHELENE DORISMOND Data Nascimento: 20/07/1991 Passaporte: R10279531 País: HAITI Mãe: CRISLAINE BELMEUS Pai: FRANCIUS DORISMOND.

Processo: 08228.024844/2023-98 Requerente: JOHANNE THERMIDOR Prazo: Indeterminado Imigrante: CLAUDE RICHARD DEMEZIER Data Nascimento: 30/11/2008 Passaporte: GV5204607 País: HAITI Mãe: JOHANNE THERMIDOR Pai: FRANTZ DEMEZIER.

Processo: 08228.024846/2023-87 Requerente: JEAN MARC ELVARIUS Prazo: Indeterminado Imigrante: Richelord Elvarius Data Nascimento: 17/02/1996 Passaporte: PP5461302 País: HAITI Mãe: Marie andremene Luc Pai: Elimarc Elvarius.

Processo: 08228.024854/2023-23 Requerente: VERTIUS VERTY Prazo: Indeterminado Imigrante: VENISE VERTY Data Nascimento: 02/06/2003 Passaporte: R10052958 País: HAITI Mãe: DIEULA VERTY RAYMOND Pai: VERTIUS VERTY.

Processo: 08228.024857/2023-67 Requerente: PHILIPPE DORALUS Prazo: Indeterminado Imigrante: JULIANICK REZEAU Data Nascimento: 18/10/1991 Passaporte: R10282640 País: HAITI Mãe: ROSELIE ADME Pai: JEAN OSNEL REZEAU.

Processo: 08228.024862/2023-71 Requerente: DAVID DIMANCHE Prazo: Indeterminado Imigrante: Jonathan Dimanche Data Nascimento: 02/02/1996 Passaporte: RM5133401 País: HAITI Mãe: Marie Math Alexandre Pai: Levoyant Dimanche.

Processo: 08228.024868/2023-47 Requerente: SMITH FERDINAND Prazo: Indeterminado Imigrante: NATHANAELLE FERDINAND Data Nascimento: 28/01/2007 Passaporte: R10279306 País: HAITI Mãe: SOEURETTE FERDINAND METELUS Pai: SMITH FERDINAND Imigrante: JEPHTHE FERDINAND Data Nascimento: 18/06/2016 Passaporte: R11484365 País: HAITI Mãe: SOEURETTE FERDINAND METELUS Pai: SMITH FERDINAND Imigrante: SOEURETTE FERDINAND METELUS Data Nascimento: 30/12/1987 Passaporte: R10051875 País: HAITI Mãe: MARIE LOUISE LUCIEN Pai: RECIUS METELUS Imigrante: SLANDE FERDINAND Data Nascimento: 10/10/2013 Passaporte: R10265421 País: HAITI Mãe: SOEURETTE FERDINAND METELUS Pai: SMITH FERDINAND Imigrante: ADELINE FERDINAND Data Nascimento: 06/04/1998 Passaporte: R10904623 País: HAITI Mãe: GERAMENE LOUISSAINT Pai: ABNER FFERDINAND.

Processo: 08228.024870/2023-16 Requerente: JEAN CLIVENS DIEUJUSTE Prazo: 29/03/2025 Imigrante: Frantzceau Dieujuste Data Nascimento: 16/01/1987 Passaporte: CH4627783 País: HAITI Mãe: Marie yola oscar Pai: Clermont Dieujuste.

Processo: 08228.024915/2023-52 Requerente: ROSEMISE EXAVIER PIERRE Prazo: Indeterminado Imigrante: Midjilorvens Louis Data Nascimento: 25/09/2016 Passaporte: TB5571819 País: HAITI Mãe: Estimene Exavier Pai: Mitreil Louis Imigrante: Examene Exavier Data Nascimento: 25/07/1999 Passaporte: R10846604 País: HAITI Mãe: Rosita Noel Pai: Senonssa Exavier Imigrante: Estimene Exavier Data Nascimento: 10/06/1993 Passaporte: GV5467353 País: HAITI Mãe: Rosita Noel Pai: Senonssa Exavier.

Processo: 08228.024919/2023-31 Requerente: MICILE ANTOINE Prazo: Indeterminado Imigrante: LOVENSKY DESCOLINES Data Nascimento: 26/11/1998 Passaporte: GV5586313 País: HAITI Mãe: MICILE ANTOINE Pai: FEDNER DESCOLINES Imigrante: RICHARD ST JEAN Data Nascimento: 14/01/2010 Passaporte: HC226389 País: HAITI Mãe: MICILE ANTOINE Pai: WISLY ST JEAN Imigrante: LORVENDA GUERRIER Data Nascimento: 15/09/2013 Passaporte: GV5512240 País: HAITI Mãe: RICHELANDE

LAFONTANT Pai: DAVIDSON GUERRIER Imigrante: JOHN PITERSON ANTOINE Data Nascimento: 22/09/1994 Passaporte: R11434406 País: HAITI Mãe: JACQUELINE BON Pai: LEVOY ANTOINE.

Processo: 08228.024920/2023-65 Requerente: CHRISTELLE AUGUSTIN Prazo: Indeterminado Imigrante: SUZE NAZON Data Nascimento: 13/08/1973 Passaporte: R11926087 País: HAITI Mãe: SELINA THOMANY Pai: JEAN-CIUS NAZON.

Processo: 08228.024941/2023-81 Requerente: MARIE FLORE JOSEPH OBERT Prazo: Indeterminado Imigrante: JUDSON OBERT Data Nascimento: 25/06/1994 Passaporte: R10102857 País: HAITI Mãe: THERESE DOFRANE Pai: OLBERT OBERT.

Processo: 08228.024945/2023-69 Requerente: SAMSOM SAINTILUS Prazo: Indeterminado Imigrante: KETLIE NOEL Data Nascimento: 08/12/1995 Passaporte: MG5603493 País: HAITI Mãe: NASITA DEMETREUS Pai: JEAN-FRANCOIS NOEL Imigrante: DESLOUIS SAINTILUS Data Nascimento: 15/09/1994 Passaporte: RM5066022 País: HAITI Mãe: EDELINE SAINVAL Pai: EXEMPLAIRE SAINTILUS.

Processo: 08228.041552/2023-11 Requerente: SABINE ESTINA Prazo: Indeterminado Imigrante: CHRISTINE ESTINA Data Nascimento: 18/06/2017 Passaporte: R11970313 País: HAITI Mãe: SABINE ESTINA Pai: WENSON ESTINA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.003177/2024-91 Requerente: YIQUAN LIN Prazo: 01 Ano Imigrante: CHUNLAN DENG Data Nascimento: 26/04/1984 Passaporte: EJ4597914 País: CHINA Mãe: YINGHUI TAO Pai: GUANGFU DENG.

Processo: 08228.005603/2024-21 Requerente: VESTCLASS INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS - EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: MIJEONG KIM Data Nascimento: 12/07/1978 Passaporte: M25547312 País: CORÉIA DO SUL Mãe: KABSOON KIM Pai: GYUWON KIM.

Processo: 08228.007341/2024-39 Requerente: RENATA COMERCIO DE PRESENTES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: SHUANG WANG Data Nascimento: 09/11/2002 Passaporte: ED6302491 País: CHINA Mãe: JIANXIANG DONG Pai: ZEYING WANG.

Processo: 08228.007365/2024-98 Requerente: C. YUN COMERCIO Prazo: 2 Anos Imigrante: Ying Wang Data Nascimento: 10/09/1995 Passaporte: E47342940 País: CHINA Mãe: Yun Chen Pai: Yekai Wang.

Processo: 08228.007917/2024-68 Requerente: ESCOLA AMERICANA DE CAMPINAS Prazo: 24 Meses Imigrante: KIMBERLEY ALEXIS WILSON Data Nascimento: 15/06/1984 Passaporte: A35997422 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: YVONNE VERONICA CUMMINGS Pai: KEITH BARRINGTON HINKSON.

Processo: 08228.007995/2024-62 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 02 Anos Imigrante: KOKI MATSUMURA Data Nascimento: 06/07/1994 Passaporte: TR 8928006 País: JAPÃO Mãe: RIE MATSUMURA Pai: SHINICHI MATSUMURA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.007054/2024-29 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MARCELLO GABRIELE Data Nascimento: 16/09/1962 Passaporte: YB6073392 País: ITÁLIA Imigrante: FABIO BOTTAZZO Data Nascimento: 31/03/1972 Passaporte: YB3355996 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.007084/2024-35 Requerente: WSO2 BRASIL TECNOLOGIA E SOFTWARE EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Mohamed Abshan Mohamed Irshad Data Nascimento: 24/04/1996 Passaporte: N9563557 País: SRI LANKA.

Processo: 08228.007116/2024-19 Requerente: CAMERON TECNOLOGIA DE CONTROLE DE FLUXO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: CHRISTOPHER PAUL PHILLIPS Data Nascimento: 14/05/1976 Passaporte: A29384997 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: DUNG VAN MAI Data Nascimento: 11/12/1963 Passaporte: 548044246 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.008514/2024-36 Requerente: JBS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: Alexander Kübler Data Nascimento: 31/10/1988 Passaporte: C8J18J4OZ País: ALEMANHA.

Processo: 08228.008517/2024-71 Requerente: KINROSS BRASIL MINERACAO S/A Prazo: 06/11/2024 Imigrante: Gary Alfred Dech Data Nascimento: 17/09/1965 Passaporte: AL095955 País: CANADÁ.

Processo: 08228.008551/2024-44 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: ALI BELKALEM Data Nascimento: 17/08/1966 Passaporte: 20FV00707 País: FRANÇA.

Processo: 08228.008632/2024-44 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: 01 Ano Imigrante: Kecheng Wang Data Nascimento: 14/09/1995 Passaporte: EL7448807 País: CHINA Imigrante: Jiazhan Wang Data Nascimento: 07/02/1985 Passaporte: EL3231166 País: CHINA Imigrante: Yahui Yang Data Nascimento: 10/05/1989 Passaporte: EE8168949 País: CHINA Imigrante: Zhicheng Lu Data Nascimento: 24/11/1996 Passaporte: EL7518442 País: CHINA Imigrante: Xingning Wang Data Nascimento: 07/02/1985 Passaporte: ED7256541 País: CHINA.

Processo: 08228.008638/2024-11 Requerente: SUBC DO BRASIL MANUTENCOES PETROLIFERAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: RUSSELL ALLEN CARTER Data Nascimento: 24/09/1982 Passaporte: 531092880 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: STEVE BOUNGNADETH Data Nascimento: 07/10/1986 Passaporte: A20589728 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.008647/2024-11 Requerente: PRIMETALS TECHNOLOGIES BRAZIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: STEPHEN JAMES APPLETON Data Nascimento: 02/08/1996 Passaporte: 527279065 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: JOSEPH REECE GARRENS Data Nascimento: 28/05/1992 Passaporte: 144956799 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: JONATHAN ANDREW COXON Data Nascimento: 16/07/1974 Passaporte: 145165174 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.008651/2024-71 Requerente: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DARIO ALBERTO GARRO MORA Data Nascimento: 30/01/1997 Passaporte: B0223444 País: COSTA RICA.

Processo: 08228.008826/2024-41 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Benjamin Michael Fitzpatrick Data Nascimento: 10/08/1996 Passaporte: 549106833 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.008833/2024-41 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: David Owen Hendey Data Nascimento: 23/03/1991 Passaporte: 133596976 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.008894/2024-17 Requerente: USINA TERMELETRICA PAMPA SUL S.A. Prazo: 13/04/2025 Imigrante: JEROMY RASON DAVIS Data Nascimento: 13/01/1994 Passaporte: 545537931 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: SIANO CORBETT SALMON Data Nascimento: 02/08/1980 Passaporte: 567959656 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: JOSUE SAYBE-SOTO Data Nascimento: 07/03/1979 Passaporte: 659189499 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: THABANG REGINALD NENE Data Nascimento: 27/07/1995 Passaporte: M00399808 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: RUBEN ESTEBAN TEYECHEA MARTINEZ Data Nascimento: 10/12/1998 Passaporte: 594015160 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: TROY WILLIAM HILLIARD Data Nascimento: 11/08/1987 Passaporte: A10369622 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: TRENTON JAMES SWEAT Data Nascimento: 13/11/1989 Passaporte: 574644521 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.008896/2024-14 Requerente: YINSON BOUVARDIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: MARSHAL PATON MUIRHEAD Data Nascimento: 11/11/1964 Passaporte: PB4605503 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 08228.008901/2024-72 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Umasuthan Kanalanadan Data Nascimento: 08/06/1981 Passaporte: A57731577 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.008908/2024-94 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Kiril Kravchuk Data Nascimento: 16/01/1996 Passaporte: FJ557991 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.008980/2024-11 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Jorg Kapschefsky Data Nascimento: 10/12/1960 Passaporte: C4YJ211N1 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.008994/2024-35 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Phil Gi Lee Data Nascimento: 16/11/1965 Passaporte: M61472371 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: Du Go Jung Data Nascimento: 15/12/1969 Passaporte: M658B1523 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.008996/2024-24 Requerente: BRASA BURGER INDUSTRIA E COMERCIO DE DERIVADOS DE CARNES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Ladislav Randa Data Nascimento: 09/07/1969 Passaporte: 47731365 País: REPÚBLICA THECA.

Processo: 08228.008999/2024-68 Requerente: BRASA BURGER INDUSTRIA E COMERCIO DE DERIVADOS DE CARNES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Markus Jeutter Data Nascimento: 23/02/1971 Passaporte: C8HW1LH59 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.009004/2024-86 Requerente: SAAB BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: DAVID OLOF MARTIN JONEKEN Data Nascimento: 01/11/1989 Passaporte: AA4715077 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.009011/2024-88 Requerente: CONSORCIO BYD SKYRAIL SAO PAULO Prazo: 01 Ano Imigrante: Anrong Yu Data Nascimento: 20/01/1976 Passaporte: EL6103249 País: CHINA Imigrante: Xiaobin Xiao Data Nascimento: 23/10/1993 Passaporte: EL2119513 País: CHINA.

Processo: 08228.009014/2024-11 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: 1 Ano Imigrante: GANG SUN Data Nascimento: 30/08/1978 Passaporte: EJ5951241 País: CHINA.

Processo: 08228.009028/2024-35 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: YOKO NEDACHI Data Nascimento: 25/03/1981 Passaporte: tt3388187 País: JAPÃO.

Processo: 08228.009031/2024-59 Requerente: PORTO REPRESENTACAO E CONSULTORIA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Thomas Johansson Data Nascimento: 21/04/1967 Passaporte: AA2423917 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.009032/2024-11 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: MIKU BREITLING Data Nascimento: 16/02/1991 Passaporte: MJ2800549 País: JAPÃO.

Processo: 08228.009036/2024-81 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: HAJIME NAKAMURA Data Nascimento: 07/01/1991 Passaporte: TT5543625 País: JAPÃO.

Processo: 08228.009038/2024-71 Requerente: CEBRACE CRISTAL PLANO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SCOTT ERIC THORLEY Data Nascimento: 08/11/1971 Passaporte: 124402604 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.009042/2024-39 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Tomas Martin Olivares Data Nascimento: 12/09/1972 Passaporte: A03944924 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.009053/2024-19 Requerente: CIRCUIBRAS IND COM DE CIRCUITOS IMP PROFISSIONAIS LTDA Prazo: 185 Dias Imigrante: XIPING WANG Data Nascimento: 01/11/1970 Passaporte: A03898111 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.009060/2024-11 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: NATARAJAN KALYANASUNDARAM Data Nascimento: 03/05/1980 Passaporte: Z6754191 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.009065/2024-43 Requerente: VESTERGAARD MARINE, SERVICE DO BRASIL, IMPORTACAO, EXPORTACAO E SERVICOS NAVAIS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: HYUNWON PARK Data Nascimento: 04/10/1980 Passaporte: M19933977 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: HYUNJUN PARK Data Nascimento: 25/07/1985 Passaporte: M896X0981 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: CHEOLHEE KUK Data Nascimento: 11/06/1983 Passaporte: M18688508 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.009068/2024-87 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JAE HO CHOI Data Nascimento: 20/06/1973 Passaporte: M53397214 País: CORÉIA DO SUL Imigrante: DAVID NORMAN JONES Data Nascimento: 10/11/1978 Passaporte: 548354998 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.009069/2024-21 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: YUKI SHIBUYA Data Nascimento: 05/10/1988 Passaporte: MJ3017032 País: JAPÃO.

Processo: 08228.009090/2024-27 Requerente: SAAB BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: Mats Harald Svensson Data Nascimento: 06/01/1965 Passaporte: AA4656677 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.009093/2024-61 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: 1 Ano Imigrante: Hai Sun Data Nascimento: 13/02/1990 Passaporte: EB4469052 País: CHINA.

Processo: 08228.009098/2024-93 Requerente: SAAB BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: FILIP JOHANNES SVENSSON Data Nascimento: 19/10/1999 Passaporte: AA1895262 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.009112/2024-59 Requerente: BMW MANUFACTURING INDUSTRIA DE MOTOS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SEBASTIAN NESTLER Data Nascimento: 13/07/1980 Passaporte: C2T75PNMF País: ALEMANHA Imigrante: DIRK KURT SCHUMANN Data Nascimento: 28/05/1959 Passaporte: C2X8ZKC0H País: ALEMANHA Imigrante: TORSTEN WOLF Data Nascimento: 31/01/1975 Passaporte: C2X98XLMM País: ALEMANHA.

Processo: 08228.009148/2024-32 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: 01 Ano Imigrante: SHUWEI ZHANG Data Nascimento: 19/10/1982 Passaporte: EL7481847 País: CHINA.

Processo: 08228.009150/2024-11 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Visvanathan Venkatesan Data Nascimento: 09/05/1989 Passaporte: T8984855 País: ÍNDIA Imigrante: Manikandan Siva Subramanian Data Nascimento: 12/07/1994 Passaporte: Z3422670 País: ÍNDIA Imigrante: Senthamizharasu Elumalai Data Nascimento: 10/10/1988 Passaporte: Z7534105 País: ÍNDIA Imigrante: Richard Behin Asariah Data Nascimento: 25/04/1984 Passaporte: M5588484 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.009153/2024-45 Requerente: SAAB BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: KARL ANDERS ERIK GUSTAFSSON Data Nascimento: 11/12/1973 Passaporte: AA4686849 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.009165/2024-71 Requerente: ACCENTURE DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Naga Sankara Rudra Rao Yalla Data Nascimento: 07/08/1975 Passaporte: P2964682 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.009180/2024-18 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Per Erik Magnus Klintberg Data Nascimento: 18/02/1974 Passaporte: AA4544496 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.009186/2024-95 Requerente: TAMARAMA SONDAGENS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: DARREN ANTHONY LEWIS Data Nascimento: 07/11/1968 Passaporte: PB4777069 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 08228.009359/2024-75 Requerente: NOVO NORDISK FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Krystof Ernesto Ponce Data Nascimento: 25/07/1996 Passaporte: HN115286 País: CANADÁ.

Processo: 08228.009420/2024-84 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: MARVIN SAGUN QUITALIG Data Nascimento: 01/03/1978 Passaporte: PB4741648 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 08228.009569/2024-63 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Hean Ching Loye Data Nascimento: 19/09/1984 Passaporte: A55490028 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.009590/2024-69 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Steven Richard Elkinton Data Nascimento: 18/05/1988 Passaporte: A07160456 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.009612/2024-91 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: ISAAC NATHAN NAKAMURA Data Nascimento: 13/05/1982 Passaporte: 673775090 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.009637/2024-94 Requerente: OCEANICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: Jonathan Gary Scott Data Nascimento: 11/12/1976 Passaporte: 564138585 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.009656/2024-11 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Alin Andrei Data Nascimento: 25/09/1990 Passaporte: 059779417 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.009767/2024-27 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: XUEMENG LIU Data Nascimento: 10/01/1990 Passaporte: EL8040224 País: CHINA.

Processo: 08228.009768/2024-71 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: YANGCHENG LIU Data Nascimento: 23/10/1993 Passaporte: EL9382967 País: CHINA.

Processo: 08228.009769/2024-16 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: YINGLEI CHEN Data Nascimento: 19/11/1997 Passaporte: EL6953332 País: CHINA.

Processo: 08228.009771/2024-95 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: YUNLIANG WANG Data Nascimento: 18/05/1991 Passaporte: EL4134520 País: CHINA.

Processo: 08228.009795/2024-44 Requerente: KREBSBACH IMPORTACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: EMANUELE SCIDA' Data Nascimento: 10/02/1996 Passaporte: YB4730534 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.009827/2024-11 Requerente: SHIBAURA MACHINE DO BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: SOICHIRO KASUYA Data Nascimento: 18/09/1979 Passaporte: TT 5491886 País: JAPÃO.

Processo: 08228.009875/2024-16 Requerente: OCEANICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: Patrick Michael Lyons Data Nascimento: 29/08/1990 Passaporte: 132857800 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.009878/2024-33 Requerente: CONSORCIO KOBRA Prazo: 1 Ano Imigrante: DONGRYEOL CHO Data Nascimento: 15/09/1986 Passaporte: M44164701 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.009886/2024-81 Requerente: OMNI TAXI AEREO S/A Prazo: 31/12/2024 Imigrante: JARLE HEILAND Data Nascimento: 29/06/1971 Passaporte: CFC245341 País: NORUEGA.

Processo: 08228.009961/2024-11 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: TAKAHIRO YOSHIDA Data Nascimento: 31/05/1971 Passaporte: TZ1407784 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.013433/2024-58 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Herbert Schneider Data Nascimento: 01/05/1979 Passaporte: U0639262 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.013462/2024-11 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Kurt Lurkas Steinbauer Data Nascimento: 06/06/2001 Passaporte: AP0366864 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.013758/2024-31 Requerente: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 180 Dias Imigrante: CHRISTIAN JOHANN DECHANT Data Nascimento: 26/01/1979 Passaporte: CG03KW0F0 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.013886/2024-84 Requerente: SYSTEM BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS PARA A INDUSTRIA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: PAOLO GHIDDI Data Nascimento: 01/05/1970 Passaporte: YC4844814 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.013898/2024-17 Requerente: VIDROPORTO S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: WILHELM HILBARTUS SCHRAAL Data Nascimento: 18/06/1975 Passaporte: NM0J80HL6 País: HOLANDA.

Processo: 08228.014037/2024-48 Requerente: PSCORP BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Erick Jasso Gomez Data Nascimento: 09/09/1991 Passaporte: N01441278 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014072/2024-67 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: RICHARD DOWIE Data Nascimento: 29/09/1976 Passaporte: 534974119 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: TONY PAUL PULLEN Data Nascimento: 07/11/1978 Passaporte: 136470884 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: ANGUS HUGH MARK Data Nascimento: 02/04/1968 Passaporte: 134571275 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: ALAN PATON Data Nascimento: 17/08/1985 Passaporte: 135413693 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.014078/2024-34 Requerente: ENEVA S.A. Prazo: 6 Meses Imigrante: John Michael Payne Data Nascimento: 23/08/1967 Passaporte: 545387722 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014100/2024-46 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: TETSUYA NAGASAKI Data Nascimento: 15/04/1971 Passaporte: TT5188427 País: JAPÃO.

Processo: 08228.014133/2024-96 Requerente: GEA EQUIPAMENTOS E SOLUCOES LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Roel Wilhelmus Jose Peeters Data Nascimento: 10/05/1983 Passaporte: NVL216PK3 País: HOLANDA Imigrante: Dirk Johannes Petrus Van den Heuvel Data Nascimento: 27/02/1998 Passaporte: NRFFHR974 País: HOLANDA Imigrante: Marco Looman Data Nascimento: 23/01/1971 Passaporte: NP7RPJ8C8 País: HOLANDA.

Processo: 08228.014176/2024-71 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: CHRISTOS KARINOS Data Nascimento: 20/10/1972 Passaporte: C80FHMHCZ País: ALEMANHA Imigrante: MARCO FINKE Data Nascimento: 14/07/1977 Passaporte: C7176ZZKP País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014184/2024-18 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: STEVE MANFRED HASS Data Nascimento: 10/10/1966 Passaporte: C744CYFV3 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014208/2024-39 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: JESUS DELGADO FRAGA Data Nascimento: 24/12/1968 Passaporte: G37738643 País: MÉXICO.

Processo: 08228.014253/2024-93 Requerente: MASTER DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Gerhard Georg Werner Data Nascimento: 03/01/1957 Passaporte: C7GMLX4YX País: ALEMANHA.

Processo: 08228.014254/2024-38 Requerente: MASTER DRILLING BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Abel Jacob Boer Data Nascimento: 02/11/1981 Passaporte: NN2CKDC16 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.014005/2024-42 Requerente: ARRB SYSTEMS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: VINCENT SIZWE NSINDANE Data Nascimento: 12/04/1984 Passaporte: A10061275 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 08228.014014/2024-33 Requerente: ARRB SYSTEMS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MOHANPERSAD RAMDUTT Data Nascimento: 26/03/1965 Passaporte: A08056341 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 08228.014105/2024-79 Requerente: SUBCOM BRASIL COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: KEVIN MCKENZIE Data Nascimento: 10/01/1970 Passaporte: 647179596 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.014123/2024-51 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Alistair Robert Green Data Nascimento: 25/02/1982 Passaporte: 551770821 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.014125/2024-41 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Jamie Graham Page Data Nascimento: 31/03/1998 Passaporte: 144396427 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.014161/2024-11 Requerente: APPLUS QUALITEC SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: WERNER ALOUISIUS DE BOOIJ Data Nascimento: 15/03/1967 Passaporte: BFL6C4BL5 País: HOLANDA.

Processo: 08228.014210/2024-16 Requerente: NAVIUM ENGENHARIA, NAVEGACAO E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Marinus Gijsbertus Thur Data Nascimento: 16/01/1972 Passaporte: NRP27R4D6 País: HOLANDA.

Processo: 08228.014325/2024-19 Requerente: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: MATTHEW ERICK OLDENKAMP Data Nascimento: 13/07/1995 Passaporte: A26093004 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.007113/2024-69 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: RAMANDEEP SINGH Data Nascimento: 21/06/1990 Passaporte: Y8465708 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.007177/2024-61 Requerente: HPE AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: TOMOMI NAMIKI Data Nascimento: 24/06/1967 Passaporte: TR 6.577.694 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.004161/2024-11 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: PRASOB KRISHNAPILLAI LEKSHMI Data Nascimento: 19/07/1976 Passaporte: Z4230744 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.005226/2024-21 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: ABDURRAHMAN YILDIZ Data Nascimento: 21/10/2001 Passaporte: U32679373 País: TURQUIA.

Processo: 08228.007212/2024-41 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02/09/2025 Imigrante: ERIC SINOU Data Nascimento: 16/04/1969 Passaporte: 20AK58159 País: FRANÇA.

Processo: 08228.008049/2024-33 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Alvin Villagracia Boduso Data Nascimento: 25/09/1979 Passaporte: P7227909A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008419/2024-32 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Doods Israel San Antonio Mendaros Data Nascimento: 21/03/1987 Passaporte: P4235568B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008508/2024-89 Requerente: TAMANDARE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Suresh Adla Data Nascimento: 18/02/1991 Passaporte: M8887736 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.008542/2024-53 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 27/07/2024 Imigrante: Ronald Medina Musico Data Nascimento: 03/10/1973 Passaporte: P7961894B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008546/2024-31 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 27/07/2024 Imigrante: Mario Jr Pajimola Alegre Data Nascimento: 06/03/1966 Passaporte: P8342732A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008547/2024-86 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 27/07/2024 Imigrante: Sonny James Salceda Cadawas Data Nascimento: 02/07/1990 Passaporte: P7095607B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008554/2024-88 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: JONATHAN LAM BONTIA Data Nascimento: 14/09/1976 Passaporte: P7586258A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008562/2024-24 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: GENEMARK DELOS SANTOS ARCAYOS Data Nascimento: 19/12/1979 Passaporte: P7494661A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008565/2024-68 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 21/12/2024 Imigrante: GIROLAMO LUMETTA Data Nascimento: 21/09/1968 Passaporte: YB3803843 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.008570/2024-71 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: NOVE CLEMEN GARRIDO Data Nascimento: 16/11/1977 Passaporte: P5887027B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008577/2024-92 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ROBERTO AMEDO LOTILLA Data Nascimento: 17/09/1980 Passaporte: P6324224B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008584/2024-94 Requerente: BARU OFFSHORE NAVEGACAO LTDA. Prazo: 12/02/2025 Imigrante: Carlos Arturo Vargas Simanca Data Nascimento: 28/02/1976 Passaporte: BA392147 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.008585/2024-39 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: RENE PAOLO MALIWANAG ALMAZAN Data Nascimento: 10/03/1990 Passaporte: P7743037A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008589/2024-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: KONSTANTINOS KAKALIS Data Nascimento: 15/11/1999 Passaporte: AT8238614 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.008596/2024-19 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: HARRY SUMAGAYSAY ALBANO Data Nascimento: 15/05/1977 Passaporte: P3374483B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008600/2024-49 Requerente: BARU OFFSHORE NAVEGACAO LTDA. Prazo: 12/02/2025 Imigrante: Luis Alberto Blanco Chadid Data Nascimento: 19/01/1991 Passaporte: AY715255 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.008601/2024-93 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: KONSTANTINOS DIMANIS Data Nascimento: 14/11/1989 Passaporte: AT6164204 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.008604/2024-27 Requerente: BARU OFFSHORE NAVEGACAO LTDA. Prazo: 12/02/2025 Imigrante: Luis Fernando Negrete Bolaño Data Nascimento: 22/05/1999 Passaporte: AU955551 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.008623/2024-53 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: KANNAJEERAO TULE Data Nascimento: 15/06/1987 Passaporte: Z5141982 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.008629/2024-21 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: VLADISLAVS VASKIS Data Nascimento: 04/04/1985 Passaporte: LV5323792 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.008859/2024-91 Requerente: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Anos Imigrante: KNUT OEISTEIN OLSEN Data Nascimento: 27/11/1958 Passaporte: 32846314 País: NORUEGA.

Processo: 08228.008872/2024-49 Requerente: OOS INTERNATIONAL DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: COSMIN-DUMITRU CRISTIAN Data Nascimento: 31/10/1988 Passaporte: 062841902 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.008884/2024-73 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 02/01/2026 Imigrante: Larry Kim Ibanez Mendoza Data Nascimento: 24/12/1993 Passaporte: P7993286B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008893/2024-64 Requerente: HOEGH LNG BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: WILLY ARNOCO PINO Data Nascimento: 22/08/1978 Passaporte: P5968804B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008930/2024-34 Requerente: HOEGH LNG BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JOHN ELMER ADLAON JACA Data Nascimento: 17/12/1980 Passaporte: P6149647B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008933/2024-78 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2025 Imigrante: Limping Anak Tajak Data Nascimento: 30/10/1972 Passaporte: K54979873 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.008937/2024-56 Requerente: POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA Prazo: 16/09/2025 Imigrante: Oleksandr Zuyev Data Nascimento: 11/09/1972 Passaporte: GF579914 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.008958/2024-71 Requerente: CHEC DREDGING CO. LTD Prazo: 2 Anos Imigrante: G M Fazlay Rabbi Data Nascimento: 15/11/1992 Passaporte: EG0697989 País: BANGLADESH Imigrante: Riyad Bepary Data Nascimento: 02/03/1993 Passaporte: B00016744 País: BANGLADESH Imigrante: Tanvir Huda Data Nascimento: 24/10/1995 Passaporte: B00020244 País: BANGLADESH.

Processo: 08228.009007/2024-11 Requerente: GRANENERGIA INVESTIMENTOS S.A. Prazo: 24/09/2025 Imigrante: KAREN ANGELICA PASAPERA ANTAURCO Data Nascimento: 27/03/1989 Passaporte: 123115038 País: PERU.

Processo: 08228.009016/2024-19 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: DANILO JR LACRO ITO Data Nascimento: 23/09/1986 Passaporte: P5962665B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009020/2024-79 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: EMANUEL PEDRAZA PACIA Data Nascimento: 23/08/1994 Passaporte: P7344485B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009062/2024-18 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 24/03/2026 Imigrante: Sandy Mordido Mozol Data Nascimento: 22/03/1968 Passaporte: P7113959B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009077/2024-78 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: DEMI LEWIS SHAFFER Data Nascimento: 03/04/1967 Passaporte: 567039037 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: MARK PAUL KOTLIAREVSKY Data Nascimento: 15/12/1966 Passaporte: 660289061 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.009081/2024-36 Requerente: BARU OFFSHORE NAVEGACAO LTDA. Prazo: 12/02/2025 Imigrante: Jose Luis Lara Obregon Data Nascimento: 12/09/1997 Passaporte: AR730720 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.009083/2024-25 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 14/05/2026 Imigrante: PATRICK ROSARE LAGUERTA Data Nascimento: 12/04/1994 Passaporte: P6494717A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009085/2024-14 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: JOSELITO DESPABILADERAS EYOYO Data Nascimento: 09/09/1987 Passaporte: P7711131A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009086/2024-69 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: VIVENCIO JR CAMASIS MALAGUEÑO Data Nascimento: 24/01/1988 Passaporte: P9326083A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009092/2024-16 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ROWEL DENGAL CONDESA Data Nascimento: 06/01/1986 Passaporte: P7984796A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009095/2024-51 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 02/01/2026 Imigrante: John Paul Buceta de Ocampo Data Nascimento: 28/11/1991 Passaporte: P2259433B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009105/2024-57 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: JOMAR ESGUERRA TAMAYO Data Nascimento: 29/01/1986 Passaporte: P0203055B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009108/2024-91 Requerente: BARU OFFSHORE NAVEGACAO LTDA. Prazo: 12/02/2025 Imigrante: Miguel Jose Sarmiento Russo Data Nascimento: 26/12/1979 Passaporte: AS570668 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.009110/2024-61 Requerente: BARU OFFSHORE NAVEGACAO LTDA. Prazo: 12/02/2025 Imigrante: Romir Escobar Infanzon Data Nascimento: 29/11/1978 Passaporte: AV795291 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.009170/2024-82 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: IOANNIS GRIVAKOS Data Nascimento: 09/06/2003 Passaporte: AT6293552 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.009173/2024-16 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: AKASH TOMAR Data Nascimento: 12/07/1992 Passaporte: U2005751 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.009176/2024-51 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 31/12/2024 Imigrante: JAKUB DRWIEGA Data Nascimento: 16/02/1983 Passaporte: EW4241571 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.009181/2024-62 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 08/05/2025 Imigrante: Piotr Peksyk Data Nascimento: 01/09/1991 Passaporte: EJ1839561 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.009212/2024-85 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Rey Lacro Oliveros Data Nascimento: 10/03/1987 Passaporte: P2955951B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009322/2024-47 Requerente: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Anos Imigrante: STEFAN STRASSBURG Data Nascimento: 13/12/1980 Passaporte: C1MHM197W País: ALEMANHA.

Processo: 08228.009380/2024-71 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ronald Capapas Dadap Data Nascimento: 03/11/1977 Passaporte: P7117703A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009383/2024-12 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: NICO BAINO BERNABE Data Nascimento: 01/04/1988 Passaporte: P5395951B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009425/2024-15 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 20/08/2024 Imigrante: CHARLES WAYNE TAYLOR Data Nascimento: 11/12/1957 Passaporte: 546130318 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: CHRISTOPHER LEE GARMON Data Nascimento: 12/06/1963 Passaporte: 567931848 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.009441/2024-16 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 06/02/2025 Imigrante: JOAR VALOIS ESCLAVIA Data Nascimento: 17/09/1983 Passaporte: P5208210B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009447/2024-77 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: MICHAEL RYAN DELOS SANTOS OLVIDO Data Nascimento: 30/10/1991 Passaporte: P8873375A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009449/2024-66 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ELY QUILEZA ORTALEZA Data Nascimento: 21/10/1962 Passaporte: P5019947B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009800/2024-19 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 30/03/2025 Imigrante: Salish Chazhikulam Achuthan Data Nascimento: 20/01/1975 Passaporte: Z6080216 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.009833/2024-69 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 24/02/2025 Imigrante: CLAUDIO MANUEL MARQUES DE LEMOS Data Nascimento: 10/09/1977 Passaporte: CB445269 País: PORTUGAL Imigrante: DONAT JAKOVCEV Data Nascimento: 30/12/1992 Passaporte: 156530266 País: CROÁCIA Imigrante: GORDON KIRK MCALLISTER Data Nascimento: 05/01/1965 Passaporte: 538947573 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: ANDREI PAKHOMOV Data Nascimento: 15/02/1980 Passaporte: 772594954 País: RÚSSIA Imigrante: CRAIG THOMAS HOPPER Data Nascimento: 01/08/1981 Passaporte: 551990654 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: DMITRII KIM Data Nascimento: 23/03/1982 Passaporte: 771323554 País: RÚSSIA Imigrante: EDINA EVA WETTSTEIN Data Nascimento: 07/09/1976 Passaporte: BJ8644221 País: HUNGRIA Imigrante: KIRK JOHN DICKEY Data Nascimento: 11/12/1986 Passaporte: 555415977 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: CHARLES EDWARD SCHULTZ IV Data Nascimento: 30/08/1974 Passaporte: 566785828 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: ALEXANDER NIKOLAYEVICH SIDOROV Data Nascimento: 02/12/1973 Passaporte: 759845743 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.009842/2024-51 Requerente: SIEM OFFSHORE DO BRASIL S/A Prazo: 2 Anos Imigrante: PHUONG VAN NGUYEN Data Nascimento: 03/03/1990 Passaporte: 33823582 País: NORUEGA.

Processo: 08228.009844/2024-49 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 09/01/2025 Imigrante: Santosh Kumar Yadav Data Nascimento: 01/06/1991 Passaporte: N7416097 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.009866/2024-17 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: LIAM GEOFFREY SHINE Data Nascimento: 02/04/1989 Passaporte: 534566411 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.009869/2024-42 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 24/02/2025 Imigrante: REMIGIO CABATIAN DE RAYA Data Nascimento: 01/10/1978 Passaporte: P9585113B País: FILIPINAS Imigrante: MAURO MUCCI Data Nascimento: 09/03/1980 Passaporte: YB4211194 País: ITÁLIA Imigrante: VLADISLAV VASILEVICH SKOROKHOD Data Nascimento: 28/09/1973 Passaporte: 761000354 País: RÚSSIA Imigrante: STUART ANDREW MORROW Data Nascimento: 17/12/1984 Passaporte: 133682684 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: TIMOTHY JOHN GIBBS Data Nascimento: 01/09/1966 Passaporte: 124533398 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: LARRY RAMILO PINOTE Data Nascimento: 12/11/1974 Passaporte: P5738910B País: FILIPINAS Imigrante: SCOTT ROBERT RAMSAYQ Data Nascimento: 13/11/1973 Passaporte: 128836444 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: ULDARICO CORTEL DURAN JR Data Nascimento: 27/05/1975 Passaporte: P7109269A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010047/2024-12 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 20/08/2024 Imigrante: MICHAEL JOHN MILLER Data Nascimento: 30/09/1971 Passaporte: 565803261 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010050/2024-28 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 31/12/2025 Imigrante: OLEKSANDR ZABOLOTNY Data Nascimento: 26/08/1987 Passaporte: GB168232 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.010062/2024-52 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 27/07/2024 Imigrante: Oliver Lingat Tongol Data Nascimento: 01/10/1973 Passaporte: P1341162C País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010074/2024-87 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 02/01/2026 Imigrante: April Jane Taneca Minoza Data Nascimento: 06/04/1997 Passaporte: P9039561B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010078/2024-65 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Derek Robertson Data Nascimento: 31/10/1959 Passaporte: 126334150 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010157/2024-76 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 24/02/2025 Imigrante: RICKY DEL MUNDO PEQUIT Data Nascimento: 01/10/1990 Passaporte: P6071751B País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.008297/2024-84 Requerente: SHIMADZU DO BRASIL COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YUJI KUNII Data Nascimento: 07/06/1979 Passaporte: TT1578900 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008591/2024-96 Requerente: TADANO BRASIL EQUIPAMENTOS DE ELEVACAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KAZUYUKI TAKASHIMA Data Nascimento: 25/09/1966 Passaporte: TR7896650 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008838/2024-74 Requerente: IKEA PURCHASING SERVICOS COMERCIAIS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Nicolae-Fanel Masache Data Nascimento: 09/06/1976 Passaporte: 060959879 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.008890/2024-21 Requerente: TERLOGS TERMINAL MARITIMO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: SHUNSAKU WATANABE Data Nascimento: 19/08/1978 Passaporte: TT 2.233.338 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008923/2024-32 Requerente: TERLOGS TERMINAL MARITIMO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MASAHIRO TOMIKURA Data Nascimento: 30/03/1970 Passaporte: TT 3.947.421 País: JAPÃO.

Processo: 08228.008998/2024-13 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: Indeterminado Imigrante: DMITRII POCHEPKIN Data Nascimento: 15/06/1971 Passaporte: 769138525 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.009071/2024-17 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: FETEGUE KONE Data Nascimento: 19/04/1974 Passaporte: 20AE62369 País: COSTA DO MARFIM.

Processo: 08228.009075/2024-89 Requerente: IBV BRASIL PETROLEO LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: HARINATH VISWANATHAN Data Nascimento: 22/05/1974 Passaporte: P7470636 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.009107/2024-46 Requerente: NYK DO BRASIL TRANSPORTE MARITIMO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: RYOSUKE SUZUKI Data Nascimento: 09/02/1975 Passaporte: TZ1136140 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 2º)

Processo: 08228.010561/2024-41 Requerente: MINEIROS ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: DERICK KENDA NTEMOH Data Nascimento: 10/07/1997 Passaporte: AA727218 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.010976/2024-13 Requerente: MINEIROS ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: XAVIER MBAKU FOMBUTU Data Nascimento: 02/08/2003 Passaporte: AA711246 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.010977/2024-68 Requerente: MINEIROS ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: THEODORE TENDONGUE FORCHIA Data Nascimento: 16/09/1994 Passaporte: AA745552 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.010983/2024-15 Requerente: MINEIROS ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Meses Imigrante: GODSAVE NDEMADIA Data Nascimento: 11/09/2001 Passaporte: AA718489 País: CAMARÕES.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.004263/2024-11 Requerente: MARCIO ALBERTINO LEVY GOMES TEIXEIRA Prazo: 2 Anos Imigrante: Márcio Albertino Levy Gomes Teixeira Data Nascimento: 12/02/1999 Passaporte: PA401420 País: CABO VERDE Mãe: Dulce Helena Pereira Levy Pai: Arlindo Gomes Teixeira.

Processo: 08228.004916/2024-61 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: KIRIL YORDANOV ANDREEV Data Nascimento: 02/11/1983 Passaporte: 387540962 País: BULGÁRIA Mãe: MARIANA MIHAYLOVA ANDREEVA Pai: YORDAN KIRILOV ANDREEV.

Processo: 08228.005189/2024-51 Requerente: JS MAFORT CONFECCOES Prazo: 02 Anos Imigrante: BIHUA CHEN Data Nascimento: 12/02/1985 Passaporte: EB9433648 País: CHINA Mãe: MEIYUN ZHUANG Pai: RONGHUA CHEN.

Processo: 08228.005859/2024-38 Requerente: MACARON CELULAR BR EIRELI Prazo: 02 Anos Imigrante: JIANLUN ZHAO Data Nascimento: 02/07/1981 Passaporte: EH9581531 País: CHINA Mãe: DONGRUI TANG Pai: BAOLIN ZHAO.

Processo: 08228.007450/2024-56 Requerente: LACTALIS DO BRASIL - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE LATICINIOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: martin eric cottard Data Nascimento: 23/12/1996 Passaporte: 15ch52773 País: FRANÇA Mãe: CATHERINE JEANINE LOQUET Pai: JEAN-LUC COTTARD.

Processo: 08228.007454/2024-34 Requerente: UNIVERSO IMPORTACAO, EXPORTACAO E COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: ALI SKAYKI Data Nascimento: 26/01/1998 Passaporte: LR1300559 País: LÍBANO Mãe: AMAL EZZEDDINE Pai: FAYSAL SKAYKI.

Processo: 08228.008119/2024-53 Requerente: RESTAURANTE YANAI SUSHI LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: ALI AL HADI KARIM Data Nascimento: 05/06/1999 Passaporte: LR2661556 País: LÍBANO Mãe: ZEINAB MENHEM Pai: ADNAN KARIM.

Processo: 08228.008124/2024-66 Requerente: ZHIWEI MAO Prazo: 02 Anos Imigrante: YEPING MAO Data Nascimento: 01/06/1979 Passaporte: EL4925324 País: CHINA Mãe: FENGDI LIN Pai: QINGRU MAO.

Processo: 08228.008272/2024-81 Requerente: J&T EXPRESS BRAZIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: LONGSONG PENG Data Nascimento: 02/01/1992 Passaporte: EL1664738 País: CHINA Mãe: SHENGQIN CHEN Pai: NÃO INFORMADO.

Processo: 08228.008294/2024-41 Requerente: IMILE DELIVERY BRAZIL LIMITADA Prazo: 1 Ano Imigrante: LONGFEI HAN Data Nascimento: 17/09/1988 Passaporte: EL2212807 País: CHINA Mãe: HUIQIN HAN Pai: SHENGLI LIU.

Processo: 08228.008371/2024-62 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: 02 Anos Imigrante: JIAQIAN ZHOU Data Nascimento: 25/12/1994 Passaporte: EC3637142 País: CHINA Mãe: YURONG ZHENG Pai: LIHONG ZHOU.

Processo: 08228.008516/2024-25 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: YU SHI Data Nascimento: 30/05/1989 Passaporte: EJ4620267 País: CHINA Mãe: WENLAN DAI Pai: YIWEN SHI.

Processo: 08228.008525/2024-16 Requerente: HUDABELA MAKE COMERCIO DE COSMETICOS E PERFUMARIA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: ALONG LIU Data Nascimento: 04/08/1989 Passaporte: EJ7113946 País: CHINA Mãe: JUHONG QIN Pai: XIUSHUN LIU.

Processo: 08228.008552/2024-99 Requerente: CHINA BIJU COMERCIAL DE VARIEDADES LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: LIMEI HUANG Data Nascimento: 11/06/1979 Passaporte: EF8305993 País: CHINA Mãe: JINLAN CHEN Pai: JINFU HUANG.

Processo: 08228.008683/2024-76 Requerente: YANG CHUN ELETRONICOS Prazo: 2 Anos Imigrante: CHUIGUO LIU Data Nascimento: 15/07/1980 Passaporte: EB5466866 País: CHINA Mãe: AIZHU ZHUANG Pai: GUIDONG LIU.

Processo: 08228.008700/2024-75 Requerente: Felipe Hotta Sociedade Individual de Advocacia Prazo: 1 Ano Imigrante: Michal Krzysztof Orzeg-Wydra Data Nascimento: 30/09/1993 Passaporte: 135871219 País: REINO UNIDO Mãe: Magdalena Orzeg-Wydra Pai: Krzystof Franciszek Wydra.

Processo: 08228.008729/2024-57 Requerente: YANG CHUN ELETRONICOS Prazo: 2 Anos Imigrante: LANJIN LIU Data Nascimento: 03/03/1974 Passaporte: EE5662271 País: CHINA Mãe: AIZHU ZHUANG Pai: GUIDONG LIU.

Processo: 08228.008757/2024-74 Requerente: LOJA DA CHINA PRESENTES E VARIEDADES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SHAOQIANG ZHUANG Data Nascimento: 25/04/1978 Passaporte: EE6819999 País: CHINA Mãe: YUYING ZHUANG Pai: ZHENCAN ZHUANG.

Processo: 08228.008816/2024-12 Requerente: POWERCHINA INTERNATIONAL GROUP LIMITED DO BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: ZHAOMIN HE Data Nascimento: 03/10/1978 Passaporte: PE2161264 País: CHINA Mãe: Xueqin Meng Pai: Dayi He.

Processo: 08228.008817/2024-59 Requerente: POWERCHINA INTERNATIONAL GROUP LIMITED DO BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: XUEFENG LEI Data Nascimento: 19/08/1982 Passaporte: PE3018714 País: CHINA Mãe: Caie Yang Pai: Gongshe Lei.

Processo: 08228.008819/2024-48 Requerente: POWERCHINA INTERNATIONAL GROUP LIMITED DO BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: ZHENG LEI Data Nascimento: 25/01/1988 Passaporte: PE3027798 País: CHINA Mãe: Changfang Yan Pai: Chengbao Lei.

Processo: 08228.008919/2024-74 Requerente: ZHONGLIANG WANG - MEGA COMERCIAL Prazo: 2 Anos Imigrante: JIANXING CHEN Data Nascimento: 17/06/1974 Passaporte: E99013934 País: CHINA Mãe: YIHUA LIN Pai: YIHAO CHEN.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.003987/2024-47 Requerente: APPLUS QUALITEC SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JAN BASTIAAN RALF KLOOSTER Data Nascimento: 22/08/1975 Passaporte: NXC1CLRH6 País: HOLANDA.

Processo: 08228.005098/2024-14 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: MARIA BELEN JULIO DIAZ Data Nascimento: 08/02/1988 Passaporte: LE89406 País: BOLÍVIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.007903/2024-44 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: 1 Ano Imigrante: JIANQUAN LIU Data Nascimento: 08/09/1977 Passaporte: PE2213200 País: CHINA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.004396/2024-97 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: WOJCIECH MARCIN SIKORSKI Data Nascimento: 25/03/1987 Passaporte: FB1089365 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.004933/2024-15 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ADAM STENCEL Data Nascimento: 28/03/1991 Passaporte: FB0866237 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.004958/2024-19 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: BOGUSLAW TOMASZ BALDYGA Data Nascimento: 13/10/1975 Passaporte: EU1726983 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.004968/2024-38 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: MIROSLAW GABRIEL KAMINSKI Data Nascimento: 24/03/1958 Passaporte: ET5914635 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.006026/2024-94 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 08/12/2024 Imigrante: BONIFACIO RIO BAHAGUE Data Nascimento: 30/11/1962 Passaporte: P7131460B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006035/2024-85 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 08/12/2024 Imigrante: REDANTE KING GARCIA Data Nascimento: 10/10/1963 Passaporte: P2709773B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006040/2024-98 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 08/12/2024 Imigrante: JOSEPH SISON MACALINAO Data Nascimento: 04/07/1978 Passaporte: P4948980B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.006050/2024-23 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 08/12/2024 Imigrante: CHRISTIAN JOR CRUZ REYES Data Nascimento: 06/05/1982 Passaporte: P1604024B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.007613/2024-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/06/2024 Imigrante: JOSE VIRGILIO ESLOBO BURGOS Data Nascimento: 18/06/1984 Passaporte: P5701903B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.007640/2024-73 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: OSKARS PETERSONS Data Nascimento: 28/05/1973 Passaporte: LV6133411 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.008573/2024-12 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: RICHARD WONG BALEN Data Nascimento: 16/07/1983 Passaporte: P6001286B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.008588/2024-72 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: JAMES NICOLE MALABAG Data Nascimento: 31/07/1993 Passaporte: P0284653B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.058863/2023-18 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: SASA PAHLIC Data Nascimento: 26/08/1976 Passaporte: 012155593 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.058864/2023-62 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: KARLO KANDIC Data Nascimento: 28/03/1977 Passaporte: 097233037 País: CROÁCIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art.4°, §1º)

Processo: 08228.007510/2024-31 Requerente: MERCOSUL LINE NAVEGACAO E LOGISTICA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: NEUSA MARINA DE ASSUNÇÃO VARELA FERREIRA Data Nascimento: 16/09/1982 Passaporte: CC493240 País: PORTUGAL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art.6°c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.007408/2024-35 Requerente: CHEIL BRASIL COMUNICACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YUN SEOK LEE Data Nascimento: 04/07/1972 Passaporte: M61908030 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.007409/2024-81 Requerente: CHEIL BRASIL COMUNICACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YUNSUNG LEE Data Nascimento: 17/01/1979 Passaporte: M34643150 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.007583/2024-22 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JINHAN KIM Data Nascimento: 26/10/1973 Passaporte: M994V5340 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.007584/2024-77 Requerente: DONGWON BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: WOOSEONG KANG Data Nascimento: 12/11/1979 Passaporte: MMM706B9498 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.008151/2024-39 Requerente: PARANAITA RIBEIRAOZINHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. Prazo: 03 Anos Imigrante: HOUGUO LU Data Nascimento: 12/08/1967 Passaporte: EJ5154535 País: CHINA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.000641/2024-97 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: Indeterminado Imigrante: LINFENG YANG Data Nascimento: 09/07/1989 Passaporte: EJ6439996 País: CHINA.

Processo: 08228.001028/2024-97 Requerente: MASSIMILIANO GALEANO Prazo: Indeterminado Imigrante: MASSIMILIANO GALEANO Data Nascimento: 02/09/1969 Passaporte: YB6768160 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.008543/2024-14 Requerente: MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA Prazo: Indeterminado Imigrante: Francesco Maria Ornani Data Nascimento: 02/10/1980 Passaporte: YC2515255 País: ITÁLIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.002796/2024-68 Requerente: STEPHANIE ANN FRY Prazo: 2 Anos Imigrante: STEPHANIE ANN FRY Data Nascimento: 09/02/1990 Passaporte: 82814550 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.005412/2024-69 Requerente: MOSTEIRO DA SANTA CRUZ Prazo: 1 Ano Imigrante: ETIENNE BRUNO MARIE PEREZ Data Nascimento: 21/01/1991 Passaporte: 18CF46084 País: FRANÇA.

Processo: 08228.007508/2024-61 Requerente: COMUNIDADE CATOLICA SHALOM Prazo: 2 Anos Imigrante: Alex Manuel Mascarenhas Varela Masrtins Data Nascimento: 14/07/1991 Passaporte: PA386957 País: CABO VERDE.

Processo: 08228.007750/2024-35 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ALDAIR ROLANDO ARCILA ESTRADA Data Nascimento: 13/08/2002 Passaporte: PAL424554 País: ESPANHA.

Processo: 08228.007790/2024-87 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Anos Imigrante: Gavin Shad Wheatley Data Nascimento: 02/07/2003 Passaporte: 664144298 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.007814/2024-14 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Anos Imigrante: Annalise Kristina Willey Data Nascimento: 21/09/2003 Passaporte: A106537743 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.007864/2024-85 Requerente: CONGREGACAO DO IMACULADO CORACAO DE MARIA - CICM Prazo: 2 Anos Imigrante: FLORIANUS RINU MATTE Data Nascimento: 02/10/1985 Passaporte: C9629222 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.008534/2024-15 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 2 Anos Imigrante: Byrner Giovanni Fuentes Rodríguez Data Nascimento: 16/09/2004 Passaporte: 299861171 País: GUATEMALA.

Processo: 08228.008822/2024-61 Requerente: COMUNIDADE OBRA DE MARIA - OPUS MARIAE Prazo: 2 Anos Imigrante: EDINELIDA DE PIEDADE SILVA Data Nascimento: 15/08/1997 Passaporte: PA237108 País: CABO VERDE.

Processo: 08228.058362/2023-31 Requerente: MARIA HELENA DOS REIS Prazo: 02 Anos Imigrante: Santina Data Nascimento: 26/11/1989 Passaporte: F490867-U País: TIMOR.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 15/2017

Processo: 08228.005041/2024-15 Requerente: BALLET MAGNIFICAT! BRASIL Prazo: 1 Ano Imigrante: RYAN ISABELLA MIETHE Data Nascimento: 08/11/2002 Passaporte: A33579626 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 20/2017

Processo: 08228.013595/2024-96 Requerente: Sofia Ana Elise Steinvorth Prazo: 1 Ano Imigrante: Sofia Ana Elise Steinvorth Data Nascimento: 06/02/1992 Passaporte: C1PXRJ00M País: ALEMANHA.

Processo: 08228.013718/2024-99 Requerente: GANADEV PRAJAPATHY CHANDRASEKHARAN Prazo: 12/07/2024 Imigrante: Ganadev Prajapathy Chandrasekharan Data Nascimento: 26/06/1992 Passaporte: M9952519 País: ÍNDIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.003710/2024-14 Requerente: EMILY PREMIUM LOJAS DE VARIEDADES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JINYI WU Data Nascimento: 06/07/2003 Passaporte: EF9828683 País: CHINA Mãe: FENGLAN WU Pai: JUQI LIN.

Processo: 08228.005059/2024-17 Requerente: PIKOLIN BRASIL INDUSTRIA DE COLCHOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: DANIEL CIRAC PENA Data Nascimento: 09/03/1993 Passaporte: PAL464037 País: ESPANHA Mãe: MARIA TERESA PENA Y BORIA Pai: ALFONSO DOMINGO CIRAC Y FERRANDEZ.

Processo: 08228.005242/2024-12 Requerente: BUSINESS FRANCE Prazo: Indeterminado Imigrante: SIMON JEAN MARIE COMMEIGNES Data Nascimento: 16/05/1992 Passaporte: 19CF02325 País: FRANÇA Mãe: CECILE MARIE THERESE PERROT Pai: MARC YVES COMMEIGNES.

Processo: 08228.007559/2024-93 Requerente: WU & WEI PRESENTES E UTILIDADES EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: JIANCHUANG QIU Data Nascimento: 13/10/1991 Passaporte: G61547898 País: CHINA Mãe: JINMEI WEI Pai: SONGYUN QIU.

Processo: 08228.007602/2024-11 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: HUA LU Data Nascimento: 10/06/1989 Passaporte: EJ1434489 País: CHINA Mãe: JIYINH YAN Pai: JIHOU LU.

Processo: 08228.007608/2024-98 Requerente: BCW COMERCIO DE MODA LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HUAYUAN GUO Data Nascimento: 10/04/1972 Passaporte: EA8865976 País: CHINA Mãe: Buying Zhi Pai: Qinghong Guo.

Processo: 08228.007643/2024-15 Requerente: GREAT WALL MOTOR BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: YIFU CHEN Data Nascimento: 05/10/1997 Passaporte: EJ4094488 País: CHINA Mãe: Zhanping Fu Pai: Qiehao Chen.

Processo: 08228.007671/2024-24 Requerente: AGROPECUARIA LABRUNIER LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: EDUARDO FERNANDEZ ORTEGA Data Nascimento: 15/10/1973 Passaporte: PAL144333 País: ESPANHA Mãe: Rosario Ortega Lucas Pai: Luis Fernandez Sanchez.

Processo: 08228.007676/2024-57 Requerente: IMP DO BRASIL PRODUCAO DE FELTROS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Mario German Santana Artilles Data Nascimento: 07/10/1964 Passaporte: PAL905187 País: ESPANHA Mãe: Maria del Carmen Artiles Vega Pai: Juan Expedito Santana Moreno.

Processo: 08228.007727/2024-41 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: HONGFEI LONG Data Nascimento: 28/05/1983 Passaporte: EF6358420 País: CHINA Mãe: JIANYING DONG Pai: DEGANG LONG.

Processo: 08228.007811/2024-64 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Ryuichi Kato Data Nascimento: 03/03/1981 Passaporte: TT1899039 País: JAPÃO Mãe: Minako Kato Pai: Mamoru Kato.

Processo: 08228.007816/2024-97 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Adnan El Maoued Data Nascimento: 13/08/1968 Passaporte: PR0296553 País: PALESTINA Mãe: Fatme El Maoued Pai: Abdallah El Maoued.

Processo: 08228.007831/2024-35 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Masahiko Hirata Data Nascimento: 10/04/1969 Passaporte: MJ1492816 País: JAPÃO Mãe: Yasuko Hirata Pai: Shizuo Hirata.

Processo: 08228.007832/2024-81 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Masao Nakano Data Nascimento: 02/11/1964 Passaporte: TZ2201328 País: JAPÃO Mãe: Setsuko Nakano Pai: Tomoo Nakano.

Processo: 08228.007853/2024-11 Requerente: FASTTEL ENGENHARIA S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: MOHMED AFFAN IBRAHIM SHAIKH Data Nascimento: 05/06/1990 Passaporte: B6739717 País: ÍNDIA Mãe: NOORJAHAN IBRAHIM SHAIKH Pai: IBRAHIM SHAIKH.

Processo: 08228.007878/2024-15 Requerente: EQUINOR ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Lene Haereid Henriksen Data Nascimento: 09/02/1980 Passaporte: 32281026 País: NORUEGA Mãe: Liv Haereid Henriksen Pai: Lars Henriksen.

Processo: 08228.008203/2024-77 Requerente: XLX - COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: MINGHUA CHEN Data Nascimento: 07/09/1979 Passaporte: E49699857 País: CHINA Mãe: SAIZHU LIN Pai: PUSHENG CHEN.

Processo: 08228.008212/2024-68 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHAELLA SEAN BEATTY Data Nascimento: 24/05/1993 Passaporte: 677265273 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: JOAN MAE BEATTY Pai: SEAN MICHAEL BEATTY.

Processo: 08228.008214/2024-57 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: Indeterminado Imigrante: MICHELLE FOX MUGATHA Data Nascimento: 19/11/1971 Passaporte: 548670338 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: DORIS RENEE CLINE Pai: LINNEY STEVE FOX.

Processo: 08228.008217/2024-91 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: Indeterminado Imigrante: MIRIAM LORRAINE RODRIGUEZ Data Nascimento: 21/03/1989 Passaporte: 642396638 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: ANGELA KAY VERDOORN Pai: EDWARD RODRIGUEZ.

Processo: 08228.008218/2024-35 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: Indeterminado Imigrante: PRIYA ADRIANNE BRANSON Data Nascimento: 24/12/1988 Passaporte: 578309521 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: LISA LYNETTE CUNNINGHAM Pai: KARTIK JAGGI.

Processo: 08228.008265/2024-89 Requerente: WENG QIQIANG MERCADO Prazo: Indeterminado Imigrante: RUIQIONG CHEN Data Nascimento: 17/04/1979 Passaporte: EH7914259 País: CHINA Mãe: NENGYING WENG Pai: MINGYUN CHEN.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 14/2017)

Processo: 08228.004845/2024-13 Requerente: CONGREGACAO DAS MISSIONARIAS DA CARIDADE Prazo: Indeterminado Imigrante: ESTER DENISE JOSE GUAMBE Data Nascimento: 23/12/1990 Passaporte: 15AN66645 País: MOÇAMBIQUE Mãe: ELSA CATARINA MATE Pai: JOSE MANUEL GUAMBE.

Processo: 08228.007598/2024-91 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA ARAUTOS DO EVANGELHO Prazo: Indeterminado Imigrante: José Arturo Peralta Concepción Data Nascimento: 23/01/2004 Passaporte: RD6409303 País: REPÚBLICA DOMINICANA Mãe: Gleidys Rosarina Concepcion Santos Pai: Nelson Peralta Gomez.

Processo: 08228.007645/2024-12 Requerente: MISSAO BATISTA DO SUL DO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: Trent William Jones Data Nascimento: 01/06/1979 Passaporte: 683183562 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Gracie Alice Howell Pai: Jerrold Allen Jones.

Processo: 08228.007646/2024-41 Requerente: MISSAO BATISTA DO SUL DO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: Kay Lynn Jones Data Nascimento: 08/02/1979 Passaporte: 683183563 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Pamela Marie Hufstetler Pai: Donald Preston Baker.

Processo: 08228.007772/2024-11 Requerente: JUVENTINO HERMILO CORTES SOLIS Prazo: 2 Anos Imigrante: JUVENTINO HERMILO CORTES SOLIS Data Nascimento: 25/01/1975 Passaporte: G15879713 País: MÉXICO Mãe: FLORENCIA SOLIS MARIN Pai: HERMILO CORTES HERNANDEZ.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 24/2019)

Processo: 08228.014244/2024-19 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA Prazo: Indeterminado Imigrante: ELÍSIO GUERREIRO DO ESTANQUE Data Nascimento: 12/02/1952 Passaporte: CC158985 País: PORTUGAL Mãe: Maria Joaquina Barroca Pai: José João do Estanque.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.003980/2024-25 Requerente: DEPAK INDIAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI Prazo: 02 Anos Imigrante: MEHARVAN SINGH Data Nascimento: 25/08/1988 Passaporte: X5384444 País: ÍNDIA Mãe: BACHANI DEVI Pai: RUKAM SINGH.

Processo: 08228.005079/2024-98 Requerente: JARDIM DO ALCHYMIST RESTAURANTE LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: ROBERTO MEZZELA Data Nascimento: 22/09/1960 Passaporte: YA6963958 País: ITÁLIA Mãe: VERONICA PATTI Pai: VICENZO MEZZELA.

Processo: 08228.007719/2024-11 Requerente: COMPANHIA PAULISTA DE FORCA E LUZ Prazo: 01 Ano Imigrante: CHENG CHEN Data Nascimento: 15/08/1990 Passaporte: PE2213742 País: CHINA Mãe: XIAOLAN WANG Pai: HONGBING CHEN.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.003359/2024-61 Requerente: PETRONAS PETROLEO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Peter Batruny Data Nascimento: 22/05/1991 Passaporte: LR1965728 País: LÍBANO Mãe: Pauline Bou Zeid Pai: Habib.

Processo: 08228.003603/2024-96 Requerente: PETRONAS PETROLEO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Mohd Faizal Bin Ab Aziz Data Nascimento: 27/09/1986 Passaporte: A56046395 País: MALÁSIA Mãe: Sabriah @ Kasma Binti Awang Pai: Ab Aziz Bin Safie.

Processo: 08228.007787/2024-63 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Young Soo Lee Data Nascimento: 27/09/1965 Passaporte: M93006176 País: CORÉIA DO SUL Mãe: Gok Ji Lee Pai: Jongmin Lee.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 04/2017)

Processo: 08228.007721/2024-73 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 12 Meses Imigrante: ROBERTO MARIO PADILLA MANTILLA Data Nascimento: 14/04/1994 Passaporte: AY867883 País: COLÔMBIA Mãe: GEORGINA MANTILLA GALVIZ Pai: ROBERTO PADILLA FERRER.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.001025/2024-53 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 25/10/2024 Imigrante: Joselito Cuntapay Ragojo Data Nascimento: 08/06/1984 Passaporte: P8194815B País: FILIPINAS Mãe: CATHERINE CUNTAPAY RAGOJO Pai: LOLITO RAGOJO RAGOJO JR..

Processo: 08228.002679/2024-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ADAM JAN BUDNIK Data Nascimento: 16/11/1983 Passaporte: EH3275327 País: POLÔNIA Mãe: HALINA TERESA BUDNIK Pai: JAN WACLAW BUDNIK.

Processo: 08228.004809/2024-33 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: TOBIAS HUDSON SCOTT Data Nascimento: 21/05/1962 Passaporte: 554154893 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: PAULINE SCOTT Pai: ROBIN MACGILLYCUDDY HUDSON SCOTT.

Processo: 08228.004887/2024-38 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 30/09/2024 Imigrante: NOVO ALEX MAGDADARO PEPITO Data Nascimento: 11/08/1972 Passaporte: P7814161B País: FILIPINAS Mãe: VICTORIANA MAGDADARO PEPITO Pai: MANUEL OTIC PEPITO.

Processo: 08228.007929/2024-92 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Baldwin Kenneth Pajulas de Guzman Data Nascimento: 20/06/1993 Passaporte: P7654394B País: FILIPINAS Mãe: EVELYN NOVELO PAJULAS Pai: EDWIN CALIXTRO DE GUZMAN.

Processo: 08228.007991/2024-84 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Meegandran Chandrasegaran Data Nascimento: 21/02/1990 Passaporte: A54769792 País: MALÁSIA Mãe: NILAVENY A/P N. JACOB Pai: CHANDRASEKARAN A/L PERUMAL.

Processo: 08228.007993/2024-73 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Muhammad Faiz Bin Rosidi Data Nascimento: 26/02/1990 Passaporte: A59104811 País: MALÁSIA Mãe: MAZNAH BINTI ISHAK Pai: ROSIDI BIN ABU BAKAR.

Processo: 08228.008172/2024-54 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Krzysztof Rudnicki Data Nascimento: 06/03/1979 Passaporte: EL0002621 País: POLÔNIA Mãe: Grazyna Mariola Gudima Pai: Zbigniew Rudnicki.

Processo: 08228.008179/2024-76 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: SANJIV KUMAR SHARMA Data Nascimento: 12/07/1975 Passaporte: Z7422733 País: ÍNDIA Mãe: SAROJ SHARMA Pai: KAILASH NATH SHARMA.

Processo: 08228.058776/2023-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: ALFREDO VARGAS ARCEO Data Nascimento: 04/02/1964 Passaporte: P3825719B País: FILIPINAS Mãe: NENA VARGAS ARCEO Pai: DIALDO OBLIGAR ARCEO.

Processo: 08228.058784/2023-15 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: GIOVANNI MARCO DE LUCA Data Nascimento: 10/03/1990 Passaporte: YA9339673 País: ITÁLIA Mãe: ELISABETTA DE IUDICIBUS Pai: ANTONIO MARIA NICOLA DE LUCA.

Processo: 08228.058818/2023-63 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: MARK ANTHONY CHAN NAMOC Data Nascimento: 01/03/1986 Passaporte: P2352106B País: FILIPINAS Mãe: MARIA LORNA FELICIA Pai: ANTOLIN JAGAPE NAMOC.

Processo: 08228.058821/2023-87 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 31/01/2024 Imigrante: GERARDO JR HAIM OLPOC Data Nascimento: 20/09/1963 Passaporte: P0774106C País: FILIPINAS Mãe: FELICIANA HAIM OLPOC Pai: GERARDO OLPOC.

Processo: 08228.058825/2023-65 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: IKE SAMONTE SALAZAR Data Nascimento: 24/01/1985 Passaporte: P7177131A País: FILIPINAS Mãe: LEONORA SAMONTE Pai: GONZALO SALAZAR.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 14/2017)

Processo: 08228.005043/2024-12 Requerente: LUIZ GONZAGA DA SILVA Prazo: 2 Anos Imigrante: KASEREKA MUNGA Data Nascimento: 16/12/1985 Passaporte: OP 14012773 País: CONGO Mãe: CHRISTINE MASIKA Pai: KAKOMBI VATSURANA.

Processo: 08228.005482/2024-17 Requerente: ASSOCIACAO ANTONIO E MARCOS CAVANIS Prazo: 2 Anos Imigrante: Jonel John Alimocon Data Nascimento: 27/04/1997 Passaporte: P5239397B País: FILIPINAS Mãe: Amie Pante Bato Pai: Julito Alimocon Rementizo Imigrante: Jonel John Alimocon Data Nascimento: 27/04/1997 Passaporte: P5239397B País: FILIPINAS Mãe: Amie Pante BAto Pai: Julito Alimocon Rementizo Imigrante: Jonel John Bato Alimocon Data Nascimento: 27/04/1997 Passaporte: P5239397B País: FILIPINAS Mãe: Amie Pante Bato Pai: Julito Alimococ Rementizo.

Processo: 08228.005487/2024-41 Requerente: ASSOCIACAO ANTONIO E MARCOS CAVANIS Prazo: 2 Anos Imigrante: Dane Piamonte Berongoy Data Nascimento: 21/09/1996 Passaporte: P5239351B País: FILIPINAS Mãe: Blisila Sagetarius Piamonte Pai: Gaudencio Berongoy.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 15/2017)

Processo: 08228.007575/2024-86 Requerente: MATEUSZ MICHAL STYCZYNSKI Prazo: 1 Ano Imigrante: Mateusz Michal Styczynski Data Nascimento: 31/03/1990 Passaporte: EJ 2315680 País: POLÔNIA Mãe: Ewa Mariola Styczynska Pai: Michal Tomasz Styczynski.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 16/2017)

Processo: 08228.011126/2024-32 Requerente: GARCIA E GARCIA ESPETACULOS CULTURAIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: LEONEL SUEIRAS GARAY Data Nascimento: 06/01/1994 Passaporte: k449175 País: CUBA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 17/2017)

Processo: 08228.007696/2024-28 Requerente: WANG BO Prazo: 2 Anos Imigrante: WANG BO Data Nascimento: 27/04/1991 Passaporte: SE0563019 País: CHINA Mãe: YAFEI WANG Pai: FUYUN CHEN.

Processo: 08228.007780/2024-41 Requerente: TAO HUANG Prazo: 2 Anos Imigrante: TAO HUANG Data Nascimento: 17/09/1978 Passaporte: SE0563302 País: CHINA Mãe: HUI MING WANG Pai: DE SHENG HUANG.

Processo: 08228.007802/2024-73 Requerente: YIMING CHEN Prazo: 01 Ano Imigrante: YIMING CHEN Data Nascimento: 04/04/1975 Passaporte: SE0540981 País: CHINA Mãe: Fenglan Yan Pai: Lianrui Chen.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 20/2017)

Processo: 08228.014053/2024-31 Requerente: PETER REIMITZ Prazo: 30/04/2025 Imigrante: Peter Reimitz Data Nascimento: 07/02/1993 Passaporte: C8WKY38K7 País: ALEMANHA Mãe: Christina Gertrud Reimitz Pai: Ernst Alois Maenner-Reimitz.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 08228.007622/2024-91 Requerente: ANTHONY PAUL MUGNIER NEUVESSELLE Prazo: Indeterminado Imigrante: ANTHONY PAUL MUGNIER NEUVESSELLE Data Nascimento: 04/08/1980 Passaporte: 16DL17197 País: FRANÇA Mãe: ROSANNA LIBERTI Pai: ROLAND GEORGES MUGNIER.

Processo: 08228.007668/2024-19 Requerente: ELISABETH RACHEL LEONARD VAN DAM Prazo: 2 Anos Imigrante: ELISABETH RACHEL LEONARD VAN DAM Data Nascimento: 15/05/1986 Passaporte: EP033480 País: BÉLGICA Mãe: Linda Louise Ivens Pai: Walter Martinus Jozef Gentil Cesar Van Dam.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 - Alteração de prazo

Processo: 08228.003833/2024-55 Requerente: NIKOLAY PALY Prazo: 2 Anos Imigrante: NIKOLAY PALY Data Nascimento: 30/10/1961 Passaporte: A34803315 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 08228.001444/2024-95 Requerente: DOMINIQUE MARIE RENE DONATIEN COUROUSSE Prazo: 1 Ano Imigrante: Dominique Marie Rene Donatien Courousse Data Nascimento: 03/08/1960 Passaporte: 22FC95531 País: FRANÇA Mãe: Colette Marie Therese Drouaud Pai: Rene Felix Marie Joseph Courousse.

Processo: 08228.003977/2024-11 Requerente: RENE LOUIS ANDRE GUILLEC Prazo: 02 Anos Imigrante: RENE LOUIS ANDRE GUILLEC Data Nascimento: 18/10/1962 Passaporte: 2IAD57546 País: FRANÇA Mãe: YVONNE GUILLOU Pai: ANDRE LOUIS REMY GUILLEC.

Processo: 08228.005067/2024-63 Requerente: JORGE SILVA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jorge Silva Data Nascimento: 25/02/1954 Passaporte: 582923566 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Alegria Silva Pai: Jorge Wilfredo Silva.

Processo: 08228.005986/2024-37 Requerente: CARLA GERMANA GETTO Prazo: 1 Ano Imigrante: carla germana getto Data Nascimento: 10/10/1943 Passaporte: YC1882401 País: ITÁLIA Mãe: balconi carolina elisabetta Pai: getto alfredo.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 4º c/c 2º, Inciso II)

Processo: 08228.007863/2024-31 Requerente: Harold C Randall Prazo: 1 Ano Imigrante: Harold C. Randall Data Nascimento: 21/04/1951 Passaporte: 567626365 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Ruth Landay Pai: Bernard L. Randall.

Processo: 08228.008077/2024-51 Requerente: PAMELA BROWN Prazo: 2 Anos Imigrante: PAMELA BROWN Data Nascimento: 02/08/1940 Passaporte: 658175550 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Ardnella Shaw Pai: Robert Jarvis Brown Jr.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021 - Renovação de Residência

Processo: 08228.000329/2024-11 Requerente: ROBERT MARINUS BENICIO HOOGENDOORN Prazo: 1 Ano Imigrante: ROBERT MARINUS BENICIO HOOGENDOORN Data Nascimento: 30/03/1966 Passaporte: BWCJ38K89 País: HOLANDA.

Processo: 08228.004873/2024-14 Requerente: JOSEPH LANNEN Prazo: 1 Ano Imigrante: JOSEPH WILLIAM LANNEN Data Nascimento: 04/11/1980 Passaporte: 567376757 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.055830/2023-16 Requerente: SERGIO DONDEO RIBEIRO FREIRE Prazo: 1 Ano Imigrante: DREW ARTHUR PAUL TOMPKINS Data Nascimento: 27/08/1970 Passaporte: HB533306 País: CANADÁ.

Processo: 08228.057910/2023-14 Requerente: FARIS KASHMEERI Prazo: 01 Ano Imigrante: FARIS KHALID N KASHMEERI Data Nascimento: 06/03/1996 Passaporte: U836303 País: ARÁBIA SAUDITA.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.004336/2024-74 Requerente: IRINA KANONYKHINA Prazo: 1 Ano Imigrante: Irina Kanonykhina Data Nascimento: 26/09/1991 Passaporte: 765173248 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.008169/2024-31 Requerente: Klavdiia Osennikova Prazo: 1 Ano Imigrante: Klavdiia Osennikova Data Nascimento: 17/04/1994 Passaporte: 766760285 País: RÚSSIA.

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 66, Seção 1, de 05/04/2024, Pág. 72, Processo: 08228.001988/2024-57, onde se lê: Data de Nascimento: 22/09/1976, leia-se: Data de Nascimento: 22/08/1976.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 84, de 02/05/2024, Seção 1, Pág. 73, Processo: 08228.004634/2024-64, onde se lê: Mãe: YINGSHUN HUANG; Pai: Não informado, leia-se: Mãe: XUEXIA LIN; Pai: YINGSHUN HUANG.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 78, de 23/04/2024, Seção 1, Pág. 44, Processo: 08228.004812/2024-57, onde se lê: Mãe: Maria Luisa Sevillano Usunariz, leia-se: Mãe: MARIA LUISA SEVILLANO ALSUNARIZ.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 63, Seção 1, de 02/04/2024, Pág. 49, Processo: 08228.006246/2024-18, onde se lê: Imigrante: Tuan Tenneyson Thierens, leia-se: Imigrante: Tuan Tennyson Thierens.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 66, Seção 1, de 05/04/2024, Pág. 69, Processo: 08228.010688/2024-69, onde se lê: Imigrante: Rishat Rasitovic Kreker Fattakov, leia-se: Imigrante: Rishat Rasitovic Kreker.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 81, de 26/04/2024, Seção 1, Pág. 103, Processo: 08228.013434/2024-19, onde se lê: Imigrante: WARNASOORIYA MADDUMA MUTHUKALAGE KELUM KRISHANTHA, leia-se: Imigrante: KELUM KRISHANTHA WARNASOORIYA MADDUMA MUTHUKULAGE.

JONATAS LUIS PABIS

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS DE 6 DE MAIO DE 2024

Código: 412.244
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0367286/2023.
Interessado: MARIE ISEMATA LOUIMA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o/a requerente não apresentou a legalização do antecedente criminal do país de origem, e portanto não atende ao requisito previsto no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Código: 279.804
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0255738/2022.
Interessado: THOMAS ALEXANDER JAMES BURTSCHER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o/a requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a apostila, e portanto não atende à exigência contida art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Código: 245.119
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0225446/2022
Interessado: LESSLY STEFANI VEGAS ZAPATA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020,?indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e portanto não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ

DESPACHO Nº 83/DINAT_ADMINISTRATIVO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS

Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: LELIA GREGORIO EMBANA
Processo: 08212.000288/2020-91

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, com o fito de cumprir a decisão judicial proferida nos autos do processo judicial nº 5001924-73.2022.4.03.6109, DESARQUIVA o processo de naturalização nº 08212.000288/2020-91 e, considerando que a requerente não apresentou a legalização da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, INDEFERE o pedido tendo em vista o não cumprimento do requisito disposto no inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

MARTHA PACHECO BRAZ

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a correta grafia do nome de José Albino Carvalho Lobo, incluído na Portaria nº 3.040, de 11 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2023, é JOSÉ ALBINO CARVALHO DE AZEREDO LOBO, e não como constou. Processo nº 235881.0292839/2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome do genitor de Talla Mboup, incluído na Portaria nº 2.813, de 06 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2023, é MADEMBA MBOUP, e não como constou. Processo nº 235881.0121559/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de Sonia Vilbrun, incluído na Portaria nº 2.658, de 06 de setembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 08 de setembro de 2023, é JEANNETTE JOSEPH, e não como constou. Processo nº 235881.0280373/2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome do genitor de Evgeny Shachnev, incluído na Portaria nº 3.176, de 31 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1° de fevereiro de 2024, é EVGENY SHACHNEV, e não como constou. Processo nº 235881.0238326/2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de Herman Jose Lopes Pimenta, incluído na Portaria nº 2.159, de 25 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 26 de maio de 2023, é MARIA DA LUZ LOPES PIMENTA, e não como constou. Processo nº 235881.0271045/2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de Roberto Eduardo Ruiz Fernandez, incluído na Portaria nº 3.064, de 18 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2023, é MERY LLENY FERNANDEZ DE RUIZ, e não como constou. Processo nº 235881.0356755/2023

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que Maria Carminda Lopes da Silva, incluída no Decreto Coletivo nº 536, de 01 de dezembro de 1968, publicada no Diário Oficial da União de 04 de dezembro de 1968, passou a assinar MARIA CARMINDA LOPES FARIAS, em virtude de haver contraído matrimônio com Jorge Farias, em 06 de outubro de 1971, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da 2° Circunscrição do 4° Distrito de São Gonçalo - Rio de Janeiro/RJ, Matrícula 091223 01 55 1971 3 00011 291 0003222 23. Processo nº 08084.002456/2024-19

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que o exato nome da genitora de Adam Ben Zarfa, incluído na Portaria nº 2.876, de 23 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de outubro de 2023, é RACHIDA ACHRAOU, e não como constou. Processo nº 235881.0312139/2022

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

Declara que a correta grafia do nome de Paula Aversa, incluído na Portaria nº 3.470, de 22 de abril de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 23 de abril de 2024, é PAULA ANDREA AVERSA, e não como constou. Processo nº 235881.0364065/2023

LAÍS TELES DE MENEZES

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS

PORTARIA Nº 327, DE 23 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o fluxo, atribuições e procedimentos relativos à celebração, execução, acompanhamento/fiscalização, prestação de contas e tomada de contas especial de convênios, contratos de repasse, termos de fomento , termos de colaboração e instrumentos congêneres da Secretaria Nacional de Politicas Penais.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas do art. 31 , do Decreto nº 11.348, de 1 de janeiro de 2023, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Decreto nº 11.271, de 5 de dezembro de 2022, no Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 01 de setembro de 2023, no Decreto 8726 de 27 de abril de 2016 e na Lei 13.019 de 31 de julho de 2014,resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidos o fluxo, as atribuições e os procedimentos relativos à celebração, execução, acompanhamento/fiscalização, prestação de contas e tomada de contas especial de convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração da Secretaria Nacional de Politicas Penais.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I- acompanhamento: atividade de monitoramento da execução física e financeira das metas e etapas do objeto pactuado nos instrumentos, a ser realizada pelo concedente ou pela mandatária;

II- administrador público: agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

III- administração pública: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias;

IV- ajuste de plano de trabalho: alteração da peça processual integrante dos instrumentos, que evidencia o detalhamento do objeto, da justificativa, dos cronogramas físico e financeiro, do plano de aplicação das despesas, bem como das informações da conta corrente específica, dos partícipes e dos seus representantes;

V- anteprojeto: peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico da obra ou serviço de engenharia, que deve conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnica, econômica e social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;

b) condições de solidez, de segurança e de durabilidade;

c) prazo de entrega;

d) estética do projeto arquitetônico, traçado geométrico e/ou projeto da área de influência, quando cabível;

e) parâmetros de adequação ao interesse público, de economia na utilização, de facilidade na execução, de impacto ambiental e de acessibilidade;

f) proposta de concepção da obra ou do serviço de engenharia;

g) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção proposta;

h) levantamento topográfico e cadastral;

i) pareceres de sondagem; e

j) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação;

VI- apoiador técnico: prestador de serviços contratado pelo concedente para auxiliar na análise de documentos técnicos, no acompanhamento da execução e na avaliação da prestação de contas final dos convênios, em atividades instrumentais ou acessórias;

VII- área temática: área responsável pela análise das propostas, acompanhamento da execução e alinhamento de acordo com a política pública implementada;

VIII- atividade: é um instrumento de programação para alcançar o objetivo do programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta o produto necessário à manutenção da ação do governo;

IX- bens remanescentes: materiais permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos do instrumento, necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este;

X- celebração: formalização que se dará com a assinatura do termo de convênio e/ou contrato de repasse devidamente publicado em Diário Oficial da União;

XI- chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

XII- comissão de seleção: órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XIII- comissão de monitoramento e avaliação: órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante

de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XIV- concedente: órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela transferência dos recursos financeiros destinados à execução do objeto de convênio ou de contrato de repasse;

XV- condição suspensiva: situação que impede a plena eficácia do instrumento celebrado, condicionada à apresentação das peças documentais de que trata o art. 24, observado o prazo definido em cláusula específica;

XVI- conformidade financeira: aferição da execução financeira do objeto pactuado em relação ao previsto no plano de trabalho e no projeto básico, realizada pelo concedente ou pela mandatária de forma contínua, durante toda a vigência do instrumento, com registro de eventuais impropriedades ou irregularidades no Transferegov.br;

XVII- conselho de política pública: órgão criado pelo poder público para atuar como instância consultiva, na respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas;

XVIII- consórcio público: pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da federação, na forma da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, com personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, integrante da administração indireta de todos os entes da Federação consorciados; ou de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil;

XIX- contrato de repasse: instrumento de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição financeira oficial federal, que atua como mandatária da União;

XX- contrato administrativo de execução ou fornecimento - CTEF: instrumento jurídico que disciplina a execução de obra, fornecimento de bem ou serviço, regulado pelas leis e demais normas pertinentes, tendo como contratante o órgão ou entidade que figura como convenente ou unidade executora;

XXI- contrato de prestação de serviços - CPS: instrumento jurídico que regula a prestação de serviços realizados pela mandatária ou pelo apoiador técnico a favor do concedente, que deve conter as atribuições e atividades delegadas, a forma de remuneração pelos serviços e, no caso das mandatárias, as limitações do mandato outorgado;

XXII- convenente: órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal, consórcio público ou entidade privada sem fins lucrativos, com o qual a administração pública federal pactua a execução de programa, projeto, atividade, obra ou serviço de engenharia, mediante celebração de convênio ou de contrato de repasse;

XXIII- convênio: instrumento que, na ausência de legislação específica, disciplina a transferência de recursos financeiros oriundos dos OFSS para execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração;

XXIV- dirigente: pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil, habilitada a assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

XXV- emendas parlamentares: instrumento que permite aos deputados e senadores realizarem alterações no orçamento anual. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) poderão alocar recursos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social autônomo. As emendas são chamadas impositivas porque a União é obrigada a executá-las quando aprovadas.;

XXVI- estimativa de viabilidade socioeconômica: verificação da contribuição do projeto para o bem-estar da sociedade;

XXVII- estudo de concepção e de alternativas de projeto: peças técnicas utilizadas para descrever as alternativas estudadas e justificar a solução de engenharia adotada, tomando por base aspectos técnicos, econômicos, sociais e ambientais;

XXVIII- etapa : divisão existente na execução de uma meta;

XXIX- fiscais de convênio e contrato de repasse: servidores/mobilizados formalmente designados mediante portaria para acompanhar e fiscalizar a execução dos convênios e contratos de prestação de serviço-CPS (Mandatárias);

XXX- fiscalização: atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo convenente e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos;

XXXI- funcionalidade do objeto: possibilidade de realização das funções e de utilização dentro das finalidades para as quais o objeto se destina, propiciando a geração de benefícios à população em cumprimento às condições definidas no programa do concedente;

XXXII- fruição do objeto: geração de benefício ou de utilização pela população, mesmo que com funcionalidade parcial, respeitadas as necessidades locais e a finalidade principal do objeto pactuado no instrumento, ainda que atendendo parcialmente às condições estabelecidas no programa do concedente;

XXXIII- gestor: agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

XXXIV- instrumentos de repasse: convênios , contratos de repasse. termos de fomento e termos de colaboração;

XXXV- interveniente: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, ou, ainda, entidade privada, que participe do instrumento para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio;

XXXVI- laudo de análise técnica: documento, emitido pelo concedente ou mandatária, que consubstancia a análise técnica e documental de objeto que envolva a execução de obras;

XXXVII- mandatária: instituição financeira oficial federal, que celebra e operacionaliza contratos de repasse em nome da União;

XXXVIII- meta: parcela quantificável do objeto descrita no plano de trabalho;

XXXIX- modalidade de aplicação: forma de indicação/destinação do recurso, que poderão ser aplicados diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário ou mediante transferência, inclusive decorrentes de descentralização orçamentária para outros níveis de governo, seus órgãos ou entidades;

XL- objeto: produto do instrumento, observado o programa de trabalho (plano de trabalho) e as suas finalidades;

XLI- OPP convenente: minuta da ordem bancária voltada para a transferência de recursos da conta corrente específica do convênio ou contrato de repasse para uma outra conta de titularidade do convenente;

XLII- ordem de pagamento de parcerias - OPP: minuta da ordem bancária de pagamento de despesa dos instrumentos, encaminhada virtualmente pelo Transferegov.br;

XLIII- organização da sociedade civil: entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

XLIV- órgãos de controle: instituições vinculadas aos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que possuem designação constitucional para orientar, auditar, fiscalizar e acompanhar a execução dos projetos e atividades de governo nos aspectos de legalidade, eficácia, economicidade e eficiência;

XLV- padronização do objeto: estabelecimento de modelos ou critérios a serem seguidos nos instrumentos que visem ao atingimento de objetivo similar, definidos pelo concedente, especialmente quanto às características do objeto e ao seu custo;

XLVI- parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

XLVII- parecer: documento que contém o entendimento especializado e fundamentado de parecerista sobre determinado assunto, de forma clara e precisa, submetido à aprovação da autoridade superior;

XLVIII- plano de trabalho: documento integrante do instrumento, independente de transcrição, que evidencia os partícipes e seus representantes, o detalhamento do objeto, a justificativa, os cronogramas físico e financeiro e o plano de aplicação das despesas;

XLIX- plano de sustentabilidade: documento em que o convenente detalha os aspectos orçamentários, técnicos e de recursos humanos necessários à garantia do pleno funcionamento do objeto pactuado, incluindo aqueles afetos à operação e à manutenção;

L- prestação de contas :

a) análise convencional de prestação de contas: análise detalhada de prestação de contas, sem a utilização do procedimento informatizado;

b) procedimento informatizado de análise de prestação de contas: procedimento baseado na utilização de trilhas de auditoria e no cotejo entre a nota de risco dos instrumentos, apurada a partir de um modelo preditivo supervisionado, e o limite de tolerância ao risco da faixa de valor;

c) modelo preditivo supervisionado: modelo desenvolvido pela Controladoria-Geral da União - CGU, a partir da aplicação de algoritmos computadorizados de aprendizado de máquina e utilizado para predizer o valor de uma variável-alvo, dado um conjunto de variáveis de entrada;

d) nota de risco: pontuação atribuída a um instrumento, variável de 0 a 1, relacionada à probabilidade de uma prestação de contas ser reprovada em uma análise detalhada de prestação de contas e calculada a partir da aplicação do modelo preditivo supervisionado;

e) limite de tolerância ao risco da faixa: nota de risco acima da qual é obrigatória a análise convencional de prestação de contas, determinada pelo órgão ou entidade concedente para os instrumentos situados em determinada faixa de valor, levando em consideração o apetite ao risco;

f) apetite ao risco: nível de risco que os órgãos e entidades concedentes estão dispostos a assumir, com vistas à aplicação do modelo informatizado de análise de prestações de contas dos instrumentos;

g) tomada de contas especial - TCE: processo administrativo formal, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo ressarcimento;

LI- projeto básico: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço de engenharia, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

a) levantamentos topográficos e cadastrais, sondagens e ensaios geotécnicos, ensaios e análises laboratoriais, estudos socioambientais e demais dados e levantamentos necessários para execução da solução escolhida;

b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a evitar, por ocasião da elaboração do projeto executivo e da realização das obras e montagem, a necessidade de reformulações ou variantes quanto à qualidade, ao preço e ao prazo inicialmente definidos;

c) identificação dos tipos de serviços a executar e dos materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como das suas especificações, de modo a assegurar os melhores resultados para o empreendimento e a segurança executiva na utilização do objeto, para os fins a que se destina, considerados os riscos e os perigos identificáveis, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) informações que possibilitem o estudo e a definição de métodos construtivos, de instalações provisórias e de condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendidos a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso; e

f) orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados, obrigatório exclusivamente para os regimes de execução previstos nos incisos I, II, III, IV e VII do caput do art. 46 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

LII- Organizações da Sociedade Civil - OSC: entidades sem fins lucrativos, mostram-se importantes aliadas do Poder Público no desenvolvimento e implementação de políticas públicas que atendam às demandas sociais;

LIII- projeto de investimento em infraestrutura: o estudo, o projeto ou a obra destinada à ampliação do estoque de ativos de infraestrutura custeados com recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Poder Executivo Federal, com finalidade econômica, social, administrativa ou militar.

LIV- proponente: órgão ou entidade pública ou entidade privada sem fins lucrativos que manifeste, por meio de proposta ou plano de trabalho, interesse em celebrar instrumento;

LV- proposta de trabalho: documento utilizado para manifestação formal dos órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, interessadas em celebrar os instrumentos regulamentados por esta Portaria Conjunta;

LVI- reformulação do projeto básico: alterações do escopo do projeto de engenharia aceito, tais como: alteração significativa do projeto arquitetônico, mudança da alternativa escolhida no estudo de concepção e de alternativas de projeto, ou alteração da metodologia construtiva;

LVII- termo aditivo: ajuste que tenha por objetivo a modificação de instrumento já celebrado;

LVIII- termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

LIX- termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

LX- termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;

b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;

c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

d) requisitos da contratação;

e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;

f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;

g) critérios de medição e de pagamento;

h) forma e critérios de seleção do fornecedor;

i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado; e

j) adequação orçamentária;

LXI- Transferegov.br: ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União a:

a) órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta;

b) consórcios públicos; e

c) entidades privadas sem fins lucrativos.

LXII- unidade executora: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta de qualquer esfera de governo, inclusive consórcio público de direito público, partícipe no instrumento, sobre o qual recai a responsabilidade pela execução do objeto pactuado, a critério do convenente, desde que aprovado previamente pelo concedente ou pela mandatária;

LXIII- verificação da realização do processo licitatório: procedimento que verifica a realização dos processos de compras ou de contratações, bem como a compatibilidade com o objeto pactuado;

LXIV- visita de campo preliminar: visita técnica presencial, realizada no local de intervenção onde ocorrerá a obra ou complexo de obras, previamente à análise do projeto básico e à emissão do laudo de análise técnica;

LXV- visita in loco: visita técnica presencial realizada pelo concedente ou pela mandatária quando as informações constantes do Transferegov.br não forem suficientes para verificar a entrega do bem ou serviço pactuado;

LXVI- vistoria in loco: vistoria técnica presencial, realizada no local de intervenção, para acompanhamento e monitoramento da execução de obras e serviços de engenharia;

LXVII- vistoria remota: acompanhamento realizado com a utilização de sensores remotos fixos ou móveis para identificar serviços ou obras, suas localizações e seus estágios de execução;

Art.3º A transferência voluntária de recursos ocorrerá mediante a celebração de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres, consoante disposições da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 01 de setembro de 2023, na Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, e legislação correlata.

Parágrafo único - A execução de programas da SENAPPEN por meio das modalidades de transferências voluntárias de recursos observará as regras gerais estabelecidas pelos normativos expedidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

CAPÍTULO II

DA CELEBRAÇÃO

Seção I

Das Regras Gerais

Art.4º A celebração de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomento e instrumentos congêneres deverá atender aos seguintes requisitos:

I- consecução de programa em área de atuação afeta à Secretaria Nacional de Políticas Penais, desde que exista interesse recíproco entre os partícipes na execução do projeto, atividade, serviço, evento ou aquisição de bens, em regime de mútua cooperação;

II- existência de condições técnicas do órgão ou entidade parceiro quanto à execução do objeto proposto, bem como da unidade responsável pelo repasse, no que se refere à capacidade de acompanhamento e fiscalização;

III- compatibilidade entre o objeto proposto e as competências da Secretaria Nacional de Políticas Penais;

IV- divisão da execução do objeto em metas e etapas exequíveis e aferíveis objetivamente;

V- liberação dos recursos financeiros em parcelas, em consonância com a execução das metas, fases e etapas previstas no plano ou programa de trabalho;

VI- cronograma de desembolso;

VII- previsão de início e fim da execução do objeto e da conclusão das etapas ou fases programadas; e

VIII- se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

Parágrafo único- A transferência de recursos, quando tratar-se de convênios ou contrato de repasse deverá obedecer o disposto no artigo 68 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 01 de setembro de 2023 e aos normativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Seção II

Das Disposições Iniciais

Art.5º Os meios de transferências voluntárias sob a tutela da CGGIR, abrangem as modalidades de Convênios , Termos de Fomento e Termos de Colaboração , que podem ser provenientes de recursos da própria SENAPPEN ou decorrentes de Emendas Parlamentares.

Art.6º Os contratos de repasse serão geridos pela Diretoria Executiva da SENAPPEN.

Art.7º A criação e abertura de programas da SENAPPEN no Transferegov.br relacionados a convênios , contratos de repasse, destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e termos de fomento e termos de colaboração destinados a Organizações da Sociedade Civil - OSC, fica condicionada a apresentação prévia pela área temática das modalidades de aplicação e sua conformidade com objetivos e diretrizes das políticas definidas pela SENAPPEN.

Art.8º A criação de programas para celebração de convênios , contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração com recursos próprios da SENAPPEN será iniciada por meio de um processo no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, com no mínimo os seguintes documentos:

I- parecer elaborado pela área temática contendo:

a) fato motivador para abertura do programa alinhado à política pública;

b) justificativa da vantajosidade (custo-benefício) da transferência de recursos por intermédio de convênios , contratos de repasse, contratos de repasse, termos de fomento ou termos de colaboração;

c) declaração da própria área acerca da sua capacidade técnico-operacional para implementar a política mediante convênio e/ou contrato de repasse, termo de fomento, termo de colaboração e

d) apresentação da Ação Orçamentária específica à demanda a ser atendida.

II- declaração de disponibilidade orçamentária emitida pelo ordenador de despesa.

Art.9º A criação de programas para celebração de convênios , contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração com recursos provenientes de emendas parlamentares será iniciada por meio de um processo no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, com no mínimo os seguintes documentos:

I- ofício do parlamentar com a indicação do beneficiário e/ou oficio da DIREX/SENAPPEN;

II- parecer elaborado pela área finalística contendo:

a) fato motivador para abertura do programa,

b) justificativa da vantajosidade (custo-benefício) da transferência de recursos por intermédio de convênios , contratos de repasse, termos de fomento ou termos de colaboração;

c) declaração da própria área acerca da sua capacidade técnico-operacional para implementar a política mediante convênios ,contratos de repasse, termos de fomento ou termos de colaboração, e;

III- Lei Orçamentária Anual contendo a emenda, espelho da emenda e indicação do(s) beneficiário(s) com CNPJ(S) e respectivos valores.

Art.10º Instruído o processo para criação de programas, a CGGIR deverá remeter os autos à Diretoria responsável pela política a ser implantada para manifestar-se-á acerca de sua capacidade técnico-administrativa operacional, no âmbito de suas competências.

Parágrafo único - Cumprido os requisitos estabelecidos no art. 7º ou art. 8º, e não havendo óbice na emenda apresentada, conforme o caso, fica autorizada à CGGIR a abertura do Programa para celebração de convênios ,contratos de repasse, termos de fomento ou termos de colaboração.

Seção III

Da Abertura de Programas no Transferegov.br

Art.11. A divulgação dos programas da SENAPPEN deverá seguir os normativos que regulamentam a matéria.

Art.12. Autorizada a abertura dos programas na forma prevista no artigo 7º, cabe à Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse, por meio da Coordenação de Formalização, operacionalizar o procedimento no Transferegov.br, inserindo:

I- beneficiários formalmente indicados pelos interessados;

II- tipo de instrumento a ser celebrado (convênio , contrato de repasse, termos de fomento ou termos de colaboração);

III- qualificação da proposta;

IV- período de início e fim do recebimento da proposta de acordo com os cronogramas emanados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, quando for o caso ou de acordo com os prazos definidos pela Ministério da Justiça e Segurança Pública;

V- nome do programa com a indicação da ação orçamentária;

VI- tipo de despesa (bem, serviço, obra, tributo ou outros);

VII- demais normativos e orientações vinculadas a execução dos instrumentos de preenchimento obrigatório no Transferegov.br.

Art.13. Os pedidos de prorrogação de prazo de disponibilização do programa no Transferegov.br, nos casos de recursos próprios da SENAPPEN, devem ser direcionados à CGGIR/DIRPP para deliberação e autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. Em relação às emendas parlamentares, o prazo de disponibilidade do programa deverá se adequar ao cronograma estabelecido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, caso esta SENAPPEN não possua cronograma próprio.

Art.14. A Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse deverá comunicar formalmente a abertura dos programas no Transferegov.br, aos seguintes destinatários:

I- ao Gabinete da SENAPPEN;

II- à Assessoria de Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos - AGRAE;

III- à área temática, quando se tratar de recursos próprios;

IV- à Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça e Segurança Pública, quando se tratar de emendas parlamentares;

V- aos beneficiários de emendas parlamentares.

Seção IV

Da Proposta e do Plano de Trabalho

Art.15. Na fase de proposição de inclusão dos projetos pelos proponentes, caberá à área temática responsável pela política pública:

I- analisar as propostas de trabalho apresentadas pelos proponentes, manifestando-se em relação à viabilidade e à adequação aos objetivos do programa, devendo ser observados os seguintes requisitos:

a) alinhamento do objeto a ser executado com objetivos e diretrizes dos programas cadastrados;

b) aderência às políticas de segurança pública estabelecidas pela SENAPPEN;

c) justificativa contendo: a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal, a indicação do público beneficiário, a descrição do problema a ser resolvido, os resultados esperados e a respectiva forma de mensuração.

II- caberá à Diretoria de Políticas Penitenciárias emitir Nota Técnica/Parecer por intermédio da Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse - CGGIR em relação:

a) ao preenchimento dos requisitos formais para celebração de convênios, contratos de repasse celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos ou entidades públicas, e os termos de fomento e termos de colaboração destinados a Organizações da Sociedade Civil - OSC conforme previsto nos normativos vigentes que regulamentam a matéria;

b) às vedações previstas nas normas vigentes ou normas que vierem a substituir;

c) à atualização do cadastro do órgão ou entidade pública e OSC no Transfergov.br, contendo elementos tais como: razão social, numero de inscrição do CNPJ, endereço, telefone, relação nominal dos dirigentes, CPF no Transferegov.br;

d) à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução dos instrumentos de repasse;

e) à contrapartida financeira devidamente registrada no Transferegov.br respeitados os percentuais e as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias anual acompanhada pelo Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD;

f) à conformidade do preenchimento e respectiva comprovação das abas relativas à proposta no Transferegov.br, conforme normativos e manuais que regulamentam a utilização do sistema.

Parágrafo único. Em relação às atribuições relacionadas nos incisos I e II deste artigo, caso as áreas envolvidas apontem diligências para complementação e saneamento da proposta de trabalho pelo proponente, a DIRPP, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse, encaminhará as diligências aos proponentes, inserindo as respectivas notas técnicas, pareceres e outras comunicações formais no Transferegov.br.

Art. 16. Os planos de trabalho apresentados pelos proponentes deverão ser analisados observando, no mínimo, os seguintes aspectos e atribuições:

I- caberá à área temática emitir Nota Técnica/Parecer, devendo avaliar os seguintes requisitos:

a) descrição completa do objeto a ser executado, na forma do normativo vigente;

b) justificativa para a celebração do instrumento, na forma do normativo vigente;

c) plano de trabalho e, conforme o caso, do Termo de Referência/Projeto Básico, com relação aos aspectos quantitativos e qualitativos dos bens e/ou serviços, verificando a compatibilidade com o objetivo do programa;

d) compatibilidade entre as metas apresentadas no plano de trabalho e os resultados esperados descritos na proposta;

e) compatibilidade entre os bens/serviços pretendidos e as respectivas normas específicas, quando couber.

II- Caberá à Diretoria de Políticas Penitenciárias, por intermédio da Divisão de Formalização de Instrumentos de Repasse da Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse - CGGIR emitir Nota Técnica/Parecer, devendo avaliar os seguintes requisitos:

a) o devido preenchimento no Transfereregov.br do cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso e plano de aplicação detalhado compatíveis com o objeto da proposta e com a ação orçamentária apresentada e em conformidade com o Termo de Referência aprovado;

b) a descrição das metas a serem atingidas;

c) a definição das etapas ou fases da execução;

d) a estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pelo concedente e a contrapartida prevista para o proponente, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em lei;

e) a contrapartida financeira do proponente;

f) a conformidade do cadastramento das abas relativas à proposta do transferegov.br, conforme normativos e manuais que regulamentam a utilização e o preenchimento do sistema de cadastramento;

g) a pesquisa de mercado, conforme especificações aprovadas no Plano de Trabalho, Termo de Referência/Projeto Básico pela área finalística e previstas em normativos que regulamentam a matéria devidamente inserido na aba respectiva do Transferegov.br, conforme normativos vigentes.

h) a previsão de prazos para execução e de valores compatíveis para as transferências voluntárias que não incidam nas vedações previstas nos normativos que regulamentam a matéria ou de outros que vierem a substituí-los.

Art.17. Atendidas as diligências, após reanálise pela área temática, o processo será encaminhado à DIRPP/CGGIR com Nota Técnica conclusiva.

Art.18. Para os Contratos de Repasse (obras/reformas/ampliações), a análise técnica do plano de trabalho será efetuada pela Mandatária.

Art.19. No caso de emendas parlamentares, as áreas envolvidas, após a análise das propostas e dos planos de trabalho poderão classificá-las, com impedimento técnico, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério da Economia.

Art.20. Os prazos para análise das propostas e dos planos de trabalho, nos casos de recursos provenientes de emendas parlamentares, seguirão o cronograma apresentado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, em caso de flexibilização de norma ou sua ausência, a SENAPPEN estabelecerá cronograma próprio.

Seção V

Da Aprovação e/ou Reprovação da Proposta Apresentada

Art.21. Após concluída as análise das propostas e dos planos de trabalho , caberá à COFIR/CGGIR instruir o processo e encaminhar para Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para análise da Minuta de Termo de Convênio e/ou Minuta de Termo de Fomento/Colaboração a ser firmado com o ente federado proponente ou OSC, conforme o caso concreto ,devendo a COFIR/CGGIR promover os ajustes apontados por aquela Consultoria.

Art.22. Após deliberação e aprovação da proposta pela área temática e respectiva Diretoria, caberá a CGGIR/DIRPP, nos casos de convênios gerar sistemicamente o pré-convênio, e, após encaminhar o processo para a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças - CGOF-SENAPPEN/DIREX para adoção das providências necessárias à emissão da nota de empenho.

I- Após deliberação e aprovação da proposta pela SENAPPEN, caberá a DIREX, nos casos de contratos de repasse (obras/reformas/ampliações), após a deliberação e aprovação do Secretário Nacional de Políticas Penais, a proposta será enviada sistemicamente Transferegov.br à Mandatária, para formalização da assinatura do Contrato de Repasse.

§ 1º Não havendo orçamento disponível, deverá a CGOF-SENAPPEN registrar no processo essa indisponibilidade. Nesse caso, não será celebrado o convênio/contrato de repasse.

§ 2º. Nos casos de aprovação das propostas de convênio com recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional pela SENAPPEN, caberá à CGGIR/DIRPP submeter as propostas à deliberação do GAB-SENAPPEN.

Art.23. Após empenho, o processo retornará à COFIR/CGGIR para:

I- disponibilizar o Termo de Convênio para a assinatura do Proponente e, posteriormente, do Secretário Nacional e Políticas Penais;

II- enviar o processo por intermédio do Transferegov.br, para a Mandatária, nos casos de contrato de repasse, cabendo a esta a responsabilidade pela formalização da assinatura do Contrato de Repasse.

III- registrar o termo assinado no Transferegov.br, com ulterior publicação no Diário Oficial da União - DOU;

IV- comunicar a celebração do convênio, contrato de repasse, termo de fomento ou termo de colaboração , à área temática, às Câmaras Municipais ou Assembleias Legislativas e à Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL , sendo neste último nos casos de propostas provenientes de emendas parlamentares; e

V- remeter os autos à Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse - COAFIR para adoção de procedimentos de acompanhamento e fiscalização dos instrumentos celebrados na forma do Regimento Interno e dos demais normativos vigentes.

Art.24. Nos casos que não for aprovada as propostas pela área competente da Secretaria Nacional de Políticas Penais , o processo retornará a CGGIR a qual deverá adotar as seguintes providências:

I- emissão de Nota Técnica/Parecer conclusivo, com exposição de motivos da reprovação;

II- encaminhamento do processo para a CONJUR da proposta casos em que os normativos vigentes exigem;

III- registro no Transferegov.br e comunicação desse ato ao proponente e à área temática;

IV- informar a Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL, da reprovação da proposta, com vistas à comunicação aos parlamentares nos casos em que os recursos sejam oriundos de emendas parlamentares.

Parágrafo único. Nos casos de reprovação das propostas de convênio com recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional, caberá à CGGIR dar conhecimento das propostas ao GAB-SENAPPEN, indicando o objeto, valor e as razões da não aprovação.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art.25. Nas atividades de monitoramento da execução de convênios serão utilizados modelos a serem definidos pelos normativos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Parágrafo único - A SENAPPEN poderá adequar os respectivos modelos às políticas internas pertinentes do órgão.

Art.26. Quando não for liberado em parcela única , a liberação da parcela subsequente dependerá da análise da execução correspondente à parcela anterior, além de outros requisitos previstos na legislação pertinente.

Art.27. Durante a execução do objeto pactuado, o concedente e a mandatária deverão realizar o acompanhamento e a conformidade financeira por meio dos documentos e informações inseridos no Transferegov.br, verificando:

I- o cumprimento das metas e etapas do plano de trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre o pactuado e o efetivamente executado;

II- a regularidade das informações registradas pelo convenente ou unidade executora no Transferegov.br;

III- as liberações de recursos da União e os aportes de contrapartida, conforme cronograma pactuado;

IV- os pagamentos realizados pelo convenente ou unidade executora; e

V- a boa e regular aplicação dos recursos e a validade dos atos praticados, respondendo, o convenente e a unidade executora, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

§ 1º O concedente e a mandatária deverão:

I- em até 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do instrumento, designar, em atos publicados em boletim interno ou similar, os servidores ou empregados responsáveis pelo acompanhamento de que trata o caput; e

II- em até 10 (dez) dias, contados após a designação de que trata o inciso I, registrar no Transferegov.br, os servidores ou empregados responsáveis pelo acompanhamento.

§ 2º Nos contratos de repasse, o acompanhamento deverá ser feito por funcionário do quadro permanente da mandatária, que participará da equipe e assinará em conjunto os documentos técnicos.

Art.28. A SENAPPEN poderá utilizar para as atividades de acompanhamento e fiscalização, o apoio de outros entes do Poder Executivo federal que se situem próximos ao local de aplicação de recursos.

Seção II

Da Alteração do Plano de Trabalho e do Aditamento ao Convênio

Art.29. Após a celebração dos convênios e sendo necessário, eventualmente, os pedidos de ajustes do plano de trabalho e termos aditivos deverão ser realizados dentro do prazo permitido pelas normas de execução e, sendo tempestivos, caberá à Diretoria responsável pela politica pública , por meio da respectiva Coordenação:

I- analisar o pedido em relação ao ajuste do plano de trabalho ou termo aditivo, na forma do normativo vigente;

II- comunicar o fiscal nomeado com vistas a verificação de eventuais objeções/solicitações pendentes;

III- analisar o Termo de Referência/Projeto Básico nos seus aspectos administrativos;

IV- analisar a pesquisa de mercado em conformidade com os normativos vigentes;

Art.30. Na fase de execução, quando solicitados ajustes pelos convenentes, analisará o mérito e emitirá Nota Técnica/Parecer referentes aos itens relacionados:

I- pertinência da justificativa do pedido;

II- alteração pretendida em consonância ao objeto aprovado;]

III- termo de referência/projeto básico (com relação aos aspectos quantitativo e qualitativos dos bens e/ou serviços, verificando a compatibilidade com o objetivo do programa);

IV- conformidade entre as especificações dos bens/serviços previstos no plano de trabalho e os bens/serviços efetivamente apresentados para fins de aceite dos procedimentos licitatórios; e]

V- impactos finalísticos considerando os resultados a serem esperados.

Parágrafo único. Após as analises o processo administrativo deverá ser enviado para COFIR/CGGIR para formalização dos atos, envio a CONJUR, conforme o caso concreto e registros no Transferegov.br.

Art.31. Para os Contratos de Repasse (obras/reformas/ampliações), a alteração de plano do trabalho é conhecida como reformulação, o serviço é realizado pela Mandatária cabendo à DIREX, quando acionada pela equipe de fiscalização do Contrato de Prestação de Serviços, chancelar a reformulação.

§ 1º . Caberá a Mandatária realizar o acompanhamento da execução do objeto, em conformidade com o Contrato de Prestação de Serviços conforme tarifas previstas no contrato.

Seção III

Do Acompanhamento e Fiscalização

Art.32. A Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse, após a celebração do convênio, deverá cadastrar no Transferegov.br os fiscais e técnicos das áreas temáticas, aos convênios sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. A designação dos fiscais e dos técnicos das áreas temáticas dar-se-á mediante Portaria baixada pela autoridade competente.

I- Caberá à Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse - COAFIR realizar os seguintes procedimentos:

a) informar ao convenente, pelo Transferegov.br, quanto à sua designação para o acompanhamento e fiscalização do convênio desde a celebração até a prestação de contas, bem como solicitar informações necessárias para a comprovação do acompanhamento e fiscalização do objeto;

b) realizar a interlocução com o responsável designado pelo convenente ou entidade parceira;

c) realizar visita técnica presencial quando as informações constantes do Transferegov.br não forem suficientes para verificar a entrega do bem ou serviço pactuado;

d) atuar de forma preventiva, orientando o órgão ou a entidade parceira de forma a evitar problemas durante a execução do instrumento;

e) monitorar a execução do cumprimento do objeto, com base no cronograma de execução do Plano de Trabalho, dos lançamentos dos atos da execução, efetivando a análise financeira nos relatórios correspondentes, gerados pelo Sistema;

f) consolidar por meio de relatório, todos os registros de acompanhamento e fiscalização realizados durante a vigência do instrumento;

g) manter atualizadas todas as informações inerentes aos convênios em vigência consolidadas em planilha contendo dados, tais como: número do convênio, partícipes, valores, vigência, objeto e demais informações relevantes;

h) disponibilizar periodicamente, por meio de Ofício Circular, orientações gerais aos convenentes às quais serão registradas no Transferegov.br.

Art.33. A Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse, anualmente, elaborará no primeiro trimestre a agenda de "visita técnica presencial", conforme normativos vigentes, por prioridades estabelecidas mediante demandas oriundas dos Órgãos de Controle e de acordo com a necessidade do serviço, cabendo à Divisão de Acompanhamento e Fiscalização - DIAFIR:

I- verificar a execução do convênio, antes de realizar a solicitação para "visita técnica presencial", sendo vedada quando a execução financeira do convênio não tiver sido iniciada, excetuando-se demandas oriundas de Órgãos de Controle ou da necessidade do serviço;

II- solicitar às áreas temáticas a indicação de profissionais com conhecimentos técnicos inerentes ao objeto e conhecimentos específicos associados à política pública pactuada, que atuarão na fiscalização sob o ponto de vista finalístico;

III- realizar as solicitações de Diárias e Passagens pelo SEI aos fiscais e analistas envolvidos nas fiscalizações.

Art.34. A equipe de fiscalização terá o prazo de até 20(vinte) dias, a contar do retorno da "visita técnica presencial" para o encaminhamento do relatório de acompanhamento à Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse .

I- O relatório deverá conter, no mínimo: objetivo, fatos, análise, fundamento legal, conclusão e diligência, quando for o caso;

II- O prazo estabelecido no caput deste artigo poderá ser prorrogado, por igual período, pelo Coordenador da COAFIR.

Parágrafo único. As providências adotadas em decorrência das diligências ficarão a cargo da Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse.

Art.35. Para os Termos de Fomento e Termos de Colaboração serão seguidos os critérios dos artigos 58 a 60 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.

Art.36. Para os Contratos de Repasse, a fiscalização é realizada por meio dos fiscais designados por portaria baixada pela autoridade competente em comum acordo entre a mandatária e a DIREX/SENAPPEN.

Seção IV

Da Análise do Procedimento Licitatório

Art.37. Caberá à Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse da SENAPPEN analisar o procedimento licitatório que abrangerá, no mínimo, a verificação dos seguintes aspectos, conforme normativo vigente:

I- a contemporaneidade do certame ou da cotação prévia;

II- os preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência previstos no convênio ou contrato de repasse;

III- o respectivo enquadramento do objeto, ajustado com o efetivamente licitado; e

IV- o fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do convenente, ou da unidade executora, se houver, ou registro no Transferegov.br que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis.

§ 1º A verificação da realização do processo licitatório ou da cotação prévia pelo concedente ou mandatária não se equipara à auditoria do processo licitatório, não cabendo responsabilização dos técnicos pela incidência de impropriedades, inconformidades ou ilegalidades praticadas pelos convenentes ou pela unidade executora durante a execução do referido processo licitatório.

Art.38. Caberá à Divisão de Acompanhamento de Instrumentos de Repasse informar ao Convenente sobre a necessidade de solicitar ajuste do Plano de Trabalho por meio do Transferegov.br, às Coordenações e/ou áreas temáticas, nos seguintes casos:

I- quando o valor do objeto licitado estiver acima do previsto no Plano de Trabalho;

II- quando o quantitativo do objeto licitado divergir do previsto no Plano de Aplicação Detalhado;

III- quando a especificação técnica do objeto licitado não estiver compatível com o Plano de Trabalho.

§ 1º Nos casos dos I, II e III, a Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse , por meio dos fiscais de Convênio, suspenderá a análise do procedimento licitatório até que sejam sanadas todas as divergências.

§ 2º No caso de aprovação/reprovação do ajuste do Plano de Trabalho, as Coordenações e/ou áreas temáticas deverão comunicar a Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização, por meio de despacho pelo Sistema Eletrônico de Informação para prosseguimento da análise e aceite.

Art.39. A análise conclusiva do procedimento licitatório será realizado por meio de Parecer/Nota Técnica/Despacho, emitida pelo analista ou fiscal de convênio, e submetida para aprovação das autoridades competentes que, após essa etapa, será incluída no Transferegov.br.

§ 1º Na análise do procedimento licitatório, a COAFIR adotará as seguintes providências:

I- nos casos de aprovação:

a) verificar o aporte da contrapartida pactuada;

b) encaminhar o processo à CGGIR, por meio de despacho, para providências objetivando o repasse de recursos financeiros, pela área de execução orçamentária e financeira Coordenação-Geral de Orçamentos e Finanças da SENAPPEN.

II- nos casos de reprovação:

a) inserir no Transferegov.br informação sobre a possibilidade de apresentação de novo procedimento licitatório, respeitando o prazo de vigência do instrumento pactuado.

Parágrafo único. Em caso de necessidade de diligências, o analista ou fiscal do convênio registrará diretamente no Sistema de Convênios - Transferegov.br.

Art.40. Para os Contratos de Repasse (obras/reformas/ampliações), a análise do processo licitatório é realizada pela Mandatária.

Art.41. Caberá a CGOF-SENAPPEN após a liberação dos recursos financeiros provenientes dos recursos dos convênios informar a COAFIR, a qual deverá adotar, no mínimo, as seguintes providências:

I- comunicar o ato às câmaras municipais e assembleias legislativas, por meio de ofício, conforme o prazo estabelecido no normativo vigente;

II- verificar a contratação dos bens/serviços por parte do Convenente;

III- verificar a correlação de bens adquiridos e a execução financeira;

IV- verificar o controle patrimonial dos bens adquiridos a partir do recebimento físico pelo convenente;

V- verificar o regular pagamento aos fornecedores;

VI- avaliar o registro da Nota Fiscal;

Parágrafo único. No intuito de otimizar os procedimentos da execução, cento e vinte dias antes do término da vigência do convênio, a Divisão de Acompanhamento comunicará formalmente à Coordenação de Celebração, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informação, e ao Convenente, por meio do Transferegov.br.

Art.42. Na inexistência de execução financeira após a liberação da primeira parcela, conforme prazo estabelecido no normativo vigente, o analista ou fiscal deverá comunicar o fato ao Chefe da Divisão de Acompanhamento e Fiscalização para que a autoridade competente providencie a rescisão do Convênio.

Art.43. Para os Contratos de Repasse (obras/reformas/ampliações), após a análise do processo licitatório e autorização de início de obra, ambos realizados pela Mandatária, e objetivando o melhor andamento da obra/reforma/ampliação, a liberação do financeiro obedecerá aos parâmetros estabelecidos no normativo vigente.

Seção V

Da Conformidade Financeira

Art.44. Caberá a COAFIR registrar no Transferegov.br a análise da conformidade financeira, de acordo com o normativo vigente, devendo ser aferida por meio de relatório, abrangendo toda a execução financeira do objeto.

§ 1º A Divisão de Acompanhamento e Fiscalização da COAFIR deverá verificar a inserção dos relatórios de execução no Transferegov.br pelo Convenente e analisá-los, no mínimo os seguintes relatórios, dependendo da área temática envolvida:

I- físico do Plano de Trabalho;

II- financeiro do Plano de Trabalho;

III- documentos de Liquidação Incluídos;

IV- pagamentos Realizados;

V- receita e Despesa do Plano de Trabalho;

VI- bens Adquiridos;

VII- serviços Contratados;

VIII- treinados/Capacitados;

IX- beneficiários.

Art.45. A Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse registrará os apontamentos não saneados durante o período de conformidade financeira, encaminhando-os à Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, para análise.

CAPÍTULO IV

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art.46. A prestação de contas inicia-se concomitantemente à liberação da primeira parcela dos recursos financeiros.

Parágrafo único. A inserção documental, inclusive os mencionados no § 1º do Art. 54 desta Portaria, e o registro de atos no Transferegov.br devem ser realizados concomitante à execução do instrumento e não apenas ao final da vigência do instrumento.

Art.47. A prestação de contas final tem por objetivo a demonstração e a verificação de resultados e deve conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto.

Art.48. O convenente deverá prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos do instrumento, por meio do seu representante legal em exercício, nos prazos estabelecidos na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023.

§ 1 Compete ao representante legal da entidade privada sem fins lucrativos, ao prefeito e ao governador sucessor prestar contas dos recursos provenientes de instrumentos celebrados por seus antecessores.

§ 2 Na impossibilidade de atender ao disposto no § 1º, deverá ser apresentada, ao concedente ou à mandatária, justificativa que demonstre o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

§ 3 Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador comunicará o concedente ou a mandatária e solicitará instauração de TCE, prestando todas as informações e documentos necessários.

§ 4 Os documentos que contenham as justificativas e medidas adotadas serão inseridos no Transferegov.br.

§ 5 Nos casos de que tratam os §§ 2º, 3º e 4º, sendo o convenente órgão ou entidade pública, o concedente ou a mandatária, ao ser comunicado das medidas adotadas e após avaliação, suspenderá de imediato o registro da inadimplência efetuado em decorrência da omissão de prestar contas.

Seção II

Da devolução dos saldos remanescentes

Art.49. Os saldos remanescentes, incluídos os provenientes dos rendimentos de aplicações financeiras, serão restituídos à União e ao convenente, observada a proporcionalidade dos recursos aportados pelas partes, independentemente da época em que foram depositados.

§ 1 Caberá ao convenente, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da denúncia, da rescisão, da conclusão da execução do objeto ou do término da vigência, o que ocorrer primeiro:

I- devolver os saldos remanescentes proporcionais aos repasses da União, para a Conta Única do Tesouro Nacional; e

II- transferir os saldos remanescentes proporcionais à contrapartida aportada, para uma conta de livre movimentação de sua titularidade.

§ 2 Nos casos de descumprimento do disposto no § 1º:

I- financeira albergante da conta específica do instrumento, a imediata devolução dos saldos de que trata o inciso I do § 1º para a Conta Única do Tesouro Nacional; ou

II- nos contratos de repasse, a mandatária providenciará a imediata devolução dos saldos de que trata o inciso I do § 1º para a Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 3 Para os instrumentos em que não tenha havido qualquer execução física ou financeira deverão ser recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional os recursos recebidos e os respectivos rendimentos de aplicação financeira, sem a incidência de atualização e juros de mora de que trata o art. 88 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023.

Seção III

Dos prazos

Subseção I

Dos prazos para a apresentação da prestação de contas final

Art.50. O convenente deverá apresentar a prestação de contas final em até 60 (sessenta) dias, contados:

I- do encerramento da vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro;

II- da denúncia; ou

III- da rescisão.

§ 1 Ao término da vigência dos convênios, termo de fomento ou colaboração, a Divisão de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse encaminhará, à área temática responsável pela política pública e à Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, o processo principal relacionado no SEI para fins de análise da execução física e financeira, respectivamente.

§ 2 Quando o convenente não enviar a prestação de contas no prazo de que trata o caput, o concedente ou a mandatária o notificará, estabelecendo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

§ 3 Nos casos de descumprimento do prazo de que trata o § 2, o concedente ou a mandatária deverá:

I- registrar a inadimplência do convenente no Transferegov.br, por omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos; e

II- comunicar o convenente para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda a devolução dos recursos repassados pela União, incluídos os provenientes de aplicações financeiras, corrigidos na forma do art. 88 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023.

§ 4 Quando não houver a devolução dos recursos no prazo de que trata o inciso II do § 3º, o concedente ou a mandatária adotará as providências para resgate dos saldos remanescentes, observado o disposto no § 2º do art. 48, e para a imediata instauração da TCE.

Subseção II

Dos prazos para análise da prestação de contas final

Art.51 O prazo para análise da prestação de contas final e manifestação conclusiva pelo concedente ou mandatária será de:

I- 60 (sessenta) dias, nos casos de procedimento informatizado, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado; ou

II- 180 (cento e oitenta) dias, nos casos de análise convencional, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

§ 1 A divisão do prazo de que trata o incisos I do caput será de 30 (trinta) dias para fins de análise física e 30 (trinta) dias para fins de análise financeira.

§ 2 A divisão do prazo de que trata o incisos II do caput será de 90 (noventa) dias para fins de análise física e 90 (noventa) dias para fins de análise financeira.

§ 3 A contagem do prazo de que trata o inciso I do caput terá início a partir da data de atribuição da nota de risco ao instrumento no Transferegov.br.

§ 4 A contagem do prazo estabelecido no inciso II dar-se-á a partir do envio da prestação de contas no Transferegov.br, e será suspensa quando houver a solicitação de complementação, sendo retomada quando do envio dos documentos ou informações complementares;

§ 5 Constatadas impropriedades ou indícios de irregularidade, o concedente ou a mandatária estabelecerá o prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias para que o convenente saneie as impropriedades ou apresente justificativas.

§ 6 O concedente ou a mandatária notificará o convenente caso as impropriedades ou indícios de irregularidade não sejam sanadas ou não sejam aceitas as justificativas apresentadas.

§ 7 Findo o prazo de que trata o caput, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a prestação de contas pelo concedente ou mandatária poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Art.52. Decorrido o prazo da cobrança e permanecendo a omissão no dever, a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE registrará a inadimplência do Convenente no Transferegov.br e comunicará o fato a Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse, para fins de instauração de tomada de contas especial.

Art.53. A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE deverá verificar a atualização monetária e os juros moratórios incidentes sobre o valor do débito devem ser calculados segundo o prescrito na legislação vigente, a partir:

I- da data do crédito na conta bancária específica, quando conhecida, ou da data do repasse dos recursos, no caso de omissão no dever de prestar contas;

II- da data do pagamento - quando houver impugnação de despesas específicas e os recursos tiverem sido aplicados no mercado financeiro ou quando caracterizada responsabilidade de terceiro.

Seção IV

Dos documentos a serem apresentados

Art.54. A prestação de contas final a ser apresentada pelo convenente será composta por:

I- documentos inseridos e informações registradas no Transferegov.br;

II- Relatório de Cumprimento do Objeto;

III- declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;

IV- recolhimento dos saldos remanescentes, quando houver;

V- apresentação da licença ambiental de operação, ou sua solicitação ao órgão ambiental competente, quando necessário; e

VI- termo de compromisso por meio do qual o convenente será obrigado a manter os documentos relacionados ao instrumento, nos termos do § 2º do art. 9º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023.

§ 1No que se refere aos documentos mencionados no inciso I do caput, para fins de análise financeira, para cada despesa realizada, deverão ser inseridos:

I- Documentos atinentes aos Processos de Execução a serem definidos pelo setor responsável pelo aceite licitatório;

II- Termos de Contrato e, caso houver, seus aditivos e apostilamentos;

III- Notas de Empenho e, caso houver, seus respectivos reforços;

IV- Notas Fiscais devidamente atestadas e com o registro do número do convênio; e

V- Guias Tributárias e seus respectivos comprovantes de pagamento;

§ 2 O Relatório de Cumprimento do Objeto deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do concedente ou mandatária quanto à execução do objeto pactuado.

§ 3 Em até 15 (quinze) dias, contados do envio da prestação de contas pelo convenente, o concedente ou mandatária deverá registrar o recebimento da prestação de contas no Transferegov.br, para fins de sensibilização nas contas contábeis do instrumento.

Seção V

Da análise da prestação de contas final

Art.55. A análise da prestação de contas final poderá ser realizada por:

I- procedimento informatizado; ou

II- análise convencional.

Seção VI

Do procedimento informatizado de análise da prestação de contas

Art. 56. O procedimento informatizado de análise de prestações de contas, com base na metodologia de avaliação de riscos, seguirá as regras, diretrizes e parâmetros estabelecidos em ato do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e da Controladoria-Geral da União.

Parágrafo único. Para fins da aplicação do procedimento informatizado de análise de prestação de contas das transferências de que trata o caput, os órgãos e as entidades concedentes publicarão e registrarão no Transferegov.br ato do dirigente máximo com os limites de tolerância ao risco, observado o prazo disposto no art. 27 do Decreto nº 11.531, de 2023.

Art. 57. O ato de que trata o parágrafo único do art. 100 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 deverá estabelecer, além dos limites de tolerância ao risco por faixa de valor, o valor médio estimado de custos para a análise convencional da prestação de contas de um instrumento, com a justificativa técnica que o embasou.

Parágrafo único. Para definição do valor médio estimado de custos da análise convencional da prestação de contas de um instrumento, os concedentes deverão considerar os seguintes aspectos:

I- a complexidade e especificidade dos objetos relacionados aos seus instrumentos;

II- o custo relacionado à mão-de-obra empregada na análise convencional;

III- o prazo médio para analisar as prestações de contas de forma detalhada, considerando a série histórica do órgão ou entidade; e

IV- outros elementos disponíveis.

Seção VII

Da análise convencional

Art.58. A análise convencional da prestação de contas final dar-se-á por meio da avaliação:

I- das informações e documentos de que trata o art. 98 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023;

II- da nota de risco do instrumento; e

III- quando houver, de relatórios, trilhas de auditorias, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo concedente, mandatária, Ministério Público ou pelos órgãos de controle interno e externo, durante as atividades regulares de suas funções.

§ 1 A conformidade financeira deverá ser realizada durante o período de vigência do instrumento, devendo constar, do parecer final de análise da prestação de contas, a manifestação quanto as impropriedades ou irregularidades, com destaque para as que não foram sanadas até a finalização do documento conclusivo.

§ 2 A análise convencional da prestação de contas final contemplará a avaliação da execução física do objeto e da execução financeira do instrumento.

§ 3 O resultado da análise convencional da prestação de contas final será consubstanciado em parecer técnico conclusivo.

§ 4 O parecer técnico conclusivo de que trata o § 3º deverá sugerir a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas e embasará a decisão da autoridade competente.

Seção VIII

Dos resultados da análise convencional da prestação de contas final

Art. 59. A análise convencional da prestação de contas final pelo concedente ou mandatária poderá resultar em:

I- aprovação;

II- aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal da qual não resulte dano ao erário; ou

III- rejeição.

Art.60. Caberá à área finalística responsável pela política pública e à Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE a análise física e financeira, respectivamente, do processo de prestação de contas final, que conterá os documentos necessários, conforme normativo vigente.

Art.61. A área finalística, na fase de prestação de contas, atuará na análise de eficácia e efetividade dos convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração, considerando os resultados esperados pactuados cabendo, ainda, a verificação e constatação do atendimento dos objetivos conveniados.

Art.62. Após concluída a análise pela área finalística e dos devidos registros no Transferegov.br por este setor, o processo será encaminhado à Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE para fins de:

I- realizar, por meio do Transferegov.br, todas as diligências de cunho financeiro no âmbito da instrução do processo de prestação de contas final;

II- quantificar e cobrar a restituição de valores decorrentes de prejuízos causados aos cofres da União, caso houver;

III- confeccionar o parecer financeiro conclusivo acerca da prestação de contas final;

Art.63. Deverá a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, na quantificação do débito, observar os seguintes critérios:

I- exatidão no real valor devido, quando possível;

II- estimativa, quando, por meios confiáveis, apurar-se quantia que seguramente não excederia o real valor devido;

III- atualização do débito, da data do crédito na conta bancária específica, quando conhecida, ou da data do repasse dos recursos - no caso das contas apresentadas não comprovarem a regular aplicação dos recursos;

IV- atualização do débito, da data do pagamento, quando houver impugnação de despesas específicas e os recursos tiverem sido aplicados no mercado financeiro ou quando caracterizada responsabilidade de terceiro.

§ 1 Quando houver diligência referente à restituição de valores à União e o recolhimento não ocorrer dentro do prazo estabelecido conforme o normativo vigente, o Convenente deverá ser informado sobre a possibilidade de parcelamento do débito, para fins de esgotamento das medidas administrativas, em sede de prestação de contas;

§ 2 Na hipótese de não recolhimento do valor e não ter sido aceito o parcelamento de débito, o processo será remetido para instauração da tomada de contas especial.

Art. 64. A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, durante a vigência ou durante a análise da prestação de contas final, poderá diligenciar o Convenente, solicitando documentos ou informações complementares, na forma dos normativos vigentes.

§ 1 As diligências financeiras que ocorrerem durante a vigência do instrumento serão encaminhadas através da aba "Esclarecimentos" do Transferegov.br, a serem inseridas pela COAFIR.

§ 2 As diligências financeiras que ocorrerem durante a análise de prestação de contas final do instrumento serão encaminhadas através da aba "Pareceres" da Prestação de Contas do Transferegov.br, a serem inseridas pela COAPC.

§ 3 A inobservância do convenente quanto às diligências, nos prazos estabelecidos nos normativos, implicará o registro de inadimplência no Transferegov.br e a adoção de providências previstas na legislação pertinente.

§ 4 Uma vez registrada a inadimplência no Transferegov.br, a retirada do registro ficará condicionada à regularização da prestação de contas de acordo com a norma vigente.

Art.65. A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, decorrido o prazo das diligências financeiras e após o esgotamento das medidas administrativas para a elisão do dano financeiro identificado, sem que o ressarcimento ao erário tenha ocorrido, tomará providências necessárias à instauração de Tomada de Contas Especial.

Art.66. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas final compete:

I- ao concedente ou à mandatária; e

II- à autoridade competente para assinatura do instrumento, permitida delegação nos termos do § 2º do art. 38 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023.

§ 1 Nos casos de extinção do órgão ou entidade concedente, o órgão ou entidade sucessor será o responsável pela decisão sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos.

Art.67. A rejeição da prestação de contas final dar-se-á em decorrência da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, especialmente nos casos de:

a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;

b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

c) impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições constantes do instrumento celebrado ou da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023;

d) ausência de depósito ou depósito em montante inferior da contrapartida pactuada, observadas as disposições dos arts. 63 e 64 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023;

e) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver recolhimento proporcional aos aportes realizados, na forma prevista no art. 95 da PC 33/2023;

f) movimentação e gestão dos recursos em desacordo com o disposto nos arts. 75 e 76 da PC 33/2023;

g) não devolução de eventuais saldos remanescentes, observada a proporcionalidade; e

h) ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

§ 1 Quando, da confecção do parecer conclusivo, houver rejeição total ou parcial de ordem física, cabe à área finalística detalhar, em Nota Técnica/Parecer, a meta/etapa prejudicada, de forma a possibilitar a quantificação do dano pela Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial.

§ 2 Quando houver a rejeição total ou parcial da prestação de contas final pelos motivos relacionados no Art. 67, o concedente ou a mandatária deverá notificar o convenente para que, no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, proceda à devolução dos recursos correspondentes ao valor rejeitado, corrigidos na forma do art. 88.

§ 3 A não devolução dos recursos de que trata o § 2º ensejará:

I- o registro de inadimplência no Transferegov.br e instauração da TCE, nos instrumentos celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos e consórcios públicos de direito privado; e

II- o registro de impugnação das contas do instrumento no Transferegov.br e instauração da TCE, nos instrumentos celebrados com órgãos e entidades públicos, inclusive com consórcios públicos de direito público.

Art. 68. A decisão sobre a aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição da prestação de contas do instrumento deverá ser registrada no Transferegov.br, cabendo ao concedente ou à mandatária prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

§ 1 Tanto o parecer físico quanto o parecer financeiro deverão ser conclusivos nos termos do caput e registrados no Transferegov.br pela área finalística responsável e pela Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, respectivamente.

Art.69. As áreas finalísticas e a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE poderão reanalisar as contas aprovadas, em razão de denúncia ou representação sobre a inexecução do objeto, desvio de finalidade ou qualquer outra ilegalidade/impropriedade que indique possível dano ao erário.

Art.70. As atividades de prestação de contas utilizarão documentos modelos a serem estabelecidos por normativos da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

Parágrafo único. A SENAPPEN deverá adequar os modelos estabelecidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública às políticas definidos no âmbito do órgão.

CAPÍTULO V

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Seção I

Da Tomada de Contas Especial

Art.71. A Tomada de Contas Especial - TCE é um processo administrativo devidamente formalizado, com rito próprio, para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública federal, com apuração de fatos, descrição da irregularidade, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo ressarcimento, quando caracterizado pelo menos um dos seguintes fatos:

I- omissão no dever de prestar contas;

II- não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União;

III- ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos; ou

IV- prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário.

Parágrafo único. A instauração da TCE é medida de exceção, devendo ocorrer depois da adoção de medidas administrativas internas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos consubstanciados no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art.72. A TCE deverá ser instaurada pelo concedente ou mandatária da União após a ocorrência de algum dos seguintes fatos:

I- a prestação de contas do instrumento não for apresentada no prazo fixado no art. 96, observado o disposto em seu § 1º, inciso II do § 2º e § 3º; e

II- a prestação de contas do instrumento não for aprovada, total ou parcialmente, conforme o caso, em decorrência de:

a) inexecução total ou parcial do objeto pactuado;

b) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

c) impugnação de despesas realizadas em desacordo com as disposições do termo celebrado ou da PC 33/2023;

d) não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada, na hipótese de não haver sido recolhida na forma prevista no art. 95, § 1º, inciso II da PC 33/2023;

e) recursos do instrumento depositados e movimentados em conta bancária, com inobservância do prescrito no art. 75 da PC 33/2023, caput;

f) não devolução de eventual saldo de recursos federais, apurado na execução do objeto, nos termos do art. 91, § 1º, inciso I da PC 33/2023; ou

g) ausência de documentos exigidos na prestação de contas, ou documentação com informações incompletas ou incongruentes, que comprometa o julgamento do cumprimento do objeto pactuado e da boa e regular aplicação dos recursos.

§ 1 A devolução dos recursos pelo convenente afasta a necessidade de instauração da TCE.

§ 2 A instauração de TCE ensejará o registro daqueles identificados como causadores do dano ao erário na conta "DIVERSOS RESPONSÁVEIS" do SIAFI, e:

I- a inscrição de inadimplência do respectivo instrumento no Transferegov.br, nos casos de omissão no dever de prestar contas; ou

II- o registro de impugnação das contas no Transferegov.br, para os demais casos.

§ 3 Os convenentes deverão ser notificados previamente sobre os registros de que trata o § 2º, bem como sobre o início da instauração da TCE.

§ 4 No caso do convenente ser órgão ou entidade pública, a notificação deverá ser enviada, também, para as respectivas Secretarias da Fazenda ou secretarias similares.

§ 5 A notificação prévia será feita por meio de correspondência com Aviso de Recebimento - AR, facultada a notificação por meio eletrônico, desde que seja possível comprovar a entrega, devendo a notificação ser registrada no Transferegov.br.

§ 6 O registro da inadimplência no Transferegov.br, nos casos de que trata o § 2º, só poderá ser realizado 45 (quarenta e cinco) dias após a notificação prévia.

§ 7 A TCE será instaurada, ainda, por recomendação dos órgãos de controle interno ou determinação do Tribunal de Contas da União, no caso de omissão da autoridade competente em adotar essa medida diante dos fatos irregulares listados nos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 8 Nos casos de rejeição da prestação de contas, o registro de inadimplência deverá ser realizado após o julgamento da tomada de contas especial pelo TCU.

Art. 73. A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE - COAPC receberá da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse - COAFIR demandas decorrentes de danos financeiros constatados durante o acompanhamento dos instrumentos vigentes e de cobrança das prestações de contas que não tenham sido enviadas para análise, dentro do prazo regulamentar.

§ 1º A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, de acordo com o normativo vigente, adotará as medidas cabíveis, ao receber demanda da Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse relativa à constatação de dano ao erário, após o esgotamento das vias administrativas de ressarcimento.

§ 2º Durante o período de instrução da TCE, caso o Convenente apresente a prestação de contas no Transferegov.br, o processo deverá ser restituído a COAFIR , a qual, após verificação dos requisitos mínimos de análise, deverá enviar o processo à CGGIR.

Art. 74. No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado acrescido de atualização monetária e juros de mora, antes do encaminhamento da TCE ao TCU, deverá ser retirado o registro de impugnação ou de inadimplência do Transferegov.br, procedida a análise da documentação e adotados os seguintes procedimentos:

I- aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento do débito, o concedente deverá:

a) registrar a aprovação no Transferegov.br;

b) comunicar a aprovação ao órgão onde se encontre a TCE, visando o arquivamento do processo;

c) excluir o registro da conta "DIVERSOS RESPONSÁVEIS" do SIAFI; e

d) dar conhecimento do fato ao TCU, em forma de anexo, quando da prestação de contas anual do concedente; e

II- não aprovada a prestação de contas, o concedente deverá:

a) comunicar o fato ao órgão onde se encontre a TCE, para que adote as providências necessárias ao prosseguimento do feito, sob esse novo fundamento; e

b) realizar os registros, conforme disposto no art. 105, § 2º.

Art. 75. No caso da apresentação da prestação de contas ou recolhimento integral do débito imputado acrescido de atualização monetária e juros de mora, após o encaminhamento da TCE ao TCU, proceder-se-á à retirada do registro de impugnação ou de inadimplência, e:

I- aprovada a prestação de contas ou comprovado o recolhimento integral do débito imputado acrescido de atualização monetária e juros de mora, retirar-se-á a inscrição da responsabilidade apurada da conta "DIVERSOS RESPONSÁVEIS", podendo ser alterada mediante determinação do Tribunal; e

II- não sendo aprovada a prestação de contas, realizar-se-ão os registros, conforme disposto no art. 105, § 2º da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023.

Art.76. Caberá à Divisão de Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial observar, no mínimo, as seguintes rotinas preliminares à instauração de TCE:

I- analisar a extensão do prejuízo;

II- identificar os responsáveis;

III- avaliar o nexo de causalidade entre a conduta do(s) agente(s) e a irregularidade causadora do dano;

IV- notificar os responsáveis, oportunizando o contraditório e ampla defesa às pessoas físicas e/ou jurídicas;

V- responder a pedidos de prorrogação de prazo para envio de alegações;

VI- citar o notificado por Edital, que será publicado no Diário Oficial da União, após o esgotamento das tentativas de entrega do Ofício, caso infrutíferas.

VII- reunir os documentos componentes da TCE, de acordo com o normativo vigente, de forma cronológica, para posterior inclusão das peças no e-TCE.

Parágrafo único. Para os casos em que a prestação de contas tenha sido encaminhada à COAPC, em razão de conclusão da área finalística pela impossibilidade de verificação da efetividade do objeto pactuado, por ausência de elementos, a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE poderá propor que aquela área realize a análise de mérito das alegações apresentadas pelos responsáveis, no tocante aos aspectos relacionados ao cumprimento do objeto e atingimento do escopo. Após a realização dos procedimentos elencados no artigo acima, a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE formalizará, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse, solicitação de autorização para a instauração de TCE, ao Ordenador de Despesa.

Art.77. A instauração da TCE e o prazo de envio ao TCU, deverão obedecer aos prazos estabelecidos nos normativos vigentes.

Art.78. A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, após a autorização de abertura da Tomada de Contas Especial, incluirá no e-TCE os documentos componentes da TCE, bem como atuará nos seguintes atos, sem prejuízo das demais atribuições a seu cargo:

I- revisar os Relatórios Finais de Tomada de Contas Especial, a partir da análise de mérito das alegações apresentadas;

II- registrar a Tomada de Contas Especial no sistema e-TCE do TCU, no prazo de até cinco dias úteis do ato que determinar a sua instauração, conforme normativos vigentes;

III- solicitar à Setorial Contábil, após a conclusão da instrução da TCE, a inscrição dos responsáveis no SIAFI, conforme normativos vigentes.

Art.79. A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE enviará a Tomada de Contas Especial à Controladoria Geral da União, com o objetivo de verificar a conformidade do processo, conforme normativo vigente.

§ 1º Após o envio, o processo poderá retornar com diligências ao Órgão instaurador, conforme previsto em normativo vigente, de modo que a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, em caso de revisão da matriz de responsabilidade, avaliará a necessidade de:

I- notificar outros responsáveis, em obediência ao contraditório e ampla defesa;

II- formular pedido de prorrogação de prazo a CGU;

III- inserir documentos complementares na TCE;

IV- solicitar à Setorial Contábil a inscrição ou a exclusão da inscrição de responsáveis, conforme normativos vigentes.

§2º A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE poderá orientar aos responsáveis pelo dano, conforme o caso, durante a fase de ampla defesa e contraditório, sobre a possibilidade de parcelamento do débito, de acordo com os normativos vigentes, para fins de esgotamento das medidas administrativas, antes do encaminhamento da TCE ao Tribunal de Contas da União.

§ 3º Em caso de divergência entre o Órgão de Controle Interno e o Órgão instaurador da TCE, a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse, poderá consultar à Assessoria Especial de Gestão de Risco e Assuntos Estratégicos, acerca das controvérsias inerentes ao estabelecimento da matriz de responsabilidade, bem como a fim de dirimir outras questões, no melhor interesse da TCE.

§ 4º A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE poderá solicitar à área finalística, a indicação de servidor para compor equipe de verificação "in loco", para colhimento de informações técnico-finalísticas complementares, no intuito de se buscar melhor esclarecimento, com vistas à elisão do dano ao Erário, ainda que a TCE esteja formalizada.

§ 5º Após a indicação da área temática, a Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE remeterá o processo à Coordenação de Acompanhamento e Fiscalização de Instrumentos de Repasse, para adoção das medidas administrativas necessárias à realização da verificação "in loco".

Art.80. Para os Contratos de Repasse (obras/reformas/ampliações), a Tomada de Contas Especial é realizada pela Mandatária.

Art.81. A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE manterá controle atualizado da situação das tomadas de contas especiais , a fim de subsidiar as respostas às demandas oriundas da Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse e dos Órgãos de Controle, bem como demais superiores hierárquicos.

Art.82. A Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE observará as hipóteses de arquivamento da tomada de contas especial, antes do encaminhamento do processo ao Tribunal de Contas da União, conforme normativo vigente.

Parágrafo único. Caberá à Coordenação de Análise e Acompanhamento de Prestação de Contas e TCE, nos casos de tomadas de contas especiais arquivadas antes do envio ao TCU, informar as contas aprovadas com ressalvas ao setor responsável pela elaboração do Relatório de Gestão da SENAPPEN.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.83. A área temática, bem como as Diretorias e Coordenações envolvidas na execução, no acompanhamento/fiscalização, na prestação de contas e na tomada de contas especial de convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração ressalvadas as suas devidas competências, poderão recrutar profissionais, conforme a necessidade do serviço, de acordo com o fluxo processual das mobilizações, convocações e colaborações eventuais, relativo à força de trabalho da SENAPPEN, conforme normativo vigente.

Parágrafo único. No melhor interesse dos convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração celebrados ou a serem celebrados, a área temática poderá solicitar a cooperação temporária de profissionais pertencentes às outras Diretorias, desde que previamente autorizado pela Diretoria cedente.

Art.84. Caberá a DIRPP/CGGIR, DIREX e AGRAE dar conhecimento a Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL, quando envolver análise de propostas de convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração decorrente de recursos de relacionados às emendas parlamentares.

Art.85. Todos os documentos registrados no Sistema Eletrônico de Informações atinentes a convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração deverão ser relacionados, com o objetivo de produção de acervo documental permitindo selecionar, organizar, recuperar e disseminar as informações.

Art.86. Esta Portaria não esgota o assunto e em casos que haja procedimento específico e não mencionados neste ato normativo, deverão ser observados os normativos vigentes.

Art.87. Fica revogada a Portaria nº 289, de 16 de maio de 2016, da Secretaria Nacional de Políticas Penais.

Art.88. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA

ANEXO

NOTA TÉCNICA Nº 132/2023/DIFIR/COFIR-SENAPPEN/CGGIR-SENAPPEN/DIRPP/SENAPPEN/MJ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08016.019758/2023-59

INTERESSADO: Secretaria Nacional de Políticas Penais

1. DO ESCOPO E OBJETIVO

1.1. A presente Nota Técnica tem por objetivo analisar a proposta de Minuta de Normativo que regulamentará os procedimentos não somente de celebração, como também de execução, acompanhamento/fiscalização, prestação de contas e tomada de contas especial de convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração da SENAPPEN, identificando as Unidades envolvidas e suas respectivas atribuições e/ou competências, bem como com os fluxogramas e respectivos descritivos em anexo.

1.2. Registro que a proposta da referida Minuta de Portaria de de Transferências Voluntárias, por meio de convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração da SENAPPEN ,norteará a execução dos programas no âmbito de suas Diretorias, contudo não constitui escopo desta Nota Técnica a análise de outros instrumentos para além de convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração.

2. CONCEITOS BÁSICOS

2.1. Com o objetivo de uniformização e padronização dos entendimentos que envolvem os procedimentos de celebração de convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração serão apresentados alguns conceitos básicos relacionados ao processo de celebração do aludido instrumento. Para tanto serão utilizados os conceitos definidos nos instrumentos legais acima elencados.

2.2. Áreas Temáticas - área responsável pela análise das propostas, acompanhamento da execução e alinhamento de acordo com a política pública implementada;

2.3. Bens remanescentes - Considera-se "Bens remanescentes", nos termos do Decreto nº 11.531, de 2023, materiais permanentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos do convênio ou do contrato de repasse, necessários à consecução do objeto, mas que não o incorporam.

2.4. Concedente - Considera-se "Concedente", nos termos do Decreto nº 11.531, de 2023, o órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela transferência dos recursos financeiros destinados à execução do objeto de convênio ou de contrato de repasse.

2.5. Contrato de Repasse - Considera-se "Contrato de Repasse", nos termos do Decreto nº 11.531, de 2023, instrumento de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros é processada por intermédio de instituição ou de agente financeiro oficial federal que atue como mandatário da União.

2.6. Convenente - Considera-se "Convenente", nos termos do Decreto nº 11.531, de 2023, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, consórcio público ou entidade privada sem fins lucrativos, com o qual a administração pública federal pactua a execução de programa, projeto, atividade, obra ou serviço de engenharia, por meio da celebração de convênio ou de contrato de repasse.

2.7. Convênio - Considera-se "Convênio", nos termos de Decreto nº 11.531, de 2023, instrumento que, na ausência de legislação específica, dispõe sobre a transferência de recursos financeiros provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração.

2.8. Objeto - Considera-se "Objeto", nos termos do Decreto nº 11.531, de 2023, o produto do instrumento pactuado.

2.9. Emenda Parlamentar - instrumento de execução de programação orçamentária de indicação dos parlamentares do Congresso Nacional (Deputados ou Senadores). É o instrumento que o Congresso Nacional possui para participar na elaboração do orçamento anual da União. São chamadas "Emendas" porque os deputados e senadores podem apresentar suas emendas ao orçamento da mesma maneira que se faz uma emenda a outros projetos em tramitação no Congresso. Podem ser individuais ou coletivas (Emendas de bancada).

2.10. Interveniente - Considera-se "interveniente", nos termos do Decreto nº 11.531, de 2023, órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera de governo ou entidade privada que participe do instrumento para manifestar consentimento ou assumir obrigações em nome próprio.

2.11. Mandatária - Considera-se "Mandatária", nos termos do Decreto nº 11.531, de 2023,instituição financeira oficial que celebra e operacionaliza contratos de repasse em nome da União.

2.12. Transferegov.br - ferramenta integrada e centralizada, com dados abertos, destinada à informatização e à operacionalização das transferências de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

2.13. Proponente - Considera-se "proponente" nos termos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 01 de setembro de 2023, órgão ou entidade pública ou entidade privada sem fins lucrativos que manifeste, por meio de proposta ou plano de trabalho, interesse em celebrar instrumento.

2.14. Proposta de Trabalho - documento utilizado para manifestação formal dos órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, interessadas em celebrar os instrumentos regulamentados pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 01 de setembro de 2023.

2.15. Transferência voluntária - Considera-se "Transferência voluntária", o repasse de recursos a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorram de determinação constitucional, legal ou destinados ao Sistema Único de Saúde - SUS.

2.16. Outros conceitos podem ser apresentados no decorrer do desenvolvimento do fluxo procedimental de celebração de convênio.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Para a análise do macroprocesso de celebração, execução, prestação de contas e tomada de contas especial, se for o caso, de convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração foram utilizados como referência os seguintes normativos legais:

a) Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

b) Lei 4320, de 17 de março de 1964 - Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

c) Decreto nº 200, de 25 de fevereiro de 1967 - Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências;

d) Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 - Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão;

e) Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança;

f) Decreto nº 11.271, de 5 de dezembro de 2022 - Institui o Sistema de Gestão de Parcerias da União - SIGPAR;

g) Decreto nº 8726, de 27 de abril de 2016 - Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

h) Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

i) Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 01 de setembro de 2023 - Estabelece normas complementares ao Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União;

j) Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 - Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional;

k) PORTARIA CONJUNTA MF/MPO/MGI/SRI-PR Nº 1, DE 1º DE ABRIL DE 2024 - Dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização de emendas individuais, de bancada estadual, de comissão permanente do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e de comissão mista permanente do Congresso Nacional e superação de impedimentos de ordem técnica, em atendimento ao disposto nos arts. 166, §§ 9º a 20, e 166-A da Constituição, nos arts. 71, 73 a 84 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 e art. 4º, §§ 7º, 10 e 11 da Lei nº 14.822, de 22 de janeiro 2024, e dá outras providências..

3.2. A proposta da Minuta de Normativo decorre da necessidade de regulamentar todo o ciclo que envolve os procedimentos relativos aos convênios, contratos de repasse, termos de fomento e termos de colaboração, ou seja, desde a celebração até o processo de tomada de contas especial, se houver, uma vez que a Portaria GABDEPEN nº 289, de 17 de maio de 2016 (25568582) que disciplina as transferências voluntárias no âmbito da SENAPPEN está com muitos normativos revogados ou desatualizados.

3.3. Registra-se ainda que o Regimento Interno vigente da SENAPPEN, (25427428) , não está compatível com a nova Estrutura Regimental do MJSP estabelecida pelo Decreto nº 11.348, de 2023 (25427460), razão pela qual também será utilizado como referência nessa análise ainda a Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 mas sugerindo que seja aprovada uma nova proposta atualizada.

3.4. Além dos normativos acima elencados poderão ser citados outros normativos ou legislação correlata aplicáveis ao caso, objeto da análise. Como exemplo podemos citar o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que estabelece a obrigatoriedade do Pregão Eletrônico nas aquisições de bens e contratações de serviços comuns com recursos de transferências voluntárias, exceto quando houver normativo específico que discipline outra forma diversa.

4. MODALIDADES DE APLICAÇÃO DE RECURSOS - MA

4.1. A Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados diretamente ou indiretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário.

4.2. Nos termos da Lei nº 14.791, de 2023 - LDO 2024, a Modalidade de Aplicação - MA destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I- diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, em decorrência de descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social;

II- indiretamente, mediante transferência, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades, ou por entidades privadas, exceto o caso previsto no inciso III; ou

III- indiretamente, mediante delegação, por outros entes federativos ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva da União, especialmente nos casos que impliquem preservação ou acréscimo no valor de bens públicos federais.

4.3. As Modalidades de Aplicação, nos termos da LDO-2023, podem ser classificadas da seguinte forma:

I- Transferências a Estados e ao Distrito Federal (MA 30);

II- Transferências a Municípios (MA 40);

III- Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (MA 50);

IV- Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (MA 60);

V- Aplicações Diretas (MA 90); e

VI- Aplicação Direta decorrente de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (MA 91).

4.4. Ressaltamos que o empenho da despesa não poderá ser realizado com a modalidade de aplicação "a definir" (MA 99), bem como é vedada a execução orçamentária de programação que utilize a designação "a definir" ou outra que não permita a sua identificação precisa.

5. EMENDAS PARLAMENTARES

5.1. As emendas parlamentares individuais e coletivas somente poderão alocar recursos para programação de natureza discricionária.

5.2. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de:

I- transferência especial; ou

II- transferência com finalidade definida.

5.3. Na transferência especial os recursos:

I- serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere;

II- pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira; e

III- serão aplicadas em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado, observado o percentual mínimo (70%) que deve ser aplicado em despesas de capital.

5.4. Observe que com a aprovação da Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro de 2019, as emendas individuais impositivas poderão alocar recursos, na forma de transferência especial, diretamente ao ente federado beneficiado, independentemente de celebração de convênio ou de instrumento congênere.

5.5. Serão divulgados nos respectivos sítios eletrônicos pela Comissão Mista, a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição, a relação das emendas aprovadas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2020, com a identificação, em cada emenda, do tipo de autor, do número e do ano da emenda, do autor e do respectivo código, da classificação funcional e programática, do subtítulo e da dotação aprovada pelo Congresso Nacional.

6. DAS REGRAS GERAIS PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE, TERMOS DE FOMENTO E TERMOS DE COLABORAÇÃO E CONGÊNERES

6.1. A Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428) estabelece os requisitos que devem ser atendidos para celebração de convênios, contratos de repasse, termos de colaboração e termos de fomento e congêneres, a saber:

I- consecução de programa de governo, em área de atuação afeta a Secretaria Nacional de Políticas Penais, desde que exista interesse recíproco entre os partícipes na execução do projeto, atividades, serviço, evento ou aquisição de bens, em regime de mútua cooperação;

II- existência de condições técnicas do órgão ou entidade parceira quanto à execução do objeto proposto, no que se refere à capacidade de acompanhamento e fiscalização;

III- compatibilidade entre o objeto proposto e as competências da Secretaria Nacional de Políticas Penais;

IV- divisão da execução do objeto em metas e etapas exequíveis e aferíveis objetivamente;

V- liberação dos recursos financeiros em parcelas ou parcela única, com consonância com a execução das metas, fases e etapas previstas no plano ou programa de trabalho;

VI- cronograma de desembolso;

VII- previsão de início e fim da execução do objeto e da conclusão das etapas ou fases programadas; e

VIII- se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados.

6.2. A transferência de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria deverá preferencialmente contemplar a execução de projetos padronizados, a fim de atingir melhores resultados e facilitar o acompanhamento de sua execução. A não utilização de projetos padronizados deverá haver despacho fundamentado da Diretoria responsável pelo instrumento.

7. DA ABERTURA DE PROGRAMAS

7.1. A abertura de programas no Transferegov.br para o recebimento de propostas será fundamentada em ato do titular da unidade finalística e obedecerá aos requisitos previstos nos art. 11º a 14º da Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428).

7.2. Não obstante tratarem os instrumentos de repasse entre entidades públicas, os princípios republicano e o da eficiência não exoneram o ente concedente da obrigação de zelar pela impessoalidade e pela observância de uma gestão de resultados na escolha dos parceiros para execução das políticas públicas.

7.3. A celebração dos instrumentos regulados pela Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 2023 segue, em linhas gerais, fluxo disposto nos arts. 16-19 que, tratam, respectivamente, das fases "cadastramento de programas"; "disponibilização de programas", e "proposta de trabalho" que engloba a apresentação das propostas e a análise e decisão acerca da aceitação ou não das propostas.

7.4. Em particular, o art. 16 estabelece critérios para o enquadramento de propostas aos programas cadastrados pelos órgãos da Administração Pública Federal a serem executados de forma descentralizada e, quando couber, critérios para a seleção do proponente. O mesmo dispositivo contempla em seus §§ 2º e 3º diretrizes para a elaboração de critérios de seleção dos proponentes, em eventual processo seletivo, mas também para fundamentar a decisão discricionária, quando se entender que não cabe chamamento, senão vejamos:

Art. 16... (...) § 2º Os critérios de enquadramento da proposta ao programa deverão ser estabelecidos de forma objetiva, com base nas diretrizes e objetivos dos respectivos programas, visando atingir melhores resultados na execução do objeto, considerando, entre outros aspectos, a aferição da qualificação técnica e da capacidade gerencial do proponente.

§ 3º Com vistas ao aprimoramento dos resultados na execução do objeto pactuado, além dos critérios definidos no § 2º, para os órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital e municipal, poderão ser considerados como critérios de prioridade para elegibilidade, entre outros aspectos específicos da política:

I - a aferição da qualificação técnica e da capacidade gerencial do proponente, por meio de indicadores;

II - a aplicação de um dos instrumentos de maturidade da gestão; e

III - a redução de desigualdades regionais.

7.5. Ainda que não haja a necessidade de seleção prévia para a celebração de convênios, a sua dispensa deverá vir acompanhada da motivação da área técnica, nos termos do art.50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.(grifo nosso)

7.6. Então, a abertura de programas será objeto de processo administrativo próprio ao qual serão relacionados os processos correspondentes às propostas apresentadas.

7.7. Além disso deve ser observado o que consta nos art. 11º a 14º da Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428) devem instruir o programa:

I- lista dos documentos a serem entregues, nos termos da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 01 de setembro de 2023;

II- formulário de análise das propostas, com os requisitos do programa; e

III- outros exigidos pela Secretaria Nacional de Políticas Penais.

7.8. A avaliação das propostas de celebração deve limitar-se:

I- ao atendimento dos requisitos técnicos do projeto; e

II- a observância das normas cabíveis e dos padrões estabelecidos pelo programa.

7.9. As Diretorias e Coordenações da Secretaria Nacional de Políticas Penais responsáveis pelas políticas públicas poderão realizar análise, quanto ao atendimento de requisitos gerais, em um só documento de múltiplas propostas.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS NOS TERMOS DA MINUTA DE PORTARIA DE TRANSFERENCIAS VOLUNTÁRIAS DA SENAPPEN

8.1. Os meios de transferências voluntárias sob a tutela da CGGIR - Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse, abrangem as modalidades de convênios, contratos de repasse, termos de colaboração e termos de fomento e congêneres, que podem ser provenientes de recursos do Fundo Penitenciário Nacional ou decorrentes de Emendas Parlamentares.

8.2. A criação e abertura de programas da SENAPPEN no Transferegov.br relacionados a convênios e contratos de repasse, destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e termos de fomento e termos de colaboração com entidades sem fins lucrativos, fica condicionada a apresentação prévia pela área temática das modalidades de aplicação e sua conformidade com objetivos e diretrizes das políticas definidas pela SENAPPEN.

8.3. A criação de programas para celebração de convênios, contratos de repasse, termos de colaboração e termos de fomento com recursos do Fundo Penitenciário Nacional será iniciada por meio de um processo no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, observados os critérios contidos no art. 16 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 01 de setembro de 2023,com no mínimo os seguintes documentos:

I- parecer elaborado pela área temática contendo: a) fato motivador para abertura do programa alinhado à política pública, b) justificativa da vantajosidade (custo-benefício) da transferência de recursos, c) declaração da própria área acerca da sua capacidade técnico-operacional para implementar a política , e d) apresentação da Ação Orçamentária específica à demanda a ser atendida;

II- declaração de disponibilidade orçamentária emitida pelo ordenador de despesa;

III- autorização do Secretário Nacional de Políticas Penais.

8.4. A criação de programas para celebração de convênios, contratos de repasse, termos de colaboração e termos de fomento com recursos provenientes de emendas parlamentares será iniciada por meio de um processo no Sistema Eletrônico de Informação - SEI, com no mínimo os seguintes documentos:

I- ofício do parlamentar com a indicação do beneficiário;

II- lei orçamentária anual contendo a emenda, espelho da emenda e indicação do(s) beneficiário(s) com CNPJ(S) e respectivos valores.

III- parecer elaborado pela área temática responsável pela política pública contendo: a) fato motivador para abertura do programa, b) justificativa da vantajosidade (custo-benefício) da transferência de recursos , c) declaração da própria área acerca da sua capacidade técnico-operacional para implementar a política pública, e d) apresentação da Ação Orçamentária específica à demanda a ser atendida;

8.5. Caso a área temática ou a CGGIR julgue necessário ou relevante poderá fazer juntada de outros documentos tais como instruções e orientações específicas para os proponentes, etc.

8.6. Instruído o processo para criação de programas, a área temática deverá remeter os autos à Diretoria de Políticas Penitenciarias a qual, por meio da CGGIR, manifestar-se-á acerca de sua capacidade técnico-administrativa, no âmbito de suas competências verificando a conformidade da instrução do processo.

8.7. Cumprido os requisitos estabelecidos nos itens 8.4 ou 8.5, e não havendo óbice na emenda apresentada, conforme o caso, fica autorizada à Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse - CGGIR a abertura do Programa para celebração de convênios, contratos de repasse, termos de colaboração e termos de fomento relacionado.

8.8. Abertura de Programas no Transferegov.br

8.8.1. Autorizada a abertura dos programas na forma prevista no artigo 12 da Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428), cabe à Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse, por meio da Coordenação/Divisão de Formalização de Instrumentos de Repasse, operacionalizar o procedimento no Transferegov.br, inserindo:

I- beneficiários formalmente indicados pelos interessados;

II- tipo de instrumento a ser celebrado (convênio/contrato de repasse/termo de fomento/termo de colaboração);

III- qualificação da proposta;

IV- período de início e fim do recebimento da proposta de acordo com os cronogramas emanados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, bem como de acordo com os prazos definidos pela administração;

V- nome do programa com a indicação da ação orçamentária;

VI- tipo de despesa (bem, serviço, obra, tributo ou outros), e

VII- demais normativos e orientações vinculadas a execução de convênios e contratos de repasse de preenchimento obrigatório no Transferegov.br.

8.8.2. Os pedidos de prorrogação de prazo de disponibilidade do programa no Transferegov.br, nos casos de recursos próprios do Fundo Penitenciário Nacional/SENAPPEN, devem ser direcionados à área temática para deliberação e autorização da autoridade competente.

8.8.3. Em relação às emendas parlamentares, o prazo de disponibilidade do programa deverá se adequar ao cronograma estabelecido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, caso a SENAPPEN não possua cronograma próprio.

8.8.4. A Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse deverá comunicar formalmente a abertura dos programas no Transferegov.br, aos seguintes destinatários:

I- ao Gabinete da SENAPPEN;

II- à DIREX - Diretoria Executiva;

III- à área temática , quando se tratar de recursos próprios;

IV- à Assessoria Parlamentar do Ministério, quando se tratar de emendas parlamentares;

V- aos beneficiários de emendas parlamentares.

8.8.5. É preciso ficar atento aos prazos de disponibilidade do programa no Transferegov.br, quando se tratar de recursos próprios da SENAPPEN ou de Emendas Parlamentares. No primeiro caso o pedido de prorrogação deve ser direcionado para deliberação da área temática e posterior autorização da autoridade competente. No segundo caso, deverá ser observado o prazo estabelecido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, quando a SENAPPEN não dispuser de cronograma próprio.

8.9. Da Proposta e do Plano de trabalho

8.9.1. As propostas de trabalho apresentadas pelos proponentes deverão ser analisadas observando, no mínimo, os seguintes aspectos e atribuições:

I- Caberá a àrea temática emitir Nota Técnica/Parecer, manifestando-se em relação à viabilidade e à adequação aos objetivos do programa, devendo ser observados os seguintes requisitos:

a) alinhamento do objeto a ser executado com objetivos e diretrizes dos programas cadastrados;

b) aderência às políticas públicas estabelecidas pela SENAPPEN;

c) justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa federal, a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados e da respectiva forma de mensuração;

II- Caberá à Coordenação-Geral de Gestão de instrumentos de Repasse da SENAPPEN emitir Nota Técnica/Parecer em relação:

a) ao preenchimento dos requisitos formais para celebração de convênios, contratos de repasse, termos de colaboração e termos de fomento celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com órgãos, entidades públicas ou entidades sem fins lucrativos , conforme previsto nos normativos vigentes que regulamentam a matéria;

b) às vedações previstas nas normas vigentes ou normas que vierem a substituir;

c) à atualização do cadastro do órgão ou entidade no Transferegov.br, contendo elementos tais como: razão social, numero de inscrição do CNPJ, endereço, telefone, relação nominal dos dirigentes, CPF no sistema;

d) à capacidade técnica e gerencial do proponente para execução dos instrumentos de repasse;

e) à contrapartida financeira (convênios e contratos de repasse) devidamente registrada no Trasferegov.br respeitados os percentuais e as condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias anual acompanhada pelo Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD;

f) à conformidade do cadastramento das abas relativas à proposta no Transferegov.br, conforme normativos e manuais que regulamentam a utilização do sistema.

8.9.2. Em relação às atribuições relacionadas nos incisos I e II deste artigo, caso as áreas envolvidas apontem diligências para complementação e saneamento da proposta de trabalho pelo proponente, a Diretoria de Políticas Penitenciárias, por meio da Coordenação-Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse, encaminhará as diligências aos proponentes, inserindo as respectivas notas técnicas, pareceres e outras comunicações formais no Transferegov.br.

8.9.3. Os planos de trabalho apresentados pelos proponentes deverão ser analisados observando, no mínimo, os seguintes aspectos e atribuições:

I- Caberá à àrea temática emitir Nota Técnica/Parecer, devendo avaliar os seguintes requisitos:

a) descrição completa do objeto a ser executado, na forma do normativo vigente;

b) justificativa para a celebração do instrumento, na forma do normativo vigente;

c) plano de trabalho e, conforme o caso, do Termo de Referência/Projeto Básico, com relação aos aspectos quantitativos e qualitativos dos bens e/ou serviços, verificando a compatibilidade com o objetivo do programa;

d) compatibilidade entre as metas apresentadas no plano de trabalho e os resultados esperados descritos na proposta.

e) compatibilidade entre os bens/serviços pretendidos e as respectivas normas específicas, quando couber.

II- Caberá a Coordenação-Geral de Gestão de instrumentos de Repasse da SENAPPEN emitir Nota Técnica/Parecer, devendo avaliar os seguintes requisitos:

a) o devido preenchimento no Transferegov.br do cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso e plano de aplicação detalhado compatíveis com o objeto da proposta e com a ação orçamentária apresentada e em conformidade com o Termo de Referência aprovado;

b) a descrição das metas a serem atingidas;

c) a definição das etapas ou fases da execução;

d) a estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pelo concedente e a contrapartida prevista para o proponente, especificando o valor de cada parcela e do montante de todos os recursos, na forma estabelecida em lei;

e) a contrapartida financeira do proponente(convênios);

f) a conformidade do cadastramento das abas relativas à proposta do Transferegov.br, conforme normativos e manuais que regulamentam a utilização e o preenchimento do sistema de cadastramento;

g) a pesquisa de mercado, conforme especificações aprovadas no Plano de Trabalho, Termo de Referência/Projeto Básico pela área demandante e previstas em normativos que regulamentam a matéria devidamente inserido na aba respectiva do Transferegov.br, conforme normativos vigentes.

h) a previsão de prazos para execução e de valores compatíveis para as transferências voluntárias que não incidam nas vedações previstas nos normativos que regulamentam a matéria ou de outros que vierem a substituí-los.

8.9.4. O Projeto Básico ou o Termo de Referência poderá ser dispensado no caso de padronização do objeto, a critério da autoridade competente do concedente, em despacho fundamentado.

8.9.5. Parágrafo único. Atendidas as diligências, após reanálise pela área temática, o processo será encaminhado à CGGIR com Parecer/Nota Técnica conclusiva.

8.9.6. Para os Contratos de Repasse (obras/reformas/ampliações), a análise técnica do plano de trabalho será efetuada pela Mandatária em comum acordo com a DIREX/SENAPPEN.

8.9.7. No caso de impedimentos técnicos para propostas e planos de trabalhos seguirão os normativos vigentes.

8.9.8. Os prazos para análise das propostas e dos planos de trabalho, nos casos de recursos provenientes de emendas parlamentares, seguirão o cronograma apresentado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos e, em sua ausência, seguirá cronograma estabelecido pela própria SENAPPEN.

9. ÓRGÃOS E UNIDADES - ATRIBUIÇÕES - MACROPROCESSO CELEBRAÇÃO DE TRANSFERENCIAS VOLUNTÁRIAS

9.1. As seções que se seguem abordarão os procedimentos que integram o fluxo procedimental da celebração de convênios identificando as unidades envolvidas e suas respectivas atribuições.

9.2. ÓRGÃOS E UNIDADES ENVOLVIDAS

9.2.1. No Macroprocesso de celebração de convênios estão envolvidos os seguintes órgãos ou unidades organizacionais:

9.2.2. Como órgãos externos à estrutura organizacional da SENAPPEN/MJSP:

a) Proponente;

b) Congresso Nacional - representados pelos Deputados Federais e Senadores;

9.2.3. Como órgãos ou unidades integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública:

a) A Consultoria Jurídica, órgão setorial da AGU, junto ao MJSP - CONJUR-MJPS;

b) A Secretaria Nacional de Assuntos Legislativos - SAL.

9.2.4. Como órgãos de assessoramento ou de assistência ao Secretário Nacional de Políticas Penais:

a) Gabinete do Secretário;

b) Assessoria de Gestão de Riscos e Assuntos Estratégicos - AGRAE.

9.2.5. Como órgãos ou unidades integrantes das áreas temáticas/demandantes da estrutura organizacional da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN:

a) Diretoria de Políticas Penitenciárias- DIRPP;

b) Diretoria Executiva - DIREX;

c) Diretoria de Inteligência Penitenciária - DIPEN;

d) Diretoria de Cidadania e Alternativas Penais - DICAP;

e) Diretoria do Sistema Penitenciário Federal - DISPF;

f) Escola Nacional de Serviços Penais - ESPEN;

g) Ouvidoria Nacional de Serviços Penais - ONASP;

h) Corregedoria Geral - COGER-SENAPPEN.

9.2.6. A definição como área temática ou demandante é feita sempre no caso concreto. Isto quer dizer que nada impede que uma área meio também não possa assumir o papel de uma área demandante, a depender o caso.

9.2.7. Como área administrativa ou área meio no âmbito da SENAPPEN temos na Diretoria de Políticas Penitenciarias a Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse - CGGIR e suas Coordenações/Divisões vinculadas e na Diretoria Executiva a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças e suas Coordenações/Divisões vinculadas.

10. DA FASE DE EXECUÇÃO DE INSTRUMENTOS DE REPASSE

10.1. Dessa seção são tratadas as atividades referentes à execução do convênio, que incluem acompanhamento, orientação e fiscalização.

10.2. Na Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428) as atividades que envolvem a execução de convênios são tratadas em seções específicas.

10.3. Desse modo, as atividades de execução de convênios previstas na Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428) são:

a) Acompanhamento;

b) Análise do Procedimentos Licitatório;

c) Análise da Conformidade Financeira; e

d) Fiscalização.

10.4. Para os Termos de Fomento e Termos de Colaboração serão seguidos os critérios dos artigos 58 a 60 da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014.

10.5. O processos relacionados a contratos de repasse em relação a execução, acompanhamento e fiscalização será realizada por meio dos fiscais designados por portaria baixada pela autoridade competente em comum acordo entre a mandatária e a DIREX/SENAPPEN.

11. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. Nesta seção são tratadas as atividades referentes à Prestação de Contas de convênio.

11.2. Na Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428) as atividades que envolvem a Prestação de Contas são tratadas separadamente. Portanto as atividades previstas na Minuta são:

a) Seção I - Disposições Gerais;

b) Seção II - Da devolução dos saldos remanescentes;

c) Seção III - Dos prazos - Subseção I- Dos prazos para a apresentação da prestação de contas final;

d) Seção IV - Dos documentos a serem apresentados;

e) Seção V - Da análise da prestação de contas final;

11.3. Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428) as atividades que envolvem a Tomada de Contas Especial são tratadas em um capitulo a parte.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Nessa seção da Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428) são tratados os assuntos que não são enquadrados em seções específicas ou próprias.

12.2. Por se tratar de um normativo interno da SENAPPEN, a Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN alerta sobre o fato de observar outros normativos vigentes, em especial, a nova Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33, de 01 de setembro de 2023 e o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023.

12.3. Na oportunidade, destacamos que a referida Minuta (25435428) prevê a revogação da Portaria nº 289, de 16 de maio de 2016(25568582).

13. CONCLUSÃO

13.1. Esta Nota Técnica tem por propósito apresentar uma visão geral de todo o macroprocesso de convênios que envolve celebração, execução, Prestação de Contas, Tomada de Contas de Especial, nos termos da proposta de Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN (25435428) e dos normativos que regem a matéria.

13.2. Registramos que se faz necessário compatibilizar o fluxo previsto na Minuta de Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN com o fluxograma procedimental do Macroprocesso de celebração de recursos em relação ao fluxo que se segue antes ou após a realização do pré-empenho pela DIREX/CGOF - SENAPPEN.

13.3. Registramos ainda que se faz necessário a elaboração dos fluxos procedimentais relativos à execução, prestação de contas e tomadas de contas especial pela Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse da Diretoria de Políticas Penitenciárias , que poderá constituir anexo da Portaria de Transferências Voluntárias SENAPPEN.

13.4. Observe que o Regimento Interno não está compatível com a Estrutural Regimental estabelecida no Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023. Tal fato impõe a necessidade da aprovação do novo Regimento Interno da SENAPPEN. (Processo em andamento).

14. DOS ENCAMINHAMENTOS

14.1. Na oportunidade, encaminhamos à consideração da Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse para conferência, com sugestão de envio à Diretoria de Políticas Penitenciárias e, posteriormente, sugere-se o encaminhamento dos autos ao Senhor Secretário Nacional de Politicas Penais, para deliberação e providências que julgar cabíveis.

ADILSON PEREIRA DA SILVA

Chefe da Divisão de Formalização de Instrumentos de Repasse

Aprovo, encaminhe-se a Diretoria de Políticas Penitenciárias, na forma proposta para ciência e providências cabíveis.

DANIELA FONSECA DE SANTANA

Coordenadora Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

DECISÃO CONSINESP Nº 1/2024

A PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR DO SINESP - ConSinesp, de acordo com as suas competências legais e regimentais, conferidas pelo Art. 10 de seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 601, de 29 de maio de 2015 e em conformidade com os termos do Art. 20, § 2º da Resolução CONSINESP/MJSP Nº 1, de 17 de Junho de 2021, decide conceder acessos à solução Sinesp Infoseg aos seguintes órgãos:

- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO DE NATAL - SEMURB (08020.001154/2024-78);

- MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL - MIDR (08084.004002/2023-00).

VANESSA FUSCO NOGUEIRA SIMÕES

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

DESPACHO DECISÓRIO Nº 18/GAB3/CADE, DE 6 DE MAIO DE 2024

Processo nº 08700.003266/2022-42
Processo Administrativo nº 08700.003266/2022-42 (Apartado Restrito nº 08700.006408/2018-47)
Representante: Grid Pneus e Serviços Automotivos Ltda.
Representados(as): Fabio Siricio, Orivaldo Sandes Basso, Sergio Pimenta, Arilton da Silva Machado, Marcelo Augusto Borges, Sérgio Carlos Ferreira, Clodoaldo Jose Barbosa, Nilberto Antônio Bellenzier, João Alberto Pinho de Camargo, Rodrigo Duarte Abud, Rogério Magalhães Gustavo de Souza, Bellenzier Pneus, Campneus Comercial e Importadora de Pneus LTDA, Della Via Pneus, Tropical Pneus, Pneuaço Administração e Participações Ltda, Santa Helena Pneus (Irmãos Silva S.A), Pirelli Comercial de Pneus Brasil Ltda e Prometeon TP industrial de Pneus Brasil Ltda.
Advogados(as): Lucas Ribeiro Serejo Luz, Angelo Maraninchi Giannakos, Demetrio Beck da Silva Giannakos, Carlos Francisco de Magalhaes, Cristiano Rodrigo del Debbio, Lucia Ancona Lopez de Magalhaes Dias, Marcio de Oliveira Santos, Jose Gomes Rodrigues da Silva, Liliana Faccio Novaretti, Frederico Gustavo Pereira Carrilho Donas, Joao Paulo Bachur, Mônica Tiemy Fujimoto, Viviane Bonello Silva, Mariana Fontoura da Rosa, Victoria Malta Corradini, Aurelio Marchini Santos, Marcio Dias Soares, Eduardo Frade Rodrigues, Ana Carolina Folgosi Bittar, Mariana Sonoda, Gabriel Nogueira Dias, Leonardo Peixoto Barbosa, Igor Galharim, Adriana Gavazzoni e outros.
Relator(a): Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

VERSÃO PÚBLICA

Trata-se de Embargos de Declaração (SEI 1380394) opostos por GRID PNEUS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS em face da decisão proferida pelo Tribunal do Cade na 228ª Sessão Ordinária de Julgamento.

Quanto à tempestividade, registro que a decisão embargada foi publicada no Diário Oficial da União de 24/04/2024 (SEI 1378162). Tendo em vista que os embargos foram opostos no dia 29/04/2024, devo reconhecer ter sido observado o prazo do art. 219 do RICADE. Trata-se, portanto, de recurso tempestivo.

Verifico, ainda, que os embargos foram protocolados por partes legítimas e contêm alegações quanto à existência, ao menos em tese, de supostas omissões que poderiam afetar a decisão recorrida. Nesse contexto, compreendo que os requisitos de admissibilidade do presente instrumento recursal encontram-se, a priori, preenchidos.

Tudo isso considerado, RECEBO os presentes Embargos de Declaração sem efeito suspensivo, na forma do art. 222 do RICADE. Analisarei os demais requisitos para o conhecimento do recurso por ocasião do meu voto.

Observo, contudo, que a Embargante peticionou seus embargos somente nos autos restritos (08700.006408/2018-47) e não nestes autos públicos (08700.003266/2022-42), não tendo apresentado uma versão pública do seu recurso. Observo, ainda, que os embargos narram movimentações ocorridas no âmbito do processo restrito, sem indicar na peça quais informações são de acesso restrito e quais são de acesso público, nem justificar os motivos pelos quais entende ser o seu recurso de acesso restrito.

Imperioso destacar que o tratamento restrito da informação é exceção, a qual deve ser devidamente motivada. Em regra, os documentos e petições apresentados pelas partes devem ser públicos. Por outro lado, entendo ser inadmissível que a peça recursal seja inteiramente juntada em acesso restrito, sem a apresentação de uma versão pública, eis que tal conduta viola o princípio constitucional da publicidade.

Nos termos do art. 52 e seguintes do RICADE, é ônus do interessado formular devidamente o pedido de acesso restrito, devendo fornecer, conjuntamente à versão restrita, uma versão pública do seu recurso, com elementos suficientes para o exercício do contraditório e da ampla defesa pelas demais partes do processo e para o conhecimento da sociedade como um todo.

Nestes termos, ante a ausência de versão pública dos embargos apresentados, determino à Embargante, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da publicação deste despacho no DOU, que junte aos presentes autos uma versão pública do seu recurso, tarjando os trechos que entenda serem de acesso restrito. O não atendimento da presente determinação, no prazo ora assinalado, poderá acarretar no não conhecimento do recurso, diante do não atendimento aos seus pressupostos processuais quanto à forma de interposição e forma de publicidade.

Após a juntada nos autos da petição contendo a versão pública dos embargos, abrirei o prazo para que as demais partes apresentem as suas contrarrazões.

Submeto o presente despacho à homologação do Tribunal, ad referendum. Após, retornem-me os autos conclusos.

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Conselheiro

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+

RESOLUÇÃO CONAREDD+ Nº 15, DE 21 DE MARÇO DE 2024

Institui o Grupo de Trabalho Técnico sobre Mensuração, Relato e Verificação de REDD+.

A COMISSÃO NACIONAL PARA REDD+ - CONAREDD+, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo artigo 3º do Decreto n° 11.548, de 05 de junho de 2023, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho Técnico sobre Mensuração, Relato e Verificação de REDD+ (GTT-MRV), com os objetivos de fornecer dados e parâmetros técnicos para as submissões brasileiras de REDD+ no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e avaliar e propor diretrizes de MRV para iniciativas de financiamento florestal em escala nacional, subnacional e de projetos de carbono florestal aderentes à ENREDD+, de forma a fortalecer a credibilidade das informações e sua harmonização nos relatos nacionais.

Art. 2º O GTT-MRV será responsável pela elaboração e implementação do seu plano de trabalho que incluirá as seguintes atividades:

I - recomendar aprimoramentos das informações sobre emissões e remoções do setor uso do solo, mudança de uso do solo e florestas (LULUCF) do Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases do Efeito Estufa, buscando alinhamento metodológico com o nível de referência de emissões florestais (FREL) nacional;

II - revisar o conteúdo técnico a ser usado como base para a submissão de Anexos Técnicos sobre REDD+;

III - prover dados e parâmetros técnicos durante a avaliação de submissões brasileiras, no que tange ao processo de avaliação técnica de FREL e de Anexos Técnicos sobre REDD+; e

IV - articular e propor diretrizes e regras para MRV em iniciativas de financiamento florestal, especialmente iniciativas em escala subnacional e projetos de carbono florestal aderentes à ENREDD+.

Art. 3º O GTT-MRV será coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio da Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos, e será composto pelos seguintes membros:

I. um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
II. um representante do Serviço Florestal Brasileiro;
III. um representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais;
IV. dois representantes de governos estaduais, indicados pela ABEMA;
V. dois representantes indicados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC.
VI. dois representantes da sociedade civil, indicados pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (FBMC);
VII. um representante das instituições desenvolvedoras de padrões para projetos de carbono florestal para o mercado voluntário, indicado pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima - FBMC;
VIII. um representante das instituições desenvolvedoras de padrões para programas jurisdicionais de REDD+, indicado pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima - FBMC;
IX. dois representantes indicados pela Rede Clima;
X. um representante indicado pela Universidade Federal de Goiás (UFG);
XI. um representante indicado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
XII. um representante indicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA);
XIII. um representante indicado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas; e
XIV. um representante indicado pela Aliança NBS.

Art. 4º Poderão ser convidados a participar das reuniões especialistas, representantes de órgãos e entidades públicas, do setor privado e da sociedade civil.

Art. 5º O Grupo de Trabalho Técnico terá prazo de vigência de dois anos, prorrogável por igual período.

Art. 6º O quórum de reunião do GTT-MRV será de maioria absoluta e o de votação por maioria simples.

Art. 7º Caberá à Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, prestar apoio administrativo ao GTT-MRV.

Art. 8º O GTT-MRV reunir-se-á semestralmente e, extraordinariamente, mediante convocação de seu coordenador.

Art. 9º A participação no GTT-MRV será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ RODOLFO DE LIMA
Presidente da Comissão

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 779/GM/MME, DE 6 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a Política de Governança do Ministério de Minas e Energia.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 13-A do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e o que consta do Processo nº 48330.000160/2023-48, resolve:

Art. 1º Fica criada a Política de Governança do Ministério de Minas e Energia, com a finalidade de estabelecer diretrizes e princípios norteadores para a gestão pública, visando à otimização dos recursos, à promoção da transparência das ações e à melhoria contínua dos resultados alcançados.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, são adotadas as seguintes definições:

I - alta administração - Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de Cargos e Funções Comissionadas Executivas de nível 17 ou equivalente, de presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente;

II - gestão de riscos - processo de natureza permanente, estabelecido, direcionado e monitorado pela alta administração, que contempla as atividades de identificar, avaliar e gerenciar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos;

III - gestão estratégica - processo contínuo, que integra o planejamento estratégico à implementação, monitoramento e avaliação da estratégia, para aprimorar o alcance da missão, o cumprimento dos mandatos e a aprendizagem organizacional;

IV - governança pública - conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, inclusive no tocante à supervisão ministerial de empresas estatais;

V - planejamento estratégico - processo gerencial no qual se insere a gestão estratégica e que envolve a definição de metas e ações para alcançar objetivos a longo prazo de uma organização, considerando seus recursos e o ambiente externo;

VI - supervisão ministerial - processo de orientação, coordenação e controle das atividades dos órgãos subordinados, ou vinculados ao Ministério, nos termos do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; e

VII - valor público - produtos e resultados gerados, preservados ou entregues pelas atividades de uma organização que representem respostas efetivas e úteis às necessidades ou às demandas de interesse público e modifiquem aspectos do conjunto da sociedade ou de alguns grupos específicos, reconhecidos como destinatários legítimos de bens e serviços públicos.

Art. 3º Os mecanismos necessários ao exercício da governança pública são os seguintes:

I - liderança, compreendendo, no mínimo, integridade, competência, responsabilidade e motivação;

II - estratégia, incluindo a definição de diretrizes, objetivos, planos e ações, priorização e alinhamento de ações com foco em resultados; e

III - controle, contemplando processos estruturados para mitigar riscos, visando a concretizar os objetivos institucionais e assegurar a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das atividades do Ministério de Minas e Energia, observadas a legalidade e a economicidade na aplicação de recursos públicos.

Art. 4º São fundamentos para alcançar a efetividade da gestão estratégica, da gestão de riscos e dos controles internos:

I - buscar a absoluta aderência à missão, à visão, aos valores e aos objetivos estratégicos;

II - assegurar a gestão da estratégia e de riscos de forma sistemática, estruturada, oportuna e documentada, subordinada ao interesse público;

III - promover ações integradas de governança contemplando a gestão estratégica, a gestão de riscos, integridade e controles internos nas atividades, processos de trabalho e projetos, em todas as Unidades do Ministério de Minas e Energia, para assegurar a execução das estratégias organizacionais e o alcance dos objetivos institucionais;

IV - utilizar os resultados da gestão de riscos para apoio à melhoria contínua do desempenho e dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança;

V - priorizar estratégias com o objetivo de mitigar sua exposição a riscos;

VI - definir procedimentos de controle interno proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício, e destinados a agregar valor à organização;

VII - utilizar gerenciamento de riscos para apoio à tomada de decisão e à elaboração do planejamento estratégico;

VIII - utilizar a gestão estratégica e a de riscos para apoio à melhoria contínua dos processos organizacionais; e

IX - aprovar a metodologia para avaliação e monitoramento do planejamento estratégico, bem como da gestão de riscos.

Art. 5º A Política de Governança do Ministério de Minas e Energia será orientada pelos seguintes princípios:

I - participação social;
II - inovação governamental;
III - transparência;
IV - integridade;
V - melhoria regulatória;
VI - supervisão ministerial orientada a resultados para a sociedade e harmonia com políticas públicas setoriais; e
VII - prestação de contas e responsabilidade.

Art. 6º São diretrizes da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia:

I - orientar ações para alcançar resultados para a sociedade, encontrando soluções rápidas e inovadoras para lidar com recursos limitados e mudanças de prioridades;

II - estimular a simplificação administrativa, a modernização da gestão pública e a integração dos serviços públicos, especialmente os oferecidos eletronicamente;

III - monitorar o desempenho e avaliar o planejamento, a implementação e os resultados das políticas e ações prioritárias para garantir a observância das diretrizes estratégicas;

IV - coordenar instituições e processos para melhorar a integração entre os diferentes órgãos e entidades vinculados ao Ministério, com o objetivo de gerar, preservar e entregar valor público;

V - subsidiar a alta administração na tomada de decisão dos agentes públicos, de acordo com suas funções e atribuições;

VI - implementar mecanismos de gestão de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos do Ministério de Minas e Energia, no cumprimento da sua missão institucional, priorizando ações estratégicas preventivas;

VII - avaliar propostas de criação, expansão ou aprimoramento de políticas públicas e concessões de incentivos fiscais, sempre que possível, analisando seus custos e benefícios;

VIII - elaborar a programação orçamentária alinhada com os objetivos estratégicos da Pasta;

IX - tomar decisões com base em evidências, em conformidade legal, qualidade regulatória, desburocratização e apoio à participação da sociedade;

X - adotar boas práticas regulatórias, garantindo a legitimidade, estabilidade e coerência do sistema jurídico, realizando consultas públicas quando apropriado;

XI - formalizar as funções, competências e responsabilidades das estruturas e arranjos institucionais;

XII - promover a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e resultados da organização, fortalecendo o acesso público à informação;

XIII - fomentar parcerias a fim de potencializar a entrega de valor público à sociedade e fortalecimento institucional; e

XIV - promover, por meio da supervisão ministerial, a harmonia das ações das empresas estatais, com a política e a programação do Governo, respeitada a autonomia administrativa, operacional e financeira das entidades.

Art. 7º Os objetivos da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia são os seguintes:

I - promover a integração, a articulação, o monitoramento e a avaliação da estratégia, das políticas, dos programas, das ações do Ministério de Minas e Energia e de suas entidades vinculadas;

II - aperfeiçoar os processos de tomada de decisão, promovendo maior agilidade e assertividade;

III - fortalecer a accountability e a transparência na gestão dos recursos públicos;

IV - estimular a inovação e a modernização dos processos de trabalho;

V - fomentar a integração e a cooperação entre os órgãos e entidades dos setores de mineração e energia;

VI - garantir a participação social no planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas; e

VII - consolidar cultura organizacional de planejamento e gestão com base em evidências.

Art. 8º São instrumentos da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia os seguintes programas:

I - planejamento estratégico participativo e gestão de riscos;

II - supervisão ministerial de empresas estatais;

III - análise de impacto regulatório;

IV - diversidade, equidade e inclusão;

V - sustentabilidade ambiental;

VI - transformação digital; e

VII - integridade.

§ 1º Os programas relacionados na forma deste artigo serão instituídos por ato do Ministro de Estado de Minas e Energia.

§ 2º Poderão ser instituídos outros programas no âmbito desta Política, desde que guardem pertinência com ela e respeitem os requisitos estabelecidos nesta norma.

§ 3º A governança dos programas deverá ser estruturada de forma que envolvam a participação de agentes com poder decisório nas instâncias de sua competência ou que sejam membros de órgãos diretamente afetados.

§ 4º A supervisão ministerial não ensejará a redução ou a supressão da autonomia conferida pela Lei específica que autorizou a criação da empresa estatal supervisionada ou da autonomia inerente a sua natureza, nem promoverá ingerência do Ministério de Minas e Energia em sua administração e seu funcionamento, devendo a supervisão ser exercida nos limites da legislação aplicável, com foco na realização de políticas públicas transparentes e em harmonia com o objeto social da empresa estatal vinculada e com as diretrizes do Plano Plurianual, nos termos do que estabelece o art. 49 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Art. 9º Fica instituído o Comitê de Governança do Ministério de Minas e Energia - CGOV-MME, órgão de assessoramento do Ministro de Estado de Minas e Energia para condução da política de governança do Ministério.

§ 1º As comissões, comitês ou grupos de trabalho de atuação permanente, cujas atribuições estejam associadas aos temas elencados no art. 8º, existentes ou que venham a ser criados, passam a fazer parte da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia e reportam-se ao CGOV-MME.

§ 2º Todas as comissões, comitês ou grupos de trabalho de atuação permanente deverão, ao fim de cada exercício, apresentar Relatório ao CGOV-MME, com as atividades desempenhadas no período e o estágio atual de implantação de suas políticas, mecanismos e processos voltados aos assuntos de sua competência.

Art. 10. O CGOV-MME, colegiado subordinado ao Titular desta Pasta, de caráter deliberativo e duração indeterminada, tem as seguintes atribuições:

I - auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança pública;

II - incentivar e promover iniciativas que busquem implementar o acompanhamento de resultados no Ministério, que promovam soluções para melhoria do desempenho institucional ou que adotem instrumentos para o aprimoramento do processo decisório;

III - promover e acompanhar a implementação de medidas, mecanismos e práticas organizacionais de governança definidos pelo Comitê Interministerial de Governança - CIG, em seus manuais e em suas resoluções, nos termos do que estabelece o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017;

IV - elaborar manifestação técnica relativa aos temas de sua competência;

V - promover a implementação de ações de governança pública em conformidade com os princípios e as diretrizes de que tratam, respectivamente, os arts. 5º e 6º desta Portaria;

VI - diligenciar para que os mecanismos necessários ao exercício da governança pública se façam presentes no Ministério de Minas e Energia, nos termos do art. 3º; e

VII - zelar pela efetividade da gestão estratégica, da gestão de riscos e controles internos, com enfoque na consecução dos objetivos organizacionais no cumprimento da missão institucional.

Art. 11. O CGOV-MME deliberará sobre temas de governança pública, contemplando, entre outras medidas, as seguintes:

I - formular propostas de aperfeiçoamento das ações de gestão estratégica, bem como coordenar e acompanhar a sua execução;

II - aprovar programas não vinculados a instrumentos superiores de planejamento, projetos, temas e atividades considerados prioritários e estratégicos;

III - avaliar programas, projetos, temas e atividades considerados prioritários e estratégicos;

IV - aprovar e monitorar os indicadores de desempenho institucionais;

V - promover ações de modernização administrativa, desburocratização, gestão da qualidade e melhoria contínua dos processos organizacionais; e

VI - assegurar, por intermédio de ações do plano de capacitação do Ministério e outras iniciativas de ensino-aprendizagem, o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos do Ministério de Minas e Energia em conteúdos de governança pública, a exemplo da gestão estratégica, gestão de riscos, integridade, avaliação (ex ante e ex post) de políticas setoriais e resultados organizacionais, gestão de indicadores de desempenho, modernização, transparência, entre outros temas pertinentes.

Art. 12. O CGOV-MME será composto pelos titulares das Unidades deste Ministério, que terão como suplentes os seus respectivos substitutos legalmente designados, conforme definido a seguir:

I - Secretaria-Executiva, que coordenará os trabalhos do Comitê;

II - Gabinete do Ministro;

III - Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;

IV - Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento;

V - Secretaria Nacional de Energia Elétrica; e

VI - Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

§ 1º São atribuições do Coordenador do CGOV-MME:

I - convocar e coordenar as reuniões do Colegiado;

II - providenciar a publicação das atas das reuniões em página eletrônica específica do ministério destinada à governança, ressalvados os conteúdos sujeitos a sigilo, e dar os encaminhamentos devidos do que for deliberado; e

III - encaminhar ao Ministro de Estado de Minas e Energia as propostas aprovadas pelo Comitê.

§ 2º O Coordenador do CGOV-MME poderá convidar dirigentes das Autarquias, Empresas Estatais e Empresas de Economia Mista para prestar informações ao Colegiado, no âmbito de suas competências, sem direito a voto nas deliberações.

§ 3º Caberá à Subsecretaria de Governança, Estratégia e Parcerias secretariar os trabalhos do CGOV-MME.

Art. 13. Fica delegada competência ao Secretário-Executivo para instituir Grupos de Trabalho ou Subcomitês Técnicos, no âmbito desta Política de Governança.

Art. 14. O CGOV-MME se reunirá, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que se fizer necessário, por proposição fundamentada de um ou mais dos seus membros, de forma presencial ou por videoconferência;

Parágrafo único. As deliberações do CGOV-MME se darão por meio de Resolução, observada a maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, sendo que, em caso de empate, o Coordenador exercerá o voto de qualidade.

Art. 15. Os trabalhos resultantes das atividades do CGOV-MME serão encaminhados ao Ministro de Estado de Minas e Energia.

Art. 16. O CGOV-MME, se for o caso, elaborará e aprovará seu Regimento Interno, contendo as normas de funcionamento do Comitê.

Art. 17. Os casos omissos e dúvidas surgidas serão dirimidos pelo Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Art. 18. A participação no CGOV-MME e demais comissões e comitês de natureza permanente, vinculados ao CGOV-MME, serão consideradas prestação de serviço público relevante, não remunerado.

Art. 19. Os programas instituídos nos termos do art. 8º estabelecerão seus marcos conceituais e respectiva governança, que se reportará ao CGOV-MME.

Parágrafo único. O CGOV-MME estabelecerá a forma, o conteúdo e a periodicidade da apresentação dos planos de trabalho e resultados dos programas.

Art. 20. Fica revogada a Portaria nº 412/GM/MME, de 7 de novembro de 2019.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALEXANDRE SILVEIRA

PORTARIA Nº 780/GM/MME, DE 6 DE MAIO DE 2024

Institui o Programa de Sustentabilidade Ambiental e cria o Comitê Técnico de Sustentabilidade Ambiental, no âmbito da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 37, inciso IX, da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, e o que consta do Processo nº 48330.000161/2023-92, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Sustentabilidade Ambiental, no âmbito da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia, aprovada conforme o disposto na Portaria nº 779/GM/MME, de 06 de maio de 2024.

Art. 2º O Programa de Sustentabilidade Ambiental será orientado pelos seguintes princípios:

I - preservação do interesse nacional;

II - proteção dos recursos ambientais;

III - incentivo às melhores práticas de gestão ambiental;

IV - transparência e comunicação;

V - desenvolvimento sustentável;

VI - uso racional dos recursos minerais e energéticos;

VII - respeito aos direitos humanos com promoção da diversidade e da inclusão social; e

VIII - incentivo à transição energética justa.

Art. 3º São diretrizes do Programa de Sustentabilidade Ambiental:

I - funcionamento eficiente, coordenado e harmônico da gestão socioambiental do Ministério;

II - promoção da sustentabilidade ambiental na formulação de políticas, planos, programas e diretrizes governamentais;

III - incentivo à promoção de programas e ações de capacitação visando a sustentabilidade ambiental nos setores energético e mineral;

IV - promoção da diversidade e justiça social; e

V - estímulo a boas práticas para a inserção da variável ambiental nos setores energético e mineral.

Art. 4º São objetivos do Programa de Sustentabilidade Ambiental:

I - integrar propostas de regulamentação das questões relativas ao meio ambiente nos setores energético e mineral;

II - incentivar e promover a capacitação para a gestão socioambiental e territorial dos setores energético e mineral;

III - incentivar a inserção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas por meio do estímulo de boas práticas nos setores energético e mineral;

IV - apoiar e propor diretrizes de políticas relativas à sustentabilidade nos foros e organismos internacionais nas matérias de sua responsabilidade;

V - promover a integração dos aspectos socioambientais nas políticas públicas, planos e programas intersetoriais da infraestrutura energética e mineral;

VI - propor a compatibilização do planejamento das infraestruturas energética e mineral com o ordenamento territorial; e

VII - estimular a incorporação nos setores energético e mineral de critérios norteadores da agenda ESG (ambiental, social e governança) com vistas a ações mais sustentáveis.

Art. 5º A Subsecretaria de Sustentabilidade, sob supervisão da Secretaria-Executiva, coordenará o Programa de Sustentabilidade Ambiental, a quem compete:

I - articular com instituições públicas e privadas com vistas ao desenvolvimento de ações necessárias à implementação do Programa de Sustentabilidade Ambiental;

II - coordenar as ações junto aos órgãos vinculados do Ministério de Minas e Energia e as associações representativas dos setores energético e mineral; e

III - assessorar tecnicamente os colegiados que compõem a governança do Programa de Sustentabilidade.

Art. 6º Fica criado o Comitê Técnico de Sustentabilidade Ambiental - CTSA, ao qual compete:

I - propor diretrizes e ações de responsabilidade socioambiental visando promover o alinhamento, a harmonia e a sinergia de políticas públicas transversais;

II - subsidiar a formulação de políticas públicas, programas e planos visando à promoção da sustentabilidade ambiental na área de atuação dos setores mineral e energético;

III - propor e analisar instrumentos normativos com vistas a disciplinar práticas socioambientais no âmbito dos setores energético e mineral;

IV - estimular o aperfeiçoamento das análises socioambientais no âmbito do planejamento energético e mineral de médio e longo prazo, observando as novas tendências tecnológicas;

V - emitir Notas Técnicas e Notas Informativas sobre os assuntos que lhe forem demandados no âmbito das questões socioambientais;

VI - promover eventos de difusão das orientações de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente e ao uso sustentável de recursos energéticos e minerais;

VII - incentivar a implementação de medidas, mecanismos e práticas organizacionais e administrativas relacionadas ao Programa de Sustentabilidade Ambiental; e

VIII - monitorar as ações que visam a garantir o cumprimento dos objetivos do Programa de Sustentabilidade.

Art. 7º O CTSA terá a seguinte composição:

I - um representante da Subsecretaria de Sustentabilidade da Secretaria-Executiva, que o coordenará;

II - um representante das seguintes Unidades Organizacionais:

a) da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;

b) da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento;

c) da Secretaria Nacional de Energia Elétrica; e

d) da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

§ 1º Cada membro do comitê terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 2º Os membros do Comitê serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

§ 3º O Comitê se reunirá, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu coordenador, de forma presencial ou por videoconferência;

§ 4º As deliberações do CTSA se darão por meio de Resolução, observada a maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

§ 5º O CTSA, se for o caso, elaborará e aprovará seu Regimento Interno, contendo as normas de funcionamento do Comitê.

§ 6º As participações no CTSA e em seus demais Subcomitês Técnicos Executivos serão considerados prestação de serviço público relevante, não remunerado.

§ 7º O Coordenador do Comitê poderá convidar especialistas/representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões.

Art. 8º O CTSA poderá instituir Subcomitês Técnicos Executivos com o objetivo de promover e acompanhar a implementação de diretrizes, ações e metas de responsabilidade socioambiental destinadas a garantir o alinhamento, a harmonia e a sinergia das políticas públicas transversais.

§ 1º Os Subcomitês Técnicos Executivos serão:

I - instituídos e compostos na forma de ato do CTSA; e

II - compostos por, no máximo, cinco membros.

§ 2º Os membros dos Subcomitês Técnicos Executivos e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares do CTSA e designados em ato do referido Comitê.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALEXANDRE SILVEIRA

PORTARIA Nº 781/GM/MME, DE 6 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre o Programa de Supervisão Ministerial das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao Ministério de Minas e Energia.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição e tendo em vista o disposto no Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e o que consta do Processo nº 48330.000162/2023-37, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Supervisão Ministerial das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao Ministério de Minas e Energia - MME, doravante denominado Programa de Supervisão Ministerial, no âmbito da Política de Governança, aprovada conforme o disposto na Portaria nº 779/GM/MME, de 06 de maio de 2024.

Art. 2º O Programa de Supervisão Ministerial será orientado pelos seguintes princípios:

I - transparência;

II - accountability; e

III - excelência dos serviços prestados.

Art. 3º As diretrizes do Programa de Supervisão Ministerial são as seguintes:

I - promover a supervisão ministerial orientada a resultados para a sociedade e harmonia com políticas públicas setoriais;

II - assegurar a autonomia das empresas vinculadas;

III - atuar em observância às diretrizes do Poder Executivo Federal para as empresas estatais;

IV - garantir o alinhamento de interesses da administração das empresas vinculadas aos seus objetivos estratégicos;

V - implementar mecanismos de gestão de riscos que possam impactar a implementação da estratégia e a consecução dos objetivos das empresas estatais;

VI - desenvolver a competitividade das estatais vinculadas que operam em mercados concorrenciais; e

VII - promover a diversidade e justiça social.

Art. 4º Os objetivos do Programa de Supervisão Ministerial, respeitada a autonomia administrativa, operacional e financeira das empresas estatais, e nos termos da legislação vigente, são os seguintes:

I - zelar, por meio de orientação e acompanhamento, pelo atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização legal da criação das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao Ministério de Minas e Energia;

II - promover a eficiência administrativa;

III - garantir a harmonia e o alinhamento entre os objetivos das empresas estatais e os das políticas públicas dos setores de atuação do MME; e

IV - Incentivar às melhores práticas de gestão;

Art. 5º A Secretaria-Executiva do Ministério de Minas e Energia conduzirá o Programa de Supervisão Ministerial, a quem compete:

I - coordenar e monitorar as ações que visam a garantir o cumprimento dos objetivos do Programa de Supervisão Ministerial;

II - articular-se com as empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao Ministério de Minas e Energia e com os órgãos da administração pública federal com vistas ao desenvolvimento de ações necessárias à implementação do Programa de Supervisão Ministerial; e

III - promover e acompanhar a implementação de medidas, mecanismos e práticas organizacionais e administrativas relacionadas ao Programa de Supervisão Ministerial.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva, em colaboração com as secretarias finalísticas do MME, deverá promover, periodicamente, eventos de difusão das orientações de políticas públicas relacionadas ao uso sustentável de recursos energéticos e minerais do país, na forma de seminários, oficinas ou outras formas de encontros, presenciais ou virtuais.

Art. 6º Fica criado o Comitê Estratégico de Supervisão com as seguintes competências:

I - promover o alinhamento entre os planos, os projetos e as ações de governo e das empresas estatais vinculadas ao MME, seguindo as orientações e recomendações do Comitê de Diretrizes de Políticas Públicas; e

II - proporcionar o compartilhamento de boas práticas na elaboração de instrumentos de gestão de empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 1º O Comitê Estratégico de Supervisão terá a seguinte composição:

I - o Subsecretário de Governança, Estratégia e Parcerias, da Secretaria-Executiva do MME, que o coordenará;

II - um Representante da Diretoria Executiva das empresas estatais de controle direto vinculadas ao MME.

§ 2º A Secretarias Nacionais deste Ministério serão comunicadas das reuniões e atividades do Comitê Estratégico de Supervisão, nas quais se farão representadas sempre que julgarem conveniente e oportuno.

§ 3º Cada membro do Comitê terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 4º Os membros do Comitê e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos ou empresas que representam e designados em ato do Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

§ 5º O Comitê Estratégico de Supervisão se reunirá, em caráter ordinário, trimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu coordenador, de forma presencial ou por videoconferência;

§ 6º As deliberações do Comitê Estratégico de Supervisão se darão por meio de Resolução, observada a maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, sendo que, em caso de empate, o Coordenador exercerá o voto de qualidade.

§ 7º O Comitê Estratégico de Supervisão, se for o caso, elaborará e aprovará seu Regimento Interno, contendo as normas de funcionamento do Comitê.

§ 8º O coordenador do Comitê Estratégico de Supervisão poderá convidar especialistas/representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões.

§ 9º É vedada a divulgação das discussões em curso no âmbito do Comitê sem a prévia anuência de seu Coordenador.

Art. 7º O Comitê Estratégico de Supervisão poderá instituir Subcomitês Executivos de Supervisão com o objetivo de promover e acompanhar a implementação de medidas, de mecanismos e de práticas organizacionais e administrativas destinadas a garantir o alinhamento da atuação das empresas estatais vinculadas ao MME às políticas públicas dos setores de atuação do Ministério.

Parágrafo único. Os membros dos Subcomitês Executivos de Supervisão e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do coordenador do Comitê Estratégico de Supervisão.

Art. 8º Será criado, no âmbito do Ministério de Minas e Energia, sistema de informação e painel de indicadores para acompanhamento dos resultados e do desempenho das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista vinculadas à pasta.

§ 1º O desenvolvimento e manutenção do Sistema de Informação e do Painel de Indicadores referidos no Caput será realizado pela Secretaria-Executiva do MME.

§ 2º As Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista vinculadas ao MME compartilharão, de forma periódica e regular, os dados, não cobertos por sigilo, que comporão o Sistema de Informação referido no Caput.

Art. 9º As participações no Comitê Estratégico de Supervisão e nos Subcomitês Executivos de Supervisão, serão consideradas prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALEXANDRE SILVEIRA

PORTARIA Nº 782/GM/MME, DE 6 DE MAIO DE 2024

Institui o Programa de Planejamento Estratégico Participativo e Gestão de Riscos do Ministério de Minas e Energia.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, o art. 17 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e o que consta do Processo nº 48330.000165/2023-71, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Programa de Planejamento Estratégico Participativo e Gestão de Riscos do Ministério de Minas e Energia - MME, no âmbito da Política de Governança, aprovada conforme o disposto na Portaria nº 779/GM/MME, de 06 de maio de 2024.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - planejamento estratégico participativo - processo gerencial dotado de participação social no qual se insere a gestão estratégica e que envolve a definição de metas e ações para alcançar objetivos a longo prazo de uma organização, considerando seus recursos e o ambiente externo;

II - gestão estratégica - processo contínuo, que integra o planejamento estratégico participativo à implementação, monitoramento e avaliação da estratégia para aprimorar o alcance da missão, o cumprimento dos mandatos e a aprendizagem organizacional;

III - programa - grupo de projetos relacionados e gerenciados em um modo coordenado para obter benefícios e controles que não seriam alcançados se fossem gerenciados individualmente;

IV - ação - atividade específica para alcançar algum objetivo estratégico que não se enquadra como projetos ou programas.

V - evento - um incidente ou ocorrência de fontes internas ou externas ao órgão, que podem impactar a realização de objetivos de modo negativo, positivo ou ambos;

VI - gerenciamento de riscos - processo para identificar, avaliar, administrar e controlar potenciais eventos ou situações, visando fornecer razoável certeza no alcance dos objetivos;

VII - gestor do risco - agente que tem a responsabilidade e a autoridade para gerenciar determinado risco;

VIII - risco - possibilidade de ocorrer um evento que venha impactar o cumprimento dos objetivos, sendo medido em termos de impacto e de probabilidade; e

IX - apetite a risco - nível de risco que o ministério está disposto a aceitar.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 3º O Programa de Planejamento Estratégico Participativo e Gestão de Riscos será orientado pelos seguintes princípios:

I - envolvimento da alta gestão;

II - agregação de valor;

III - gestão participativa;

IV - interesse público;

V - segurança;

VI - inovação;

VII - proatividade; e

VIII - transparência.

Art. 4º O Programa de Planejamento Estratégico Participativo e Gestão de Riscos será orientado pelas seguintes diretrizes gerais:

I - estimular a participação de todos os colaboradores e sociedade civil nos processos de elaboração e revisão do Planejamento Estratégico Participativo, promovendo um ambiente inclusivo e democrático;

II - assegurar a transparência nas informações relacionadas ao Planejamento Estratégico Participativo e à Gestão de Riscos, garantindo o acesso adequado a dados relevantes para todas as unidades deste Ministério;

III - instruir mecanismos de avaliação contínua do Planejamento Estratégico Participativo e da Gestão de Riscos, permitindo ajustes conforme as mudanças no ambiente interno e externo da organização;

IV - estabelecer práticas para a identificação proativa de riscos, envolvendo todos os setores na identificação de eventos que possam impactar os objetivos estratégicos;

V - desenvolver canais de comunicação interna para a disseminação de informações sobre o Planejamento Estratégico Participativo e os resultados da Gestão de Riscos;

VI - implementar programas de capacitação continuada para os colaboradores, visando fortalecer o entendimento sobre as práticas de Planejamento Estratégico Participativo e Gestão de Riscos;

VII - estabelecer sistema de monitoramento de indicadores, permitindo a avaliação do desempenho do programa e das unidades deste Ministério;

VIII - definir as responsabilidades de cada setor e colaborador envolvido no Planejamento Estratégico Participativo e na Gestão de Riscos, promovendo a accountability e o comprometimento organizacional; e

IX - promover a realização de revisões periódicas do programa, considerando mudanças no ambiente organizacional, regulatório ou de mercado que possam impactar o Planejamento Estratégico Participativo e a Gestão de Riscos.

Art. 5º O Programa de Planejamento Estratégico Participativo e Gestão de Riscos será orientado pelos seguintes objetivos:

I - aumentar a probabilidade de alcance das metas pactuadas;

II - fomentar a gestão proativa;

III - facilitar a identificação e o tratamento de oportunidades e ameaças;

IV - prezar pelas conformidades legal e normativa dos processos organizacionais;

V - fortalecer a governança do MME;

VI - estabelecer base confiável para a tomada de decisão e o planejamento;

VII - aprimorar os controles internos da gestão;

VIII - alocar e utilizar eficientemente os recursos para o tratamento de riscos;

IX - melhorar a eficácia, a eficiência e a efetividade operacional;

X - aperfeiçoar a prevenção de perdas e a gestão de incidentes;

XI - melhorar a aprendizagem organizacional;
XII - aumentar a capacidade da organização de se adaptar a mudanças; e
XIII - promover a melhoria contínua da governança no Ministério.

CAPÍTULO III

GOVERNANÇA DO PROGRAMA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO E GESTÃO DE RISCOS

Art. 6º Fica instituído o Comitê Técnico da Gestão Estratégica e Riscos - CTGER, órgão de caráter permanente e de função tática, com o objetivo de avaliar o andamento dos programas, projetos e ações estratégicas do Ministério.

Art. 7º O CTGER será composto por um representante das seguintes Unidades Organizacionais:

a) da Secretaria-Executiva, que o coordenará;
b) da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;
c) da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento;
d) da Secretaria Nacional de Energia Elétrica; e
e) da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

§ 1º O coordenador do CTGER poderá convidar representantes da sociedade civil, especialistas/representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar das reuniões do Comitê, sem direito a voto.

§ 2º Cada membro do comitê a que se refere este artigo terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos.

§ 3º Os membros do comitê a que se refere este artigo e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das unidades que representam e designados em ato do Secretário-Executivo.

§ 4º A Assessoria de Participação Social e Diversidade promoverá a interlocução social junto à Sociedade Civil, sempre que necessária sua participação neste Programa.

§ 5º O CTGER se reunirá, em caráter ordinário, bimestralmente e, em caráter extraordinário, sempre que se fizer necessário, por proposição fundamentada de um ou mais dos seus membros, de forma presencial ou por videoconferência;

§ 6º As deliberações do CTGER se darão por meio de Resolução, observada a maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, sendo que, em caso de empate, o Coordenador exercerá o voto de qualidade; e

§ 7º A Subsecretaria de Governança, Estratégia e Parcerias da Secretaria-Executiva atuará como Secretaria-Executiva do CTGER.

Art. 8º São competências do Comitê Técnico de Gestão Estratégica e Riscos:

I - coordenar e monitorar os programas, projetos e ações que visem a garantir o cumprimento dos objetivos do Planejamento Estratégico Participativo;

II - articular-se com as empresas públicas e sociedades de economia mista vinculadas ao MME e com órgãos da Administração Pública Federal, com vistas ao desenvolvimento de ações necessárias à implementação do Planejamento Estratégico Participativo, quando for o caso;

III - assessorar, técnica e administrativamente, os colegiados que compõem a governança do MME; e

IV - promover e acompanhar a implementação de medidas, mecanismos e práticas organizacionais e administrativas relacionadas ao Planejamento Estratégico Participativo.

Art. 9º O CTGER, se for o caso, elaborará e aprovará elaborará seu Regimento Interno, contendo as normas de funcionamento do Comitê.

CAPÍTULO IV

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO

Art. 10. São diretrizes específicas do Planejamento Estratégico Participativo:

I - planejamento alinhado às Diretrizes de Governo, aos Instrumentos de Planejamento de Longo Prazo do setor, aos Fóruns de participação social e ao Plano Plurianual - PPA;

II - utilização da metodologia adequada, por meio da adoção de sistema de gestão estratégica que traduza a estratégia em objetivos, indicadores de desempenho, metas e iniciativas em linguagem de fácil entendimento para os colaboradores e principais stakeholders da organização;

III - orientação para a solução de problemas e alcance de desafios fundamentais;

IV - alinhamento e vinculação, quando possível, entre orçamento e iniciativas e ações do planejamento estratégico participativo;

V - articulação com as principais partes interessadas, permitindo a criação de redes de boas práticas de governança, que contemplem objetivos e diretrizes comuns, facilitando a integração e a coordenação de serviços públicos e promovendo o desenvolvimento regional;

VI - alinhamento de diretrizes para com os demais instrumentos de planejamento e programas setoriais; e

VII - estruturação de governança e gestão que permitam o efetivo monitoramento das iniciativas e avaliação dos resultados alcançados, de modo a viabilizar a adequada tomada de decisão.

Art. 11. O Planejamento Estratégico Participativo do Ministério será elaborado no primeiro ano de cada novo mandato presidencial e terá duração de quatro anos, coincidindo com a validade dos planos plurianuais.

§ 1º O Planejamento Estratégico Participativo contará com processo de monitoramento e avaliação periódico, de forma a garantir a eficácia, eficiência, transparência e responsabilidade na implementação de ações estratégicas.

§ 2º O processo elencado no § 1º poderá ensejar a revisão do Planejamento Estratégico Participativo.

§ 3º A Subsecretaria de Governança, Estratégia e Parcerias será a coordenadora do processo de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Planejamento Estratégico Participativo, que deverá ser encaminhado ao Comitê Técnico de Gestão Estratégica e Riscos para avaliação da proposta e posterior encaminhamento ao Comitê de Governança do Ministério de Minas e Energia (CGOV-MME) para aprovação.

CAPÍTULO V

GESTÃO DE RISCOS

Art. 12. A metodologia de gestão de riscos do Ministério deve ser estruturada com base na Instrução Normativa nº 1, de 10 de maio de 2016, e em boas práticas consolidadas na administração pública.

Art. 13. A operacionalização da Gestão de Riscos deverá ser descrita em Metodologia de Gestão de Riscos do Ministério, que deverá contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

I - análise de ambiente: etapa que tem por finalidade colher informações do contexto interno e externo para apoiar a identificação de eventos de riscos, bem como contribuir para a escolha de ações mais adequadas para assegurar o alcance dos objetivos estratégicos;

II - identificação de riscos: etapa em que são identificados e descritos possíveis riscos para objetivos associados aos processos organizacionais e objetivos estratégicos, bem como suas causas e consequências;

III - avaliação de riscos e controles: etapa em que são estimados os níveis dos riscos identificados, considerando as probabilidades e impactos de suas ocorrências;

IV - resposta a risco: etapa em que são definidas as respostas aos riscos, de forma a adequar seus níveis ao apetite estabelecido para os processos organizacionais, além da escolha das medidas de controle associadas a essas respostas; e

V - informação, comunicação e monitoramento: etapa que ocorre durante todo o processo de gerenciamento de riscos e é responsável pela integração de todas as instâncias envolvidas, bem como pelo monitoramento continuo da própria gestão de riscos, com vistas a sua melhoria.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Caberá à Subsecretaria de Governança, Estratégia e Parcerias:

I - prover mecanismos para o monitoramento dos projetos e programas e ações estratégicas do Ministério visando à resolução de entraves, mitigação de riscos visando o alcance de seus objetivos;

II - coordenar o processo de formulação, revisão e tradução da estratégia;

III - buscar o permanente alinhamento entre as unidades do Ministério e órgãos vinculados, em relação ao Planejamento Estratégico Participativo do MME;

IV - organizar as reuniões de elaboração, monitoramento, avaliação, e revisão do Planejamento Estratégico Participativo;

V - acompanhar e analisar os indicadores institucionais, visando o atingimento das metas e o alcance dos objetivos estratégicos;

VI - prestar consultoria às unidades do Ministério, nas atividades de implementação e acompanhamento do planejamento estratégico participativo e de gestão de projetos e programas estratégicos;

VII - gerenciar o portfólio de programas estratégicos, mantendo-o alinhado com os objetivos estratégicos;

VIII - definir e manter metodologias, padrões e técnicas de gestão de projetos estratégicos, no âmbito do Ministério; e

IX - propor capacitações relacionadas à gestão estratégica e de projetos.

Art. 15. Os processos de gerenciamento deverão ser implementados de forma gradual em todas as áreas do Ministério de Minas e Energia, sendo priorizados os processos organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico Participativo, ou documento equivalente.

Art. 16. Os casos omissos ou excepcionalidades serão solucionados pelo CGOV-MME.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALEXANDRE SILVEIRA

PORTARIA Nº 783/GM/MME, DE 6 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012, na Portaria SGPRT/MGI nº 3.634, de 13 de julho de 2023, e o que consta do Processo Administrativo nº 48340.002979/2023-21, resolve:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia, aprovada conforme o disposto na Portaria nº 779/GM/MME, de 06 de maio de 2024, a Mesa Setorial da Mesa Nacional de Negociação Permanente com os seguintes objetivos:

I - promover e incentivar a interlocução entre o Ministério de Minas e Energia e os servidores e empregados públicos de seus quadros integrantes no tocante às suas relações de trabalho;

II - dar tratamento adequado às pautas e demandas apresentadas de parte a parte; e

III - servir como instância prévia de debate para as pautas e demandas que precisem ser levadas à Mesa Setorial da Mesa Nacional de Negociação Permanente de que trata a Portaria SGPRT/MGI nº 3.634, de 13 de julho de 2023.

Art. 2º Em sua atuação, a Mesa Setorial de Negociação Permanente buscará:

I - otimizar a relação de trabalho entre a gestão e os servidores;
II - alcançar soluções negociadas para as questões debatidas;
III - melhorar as condições de trabalho e a qualidade de vida dos servidores; e
IV - aprimorar o desempenho institucional e a qualidade dos serviços prestados à população.

Art. 3º A Mesa Setorial de Negociação Permanente será constituída por duas bancadas, intituladas Bancada Governamental e Bancada Sindical.

Parágrafo único. Compete à Mesa Setorial organizar o debate em torno das pautas apresentadas pelas Bancadas Sindical e Governamental e dar encaminhamento às tratativas coletivas de caráter específico, isentas de impacto orçamentário e amparadas nas competências do órgão.

Art. 4º A Bancada Governamental terá a seguinte composição:

I - Subsecretário(a) de Planejamento, Orçamento e Administração, que a coordenará;
II - Coordenador(a)-Geral de Gestão de Pessoas;
III - Coordenador(a)-Geral de Recursos Logísticos; e
IV - Coordenador de Administração de Pessoas.

Parágrafo único. Os membros de que tratam os incisos I a IV serão representados, em suas ausências, por seus substitutos legais e na impossibilidade desses, por servidores designados previamente pelas respectivas autoridades.

Art. 5º A Bancada Sindical será composta por cinco representantes, titulares e suplentes, indicados pela Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais e serão designados em ato do Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

Art. 6º A Mesa Setorial de Negociação Permanente reunir-se-á, em caráter ordinário, anualmente e, em caráter extraordinário, sempre que necessário, de forma presencial ou por videoconferência.

Parágrafo único. O quórum da reunião será de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação será de maioria simples.

Art. 7º O Coordenador poderá convidar para participar das reuniões, de ofício ou a pedido das bancadas, representantes de outras unidades do Ministério de Minas e Energia, e de suas vinculadas, bem como de outras instituições públicas, privadas e da sociedade civil, sempre que pertinente e relevante.

Parágrafo único. As Bancadas envolvidas no processo de negociação poderão solicitar à coordenação da Mesa a participação de assessorias técnicas nas Mesas.

Art. 8º A participação na Mesa Setorial de Negociação Permanente será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 197, de 28 de abril de 2005.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALEXANDRE SILVEIRA

PORTARIA Nº 784/GM/MME, DE 6 DE MAIO DE 2024

Institui o Programa de Transformação Digital e dispõe sobre as instâncias de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Segurança da Informação no âmbito da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e o consta do processo 48330.000229/2023-33, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Transformação Digital, no âmbito da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia, aprovada conforme o disposto na Portaria nº 779/GM/MME, de 06 de maio de 2024.

§ 1º O Programa de Transformação Digital tem a finalidade de promover a automação dos processos de trabalho e a digitalização dos serviços públicos do Ministério de Minas e Energia, por meio da adoção de tecnologias modernas, inovadoras e com foco na simplificação e na melhoria da experiência dos usuários.

§ 2º O Programa de Transformação Digital abrangerá todas as unidades internas do Ministério de Minas e Energia e será conduzido de forma alinhada à Estratégia de Governo Digital vigente, aplicável aos órgãos e às entidades da administração pública federal.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria são consideradas as seguintes definições:

I - estratégia de governo digital - conjunto de princípios, objetivos e iniciativas que norteiam a transformação do governo por meio do uso de tecnologias digitais, com a promoção da efetividade das políticas e da qualidade dos serviços públicos;

II - transformação digital - processo de aprimoramento do desempenho da administração pública, por meio do uso da tecnologia, trazendo serviços mais acessíveis, modernos e menos onerosos ao cidadão, bem como promovendo maior transparência aos dados públicos;

III - Plano de Transformação Digital - PTD - instrumento de planejamento que dispõe sobre ações de Transformação Digital de serviços, unificação de canais digitais e interoperabilidade de sistemas;

IV - interoperabilidade - capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto, de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz e eficiente;

V - usuário: todo aquele membro da sociedade que possa ser individualizado e tratado como uma entidade única, como uma pessoa, uma empresa, uma organização pública ou privada, uma comunidade ou até mesmo um ente da federação;

VI - serviço público digital - serviço público cuja prestação ocorra por meio eletrônico, sem a necessidade de atendimento presencial;

VII - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC - instrumento de gestão da tecnologia de informação envolvendo diagnóstico, planejamento, abrangendo habilidades, competências, hardware, software, redes, sistemas de informações, infraestrutura e pessoal para atender às necessidades de informação com ações estratégicas, táticas e operacionais necessárias à Instituição;

VIII - Plano de Contratações Anual de Tecnologia da Informação e Comunicação - PCA-TIC - instrumento que consolida todas as contratações de tecnologia da informação que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar, no exercício subsequente, independentemente do objeto a ser contratado;

IX - dado - sequência de símbolos ou valores, representados em qualquer meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial;

X - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e para transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

XI - dados abertos - dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou tratamento por qualquer pessoa, física ou jurídica;

XII - Plano de Dados Abertos - PDA - documento orientador para as ações de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecidos os padrões mínimos de qualidade, de modo a facilitar o entendimento e a reutilização das informações;

XIII - ativos de informação - meios de armazenamento, transmissão e processamento da informação, os equipamentos necessários a isso, os sistemas utilizados para tal, os locais onde se encontram esses meios e os recursos humanos que a eles têm acesso;

XIV - autenticidade - propriedade pela qual se assegura que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa física, equipamento, sistema, órgão ou entidade;

XV - confidencialidade - propriedade pela qual se assegura que a informação não esteja disponível ou não seja revelada a pessoa, a sistema, a órgão ou a entidade não autorizados nem credenciados;

XVI - disponibilidade - propriedade pela qual se assegura que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa física ou determinado sistema, órgão ou entidade devidamente autorizados;

XVII - integridade - propriedade pela qual se assegura que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

XVIII - privacidade - direito à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, nos termos do inciso X do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

XIX - Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança (ETIR) - grupo de pessoas com a responsabilidade de receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes de computadores;

XX - segurança cibernética ou cibersegurança - ações voltadas para a segurança de operações, de forma a garantir que os sistemas de informação sejam capazes de resistir a eventos no espaço cibernético capazes de comprometer a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade dos dados armazenados, processados ou transmitidos e dos serviços que esses sistemas ofereçam ou tornem acessíveis; e

XXI - segurança da informação - ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações.

Art. 3º O Programa de Transformação Digital do Ministério de Minas e Energia será orientado pelos seguintes princípios e diretrizes:

I - visão centrada na experiência do usuário, simplificando sua jornada e modernizando o acesso aos serviços públicos digitais de energia e mineração;

II - adoção de tecnologias simples, mas ao mesmo tempo sustentáveis, modernas e inovadoras para a digitalização de serviços e processos;

III - racionalização e sustentabilidade econômico-financeira das soluções de tecnologia da informação e comunicações adotadas;

IV - interoperabilidade e ação integrada para eficiência dos órgãos e entidades envolvidas na cadeia de serviços do setor;

V - busca da qualidade, consistência, disponibilidade e auditabilidade de dados e informações para apoiar a formulação e avaliação das políticas públicas;

VI - transparência e amplo compartilhamento de dados e demais ativos de informação, respeitadas, nos termos da lei, a privacidade e a inviolabilidade da intimidade, da imagem e dos dados das pessoas e instituições; e

VII - adoção e aprimoramento dos requisitos de segurança dos dados, da informação e das comunicações, em consonância com as boas práticas e a legislação vigentes.

Art. 4º São objetivos do Programa de Transformação Digital do Ministério de Minas e Energia, em consonância com a Estratégia de Governo Digital - EGD:

I - proporcionar maior eficiência, produtividade e competitividade por meio da utilização de tecnologia para eliminação de entraves e para a simplificação dos processos de outorga, incentivos, autorizações, anuências, licenças e certificações;

II - reduzir custos e aumentar a eficiência do setor público por meio da adoção de tecnologias para automatizar e simplificar processos de trabalho;

III - facilitar ao usuário o acesso aos serviços públicos do setor, disponibilizando canais e serviços digitais integrados, simples, intuitivos e economicamente viáveis;

IV - promover a transparência, o compartilhamento e o acesso seguros a dados e informações, com garantia de privacidade, com vistas a potencializar o controle e a participação social, a pesquisa científica e a geração de novos negócios;

V - conferir ao MME, quando for o caso, maior maturidade técnica, mentalidade digital e capacidade para transformar os serviços e processos analógicos em digitais;

VI - buscar a melhoria contínua da qualidade dos serviços e processos, potencializando o uso de tecnologias emergentes e promovendo a prestação de serviços inteligentes e personalizados aos cidadãos;

VII - aprimorar a transparência ativa do MME e fomentar o acesso a dados e informações públicas existentes, em formato aberto, permitida sua livre utilização, consumo e cruzamento;

VIII - garantir, em quantidade, qualidade e tempestividade, os insumos de dados e informações necessários à execução de políticas públicas, para cumprimento da missão institucional do MME;

IX - assegurar a manutenção e constante aprimoramento dos requisitos de dados e informação sob responsabilidade ou coordenação do MME;

X - promover a integração, o compartilhamento e a articulação entre as unidades que compõem o MME e com outras instituições externas, de modo a racionalizar a custódia e o tratamento da informação para a execução das de políticas públicas setoriais; e

XI - prover ao MME um conjunto de controles e de instrumentos normativos e organizacionais que assegurem a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade, a autenticidade e a privacidade, quando couber, dos dados, informações e comunicações no âmbito da Pasta.

Art. 5º Ficam criadas as seguintes instâncias de governança no âmbito do Ministério de Minas e Energia:

I - o Comitê de Governança Digital - CGD; e

II - o Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações - CSIC.

§ 1º As deliberações das instâncias de que tratam este artigo serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, sendo que, em caso de empate, o presidente ou o coordenador, conforme o caso, exercerá o voto de qualidade.

§ 2º Cada um dos Comitês listados no caput se reunirá em caráter ordinário a cada 6 (seis) meses e sempre que se fizer necessário, em caráter extraordinário, por proposição fundamentada de um ou mais dos seus membros, de forma presencial ou por videoconferência;

§ 3º Os Comitês deverão propor e aprovar seus próprios regimentos internos, de modo a estabelecer normas e procedimentos complementares, necessários e suficientes ao seu funcionamento.

§ 4º A participação dos membros dos colegiados referidos neste artigo é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 5º Os representantes dos Comitês a que se refere este artigo e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares das unidades que representam e designados em ato do Secretário-Executivo da Pasta.

§ 6º Os Comitês poderão instituir subcomitês temáticos, permanentes ou temporários, formados por seus integrantes ou representantes com conhecimento técnico por eles indicados, para assessoramento em suas atividades, estudos, missões, entre outros assuntos aos quais cabe aos Comitês examinar e deliberar.

§ 7º Os Comitês poderão convidar servidores e outros colaboradores para tomar parte em reuniões, os quais não terão direito a voto nas deliberações em pauta.

Art. 6º O Comitê de Governança Digital (CGD) é órgão de caráter permanente e tem funções consultivas e deliberativas sobre políticas, diretrizes e planos relativos à Estratégia de Governo Digital, à Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e ao Programa de Transformação Digital do MME.

Art. 7º São competências do Comitê de Governança Digital - CGD:

I - estabelecer diretrizes, normas, planos e práticas que assegurem o disposto no artigo 4º desta Portaria;

II - deliberar sobre recursos e riscos estruturantes afetos ao Programa de Transformação Digital e à prestação de serviços digitais pelo MME;

III - deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação;

IV - analisar e aprovar os seguintes instrumentos de planejamento:

a) Plano de Transformação Digital - PTD;

b) Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC;

c) Plano de Dados Abertos - PDA; e

d) Plano Contratações Anual de TIC - PCA-TIC.

V - propor políticas, diretrizes, normas e práticas que assegurem o alinhamento das ações de TIC no âmbito do Ministério;

VI - definir prioridades de execução de projetos de TIC, segundo estratégias previamente formuladas, considerando-se as demandas apresentadas pelas unidades que compõem a estrutura do Ministério;

VII - monitorar a situação dos projetos relativos a TIC e resolver conflitos de recursos e prioridades;

VIII - acompanhar a execução dos instrumentos definidos no inciso IV deste artigo;

IX - priorizar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC, bem como as alterações posteriores que provoquem impacto significativo sobre a alocação inicial; e

X - deliberar sobre o prosseguimento de projeto que não esteja previsto no PDTIC.

Art. 8º O CGD terá a seguinte composição:

I - um representante das seguintes Unidades Organizacionais:

a) da Secretaria-Executiva, que o presidirá;

b) do Gabinete do Ministro;

c) da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;

d) da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento;

e) da Secretaria Nacional de Energia Elétrica; e

f) da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

II - o titular da Subsecretaria de Tecnologia e Inovação da Secretaria-Executiva;

III - o encarregado pelo tratamento de dados pessoais, conforme o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 9º O Comitê de Segurança da Informação e da Comunicação (CSIC) é órgão de caráter permanente e tem funções consultivas e deliberativas, tendo como escopo de atuação dispor sobre medidas para assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade da informação nos ambientes convencionais e de TIC e a cibersegurança das infraestruturas críticas de energia e mineração.

§ 1º O CSIC será coordenado pelo Gestor de Segurança da Informação da Pasta, indicado pela Secretaria-Executiva do MME.

§ 2º O ato de designação do Gestor de Segurança da Informação e coordenador do CSIC deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Art. 10. São competências do Comitê de Segurança da Informação e da Comunicação (CSIC):

I - propor e coordenar a execução de programas e ações de segurança da informação e comunicação e de cibersegurança das infraestruturas críticas de energia e mineração;

II - elaborar, alterar e deliberar sobre a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC) do MME;

III - elaborar e deliberar sobre as normas internas de segurança da informação, observadas as normas de segurança da informação editadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IV - promover ações de capacitação e profissionalização dos recursos humanos em temas relacionados à segurança da informação e comunicação;

V - acompanhar as atividades realizadas pela a equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança do MME; e

VI - assegurar que o Programa de Transformação Digital esteja alinhado aos princípios da segurança da informação e aderente ao arcabouço legal de segurança e privacidade vigente.

Art. 11. O CSIC terá a seguinte composição:

I - o Gestor de Segurança da Informação do Ministério de Minas e Energia, que o presidirá;

II - um representante das seguintes Unidades Organizacionais:

a) da Secretaria-Executiva;

b) da Assessoria Especial de Conformidade, Integridade e Controle Interno;

c) da Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral;

d) da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento;

e) da Secretaria Nacional de Energia Elétrica; e

f) da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

III - o titular da Subsecretaria de Tecnologia e Inovação da Secretaria-Executiva; e

IV - o encarregado pelo tratamento de dados pessoais, conforme o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 12. A Subsecretaria de Tecnologia e Inovação da Secretaria-Executiva do MME atuará como Secretaria-Executiva dos mencionados colegiados, sem prejuízo de suas atribuições regimentais:

I - prestar assessoria técnica e administrativa aos colegiados que compõem as instâncias de governança digital do MME;

II - identificar, junto às áreas de negócio e administrativas da Pasta, necessidades, iniciativas e oportunidades de Transformação Digital de serviços, processos e de uso dos dados;

III - viabilizar a execução dos projetos e ações de Transformação Digital, de acordo com a priorização realizada pelo Comitê de Governança Digital (CGD);

IV - propor, às instâncias de governança digital do MME, normativos, metodologias, padrões, capacitações, critérios de priorização e outros insumos técnicos para a consecução, sustentação e maturidade das iniciativas de Transformação Digital propostas; e

V - estabelecer mecanismos de monitoramento da execução dos projetos e ações de Transformação Digital constantes nos Planos aprovados pelo Comitê de Governança Digital (CGD).

Art. 13. Ficam revogadas as Portarias GM/MME nº 630, de 23 de março de 2022, e nº 643, de 20 de abril de 2022.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALEXANDRE SILVEIRA

PORTARIA Nº 785/GM/MME, DE 06 DE MAIO DE 2024

Reestrutura o Programa de Integridade e institui o Comitê Técnico de Integridade no âmbito do Ministério de Minas e Energia.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 19 do Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e o que consta do Processo nº 48300.001225/2023-20, resolve:

Art. 1º Fica reestruturado o Programa de Integridade do Ministério de Minas e Energia, doravante denominado MME+ Integridade, no âmbito da Política de Governança, aprovada conforme o disposto na Portaria nº 779/GM/MME, de 06 de maio de 2024.

§ 1º O Programa de Integridade do Ministério de Minas e Energia tem por finalidade promover a prevenção, a detecção, a remediação e a punição de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta no âmbito institucional, em favor da construção de ambiente de trabalho saudável a todas as pessoas, com respeito ao trabalho digno, à diversidade e à sustentabilidade.

§ 2º O MME+ Integridade será aplicável a todas as unidades internas do Ministério de Minas e Energia e será conduzido de forma alinhada às diretrizes e orientações definidas pela Controladoria-Geral da União.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - programa de integridade - conjunto estruturado de diretrizes e medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional;

II - plano de integridade - documento que organiza, no âmbito do Programa de Integridade, as ações a serem adotadas em determinado período, devendo ser revisado periodicamente; e

III - risco para integridade - possibilidade de ocorrência de evento de corrupção, fraude, irregularidade ou desvio ético ou de conduta que venha a impactar o cumprimento dos objetivos institucionais.

Art. 3º São fundamentos do MME+ Integridade:

I - o comprometimento da Alta Administração com a manutenção de adequado ambiente de integridade em todas as suas unidades internas;

II - a colaboração e a integração entre as instâncias de integridade;

III - o comprometimento e o engajamento de todas as unidades internas do Ministério com as normas, ações e iniciativas relativas ao MME+ Integridade;

IV - a tempestividade para providenciar ações em face das violações à integridade evidenciadas;

V - a prestação de informação mediante procedimentos ágeis, com uso de linguagem simples, objetiva e acessível; e

VI - o monitoramento permanente dos mecanismos de integridade.

Art. 4º São objetivos do MME+ Integridade:

I - disseminar normativos, conceitos e boas práticas relativas à gestão da ética, à gestão de riscos à integridade, aos princípios e às boas práticas de controle interno, transparência e atuação correcional e ao fomento à diversidade e participação social;

II - sistematizar a gestão dos riscos à integridade e auxiliar no desenho de medidas de tratamento, com a sensibilização e capacitação das pessoas e aprimoramento de controles internos;

III - estimular o comportamento ético e íntegro por meio da implementação de iniciativas de comunicação e disseminação da cultura de integridade;

IV - disseminar conceitos, fundamentos, processos de letramento a respeito de condutas antissexistas, antirracistas, anticapacitistas, antietaristas ou outras que contribuam para o enfrentamento de todas as formas de discriminação e assédio;

V - evidenciar o papel das instâncias de integridade, fomentando a integração dessas instâncias com as unidades internas do Ministério;

VI - fomentar o uso adequado do canal de denúncias e representações sobre desvios éticos, ilícitos administrativos, fraude e corrupção;

VII - esclarecer, continuamente, as hipóteses de ofensas éticas, conflitos de interesse e sanções disciplinares aplicáveis, de acordo com a legislação em vigor;

VIII - fomentar a transparência pública em sua natureza passiva e ativa, e sua interface com a política de dados abertos, e dar condições para o acompanhamento social dos temas sob a governança do Ministério de Minas e Energia, observadas as hipóteses legais de sigilo;

IX - promover a conformidade às normas e regras, tendo em vista o princípio da legalidade;

X - promover ações voltadas para a capacitação de pessoas em temas relacionados à integridade;

XI - monitorar os casos de violação à integridade, evidenciados em processos de apuração ética e em processos disciplinares, analisando as principais tendências e causas dos desvios ocorridos;

XII - prevenir e combater a corrupção, a prática de atos ilícitos na administração pública e os desvios de conduta de agentes públicos que venham a impactar o cumprimento dos objetivos institucionais;

XIII - fomentar a adoção de medidas e a edição ou o aprimoramento de guias, manuais e orientações normativas necessárias à promoção da integridade; e

XIV - promover a atuação colaborativa e apoiar a implementação de mecanismos de integridade junto às partes interessadas.

Art. 5º Fica instituído o Comitê Técnico de Integridade (CTI) do Ministério de Minas e Energia, com as seguintes competências:

I - auxiliar a Unidade de Gestão da Integridade na elaboração do Plano de Integridade, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades identificadas e suas revisões, sempre que necessário;

II - submeter à aprovação do Ministro de Estado a proposta de Plano de Integridade e suas revisões, quando necessárias;

III - auxiliar na implementação do Programa de Integridade e colaborar no seu monitoramento contínuo, visando o aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;

IV - atuar na orientação e treinamento dos servidores e colaboradores do Ministério de Minas e Energia com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade;

V - promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com as demais áreas do Ministério;

VI - manter o Comitê de Governança do Ministério de Minas e Energia informado quanto à implementação das ações do Plano de Integridade;

VII - apoiar a gestão de riscos no levantamento de riscos para a integridade e proposição de plano de tratamento;

VIII - disseminar as informações sobre o Programa de Integridade, no âmbito do Ministério de Minas e Energia;

IX - auxiliar no planejamento das ações de treinamento relacionadas ao Programa de Integridade e participar dessas ações;

X - identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pelo Ministério de Minas e Energia, propondo, em conjunto com outras unidades internas, medidas para mitigação;

XI - propor estratégias de expansão do Programa de Integridade para fornecedores e terceiros que se relacionem com o Ministério de Minas e Energia; e

XII - praticar outros atos de natureza técnica e administrativa necessários ao exercício de suas responsabilidades.

Art. 6º O CTI será composto pelos titulares das seguintes Unidades Internas do Ministério de Minas e Energia, que atuam como Instâncias de Integridade:

I - Assessoria Especial de Conformidade, Integridade e Controle Interno, que o coordenará;

II - Ouvidoria-Geral;

III - Corregedoria;

IV - Assessoria de Participação Social e Diversidade; e

V - Comissão de Ética.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva do CTI, que lhe prestará apoio técnico e administrativo, será exercida pela Assessoria Especial de Conformidade, Integridade e Controle Interno.

Art. 7º Para fins do disposto no art. 19, caput, inciso II do Decreto nº 9.203, de 2017, bem como no art. 5º, § 1º do Decreto nº 11.529, de 2023, a Unidade de Gestão da Integridade do Ministério de Minas e Energia é a Assessoria Especial de Conformidade, Integridade e Controle Interno.

Art. 8º O CTI reunir-se-á, ordinariamente, em sessão bimestral, de forma presencial, por videoconferência ou mista, em data e horário previamente estabelecidos, respeitada a convocação com antecedência mínima de dois dias úteis da data da reunião.

§ 1º As deliberações do CTI são tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, sendo que, em caso de empate, o coordenador exercerá o voto de qualidade.

§ 2º Poderão ocorrer reuniões extraordinárias do CTI em qualquer data, por convocação do seu Coordenador ou pela maioria de seus membros.

§ 3º Os integrantes do CTI poderão convidar, em função de competências profissionais específicas, outros servidores do Ministério de Minas e Energia para participação das reuniões do referido Comitê.

Art. 9º A participação no CTI será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 10. O CTI deverá participar das iniciativas de disseminação da cultura de integridade a serem conduzidas pelas Unidades Internas do Ministério.

Art. 11. A Assessoria Especial de Comunicação Social atuará no planejamento e na condução das ações de comunicação institucional dos projetos e atividades do MME+ Integridade, quando demandada pelo CTI.

Art. 12. A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, em articulação com as diferentes áreas e unidades internas, atuará nas ações do MME+ Integridade voltadas à capacitação e sensibilização das pessoas que atuam no Ministério, inclusive por meio da produção de materiais institucionais.

Art. 13. O CTI poderá prestar apoio técnico às entidades vinculadas ao Ministério, em convergência com os fundamentos e objetivos desta Portaria.

Parágrafo único. Nos termos do Decreto nº 11.529, de 2023, compete ao órgão central do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal - Sitai exercer a supervisão técnica das atividades relacionadas aos programas de integridade geridos pelas unidades setoriais, sem prejuízo da subordinação administrativa dessas unidades ao órgão ou à entidade da administração pública federal a que pertença.

Art. 14. Fica revogada a Portaria nº 243/GM/MME, de 10 de junho de 2019.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALEXANDRE SILVEIRA

PORTARIA Nº 786/GM/MME, DE 6 DE MAIO DE 2024

Institui o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão do Ministério de Minas e Energia.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, e o que consta do Processo nº 48300.001549/2023-68, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, no âmbito da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia, aprovada conforme o disposto na Portaria nº 779/GM/MME, de 06 de maio de 2024.

Art. 2º O Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão tem como finalidade estimular o debate e propor a implantação de políticas que tratem da promoção da diversidade, equidade e inclusão, em especial na perspectiva de gênero e raça, em programas, projetos e ações do MME, em conformidade com os direitos humanos, políticas, programas e planos governamentais, compromissos nacionais, internacionais.

Art. 3º O Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão considera:

I - diversidade - a promoção e o respeito a todas as dimensões da diversidade, tais como cultural, étnica, racial, inserção social, deficiência, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, idade e origem;

II - equidade - o acesso de todas as pessoas aos Direitos Humanos deve ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltadas às minorias ou aos grupos historicamente discriminados, promovendo-se as devidas condições para superação das desigualdades; e

III - inclusão - todos os seres humanos são iguais em direitos e, por este motivo, as desigualdades e as discriminações de gênero, raça ou provenientes de outras diversidades, especialmente no ambiente e nas relações de trabalho, devem ser superadas e os grupos subrepresentados devem ser devidamente incluídos.

Art. 4º O Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão tem como diretrizes:

I - atuar de acordo com as políticas nacionais e internacionais relativas às questões de gênero, raça e diversidade, em especial a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas - ONU e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);

II - atuar de forma alinhada com o planejamento estratégico da instituição;

III - promover o engajamento e o comprometimento da alta administração;

IV - alinhar as suas ações ao Programa de Integridade do MME;

V - transversalizar e interseccionalizar as ações do Programa com as dimensões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, e demais diversidades;

VI - definir suas ações com base em evidências; e

VII - construir suas ações com base no diálogo e na participação social.

Art. 5º Fica mantido o Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas (Cogemmev) como espaço de caráter colegiado, consultivo e propositivo para estimular o debate e propor a implantação de políticas que tratem da promoção da diversidade, equidade e inclusão, em especial na perspectiva de gênero e raça, em programas, projetos e ações do MME e das Entidades Vinculadas.

Art. 6º O Cogemmev tem como objetivo:

I - promover o diálogo permanente sobre questões ligadas à diversidade, equidade e inclusão entre o Ministério de Minas e Energia e suas entidades vinculadas;

II - apoiar a formulação, implementação, monitoramento e avaliação do Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão;

III - propor, promover e realizar ações, eventos e projetos voltadas para a equidade de gênero, raça e demais diversidades;

IV - acompanhar e orientar, no âmbito do Ministério de Minas e Energia e das Entidades Vinculadas, a criação formal e a implementação de Comitês Internos de Gênero, Raça e demais Diversidades; e

V - propor um planejamento para a execução das atividades do Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão e de outras ações, eventos e projetos do Cogemmev.

Art. 7º Compõe o Cogemmev um representante de cada órgão e entidade, dentre os abaixo relacionados:

I - Ministério de Minas e Energia, que o coordenará;

II - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

III - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP;

IV - Agência Nacional de Mineração - ANM;

V - Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN;

VI - Serviço Geológico do Brasil - SGB;

VII - Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

VIII - Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA;

IX - Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A - ENBPar;

X - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP; e

XI - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

§ 1º Poderão integrar o Cogemmev, mediante resolução do Comitê, as seguintes subsidiárias:

I - Eletronuclear S.A;

II - Itaipu Binacional; e

III - Petrobras Transporte S.A - Transpetro.

§ 2º O Cogemmev vincula-se à Assessoria de Participação Social e Diversidade, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado de Minas e Energia, que coordenará as atividades do Comitê.

§ 3º O Cogemmev poderá decidir, mediante resolução, a participação de outras entidades vinculadas a este Ministério.

§ 4º Os membros representantes das entidades vinculadas e subsidiárias serão indicados por ato do(a) dirigente máximo(a) da organização, sendo um titular e até dois suplentes, integrantes do quadro funcional da entidade, e designados por ato da coordenação do Cogemmev.

§ 5º O Cogemmev se reunirá em caráter ordinário, semestralmente e, em caráter extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Coordenador;

Art. 8º A participação no Cogemmev será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 9º As reuniões do Cogemmev serão realizadas, preferencialmente, por videoconferência ou de forma mista, sendo que, havendo deslocamento de algum membro para participar de reunião do Comitê, as despesas respectivas correrão por conta da entidade de lotação do servidor/funcionário deslocado.

Art. 10. As deliberações do Cogemmev se darão por meio de Resolução, observada a maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros, sendo que, em caso de empate, o coordenador exercerá o voto de qualidade.

Art. 11. O Cogemmev, se for o caso, elaborará e aprovará seu Regimento Interno, contendo as normas de funcionamento do Comitê.

Art. 12. Fica revogada a Portaria nº 61, de 21 de fevereiro de 2018.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALEXANDRE SILVEIRA

PORTARIA Nº 787/GM/MME, DE 6 DE MAIO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, o que consta do Processo nº 48340.004827/2019-86, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 16/GM, de 15 de janeiro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Política de Governança do Ministério de Minas e Energia, o Comitê de Planejamento e Avaliação Orçamentária - CPO, de natureza deliberativa, com a finalidade de coordenar e supervisionar a ação estratégica de gestão orçamentária integrada aos processos de planejamento e orçamento do Governo federal." (NR)

.....

"Art. 3º.....

I - .....

II - Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento;

III - Secretário Nacional de Energia Elétrica;

IV - Secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

V - Secretário Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral; e

VI - .....

§ 1º .....

I - Subsecretaria de Governança, Estratégia e Parcerias (SGEP);

II - Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento (SNTEP);

III - Secretaria Nacional de Energia Elétrica (SNEE);

IV - Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SNPGB);

V - Secretaria Nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SNGM);

VI - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA); e

VII - Assessoria Especial de Comunicação Social (AESCOM).

.....

Art. 5º O Comitê reunir-se-á, em caráter ordinário, anualmente e, em caráter extraordinário, sempre que necessário.

.....

Art. 6º-A. As reuniões do CPO serão realizadas na modalidade presencial. " (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos I e II do art. 5º da Portaria nº 16/GM, de 15 de janeiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 3 de junho de 2024.

ALEXANDRE SILVEIRA

SECRETARIA NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 2764/SNTEP/MME, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PLANEJAMENTO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso VI, da Portaria MME nº 692, de 5 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e na Portaria MME nº 101, de 22 de março de 2016, e o que consta nos Processos nº 48340.000080/2024-54 e 48340.000079/2024-20, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Eólicas na forma do Anexo à presente Portaria.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia de que trata o caput referem-se aos Ponto de Medição Individual - PMI das usinas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do referido submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo desta Portaria poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO VASCONCELLOS BARRAL FERREIRA

Anexo

Garantia Física de Energia

CódigoÚnicodeEmpreendimentosdeGeração(CEG)-ANEEL	Empreendimento	GarantiaFísica(MWmédio)
EOL.CV.BA.040608-2.01	Serra da Babilônia B	18,9
EOL.CV.BA.040610-4.01	Serra da Babilônia D	18,5

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DIRETORIA COLEGIADA

RETIFICAÇÕES

Na Resolução Homologatória nº 3.316, de 2 de abril de 2024, publicada no D.O.U. do dia 5 de abril de 2024, Edição 66, Seção 1, página 79, constante do Processo nº 48500.005976/2023-69, retificar o caput do artigo 8º e a tabela 7 do anexo, disponibilizado no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

Onde se lê: Art. 8º Estabelecer, na Tabela 7 do Anexo, as receitas anuais referentes às instalações de conexão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, da Linha de Transmissão Corumbá Ltda - LTC, da Pantanal e Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. - PPTE, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT, da Pantanal Transmissão S.A. - PANTANAL, da Copel Geração e Transmissão S.A. - COPEL-GT, da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. - DOURADOS, da Brilhante II Transmissora de Energia S.A. - BRILHANTE II e das Linhas de Transmissão do Itatim S.A. - ITATIM, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT de uso exclusivo pela Energisa MS, que estarão em vigor no período de 8 de abril de 2024 a 7 de abril de 2025.

Leia-se: Art. 8º Estabelecer, na Tabela 7 do Anexo, as receitas anuais referentes às instalações de conexão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, da Linha de Transmissão Corumbá Ltda - LTC, da Pantanal e Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. - PPTE, da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT, da Pantanal Transmissão S.A. - PANTANAL, da Copel Geração e Transmissão S.A. - COPEL-GT, da Neoenergia Dourados Transmissão de Energia S.A. - DOURADOS, da Brilhante Transmissora de Energia S.A. - BRILHANTE e das Linhas de Transmissão do Itatim S.A. - ITATIM, relativas às Demais Instalações de Transmissão - DIT de uso exclusivo pela Energisa MS, que estarão em vigor no período de 8 de abril de 2024 a 7 de abril de 2025.

Onde se lê:

TABELA 7 - RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT) DE USO EXCLUSIVO (Energisa MT).

Vigente no período de 8 de abril de 2024 a 7 de abril de 2025.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALOR ANUAL (R$)
Brilhante II Transmissora de Energia S.A. - BRILHANTE II	Energisa MS	1.531.902,95

Leia-se:

TABELA 7 - RECEITA ANUAL REFERENTE ÀS DEMAIS INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO (DIT) DE USO EXCLUSIVO (Energisa MT).

Vigente no período de 8 de abril de 2024 a 7 de abril de 2025.		
EMPRESA TRANSMISSORA	INSTALAÇÕES DEDICADAS À	VALOR ANUAL (R$)
Brilhante Transmissora de Energia S.A. - BRILHANTE (contrato nº 021/2012)	Energisa MS	1.531.902,95

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.340, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Processo nº 48500.004194/2019-26. Interessada: Sol do Piauí Geração de Energia Ltda., CNPJ nº 35.407.870/0001-64. Decisão: (i) considerar a outorga de autorização da UFV Sol do Piauí, CEG UFV.RS.PI.046552-6-01, adequada ao disposto na Resolução Normativa nº 1.071, de 29 de agosto de 2023, não tendo mais caráter de Projeto Piloto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em http://biblioteca.aneel.gov.br.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente

DESPACHO 1.385, DE 2 DE MAIO DE 2024

Processos nº 48500.000972/2019-16. Interessados: Conforme o Anexo I. Decisão: alterar as características técnicas da UFV Advogado Eduardo Soares. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

THAIS BARBOSA COELHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.387, DE 3 DE MAIO DE 2024

Processo nº: 48500.005783/2020-65. Interessada: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP. Decisão: Autorizar a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, CNPJ sob o nº 02.998.611/0001-04, Contrato de Concessão nº 059/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelecer os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.407, DE 3 DE MAIO DE 2024

Processo nº 48500.006346/2023-10. Interessado: Rainha dos Ventos Geradora Eólica e Solar Spe Ltda., CNPJ nº 48.077.454/0001-97 Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO da Centrais Geradoras UFV relacionadas na íntegra deste Despacho, localizadas no município de Umburanas, no Estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br.

PAOLA BEMBOM GARCIA TORRES
Gerente

DESPACHO Nº 1.410, DE 3 DE MAIO DE 2024

Processo nº 48500.006346/2023-10. Interessado: Santa Rita de Cassia Central Geradora Eólica e Solar Spe Ltda., CNPJ nº 52.563.193/0001-92 Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras EOLs relacionadas na íntegra deste Despacho, localizadas no município de Gentio do Ouro, no Estado da Bahia. A íntegra deste Despacho consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico https://biblioteca.aneel.gov.br.

PAOLA BEMBOM GARCIA TORRES
Gerente

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.415, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE GESTÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, considerando o disposto na Portaria nº 6.827, de 4 de maio de 2023, na Portaria nº 6.838, de 27 de junho de 2023, o que consta dos Processos nº 48500.006394/2018-32 e 48500.006393/2018-98 e em atenção às informações contidas

nas correspondências protocoladas na ANEEL sob nº 48513.000023/2022-00 e 48513.001321/2024-00, decide registrar a alteração da razão social da empresa Bon Nome Serviços Administrativos III Ltda. para Bon Nome Solar S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 32.267.722/0001-01.

GUILHERME VIETA JUNQUEIRA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA GERAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.417, DE 6 DE MAIO DE 2024

O GERENTE SUBSTITUTO DE FISCALIZAÇÃO DA GERAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, nos termos do art. 3º da Portaria nº 6.836, de 21 de junho de 2023, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001574/2005-14, decide restabelecer, a partir da data de publicação do presente Despacho, a operação comercial da unidade geradora UG03 da PCH Boa Fé, Código Único de Empreendimentos de Geração - PCH.PH.RS.029063-7.01, autorizada à Boa Fé Energética S.A., localizada nos municípios de Nova Bassano e Serafina Correa, no Estado do Rio Grande do Sul.

LUIZ GUSTAVO NASCENTES BAENA

DESPACHOS DE 6 DE MAIO DE 2024

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 7 de maio de 2024.

Nº 1.419 - Processo nº: 48500.002475/2022-40. Interessados: Morro do Cruzeiro I S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Morro 1. Unidades Geradoras: UG1, de 5.700,00 kW. Localização: Município de Brotas de Macaúbas, no estado da Bahia.

Nº 1.420 - Processo nº: 48500.006996/2013-85. Interessados: CÉSAR CASSOL ENERGIA E CALCÁRIO LTDA. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Kapa Zero. Unidades Geradoras: UG1 de 2.000,00 kW. Localização: Município de Nova Brasilândia d´Oeste, no estado de Rondônia .

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

LUIZ GUSTAVO NASCENTES BAENA
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO

DESPACHO Nº 1.411, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.005874/2023-43, por conhecer do requerimento interposto pela consumidor João Roberto Martins, unidade consumidora nº 3007172279 e Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI nº 250373, em face da Cemig Distribuição S.A. - Cemig-D, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, e no mérito negar-lhe provimento.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 1.412, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.004704/2023-41, por conhecer do requerimento interposto pela consumidor Grigório Amoras Amanajas, unidade consumidora nº 162434 e Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI nº 29845, em face da Equatorial Energia Amapá, CNPJ nº 05.965.546/0001-09, e no mérito negar-lhe provimento , e, por conseguinte: (i) determinar que a Equatorial Energia Amapá efetue a cobrança complementar oriunda do procedimento irregular apurado através do Termo de Ocorrência e Inspeção - TOI nº 29845, correspondente ao período de 03 de 2021 a 12 de 2022, já deduzidos os consumos faturados, com base no inciso III do art. 595 da Resolução Normativa nº 1.000, de 2021, adotando a média mensal de consumo proporcionalizado de 1.279 kWh, utilizando a tarifa em vigor na data de emissão da fatura, considerando-se a ocorrência de cada bandeira durante o período irregular e o benefício tarifário a que o consumidor tiver direito, mantendo-se a possibilidade de a concessionária cobrar o custo administrativo adicional (ii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado; e (iii) determinar que a distribuidora envie à ANEEL, num prazo máximo de 15 (quinze) dias após o prazo previsto no item (ii) desta decisão, comprovação do seu cumprimento.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO E DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHO Nº 1.406, DE 3 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO E DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA - SGM/ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso XXI, da Portaria ANEEL nº 6.824, de 4 de maio de 2023, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, na Resolução Normativa nº 1.009 de 22 de março de 2022, no Submódulo 11.1 do PRORET, e o que consta no Processo nº 48500.003910/2019-58, resolve homologar o 7º e o 8º Termos Aditivos ao Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCESUP (CCE n° 143717/DPCP) celebrados entre a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de Mogi Mirim - CEMIRIM (suprida), CNPJ 52.777.034/0001-90 e a Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista (supridora), CNPJ 33.050.196/0001-88, nas condições detalhadas a seguir.

MÊS	MONTANTES DE ENERGIA CONTRATADOS (MWh)				
	2024	2025	2026	2027	2028
Janeiro	388,583	60,000	60,000	60,000	60,000
Fevereiro	388,583				
Março	388,583				
Abril	388,583				
Maio	388,583				
Junho	388,583				
Julho	388,583				
Agosto	388,583				
Setembro	388,584				
Outubro	388,584				
Novembro	388,584				
Dezembro	388,584				
TOTAL	4.663,000				

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

DESPACHO Nº 1.409, DE 3 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO E DO MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso XXI, da Portaria ANEEL nº 6.824, de 04 de maio de 2023, considerando o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, na Resolução Normativa nº 1.009 de 22 de março de 2022, no Submódulo 11.1 do PRORET e o que consta no Processo nº 48500.004681/2011-31, decide não homologar o 13º Termo Aditivo ao Contrato de Comercialização de Energia com Agente Supridor - CCESUP celebrado entre a compradora Cooperativa Energética Cocal - Coopercocal (suprida), CNPJ 86.532.348/0001-45, e a vendedora Celesc Distribuição S.A - Celesc (supridora), CNPJ 08.336.783/0001-90.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

RESOLUÇÃO ANM Nº 157, DE 3 DE MAIO DE 2024

Regulamenta a rotulagem de águas minerais e potáveis de mesa envasadas e classifica o risco da atividade de rotulagem com fundamento no Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo art. 2º, incisos II e VIII, e pelo art. 11, inciso II do § 1º, da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, pelo art. 2º, inciso II, e pelo art. 9º, inciso II, da Estrutura Regimental da ANM, aprovada na forma do Anexo I do Decreto nº 9.587, de 27 de novembro de 2018; e com base nos autos do processo SEI nº 48051.005556/2020-75, resolve:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a rotulagem de águas minerais e potáveis de mesa envasadas, nos termos do art. 29 do Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais), e classifica o risco da atividade de rotulagem de águas minerais e potáveis de mesa envasadas.

Art. 2º Classifica-se a atividade de rotulagem de águas minerais e potáveis de mesa envasadas como nível de risco I, nos termos da classificação de riscos da atividade econômica estabelecida no art. 3º do Decreto nº 10.178, de 18 de dezembro de 2019.

Parágrafo único. Nos termos do art. 8º do Decreto nº 10.178, de 2019, fica dispensada a apresentação pelo empreendedor e a análise prévia pela Agência Nacional de Mineração - ANM de rótulos de águas minerais e potáveis de mesa envasadas.

Art. 3º O rótulo padrão das águas minerais e potáveis de mesa deve conter as seguintes informações:

I - nome da fonte;

II - local da fonte (endereço completo, município e unidade da federação);

III - características físico-químicas da água na fonte;

IV - composição química da água, expressa em miligramas por litro (mg/L);

V - identificação do(s) boletim(ns) de análise oficial e data da emissão;

VI - classificação da água;

VII - nome da empresa concessionária e, se houver, da arrendatária, e respectivo número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ;

VIII - conteúdo ou volume líquido, conforme a Portaria nº 249, de 9 de junho de 2021, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO ou outra norma que lhe vier a substituir;

IX - data de envase;

X - no caso de água mineral com gás classificada como carbogasosa na fonte, uma das seguintes expressões:

a) "carbogasosa natural";

b) "naturalmente gasosa"; ou

c) "gasosa natural";

XI - no caso de água mineral classificada como carbogasosa na fonte cujo gás carbônico (dióxido de carbono) seja retirado para envase de água "sem gás", uma das seguintes expressões:

a) "sem gás"; ou

b) "descarbonatada";

XII - no caso de água mineral ou potável de mesa adicionada de gás carbônico (dióxido de carbono), a expressão "gaseificada artificialmente";

XIII - identificação do ato de concessão de lavra (data de publicação no Diário Oficial da União - DOU e número da portaria, decreto ou manifesto de mina); e

XIV - número do processo precedido da sigla ANM.

Parágrafo único. As informações devem ser apresentadas de forma legível e com caracteres com altura mínima de 1 (um) milímetro, exceto as que já possuem tamanho obrigatório em regulamento específico.

Art. 4º As informações relacionadas nos incisos I, II, III, IV, V e VI do art. 3º devem corresponder à indicação constante em Decisão da classificação da água emitida pela ANM.

Parágrafo único. A rotulagem empregada deve ser atualizada no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de edição do novo ato da Decisão da classificação da água pela ANM.

Art. 5º Cada fonte deve ter uma denominação específica, vedada a utilização de um mesmo nome para identificar fontes distintas compreendidas na mesma área de concessão ou em áreas contíguas do mesmo titular.

Art. 6º Nenhuma designação relativa às características ou propriedades terapêuticas das fontes pode constar na rotulagem.

Art. 7º Não pode constar na rotulagem informações relativas a qualquer designação suscetível de causar confusão ao consumidor quanto à fonte ou procedência da água.

Art. 8º O atendimento ao disposto nos artigos 3º, 4º, 6º e 7º caracteriza o uso de dizeres aprovados pela ANM para a rotulagem das águas minerais e potáveis de mesa envasadas.

Art. 9º Os rótulos aprovados anteriormente ou após a data de publicação desta Resolução seguem válidos até a realização de novo ato da Decisão da classificação da água pela ANM, observado o parágrafo único do art. 4º.

Art. 10. Os rótulos protocolados, pendentes de decisão da ANM quando da entrada em vigor desta Resolução, serão analisados em conformidade com os requisitos e procedimentos anteriores aos estabelecidos nesta Resolução.

§ 1º Os requerentes dos rótulos de que trata o caput poderão se manifestar expressamente nos respectivos processos, a qualquer tempo, seu interesse em desistir do pedido de análise dos rótulos protocolados.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º do caput, os interessados devem observar o disposto nesta Resolução.

Art. 11. O uso de rotulagem em desacordo com o estabelecido nesta Resolução caracteriza condição para apreensão de estoque, interdição e multa, nos termos do disposto no art. 31 do Decreto-Lei nº 7.841, de 1945, bem como nos arts. 19 e 30 da Resolução ANM nº 122, de 28 de novembro de 2022.

Art. 12. O item 6 da Norma Técnica nº 1, de 2009, aprovada pela Portaria nº 374, de 1º de outubro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"6. INÍCIO DA ATIVIDADE DE APROVEITAMENTO DA ÁGUA MINERAL

Após a publicação da Portaria de Lavra, a concessionária somente poderá iniciar as atividades de produção tendo sido atendidas as seguintes condições: parecer conclusivo de técnico do DNPM atestando que as instalações industriais estão de acordo com o Plano de Aproveitamento Econômico - PAE aprovado; e apresentação do laudo conclusivo da qualidade microbiológica do produto final envasado (amostra coletada pelo laboratório responsável pela análise ou por técnico do DNPM)." (NR)

Art. 13. Ficam revogados:

I - Memo-Circular nº 287/2001-DIFIS, de 11 de maio de 2001, da Diretoria de Fiscalização da Atividade Minerária do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; e

II - Memorando Circular nº 06/2010/DIFIS, de 12 de maio de 2010.

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2024.

MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO ANM Nº 158, DE 6 DE MAIO DE 2024

Altera a Resolução ANM nº 102/2022, que aprova as alterações de quantitativos e a distribuição dos cargos comissionados de gerência executiva, de assessoria, de assistência e dos cargos comissionados técnicos e o novo Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração - ANM.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, com fulcro no art. 2º, inciso XXXVI, da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e no art. 9º, inciso XV, da Estrutura Regimental da ANM, aprovada na forma do Anexo I do Decreto nº 9.587, de 27 de novembro de 2018, resolve:

Art. 1º Esta Resolução altera a Resolução ANM nº 102, de 13 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2022, que aprova as alterações de quantitativos dos cargos comissionados de gerência executiva, de assessoria, de assistência e dos cargos comissionados técnicos e o novo Regimento Interno da ANM.

Art. 2º O Anexo II - Regimento Interno da Agência Nacional de Mineração - da Resolução ANM nº 102, de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 28. À Ouvidoria, dirigida por um Ouvidor, compete:

(...)

§ 1º O Ouvidor encaminhará anualmente relatório de suas atividades à Diretoria Colegiada, sem prejuízo do encaminhamento, a qualquer tempo, de informações ou recomendações que entender pertinentes.

§ 2º Ao Ouvidor incumbe:

(...)

V - produzir, quando oportuno, apreciações sobre a atuação da ANM, e, anualmente, relatório circunstanciado de suas atividades, encaminhando-o à Diretoria Colegiada para apreciação e, logo após, à Corregedoria e à Auditoria Interna Governamental" (NR)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA
Diretor-Geral

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 86/2024

Fase de Autorização de Pesquisa

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

815.050/2023-C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-Saibro-Itajaí/SANTA CATARINA

815.049/2023-C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-Saibro-Itajaí/SANTA CATARINA

815.048/2023-C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-Saibro-Itajaí/SANTA CATARINA

815.069/2023-AUGUSTO BENACI FILHO-Saibro-Itajaí/SANTA CATARINA

Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)

815.009/2017-DESCHAMPS & CIA LTDA-AI N°6710/2022/DIFIS-SC/ANM

815.238/2018-BALNEARIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-AI N°667/2024/DIFIS-SC/ANM

815.057/2018-KLABIN S.A.-AI N°499/2024/DIFIS-SC/ANM

815.477/2017-CERAMICA SANTA TEREZINHA STEILEIN LTDA-AI N°6700/2022/DIFIS-SC/ANM

815.226/2017-WERNER GREUEL-AI N°5972/2022/DIFIS-SC/ANM

Fase de Concessão de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(557)

815.314/2004-MINERAÇÃO VEIGA LTDA-Parte da Portaria de Mina nº 33/2012- Cessionário:815.687/2012-Vogelsanger Pavimentacao Ltda- CNPJ 05.498.419/0001-39

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

815.077/2019-BREITAL LTDA-OF. N°15594/2024/DIOUT-SC/ANM

Fase de Registro de Extração

Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 05 anos(927)

815.107/2017-MUNICIPIO DE PETROLANDIA-Registro de Extração N°111/2017 de 02/05/2024

815.514/2017-MUNICIPIO DE LAURO MULLER-Registro de Extração N°113/2017 de 02/05/2024

815.513/2017-MUNICIPIO DE MORRO GRANDE-Registro de Extração N°114/2017 de 02/05/2024

815.106/2017-MUNICIPIO DE PETROLANDIA-Registro de Extração N°110/2017 de 02/05/2024.

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 87/2024

Fase de Requerimento de Lavra

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, II, alínea "e" da Portaria ANM Nº 1.056, de 30 de junho de 2022 - DOU de 01 de julho de 2022, com fundamento no Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967 c/c o art. 2°, inciso XVIII da Lei 13.575/2017, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2611)

PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 197/2024, de 6 DE MAIO DE 2024 - Processo nº 815.687/2012 - Titular VOGELSANGER PAVIMENTACAO LTDA - Substância(s) SAIBRO - Município(s) de ARAQUARI/SC.

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 40/2024

Fase de Concessão de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)

821.092/1998-ROHRER & ZERAIK LTDA-OF. N°15199/2024/DIFIS-SP/ANM

820.095/2006-ESMALTES COMERCIO E MINERACAO LTDA-OF. N°15209/2024/DIFIS-SP/ANM

820.222/2001-EMPRESA DE MINERACAO SERRA DO CRISTAL LTDA-OF. N°15219/2024/DIFIS-SP/ANM

821.220/1986-AGUA MINERAL SANTA CANDIDA LTDA-OF. N°15223/2024/DIFIS-SP/ANM

805.466/1973-MINERAÇÃO CAMPO BRANCO DE ITAPEVA LTDA-OF. N°15224/2024/DIFIS-SP/ANM

805.466/1973-MINERAÇÃO CAMPO BRANCO DE ITAPEVA LTDA-OF. N°15224/2024/DIFIS-SP/ANM

820.539/1983-EMPRESA DE MINERACAO E FONTES DE AGUAS MINERAL VERVALE LTDA-OF. N°15.269/2024/DICOA/ANM

820.741/1999-EMPRESA DE MINERACAO CARAVELAS LTDA-OF. N°16053/2024/DIFIS-SP/ANM

821.245/2009-DONA EMILIA EMPRESA DE MINERACAO EIRELI-OF. N°16060/2024/DIFIS-SP/ANM

820.641/2008-AGROPECUARIA IVO JORGE MAHFUZ LTDA-OF. N°16062/2024/DIFIS-SP/ANM

803.679/1977-EMPRESA DE MINERAÇÃO AQUALINDA LTDA.-OF. N°16064/2024/DIFIS-SP/ANM

820.762/2001-RUBENS CONSOLINE-OF. N°16069/2024/DIFIS-SP/ANM

820.029/1982-EMPRESA MINERADORA EST DE AGUAS DE STA BARBARA LTDA-OF. N°16096/2024/DIFIS-SP/ANM

Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)

820.029/1982-EMPRESA MINERADORA EST DE AGUAS DE STA BARBARA LTDA- "FONTE SANTA BÁRBARA" (Poço) - Marca "Pateta": garrafão retornável de 20 L, sem gás; Marca "Cristal": copos de 200 mL, sem gás, garrafas PET descartáveis de 510 mL, com gás e sem gás; Marca "Rio Pardo Golf": garras PET descartáveis de 510 mL, sem gás.- ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA/SP

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

821.009/2003-NORBERTO APARECIDO BARBOSA- Registro de Licença N° 2844/2004 - Vencimento em 20/11/2027

820.614/1988-CAMAR EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA ME- Registro de Licença N° 1348/1988 - Vencimento em 16/04/2025

820.013/2019-AURORA COMERCIO VAREJISTA DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° nº 19/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/SP - Vencimento em 24/04/2028

820.063/2016-MINERPAL MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA- Registro de Licença N° 3732/2020 - Vencimento em 18/05/2033

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

820.447/2000-OLARIA BERTASSO LTDA-OF. N°15723/2024/DIOUT-SP/ANM

820.386/2019-SANDMIX MINERAÇÃO LTDA-OF. N°15731/2024/DIOUT-SP/ANM

820.211/2017-CCRP PROJETOS DE INVESTIMENTOS DO BRASIL LTDA-OF. N°15737/2024/DIOUT-SP/ANM

820.734/1997-PORTO DE AREIA ITAJU LIMITADA-OF. N°15984/2024/DIOUT-SP/ANM

820.733/1997-PORTO DE AREIA ITAJU LIMITADA-OF. N°15987/2024/DIOUT-SP/ANM

820.417/1982-SERRA DA LAPA EXTRAÇÃO COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA LTDA-OF. N°15988/2024/DIOUT-SP/ANM

820.943/2001-EXTRAÇÃO DE ARGILA VAC LTDA-OF. N°16104/2024/DIOUT-SP/ANM

821.419/2012-OLARIA MAFEI & MAFEI LTDA-OF. N°16105/2024/DIOUT-SP/ANM

820.042/2006-ROSEMYR APARECIDA BOLONHEZI DA SILVA TAMBAU ME-OF. N°16107/2024/DIOUT-SP/ANM

821.182/2002-RIO VERDE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA. ME-OF. N°16108/2024/DIOUT-SP/ANM

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

820.276/1990-AREIAS SALIONI LIMITADA-OF. N°15612/2024/CAREAS-SP/ANM

820.013/2017-L&L COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA-OF. N°15673/2024/DIOUT-SP/ANM

820.914/2016-HUMBERTO AYRES DIAS NETO ME-OF. N°15677/2024/DIOUT-SP/ANM

820.914/2016-HUMBERTO AYRES DIAS NETO ME-OF. N°15679/2024/DIOUT-SP/ANM

820.805/2016-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-OF. N°15702/2024/DIOUT-SP/ANM

820.805/2016-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-OF. N°15703/2024/DIOUT-SP/ANM
820.446/2013-JOSE ANTONIO BUSCARIOLI TRANSPORTADORA EPP-OF. N°15741/2024/DIOUT-SP/ANM
820.349/2009-EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA SANTA TEREZA LTDA-OF. N°15953/2024/DIOUT-SP/ANM
820.815/2016-RESITEC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°16109/2024/DIOUT-SP/ANM
820.815/2016-RESITEC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°16112/2024/DIOUT-SP/ANM
820.815/2016-RESITEC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°16114/2024/DIOUT-SP/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
820.013/2017-L&L COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO E SERVICOS LTDA-OF. N°15675/2024/DIOUT-SP/ANM
820.914/2016-HUMBERTO AYRES DIAS NETO ME-OF. N°15681/2024/DIOUT-SP/ANM
820.805/2016-UILSON ROMANHA & CIA LTDA-OF. N°15706/2024/DIOUT-SP/ANM
820.446/2013-JOSE ANTONIO BUSCARIOLI TRANSPORTADORA EPP-OF. N°15743/2024/DIOUT-SP/ANM
820.452/2019-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA.-OF. N°15957/2024/DIOUT-SP/ANM
820.453/2019-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA.-OF. N°15967/2024/DIOUT-SP/ANM
820.454/2019-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA.-OF. N°15975/2024/DIOUT-SP/ANM
820.455/2019-MINERAÇÃO AOKI TAUBATÉ LTDA.-OF. N°15980/2024/DIOUT-SP/ANM
820.881/2016-PORTO DE AREIA TUBARÃO LTDA.-OF. N°15982/2024/DIOUT-SP/ANM
820.462/2015-P.T.R. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.-OF. N°16117/2024/DIOUT-SP/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
820.753/2017-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP-OF. N°15990/2024/DIOUT-SP/ANM-60 dias dias
820.754/2017-GAMA EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDREGULHO LTDA EPP-OF. N°15999/2024/DIOUT-SP/ANM-60 dias dias
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.543/2023-PGV TERRAPLENAGEM E GERENCIAMENTO DE RESIDUOS LTDA-OF. N°15769/2024/DIOUT-SP/ANM
820.025/2024-MAXXIMINER - COMERCIO E EXTRACAO DE MINERIOS LTDA-OF. N°14045/2024/CAREAS-SP/ANM
820.546/2023-MINERACAO ANGICO LTDA-OF. N°15943/2024/DIOUT-SP/ANM
820.554/2023-HEITOR LUIS DE FARIA-OF. N°15948/2024/DIOUT-SP/ANM
820.573/2023-OTAVIO FERNANDES PEDRAS DECORATIVAS-OF. N°16005/2024/DIOUT-SP/ANM
820.598/2023-MARIA HELENA HOSSRI FERREIRA DA SILVA-OF. N°16008/2024/DIOUT-SP/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
820.674/2023-CERAMICA SOLOARTE LTDA.-OF. N°14046/2024/CAREAS-SP/ANM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
820.168/2024-MUNICIPIO DE MINEIROS DO TIETE-OF. N°15715/2024/DIOUT-SP/ANM
820.176/2024-MUNICIPIO DE MINEIROS DO TIETE-OF. N°15721/2024/DIOUT-SP/ANM

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO CEARÁ

DESPACHO
Relação nº 38/2024

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
800.005/2024 - A. M AREIAIS E DERIVADOS PARA JARDINAGEM LTDA-Registro de Licença n° 383/2024 - Vencimento 06/12/2027.
800.257/2022 - ALEXANDRE MAGNO VINHAS ME-Registro de Licença n° 411/2024 - Vencimento 16/12/2026
800.833/2022 - FRANCISCO ROGERIO BARBOSA MORAIS-Registro de Licença n° 412/2024 - Vencimento 23/06/2029.
801.160/2023 - MINERACAO THOR FERNANDES LTDA-Registro de Licença n° 414/2024 - Vencimento 09/10/2028.
800.469/2023 - EDMILSON MORAES LEITE-Registro de Licença n° 415/2024 - Vencimento 10/03/2027.
800.584/2023 - J V N RIBEIRO LTDA-Registro de Licença n° 424/2024 - Vencimento 13/06/2025.

RICARDO EUDES RIBEIRO PARAHYBA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 155/2024

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
850.239/2002-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.- Cessionário:ITAPITANGA MINERACAO LTDA- CPF ou CNPJ 32.292.469/0001-38- Alvará n°5806/2004
850.820/2011-CALBRAX MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.- CPF ou CNPJ 17.157.264/0001-56- Alvará n°3119/2024
851.000/2018-PRIME MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:PRIME II MINERACAO LTDA- CPF ou CNPJ 53.028.984/0001-85- Alvará n°4068/2019/2019
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
850.745/2017-CESAR AUGUSTO VIEIRA BARBETTA- Cessionário:J. D. BRAGA VIEIRA LTDA- CPF ou CNPJ 49.319.401/0001-06- Alvará n°8478/2017
850.051/2016-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA- Cessionário:CALMAP INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA- CPF ou CNPJ 10.962.529/0001-40- Alvará n°7637/2016
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
850.297/2015-A. S. NASCIMENTO LTDA- Cessionário:ARIVALDO SANTOS NASCIMENTO- CNPJ 36.874.905/0001- 38- Registro de Licença N° 51- Vencimento da Licença: 2016
Fase de Requerimento de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(1818)
850.938/1980-MINERAÇÃO JARUPARI LTDA- Cessionário:COMPANHIA VALE DO RIO DOCE-CVRD (Nova denominação social) VALE S/A.- CPF ou CNPJ 33.592.510/0001-54.

HUGO PAIVA TAVARES DE SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 165/2024

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
851.087/2011-CERÂMICA MADECASTRO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°15895/2024/DIFIS-PA/ANM
851.087/2011-CERÂMICA MADECASTRO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°15829/2024/DIFIS-PA/ANM
850.110/2016-MUG MINERACAO LTDA-OF. N°15886/2024/DIFIS-PA/ANM.

HUGO PAIVA TAVARES DE SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 166/2024

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
851.087/2011-CERÂMICA MADECASTRO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°15827/2024/DIFIS-PA/ANM.

HUGO PAIVA TAVARES DE SOUZA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 167/2024

Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
850.110/2016-MUG MINERACAO LTDA-OF. N°15888/2024/DIFIS-PA/ANM.

HUGO PAIVA TAVARES DE SOUZA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO
Relação nº 68/2024

Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
851.851/2013-MINERACAO 3 MARIAS LTDA- Alvará de Pesquisa nº 566/2019- acatando decisão judicial, AUTORIZA o impedimento exclusivamente da transferência do direito minerário do processo nº 851.851/2013, até ulterior decisão, evitando, assim, que tal direito possa ser cedido pela Agravante para terceiros, de titularidade de Mineração 3 Marias Ltda-CNPJ: 10.576.479/0001-62, conforme determinado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, proveniente da Decisão Judicial proferida nos Autos do nº 0804406-30.2024.8.14.0000 expedido em 22.03.2024,pela Desembargadora Drª. Gleide Pereira de Moura, da Secretaria Única de Direito Público e Privado - 2ª Turma de Direito Privado. Processo em referência nº 0815204-20.2024.8.14.0301.

CLÁUDIO ROBERTO FREIRE
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 517, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 958, de 5 de outubro de 2023, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2020 Versão Corrigida: 2021, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLPBA0434444	A R MACHADO COMERCIO DE GAS LTDA	53.818.907/0001-29	48610.207643/2024-14
GLPRJ0434424	BM GUIMARAES COMERCIO DE GAS LTDA	43.783.918/0001-67	48610.210152/2024-42
GLPCE0434434	C R CARDOSO NETO	44.127.008/0001-99	48610.212107/2024-22
GLPRJ0434421	CAROBINHA COMERCIO DE GAS GLP LTDA	52.135.989/0001-44	48610.201060/2024-71
GLPRJ0434449	CLUB GAS COMERCIO DE GLP LTDA	44.806.778/0001-68	48610.212072/2024-21
GLPTO0434459	COIOTE GAS V LTDA	54.724.526/0001-43	48610.212093/2024-47
GLPBA0434432	GSB COMERCIO VAREJISTA DE GAS LTDA	54.673.486/0001-58	48610.212088/2024-34
GLPSP0434453	IZIDIO CARLOS CANDIAL	43.738.613/0001-33	48610.212081/2024-12
GLPMT0434447	JN DISTRIBUIDORA LTDA	49.272.708/0001-90	48610.212051/2024-14
GLPSP0434436	K N COMERCIO DE GLP LTDA	45.585.846/0001-79	48610.212015/2024-42
GLPSP0434442	LILIA MADALENA PEREIRA AUGUSTO	53.634.131/0001-97	48610.212027/2024-77
GLPPR0434455	MERCADO PLANALTO LTDA	50.990.697/0001-63	48610.212083/2024-10
GLPES0434438	NICO COMERCIO DE GAS LTDA	52.030.901/0002-00	48610.212030/2024-91
GLPSC0434457	RAIZES DO CAMPO HORTIFRUTI LTDA	42.149.345/0001-51	48610.212090/2024-11
GLPRN0434451	SUPERVALEGAS LTDA	53.550.263/0001-30	48610.212073/2024-76
GLPSP0434440	TELMA APARECIDA DE MORAES GAS E PET	54.341.332/0001-69	48610.210252/2024-79

JARDEL FARIAS DUQUE

DESPACHO SDL-ANP Nº 518, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 948 de 5 de outubro de 2023, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/MA0246482	AUTO POSTO REAL BRASIL LTDA	54.092.526/0001-78	48610.211959/2024-01
PR/MG0246477	POSTO BOA VISTA LTDA	54.437.683/0001-78	48610.212004/2024-62
PR/RJ0246481	POSTO DE GASOLINA ELLEN CAROLYNE LTDA	49.215.929/0001-27	48610.211021/2024-82
PR/PE0246478	POSTO MOURA FILHO LTDA	18.378.529/0001-09	48610.210947/2024-51
PR/TO0246480	REDE HG COMBUSTIVEIS LTDA.	13.569.064/0059-76	48610.212011/2024-64
PR/MG0246479	TRANSPORTE & COMERCIO DE PETROLEO ECONOMICO LTDA	45.902.245/0001-42	48610.211442/2024-11

JARDEL FARIAS DUQUE

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

AUTORIZAÇÃO SBQ-ANP Nº 258, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo Regimento Interno e pelo Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.208414/2024-17, resolve:

Art. 1º Fica concedida à empresa O TELHAR AGROPECUÁRIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 05.683.277/0010-70, com sede à Rodovia BR-364, km 30 + 30 km à esquerda, entre o Posto Gil e Diamantino, Fazenda Sete Lagoas, Zona Rural, CEP 78.400-000, no município de Diamantino, MT, autorização de prévia anuência para o uso específico de biodiesel (B100) nos termos da Resolução ANP nº 910, de 18 de novembro de 2022.

§1º O uso de biodiesel de que trata o caput fica restrito à utilização em veículos da frota, não podendo o volume anual exceder a 260 m^3.

§2º Para fins desta Autorização, o biodiesel deverá atender à especificação vigente estabelecida pela ANP.

Art. 2º Caberá aos agentes econômicos envolvidos no uso do biodiesel de que se trata esta Autorização a responsabilização por eventuais danos causados aos equipamentos empregados, ao meio ambiente e outros.

Art. 3º A ANP poderá, a qualquer tempo, realizar auditoria na O TELHAR AGROPECUÁRIA LTDA. sobre procedimentos e equipamentos de medição que tenham impacto sobre a qualidade e a confiabilidade dos resultados, bem como solicitar dados referentes à utilização do biodiesel objeto deste ato.

Art. 4º A presente Autorização não constitui, em quaisquer circunstâncias, endosso, certificação, registro ou aprovação, por parte da ANP, para o uso comercial do biodiesel para outros fins, nem dispensa ou substitui documentos de qualquer natureza exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 5º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

Ministério do Planejamento e Orçamento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA GM/MPO Nº 120, DE 3 DE MAIO DE 2024

Realoca Funções Comissionadas Executivas (FCE) no Ministério do Planejamento e Orçamento.

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 13 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, e no inciso IV do art. 3º do Decreto nº 11.353 , de 1º de janeiro de 2023, resolve:

Art. 1º Fica efetivada, no âmbito da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento, a realocação de um cargo de Assessor Técnico Especializado - FCE 4.07 da Subsecretaria de Programas das Áreas Econômicas e Especiais para a Coordenação Geral de Acompanhamento de Programas da Área Especial da Subsecretaria de Programas das Áreas Econômicas e Especiais.

Art. 2º Fica efetivada, no âmbito da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, a realocação de uma Função Comissionada Executiva - FCE 1.10, de Coordenador de Programas Especiais da Coordenação-Geral de Programas Especiais da Subsecretaria de Programas das Áreas Econômicas e Especiais para a Coordenação-Geral de Programas Econômicos da Subsecretaria de Programas das Áreas Econômicas e Especiais.

Art. 3º Fica efetivada, no âmbito da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, a realocação de uma Função Comissionada Executiva - FCE 1.07, de Chefe de Divisão de Programas Econômicos da Coordenação-Geral de Programas Econômicos da Subsecretaria de Programas das Áreas Econômicas e Especiais, para a Coordenação de Programas Especiais da Coordenação-Geral de Programas Especiais da Subsecretaria de Programas das Áreas Econômicas e Especiais.

Art. 4º As realocações de que tratam os artigos 1º, 2º e 3º deverão ser registradas no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal –SIORG até o dia útil anterior à data de entrada em vigor desta Portaria, e as alterações decorrentes deverão ser propostas nos respectivos regimentos internos e nas alterações futuras do Decreto de aprovação de estrutura regimental do Ministério do Planejamento e Orçamento, caso tenham implicado alteração tácita do ato, nos termos do art. 14, incisos I e II, do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 7 (sete) dias úteis após a data de publicação.

SIMONE TEBET

ANEXO

DE				PARA			
SECRETARIA	UORG PAI	UORG	CARGO	SECRETARIA	UORG PAI	UORG	CARGO
Secretaria de Orçamento Federal	Secretaria de Orçamento Federal	Subsecretaria de Programas das Áreas Econômicas e Especiais	FCE 4.07	Secretaria de Orçamento Federal	Subsecretaria de Programas das Áreas Econômicas e Especiais	Coordenação Geral de Acompanhamento de Programas da Área Especial	FCE 4.07
Secretaria Nacional de Planejamento	Coordenação-Geral de Programas Especiais	Coordenação de Programas Especiais	FCE 1.10	Secretaria Nacional de Planejamento	Coordenação-Geral de Programas Econômicos	Coordenação de Programas Econômicos	FCE 1.10
Secretaria Nacional de Planejamento	Coordenação-Geral de Programas Econômicos	Divisão de Programas Econômicos	FCE 1.07	Secretaria Nacional de Planejamento	Coordenação-Geral de Programas Especiais	Divisão de Programas Especiais	FCE 1.07

PORTARIA GM/MPO Nº 122, DE 3 DE MAIO DE 2024

Reabre, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial, no valor de R$ 100.000,00, aberto pela Lei nº 14.727, de 22 de novembro de 2023.

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso III, do Decreto nº 11.883, de 17 de janeiro de 2024, e de acordo com o art. 59, caput e § 4º, da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, e o art. 167, § 2º, da Constituição, resolve:

Art. 1º Reabrir, em favor do Ministério dos Transportes, até o limite do saldo apurado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), crédito especial aberto pela Lei nº 14.727, de 22 de novembro de 2023, para atender à programação, conforme indicado no Anexo I.

Art. 2º O cancelamento de despesas primárias, em atendimento ao disposto no § 4º do art. 59 da Lei nº 14.791, de 2023, está demonstrado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE TEBET

ANEXOS

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — Reabertura de Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
3106	Transporte Rodoviário								100.000
	Projetos								
3106 7M95	Adequação de Anel Rodoviário em Belo Horizonte - nas BRs 040/135/262/381/MG	26 782							100.000
3106 7M95 2408	Adequação de Anel Rodoviário em Belo Horizonte - nas BRs 040/135/262/381/MG - No Município de Belo Horizonte - MG	26 782							100.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — Reabertura de Crédito Especial

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
3106	Transporte Rodoviário								100.000
	Projetos								
3106 10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT	26 782							100.000
3106 10L1 0051	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT - No Estado de Mato Grosso	26 782							100.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	100.000
TOTAL - FISCAL									100.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									100.000

PORTARIA GM/MPO Nº 123, DE 3 DE MAIO DE 2024

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 225.356.330,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, do Decreto nº 11.883, de 17 de janeiro de 2024, e tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, § 1º, inciso IV; § 2º, inciso I; § 3º, inciso III; e § 4º, inciso I, da Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024; e no art. 52, § 2º, da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R$ 225.356.330,00 (duzentos e vinte e cinco milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, trezentos e trinta reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE TEBET

ANEXOS

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								18.000.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	06 122							18.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	06 122							18.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	1020	18.000.000
TOTAL - FISCAL									18.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
5115	Promoção do Acesso à Justiça e da Defesa dos Direitos								101.000
	Operações Especiais								
5115 00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados	14 211							101.000
5115 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior	14 211							101.000
			F	3-ODC	2	80	0	1050	101.000
TOTAL - FISCAL									101.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									101.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
2316	Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior								1.400.000
	Atividades								
2316 20I5	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior	07 211							1.400.000
2316 20I5 0001	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior - Nacional	07 211							1.400.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	1.400.000
TOTAL - FISCAL									1.400.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.400.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
2316	Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior								500.000
	Atividades								
2316 2367	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil	07 573							500.000
2316 2367 0001	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil - Nacional	07 573							500.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
5125	Direito à Cultura								10.150.000
	Atividades								
5125 20ZG	Formulação e Gestão da Política Cultural	13 392							8.700.000
5125 20ZG 0001	Formulação e Gestão da Política Cultural - Nacional	13 392							8.700.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	8.700.000
	Operações Especiais								
5125 00VF	Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais	13 845							1.450.000
5125 00VF 0001	Apoio à Implementação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	13 845							1.450.000
			F	4-INV	2	40	0	1000	1.450.000
TOTAL - FISCAL									10.150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.150.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								3.348.389
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							3.348.389
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13 122							3.348.389
			F	3-ODC	2	90	0	1000	3.348.389
5125	Direito à Cultura								5.526.611
	Atividades								
5125 211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	13 392							5.526.611
5125 211F 0001	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	13 392							5.526.611
			F	3-ODC	2	90	0	1000	5.526.611
TOTAL - FISCAL									8.875.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.875.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								24.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	13 122							24.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	13 122							24.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	24.000
5125	Direito à Cultura								3.219.130
	Atividades								
5125 211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	13 392							3.219.130
5125 211F 0001	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	13 392							3.219.130
			F	3-ODC	2	90	0	1000	3.219.130
TOTAL - FISCAL									3.243.130
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.243.130

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								684.921
	Operações Especiais								
0910 00R4	Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA	28 846							673.693
0910 00R4 0002	Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA - Exterior	28 846							673.693
			F	3-ODC	2	80	0	1034	673.693
0910 00UU	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	28 846							11.228
0910 00UU 0002	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							11.228
			F	3-ODC	2	80	0	1034	11.228
5126	Esporte para a Vida								1.680.859
	Atividades								
5126 211Z	Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem	27 811							1.680.859
5126 211Z 0001	Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem - Nacional	27 811							1.680.859
			F	3-ODC	2	90	0	1034	1.680.859
TOTAL - FISCAL									2.365.780
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.365.780

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								15.226.465
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	05 122							15.006.465
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							15.006.465
			F	3-ODC	2	90	0	1000	15.006.465
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	05 122							220.000
0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Exterior	05 122							220.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	220.000
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								50.000
	Operações Especiais								
0910 00UU	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	28 846							50.000
0910 00UU 0002	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							50.000
			F	3-ODC	2	80	0	1000	50.000
TOTAL - FISCAL									15.276.465
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.276.465

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								9.011.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	05 122							9.011.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							9.011.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	6.011.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	3.000.000
6112	Defesa Nacional								20.367.363
	Atividades								
6112 219D	Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares	05 153							19.167.363
6112 219D 0001	Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares - Nacional	05 153							19.167.363
			F	3-ODC	2	90	0	1000	14.547.748
			F	4-INV	2	90	0	1000	4.619.615
6112 2866	Ações de Caráter Sigiloso	05 183							1.200.000
6112 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	05 183							1.200.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	1.200.000
TOTAL - FISCAL									29.378.363
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.378.363

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								959.057
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	05 122							959.057
0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Exterior	05 122							959.057
			F	3-ODC	2	90	0	1000	959.057
6112	Defesa Nacional								270.000
	Projetos								
6112 157M	Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	05 572							270.000
6112 157M 0001	Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) - Nacional	05 572							270.000
			F	4-INV	2	90	0	1077	270.000
TOTAL - FISCAL									1.229.057
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.229.057

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								61.614
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	05 122							61.614
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							61.614
			F	3-ODC	2	90	0	3050	61.614
TOTAL - FISCAL									61.614
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									61.614

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								220.851
	Operações Especiais								
0910 00UU	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	28 846							220.851
0910 00UU 0002	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							220.851
			F	3-ODC	2	80	0	1000	220.851
TOTAL - FISCAL									220.851
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									220.851

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								527.618
	Atividades								
0032 21D0	Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares	05 482							527.618
0032 21D0 0001	Reforma, Manutenção e Readequação de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares - Nacional	05 482							527.618
			F	3-ODC	2	90	0	1050	527.618
6112	Defesa Nacional								11.312.447
	Atividades								
6112 20XR	Capacitação Profissional da Marinha	05 128							790.864
6112 20XR 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional	05 128							790.864
			F	3-ODC	2	90	0	1050	790.864
6112 21A0	Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa	05 152							10.000.000
6112 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa - Nacional	05 152							10.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	10.000.000
6112 21BY	Fiscalização da Navegação Aquaviária	05 125							207.635
6112 21BY 0001	Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional	05 125							207.635
			F	3-ODC	2	90	0	1050	201.678
			F	4-INV	2	90	0	1050	5.957

6112 21EA	Manutenção da capacidade operativa das Fragatas "Classe Tamandaré" desenvolvidas no âmbito do Programa Fragata Classe Tamandaré (PFCT)	05 152							313.948
6112 21EA 0001	Manutenção da capacidade operativa das Fragatas "Classe Tamandaré" desenvolvidas no âmbito do Programa Fragata Classe Tamandaré (PFCT) - Nacional	05 152							313.948
			F	3-ODC	2	90	0	1115	294.021
			F	4-INV	2	90	0	3050	19.927
TOTAL - FISCAL									11.840.065
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.840.065

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
6111	Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional								5.545.011
	Atividades								
6111 2510	Prestação de Ensino Profissional Marítimo	05 363							5.545.011
6111 2510 0001	Prestação de Ensino Profissional Marítimo - Nacional	05 363							5.545.011
			F	3-ODC	2	90	0	3052	5.415.370
			F	4-INV	2	90	0	3052	129.641
TOTAL - FISCAL									5.545.011
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.545.011

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
UNIDADE: 55101 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - Adm. Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								10.000.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	08 122							10.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	08 122							10.000.000
			S	3-ODC	2	90	0	1001	10.000.000
5131	Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)								1.000.000
	Atividades								
5131 8249	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	08 122							1.000.000
5131 8249 0001	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social - Nacional	08 122							1.000.000
			S	3-ODC	2	90	0	1001	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									11.000.000
TOTAL - GERAL									11.000.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
5131	Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)								1.000.000
	Atividades								
5131 2589	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	08 125							1.000.000
5131 2589 0001	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV) - Nacional	08 125							1.000.000
	Benefício avaliado (unidade): 44.210		S	3-ODC	2	41	0	1001	1.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.000.000
TOTAL - GERAL									1.000.000

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								250.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	04 122							250.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	04 122							250.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	250.000
4105	Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas								320.778
	Atividades								
4105 2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	03 092							320.778
4105 2674 0002	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Exterior	03 092							320.778
			F	3-ODC	2	90	0	1000	320.778
TOTAL - FISCAL									570.778
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									570.778

ÓRGÃO: 68000 - Ministério de Portos e Aeroportos
UNIDADE: 68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								19.655.174
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	26 122							19.655.174
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26 122							19.655.174
			F	3-ODC	2	90	0	1000	19.655.174
3105	Portos e Transporte Aquaviário								83.300.000
	Atividades								
3105 20LO	Operação de Eclusas	26 784							6.300.000
3105 20LO 0001	Operação de Eclusas - Nacional	26 784							6.300.000
			F	3-ODC	3	90	0	1000	6.300.000
3105 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	26 784							75.000.000

3105 219Z 6032	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica Amazônica	26 784							75.000.000
			F	4-INV	3	90	0	1000	75.000.000
	Projetos								
3105 127G	Construção de Terminais Fluviais	26 784							2.000.000
3105 127G 0207	Construção de Terminais Fluviais - No Município de Jutaí - AM	26 784							2.000.000
	Obra executada (percentual): 10		F	4-INV	3	90	0	1000	2.000.000
TOTAL - FISCAL									102.955.174
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									102.955.174

ÓRGÃO: 68000 - Ministério de Portos e Aeroportos
UNIDADE: 68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.644.042
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	26 122							1.644.042
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26 122							1.644.042
			F	3-ODC	2	90	0	1052	1.644.042
TOTAL - FISCAL									1.644.042
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.644.042

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
5116	Segurança Pública com Cidadania								18.000.000
	Atividades								
5116 2723	Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção	06 181							18.000.000
5116 2723 0001	Policiamento, Fiscalização, Enfrentamento à Criminalidade e Corrupção - Nacional	06 181							18.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	1020	8.000.000
			F	4-INV	2	90	0	1020	10.000.000
TOTAL - FISCAL									18.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									18.000.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								101.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	14 122							101.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	14 122							101.000
	Agente público beneficiado (unidade): 6		F	3-ODC	2	90	0	1050	101.000
TOTAL - FISCAL									101.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									101.000

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								500.000
	Operações Especiais								
0032 00PK	Indenizações a Servidores Civis e Militares em Serviço no Exterior	07 331							500.000
0032 00PK 0002	Indenizações a Servidores Civis e Militares em Serviço no Exterior - Exterior	07 331							500.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	500.000
2316	Relações Internacionais e Assistência a Brasileiras e Brasileiros no Exterior								1.400.000
	Atividades								
2316 20I5	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior	07 211							1.400.000
2316 20I5 0002	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior - Exterior	07 211							1.400.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	1.400.000
TOTAL - FISCAL									1.900.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.900.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								320.778
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	26 122							320.778
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	26 122							320.778
			F	3-ODC	2	90	0	1000	320.778
TOTAL - FISCAL									320.778
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									320.778

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
5125	Direito à Cultura								10.150.000
	Atividades								
5125 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	13 392							10.150.000
5125 20ZF 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional	13 392							10.150.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	10.150.000
TOTAL - FISCAL									10.150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.150.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42205 - Fundação Nacional de Artes
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								75.000
	Atividades								
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	13 122							75.000
0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro	13 122							75.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	75.000
5125	Direito à Cultura								8.800.000
	Atividades								
5125 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	13 392							8.800.000
5125 20ZF 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional	13 392							8.800.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	8.800.000
TOTAL - FISCAL									8.875.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.875.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								24.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							24.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13 122							24.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	24.000
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								207.000
	Operações Especiais								
0910 00UU	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	28 846							207.000
0910 00UU 0002	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							207.000
			F	3-ODC	2	80	0	1000	207.000
5125	Direito à Cultura								3.012.130
	Atividades								
5125 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira	13 392							15.494
5125 20ZF 0001	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Nacional	13 392							15.494
	Projeto apoiado (unidade): 2		F	3-ODC	2	90	0	1000	15.494
5125 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	13 571							559.120
5125 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional	13 571							559.120
			F	3-ODC	2	50	0	1000	559.120
	Projetos								
5125 14U2	Implantação, Instalação e Ampliação de Espaços e Equipamentos Culturais	13 392							2.437.516
5125 14U2 0001	Implantação, Instalação e Ampliação de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	13 392							2.437.516
			F	4-INV	2	90	0	1000	2.437.516
TOTAL - FISCAL									3.243.130
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.243.130

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.365.780
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	27 122							2.365.780
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	27 122							2.365.780
			F	3-ODC	2	90	0	1034	2.365.780
TOTAL - FISCAL									2.365.780
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.365.780

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
6111	Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional								6.190.034
	Atividades								
6111 219C	Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras	05 153							6.140.034
6111 219C 0001	Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras - Nacional	05 153							6.140.034
			F	3-ODC	2	90	0	1000	6.140.034
6111 21BJ	Desenvolvimento do Desporto Nacional e Militar	05 811							50.000
6111 21BJ 0001	Desenvolvimento do Desporto Nacional e Militar - Nacional	05 811							50.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	50.000
6112	Defesa Nacional								9.097.431
	Atividades								
6112 20X1	Participação Brasileira em Operações Internacionais	05 212							250.000
6112 20X1 0001	Participação Brasileira em Operações Internacionais - Nacional	05 212							250.000
	Atividade realizada (unidades por ano): 2		F	3-ODC	2	90	0	1000	250.000
6112 20X5	Operações de Comando e Controle da Defesa Nacional	05 722							881.763
6112 20X5 0001	Operações de Comando e Controle da Defesa Nacional - Nacional	05 722							881.763
	Atividade realizada (unidade): 1		F	4-INV	2	90	0	1000	881.763
6112 20X6	Adequação e Manutenção de Unidades Militares para a Soberania e Integridade Nacional na Região do Calha Norte	05 153							3.425.528
6112 20X6 0001	Adequação e Manutenção de Unidades Militares para a Soberania e Integridade Nacional na Região do Calha Norte - Nacional	05 153							3.425.528
			F	4-INV	2	90	0	1000	3.425.528
6112 20X7	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas	05 153							733.301
6112 20X7 0001	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas - Nacional	05 153							733.301

	Atividade realizada (unidade): 1		F	3-ODC	2	90	0	1000	733.301
6112 218X	Operações de Garantia da Lei e da Ordem	05 153							247.930
6112 218X 0001	Operações de Garantia da Lei e da Ordem - Nacional	05 153							247.930
	Operação realizada (unidade): 1		F	3-ODC	2	90	0	1000	247.930
6112 219W	Integração dos Sistemas de Comunicações de Defesa	05 722							1.118.237
6112 219W 0001	Integração dos Sistemas de Comunicações de Defesa - Nacional	05 722							1.118.237
	Atividade realizada (unidade): 1		F	3-ODC	2	90	0	1000	1.118.237
6112 21BI	Difusão do Conhecimento sobre Defesa Nacional à Sociedade Brasileira e Interação do Ensino Militar	05 573							65.099
6112 21BI 0001	Difusão do Conhecimento sobre Defesa Nacional à Sociedade Brasileira e Interação do Ensino Militar - Nacional	05 573							65.099
			F	3-ODC	2	90	0	1000	65.099
6112 21BK	Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais	05 151							229.110
6112 21BK 0001	Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - Nacional	05 151							229.110
			F	3-ODC	2	90	0	1000	229.110
6112 21GO	Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa	05 571							445.900
6112 21GO 0001	Funcionamento das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação do Ministério da Defesa - Nacional	05 571							445.900
			F	3-ODC	2	90	0	1000	445.900
6112 2866	Ações de Caráter Sigiloso	05 183							35.975
6112 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	05 183							35.975
			F	3-ODC	2	90	0	1000	35.975
6112 2D55	Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa	05 212							211.171
6112 2D55 0001	Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa - Nacional	05 212							211.171
			F	3-ODC	2	90	0	1000	211.171
	Projetos								
6112 147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	05 572							1.400.000
6112 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional	05 572							1.400.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	1.400.000
6112 151S	Implantação e Desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)	05 572							53.417
6112 151S 0001	Implantação e Desenvolvimento do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) - Nacional	05 572							53.417
			F	3-ODC	2	90	0	1000	53.417
TOTAL - FISCAL									15.287.465
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.287.465

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								220.851
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	05 122							220.851
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							220.851
			F	3-ODC	2	90	0	1000	220.851
TOTAL - FISCAL									220.851
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									220.851

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
6112	Defesa Nacional								29.367.363
	Atividades								
6112 21A0	Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa	05 153							28.167.363
6112 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa - Nacional	05 153							28.167.363
			F	3-ODC	2	90	0	1000	24.245.888
			F	4-INV	2	90	0	1000	3.921.475
	Projetos								
6112 156M	Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro	05 153							1.200.000
6112 156M 0001	Modernização e Transformação Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro - Nacional	05 153							1.200.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	1.200.000
TOTAL - FISCAL									29.367.363
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									29.367.363

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
6112	Defesa Nacional								1.248.984
	Atividades								
6112 20T4	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa	05 121							3.222
6112 20T4 0001	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa - Nacional	05 121							3.222
			F	3-ODC	2	90	0	1000	3.222
6112 219D	Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares	05 152							955.835
6112 219D 0001	Adequação de Ativos de Infraestrutura das Organizações Militares - Nacional	05 152							955.835
			F	4-INV	2	90	0	1000	955.835
6112 21CL	Recomposição do Núcleo do Poder Naval	05 152							289.927
6112 21CL 0001	Recomposição do Núcleo do Poder Naval - Nacional	05 152							289.927
			F	4-INV	2	90	0	1077	289.927
TOTAL - FISCAL									1.248.984
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.248.984

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
6113	Oceano, Zona Costeira e Antártica								10.000.000
	Projetos								
6113 14ML	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz	05 571							10.000.000
6113 14ML 0002	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz - Exterior	05 571							10.000.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	10.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52931 - Fundo Naval

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								2.717.372
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	05 122							2.717.372
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	05 122							2.717.372
			F	3-ODC	2	90	0	1050	2.581.774
			F	4-INV	2	90	0	1050	135.598
6112	Defesa Nacional								4.709.391
	Atividades								
6112 21A0	Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa	05 152							4.415.370
6112 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Manutenção da prontidão e da capacidade operativa - Nacional	05 152							4.415.370
			F	4-INV	2	90	0	1050	4.415.370
6112 21E9	Manutenção da capacidade operativa dos Submarinos S-BR "Classe Riachuelo" desenvolvidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB)	05 152							294.021
6112 21E9 0001	Manutenção da capacidade operativa dos Submarinos S-BR "Classe Riachuelo" desenvolvidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) - Nacional	05 152							294.021
			F	3-ODC	2	90	0	1115	294.021
TOTAL - FISCAL									7.426.763
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.426.763

ÓRGÃO: 55000 - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
5131	Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS)								12.000.000
	Atividades								
5131 219F	Ações de Proteção Social Especial	08 244							12.000.000
5131 219F 0001	Ações de Proteção Social Especial - Nacional	08 244							12.000.000
			S	3-ODC	2	41	0	1001	12.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									12.000.000
TOTAL - GERAL									12.000.000

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
4105	Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas								250.000
	Atividades								
4105 2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	03 092							250.000
4105 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	03 092							250.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	250.000
TOTAL - FISCAL									250.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									250.000

ÓRGÃO: 68000 - Ministério de Portos e Aeroportos

UNIDADE: 68101 - Ministério de Portos e Aeroportos - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								6.903.610
	Atividades								
0032 21GV	Estudo, Projetos, Planejamento e Gestão de Infraestrutura de Transportes Aquaviário	26 784							761.121
0032 21GV 0001	Estudo, Projetos, Planejamento e Gestão de Infraestrutura de Transportes Aquaviário - Nacional	26 784							761.121
			F	3-ODC	2	90	0	1000	761.121
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	26 131							6.142.489
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	26 131							6.142.489
			F	3-ODC	2	90	0	1000	6.142.489

3105	Portos e Transporte Aquaviário								83.572.999
	Atividades								
3105 219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	26 784							83.300.000
3105 219Z 6037	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do São Francisco	26 784							6.300.000
			F	4-INV	3	90	0	1000	6.300.000
3105 219Z 6043	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica Atlântico Sul	26 784							77.000.000
			F	4-INV	3	90	0	1000	77.000.000
	Projetos								
3105 15CX	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE)	26 784							272.999
3105 15CX 0023	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Fortaleza (CE) - No Estado do Ceará	26 784							272.999
			F	3-ODC	2	90	0	1000	272.999
TOTAL - FISCAL									90.476.609
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									90.476.609

ÓRGÃO: 68000 - Ministério de Portos e Aeroportos

UNIDADE: 68201 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.470.000
	Atividades								
0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	26 121							1.470.000
0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	26 121							1.470.000
			F	3-ODC	2	90	0	1052	1.470.000
3105	Portos e Transporte Aquaviário								174.042
	Atividades								
3105 2088	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	26 130							174.042
3105 2088 0001	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário - Nacional	26 130							174.042
			F	3-ODC	2	90	0	1052	174.042
TOTAL - FISCAL									1.644.042
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.644.042

ÓRGÃO: 68000 - Ministério de Portos e Aeroportos

UNIDADE: 68902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								4.500.000
	Atividades								
0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	26 121							4.500.000
0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	26 121							4.500.000
			F	3-ODC	2	90	0	1050	4.500.000
3104	Aviação Civil								7.978.565
	Atividades								
3104 21GW	Desenvolvimento e incremento da aviação civil (Não PAC)	26 122							3.767.983
3104 21GW 0001	Desenvolvimento e incremento da aviação civil (Não PAC) - Nacional	26 122							3.767.983
			F	3-ODC	2	90	0	1050	3.767.983
3104 21GX	Gestão de Aeroportos Civis Públicos de Interesse da União	26 781							4.210.582
3104 21GX 0001	Gestão de Aeroportos Civis Públicos de Interesse da União - Nacional	26 781							4.210.582
			F	3-ODC	2	90	0	1050	4.210.582
TOTAL - FISCAL									12.478.565
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.478.565

PORTARIA GM/MPO Nº 124, DE 03 DE MAIO DE 2024

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Advocacia-Geral da União, e dos Ministérios de Minas e Energia, e dos Direitos Humanos e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R$ 50.778.821,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A MINISTRA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, do Decreto nº 11.883, de 17 de janeiro de 2024, e tendo em vista as autorizações contidas no art. 4º, § 1º, inciso IV; § 2º, inciso I; e § 4º, inciso I, da Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024; e no art. 52, § 2º, da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024), em favor da Advocacia-Geral da União, e dos Ministérios de Minas e Energia, e dos Direitos Humanos e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R$ 50.778.821,00 (cinquenta milhões, setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e vinte e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE TEBET

ANEXOS

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia

UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								11.851.517
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	25 122							11.791.517
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	25 122							11.791.517
			F	3-ODC	2	90	0	1000	11.016.292
			F	4-INV	2	90	0	1000	775.225
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	25 122							60.000
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional	25 122							60.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	60.000

0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								71.214
	Operações Especiais								
0909 00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados	25 211							71.214
0909 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior	25 211							71.214
			F	3-ODC	2	50	0	1000	71.214
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais								372.345
	Operações Especiais								
0910 00PW	Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica	28 846							30.310
0910 00PW 0001	Contribuições Regulares a Entidades ou Organismos Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional	28 846							30.310
			F	3-ODC	2	50	0	1000	30.310
0910 00UU	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica	28 846							342.035
0910 00UU 0002	Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica - Exterior	28 846							342.035
			F	3-ODC	2	80	0	1000	342.035
3101	Energia Elétrica								321.574
	Atividades								
3101 20LI	Estudos para o Planejamento do Setor Energético	25 121							321.574
3101 20LI 0001	Estudos para o Planejamento do Setor Energético - Nacional	25 121							321.574
			F	3-ODC	2	90	0	1000	286.772
			F	4-INV	2	90	0	1000	34.802
3103	Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis								162.171
	Atividades								
3103 21BC	Estudos da indústria de petróleo e gás natural	25 753							150.337
3103 21BC 0001	Estudos da indústria de petróleo e gás natural - Nacional	25 753							150.337
			F	3-ODC	2	90	0	1000	71.016
			F	4-INV	2	90	0	1000	79.321
3103 21BD	Estudos da indústria de biocombustíveis	25 754							11.834
3103 21BD 0001	Estudos da indústria de biocombustíveis - Nacional	25 754							11.834
			F	3-ODC	2	90	0	1000	11.834
TOTAL - FISCAL									12.778.821
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.778.821

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União

UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
4105	Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Políticas Públicas								25.000.000
	Atividades								
4105 2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	03 092							25.000.000
4105 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	03 092							25.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	25.000.000
TOTAL - FISCAL									25.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.000.000

ÓRGÃO: 81000 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

UNIDADE: 81101 - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Administração Direta

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								13.000.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	14 122							13.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	14 122							13.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	11.500.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	1.500.000
TOTAL - FISCAL									13.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									13.000.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde

UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
5118	Atenção Especializada à Saúde								13.000.000
	Atividades								
5118 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	10 302							13.000.000
5118 8535 0001	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - Nacional	10 302							13.000.000
			S	4-INV	3	31	6	1000	13.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									13.000.000
TOTAL - GERAL									13.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
3106	Transporte Rodoviário								9.577.343
	Projetos								
3106 10L1	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT	26 782							858.343
3106 10L1 0051	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT - No Estado de Mato Grosso	26 782							858.343
			F	4-INV	2	90	0	1000	858.343
3106 1214	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS	26 782							5.000.000
3106 1214 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS - No Estado do Rio Grande do Sul	26 782							5.000.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	5.000.000
3106 7435	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE	26 782							3.000.000
3106 7435 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE - No Estado de Pernambuco	26 782							3.000.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	3.000.000
3106 7XS4	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AM/RO - Entroncamento BR-364 (Porto Velho (Trevo do Roque)) - na BR-319/RO	26 782							719.000
3106 7XS4 0011	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AM/RO - Entroncamento BR-364 (Porto Velho (Trevo do Roque)) - na BR-319/RO - No Estado de Rondônia	26 782							719.000
			F	4-INV	2	90	0	1000	719.000
3108	Segurança Viária								6.201.478
	Projetos								
3108 162S	Adequação de Linha Férrea no Município de Paranaguá na EF-277/PR	26 783							2.067.159
3108 162S 4263	Adequação de Linha Férrea no Município de Paranaguá na EF-277/PR - No Município de Paranaguá - PR	26 783							2.067.159
			F	4-INV	2	90	0	1000	2.067.159
3108 1K24	Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - na EF-485/SC	26 783							4.134.319
3108 1K24 4546	Construção de Contorno Ferroviário em Joinville - na EF-485/SC - No Município de Joinville - SC	26 783							4.134.319
			F	4-INV	2	90	0	1000	4.134.319
TOTAL - FISCAL									15.778.821
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									15.778.821

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes

UNIDADE: 39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
3108	Segurança Viária								500.000
	Atividades								
3108 21G6	Desenvolvimento de Melhorias em Locais Críticos de Sinistros de Trânsito em municípios	26 451							500.000
3108 21G6 0001	Desenvolvimento de Melhorias em Locais Críticos de Sinistros de Trânsito em municípios - Nacional	26 451							500.000
			F	4-INV	2	90	0	1020	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56201 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								9.000.000
	Atividades								
0032 2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	15 453							9.000.000
0032 2843 0043	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - No Estado do Rio Grande do Sul	15 453							9.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	1050	9.000.000
TOTAL - FISCAL									9.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.000.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades

UNIDADE: 56202 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								12.500.000
	Atividades								
0032 2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	15 453							12.500.000
0032 2843 0001	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros - Nacional	15 453							12.500.000
			F	3-ODC	2	90	0	1000	7.500.000
			F	3-ODC	2	90	0	1050	5.000.000
TOTAL - FISCAL									12.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Portos e Aeroportos

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

GERÊNCIA TÉCNICA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 14.479, DE 2 DE MAIO DE 2024

O GERENTE TÉCNICO DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 21, inciso IV, da Portaria Nº 13.285/SPO de 5 de dezembro de 2023, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.068291/2023-72, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 202404-06/ANAC, emitido em 02 de MAIO de 2024, em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico HELISAFE BRASIL AVIACAO S.A. (CNPJ nº 45.864.197/0001-45).

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/organizacoes-de-manutencao

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AFFONSO MOREIRA PENNA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 562, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 2024

Às 9 horas do dia 4 de abril de 2024, sob a presidência do Diretor-Geral Eduardo Nery, foi aberta a Reunião Ordinária da Diretoria da ANTAQ nº 562, com a participação da Diretora Flávia Takafashi, dos Diretores Lima Filho, Alber Vasconcelos e Caio Farias, do Secretário-Geral Paulo Morum Xavier e do representante da Procuradoria Federal junto à ANTAQ, Procurador-Chefe Flávio Chiarelli.

HOMOLOGAÇÃO DE ATAS

A Diretoria Colegiada homologou as atas referentes às Reuniões Ordinárias de nºs 560 e 561.

PUBLICAÇÃO DE ATAS NA INTERNET

As atas estão publicadas no Portal da ANTAQ na Internet (https://www.gov.br/antaq).

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA

Foram retirados de pauta os seguintes processos:

- 50300.004451/2023-12, de relatoria da Diretora Flávia Takafashi;
- 50300.001825/2020-97, de relatoria do Diretor Lima Filho; e
- 50300.015821/2023-39, de relatoria do Diretor Alber Vasconcelos.

PEDIDOS DE VISTA

O processo de nº 50300.020317/2022-70, de relatoria do Diretor Lima Filho, foi objeto de pedido de vista formulado pela Diretora Flávia Takafashi. O Relator proferiu seu voto após a realização da sustentação oral prevista para o processo, que constará da pauta da próxima reunião telepresencial.

PROSSEGUIMENTOS DE VOTAÇÃO

Nos termos do art. 38 da Resolução-ANTAQ nº 66, deu-se prosseguimento à votação do processo nº 50300.016576/2023-87 e a Diretoria Colegiada aprovou o Acórdão nº 204, sendo vencedora a proposta apresentada pela Revisora, Diretora Flávia Takafashi. Vencido o Relator, Diretor Alber Vasconcelos.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº 50300.014308/2022-40, de relatoria da Diretora Flávia Takafashi, a Dra. Luciana do Socorro de Menezes realizou sustentação oral em nome de Vilhena Serviços Ltda.

Na apreciação do processo nº 50300.019429/2022-88, de relatoria do Diretor Lima Filho, o Dr. José Alexandre Sanches e o Dr. Felipe de Assis Serra realizaram sustentação oral, respectivamente, em nome de Hidrovias do Brasil - Vila do Conde S.A. e Companhia Docas do Pará - CDP.

Na apreciação do processo nº 50300.020317/2022-70, de relatoria do Diretor Lima Filho, a Dra. Luciana Marques de Freitas Rodrigues realizou sustentação oral em nome de MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda.

Na apreciação do processo nº 50300.000208/2023-17, de relatoria do Diretor Caio Farias, a Dra. Luciana Marques de Freitas Rodrigues realizou sustentação oral em nome de MSC Mediterranean Shipping do Brasil Ltda.

Na apreciação do processo nº 50300.013654/2023-91, de relatoria do Diretor Caio Farias, o Dr. Bruno Laurito Pinheiro realizou sustentação oral em nome de Hidrovias do Brasil Administração Portuária Santos S.A.

A sustentação oral solicitada pelo Dr. Marcelo de Lucena Sammarco em nome de CMA CGM Societé Anonyme, referente ao processo nº 50300.001825/2020-97, de relatoria do Diretor Lima Filho, não foi realizada em razão da retirada do processo de pauta pelo Relator.

ACÓRDÃOS APROVADOS

A Diretoria Colegiada aprovou os Acórdãos de nºs 188 a 220 e 258, disponíveis para consulta na internet (https://sophia.antaq.gov.br/).

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 15 minutos foi encerrada a Reunião, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pela Diretoria Colegiada.

PAULO MORUM XAVIER
Secretário-Geral

EDUARDO NERY MACHADO FILHO
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 87, DE 6 DE MAIO DE 2024

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e os autos do Processo nº 50300.005252/2019-37, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa DEMES & BARBOSA LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.982.520/0001-01, constante no Termo de Autorização Nº 1651 -ANTAQ, de 30/05/2019.

Art. 2º A extinção da autorização em tela não exime a empresa de eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 3º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

Ministério da Previdência Social

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PORTARIA CRPS/MPS Nº 1.348, DE 2 DE MAIO DE 2024

Delega a homologação e a avaliação dos Programas de Gestão, e dos respectivos Planos de Trabalho, dos Presidentes das Unidades Julgadoras e das Chefias dos Órgãos Administrativos do Conselho de Recursos da Previdência Social.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 6º, inciso I, do Regimento Interno do CRPS, aprovado pela Portaria MTP nº 4.061, de 12 de dezembro de 2022, considerando o disposto na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990; nos arts. 12 e 14 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999; no art. 12, inciso I, do Regimento Interno do CRPS; e na Instrução Normativa ECRPS/CRPS/MPS nº 4, de 13 de junho de 2023, resolve:

Art. 1º Delegar, a partir de 25 de abril de 2024, às Chefias da Coordenação de Assuntos Administrativos - CAA e da Divisão de Gestão Estratégicas - DGE, sem prejuízo das competências próprias do cargo de que é titular, a homologação e a avaliação dos Programas de Gestão e de seus respectivos Planos de Trabalho dos Presidentes das Unidades Julgadoras e das Chefias dos Órgãos Administrativos do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Art. 2º É vedada a subdelegação, total ou parcial, das competências de que trata esta Portaria.

Art. 3º Ficam convalidadas as homologações e avaliações dos Programas de Gestão e de seus respectivos Planos de Trabalho realizadas antes de 25 de abril de 2024 pela Chefia da extinta Divisão de Assuntos Administrativos-DAA.

Art. 4º Fica revogada a Portaria GP/CRPS/MTP nº 1.717, de 19 de maio de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA VIANA SILVEIRA

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA CONJUNTA INSS/MPS Nº 46, DE 3 DE MAIO DE 2024

Antecipação do pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial para os beneficiários com domicílio nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e o MINISTRO DE ESTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo vista o que consta no Processo nº 35014.155792/2024-60, resolvem:

Art. 1º Autorizar a antecipação do pagamento dos benefícios de prestação continuada previdenciária e assistencial para os beneficiários com domicílio nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, conforme Portaria SNPC/MIDR nº 1.354, de 7 de setembro de 2023, expedida pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, que reconheceu, sumariamente, o estado de calamidade pública.

Parágrafo único. A antecipação prevista no caput se dará na forma disciplinada pela Portaria MTP nº 389, de 23 de fevereiro de 2022, e será operacionalizada pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão do INSS.

Art. 2º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO
Presidente do INSS

CARLOS ROBERTO LUPI
Ministro de Estado da Previdência Social

COMITÊ ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA

RESOLUÇÃO CEGOV/INSS Nº 41, DE 3 DE MAIO DE 2024

Institui o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2024/2027.

O COMITÊ ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - CEGOV/INSS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Portaria nº 3.213/PRES/INSS, de 10 de dezembro de 2019, e considerando o constante do Processo Administrativo nº 35014.392197/2023-22, resolve:

Art. 1º Instituir, no âmbito do INSS, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC 2024/2027, na forma do Anexo.

Art. 2º O Anexo a esta Resolução será publicado no Boletim de Serviço Eletrônico e divulgado no Portal do INSS.

Art. 3º Ficam revogadas as seguintes Resoluções CEGOV/INSS:

I - nº 27, de 28 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 29 de dezembro de 2022; e

II - nº 28, de 28 de dezembro de 2022, publicada no DOU em 29 de dezembro de 2022.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO ANTONIO STEFANUTTO
Presidente

ANDRÉ PAULO FÉLIX FIDELIS
Diretor de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão

ANA CAROLINA TIETZ
Diretora de Governança, Planejamento e Inovação

ROBERTO CARNEIRO DA SILVA
Diretor de Gestão de Pessoas

DÉBORA APARECIDA ANDRADE FLORIANO
Diretora de Orçamento, Finanças e Logística

MARIO GALVÃO DE SOUZA SÓRIA
Diretor de Tecnologia da Informação

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 260, DE 16 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 16 do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001832/2024-75, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do convênio de adesão celebrado entre a empresa Oxygea Ventures Ltda., nova denominação da Braskem Ventures Ltda., CNPJ nº 46.356.778/0001-39, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Vexty, CNPB nº 1994.0040-29, e a Vexty, CNPJ nº 00.571.135/0001-07, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

PORTARIA PREVIC Nº 271, DE 17 DE ABRIL DE 2024

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 16 do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001850/2024-57, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do termo de adesão da entidade Vexty, CNPJ nº 00.571.135/0001-07, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Vexty, CNPB nº 1994.0040-29.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

PORTARIA PREVIC Nº 326, DE 2 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 16 do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002192/2024-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do convênio de adesão celebrado entre a empresa CSN Cimentos Brasil S.A., CNPJ nº 60.869.336/0001-17, na condição de patrocinadora do Plano Misto de Benefícios Suplementar, CNPB nº 1995.0039-56, e a CAIXA BENEFICENTE DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL-CBS, CNPJ nº 32.500.613/0001-84, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

PORTARIA PREVIC Nº 330, DE 2 DE MAIO DE 2024

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 16 do Decreto nº 11.241, de 18 de outubro de 2022, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002408/2024-48, resolve:

Art. 1º Aprovar a alteração do convênio de adesão celebrado entre a empresa Santo Antonio Energia S.A, CNPJ nº 09.391.823/0001-60, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios VEXTY, CNPB nº 1994.0040-29, e a VEXTY, CNPJ nº 00.571.135/0001-07, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CAPRIATA VACCARO CAMPELO BEZERRA

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

PORTARIA Nº 44, DE 6 DE MAIO DE 2024

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG, no exercício das atribuições previstas no inciso V do art. 15 do anexo I do Decreto nº 10.943, de 24 de janeiro de 2022, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, alterado pelo Decreto n° 7.849, de 23 de novembro de 2012, resolve:

Art. 1º Tornar público o resultado da avaliação de desempenho institucional da FUNAG relativo ao período de 7 de maio de 2023 a 6 de maio de 2024, de acordo com as metas estabelecidas na Portaria nº 31, de 5 de maio de 2023, em consonância com art. 5°, § 8°, e art. 10°, § 1°, inciso VI, do Decreto n° 7.133/2010, conforme indicado abaixo:

Indicador	Quantidade prevista	Quantidade realizada	Percentual alcançado
Realização de debates	32	50	156%
Edição de Obras	28	53	189%
Total	60	103	172%

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA LOUREIRO

PORTARIA Nº 45, DE 6 DE MAIO DE 2024

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO - FUNAG, no exercício das atribuições previstas no inciso V do art. 15 do anexo I do Decreto nº 10.943, de 24 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, alterado pelo Decreto n° 7.849, de 23 de novembro de 2012, e considerando a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024), resolve:

Art. 1º Fixar as metas globais para o ciclo de avaliação institucional de desempenho da FUNAG para o período de 7 de maio de 2024 a 6 de maio de 2025, em consonância com o disposto no art. 5°, § 1°, inciso I, do Decreto nº 7.133, de 2010, e as metas constantes do Plano Plurianual 2024-2027, conforme estabelecido abaixo:

Indicador	Unidade	Percentual de Execução Previsto
Realização de debates	20	100%
Edição de obras	23	100%
Promoção da diversidade	2	100%
Total	45	100%

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIA LOUREIRO

Ministério da Saúde

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA GM/MS Nº 3.702, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal descritos no anexo desta Portaria, a receberem recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimento e onerarão o Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), por meio do InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de Construção dos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	GRAVATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAVATAI	12195662000124029	2.571.000,00	000M	10302511885350001
RS	NOVO HAMBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11416036000124003	2.571.000,00	000M	10302511885350001
TOTAL			2 PROPOSTA(S)	5.142.000,00		

PORTARIA GM/MS Nº 3.703, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	BALNEARIO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BALNEARIO PINHAL	11468991000124005	40330001	101.123,00	101.123,00	10302511885350043
TOTAL			1 PROPOSTAS			101.123,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.704, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	CAMAQUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMAQUA - RS	12623171000124012	20980007 40330001	4.522,00 199,00	4.721,00	10302511885350043 10302511885350043
TOTAL			1 PROPOSTAS			4.721,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.705, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO GRANDE	12094476000124003	42950010	302.359,00	302.359,00	10302511885350043
TOTAL			1 PROPOSTAS			302.359,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.706, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	ACEGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACEGUA	12147428000124001	20980007	323.812,00	323.812,00	10302511885350043
RS	CANDELARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDELARIA	12052931000124001	41840001	323.812,00	323.812,00	10302511885350043
RS	CIRIACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12215432000124004	28580003	323.812,00	323.812,00	10302511885350043
RS	CRISTAL	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11237130000124009	30200004	268.358,00	268.358,00	10302511885350043
RS	JACUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	10658944000124001	30770007	323.812,00	323.812,00	10302511885350043
RS	NOVA PRATA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11840490000124006	44280003	323.812,00	323.812,00	10302511885350043
RS	PANTANO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE PANTANO GRANDE	10542928000124001	44550018	323.812,00	323.812,00	10302511885350043
RS	SAO JOSE DO HERVAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO HERVAL	13868425000124001	41840001	323.812,00	323.812,00	10302511885350043
RS	SAO LUIZ GONZAGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SLG	12118280000124001	41840001	323.812,00	323.812,00	10302511885350043
RS	SERTAO SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERTAO SANTANA RS	12247025000124002	20980007	323.812,00	323.812,00	10302511885350043
TOTAL			10 PROPOSTAS			3.182.666,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.707, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	ESPUMOSO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12796996000124008	30200004	19.029,00	19.029,00	10302511885350043
TOTAL			1 PROPOSTAS			19.029,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.708, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios descritos no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, observando o disposto no Capítulo III, da Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024.

Art. 3º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR (R$)
RS	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609733202400	150.000,00	44840004	150.000,00	1030251182E900043	2251302	150.000,00
RS	NOVO HAMBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609700202400	100.000,00	44840004	100.000,00	1030251182E900043	6368883	100.000,00
RS	PANAMBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PANAMBI-RS	36000609668202400	100.000,00	44840004	100.000,00	1030251182E900043	2254956	100.000,00
RS	PORTO ALEGRE	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000609878202400	100.000,00	28580001	100.000,00	1030251182E900043	2792907	100.000,00
RS	ROCA SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROCA SALES	36000609848202400	398.958,00	39840006	398.958,00	1030251182E900043	2252147	398.958,00
RS	ROCA SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROCA SALES	36000609849202400	84.611,00	20230004	84.611,00	1030251182E900043	6579892	84.611,00
RS	SANTA CRUZ DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609795202400	100.000,00	44840004	100.000,00	1030251182E900043	2255928	100.000,00
TOTAL			7 PROPOSTAS	1.033.569,00					

PORTARIA GM/MS Nº 3.709, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios descritos no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, observando o disposto no Capítulo III, da Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024.

Art. 3º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR (R$)
RS	PANAMBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PANAMBI-RS	36000609670202400	1.000.000,00	71220015	1.000.000,00	1030251182E900043	2254921	1.000.000,00
TOTAL			1 PROPOSTAS	1.000.000,00					

PORTARIA GM/MS Nº 3.710, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	FREDERICO WESTPHALEN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11708221000124009	43530015	100.000,00	100.000,00	10302511885350043
RS	NOVA PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PETROPOLIS	11898805000124004	44840005	198.756,00	198.756,00	10302511885350043
RS	SAO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12625868000124001	19830003	10.583,00	10.583,00	10302511885350043
RS	SAO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12625868000124002	19830003	11.418,00	11.418,00	10302511885350043
TOTAL			4 PROPOSTAS			320.757,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.711, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	ARAPIRACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPIRACA	21013754000124011	43370008	853.811,00	853.811,00	10305512320YJ0027
AL	ARAPIRACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPIRACA	21013754000124036	43370008	111.432,00	111.432,00	10305512320YJ0027
SP	AGUAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	16649979000124050	31600005	29.950,00	29.950,00	10305512320YJ0035
TOTAL			3 PROPOSTAS			995.193,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.712, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, o Distrito Federal e os Municípios descritos no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde, observando o disposto no Capítulo III, da Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024.

Art. 3º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde - SAES, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR (R$)
RO	VILHENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000599401202400	1.500.000,00	71230012	1.500.000,00	1030251182E900011	6903614	1.500.000,00
TOTAL			1 PROPOSTAS	1.500.000,00					

PORTARIA GM/MS Nº 3.714, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ACRELANDIA	1201FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACRELANDIA	11738889000124006	26860010	304.800,00	304.800,00	10301511985810012
AC	EPITACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19023249000124001	43940018	611.000,00	611.000,00	10301511985810012
AL	AGUA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA BRANCA	11502413000124002	27260002	609.600,00	609.600,00	10301511985810027
AL	CANAPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12091467000124002	27260002	304.800,00	304.800,00	10301511985810027
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000124002	44810004	915.800,00	915.800,00	10301511985810016
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000124010	44000005	611.000,00	611.000,00	10301511985810016
MG	FELISBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12210345000124001	43150003	304.800,00	304.800,00	10301511985810030
PB	RIACHO DE SANTO ANTONIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11170236000124002	42700004	304.800,00	304.800,00	10301511985810025
RJ	QUEIMADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEIMADOS	13807681000124005	41520004	304.800,00	304.800,00	10301511985810033
RN	ALTO DO RODRIGUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO ALTO DO RODRIGUES	97546089000124006	39170011	304.800,00	304.800,00	10301511985810024
RN	PEDRO AVELINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRO AVELINO	11879812000124003	39170011	304.800,00	304.800,00	10301511985810024
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11402806000124002	44860003	550.000,00	550.000,00	10301511985810011
RO	PIMENTA BUENO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIMENTA BUENO	08968508000124002	43310006	611.000,00	611.000,00	10301511985810011
RO	PRESIDENTE MEDICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08460326000124003	92240003	611.000,00	611.000,00	10301511985810011
RS	ARROIO DO TIGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11997264000124010	41840009 41680002	295.568,00 9.232,00	304.800,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	ARROIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13901138000124002	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	BARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11232569000124002	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	BARRA DO RIBEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS BARRA DO RIBEIRO RS	13852788000124003	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	BOM PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12112822000124016	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	BOSSOROCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PM BOSSOROCA	14272517000124002	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	CANDIDO GODOI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12449404000124005	44550005	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	CANUDOS DO VALE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - CANUDOS DO VALE	11963245000124004	32980007	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	CERRO BRANCO	CERRO BRANCO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12137715000124005	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000124006	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	COLINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12018688000124001	28580002 32980007 41680002	89.800,00 130.000,00 85.000,00	304.800,00	10301511985810043 10301511985810043 10301511985810043
RS	CONDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12021052000124005	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	COQUEIROS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COQUEIROS DO SUL	12006111000124011	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	DOM PEDRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10566741000124001	41840009	611.000,00	611.000,00	10301511985810043
RS	ESPERANCA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11948927000124002	28620011	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	EUGENIO DE CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE EUGENIO DE CASTRO RS	11844166000124008	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	FORQUETINHA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - MUNICPIO DE FORQUETINHA RS	12163437000124001	28580002 41840009	65.510,00 239.290,00	304.800,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	GETULIO VARGAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12149128000124001	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	GRAMADO XAVIER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAMADO XAVIER	12147323000124001	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	IBARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBARAMA-RS	13698132000124005	28630007	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	IBIRAIARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRAIARAS	11707405000124002	30770008	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	IPIRANGA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12398363000124003	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	IRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRAI-RS	12364539000124002	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	JABOTICABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JABOTICABA- RS	11978948000124002	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	JACUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	10658944000124002	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10502833000124002	41840009	609.600,00	609.600,00	10301511985810043
RS	MAQUINE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MAQUINE	11997674000124001	19830001 41680002	250.000,00 54.800,00	304.800,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	NOVA ALVORADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ALVORADA	12238870000124006	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	PICADA CAFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PICADA CAFE	12059843000124001	24070006	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	PINHAL DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHAL DA SERRA	11258349000124003	20980008	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	PINHAL GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13094599000124001	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	POUSO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE POUSO NOVO	11649013000124002	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	PUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PUTINGA (RS)	12075973000124002	41840009 41680002	239.290,00 65.510,00	304.800,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	QUATRO IRMAOS	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE QUATRO IRMAOS	11979991000124002	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	RELVADO	RELVADO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12160252000124003	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	ROCA SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROCA SALES	12497816000124006	28580002 44550010	168.000,00 136.800,00	304.800,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	SANTA BARBARA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11874174000124001	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11232497000124002	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DAS MISSOES	12284643000124005	28620011	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	SANTO AUGUSTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO AUGUSTO	12740334000124003	39200002	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	SAO MARTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11760206000124001	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	SAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11295120000124005	41840009	611.000,00	611.000,00	10301511985810043
RS	TAVARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAVARES RS	12193622000124006	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
RS	TUCUNDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11780984000124003	30770008	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
TOTAL			58 PROPOSTAS			20.981.400,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.715, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	VALE DO SOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DO SOL	13379063000124008	41840009	304.800,00	304.800,00	10301511985810043
SP	CARAGUATATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAGUATATUBA	14009808000124005	15270004	304.800,00	304.800,00	10301511985810035
TOTAL			2 PROPOSTAS			609.600,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.716, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Municípios e o Distrito Federal descritos no anexo a esta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Primária à Saúde, observando o disposto no Capítulo II, da Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024.

Art. 3º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	SAO JOSE DA TAPERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610087202400	71030008	158.775,00	158.775,00	1030151192E890027
MA	JENIPAPO DOS VIEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JENIPAPO DOS VIEIRAS	36000610022202400	71110002	1.180.000,00	1.180.000,00	1030151192E890021
MG	ACUCENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609707202400	71140002	200.000,00	200.000,00	1030151192E890031
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610055202400	71140002	142.947,00	142.947,00	1030151192E890031
PA	MUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609748202400	71150002	1.736.000,00	1.736.000,00	1030151192E890015
PB	PITIMBU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PITIMBU	36000610065202400	71160002	200.000,00	200.000,00	1030151192E890025
PI	MORRO CABECA NO TEMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610130202400	71190011	1.003.062,00	1.003.062,00	1030151192E890022
PR	CAFEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAFEARA	36000609791202400	71170008	100.000,00	100.000,00	1030151192E890041
PR	MARINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610163202400	71170008	184.000,00	184.000,00	1030151192E890041
SC	MORRO DA FUMACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA	36000609951202400	71260001	500.000,00	500.000,00	1030151192E890042
SC	SANTA CECILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CECILIA	36000610007202400	71260001	101.201,00	101.201,00	1030151192E890042
TOTAL			11 PROPOSTAS			5.505.985,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.717, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Municípios e o Distrito Federal descritos no anexo a esta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Primária à Saúde, observando o disposto no Capítulo II, da Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024.

Art. 3º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	RODRIGUES ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610405202400	29140001	1.179.182,00	1.179.182,00	1030151192E890012
AL	BATALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000599701202400	44520001	500.000,00	500.000,00	1030151192E890027
AL	MAJOR ISIDORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000599714202400	44520001	500.000,00	500.000,00	1030151192E890027
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENADOR RUI PALMEIRA	36000600422202400	40180002	600.000,00	600.000,00	1030151192E890027
BA	ITAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610124202400	24680022	450.000,00	450.000,00	1030151192E890029
ES	RIO NOVO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NOVO DO SUL	36000610083202400	30930001	100.000,00	100.000,00	1030151192E890032
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610389202400	40830001	115.559,00	115.559,00	1030151192E890052
GO	CROMINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CROMINIA	36000610396202400	40830001	94.932,00	94.932,00	1030151192E890052
GO	GOIANESIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610345202400	29690002	1.000.000,00	1.000.000,00	1030151192E890052
GO	ITAGUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUARI	36000610370202400	40830001	72.112,00	72.112,00	1030151192E890052
MA	PARNARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610146202400	19970001	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
MG	ITAPAGIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPAGIPE	36000609758202400	39140002	200.000,00	200.000,00	1030151192E890031
MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENADOR MODESTINO GONCALVES	36000610249202400	39910011	300.000,00	300.000,00	1030151192E890031
MS	PARANHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANHOS	36000610379202400	40860005	250.000,00	250.000,00	1030151192E890054
PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609651202400	30820004	1.593.872,00	1.593.872,00	1030151192E890015
PI	IPIRANGA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610142202400	40420004	264.280,00	264.280,00	1030151192E890022
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	36000610392202400	37020008	200.000,00	200.000,00	1030151192E890041
PR	PORTO AMAZONAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO AMAZONAS	36000609990202400	37710008	100.000,00	100.000,00	1030151192E890041
PR	SIQUEIRA CAMPOS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS	36000610364202400	43130003	300.000,00	300.000,00	1030151192E890041
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOAS	36000609635202400	39200004	250.000,00	250.000,00	1030151192E890043
SC	CONCORDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA	36000610388202400	42510001	200.000,00	200.000,00	1030151192E890042
SC	ITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA	36000609759202400	42510001	100.000,00	100.000,00	1030151192E890042
SC	PEDRAS GRANDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEDRAS GRANDES	36000610348202400	42510001	100.000,00	100.000,00	1030151192E890042
SC	RIO FORTUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIO FORTUNA	36000610351202400	42510001	100.000,00	100.000,00	1030151192E890042
SC	SAO JOSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE	36000610367202400	42510001	100.000,00	100.000,00	1030151192E890042
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO	36000609738202400	42740012	200.000,00	200.000,00	1030151192E890028
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000610280202400	25280007	300.000,00	300.000,00	1030151192E890035
SP	QUATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUATA	36000609928202400	43460002	430.000,00	430.000,00	1030151192E890035
TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA FE DO ARAGUAIA	36000609814202400	42750002	157.697,00	157.697,00	1030151192E890017
TOTAL			29 PROPOSTAS			10.057.634,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.718, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção de Unidade Básica de Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Municípios ou Distrito Federal descritos no anexo desta Portaria, a receberem recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção de Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimento e onerarão o Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), por meio do InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de Construção de Unidade Básica de Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11370229000124005	29140023	1.887.023,00	1.887.023,00	10301511985810012
AC	FEIJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12477601000124001	43820006	1.887.023,00	1.887.023,00	10301511985810012
AL	GIRAU DO PONCIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GIRAU DO PONCIANO-FMSGP	11277599000124004	27260002	1.816.494,00	1.816.494,00	10301511985810027
AM	TABATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12629603000124003	41370004	2.283.728,00	2.283.728,00	10301511985810013
PB	SERRA DA RAIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11594437000124001	39970008	1.816.494,00	1.816.494,00	10301511985810025
RJ	AREAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06810909000124002	17750004	2.012.825,00	2.012.825,00	10301511985810033
RJ	JAPERI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPERI	11294684000124004	17750004	2.012.825,00	2.012.825,00	10301511985810033
RJ	MARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARICA	04311955000124004	17750004	2.012.825,00	2.012.825,00	10301511985810033
RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	11884903000124003	17750004	2.012.825,00	2.012.825,00	10301511985810033
RS	RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO GRANDE	12094476000124012	42950012	2.026.110,00	2.026.110,00	10301511985810043
RS	RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO GRANDE	12094476000124014	42950012	2.026.110,00	2.026.110,00	10301511985810043
SC	GASPAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GASPAR	11436906000124011	22100020	2.026.110,00	2.026.110,00	10301511985810042
TO	PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANA TOCANTINS	13108698000124005	37750006	1.887.023,00	1.887.023,00	10301511985810501
TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS	11910226000124003	37750007	1.887.023,00	1.887.023,00	10301511985810528
TOTAL			14 PROPOSTAS			27.594.438,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.719, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação de Unidade Básica de Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Municípios ou Distrito Federal descritos no anexo desta Portaria, a receberem recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação de Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimento e onerarão o Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), por meio do InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de ampliação de Unidade Básica de Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AP	VITORIA DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA DO JARI	12456167000124002	44770003	1.847.408,00	1.847.408,00	10301511985810016
MS	COSTA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COSTA RICA-MS	13996218000124007	40860002	487.750,00	487.750,00	10301511985810054
PI	BARRO DURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRO DURO	13887006000124002	12460002	199.967,00	199.967,00	10301511985810022
PR	CAMPO MAGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO MAGRO	10325293000124002	43200023	499.988,00	499.988,00	10301511985810041
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	09000336000124001	43140005	254.100,00	254.100,00	10301511985810041
RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE	11800731000124004	44300003	799.330,00	799.330,00	10301511985810033
RS	CHARRUA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CHARRUA	12288184000124005	20230012	249.994,00	249.994,00	10301511985810043
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	10540697000124001	44010003	499.988,00	499.988,00	10301511985810042
SP	ILHA COMPRIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13879688000124001	90320003	999.912,00	999.912,00	10301511985810035
SP	ITAQUAQUECETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAQUAQUECETUBA	12444435000124002	31340007	999.932,00	999.932,00	10301511985810035
SP	ITAQUAQUECETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAQUAQUECETUBA	12444435000124008	42580002	1.355.268,00	1.355.268,00	10301511985810035
SP	ITAQUAQUECETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAQUAQUECETUBA	12444435000124009	42580002	1.269.200,00	1.269.200,00	10301511985810035
SP	ITAQUAQUECETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAQUAQUECETUBA	12444435000124010	42580002	1.371.650,00	1.371.650,00	10301511985810035
SP	REGINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REGINOPOLIS	97520643000124002	31350002 31340007	79.975,00 200.000,00	279.975,00	10301511985810035 10301511985810035
TOTAL			14 PROPOSTAS			11.114.462,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.720, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ASSIS BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442124000124004	26860010	316.963,00	316.963,00	10301511985810012
AC	CAPIXABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIXABA	12456144000124003	43940018	399.984,00	399.984,00	10301511985810012
AC	CAPIXABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIXABA	12456144000124004	43940018	449.930,00	449.930,00	10301511985810012
AC	CAPIXABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIXABA	12456144000124005	43940018	375.008,00	375.008,00	10301511985810012
AC	CAPIXABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIXABA	12456144000124006	43940018	375.026,00	375.026,00	10301511985810012
AC	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11370229000124002	29140023	1.112.938,00	1.112.938,00	10301511985810012
AC	EPITACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19023249000124007	26860010	316.987,00	316.987,00	10301511985810012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11373970000124004	26860010	316.989,00	316.989,00	10301511985810012
AC	MARECHAL THAUMATURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11428461000124002	26860010	316.976,00	316.976,00	10301511985810012
AC	PLACIDO DE CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11794838000124005	26860010 44940002	316.950,00 32.094,00	349.044,00	10301511985810012 10301511985810012
AC	SENADOR GUIOMARD	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	02296124000124002	26860010	316.932,00	316.932,00	10301511985810012
AL	CANAPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12091467000124001	27260002	751.198,00	751.198,00	10301511985810027
AL	GIRAU DO PONCIANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GIRAU DO PONCIANO-FMSGP	11277599000124003	27260002	331.492,00	331.492,00	10301511985810027
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO REAL DO COLEGIO	11698613000124001	27260002	499.981,00	499.981,00	10301511985810027
AP	MAZAGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11347306000124003	43100001	129.516,00	129.516,00	10301511985810016
AP	MAZAGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11347306000124004	43100001	323.790,00	323.790,00	10301511985810016

AP	OIAPOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OIAPOQUE	12250723000124001	43100002	577.567,00	577.567,00	10301511985810016
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000124016	44000005	272.728,00	272.728,00	10301511985810016
BA	LAURO DE FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAURO DE FREITAS	13881550000124009	24680025	199.958,00	199.958,00	10301511985810029
CE	ACARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACARAU	11278643000124001	41380005	200.774,00	200.774,00	10301511985810023
CE	BELA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA CRUZ	11394149000124002	41380005	246.986,00	246.986,00	10301511985810023
CE	CRATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CRATO	11737471000124001	41380005	199.982,00	199.982,00	10301511985810023
CE	MUCAMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAMBO	11413562000124001	41380005	199.866,00	199.866,00	10301511985810023
CE	NOVA RUSSAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA RUSSAS	11372601000124011	41380005	99.810,00	99.810,00	10301511985810023
CE	SANTANA DO ACARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11416444000124001	41380005	199.953,00	199.953,00	10301511985810023
ES	ANCHIETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051123000124001	33120021 27740005	199.082,00 500.000,00	699.082,00	10301511985810032 10301511985810032
ES	APIACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14764137000124004	43830004	299.953,00	299.953,00	10301511985810032
ES	BOM JESUS DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO NORTE	14073463000124005	43970007	405.000,00	405.000,00	10301511985810032
ES	SOORETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOORETAMA	11400251000124011	41800022 33120021	66.200,00 149.942,00	216.142,00	10301511985810032 10301511985810032
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14744834000124005	41800022	39.000,00	39.000,00	10301511985810032
GO	APORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APORE	10884360000124001	44240004	199.849,00	199.849,00	10301511985810052
GO	ARAGOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGOIANIA	11327382000124002	29350003	99.990,00	99.990,00	10301511985810052
GO	CACHOEIRA DOURADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRA DOURADA GOIAS	07445626000124003	29350003	299.949,00	299.949,00	10301511985810052
GO	ITAUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07804588000124001	19600013	99.898,00	99.898,00	10301511985810052
GO	RIALMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10459591000124001	19600013	99.997,00	99.997,00	10301511985810052
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11704447000124001	44240004	299.976,00	299.976,00	10301511985810052
GO	URUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUANA	11163358000124001	29350003	149.998,00	149.998,00	10301511985810052
GO	URUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUANA	11163358000124002	39000003	134.992,00	134.992,00	10301511985810052
MG	ALEM PARAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ALEM PARAIBA	19306957000124003	14110016	66.103,00	66.103,00	10301511985810031
MG	ARACAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACAI /MG	11728277000124001	41000007	200.000,00	200.000,00	10301511985810031
MG	ARAUJOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21441367000124002	27560003	159.907,00	159.907,00	10301511985810031
MG	ARCEBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11422799000124001	27690018	319.825,00	319.825,00	10301511985810031
MG	ASTOLFO DUTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11431781000124004	14110016	66.169,00	66.169,00	10301511985810031
MG	BAEPENDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11391585000124001	44340003	83.856,00	83.856,00	10301511985810031
MG	BARAO DE COCAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11569465000124004	44340003	167.906,00	167.906,00	10301511985810031
MG	BONITO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE BONITO DE MINAS	12729061000124001	27640007 41670007	199.966,00 260.000,00	459.966,00	10301511985810031 10301511985810031
MG	CAMPO DO MEIO	FUNDO MJNICIPAL DE SAUDE	11192210000124001	44340003	83.973,00	83.973,00	10301511985810031
MG	CAMPO FLORIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11277550000124005	40770004	84.889,00	84.889,00	10301511985810031
MG	CANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAPOLIS MG	13699286000124002	40770004	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	CARVALHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARVALHOS	13519240000124001	24820004	49.999,00	49.999,00	10301511985810031
MG	CATAS ALTAS DA NORUEGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATAS ALTAS DA NORUEGA	13376313000124003	44340003	84.000,00	84.000,00	10301511985810031
MG	CENTRALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12225481000124001	44340003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	COMERCINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12763383000124001	44340003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11221104000124007	44340003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	CRISOLITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISOLITA	12441072000124003	14030003	199.911,00	199.911,00	10301511985810031
MG	CURRAL DE DENTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11399952000124002	27640007	199.998,00	199.998,00	10301511985810031
MG	DELTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11796088000124003	44340003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	DIVISA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVISA ALEGRE	11796765000124001	44340003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	DOM CAVATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19405762000124003	39240013	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	DOM CAVATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19405762000124005	39240013	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	DORES DO INDAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE DORES DO INDAIA	19082097000124001	40770004	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	GOUVEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11389903000124001	41000007	399.664,00	399.664,00	10301511985810031
MG	GUARACIABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14216419000124002	14110016	370.998,00	370.998,00	10301511985810031
MG	INIMUTABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INIMUTABA	14156100000124001	41000007	199.960,00	199.960,00	10301511985810031
MG	ITUETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11826699000124003	27640007	259.747,00	259.747,00	10301511985810031
MG	JORDANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - JORDANIA	11917297000124002	14050006	299.923,00	299.923,00	10301511985810031
MG	JUVENILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUVENILIA	11498184000124006	27640007	254.900,00	254.900,00	10301511985810031
MG	JUVENILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUVENILIA	11498184000124007	27640007	100,00	100,00	10301511985810031
MG	MANHUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00996849000124001	27640007	199.847,00	199.847,00	10301511985810031
MG	MESQUITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MESQUITA	13566066000124001	27640007	197.627,00	197.627,00	10301511985810031
MG	OURO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE OURO BRANCO	14210754000124001	40290004	130.000,00	130.000,00	10301511985810031
MG	PARAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGUACU	13423958000124002	14070009	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	PASSA QUATRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11428122000124003	14110016	99.546,00	99.546,00	10301511985810031
MG	REDUTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13860665000124001	14030003	149.947,00	149.947,00	10301511985810031
MG	SAO BENTO ABADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENTO ABADE	11417993000124018	14070009	229.952,00	229.952,00	10301511985810031
MG	SAO FRANCISCO DE SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DE SALES	11344309000124005	14110016	370.976,00	370.976,00	10301511985810031
MG	SOLEDADE DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOLEDADE DE MINAS	13503561000124001	14110016	99.917,00	99.917,00	10301511985810031
MG	TABULEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13337236000124003	43020003	249.909,00	249.909,00	10301511985810031
MG	TUPACIGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14819606000124003	44340003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	TURMALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11288532000124005	41000007	299.976,00	299.976,00	10301511985810031
MG	TURVOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11407892000124001	14110016	100.000,00	100.000,00	10301511985810031
MG	UBERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13996274000124004	43340013	1.497.531,00	1.497.531,00	10301511985810031
MG	UBERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13996274000124008	43340013	2.441,00	2.441,00	10301511985810031
MG	VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12457838000124003	44340003	83.944,00	83.944,00	10301511985810031
MG	VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12457838000124005	27640007	199.906,00	199.906,00	10301511985810031
MG	VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12457838000124010	43020003	300.000,00	300.000,00	10301511985810031

MS	BATAYPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	15337701000124003	40860002	49.612,00	49.612,00	10301511985810054
MS	COSTA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COSTA RICA-MS	13996218000124006	44200004	796.193,00	796.193,00	10301511985810054
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI	11394413000124010	40860002	195.199,00	195.199,00	10301511985810054
MS	DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADOS	13896863000124004	42790023	1.147.068,00	1.147.068,00	10301511985810054
MS	FIGUEIRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIRAO	13893544000124009	44200004	350.000,00	350.000,00	10301511985810054
MS	PARANHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANHOS	11864713000124001	44200004	99.387,00	99.387,00	10301511985810054
MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	16656280000124005	44200004	99.686,00	99.686,00	10301511985810054
MS	SETE QUEDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11404044000124001	44200004	98.498,00	98.498,00	10301511985810054
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000124018	40860002	708.000,00	708.000,00	10301511985810054
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000124020	43180019	99.042,00	99.042,00	10301511985810054
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000124021	40860002	67.048,00	67.048,00	10301511985810054
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000124022	43180019 40860002	159,00 224.747,00	224.906,00	10301511985810054 10301511985810054
MT	ALTO TAQUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO TAQUARI	12096224000124001	43270003	299.976,00	299.976,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124004	39750001	172.455,00	172.455,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124005	39750001	159.460,00	159.460,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124007	39750001	182.785,00	182.785,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124008	39750001	156.160,00	156.160,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124009	39750001	165.814,00	165.814,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124010	39750001	248.846,00	248.846,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124016	39750001	238.785,00	238.785,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124022	39750001	181.150,00	181.150,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124028	39750001	175.508,00	175.508,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124029	39750001	111.029,00	111.029,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124031	39750001	168.580,00	168.580,00	10301511985810051
MT	CUIABA	FUNDO MUNICIPAL UNICO DE SAUDE DE CUIABA	12063872000124032	39750001	124.231,00	124.231,00	10301511985810051
MT	DENISE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DENISE-MT	13749397000124001	43270003	299.961,00	299.961,00	10301511985810051
MT	FELIZ NATAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12941827000124001	43270003	199.973,00	199.973,00	10301511985810051
MT	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13968133000124004	42970005	610.999,00	610.999,00	10301511985810051
MT	IPIRANGA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRANGA DO NORTE	11412642000124001	43270003	299.989,00	299.989,00	10301511985810051
MT	NOVA OLIMPIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11385751000124002	42900001	68.992,00	68.992,00	10301511985810051
MT	PARANATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANATINGA MT	12031426000124003	42900001	68.979,00	68.979,00	10301511985810051
MT	PONTAL DO ARAGUAIA	F. M. S - PREFEITURA MUN. PONTAL DO ARAGUAIA	12265816000124002	43270003	115.920,00	115.920,00	10301511985810051
MT	PORTO ESTRELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ESTRELA	14144721000124001	42900001	149.992,00	149.992,00	10301511985810051
MT	POXOREO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11343473000124001	43270003	199.968,00	199.968,00	10301511985810051
MT	SAPEZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13401375000124002	43270003	259.997,00	259.997,00	10301511985810051
PA	ABAETETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABAETETUBA	12282048000124003	44040007	486.392,00	486.392,00	10301511985810015
PB	AREIA DE BARAUNAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AREIA DE BARAUNAS	11832051000124001	27110003	300.000,00	300.000,00	10301511985810025
PB	AROEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10819820000124001	27110003	299.992,00	299.992,00	10301511985810025
PB	BORBOREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BORBOREMA	11594451000124002	27110003	399.781,00	399.781,00	10301511985810025
PB	CARRAPATEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11579536000124001	12770002	150.000,00	150.000,00	10301511985810025
PB	DAMIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DAMIAO PARAIBA	11767841000124001	27110003	199.909,00	199.909,00	10301511985810025
PB	LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11188530000124001	12770002	149.998,00	149.998,00	10301511985810025
PB	SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10398439000124001	27110003	99.806,00	99.806,00	10301511985810025
PB	SOSSEGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11404679000124001	27110003	199.998,00	199.998,00	10301511985810025
PE	BELO JARDIM	BELO JARDIM FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10241913000124001	32990017	799.988,00	799.988,00	10301511985810026
PE	JOAO ALFREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO ALFREDO	10599648000124002	44880004	349.702,00	349.702,00	10301511985810026
PE	JOAO ALFREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO ALFREDO	10599648000124003	44880004	1.000.218,00	1.000.218,00	10301511985810026
PI	COLONIA DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11254773000124001	44960004	99.999,00	99.999,00	10301511985810022
PI	FRONTEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12044692000124003	12460002	195.200,00	195.200,00	10301511985810022
PI	PADRE MARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11969361000124002	12460002	300.000,00	300.000,00	10301511985810022
PR	ARAPONGAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPONGAS	09267609000124001	43200023	499.942,00	499.942,00	10301511985810041
PR	ARAPOTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09277712000124001	37020013	199.498,00	199.498,00	10301511985810041
PR	ASSAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09611017000124001	33320006	100.000,00	100.000,00	10301511985810041
PR	ASTORGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ASTORGA	08561107000124011	33320006	222.950,00	222.950,00	10301511985810041
PR	BARBOSA FERRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBOSA FERRAZ	09303602000124001	33320006	99.635,00	99.635,00	10301511985810041
PR	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO	08992896000124003	43140005	199.588,00	199.588,00	10301511985810041

PR	CAMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09406126000124001	44400002	235.782,00	235.782,00	10301511985810041
PR	CAMPINA DO SIMAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA DO SIMAO	08950577000124002	30410008	200.000,00	200.000,00	10301511985810041
PR	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	09051532000124008	44820005	49.315,00	49.315,00	10301511985810041
PR	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	09051532000124009	44820005	64.922,00	64.922,00	10301511985810041
PR	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	09051532000124017	44820005	33.065,00	33.065,00	10301511985810041
PR	CIANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09263750000124009	40660013	39.812,00	39.812,00	10301511985810041
PR	CURITIBA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	13792329000124006	44820005	799.820,00	799.820,00	10301511985810041
PR	IBEMA	IBEMA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09260523000124002	37020013	169.760,00	169.760,00	10301511985810041
PR	ITAMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08937598000124001	33320006	96.110,00	96.110,00	10301511985810041
PR	IVAIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVAIPORA	09407873000124005	37020013	199.742,00	199.742,00	10301511985810041
PR	JABOTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09350164000124010	43140005	299.880,00	299.880,00	10301511985810041
PR	LAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09477318000124001	43200023	499.859,00	499.859,00	10301511985810041
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11323261000124004	33320006	176.985,00	176.985,00	10301511985810041
PR	MARILANDIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICPIO DE MARILANDIA DO SUL	09328892000124001	33320006	199.948,00	199.948,00	10301511985810041
PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08546480000124006	33320006	100.000,00	100.000,00	10301511985810041
PR	OURO VERDE DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09292656000124001	40660013	148.640,00	148.640,00	10301511985810041
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	80873003000124002	43140005	199.989,00	199.989,00	10301511985810041
PR	PORECATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORECATU	09412450000124002	33320006	199.677,00	199.677,00	10301511985810041
PR	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09317557000124003	45000013	200.000,00	200.000,00	10301511985810041
PR	REALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REALEZA	09158413000124001	44400002	199.815,00	199.815,00	10301511985810041
PR	REBOUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09620017000124002	37020013	100.000,00	100.000,00	10301511985810041
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09571543000124001	37050001	99.903,00	99.903,00	10301511985810041
PR	SAO MANOEL DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MANOEL DO PARANA	09198067000124001	45000013	199.964,00	199.964,00	10301511985810041
PR	VENTANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VENTANIA	09281376000124001	33320006	99.882,00	99.882,00	10301511985810041
RJ	AREAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06810909000124004	44300022	299.056,00	299.056,00	10301511985817449
RJ	BOM JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JARDIM	11867889000124001	44160011	299.778,00	299.778,00	10301511985810033
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRAS DE MACACU	13817576000124004	41520004	100.000,00	100.000,00	10301511985810033
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRAS DE MACACU	13817576000124005	41520004	100.000,00	100.000,00	10301511985810033
RJ	CARMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CARMO RJ	11762815000124002	42100003	999.968,00	999.968,00	10301511985810033
RJ	CARMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CARMO RJ	11762815000124003	23970004	299.983,00	299.983,00	10301511985810033
RJ	MACUCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACUCO	11504310000124011	41520004	167.906,00	167.906,00	10301511985810033
RJ	MANGARATIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MANGARATIBA RJ	12349225000124001	43110004	399.995,00	399.995,00	10301511985810033
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000124007	43110004 41520004	109.600,00 195.200,00	304.800,00	10301511985810033 10301511985810033
RJ	NITEROI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NITEROI	11249035000124010	17750004	2.012.816,00	2.012.816,00	10301511985810033
RJ	NOVA FRIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA FRIBURGO	11399442000124001	43110004	399.928,00	399.928,00	10301511985810033
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12097798000124006	41520004	174.912,00	174.912,00	10301511985810033
RJ	RIO DE JANEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	11715094000124003	43110004	636.588,00	636.588,00	10301511985810033
RJ	SAO FIDELIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11835031000124001	44300003	399.376,00	399.376,00	10301511985810033
RJ	VASSOURAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11216262000124008	23970004	699.992,00	699.992,00	10301511985810033
RJ	VASSOURAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11216262000124009	43110004	193.949,00	193.949,00	10301511985810033
RJ	VASSOURAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11216262000124012	43110004	114.968,00	114.968,00	10301511985810033
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICARA DO RIO DO VENTO	11882147000124003	39170011	15.575,00	15.575,00	10301511985810024
RN	CURRAIS NOVOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11341031000124002	43740017	376.187,00	376.187,00	10301511985810024
RN	EQUADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - EQUADOR RN	13937170000124001	43740017	249.906,00	249.906,00	10301511985810024
RN	ESPIRITO SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIRITO SANTO	11599234000124001	41630012	199.979,00	199.979,00	10301511985810024
RN	JUNDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14034776000124001	39170011	238.875,00	238.875,00	10301511985810024
RN	MACAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11303093000124004	39170011	49.869,00	49.869,00	10301511985810024
RN	MACAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11303093000124008	39170011	115.032,00	115.032,00	10301511985810024
RN	NOVA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA CRUZ RN	12212308000124004	43740017	289.996,00	289.996,00	10301511985810024
RN	NOVA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA CRUZ RN	12212308000124005	43740017	309.701,00	309.701,00	10301511985810024
RN	PEDRO AVELINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRO AVELINO	11879812000124006	39170011	15.538,00	15.538,00	10301511985810024
RN	SAO JOSE DO SERIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO SERIDO/RN	11942301000124002	43740017	499.961,00	499.961,00	10301511985810024
RN	SAO MIGUEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO MIGUEL	13880529000124001	43740017	399.941,00	399.941,00	10301511985810024
RO	ALVORADA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA DO OESTE	13008260000124001	92240003	194.430,00	194.430,00	10301511985810011
RO	CANDEIAS DO JAMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDEIAS DO JAMARI	84744853000124003	43310006	300.000,00	300.000,00	10301511985810011
RO	COLORADO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19275776000124002	92240003	45.001,00	45.001,00	10301511985810011
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22004126000124010	37060001	161.905,00	161.905,00	10301511985810011
RO	ITAPUA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPUA DO OESTE - RO	11264342000124011	92240003	100.478,00	100.478,00	10301511985810011
RO	ITAPUA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPUA DO OESTE - RO	11264342000124012	92240003	2.504,00	2.504,00	10301511985810011
RO	JARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20665259000124004	43310006	302.204,00	302.204,00	10301511985810011
RO	JI-PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JI-PARANA	19122075000124011	43310006 42720002	400.000,00 84.153,00	484.153,00	10301511985810011 10301511985810011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124003	37060001	85.268,00	85.268,00	10301511985810011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124004	37060001	89.515,00	89.515,00	10301511985810011

RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124005	37060001	102.796,00	102.796,00	10301511985810011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124006	37060001	99.536,00	99.536,00	10301511985810011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124009	44860003	271.799,00	271.799,00	10301511985810011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124010	44860003	271.799,00	271.799,00	10301511985810011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124011	92240003	83.616,00	83.616,00	10301511985810011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124012	44860003	62.611,00	62.611,00	10301511985810011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124013	44860003	83.249,00	83.249,00	10301511985810011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	11957240000124016	37060001	18.988,00	18.988,00	10301511985810011
RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILNDIA D'OESTE - RO.	23085655000124001	44860003	99.926,00	99.926,00	10301511985810011
RO	NOVA MAMORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA MAMORE	22992304000124004	43310006	500.000,00	500.000,00	10301511985810011
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12756355000124006	92240003	700.000,00	700.000,00	10301511985810011
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11155765000124001	43310006	271.799,00	271.799,00	10301511985810011
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11811613000124002	39450009	999.969,00	999.969,00	10301511985810011
RO	VALE DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DO PARAISO	19314027000124010	37060001	95.200,00	95.200,00	10301511985810011
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000124002	43890002	235.000,00	235.000,00	10301511985810014
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000124003	43890002	235.000,00	235.000,00	10301511985810014
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000124005	43890002	724.447,00	724.447,00	10301511985810014
RR	CAROEBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CAROEBE	15668251000124001	40930004	499.989,00	499.989,00	10301511985810014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000124002	42690021	280.618,00	280.618,00	10301511985810014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000124004	42690021	19.159,00	19.159,00	10301511985810014
RR	NORMANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NORMANDIA	12349521000124003	40930004	500.000,00	500.000,00	10301511985810014
RR	NORMANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NORMANDIA	12349521000124006	43890002	176.327,00	176.327,00	10301511985810014
RR	NORMANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NORMANDIA	12349521000124008	43890002	217.856,00	217.856,00	10301511985810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000124004	42690022	215.860,00	215.860,00	10301511985810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000124006	42690022	554.410,00	554.410,00	10301511985810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000124007	42690022	138.355,00	138.355,00	10301511985810014
RS	ALECRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12076276000124006	41840009	83.953,00	83.953,00	10301511985810043
RS	ALECRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12076276000124008	41840009	435,00	435,00	10301511985810043
RS	AMETISTA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11244236000124006	20230012	250.000,00	250.000,00	10301511985810043
RS	ARAMBARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAMBARE	12433016000124001	24070006	99.835,00	99.835,00	10301511985810043
RS	ARARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARICA	11635124000124001	41680002	134.951,00	134.951,00	10301511985810043
RS	ARROIO DO PADRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARROIO DO PADRE	12535298000124006	24070006	200.000,00	200.000,00	10301511985810043
RS	ARROIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13901138000124003	41840009 19830001	14.896,00 200.000,00	214.896,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	ARVOREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11636789000124001	41840009	239.258,00	239.258,00	10301511985810043
RS	BAGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11821226000124005	42710001	83.953,00	83.953,00	10301511985810001
RS	BALNEARIO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BALNEARIO PINHAL	11468991000124001	42950012 39200002	100.000,00 149.978,00	249.978,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	BARAO DO TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13895181000124001	41680002	85.000,00	85.000,00	10301511985810043
RS	BARRA DO RIBEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS BARRA DO RIBEIRO RS	13852788000124004	42950012	99.729,00	99.729,00	10301511985810043
RS	BARRA DO RIO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO RIO AZUL	12123735000124001	20230012	249.869,00	249.869,00	10301511985810043
RS	BOA VISTA DO CADEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA DO CADEADO	12133440000124008	41840009	239.290,00	239.290,00	10301511985810043
RS	BOA VISTA DO CADEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA DO CADEADO	12133440000124009	39200002	83.953,00	83.953,00	10301511985810043
RS	BOA VISTA DO INCRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOA VISTA DO INCRA	12131855000124003	39200002	99.945,00	99.945,00	10301511985810043
RS	BOA VISTA DO SUL	BOA VISTA DO SUL FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12157403000124001	28610003	180.000,00	180.000,00	10301511985810043
RS	BOM PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12112822000124009	41680002	255.000,00	255.000,00	10301511985810043
RS	BOM RETIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE BOM RETIRO DO SUL	12218782000124012	42710001	297.265,00	297.265,00	10301511985810001
RS	CACAPAVA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11973128000124001	36660005	119.999,00	119.999,00	10301511985810043
RS	CAIBATE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIBATE	12188745000124001	41840009	239.290,00	239.290,00	10301511985810043
RS	CAMPESTRE DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPESTRE DA SERRA - RS	12452816000124001	41840009	238.997,00	238.997,00	10301511985810043
RS	CAMPINAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11537821000124001	30200003	99.924,00	99.924,00	10301511985810043
RS	CAMPO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11686423000124001	28620011	99.972,00	99.972,00	10301511985810043
RS	CANDIDO GODOI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12449404000124004	20230012	239.000,00	239.000,00	10301511985810043
RS	CANDIDO GODOI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12449404000124006	20230012 44550005	11.000,00 15.575,00	26.575,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	CAPAO DO CIPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAPAO DO CIPO	11983404000124006	41680002	83.953,00	83.953,00	10301511985810043
RS	CARLOS BARBOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARLOS BARBOSA/RS	10372245000124004	32980007	131.098,00	131.098,00	10301511985810043
RS	CHARQUEADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHARQUEADAS	12717209000124004	41680002	180.846,00	180.846,00	10301511985810043

RS	CHARQUEADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CHARQUEADAS	12717209000124009	42950012 39200002 43320017 41680002	823,00 200.000,00 36,00 14,00	200.873,00	10301511985810043 10301511985810043 10301511985810043 10301511985810043
RS	CHARRUA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CHARRUA	12288184000124007	40330003 24070006 20230012	128.173,00 150.000,00 5,00	278.178,00	10301511985810043 10301511985810043 10301511985810043
RS	CHUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11589184000124001	24070006	199.947,00	199.947,00	10301511985810043
RS	CHUVISCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11342353000124008	28610003	139.736,00	139.736,00	10301511985810043
RS	CHUVISCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11342353000124011	20230012	247.131,00	247.131,00	10301511985810043
RS	CONSTANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE CONSTANTINA	10708004000124002	28620011	352.000,00	352.000,00	10301511985810043
RS	COXILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXILHA	12360135000124001	24070006	125.000,00	125.000,00	10301511985810043
RS	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DEZESSEIS DE NOVEMBRO	11270203000124001	41840009	239.290,00	239.290,00	10301511985810043
RS	DOM PEDRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10566741000124002	41840009	51.997,00	51.997,00	10301511985810043
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOM PEDRO DE ALCANTARA	12330951000124001	41680002	83.953,00	83.953,00	10301511985810043
RS	DONA FRANCISCA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - DONA FRANCISCA	11454177000124002	28610003 41680002	139.986,00 85.000,00	224.986,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOUTOR MAURICIO CARDOSO	12149331000124001	41840009	239.290,00	239.290,00	10301511985810043
RS	ENGENHO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ENGENHO VELHO	12142963000124002	28620011	99.945,00	99.945,00	10301511985810043
RS	ERECHIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERECHIM	11966932000124001	20230012	299.959,00	299.959,00	10301511985810043
RS	ESMERALDA	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESMERALDA	12292052000124001	41840009	239.248,00	239.248,00	10301511985810043
RS	ESPERANCA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11948927000124004	28620011	47.061,00	47.061,00	10301511985810043
RS	ESTANCIA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ESTANCIA VELHA	11287173000124004	39200002 41680002	149.940,00 85.000,00	234.940,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	12140369000124019	39200002	125.990,00	125.990,00	10301511985810043
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	12140369000124020	39200002	123.959,00	123.959,00	10301511985810043
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	12140369000124021	39200002 20230012	9,00 110.000,00	110.009,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	12140369000124022	20230012	87.907,00	87.907,00	10301511985810043
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	12140369000124023	39200002 20230012	36,00 52.093,00	52.129,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	FAGUNDES VARELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS - FAGUNDES VARELA	11227908000124009	20230012	248.000,00	248.000,00	10301511985810043
RS	FAGUNDES VARELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS - FAGUNDES VARELA	11227908000124010	20230012	1.816,00	1.816,00	10301511985810043
RS	FARROUPILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARROUPILHA	14296302000124005	42710001	149.790,00	149.790,00	10301511985810001
RS	FARROUPILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARROUPILHA	14296302000124007	42710001	40.209,00	40.209,00	10301511985810001
RS	FONTOURA XAVIER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12100530000124008	44550010	223.379,00	223.379,00	10301511985810043
RS	GIRUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GIRUA	11409458000124003	41840009	15.528,00	15.528,00	10301511985810043
RS	GRAVATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAVATAI	12195662000124012	39200002	269.716,00	269.716,00	10301511985810043
RS	GUARANI DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARANI DAS MISSOES	12051382000124011	44550010	149.939,00	149.939,00	10301511985810043
RS	IBIRUBA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE IBIRUBA	11747875000124007	42950012 39200002 28630007 44550010	100.000,00 300.000,00 28.200,00 200.000,00	628.200,00	10301511985810043 10301511985810043 10301511985810043 10301511985810043
RS	IJUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IJUI	12450156000124009	44550010	200.000,00	200.000,00	10301511985810043
RS	IVORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12971254000124001	30200003	185.736,00	185.736,00	10301511985810043
RS	MAQUINE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MAQUINE	11997674000124002	41680002	30.200,00	30.200,00	10301511985810043
RS	MATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATA-RS	11990518000124011	41840009	239.290,00	239.290,00	10301511985810043
RS	NOVA BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BOA VISTA	11826945000124009	41680002	23.671,00	23.671,00	10301511985810043
RS	NOVA PRATA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11840490000124004	32980007	150.000,00	150.000,00	10301511985810043
RS	NOVO CABRAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12051220000124002	41680002	83.953,00	83.953,00	10301511985810043
RS	PONTAO	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE - PONTAO	12580434000124003	44550010	149.777,00	149.777,00	10301511985810043
RS	RELVADO	RELVADO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12160252000124002	41680002	85.000,00	85.000,00	10301511985810043
RS	SALVADOR DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALVADOR DAS MISSOES	12137437000124005	41680002	170.000,00	170.000,00	10301511985810043
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11232497000124003	41680002	83.953,00	83.953,00	10301511985810043
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DAS MISSOES	12284643000124006	28620011	47.176,00	47.176,00	10301511985810043
RS	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO PLANALTO	12106643000124001	20230012	247.283,00	247.283,00	10301511985810043
RS	SANTO AUGUSTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO AUGUSTO	12740334000124004	39200002	95.200,00	95.200,00	10301511985810043
RS	SAO JOAO DO POLESINE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	13845853000124007	41840009	239.290,00	239.290,00	10301511985810043
RS	SAO JOSE DO INHACORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12149227000124001	28610003	83.953,00	83.953,00	10301511985810043
RS	SAO JOSE DO INHACORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12149227000124002	28610003	16.047,00	16.047,00	10301511985810043
RS	SAO JOSE DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO OURO	11862957000124002	41840009	15.413,00	15.413,00	10301511985810043
RS	SAO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12625868000124005	28620011 32980007 20230012	199.897,00 300.000,00 250.000,00	749.897,00	10301511985810043 10301511985810043 10301511985810043
RS	SAO VENDELINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SAO VENDELINO/RS	13850694000124003	20230012	299.823,00	299.823,00	10301511985810043
RS	SAO VICENTE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VICENTE DO SUL	13874923000124011	41680002	83.953,00	83.953,00	10301511985810043

RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000124001	44550010	99.995,00	99.995,00	10301511985810043
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000124003	39200002	399.990,00	399.990,00	10301511985810043
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000124004	41680002	169.992,00	169.992,00	10301511985810043
RS	SARANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SARANDI-RS	12123475000124004	20980008 44550010	100.000,00 149.981,00	249.981,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	SEDE NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEDE NOVA	13044399000124002	41680002	254.935,00	254.935,00	10301511985810043
RS	SERTAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTAO - RS	12160268000124002	39200002	149.918,00	149.918,00	10301511985810043
RS	SOBRADINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOBRADINHO	11753095000124006	41680002	170.000,00	170.000,00	10301511985810043
RS	SOBRADINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOBRADINHO	11753095000124014	39200002	15.200,00	15.200,00	10301511985810043
RS	TABAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABAI	11984627000124001	41840009	239.282,00	239.282,00	10301511985810043
RS	TAQUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TAQUARI	10567506000124003	28620011	99.278,00	99.278,00	10301511985810043
RS	TIO HUGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIO HUGO	11633668000124004	41840009	15.575,00	15.575,00	10301511985810043
RS	VENANCIO AIRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11094183000124007	28610003	88.207,00	88.207,00	10301511985810043
RS	VICENTE DUTRA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11696080000124001	41680002 36660005	85.000,00 119.972,00	204.972,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	VISTA ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11239280000124001	44550010	254.000,00	254.000,00	10301511985810043
SC	CAIBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIBI SC	13954199000124012	43250005	92.287,00	92.287,00	10301511985810001
SC	CAMPO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	01941360000124001	44930005	299.939,00	299.939,00	10301511985810001
SC	CHAPECO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPECO	80636475000124004	39290004	349.868,00	349.868,00	10301511985810042
SC	IRANI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRANI	11267522000124007	43250005 43390005	300.000,00 100.000,00	400.000,00	10301511985810001 10301511985810001
SC	MATOS COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATOS COSTA	17237099000124007	43250005	100.000,00	100.000,00	10301511985810001
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO SUL	03264792000124008	22100020	399.895,00	399.895,00	10301511985810042
SC	UNIAO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DO OESTE	11692396000124005	43250005	167.906,00	167.906,00	10301511985810001
SE	ILHA DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11513054000124001	29790010	399.991,00	399.991,00	10301511985810028
SE	ITABAIANINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11261188000124008	41440003	499.989,00	499.989,00	10301511985810028
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11512469000124001	29790011	249.996,00	249.996,00	10301511985810028
SE	SANTA ROSA DE LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11427684000124001	43910006	167.906,00	167.906,00	10301511985810028
SE	SIRIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11365532000124001	43910006	167.906,00	167.906,00	10301511985810028
SP	ARACARIGUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACARIGUAMA	97542008000124001	42580002	99.353,00	99.353,00	10301511985810035
SP	ARARAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13776613000124001	19970002	199.987,00	199.987,00	10301511985810001
SP	AVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AVAI	11923089000124005	31340007	100.000,00	100.000,00	10301511985810035
SP	AVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AVAI	11923089000124015	31340007	70.000,00	70.000,00	10301511985810035
SP	BARBOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBOSA	12403394000124003	23560004	199.994,00	199.994,00	10301511985810035
SP	CARAGUATATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAGUATATUBA	14009808000124002	43060004	2.000.000,00	2.000.000,00	10301511985810035
SP	CARAGUATATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAGUATATUBA	14009808000124006	15270004	174.880,00	174.880,00	10301511985810035
SP	CONCHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11146159000124001	42580002 31350002	100.000,00 49.920,00	149.920,00	10301511985810035 10301511985810035
SP	COSMORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12234610000124012	23560004	249.991,00	249.991,00	10301511985810035
SP	DIADEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIADEMA	11862440000124001	19970002	149.876,00	149.876,00	10301511985810001
SP	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	13231757000124001	19970002	100.000,00	100.000,00	10301511985810001
SP	GUARANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARANTA	12467929000124002	19970002	99.657,00	99.657,00	10301511985810001
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	11814454000124006	37370007	408.623,00	408.623,00	10301511985810035
SP	MOGI MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11128302000124001	41190003 44610003	199.900,00 250.000,00	449.900,00	10301511985810035 10301511985810035
SP	NOVA INDEPENDENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA INDEPENDENCIA	12329714000124001	31350002	50.000,00	50.000,00	10301511985810035
SP	OURO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09642975000124007	31350002	99.936,00	99.936,00	10301511985810035
SP	PONTAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTAL / SP	11864245000124002	41190003	199.831,00	199.831,00	10301511985810035
SP	RIBEIRAO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE RIBEIRAO BRANCO	13847543000124001	37350013	350.000,00	350.000,00	10301511985810035
SP	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11211126000124005	31600004	200.000,00	200.000,00	10301511985810035
SP	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11211126000124006	27960002	249.020,00	249.020,00	10301511985810035
SP	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11211126000124008	27960002	50.884,00	50.884,00	10301511985810035
SP	RIO DAS PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RIO DAS PEDRAS - SP	12014295000124006	19970002	294.866,00	294.866,00	10301511985810001
SP	RUBIACEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUBIACEA	12478532000124001	28130007	229.908,00	229.908,00	10301511985810035
SP	SANTA ISABEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13048451000124001	25200004	320.000,00	320.000,00	10301511985810035
SP	SANTO ANDRE	FUNDO MUNICIPAL - SAUDE	11243645000124001	32280019	299.992,00	299.992,00	10301511985813900
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124009	37370014	624.261,00	624.261,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124010	37370014	452.135,00	452.135,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124011	44020009	75.579,00	75.579,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124012	39050002	197.103,00	197.103,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124015	44020009	50.305,00	50.305,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124020	19970002	90.111,00	90.111,00	10301511985810001
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124023	41320004	196.678,00	196.678,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124027	37370014	97.515,00	97.515,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124029	37370014	98.680,00	98.680,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124031	41320004	165.814,00	165.814,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124035	39050002	42.241,00	42.241,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124036	41320004	150.267,00	150.267,00	10301511985810035

SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124045	37370014	286.926,00	286.926,00	10301511985810035
SP	SAO PAULO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	13864377000124047	37370014	85.316,00	85.316,00	10301511985810035
SP	SUMARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11309083000124004	31350002	149.994,00	149.994,00	10301511985810035
SP	TABATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABATINGA	11857715000124006	31350002	149.887,00	149.887,00	10301511985810035
SP	TABATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABATINGA	11857715000124007	44610003	545.019,00	545.019,00	10301511985810035
SP	TAQUARITUBA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11920803000124004	19970002	200.000,00	200.000,00	10301511985810001
SP	TIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIETE	11917011000124003	44790015	199.999,00	199.999,00	10301511985810035
SP	TRES FRONTEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12280304000124001	42580002 41190003	100.000,00 199.999,00	299.999,00	10301511985810035 10301511985810035
SP	VALENTIM GENTIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALENTIM GENTIL	15716035000124001	42580002	100.000,00	100.000,00	10301511985810035
SP	VALPARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALPARAISO	12196716000124001	31350002	99.996,00	99.996,00	10301511985810035
TO	DIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11301094000124002	42750005	399.948,00	399.948,00	10301511985810017
TO	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11390781000124002	39730006	499.792,00	499.792,00	10301511985810017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11295419000124004	42750005	299.998,00	299.998,00	10301511985810017
TO	ITAGUATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUATINS	11489909000124004	42750005	299.784,00	299.784,00	10301511985810017
TO	JAU DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAU DO TOCANTINS	11235634000124002	44590004	118.000,00	118.000,00	10301511985810017
TO	LAVANDEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAVANDEIRA	13883168000124001	44590004	199.927,00	199.927,00	10301511985810017
TO	NOVO ACORDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVO ACORDO TO	11383855000124002	42750005	199.784,00	199.784,00	10301511985810017
TO	RECURSOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RECURSOLANDIA	97537306000124002	44590004	189.492,00	189.492,00	10301511985810017
TO	SANTA ROSA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ROSA DO TOCANTINS	12270405000124005	42750005	299.997,00	299.997,00	10301511985810017
TO	WANDERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WANDERLANDIA - TO	11178091000124001	42750005	339.000,00	339.000,00	10301511985810017
TOTAL			395 PROPOSTAS			93.342.853,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.721, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção de Unidades Básicas de Saúde - UBS.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, Decreto nº 11.855, de 26 de dezembro de 2023, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Municípios ou Distrito Federal descritos no anexo desta Portaria, a receberem recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção de Unidades Básicas de Saúde - UBS.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimento e onerarão o Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), por meio do InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº GM/MS 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à execução de obras Fundo a Fundo de Construção de Unidades Básicas de Saúde - UBS, do Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC).

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	SAO JOSE DA TAPERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11314682000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
AM	PARINTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11429713000124005	2.283.728,00	0003	10301511985810001
BA	BUERAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	13558360000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	CAPIM GROSSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11390971000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	CURACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11485866000124001	2.198.371,00	0003	10301511985810001
BA	FLORESTA AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA AZUL	11581218000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	GUARATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARATINGA	09676159000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	IPIAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11208165000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	IPIAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11208165000124003	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	JAGUARARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11135974000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	MANSIDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11363476000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	MORTUGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORTUGABA	10535009000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	MUCURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11481404000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	MURITIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MURITIBA	11453233000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	RIACHAO DO JACUIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10732526000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	RIACHAO DO JACUIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10732526000124003	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	RIBEIRA DO POMBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11839421000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	SANTA BARBARA	FUMSAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA BARBARA	12082480000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	TUCANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13320152000124002	2.198.371,00	0003	10301511985810001
BA	TUCANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13320152000124003	1.816.494,00	0003	10301511985810001
BA	VITORIA DA CONQUISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13822397000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001
CE	ARARIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARIPE	11431964000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001

CE	CAUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAUCAIA - CEARA - FMSC	11777761000124002	4.775.227,00	0003	10301511985810001
CE	FORTALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11621453000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
CE	MAURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURITI	11421453000124003	1.816.494,00	0003	10301511985810001
CE	MAURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURITI	11421453000124004	1.816.494,00	0003	10301511985810001
CE	PENTECOSTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENTECOSTE	11835948000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001
GO	ANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06169881000124001	2.584.792,00	0003	10301511985810001
GO	APARECIDA DE GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DE GOIANIA	11809185000124003	2.276.907,00	0003	10301511985810001
GO	APARECIDA DE GOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DE GOIANIA	11809185000124005	2.276.907,00	0003	10301511985810001
GO	GOIANAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08832592000124003	1.881.388,00	0003	10301511985810001
GO	JUSSARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	10514375000124001	2.276.907,00	0003	10301511985810001
GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE GOIAS	09526201000124001	1.881.388,00	0003	10301511985810001
GO	NOVA GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11237287000124002	1.881.388,00	0003	10301511985810001
GO	NOVO GAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10936853000124002	2.276.907,00	0003	10301511985810001
GO	NOVO GAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10936853000124003	2.276.907,00	0003	10301511985810001
GO	POSSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07892711000124001	4.945.820,00	0003	10301511985810001
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11704447000124002	1.881.388,00	0003	10301511985810001
GO	SENADOR CANEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09097711000124003	2.276.907,00	0003	10301511985810001
GO	SILVANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SILVANIA	10476288000124002	1.881.388,00	0003	10301511985810001
GO	SIMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIMOLANDIA - GO	11603021000124003	1.881.388,00	0003	10301511985810001
GO	TRINDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRINDADE	11329685000124001	1.881.388,00	0003	10301511985810001
GO	TRINDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRINDADE	11329685000124002	2.276.907,00	0003	10301511985810001
MA	ACAILANDIA	MUNICIPIO DE ACAILANDIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11816419000124001	2.495.636,00	0003	10301511985810001
MA	TURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-TURILANDIA-MA	13937584000124003	1.816.494,00	0003	10301511985810001
MG	ABADIA DOS DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABADIA DOS DOURADOS	12498121000124001	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	BETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BETIM	13064113000124005	2.765.371,00	0003	10301511985810001
MG	BONFIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BONFIM	12021377000124003	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	CAMPANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CAMPANHA	11398095000124001	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	CATAGUASES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CATAGUASES	19035546000124002	2.435.976,00	0003	10301511985810001
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONSELHEIRO LAFAIETE	10720208000124001	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	CRISTAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTAIS	11898637000124008	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	GUARANESIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARANESIA	12356128000124005	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	ILICINEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILICINEA	13892440000124003	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	ITABIRITO	MUNICIPIO DE ITABIRITO-MG FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19195982000124001	5.291.345,00	0003	10301511985810001
MG	ITAJUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAJUBA	11433888000124001	2.435.976,00	0003	10301511985810001
MG	OURO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE OURO BRANCO	14210754000124002	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	RESENDE COSTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RESENDE COSTA	13776308000124004	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	SACRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SACRAMENTO	10547985000124004	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	SAO SEBASTIAO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13420810000124002	2.012.825,00	0003	10301511985810001
MG	UBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBA	15582382000124010	2.765.371,00	0003	10301511985810001
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DO OESTE	13659627000124003	1.881.388,00	0003	10301511985810001
MS	SELVIRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10530745000124010	1.881.388,00	0003	10301511985810001
MS	SIDROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SIDROLANDIA-MS	09290533000124001	4.945.820,00	0003	10301511985810001
MT	RESERVA DO CABACAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RESERVA DO CABACAL	12300664000124001	1.881.388,00	0003	10301511985810001
MT	SANTA TEREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA	11860994000124001	1.881.388,00	0003	10301511985810001
PA	CONCORDIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA DO PARA	07234361000124002	1.887.023,00	0003	10301511985810001
PA	CONCORDIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA DO PARA	07234361000124003	1.887.023,00	0003	10301511985810001
PA	GOIANESIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE GOIANESIA DO PARA	12884091000124002	1.887.023,00	0003	10301511985810001
PA	INHANGAPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INHANGAPI	12054197000124001	1.887.023,00	0003	10301511985810001
PA	IRITUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRITUIA	12202342000124002	2.283.728,00	0003	10301511985810001
PA	JURUTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUTI	11624213000124001	2.283.728,00	0003	10301511985810001
PA	XINGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11194088000124002	1.887.023,00	0003	10301511985810001
PB	GURINHEM	FMS DE GURINHEM	11739873000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
PB	JOAO PESSOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08715618000124005	2.495.636,00	0003	10301511985810001
PB	LAGOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12319873000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001
PB	PIRPIRITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRPIRITUBA	12044829000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
PE	BELO JARDIM	BELO JARDIM FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10241913000124002	2.198.371,00	0003	10301511985810001
PE	CATENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08247860000124002	2.495.636,00	0003	10301511985810001
PE	IPUBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11391568000124005	1.816.494,00	0003	10301511985810001
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	03904395000124004	2.198.371,00	0003	10301511985810001
PE	MORENO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08560938000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09216627000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001

PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09216627000124003	1.816.494,00	0003	10301511985810001
PE	TERRA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11196725000124002	1.816.494,00	0003	10301511985810001
PE	TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10334957000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMIRANTE TAMANDARE	10513064000124002	2.452.054,00	0003	10301511985810001
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL	11522710000124006	2.783.622,00	0003	10301511985810001
PR	CAMPO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO LARGO	09209932000124002	2.783.622,00	0003	10301511985810001
PR	CLEVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLEVELANDIA	09036819000124002	2.026.110,00	0003	10301511985810001
PR	CORUMBATAI DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09463184000124001	2.026.110,00	0003	10301511985810001
PR	CRUZ MACHADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09431414000124001	2.026.110,00	0003	10301511985810001
PR	DOUTOR CAMARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOUTOR CAMARGO	08602448000124001	2.026.110,00	0003	10301511985810001
PR	FOZ DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10573693000124002	5.326.268,00	0003	10301511985810001
PR	IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVAI - PR	09311470000124001	2.026.110,00	0003	10301511985810001
PR	IVAIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVAIPORA	09407873000124006	2.452.054,00	0003	10301511985810001
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	80873003000124003	2.026.110,00	0003	10301511985810001
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09571543000124002	2.026.110,00	0003	10301511985810001
PR	SAO PEDRO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DO IVAI	10588370000124002	2.452.054,00	0003	10301511985810001
PR	TERRA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA BOA	09343691000124001	2.452.054,00	0003	10301511985810001
RJ	ARRAIAL DO CABO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARRAIAL DO CABO	11144705000124001	2.435.976,00	0003	10301511985810001
RJ	CARAPEBUS	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE	08361606000124001	2.012.825,00	0003	10301511985810001
RJ	CASIMIRO DE ABREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08772020000124001	2.012.825,00	0003	10301511985810001
RJ	SAO PEDRO DA ALDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04182700000124008	2.435.976,00	0003	10301511985810001
RN	ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11642164000124005	1.816.494,00	0003	10301511985810001
RN	BAIA FORMOSA	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE BAIA FORMOSA	13851527000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
RN	CANGUARETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANGUARETAMA	13094678000124003	1.816.494,00	0003	10301511985810001
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV. DIX SEPT ROSADO	14684811000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
RO	VILHENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21467008000124013	6.173.319,00	0003	10301511985810001
RS	BARRA DO RIBEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS BARRA DO RIBEIRO RS	13852788000124007	2.026.110,00	0003	10301511985810001
RS	CANDIOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12760175000124003	2.026.110,00	0003	10301511985810001
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOAS	11413650000124003	5.326.268,00	0003	10301511985810001
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOAS	11413650000124009	5.326.268,00	0003	10301511985810001
RS	CARLOS BARBOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARLOS BARBOSA/RS	10372245000124005	2.026.110,00	0003	10301511985810001
RS	DOM PEDRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10566741000124003	2.026.110,00	0003	10301511985810001
RS	ELDORADO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ELDORADO DO SUL	10401625000124003	2.783.622,00	0003	10301511985810001
RS	PALMARES DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMARES DO SUL	12347184000124009	2.026.110,00	0003	10301511985810001
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11232497000124004	2.026.110,00	0003	10301511985810001
RS	VITORIA DAS MISSOES	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VITORIA DAS MISSOES RS	14085378000124002	2.026.110,00	0003	10301511985810001
RS	XANGRI-LA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - XANGRI-LA	11217412000124010	2.026.110,00	0003	10301511985810001
SC	AURORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA	11327490000124001	2.452.054,00	0003	10301511985810001
SC	BOM JESUS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE	12924552000124001	2.026.110,00	0003	10301511985810001
SC	FORQUILHINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORQUILHINHA	10540697000124002	2.452.054,00	0003	10301511985810001
SC	JOINVILLE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOINVILLE	08184821000124005	2.783.622,00	0003	10301511985810001
SC	PONTE SERRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE SERRADA	11696615000124001	2.026.110,00	0003	10301511985810001
SC	POUSO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POUSO REDONDO	12321353000124001	2.783.622,00	0003	10301511985810001
SC	SAO JOSE DO CERRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO CERRITO	14747668000124001	2.026.110,00	0003	10301511985810001
SC	URUBICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUBICI	12488175000124003	2.452.054,00	0003	10301511985810001
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO	06113056000124003	2.495.636,00	0003	10301511985810001
SE	POCO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11380216000124001	1.816.494,00	0003	10301511985810001
SP	AMERICANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMERICANA	13868995000124001	2.435.976,00	0003	10301511985810001
SP	AMERICANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMERICANA	13868995000124002	2.435.976,00	0003	10301511985810001
SP	ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442399000124001	2.765.371,00	0003	10301511985810001
SP	ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442399000124002	2.765.371,00	0003	10301511985810001
SP	ANGATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12329120000124003	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	AVARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AVARE	11308295000124001	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DOS PERDOES	11319587000124001	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	CASTILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12893128000124001	2.435.976,00	0003	10301511985810001
SP	CONCHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11146159000124002	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	DUMONT	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUMONT	11680230000124002	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	FRANCO DA ROCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCO DA ROCHA	11737272000124008	2.435.976,00	0003	10301511985810001
SP	GUARAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARAREMA	13742561000124001	2.435.976,00	0003	10301511985810001
SP	GUARULHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARULHOS	16807135000124007	5.291.345,00	0003	10301511985810001
SP	ITAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPOLIS	12005366000124001	2.435.976,00	0003	10301511985810001
SP	ITAPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORANGA	11930253000124001	2.012.825,00	0003	10301511985810001

SP	ITARARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITARARE	13820532000124015	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	MARILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARILIA	14278219000124002	2.765.371,00	0003	10301511985810001
SP	MAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13848859000124001	5.291.345,00	0003	10301511985810001
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANTE DO PARANAPANEMA	13874507000124002	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	NOVO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE	11873980000124001	2.435.976,00	0003	10301511985810001
SP	OURO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09642975000124002	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	PAULO DE FARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO DE FARIA	14069729000124003	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13800601000124003	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	PITANGUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PITANGUEIRAS	13758276000124006	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	PROMISSAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13261761000124002	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11991547000124002	2.435.976,00	0003	10301511985810001
SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	12427437000124015	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	SAO PEDRO DO TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13924035000124005	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	SERTAOZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTAOZINHO	11975485000124007	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	SERTAOZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTAOZINHO	11975485000124008	2.012.825,00	0003	10301511985810001
SP	SOROCABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOROCABA	12493507000124002	5.291.345,00	0003	10301511985810001
SP	TUPI PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	13880559000124004	2.012.825,00	0003	10301511985810001
TO	ANANAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANANAS	11246570000124001	2.283.728,00	0003	10301511985810001
TO	CHAPADA DE AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADA DE AREIA	12440801000124001	1.887.023,00	0003	10301511985810001
TO	COLINAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11359904000124001	2.592.535,00	0003	10301511985810001
TO	COUTO MAGALHAES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11252797000124001	1.887.023,00	0003	10301511985810001
TOTAL			166 PROPOSTA(S)	382.950.797,00		

PORTARIA GM/MS Nº 3.722, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Municípios e o Distrito Federal descritos no anexo a esta Portaria a receberem recursos financeiros referentes ao incremento temporário para o custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Primária à Saúde, observando o disposto no Capítulo II, da Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024.

Art. 3º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 4º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Primária à Saúde.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	ACEGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACEGUA	36000605769202400	50410004	600.000,00	600.000,00	1030151192E890001
RS	AGUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000604885202400	50410004	103.000,00	103.000,00	1030151192E890001
RS	AGUDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609209202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	ALTO FELIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000607248202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	ANDRE DA ROCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANDRE DA ROCHA	36000607847202400	50410004	101.250,00	101.250,00	1030151192E890001
RS	ANTA GORDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000603189202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	ARAMBARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAMBARE	36000607542202400	50410004	101.250,00	101.250,00	1030151192E890001
RS	ARARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARICA	36000609212202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	ARROIO DOS RATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ARROIO DOS RATOS	36000602106202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	ARROIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000604902202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	ARROIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000606634202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	ARROIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609210202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	BAGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000602651202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	BALNEARIO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BALNEARIO PINHAL	36000609599202400	50410004	442.784,00	442.784,00	1030151192E890001
RS	BARRA DO GUARITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO GUARITA	36000602920202400	50410004	250.000,00	250.000,00	1030151192E890001
RS	BARRA DO RIBEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS BARRA DO RIBEIRO RS	36000601278202400	50410004	250.000,00	250.000,00	1030151192E890001
RS	BARRA DO RIBEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS BARRA DO RIBEIRO RS	36000608222202400	50410004	101.500,00	101.500,00	1030151192E890001
RS	BARRA DO RIO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO RIO AZUL	36000607339202400	50410004	52.819,00	52.819,00	1030151192E890001
RS	BARRA FUNDA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000602855202400	50410004	218.565,00	218.565,00	1030151192E890001
RS	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO - RS	36000607881202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	BOM PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609438202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	BRAGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000602718202400	50410004	120.000,00	120.000,00	1030151192E890001
RS	BROCHIER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608599202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	BUTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BUTIA / RS	36000604559202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CACHOEIRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000607914202400	50410004	201.250,00	201.250,00	1030151192E890001

RS	CAIBATE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIBATE	36000604394202400	50410004	170.000,00	170.000,00	1030151192E890001
RS	CAICARA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE CAICARA-RS	36000609719202400	50410004	350.000,00	350.000,00	1030151192E890001
RS	CAMPO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608754202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CAMPOS BORGES	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPOS BORGES	36000607622202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CANGUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CANGUCU	36000608586202400	50410004	101.250,00	101.250,00	1030151192E890001
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOAS	36000602981202400	50410004	450.000,00	450.000,00	1030151192E890001
RS	CANOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOAS	36000608676202400	50410004	400.000,00	400.000,00	1030151192E890001
RS	CAPAO DA CANOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000603244202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	CAPAO DO CIPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAPAO DO CIPO	36000608814202400	50410004	500.000,00	500.000,00	1030151192E890001
RS	CAPITAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAPITAO	36000603375202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CARAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARAA	36000603379202400	50410004	315.118,00	315.118,00	1030151192E890001
RS	CARAZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/CARAZINHO	36000608971202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CARLOS BARBOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARLOS BARBOSA/RS	36000603955202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CERRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRITO	36000609985202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CERRO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO LARGO	36000602841202400	50410004	175.118,00	175.118,00	1030151192E890001
RS	CERRO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO LARGO	36000609702202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	CHIAPETTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICIPIO DE CHIAPETTA	36000607278202400	50410004	101.250,00	101.250,00	1030151192E890001
RS	CHUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000604903202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CIRIACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000602052202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	COLORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000607648202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CONSTANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE CONSTANTINA	36000609217202400	50410004	250.000,00	250.000,00	1030151192E890001
RS	COQUEIROS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COQUEIROS DO SUL	36000601641202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	COXILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXILHA	36000609546202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	CRISSIUMAL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000609332202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	CRUZ ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ ALTA	36000600783202400	50410004	500.000,00	500.000,00	1030151192E890001
RS	DAVID CANABARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000603092202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	DAVID CANABARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000603562202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOIS IRMAOS DAS MISSOES-RS	36000602821202400	50410004	400.000,00	400.000,00	1030151192E890001
RS	DOM PEDRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608808202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000603699202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609301202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	ENTRE RIOS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENTRE RIOS DO SUL	36000602853202400	50410004	60.000,00	60.000,00	1030151192E890001
RS	ESPUMOSO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000607670202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	ESPUMOSO	PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPUMOSO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609278202400	50410004	500.000,00	500.000,00	1030151192E890001
RS	ESTANCIA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ESTANCIA VELHA	36000608978202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	FARROUPILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARROUPILHA	36000609578202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	FARROUPILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARROUPILHA	36000609579202400	50410004	400.000,00	400.000,00	1030151192E890001
RS	FAZENDA VILANOVA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE FAZENDA VILANOVA	36000600851202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	FAZENDA VILANOVA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE FAZENDA VILANOVA	36000603691202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	FELIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608329202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	FONTOURA XAVIER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000605919202400	50410004	1.470.038,00	1.470.038,00	1030151192E890001
RS	FORTALEZA DOS VALOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000600779202400	50410004	101.900,00	101.900,00	1030151192E890001
RS	FORTALEZA DOS VALOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609876202400	50410004	144.000,00	144.000,00	1030151192E890001
RS	GAURAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAURAMA	36000602822202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	GENERAL CAMARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE GENERAL CAMARA	36000606100202400	50410004	224.118,00	224.118,00	1030151192E890001
RS	GIRUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GIRUA	36000608851202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	GRAVATAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRAVATAI	36000603603202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	GUAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAIBA	36000603703202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	HARMONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HARMONIA	36000609567202400	50410004	47.327,00	47.327,00	1030151192E890001
RS	HULHA NEGRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HULHA NEGRA	36000605629202400	50410004	153.000,00	153.000,00	1030151192E890001
RS	IBIACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIACA RS	36000602902202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	IBIRUBA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE IBIRUBA	36000603181202400	50410004	283.000,00	283.000,00	1030151192E890001
RS	IGREJINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGREJINHA	36000606030202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	IMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608313202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	IMIGRANTE	IMIGRANTE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000600951202400	50410004	230.000,00	230.000,00	1030151192E890001
RS	ITAQUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608611202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	ITATI	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE ITATI/RS	36000604213202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	JAGUARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000605552202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001

RS	JAGUARAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608590202400	50410004	101.750,00	101.750,00	1030151192E890001
RS	JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608756202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DOS TRES CANTOS	36000607567202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	LAGOA VERMELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA VERMELHA	36000602019202400	50410004	250.000,00	250.000,00	1030151192E890001
RS	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000602593202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	LINDOLFO COLLOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINDOLFO COLLOR	36000601808202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	MACAMBARA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000605854202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	MACAMBARA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000609552202400	50410004	123.656,00	123.656,00	1030151192E890001
RS	MARCELINO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA DE MARCELINO RAMOS	36000602864202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	MARQUES DE SOUZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARQUES DE SOUZA	36000608461202400	50410004	102.000,00	102.000,00	1030151192E890001
RS	MIRAGUAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRAGUAI	36000609529202400	50410004	100.653,00	100.653,00	1030151192E890001
RS	MORRO REUTER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICPIO DE MORRO REUTER	36000604018202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	MOSTARDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS	36000608691202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	NAO-ME-TOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - NAO-ME-TOQUE	36000607655202400	50410004	194.653,00	194.653,00	1030151192E890001
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608945202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	NOVA PRATA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000607256202400	50410004	250.000,00	250.000,00	1030151192E890001
RS	NOVA PRATA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000609962202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	NOVA RAMADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA RAMADA	36000603425202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	NOVA SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000606127202400	50410004	800.000,00	800.000,00	1030151192E890001
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000603997202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000607544202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	PALMITINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMITINHO -RS	36000604651202400	50410004	95.118,00	95.118,00	1030151192E890001
RS	PANTANO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE PANTANO GRANDE	36000602685202400	50410004	503.000,00	503.000,00	1030151192E890001
RS	PANTANO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE PANTANO GRANDE	36000604960202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	PARECI NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARECI NOVO	36000603162202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	PAROBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PAROBE/RS	36000605733202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	PASSO FUNDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PASSO FUNDO	36000608037202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	PEDRAS ALTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000605135202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	PICADA CAFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PICADA CAFE	36000607286202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	PINHAL GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000603197202400	50410004	253.000,00	253.000,00	1030151192E890001
RS	PONTAO	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE - PONTAO	36000603820202400	50410004	60.000,00	60.000,00	1030151192E890001
RS	PONTAO	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE - PONTAO	36000607858202400	50410004	27.787,00	27.787,00	1030151192E890001
RS	PORTAO	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTAO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000604079202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	PUTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PUTINGA (RS)	36000600859202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	RESTINGA SECA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RESTINGA SECA - FMS	36000602881202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO GRANDE	36000602387202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	RODEIO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RODEIO BONITO	36000604653202400	50410004	253.000,00	253.000,00	1030151192E890001
RS	ROLANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000607734202400	50410004	101.250,00	101.250,00	1030151192E890001
RS	RONDA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RONDA ALTA	36000603720202400	50410004	150.000,00	150.000,00	1030151192E890001
RS	SANANDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000601001202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	SANTA CLARA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE SANTA CLARA DO SUL	36000600999202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	SANTA MARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SECRETARIA DE MUNICIPIO DA SAUDE	36000602386202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	SANTA TEREZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA	36000607303202400	50410004	101.250,00	101.250,00	1030151192E890001
RS	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE- SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO	36000603439202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	SANTO ANGELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	36000605654202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	SANTO AUGUSTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO AUGUSTO	36000607307202400	50410004	101.250,00	101.250,00	1030151192E890001
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DE ASSIS	36000608741202400	50410004	500.000,00	500.000,00	1030151192E890001
RS	SAO JOSE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608121202400	50410004	450.250,00	450.250,00	1030151192E890001
RS	SAO JOSE DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO JOSE DO OURO	36000609085202400	50410004	350.000,00	350.000,00	1030151192E890001
RS	SAO JOSE DOS AUSENTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS AUSENTES	36000605877202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	SAO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000602698202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	SAO PEDRO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000605402202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000600979202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	SAO VALENTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SAO VALENTIM	36000606321202400	50410004	153.000,00	153.000,00	1030151192E890001
RS	SARANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SARANDI-RS	36000609596202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	SELBACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SELBACH-RS	36000601578202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	SERAFINA CORREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERAFINA CORREA	36000602967202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	SILVEIRA MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SILVEIRA MARTINS	36000609357202400	50410004	84.051,00	84.051,00	1030151192E890001
RS	SINIMBU	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000605238202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001

RS	TAVARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAVARES RS	36000609531202400	50410004	300.000,00	300.000,00	1030151192E890001
RS	TEUTONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000609369202400	50410004	510.000,00	510.000,00	1030151192E890001
RS	TIO HUGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIO HUGO	36000609000202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	TIRADENTES DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIRADENTES DO SUL	36000608639202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	TRES ARROIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000601910202400	50410004	60.000,00	60.000,00	1030151192E890001
RS	TRES PASSOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000603133202400	50410004	250.000,00	250.000,00	1030151192E890001
RS	TRES PASSOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000608998202400	50410004	200.000,00	200.000,00	1030151192E890001
RS	TRINDADE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRINDADE DO SUL	36000603918202400	50410004	60.000,00	60.000,00	1030151192E890001
RS	TUPANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUPANDI	36000603428202400	50410004	100.000,00	100.000,00	1030151192E890001
RS	UBIRETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE UBIRETAMA	36000609877202400	50410004	63.748,00	63.748,00	1030151192E890001
RS	VERA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	36000607599202400	50410004	250.000,00	250.000,00	1030151192E890001
RS	VIAMAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000603469202400	50410004	450.000,00	450.000,00	1030151192E890001
RS	VILA FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VILA FLORES	36000608848202400	50410004	133.005,00	133.005,00	1030151192E890001
TOTAL			155 PROPOSTAS			31.300.958,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.723, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RS	ARROIO DOS RATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ARROIO DOS RATOS	12220162000124002	50410005	132.330,00	132.330,00	10301511985810001
RS	BENTO GONCALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11436612000124004	50410005	221.457,00	221.457,00	10301511985810001
RS	JAQUIRANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JAQUIRANA	11839946000124004	50410005	132.147,00	132.147,00	10301511985810001
RS	SALTO DO JACUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO JACUI	12193806000124022	50410005	132.289,00	132.289,00	10301511985810001
RS	SERTAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTAO - RS	12160268000124006	50410005	195.045,00	195.045,00	10301511985810001
RS	TAQUARUCU DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11194710000124001	50410005	132.353,00	132.353,00	10301511985810001
TOTAL			6 PROPOSTAS			945.621,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.724, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de custeio destinados à execução de obras de reforma de Unidade Básica de Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Municípios ou Distrito Federal, descritos no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de custeio destinado à execução de obras de reforma.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de custeio e onerarão o Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam essa Portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), por meio do InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação GM/MS nº 06, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, artigos 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais de emendas destinados a execução de obras Fundo a Fundo de reforma.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	BUJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	19916625000124001	43940018	299.968,00	299.968,00	10301511985810012
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	11739074000124001	43580005	211.356,00	211.356,00	10301511985810016

AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	11739074000124002	43580005	250.496,00	250.496,00	10301511985810016
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	11739074000124005	43580005	203.528,00	203.528,00	10301511985810016
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	11739074000124006	43580005	305.660,00	305.660,00	10301511985810016
AP	LARANJAL DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL DO JARI	11707402000124004	44000006	332.690,00	332.690,00	10301511985810016
AP	LARANJAL DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL DO JARI	11707402000124006	44000006	821.940,00	821.940,00	10301511985810016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000124009	44000006	999.922,00	999.922,00	10301511985810016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000124012	44000006	1.000.040,00	1.000.040,00	10301511985810016
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000124015	44000006	699.665,00	699.665,00	10301511985810016
ES	MARILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14945650000124001	20290004	499.959,00	499.959,00	10301511985810032
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09256935000124001	33320006	399.999,00	399.999,00	10301511985810041
PR	ROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROLANDIA	08737323000124002	33320006	299.968,00	299.968,00	10301511985810041
RJ	MENDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MENDES	12014954000124002	42100003	799.930,00	799.930,00	10301511985810033
RN	NATAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19376335000124005	44740004	251.127,00	251.127,00	10301511985810024
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000124006	43410004	249.948,00	249.948,00	10301511985810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000124001	43410005	499.426,00	499.426,00	10301511985810014
SC	CACADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACADOR	11583495000124004	42730007	499.899,00	499.899,00	10301511985810042
SP	MOGI DAS CRUZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES	12336008000124004	32280009	245.015,00	245.015,00	10301511985813709
SP	MOGI DAS CRUZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES	12336008000124005	32280009	274.927,00	274.927,00	10301511985813709
TOTAL			20 PROPOSTAS			9.145.463,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.725, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE , no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, em observância a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e Portaria GM/MS, nº 3.283, de 7 de março de 2024, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os Estados, os Municípios ou Distrito Federal no anexo desta Portaria a receberem recursos financeiros de capital destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos financeiros desta Portaria são de natureza de despesa de Investimentos e onerarão o Bloco de Estruturação das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam esta portaria serão processadas no InvestSUS Gestão, disponível no portalfns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos financeiros estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos pelas Secretarias Finalísticas, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos financeiros será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, aprovado pelo respectivo Conselho local de saúde, nos termos dos artigos 34 a 36 da Lei Complementar nº 141, de 14 de janeiro de 2012.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

Entes federados autorizados a receberem recursos financeiros federais destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes.

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	MANOEL URBANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANOEL URBANO	12289482000124007	26860010	316.504,00	316.504,00	10301511985810012
AC	PLACIDO DE CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11794838000124003	44940002	167.906,00	167.906,00	10301511985810012
AC	RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	84317205000124002	44800011	1.255.102,00	1.255.102,00	10301511985810012
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	12415300000124001	26860010 44310003	317.000,00 299.972,00	616.972,00	10301511985810012 10301511985810012
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000124007	44770003	199.820,00	199.820,00	10301511985810016
BA	MONTE SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11481390000124001	24680025	149.798,00	149.798,00	10301511985810029
BA	SATIRO DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11333458000124002	24680025	136.585,00	136.585,00	10301511985810029
BA	TERRA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11449996000124007	26010003	189.492,00	189.492,00	10301511985810029
MG	CAMBUQUIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBUQUIRA	11721277000124003	14110016	99.727,00	99.727,00	10301511985810031
MG	CAMPINA VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13932309000124002	44340003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	JENIPAPO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11422618000124001	44340003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	PEDRINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19439808000124004	41000007	299.764,00	299.764,00	10301511985810031

MG	PIRAPETINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAPETINGA	11342716000124005	44340003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	RECREIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RECREIO	11944441000124005	40290004	45.170,00	45.170,00	10301511985810031
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11274174000124011	27550004	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	SAO GOTARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11283282000124005	39240013	99.998,00	99.998,00	10301511985810031
MG	TAIOBEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIOBEIRAS	13640871000124010	27560003	83.953,00	83.953,00	10301511985810031
MG	TAPARUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14863699000124016	14030003	249.900,00	249.900,00	10301511985810031
MG	VAZANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VAZANTE	13199188000124001	40770004	134.997,00	134.997,00	10301511985810031
MS	BATAYPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	15337701000124001	40860002	300.000,00	300.000,00	10301511985810054
MS	BATAYPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	15337701000124002	40860002	99.996,00	99.996,00	10301511985810054
MS	DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADOS	13896863000124002	44200004 42790023	500.000,00 1.352.902,00	1.852.902,00	10301511985810054 10301511985810054
MS	TRES LAGOAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES LAGOAS-MS	13034603000124017	43180019	271.799,00	271.799,00	10301511985810054
MT	LUCAS DO RIO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11386056000124008	41530004	42.684,00	42.684,00	10301511985810051
MT	PONTAL DO ARAGUAIA	F. M. S - PREFEITURA MUN. PONTAL DO ARAGUAIA	12265816000124001	43270003	83.953,00	83.953,00	10301511985810051
MT	QUERENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14033383000124001	43270003	99.972,00	99.972,00	10301511985810051
MT	QUERENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14033383000124002	43270003	387.085,00	387.085,00	10301511985810051
PA	SANTA BARBARA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA BARBARA DO PARA - FMSSBP	17860920000124002	36920004	83.953,00	83.953,00	10301511985810015
PE	MACHADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08194799000124003	44220003	200.000,00	200.000,00	10301511985810026
PR	PINHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09248525000124004	44820005	83.953,00	83.953,00	10301511985810041
PR	PINHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09248525000124005	44820005	66.046,00	66.046,00	10301511985810041
RN	SAO VICENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11261481000124008	43740017	167.906,00	167.906,00	10301511985810024
RO	CORUMBIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15246041000124005	37060001	271.799,00	271.799,00	10301511985810011
RO	JARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	20665259000124005	42720002	95.200,00	95.200,00	10301511985810011
RR	AMAJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMAJARI	12322548000124003	44410005	350.000,00	350.000,00	10301511985810236
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000124001	41640009	200.000,00	200.000,00	10301511985810014
RS	BOA VISTA DO CADEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA DO CADEADO	12133440000124011	39200002	69.044,00	69.044,00	10301511985810043
RS	BOM PRINCIPIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11389385000124012	41680002	85.000,00	85.000,00	10301511985810043
RS	CONDOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12021052000124007	41840009 41680002	15.573,00 85.000,00	100.573,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	CRUZ ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZ ALTA	11565792000124006	41680002	624,00	624,00	10301511985810043
RS	ESTEIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTEIO	12140369000124017	42710001	399.999,00	399.999,00	10301511985810001
RS	EUGENIO DE CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE EUGENIO DE CASTRO RS	11844166000124007	30200003 41840009 36660005	100.000,00 15.575,00 100.000,00	215.575,00	10301511985810043 10301511985810043 10301511985810043
RS	FARROUPILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARROUPILHA	14296302000124006	42710001	109.967,00	109.967,00	10301511985810001
RS	GLORINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GLORINHA	11687792000124002	30200003 39200002	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	JAGUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARI	12200972000124001	41680002	83.953,00	83.953,00	10301511985810043
RS	ROCA SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROCA SALES	12497816000124005	41680002	85.925,00	85.925,00	10301511985810043
RS	SALTO DO JACUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO JACUI	12193806000124011	41840009 41680002	15.272,00 1.047,00	16.319,00	10301511985810043 10301511985810043
RS	TAVARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAVARES RS	12193622000124007	41840009 41680002 36660005	1.799,00 170.000,00 100.000,00	271.799,00	10301511985810043 10301511985810043 10301511985810043
RS	TRAMANDAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRAMANDAI	10574385000124008	41680002	271.799,00	271.799,00	10301511985810043
SC	JUPIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUPIA SC	11381861000124007	43250005	167.906,00	167.906,00	10301511985810001
SC	NOVA ERECHIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11299994000124007	43250005	83.953,00	83.953,00	10301511985810001
SC	SANTA ROSA DE LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DE LIMA	11342435000124001	44010003	165.612,00	165.612,00	10301511985810042
SP	BEBEDOURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BEBEDOURO	12076487000124006	19970002	99.962,00	99.962,00	10301511985810001

SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12240956000124001	31350002 19970002	100.000,00 99.890,00	199.890,00	10301511985810035 10301511985810001
SP	ITAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAI	12026015000124001	31350002	21.586,00	21.586,00	10301511985810035
SP	ITAPURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAPURA/SP	11905427000124002	19970002	100.000,00	100.000,00	10301511985810001
SP	JOANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA TURISTICA DE JOANOPOLIS	97522485000124012	31350002	83.953,00	83.953,00	10301511985810035
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13800601000124002	19970002	99.037,00	99.037,00	10301511985810001
SP	PILAR DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12389301000124009	42580002 19970002	99.908,00 100.000,00	199.908,00	10301511985810035 10301511985810001
SP	POLONI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10782870000124001	23560004	299.692,00	299.692,00	10301511985810035
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DA CONCEICAO	97552000000124016	27960002	149.843,00	149.843,00	10301511985810035
SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	12427437000124013	42580002	83.953,00	83.953,00	10301511985810035
TOTAL			62 PROPOSTAS			12.804.620,00	

PORTARIA GM/MS Nº 3.726, DE 6 DE MAIO DE 2024

Autoriza o repasse referente ao incremento financeiro emergencial de custeio de resposta às emergências em saúde pública no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, e considerando a Portaria GM/MS nº 3.160, de 9 de fevereiro de 2024, que alterou a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para regulamentar o incremento financeiro de que trata o art. 8º, inciso II, no caso de custeio de resposta a emergências em saúde pública no âmbito da Atenção Primária à Saúde, da Atenção Especializada à Saúde e da Vigilância em Saúde do Sistema Único de Saúde - SUS, resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse financeiro emergencial do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, na forma do Anexo, para o custeio de respostas às emergências em saúde pública.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias às transferências dos recursos estabelecidas nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 3º O repasse de eventuais parcelas subsequentes, ficará condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Inciso II, do §2º do Art. 8-C, da Portaria 3.160/2024, pelo ente beneficiário.

Art. 4º. O ente beneficiário deverá comprovar a aplicação dos recursos financeiros recebidos por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG, nos termos do art. 660 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 2017.

Art. 5º. Os recursos financeiros para a execução das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.5123.20AL - Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0000.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NÍSIA TRINDADE LIMA

ANEXO

VALORES DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS

UF	GESTÃO MUNICIPAL	IBGE	TOTAL
ES	Muqui	320380	R$ 30.950,00
GO	Palmeiras de Goiás	521570	R$ 47.204,00
GO	São Miguel do Passa Quatro	522026	R$ 10.129,00
MG	Belo Vale	310640	R$ 16.896,00
MG	Caxambu	311550	R$ 31.409,00
MG	Conselheiro Lafaiete	311830	R$ 222.630,00
MG	Curral de Dentro	312087	R$ 18.509,00
MG	Frei Gaspar	312680	R$ 14.815,00
MG	Frutal	312710	R$ 60.876,00
MG	Jesuânia	313590	R$ 12.342,00
MG	Salinas	315700	R$ 86.502,00
MG	Ubá	316990	R$ 120.563,00
MG	Urucuia	317052	R$ 31.091,00
PB	São Bento	251390	R$ 76.161,00
PR	Chopinzinho	410540	R$ 41.681,00
PR	Siqueira Campos	412660	R$ 32.199,00
PR	Tapira	412690	R$ 8.392,00
RJ	São José de Ubá	330513	R$ 16.662,00
RN	Natal	240810	R$ 1.052.607,00
RS	Bom Progresso	430237	R$ 8.672,00
RS	Derrubadas	430632	R$ 10.160,00
RS	Esperança do Sul	430745	R$ 10.485,00
RS	Porto Alegre	431490	R$ 4.101.930,00
SC	Balneário Barra do Sul	420205	R$ 22.245,00
SC	Descanso	420490	R$ 18.959,00
SC	Gaspar	420590	R$ 279.342,00
SC	Sombrio	421770	R$ 54.310,00
SP	Araçoiaba da Serra	350290	R$ 21.017,00
SP	Capela do Alto	351030	R$ 18.327,00
SP	Mairinque	352840	R$ 112.274,00
SP	Mauá	352940	R$ 1.149.175,00

DESPACHO GM/MS Nº 26, DE 6 DE MAIO DE 2024

Processo nº 25000.009691/20218-75
Interessado: Fundação do ABC/Complexo Hospitalar de São Bernardo do Campo/SP -
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de projeto apresentado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no PARECER TÉCNICO Nº 578/2018-DAET/CGAE/DAET/SAS/MS, e no PARECER TÉCNICO Nº 1227/2018-DAET/CGAE/DAET/SAS/MS, ambos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00034/2020/CONJURMS/CGU/AGU, ratificado pelo PARECER nº 00674/2022/CONJUR-MS/CGU/AGU, e Nota nº 00268/2024/CONJUR-MS/CGU/AGU (0040503014), que recomenda a REPROVAÇÃO do projeto "Aquisição de mobiliários, equipamentos e custeio de insumos oncológicos" e INDEFERE o recurso contra a decisão administrativa interposto pela Entidade em epígrafe.

NÍSIA TRINDADE LIMA

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE

DESPACHO DE 3 DE MAIO DE 2024

Ref.: Processo n. º 25000.241608/2013-46.
Interessado: JAIR VAZ MACHADO.
Assunto: Descredenciamento de farmácia ao Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB) Aqui Tem Farmácia Popular.

O Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, do Ministério da Saúde, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 68 do Anexo I ao Decreto n.º 11.798, de 28 de novembro de 2023, e diante o disposto no artigo 39, inciso I do Anexo LXXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 05, de 28 de setembro de 2017, à vista da conclusão de análise técnica sobre irregularidades apresentadas no estabelecimento, DEFERE o descredenciamento da empresa JAIR VAZ MACHADO, inscrita no CNPJ sob o nº 37.396.553/0001-15, localizada no Município de GOIANESIA - GO, do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular.

CARLOS A. GRABOIS GADELHA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 604, DE 6 DE MAIO DE 2024

Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento ravulizumabe para o tratamento da hemoglobinúria paroxística noturna; e dos procedimentos "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA PERCUTÂNEA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA E/OU TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR LAPAROTOMIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)" e "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR VIDEOLAPAROSCOPIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)" para o tratamento de metástases hepáticas de câncer colorretal, irressecáveis ou ressecáveis com alto risco cirúrgico, com tamanho até 4 cm, em cumprimento ao disposto nos parágrafos 4º e 10, do art. 10, da Lei nº 9.656/1998..

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os §§ 4º e 10, do art. 10, da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998; o inciso III do art. 4º e inciso II do art. 10, ambos da Lei nº 9.661, de 28 de janeiro de 2000; e o inciso III do art. 24, além do art. 43 e art. 45, todos da Resolução Regimental - RR nº 21, de 26 de janeiro de 2022; adota a seguinte Resolução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º A presente Resolução altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar para atualizar a cobertura obrigatória do procedimento "TERAPIA IMUNOBIOLÓGICA ENDOVENOSA, INTRAMUSCULAR OU SUBCUTÂNEA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", e regulamentar a cobertura obrigatória dos procedimentos "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA PERCUTÂNEA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA E/OU TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR LAPAROTOMIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)" e "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR VIDEOLAPAROSCOPIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)".

Art. 2° O Anexo I da RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, passa a vigorar acrescido dos procedimentos "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA PERCUTÂNEA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA E/OU TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR LAPAROTOMIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)" e "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR VIDEOLAPAROSCOPIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)".

Art. 3° O Anexo II da RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, passa a vigorar acrescido de indicação de uso para o medicamento biológico Ravulizumabe, listado na Diretriz de Utilização - DUT nº 65, vinculada ao procedimento "TERAPIA IMUNOBIOLÓGICA ENDOVENOSA, INTRAMUSCULAR OU SUBCUTÂNEA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", subitem "65.19. HEMOGLOBINÚRIA PAROXÍSITICA NOTURNA", estabelecendo-se a cobertura obrigatória do medicamento Ravulizumabe para o tratamento da hemoglobinúria paroxística noturna.

Art. 4° O Anexo II da RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, passa a vigorar com a inclusão da Diretriz de Utilização - DUT nº 164 vinculada aos procedimentos "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA PERCUTÂNEA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA E/OU TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO), "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR LAPAROTOMIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)" e "ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR VIDEOLAPAROSCOPIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)", para estabelecer a sua cobertura obrigatória no tratamento de metástases hepáticas de câncer colorretal, irressecáveis ou ressecáveis com alto risco cirúrgico, com tamanho até 4 cm.

Art. 5° Esta RN, bem como seu Anexo estarão disponíveis para consulta e cópia no sítio institucional da ANS na Internet (www.gov.br/ans).

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor em 07 de maio de 2024.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO
Diretor-Presidente

ANEXO I À MINUTA DE NORMA

ANEXO I DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 465/2021

PROCEDIMENTO	SUBGRUPO	GRUPO	CAPÍTULO	OD	AMB	HCO	HSO	REF	PAC	DUT
ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA PERCUTÂNEA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA E/OU TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)	FÍGADO E VIAS BILIARES	SISTEMA DIGESTIVO E ANEXOS	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E INVASIVOS			HCO	HSO	REF		164
ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR LAPAROTOMIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)	FÍGADO E VIAS BILIARES	SISTEMA DIGESTIVO E ANEXOS	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E INVASIVOS			HCO	HSO	REF		164
ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR VIDEOLAPAROSCOPIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)	FÍGADO E VIAS BILIARES	SISTEMA DIGESTIVO E ANEXOS	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E INVASIVOS			HCO	HSO	REF		164

ANEXO II DA RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 465/2021

65. TERAPIA IMUNOBIOLÓGICA ENDOVENOSA, INTRAMUSCULAR OU SUBCUTÂNEA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)

(...)

65.19 HEMOGLOBINÚRIA PAROXÍSTICA NOTURNA (HPN)

1. Cobertura obrigatória do medicamento Ravulizumabe para o tratamento (fase inicial e de manutenção) de pacientes com hemoglobinúria paroxística noturna (HPN), com idade maior que 14 anos, na sua apresentação hemolítica e com comprovação de alta atividade da doença.

2. Cobertura obrigatória do medicamento Ravulizumabe para o tratamento de pacientes com hemoglobinúria paroxística noturna (HPN), com idade maior que 14 anos, clinicamente estáveis após terem sido tratados com eculizumabe por, no mínimo, os últimos 6 meses.

164. ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA PERCUTÂNEA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA E/OU TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)/ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR LAPAROTOMIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)/ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR VIDEOLAPAROSCOPIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)

PROCEDIMENTO	**INDICAÇÃO**
ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA PERCUTÂNEA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL GUIADA POR ULTRASSONOGRAFIA E/OU TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)	Tratamento de metástases hepáticas de câncer colorretal, irressecáveis ou ressecáveis com alto risco cirúrgico, com tamanho até 4 cm
ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR LAPAROTOMIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)	Tratamento de metástases hepáticas de câncer colorretal, irressecáveis ou ressecáveis com alto risco cirúrgico, com tamanho até 4 cm
ABLAÇÃO POR RADIOFREQUÊNCIA DE METÁSTASES HEPÁTICAS DE CÂNCER COLORRETAL POR VIDEOLAPAROSCOPIA (COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO)	Tratamento de metástases hepáticas de câncer colorretal, irressecáveis ou ressecáveis com alto risco cirúrgico, com tamanho até 4 cm

INSTRUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 35, DE 6 DE MAIO DE 2024

Regulamenta a Resolução Normativa nº 485, de 29 de março de 2022, dispõe sobre o Plano de Recuperação Assistencial, sobre o regime especial de Direção Técnica e sobre o Programa de Saneamento Assistencial no curso do regime especial de Direção Técnica, e revoga a Instrução Normativa nº 50, de 22 de dezembro de 2016, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO.

A Diretoria Colegiada da Ag ência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em vista do que dispõem os arts. 4º, inciso XXXIII, e 10, inciso II, ambos da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000; arts. 41, inciso III, 42, inciso VII, 43, caput, 46, caput e parágrafo único, todos da Resolução Regimental nº 21, de 26 de janeiro de 2022, em reunião ordinária realizada em 29 de abril de 2024, adotou a seguinte Instrução Normativa e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa regulamenta a Resolução Normativa nº 485, de 29 de março de 2022, para dispor, em especial, sobre o Plano de Recuperação Assistencial, sobre o regime especial de Direção Técnica e sobre o Programa de Saneamento Assistencial no curso do regime especial de Direção Técnica, e revoga a Instrução Normativa nº 50, de 22 de dezembro de 2016, da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - DIPRO.

Art. 2º São passíveis de encaminhamento, para avaliação quanto a indícios de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial:

I - os resultados provenientes do Monitoramento do Risco Assistencial; e

II - quaisquer outros casos passíveis de constituir risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários, de modo coletivo, recorrente e não pontual, encaminhados pelas demais áreas da ANS.

CAPÍTULO II

DO ENCAMINHAMENTO DE OPERADORAS COM INDÍCIOS DE ANORMALIDADES ADMINISTRATIVAS GRAVES DE NATUREZA ASSISTENCIAL

Seção I

Do encaminhamento decorrente do mapeamento do risco assistencial e do acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento

Art. 3º O mapeamento do risco assistencial e o acompanhamento e avaliação da garantia de atendimento serão utilizados, primordialmente, para avaliação quanto à abertura de processo administrativo para a apuração de indícios de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial, de acordo com os critérios estabelecidos no plano periódico de Monitoramento do Risco Assistencial.

Art. 4º Serão considerados indícios de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial, dentre outras hipóteses, podendo ensejar o envio do ofício de que trata o art. 3º da Resolução Normativa nº 485, de 29 de março de 2022, os casos identificados de acordo com os critérios estabelecidos no plano periódico de Monitoramento do Risco Assistencial, conforme norma específica.

Parágrafo único. Os indícios de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial serão avaliados considerando também o resultado da operadora nos demais monitoramentos da ANS.

Seção II

Do encaminhamento decorrente de outros casos passíveis de constituir risco à qualidade ou

à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários

Art. 5º Os encaminhamentos provenientes de outros casos passíveis de constituir risco à qualidade ou à continuidade do atendimento à saúde dos beneficiários serão avaliados pela DIPRO, que poderá:

I - arquivar a demanda, caso não sejam detectados indícios de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial; ou

II - encaminhar o ofício de notificação de que trata do art. 3º da Resolução Normativa nº 485, de 29 de março de 2022, caso haja indícios de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial.

CAPÍTULO III
DO PLANO DE RECUPERAÇÃO ASSISTENCIAL
Seção I
Da apresentação do Plano de Recuperação Assistencial

Art. 6º O Plano de Recuperação Assistencial, conforme estabelecido no art. 8º da Resolução Normativa nº 485, de 29 de março de 2022, deverá indicar:

I - as ações propostas para sanar cada anormalidade detectada, bem como as ações a serem implantadas pela operadora para a melhoria da assistência aos beneficiários;

II - a descrição de como as ações propostas serão executadas;

III - o estabelecimento de prazos de execução das ações propostas, com as projeções mensais; e

IV - o cronograma de execução de todas as ações propostas em conformidade com os prazos apresentados

Parágrafo Único. A pedido justificado da operadora, o prazo para apresentação do Plano de Recuperação Assistencial poderá ser prorrogado, uma única vez, por 15 (quinze) dias, por decisão motivada da DIPRO.

Art. 7º Não será oportunizado o oferecimento do Plano de Recuperação Assistencial à operadora que esteve em regime de Direção Técnica nos dois anos anteriores à detecção de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial, contados da data do recebimento do ofício de notificação de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial, sendo indicada, nessa hipótese, quaisquer das medidas previstas no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998.

Art. 8º Poderá ser afastado o oferecimento do Plano de Recuperação Assistencial à operadora que esteve em Plano de Recuperação Assistencial nos dois anos anteriores à detecção de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial, contados da data do recebimento do ofício de notificação de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial.

Parágrafo único. Na hipótese de afastamento do oferecimento do Plano de Recuperação Assistencial na forma do caput, poderá ser indicada a adoção de quaisquer das medidas previstas no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998.

Seção II
Dos relatórios de acompanhamento do Plano de Recuperação Assistencial

Art. 9º Conforme estabelecido no art. 14 da Resolução Normativa nº 485, de 29 de março de 2022, para o acompanhamento do Plano de Recuperação Assistencial, a operadora deverá enviar relatórios mensais, os quais deverão conter:

I - as ações executadas no período para a solução das anormalidades identificadas;

II - a documentação comprobatória das ações executadas; e

III - o acompanhamento do cronograma de execução.

§ 1º Os relatórios deverão ser enviados mensalmente, a contar da data de envio do Plano de Recuperação Assistencial.

§2º Não serão admitidos pedidos de dilação de prazo para o envio dos relatórios mensais.

Art. 10. Caberá à DIPRO realizar o acompanhamento da execução do Plano de Recuperação Assistencial, podendo requisitar qualquer informação ou documento adicional que entender necessário, cujo prazo para resposta será de 15 (quinze) dias, contado do recebimento do ofício de requisição.

CAPÍTULO IV
DO PROGRAMA DE SANEAMENTO ASSISTENCIAL
Seção I
Da apresentação do Programa de Saneamento Assistencial

Art. 11. Quando do recebimento de instrução diretiva específica do diretor técnico, a operadora deverá apresentar, no curso do regime especial de Direção Técnica, o Programa de Saneamento Assistencial, que conterá:

I - as medidas para a solução das anormalidades administrativas graves de natureza assistencial que motivaram a instauração do regime especial de Direção Técnica e demais circunstâncias apontadas pelo diretor técnico;

II - as metas a serem alcançadas;

III - os documentos que dêem suporte às ações descritas no programa, quando for o caso; e

IV - o cronograma das ações, com as projeções mensais.

Parágrafo único. O diretor técnico, assim como a DIPRO, sempre que entenderem necessário, poderão requisitar o fornecimento de informações adicionais sobre o Programa de Saneamento Assistencial, que deverão ser enviadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento da instrução diretiva expedida pelo diretor técnico ou do ofício de requisição da DIPRO.

Art. 12. As informações apresentadas pela operadora a respeito do acompanhamento do Programa de Saneamento Assistencial deverão conter:

I - as medidas implantadas, até o momento, para a solução das anormalidades administrativas graves de natureza assistencial que motivaram a instauração do regime especial de Direção Técnica e demais circunstâncias apontadas pelo diretor técnico;

II - os documentos que comprovem a execução e os resultados alcançados pelas medidas implantadas, quando for o caso; e

III - o acompanhamento do cronograma das ações.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O acompanhamento das operadoras com indícios de anormalidades administrativas graves de natureza assistencial, em Plano de Recuperação Assistencial ou em regime especial de Direção Técnica, será realizado pelos seguintes meios, dentre outros:

I - requisição de informações à operadora objeto da medida administrativa em questão;

II - solicitação de informações às demais áreas da ANS;

III - acompanhamento por meio dos instrumentos de monitoramento da ANS;

IV - visita in loco; e

V - informações de órgãos públicos e entidades da sociedade civil.

Art. 14. As disposições da presente Instrução Normativa não impedem a adoção imediata de outras medidas administrativas, bem como de quaisquer das demais medidas previstas no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998, desde que a gravidade da situação revele a inadequação da indicação do Plano de Recuperação Assistencial ou do regime especial de Direção Técnica.

Parágrafo único. A indicação de adoção de quaisquer das medidas administrativas previstas no art. 24 da Lei nº 9.656, de 1998, será submetida a julgamento pela Diretoria Colegiada da ANS - DICOL e sua aplicação ocorrerá nos termos da regulamentação específica em vigor, ressalvadas, inclusive, as competências regimentais de cada Diretoria da ANS.

Art. 15. Revoga-se a Instrução Normativa nº 50, de 22 de dezembro de 2016, da DIPRO.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 3 de junho de 2024.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO
Diretor-Presidente

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO N° 66, DE 6 DE MAIO DE 2024

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao art. 187, X, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve aprovar a abertura do Processo Administrativo de Regulação, em Anexo, com dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) prevista no art. 18 da Portaria nº 162, de 12 de março de 2021, conforme deliberado em reunião realizada em 30 de abril de 2024, e eu, Diretor-Presidente substituto, determino a sua publicação.

RÔMISON RODRIGUES MOTA
Diretor-Presidente Substituto

ANEXO

Processo nº: 25351.908518/2024-10

Assunto: Proposta de Abertura de Processo Administrativo de Regulação para revisar a regulamentação de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em leites líquidos, bebidas lácteas e cremes.

Área responsável: GGALI/DIRE2

Agenda Regulatória 2024-2025: Tema nº 3.14 - Revisão da regulamentação de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em produtos lácteos.

Excepcionalidades: Dispensa de Análise de Impacto Regulatório (AIR) para manter a convergência a padrões internacionais.

Relatoria: Meiruze Sousa Freitas

RETIFICAÇÃO

Na INSTRUÇÃO NORMATIVA e nas CONSULTAS PÚBLICAS, publicadas no DOU de 6/5/2024, Seção 1, páginas 72 e 73, aponha-se por ter sido omitido o título: AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.

(P/Codou)

NOTA

N. da Codou: Torna sem efeito a publicação da INSTRUÇÃO NORMATIVA - IN Nº 296, DE 2 DE MAIO DE 2024, ocorrida no DOU nº 85, de 3/5/2024, Seção 1, pág. 450.

2ª DIRETORIA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.747, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SNAITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA - 56.998.982/0001-07
Alnuctamab
40/2024
25351.845745/2023-46 1421424/23-5
10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
25351.897456/2024-11 0018790/24-9
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos

---

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - 33.247.743/0001-10
Dostarlimabe
67/2021
25351.374117/2023-72 1310702/23-0
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

---

AMGEN BIOTECNOLOGIA DO BRASIL LTDA. - 18.774.815/0001-93
Tarlatamabe
64/2023
25351.003093/2024-51 0137689/24-6
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento

---

RESOLUTION LATIN AMERICA PESQUISA CLÍNICA LTDA - 14.946.877/0001-84
CRN00808.HCl
69/2019
25351.734989/2019-18 1379492/23-2
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

---

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
RO7434656
106/2023
25351.441709/2023-15 0553261/24-2
10849 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração de prazo de validade

---

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
Datopomabe Deruxtecana / Durvalumabe

124/2021
25351.305541/2022-96 1387351/23-2
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
Trastuzumabe Deruxtecana
27/2019
25351.572296/2020-69 1396989/23-7
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.748, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação das petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, por decurso de prazo (art. 36, Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 09/2015 e art. 36-A, Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 573/2021), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
DI
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
LNP023
24/2020
25351.801353/2021-11 0120677/24-0
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
---
Syneos Health Brasil Ltda - 08.190.722/0001-68
Debio 1143
103/2020
25351.779690/2020-26 0067012/24-0
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.749, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SNAITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento a pedido das petições/processos relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº de Processo	Expediente da petição/Processo	Expediente do Pedido de Cancelamento	Assunto
00.251.699/0001-62	25351.121307/2021-27	0804886/21-0	**0469631/24-4**	10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
07.437.322/0001-41	25351.037961/2023-15	0059201/23-3	**0470202/24-6**	10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos
33.009.945/0001-23	25351.847127/2023-31	1423339/23-8	**0480676/24-1**	10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
33.247.743/0001-10	25351.079333/2018-40	0112998/18-8	**0482672/24-2**	10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
00.251.699/0001-62	25351.158606/2023-89	0258572/23-3	**0527897/24-8**	10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
00.251.699/0001-62	25351.762701/2023-81	1256479/23-6	**0555722/24-4**	10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
33.009.945/0001-23	25351.168898/2021-04	3362581/21-6	**0560658/24-9**	10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos
33.009.945/0001-23	25351.158740/2021-18	0918032/21-0	**0560951/24-8**	10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos
51.780.468/0001-	25351.062332/2023-23	0100590/23-1	**0561888/24-8**	10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.750, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SNAITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições/processos relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº de Processo	Expediente da petição/Processo	Expediente do Pedido de Desistência	Assunto
10.588.595/0010-92	25351.057328/2023-43	1033256/23-1	**0440190/24-0**	10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
56.998.982/0001-07	25351.772865/2023-17	1275995/23-3	**0481747/24-9**	10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.726, DE 6 DE MAIO DE 2024

O GERENTE-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: PETRÓPOLIS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 02.312.244/0001-35
Produto - (Lote): DESINFETANTE PROEZA(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0588737/24-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comprovação da fabricação de produto saneante com fórmula diferente da autorizada pela Anvisa e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976
.....
2. Empresa: QUÍMICA AMPARO LTDA - CNPJ: 43461789000190
Produto - (Lote): DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE(Listados na motivação);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0579940/24-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o comunicado da empresa quanto ao recolhimento do produto DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - TODAS AS VERSÕES, devido à identificação de desvio em resultado de análise de monitoramento de parâmetro de produção que ensejam potencial risco de contaminação microbiológica e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976. Lotes atingidos: todas as unidades fabricadas nos meses de julho, agosto, setembro, novembro e dezembro do ano de 2022, com final de lote identificado por '1' ou '3
.....
3. Empresa: QUÍMICA AMPARO LTDA - CNPJ: 43461789000190
Produto - (Lote): DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - CLEAR CARE(Listados na motivação);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0581879/24-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o comunicado da empresa quanto ao recolhimento voluntário do produto DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - CLEAR CARE, devido à identificação de desvio em resultado de análise de monitoramento de parâmetro de produção que ensejam potencial risco de contaminação microbiológica e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976. Lotes atingidos: 172051, 179054, 184054, 185054, 186054, 228054, 233011, 234011, 235011, 236011, 242054, 253011, 255011, 267051, 269051, 270051 ,278011, 279011, 280011, 281011, 282011, 283011, 302051, 303051, 304051, 314011, 315011, 316011 e 318011
.....
4. Empresa: QUÍMICA AMPARO LTDA - CNPJ: 43461789000190
Produto - (Lote): DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - COCO(Listados na motivação);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0581928/24-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o comunicado da empresa quanto ao recolhimento voluntário do produto DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - COCO, devido à identificação de desvio em resultado de análise de monitoramento de parâmetro de produção que ensejam potencial risco de contaminação microbiológica e tendo em vista o previsto nos arts 6º,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976. Lotes atingidos: 029016, 030016, 036016, 038016, 057016, 058016, 148051, 149051, 151051, 212044, 213051, 215051, 216051, 217051, 218051, 219051, 220051, 221051, 228054, 232051, 233051, 236051, 238051, 243044, 248051, 249051, 256051, 257051, 258051, 272051, 273051, 274051, 275051, 276051, 277051, 284051, 286051, 288051, 289051, 290051, 291051, 298051, 299051, 300051, 301051, 317016, 331051, 333051, 33405, 031016, 188031, 225081, 226081, 227081, 239081, 270031, 281031, 282031, 283031, 295031, 323016, 324016, 327031, 328031, 329031 e 330031
.....
5. Empresa: QUÍMICA AMPARO LTDA - CNPJ: 43461789000190
Produto - (Lote): DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - CAPIM LIMÃO(Listados na motivação);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0581858/24-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o comunicado da empresa quanto ao recolhimento voluntário do produto DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - CAPIM LIMÃO, devido à identificação de desvio em resultado de análise de monitoramento de parâmetro de produção que ensejam potencial risco de contaminação microbiológica e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976. Lotes atingidos: 225031, 226031, 242081, 314031, 323081, 325081, 060016, 173081, 174081, 175081, 176081, 177081, 178081, 223011, 224011, 239051, 240051, 242051, 271081, 272081, 273081, 299011, 300011, 302011, 303011, 326051, 327051, 336016, 337016, 338016, 346016 e 347016
.....
6. Empresa: QUÍMICA AMPARO LTDA - CNPJ: 43461789000
Produto - (Lote): DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - LIMÃO(Listados na motivação);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0582115/24-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o comunicado da empresa quanto ao recolhimento voluntário do produto DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - LIMÃO, devido à identificação de desvio em resultado de análise de monitoramento de parâmetro de produção que ensejam potencial risco de contaminação microbiológica e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976. Lotes atingidos: 031016, 040016, 041016, 042016, 043016, 127011, 129011, 130011, 134081, 135081, 136081, 137081, 138081, 148011, 149011, 150011, 218011, 219011, 310011, 311011, 319016, 332016, 339016, 347016, 053016, 054016, 141031, 221081, 222081, 223081, 227081, 228081, 229081, 279081, 280081, 288031, 315031 e 325016
.....
7. Empresa: QUÍMICA AMPARO LTDA - CNPJ: 43461789000190
Produto - (Lote): DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - MAÇÃ(Listados na motivação);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0582198/24-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o comunicado da empresa quanto ao recolhimento voluntário do produto DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - MAÇÃ, devido à identificação de desvio em resultado de análise de monitoramento de parâmetro de produção que ensejam potencial risco de contaminação microbiológica e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976. Lotes atingidos: 010016, 011016, 012016, 026016, 028016, 029016, 054016, 131011, 132011, 134011, 142011, 173011, 174011, 187011, 188011, 189011, 193011, 194011, 195011, 200051, 213011, 220011, 221011, 228011, 229011, 230011, 241011, 242011, 248081, 249081, 256011, 257011, 262011, 263011, 264011, 265011, 266011, 278061, 279061, 280061, 281061, 282061, 283051, 292011, 293011, 295011, 311011, 312011, 313011, 313061, 327011, 327016, 328011, 328016, 329011, 330011, 357016, 046016, 047016, 185081, 186081, 191081, 192081, 204101, 223081, 224081, 232081, 234081, 268031, 269031, 309031 e 310031
.....
8. Empresa: QUÍMICA AMPARO LTDA - CNPJ: 43461789000190
Produto - (Lote): DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - NEUTRO(Listados na motivação);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 0582279/24-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o comunicado da empresa quanto ao recolhimento voluntário do produto DETERGENTE LAVA LOUÇAS YPE - NEUTRO, devido à identificação de desvio em resultado de análise de monitoramento de parâmetro de produção que ensejam potencial risco de contaminação microbiológica e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976. Lotes atingidos: 019056, 020056, 037056, 038056, 039056, 054056, 055056, 173001, 174001, 186064, 188001, 211001, 212001, 225001, 226001, 228001, 228064, 237001, 239001, 272056, 320001, 321001, 322001, 324056, 325001, 325056, 326001, 326056, 327001, 331056, 336056, 338056, 356056, 236001, 016016, 017016, 024016, 025016, 026016, 038016, 039016, 040016, 172081, 172151, 173151, 174151, 175151, 176151, 177151, 178151, 188151, 207151, 208151, 209151, 210151, 211081, 212081, 225011, 226011, 227011, 228151, 229151, 230151, 232151, 233151, 234051, 234151, 235051.,235151, 236151, 239011, 241151, 279151, 282151, 283151, 317151, 318016, 318151, 321011, 322011, 325151, 326151, 327151, 328151, 333016, 342016, 346016, 349016, 048016, 049016, 050016, 051016, 176031, 177031, 207031, 208031, 227031, 229031, 236031, 237031, 238031, 282081, 316031, 317031, 318031, 319031, 323031, 325031, 326016, 327031, 353016, 355016, 052016, 171031, 173031, 174031, 209031, 230031, 232031, 233031, 234031, 235031, 239031 e 327016
.....
9. Empresa: BEJUVA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA - CNPJ: 00358469000105
Produto - (Lote): SABONETE LÍQUIDO BONETTI(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 0584921/24-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando que o produto classifica-se como cosmético e foi indevidamente notificado como saneante e cancelado n

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.727, DE 6 DE MAIO DE 2024

O GERENTE-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: VTEX BRASIL TECNOLOGIA PARA E-COMMERCE LTDA - CNPJ: 05.314.972/0001-74
Produto - Apresentação (Lote): CYTOTEC (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0534493/24-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação do anúncio de venda e comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado por empresa que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência para fabricação de medicamentos, em desacordo com os artigos 2º, 12, 50 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos constantes nos endereços eletrônicos (https://vania96.lojaintegrada.com.br/fcx5x6aco-c-y-t-o-t-e-c-m-i-s-o-p-r-o-s-t-o-l-comprar-ho-je), (https://vania96.lojaintegrada.com.br/j3g8jn97v-c-y-t-o-t-e-c-m-i-s-o-p-r-o-s-t-o-l-comprar), (https://vania96.lojaintegrada.com.br/0ua6t9r17-comprar-c-y-t-o-t-e-c-m-i-s-o-p-r-o-s-t-o-l-no-brasil-2023), (https://vania96.lojaintegrada.com.br/rbm656tt0-comprar-c-y-t-o-t-e-c-no-brasil) e (https://vania96.lojaintegrada.com.br/dnynjf7yq-comprar-c-y-t-o-t-e-c-m-i-s-o-p-r-o-s-t-o-l-no-brasil-1), bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem o produto. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.
.....
2. Empresa: Samtec Biotecnologia Limitada - CNPJ: 04.459.117/0001-99
Produto - Apresentação (Lote): SULFATO DE MAGNÉSIO - 100 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 200 AMP PLAS PEBD TRANS X 10 ML (LOTE: MPK);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0429325/24-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Comunicado de recolhimento voluntário iniciado pela empresa, em razão da confirmação de desvio de qualidade referente à perda de integridade da ampola, após o processo produtivo, o que fere o artigo 4º da RDC 658/2022. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei nº 6.360/1976 e na RDC nº 625/2022.
.....
3. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): RITALINA - 30 MG CAP DURA LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 30 (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0547615/24-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Propaganda
Motivação: Comprovação da divulgação irregular, por meio do link https://medoficial.info , contendo anúncio de venda de medicamentos sem receita médica em descumprimento do parágrafo 1º do art. 58 da Lei nº 6.360/1976.
.....
4. Empresa: REDE DOR SAO LUIZ S.A. - CNPJ: 06.047.087/0011-00
Produto - Apresentação (Lote): CEBION 2G COM 10 COMPRIMIDOS EFERVESCENTES MERCK (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0556786/24-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Propaganda
Motivação: Comprovação da publicidade de medicamento de venda sob prescrição por meio do endereço eletrônico https://www.dormaissaude.com.br/cebion-2g-com-10-comprimidos-efervescentes-merck-96536/p, em desacordo com o parágrafo 1º do art. 58 da Lei nº 6.360/1976. Esta medida preventiva está fundamentada da no art. 7º da Lei 6.360/1976.
.....
5. Empresa: THE MENS PLATAFORMA LTDA - CNPJ: 38.390.674/0001-12
Produto - Apresentação (Lote): TADALASPRAY (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0527676/24-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da propaganda, anúncio de venda e comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado por empresa que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência para fabricação de medicamentos, em desacordo com os artigos 2º, 12, 50 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca "TADALASPRAY", bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem o produto. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.727, DE 6 DE MAIO DE 2024

O GERENTE-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: VTEX BRASIL TECNOLOGIA PARA E-COMMERCE LTDA - CNPJ: 05.314.972/0001-74
Produto - Apresentação (Lote): CYTOTEC (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0534493/24-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação do anúncio de venda e comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado por empresa que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência para fabricação de medicamentos, em desacordo com os artigos 2º, 12, 50 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos constantes nos endereços eletrônicos (https://vania96.lojaintegrada.com.br/fcx5x6aco-c-y-t-o-t-e-c-m-i-s-o-p-r-o-s-t-o-l-comprar-ho-je), (https://vania96.lojaintegrada.com.br/j3g8jn97v-c-y-t-o-t-e-c-m-i-s-o-p-r-o-s-t-o-l-comprar), (https://vania96.lojaintegrada.com.br/0ua6t9r17-comprar-c-y-t-o-t-e-c-m-i-s-o-p-r-o-s-t-o-l-no-brasil-2023), (https://vania96.lojaintegrada.com.br/rbm656tt0-comprar-c-y-t-o-t-e-c-no-brasil) e (https://vania96.lojaintegrada.com.br/dnynjf7yq-comprar-c-y-t-o-t-e-c-m-i-s-o-p-r-o-s-t-o-l-no-brasil-1), bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem o produto. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.
.....
2. Empresa: Samtec Biotecnologia Limitada - CNPJ: 04.459.117/0001-99
Produto - Apresentação (Lote): SULFATO DE MAGNÉSIO - 100 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 200 AMP PLAS PEBD TRANS X 10 ML (LOTE: MPK);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0429325/24-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária

Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Comunicado de recolhimento voluntário iniciado pela empresa, em razão da confirmação de desvio de qualidade referente à perda de integridade da ampola, após o processo produtivo, o que fere o artigo 4º da RDC 658/2022. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei nº 6.360/1976 e na RDC nº 625/2022.
.....
3. Empresa: Não Identificada - CNPJ: Desconhecido
Produto - Apresentação (Lote): RITALINA - 30 MG CAP DURA LIB PROL CT FR PLAS PEAD OPC X 30 (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0547615/24-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Propaganda
Motivação: Comprovação da divulgação irregular, por meio do link https://medoficial.info , contendo anúncio de venda de medicamentos sem receita médica em descumprimento do parágrafo 1º do art. 58 da Lei nº 6.360/1976.
.....
4. Empresa: REDE DOR SAO LUIZ S.A. - CNPJ: 06.047.087/0011-00
Produto - Apresentação (Lote): CEBION 2G COM 10 COMPRIMIDOS EFERVESCENTES MERCK (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0556786/24-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Propaganda
Motivação: Comprovação da publicidade de medicamento de venda sob prescrição por meio do endereço eletrônico https://www.dormaissaude.com.br/cebion-2g-com-10-comprimidos-efervescentes-merck-96536/p, em desacordo com o parágrafo 1º do art. 58 da Lei nº 6.360/1976. Esta medida preventiva está fundamentada da no art. 7º da Lei 6.360/1976.
.....
5. Empresa: THE MENS PLATAFORMA LTDA - CNPJ: 38.390.674/0001-12
Produto - Apresentação (Lote): TADALASPRAY (LOTES: TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 0527676/24-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da propaganda, anúncio de venda e comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado por empresa que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência para fabricação de medicamentos, em desacordo com os artigos 2º, 12, 50 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca "TADALASPRAY", bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem o produto. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.740, DE 6 DE MAIO DE 2024

O GERENTE-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS AURÉLIO MIRANDA DE ARAÚJO

ANEXO

1. Empresa: LETHA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e SN COMÉRCIO DE ALIMENTOS E ESPECIARIAS LTDA - CNPJ: 05522145000680
Produto - (Lote): UVA PASSA ESCURA SEM SEMENTE, SEM MARCA, DATA DE VALIDADE: 31/08/2024 (20-2023 e 25-2023);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 0585130/24-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o Certificado Oficial de Análise - COA nº 06639/23PA, emitido pelo Laboratório Federal de Defesa Agropecuária no Pará - LFDA/PA, Resíduos e contaminantes em Alimentos, que apresentou resultado insatisfatório para Ocratoxina A (acima do limite máximo tolerado). O alimento não possui marca e foi importado pela empresa Letha Indústria e Comércio Ltda., CNPJ 05.522.145/0006-80, comercializado pela SN COMÉRCIO DE ALIMENTOS E ESPECIARIAS LTDA. - CNPJ: 22.931.508/0001-46 e armazenado por Transportes Comércio de Alimentos e Armazenagens Mãe Ltda. - CNPJ: 31.637.316/0001-12 Foram infringidos o disposto no item 2.5 do Anexo II da Instrução Normativa - IN n° 88, de 26/03/2021; o inciso IV do art. 48 o Decreto-Lei 986/1969, tendo em vista o art. 9º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 655, de 24 de março de 2022 e o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.730, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

CRIATIVA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 50.097.867/0001-85
25351.494402/2023-17 / 1296861
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 0546071244
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 0544842243

IJUI PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 08.856.086/0002-41
25351.953982/2021-18 / 1249667
MANIPULAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS
70803 - AE - ALTERAÇÃO - RAZÃO SOCIAL / 0545131243

SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA / 10.588.595/0013-35
25351.172253/2024-19 / 1310331
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 0539669245

LOGIC PHARMA LOGISTICA E ARMAZENS GERAIS S.A. / 21.372.384/0003-05
25351.602497/2023-41 / 1299183
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 0532046242

ANDERSON SOARES DA SILVA LTDA / 31.875.304/0001-26
25351.635698/2020-81 / 1245131
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 0500687242

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.731, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

bellavida farmacia de manipulação ltda / 44.523.961/0001-56
25351.220209/2024-14 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0544603249
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo II da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
terra farma farmacia de manipulacao ltda / 45.966.294/0001-49
25351.220077/2024-21 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 0544464249
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo II da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3° da RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.732, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ISABELLA PARDINI COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 29.843.218/0001-90
25351.567899/2023-91 / 1298464
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 0492709246
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não consta com dados atualizados (solicitados), contrariando o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.733, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Marines Minuk / 05.893.350/0001-48
25351.508910/2020-39 / 7727533
7044 - AFE - CANCELAMENTO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0423422243

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.734, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIOPHARMA FARMACIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 02.352.247/0003-64
25351.880907/2021-21 / 7876079
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 4352682229

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.735, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

e l farma comercio de medicamentos ltda / 53.612.101/0001-80
25351.220682/2024-00 / 5091940
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0545128242

ENTERA BIO LTDA / 52.258.041/0001-86
25351.204676/2024-05 / 4068326
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
722 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - IMPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0500249245

COMERCIO DE MEDICAMENTOS JM LTDA / 54.409.766/0001-53
25351.220315/2024-06 / 5092031
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544719247

DROGARIA HENRIQUES E TOLEDO LTDA / 54.296.151/0001-68
25351.220230/2024-10 / 5092149
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544625242

DROGARIA BRASIFARMA LTDA / 26.842.459/0001-26
25351.220200/2024-11 / 5092166
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544594240

ESSENCIA MAGISTRAL FARMACIA MANIPULAÇAO LTDA / 07.716.146/0002-68
25351.220329/2024-11 / 5092092
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544735242

FARMACIA RIOMAR LTDA / 54.705.007/0001-38
25351.220128/2024-14 / 5092209
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544520246

V L SILVA LTDA / 53.777.085/0001-85
25351.209310/2024-14 / 5092261
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0512401241

EVERTON EDUARDO MACHADO - ME / 13.927.668/0001-20
25351.220306/2024-15 / 5092044
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544709241

CIA LATINO AMERICANA DE MEDICAMENTOS / 84.683.481/0789-58
25351.220144/2024-15 / 5092197
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544536240

COMPRE BEM COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - ME / 11.371.757/0001-08
25351.180545/2024-17 / 8291216
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0459149245

ENTERA BIO LTDA / 52.258.041/0001-86
25351.204908/2024-17 / 8291233
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
859 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - IMPORTAR / 0500525242

FARMACIA D. SOARES LTDA / 52.368.450/0001-35
25351.220539/2024-18 / 5092000
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544968247
---
h p de andrade ltda / 53.741.397/0001-39
25351.220609/2024-20 / 5091998
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0545044243
---
naturi north leaf med ltda / 52.779.298/0001-83
25351.180504/2024-21 / 1310730
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0459098241
---
drogaria santo inacio ltda / 54.015.547/0001-90
25351.220662/2024-21 / 5091967
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0545105242

DROGARIA E PERFUMARIA INOVAR LTDA / 37.796.385/0001-55
25351.220461/2024-23 / 5092013
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544885244

FARMACIA FEIRA NOVA LTDA / 54.805.059/0001-86
25351.220253/2024-24 / 5092058
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544649249

N.R.R MOREIRA & J.C. LIMA LTDA / 54.807.882/0001-20
25351.220172/2024-24 / 5092183
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544566246

DROGARIA GOIANA LTDA / 48.636.194/0001-42
25351.209284/2024-24 / 5092257
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0512352241

RAIMUNDO FABIO Q DA SILVA LTDA / 53.518.473/0001-41
25351.220207/2024-25 / 5092152
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544601246

DROGARIAS BRASILEIRAS DE ITAIPAVA LTDA / 48.466.294/0001-78
25351.220734/2024-30 / 5091936
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0545188245

DROGARIA ROMEIROS LTDA / 39.563.252/0002-45
25351.220251/2024-35 / 5092075
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544647246
---
r & r medicamentos ltda / 50.382.923/0001-23
25351.220450/2024-43 / 5092027
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS) / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544873246

ALAGOAS MEDICAMENTOS DISTRIBUIDORA LTDA / 51.764.149/0001-88
25351.180324/2024-49 / 3131115
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0458901245

MAGALHAES E SILVA LTDA / 11.664.492/0001-36
25351.220667/2024-53 / 5091953
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0545111242

COMPRE BEM COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - ME / 11.371.757/0001-08
25351.180546/2024-61 / 3131146
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0459150243
---
pinda industria quimica ltda / 48.831.142/0001-27
25351.180472/2024-63 / 3131132
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - FABRICAR (SOMENTE MATRIZ) / 0459064240

NOSSA FARMA LTDA / 51.971.186/0001-67
25351.208886/2024-64 / 5092226
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0511591241

DENTALMED INSUMOS MEDICOS-HOSPITALARES E ODONTOLOGICOS LTDA / 53.954.320/0001-47
25351.176627/2024-67 / 8291247
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0451999240

TGT CARGO SOLUCOES LOGISTICAS LTDA / 47.115.294/0001-60
25351.180329/2024-71 / 3131129
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
737 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - TRANSPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0458906247

ALAGOAS MEDICAMENTOS DISTRIBUIDORA LTDA / 51.764.149/0001-88
25351.180350/2024-77 / 8291202
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIR / 0458929247

ULTRAMED PREMIUM PRODUTOS ORTOPEDICOS E HOSPITALARES LTDA / 40.212.777/0001-34
25351.180657/2024-78 / 3131150
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0459273248

UNIDOCKS ASSESSORIA E LOGISTICA DE MATERIAIS LTDA / 00.233.065/0074-32
25351.180616/2024-81 / 8291220
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
855 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ARMAZENAR / 0459227246
---
prisma cargo transportes de carga ltda / 50.598.939/0001-78
25351.950667/2024-81 / 1310757
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0105828246

FARMACIA E DROGARIA VIVA FARMA LTDA / 09.070.256/0004-92
25351.220116/2024-90 / 5092089
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544506243

DROGARIA E PERFUMARIA JOAQUIM LEITE LTDA / 47.345.059/0002-66
25351.220620/2024-90 / 5091984
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0545057248

DROGARIA BAZU LTDA ME / 52.921.285/0001-05
25351.220250/2024-91 / 5092118
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS) / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544646240

FARIAS & MEDEIROS EMPREENDIMENTO LTDA / 52.330.291/0001-80
25351.220645/2024-93 / 5091971
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0545086248

LUIZ CARLOS S DIAS NETO FARMACIA / 40.938.255/0002-03
25351.220236/2024-97 / 5092135
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS CONTENDO SUBSTÂNCIAS SUJEITAS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 0544631242

ALAGOAS MEDICAMENTOS DISTRIBUIDORA LTDA / 51.764.149/0001-88
25351.180357/2024-99 / 4068312
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIR (SOMENTE MATRIZ) / 0458936243

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.736, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Jaciele Barbosa da Silva Lima / 08.906.160/0003-78
25351.696042/2019-00 / 7697181
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0531726240

CRIATIVA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 50.097.867/0001-85
25351.494570/2023-02 / 1296858
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0545039240
25351.494570/2023-02 / 1296858
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
EXPORTAR: MEDICAMENTO
IMPORTAR: MEDICAMENTO
TRANSPORTAR: MEDICAMENTO
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0544954246

DROGARIA EFRAIM DO COLUBANDE LTDA / 10.513.739/0001-50
25351.059811/2009-03 / 0584442
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0591180243

ENTERA BIO LTDA / 52.258.041/0001-86
25351.204676/2024-05 / 4068326
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0544734246

MAXIMUM DO BRASIL INDÚSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME / 15.596.652/0001-08
25351.145898/2013-07 / 3054378
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
EMBALAR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
FABRICAR: SANEANTE DOMIS.
FRACIONAR: SANEANTE DOMIS.
REEMBALAR: SANEANTE DOMIS.
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0531498247

DOUGLAS DE F CAIXETA / 29.934.794/0001-42
25351.340621/2018-10 / 7591440
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
FRACIONAMENTO: -

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0539522244

FRANCINALDO PETRONIO DE ALENCAR / 42.214.818/0001-57
25351.176312/2024-10 / 4068053
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0552684244

DROGARIA VIEIRA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 22.449.446/0001-30
25351.644320/2015-10 / 7420000
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
FRACIONAMENTO: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0586727248

WD-40 COMPANY BRASIL LTDA / 02.260.769/0001-74
25351.391471/2017-11 / 3075181
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 0493052241

ECHEMICAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA / 06.025.211/0001-65
25351.029278/2006-11 / 1064776
DISTRIBUIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
70795 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE CLASSES / 0544973241

DROGARIAS POUPE MELHOR 1 LTDA / 20.558.622/0001-47
25351.564705/2014-13 / 7301235
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0585469245

NEUROCIENCIAS COMERCIO E LOCAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA EPP / 07.764.288/0003-81
25351.444220/2014-13 / 8108210
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0544786246

DMD EQUIPAMENTOS LTDA / 37.265.248/0001-94
25351.468552/2020-14 / 8212559
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EMBALAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
FABRICAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
FRACIONAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
REEMBALAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0544336241

ISABELLA PARDINI COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 29.843.218/0001-90
25351.919874/2021-16 / 4029711
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0494058242

MF SOLUTION LTDA / 47.656.937/0001-83
25351.066057/2023-17 / 8264503
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0544071247

ENTERA BIO LTDA / 52.258.041/0001-86
25351.204908/2024-17 / 8291233
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0544894243

R.N.D. SANTOS TRANSPORTES ME / 22.659.729/0001-07
25351.506501/2015-18 / 3065430
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0544451244

DROGARIA ZEINES & PRADO LTDA ME / 07.388.976/0001-22
25351.087114/2014-19 / 7115302
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0539180246

DISTRIBUIDORA SÃO FRANCISCO / 07.058.158/0001-61
25351.380149/2019-21 / 3087799
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0512097241

R.N.D. SANTOS TRANSPORTES ME / 22.659.729/0001-07
25351.506388/2015-21 / 1144861
TRANSPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS / MEDICAMENTO
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0544151241

LOGIC PHARMA LOGISTICA E ARMAZENS GERAIS S.A. / 21.372.384/0003-05
25351.602758/2023-22 / 8278030
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0534046240

M & M COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA / 26.544.443/0001-37
25351.476470/2021-24 / 8235380
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0530637243

ANDERSON SOARES DA SILVA LTDA / 31.875.304/0001-26
25351.635699/2020-26 / 1240961
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0511424248

GOMES DELIA EQUIPAMENTOS DE HIGIENE LTDA / 07.045.160/0001-04
25351.106808/2024-26 / 3130245
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0530956241

PORTOMED CAXIAS COMERCIO DE MATERIAIS ORTOPEDICOS LTDA / 20.210.174/0001-96
25351.274571/2015-29 / 8120878
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0492358249

GENESYSMED BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 33.412.395/0001-99
25351.092785/2020-31 / 8196341
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
FABRICAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0511839243

DOM LAB TERAPEUTICA LTDA / 41.578.249/0001-66
25351.754417/2023-31 / 8281271
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0492689245

Limas & Mesquita ltda-me / 21.278.459/0001-21
25351.858173/2016-36 / 7435831
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0531124240

TEJARD COSMETICS LTDA / 28.776.239/0001-77
25351.306750/2023-38 / 4057142
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 0539662241

BIOCARE INOVACAO EM SAUDE LTDA / 03.676.480/0001-01
25351.109607/2021-38 / 3101849
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
IMPORTAR: SANEANTE DOMIS.
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0494057246

RIELLENS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 01.459.567/0001-93
25351.214034/2009-41 / 8052378
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EMBALAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
FABRICAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
70890 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0530023245

RA FARMACIA LTDA / 49.746.821/0001-60
25351.808361/2023-42 / 5053520
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0531031241

DROGARIA E FARMACIA SANTA ROSA LTDA / 33.678.783/0001-16
25351.441208/2019-44 / 7671796
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0585504245

LC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 41.302.176/0001-85
25351.063114/2021-44 / 8230777
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0544833244

DROGAVIDA DRUGSTORE COMERCIO LTDA / 20.889.775/0001-77
25351.658274/2014-47 / 7320766
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0533826241

FARMACIA RAQUEL LTDA / 03.765.392/0001-78
25351.721598/2013-48 / 7063294
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0589551248

DROGARIA GURIRI SAO RAFAEL LTDA / 35.977.230/0001-90
25351.187494/2002-49 / 0211069
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0531766241

MACRO COMERCIO INTERNACIONAL LTDA / 07.630.463/0001-86
25351.164771/2024-51 / 8290559
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0492868247

MEDICAL 7 COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 36.315.577/0001-30
25351.607303/2020-51 / 8203635
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0539051241
---
l. aparecida lins / 50.797.196/0001-65
25351.613645/2023-52 / 5024621
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0539566241

ATUALFARMA DROGARIA LTDA. / 02.911.250/0001-09
25351.174771/2002-53 / 0029294
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0530920247

TROPICALDERM - COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS, ORTOPEDICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 30.208.746/0001-56
25351.247219/2021-54 / 8232807
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0511400241

LC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 41.302.176/0001-85
25351.072664/2021-54 / 3106738
ARMAZENAR: SANEANTE DOMIS.
DISTRIBUIR: SANEANTE DOMIS.
EXPEDIR: SANEANTE DOMIS.
TRANSPORTAR: SANEANTE DOMIS.
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0544822242

DROGARIA POPULAR DO LAGO LTDA / 55.783.484/0001-84
25351.099636/2014-55 / 7120272
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0532157249

FAMADER FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA / 08.145.933/0001-89
25351.321294/2006-55 / 0471261
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0539534242

PHEKA INDUSTRIA, COMERCIO DE COSMETICOS E ACESSORIOS LTDA / 15.512.082/0001-20
25351.418834/2018-56 / 4001623
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
EMBALAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
FABRICAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
FRACIONAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
REEMBALAR: COSMÉTICOS / PRODUTOS DE HIGIENE
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 0586366245
---
i r de souza comercio ltda / 50.872.681/0001-56
25351.121565/2024-56 / 8289426
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0492268240

DROGARIA REAL DE ICARAÍ LTDA. / 01.140.923/0001-01
25351.179089/2002-57 / 0004809
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0531097242

FARMACIAS PAGUE POUCO LTDA - ME / 19.023.460/0002-44
25351.385886/2017-58 / 7531577
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0539098248

FLAVIO CARDOSO PEREIRA / 39.282.917/0001-61
25351.390737/2023-59 / 8272787
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0545989248

DROGARIA BIG POPULAR DE PARAISO LTDA / 07.690.099/0001-40
25351.578845/2014-61 / 7309637
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0541040243
25351.578845/2014-61 / 7309637
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0541067249

GH COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA / 04.451.771/0001-56
25351.209897/2007-61 / 0495524
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0539705241
---
life tech distribuidora de produtos hospitalares ltda me / 22.838.257/0001-50
25351.805525/2016-61 / 8132251
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0492969248

G. SOUZA DA PAZ & CIA LTDA / 01.395.653/0001-80
25351.701431/2013-61 / 7055635
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0585909245

BIOLOGIS COMERCIO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA / 39.700.705/0001-57
25351.689807/2021-61 / 7821157
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
FRACIONAMENTO: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0588221244

FRANCINALDO PETRONIO DE ALENCAR / 42.214.818/0001-57
25351.176306/2024-62 / 8290775
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0492821241

FLAVIO CARDOSO PEREIRA / 39.282.917/0001-61
25351.395356/2023-66 / 1295224
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0544252241

BIANCA AVILLA DROGARIA LTDA / 65.546.459/0001-30
25351.435124/2014-67 / 7245040
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0585742243

DISTRIBUIDORA SÃO FRANCISCO / 07.058.158/0001-61
25351.093909/2022-68 / 8243658
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0512098247
---
santos e leite ltda / 29.078.442/0001-32
25351.415193/2019-69 / 8193851
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0492476241

ISABELLA PARDINI COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 29.843.218/0001-90
25351.919873/2021-71 / 8216257
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0494060247

JUREMA DE JESUS E CIA LTDA / 13.137.435/0001-24
25351.080853/2014-71 / 7117810
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0539304247

FREIRE E CLEMENTINO COMERCIO VAREJISTA DE MEDICAMENTOS LTDA / 09.223.967/0001-07
25351.822004/2010-72 / 0736659
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0539806242

IJUI PHARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA / 08.856.086/0002-41
25351.389135/2019-72 / 7664552
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0545065241

WD-40 COMPANY BRASIL LTDA / 02.260.769/0001-74
25351.391477/2017-79 / 2094802
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
IMPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 0492406243

HL GERENCIAMENTO DE VENDAS LTDA / 22.806.934/0001-58
25351.097314/2022-81 / 8243770
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0492670242

DISTRIBUIDORA SÃO FRANCISCO / 07.058.158/0001-61
25351.093912/2022-81 / 4043391
ARMAZENAR: COSMÉTICOS
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS
EXPEDIR: COSMÉTICOS
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0512099243

HL GERENCIAMENTO DE VENDAS LTDA / 22.806.934/0001-58
25351.097314/2022-81 / 8243770
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
TRANSPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0492844241

GOMES DELIA EQUIPAMENTOS DE HIGIENE LTDA / 07.045.160/0001-04
25351.106807/2024-81 / 4067183
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0530953242

AMMA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E INSUMOS LTDA / 51.496.382/0001-27
25351.754231/2023-82 / 8281254
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0492920249

FLAVIA F G MAUES COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.808.471/0001-30
25351.935377/2020-84 / 7748350
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0585386242

J D DOS SANTOS PEREIRA ME / 12.999.340/0001-57
25351.635124/2013-84 / 7009649
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
FRACIONAMENTO: -
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0530985241

ANDERSON SOARES DA SILVA LTDA / 31.875.304/0001-26
25351.635521/2020-85 / 8204064
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 0551855240

Drogaria LVD LTDA / 03.610.682/0004-95
25351.706024/2011-88 / 0815138
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0531854248

Medmix Comercio e Servicos de Materiais e Equipamentos Hospitalar LTDA / 15.314.665/0001-47
25351.904101/2024-88 / 4065117
ARMAZENAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
DISTRIBUIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
EXPEDIR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
TRANSPORTAR: COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE
7187 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE CLASSE / 0544088247

SOUZA & ASSUMPCAO COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 49.528.496/0001-60
25351.110566/2023-94 / 7968894
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 0536656240

SANOFI MEDLEY FARMACEUTICA LTDA / 10.588.595/0013-35
25351.172296/2024-96 / 8290727
ARMAZENAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISTRIBUIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
EXPEDIR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
IMPORTAR: PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0539675245

RACANELLI & RACANELLI DROGARIA LTDA / 58.775.677/0001-81
25351.000854/2003-98 / 0229697
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS / COSMÉTICOS / PERFUMES / PRODUTOS DE HIGIENE / PRODUTOS PARA SAÚDE (DISPOSITIVOS MÉDICOS)
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 0587594241

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.737, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

J R SALAZAR BARRIOS LTDA / 46.422.251/0001-65
25351.201763/2024-01 /
7087 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTAR (SOMENTE MATRIZ) / 0494254246
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de Relatório de Inspeção que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo art. 51, da Lei 6.360/76 e pelo art. 3º do Decreto 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário. Ademais, a atividade pleiteada não consta no Alvará apresentado.

Ranasa comércio indústria ltda / 16.680.068/0001-07
25351.180464/2024-17 /
70379 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA - INCORPORAÇÃO, CISÃO OU FUSÃO DE EMPRESAS (SOMENTE MATRIZ) / 0459056247
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração da operação societária praticada, conforme disposto no art. 11, da RDC 102/2016.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.738, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

PLASVIVO - DISTRIBUIDORA DE ARTIGOS EM GERAL LTDA / 21.760.032/0001-65
25351.139605/2024-16 / 3130657
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0513045244
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não consta com dados atualizados (solicitados), contrariando o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

MEDICAMENTOS HOMEOPATICOS NASCIMENTO LTDA-ME / 73.486.334/0001-90
25351.238122/2014-21 / 7168575

7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 0534472249
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém a razão social da empresa, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

SEIVA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - ME / 22.048.208/0001-13
25351.501759/2015-36 / 3065318
70891 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 0493861246
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

JEC COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA / 49.130.101/0001-76
25351.067005/2024-49 /
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0484855247
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui AFE vigente, nº 8.29117-3 para a atividade pleiteada, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006 e Lei nº 9782/99. Ademais, o processo 25351.067005/2024-49 foi indeferido.

MEDILYFE COMERCIO E IMPORTACAO DE PROD MEDICOS LTDA / 13.575.470/0001-25
25351.166261/2021-75 / 8239378
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0536078246
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não consta com dados atualizados (solicitados), contrariando o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

ISABELLA PARDINI COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR LTDA / 29.843.218/0001-90
25351.920038/2021-84 / 1249909
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 0494061243
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não consta com dados atualizados (solicitados), contrariando o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

BRIGHT COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS LTDA / 36.662.616/0001-75
25351.431726/2020-93 / 8212178
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 0539718246
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado, emitido pela autoridade sanitária local competente, não consta com dados atualizados (solicitados), contrariando o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.739, DE 6 DE MAIO DE 2024

O COORDENADOR DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

UNIDOCKS ASSESSORIA E LOGISTICA DE MATERIAIS LTDA / 00.233.065/0074-32
25351.180390/2024-19 / 1310712
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
761 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0458974242

SUPPLY DO BRASIL LTDA / 42.234.091/0001-70
25351.180485/2024-32 / 1310726
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0459078241

ALAGOAS MEDICAMENTOS DISTRIBUIDORA LTDA / 51.764.149/0001-88
25351.180354/2024-55 / 1310709
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0458933244

MASSIME DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 48.098.171/0001-21
25351.180646/2024-98 / 1310743
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO
704 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0459260243

Ministério do Trabalho e Emprego

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES DE TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 3 DE MAIO DE 2024-CGRS

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 187 (2044713), Resolve, nos termos do art. 53 da Lei nº 9.784/1999, DEFERIR o Requerimento nº 19964.204368/2024-61 (1859608) e Requerimento nº 19964.204369/2024-13 (1859726), interpostos pelo SHRBS-PE - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Pernambuco (impugnante), Processo de Registro de Alteração Estatutária nº 24330.013946/90-56, CNPJ: 10.553.931/0001-70 (2044987), e por conseguinte: a) RETIFICAR a publicação disposta no DOU de 04/03/2024, seção 1, página 188, nº 43 (1649189), para que ONDE SE LÊ: "(...) a) ANOTAR a representação da seguinte entidade: Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Pernambuco - PE (impugnante), CNPJ: 10.553.931/0001-70, Processo: 24330.013946/90-56; excluindo os municípios de Cabo de Santo Agostinho, Gravatá, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife, no Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 26 da Portaria MTE nº 3.472, de 4 de outubro de 2023."; LEIA-SE: "(...) a) ANOTAR a Representação da seguinte entidade: Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Pernambuco - PE (impugnante), CNPJ: 10.553.931/0001-70, Processo: 24330.013946/90-56; Excluindo a Categoria Econômica das Empresas que Participam da Atividades Econômica de Meio de Hospedagem em Geral, de Hotéis, de Condomínios Hoteleiros, de Pousadas, de Albergues, de Hotéis, de Hotéis Residência, de Empreendimentos ou Estabelecimentos Empresariais que explorem ou administrem unidades em tempo compartilhado, serviços de hospedagem em unidades mobiliadas e equipadas, quaisquer que sejam suas denominações, inclusive as conhecidas como Flats, Apart-hotéis ou Condoteis, nos Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Gravatá, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife, no Estado de Pernambuco, nos termos do artigo 26 da Portaria MTE nº 3.472, de 4 de outubro de 2023."; b) TORNAR SEM EFEITO a Notificação disposta no DOU de 04/03/2024, seção 1, página 188, nº 43 (1649189), e o OFÍCIO SEI Nº 5746/2024/MTE (1395887) enviado por E-MAIL (1710785) em 08/03/2024 ao SHRBS-PE - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Pernambuco (impugnante), Processo de Registro de Alteração Estatutária nº 24330.013946/90-56, CNPJ: 10.553.931/0001-70 (2044987); c) RESTABELECER os Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Gravatá, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife, no Estado de Pernambuco, na Base Territorial do SHRBS-PE - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Pernambuco (impugnante), Processo de Registro de Alteração Estatutária nº 24330.013946/90-56, CNPJ: 10.553.931/0001-70 (2044987); d) NOTIFICAR o SHRBS-PE - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Pernambuco (impugnante), Processo de Registro de Alteração Estatutária nº 24330.013946/90-56, CNPJ: 10.553.931/0001-70 (2044987), para que apresente, no prazo de 90 (noventa) dias do envio da notificação, novo Estatuto Social, registrado em cartório, contendo sua representação atualizada, ou seja, com a Exclusão da Categoria Econômica das Empresas que Participam das Atividades Econômica de Meio de Hospedagem em Geral, de Hotéis, de Condomínios Hoteleiros, de Pousadas, de Albergues, de Hotéis, de Hotéis Residência, de Empreendimentos ou Estabelecimentos Empresariais que explorem ou administrem unidades em tempo compartilhado, serviços de hospedagem em unidades mobiliadas e equipadas, quaisquer que sejam suas denominações, inclusive as conhecidas como Flats, Apart-hotéis ou Condoteis, nos Municípios de Cabo de Santo Agostinho, Gravatá, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife, no Estado de Pernambuco, sob pena de suspensão do Registro Sindical (RES), nos termos do art. 26, § 1º e § 2º, e art. 37, inciso I, da Portaria MTE nº 3.472/2023.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, em resposta aos Requerimentos 19980.218660/2024-62 e 19980.224386/2024-61; 19980.235830/2024-73 interpostos pelo Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança, de Vigilância, de Transporte de Valores, de Prevenção e Combate a Incêndios, de Cursos de Formação e Similares ou Conexos, dos Municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito e Maricá - RJ (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46000.001858/97-06, CNPJ: 02.094.788/0001 -78 (1809684), e com fundamento na Análise Técnica 162 (1815526), resolve: A) Notificar o Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança, de Vigilância, de Transporte de Valores, de Prevenção e Combate a Incêndios, de Cursos de Formação e Similares ou Conexos, dos Municípios de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá Rio Bonito e Maricá - RJ (impugnado), Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46000.001858/97-06, CNPJ: 02.094.788/0001 -78 (1809684), e o SVEESVTVS - Sindicato dos Vigilantes e Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância, Transportes de Valores e Similares do Município de Niterói, São Gonçalo, Rio Bonito e Maricá - RJ (impugnante), Processo nº 24000.003037/90-51, CNPJ: 30.184.261/0001-70, para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de indeferimento do processo da entidade impugnada, nos termos do artigo 16 e 17 da Portaria/MTE nº 3.472/2023. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria/MTE nº 3.472/2023, com referência ao Processo de Pedido de Registro Sindical da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério do Trabalho e Emprego - SEI/MTE, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/sei

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, e com fundamento na Análise Técnica 179 (1976920), resolve: A) INDEFERIR/ARQUIVAR a impugnação nº 19964.203831/2024-57, de interesse do SINTSAUDERJ - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COMBATE AS ENDEMIAS E SAÚDE PREVENTIVA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ nº 00.062.715/0001-79 (impugnante 01) e impugnação nº 19964.203826/2024-44, de interesse do SindEnfRJ - Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro, CNPJ 42.183.624/0001-31 (impugnante 02), nos termos do art. 15, inciso III da Portaria/MTE nº 3.472/2023; B) NOTIFICAR o SINDSPREV/RJ - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, CNPJ 32.325.235/0001-40, Processo de Alteração Estatutária nº 19964.100380/2023-16 (impugnado) e SINDISERF - RJ - Sindicato dos Servidores Federais no Estado do Rio de Janeiro, CNPJ 35.792.183/0001-00 (impugnante 03), impugnação nº 19964.204171/2024-21, para apresentarem, no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da data desta publicação, o resultado da solução do conflito existente entre as partes litigantes, sob pena de indeferimento do processo da entidade impugnada, nos termos do artigo 16 e 17 da Portaria/MTE nº 3.472/2023. Os documentos deverão ser encaminhados nos termos da Portaria/MTE nº 3.472/2023, com referência ao Processo da entidade impugnada, em arquivo digital, à Coordenação-Geral de Registro Sindical pelo Sistema Eletrônico de Informações do Ministério do Trabalho e Emprego - SEI/MTE, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acesso-a-informacao/sei

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 657 (SEI 0916631), resolve: a) INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.105332/2023-14, de interesse do Sindicato dos Agricultores e Agricultoras na Agricultura Familiares dos municípios de Itaituba, Aveiro, Jacareacanga e Trairão - PA - SINTRAF ALTO TAPAJÓS, CNPJ nº 11.047.236/0001-08, tendo em vista a coincidência total de categoria e base territorial do sindicato requerente com sindicato registrado no sistema CNES, nos termos do art. 22, inciso V, da Portaria MTE nº 3.472, de 2023 e, por conseguinte, b) ARQUIVAR o referido processo, nos termos do art. 23, inciso I, do mesmo normativo.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais; e com fundamento na Análise Técnica 197 (2152883), Resolve: INDEFERIR/ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 19964.120047/2022-42 - SC22435, CNPJ: 09.282.996/0001-40, de interesse do SINTRAF-CURUÇÁ-PA - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Curuçá - Pará (impugnado), nos termos do art. 22, inciso VII, e art. 23, inciso I, da Portaria nº 3.472/2023, atual normativo sobre a matéria.

DESPACHOS DE 6 DE MAIO DE 2024-CGRS

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 3.472/2023 e na Lei nº 9.784/1999 e com fundamento na Análise Técnica 188 (2056016), resolve: a) CONHECER e DAR PROVIMENTO ao Recurso Administrativo nº 19964.204136/2024-11, para ANULAR o cancelamento do registro sindical do SINDICOR/MA - Sindicato da Indústria da Construção de Obras Rodoviárias do Maranhão, Processo nº 46223.001041/2015-94 - SC16884, CNPJ: 18.161.165/0001-00, publicado no DOU de 07/03/2024, seção 1, n° 46, página 64 (1686618), nos termos da Análise Técnica 137 (1542668) e RESTABELECER o seu registro, nos termos do art. 53 e 54, da Lei n°9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 669 (SEI 0924555), resolve: DEFERIR o registro de entidade de grau superior nº 19964.108084/2023-63, de interesse da FIEICA/RS - Federação Intermunicipal dos Empregados nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 34.635.752/0001-40, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Pelotas, Capão do Leão, Morro Redondo, Canguçu, Piratini, Pinheiro Machado, Pedro Osório, Cerrito, Jaguarão, Arroio Grande, Arroio do Padre, São Gabriel, Camaquã, Amaral Ferrador, Arambaré, Cerro Grande do Sul, Chuvisca, Cristal, Dom Feliciano, São Lourenço do Sul, Sentinela do Sul, Tapes, Bagé, Aceguá, Candiota, Hulha Negra, Alegrete, Manuel Viana, São Francisco de Assis, Estrela, Teutônia, Bom Retiro do Sul, Colinas, Imigrante, Fazenda Vila Nova e Westfália, no estado do Rio Grande do Sul, para a seguinte representação: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenham a representação da categoria profissional dos Empregados nas Indústrias e Cooperativas da Alimentação, nos termos do inciso V do art. 19 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho,, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica 559 (0833461), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.100973/2023-82, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE ITUMBIARA, CNPJ n.º 97.329.346/0001-70, para representação da categoria profissional dos Trabalhadores Rodoviários, compreendidos entre estes, aqueles relacionados no segundo grupo do plano da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres quais sejam: Motoristas e Ajudantes, não importando a atividade fim do empregador, e ainda, todos os empregados das empresas de Transporte Rodoviário de Pessoas, Cargas, Bens ou Coisas, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Itumbiara, Buriti Alegre, Bom Jesus de Goiás, Cachoeira Dourada, Goiatuba, Inaciolândia, Joviânia, Panamá e Vicentinópolis, no Estado de Goiás, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 634 (Sei 0888906), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.106227/2023-01, de interesse do SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS EMPRESAS DO SETOR DE BELEZA DE BELO HORIZONTE MINAS GERAIS SINDBELEZA/MG, CNPJ 20.122.669/0001-63, para representação da categoria econômica dos Empresários, microempresários, (MEIS), Micros Empreendedores Individuais, autônomos, proprietários de Institutos de Beleza, Salões de Cabeleireiros, Barbearias, Salões de Manicures e Pedicures, Clínicas de Podologia, Estúdio de Designer de Sobrancelhas, Clínicas de Depilações, Estúdio de Maquiagem, Casas de Massagens e Saunas, Clínicas de Massoterapia, Clínicas de Estética, Estúdio de Micro Pigmentação, Estúdio de Tatuagem e Colocação de Piercing, Esmalterias e Escolas Profissionalizantes do setor da Beleza, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Abaeté, Acaiaca, Açucena, Água Boa, Aguanil, Águas Formosas, Águas Vermelhas, Aimorés, Aiuruoca, Alagoa, Albertina, Alfenas, Alfredo Vasconcelos, Almenara, Alpercata, Alpinópolis, Alterosa, Alto Caparaó, Alto Rio Doce, Alvarenga, Alvinópolis, Alvorada de Minas, Amparo do Serra, Andradas, Antônio Carlos, Antônio Dias, Antônio Prado de Minas, Araçaí, Araçuaí, Arantina, Araújos, Arceburgo, Arcos, Areado, Aricanduva, Arinos, Ataléia, Augusto de Lima, Baependi, Baldim, Bambuí, Bandeira, Bandeira do Sul, Barão de Cocais, Barão de Monte Alto, Barra Longa, Bela Vista de Minas, Belmiro Braga, Belo Horizonte, Belo Oriente, Belo Vale, Berilo, Berizal, Bertópolis, Bias Fortes, Biquinhas, Boa Esperança, Bocaina de Minas, Bom Despacho, Bom Jardim de Minas, Bom Jesus da Penha, Bom Jesus do Amparo, Bom Jesus do Galho, Bom Repouso, Bonfim, Bonfinópolis de Minas, Bonito de Minas, Borda da Mata, Botelhos, Brasilândia de Minas, Braúnas, Brazópolis, Brumadinho, Bueno Brandão, Buenópolis, Bugre, Buritis, Cabeceira Grande, Cabo Verde, Cachoeira da Prata, Cachoeira de Minas, Caetanópolis, Caiana, Caldas, Camacho, Camanducaia, Cambuí, Cambuquira, Campanário, Campanha, Campestre, Campo Belo, Campo do Meio, Campos Gerais, Cana Verde, Canaã, Candeias, Cantagalo, Caparaó, Capelinha, Capetinga, Capim Branco, Capitão Andrade, Capitólio, Caputira, Caraí, Caranaíba, Caratinga, Carbonita, Careaçu, Carlos Chagas, Carmésia, Carmo da Cachoeira, Carmo da Mata, Carmo de Minas, Carmo do Rio Claro, Carmópolis de Minas, Carrancas, Carvalhópolis, Carvalhos, Casa Grande, Cássia, Catas Altas, Catas Altas da Noruega, Catuji, Catuti, Caxambu, Cedro do Abaeté, Central de Minas, Chácara, Chalé, Chapada do Norte, Chapada Gaúcha, Cipotânea, Cláudio, Coimbra, Coluna, Comercinho, Conceição da Aparecida, Conceição da Barra de Minas, Conceição das Pedras, Conceição de Ipanema, Conceição do Mato Dentro, Conceição do Pará, Conceição do Rio Verde, Conceição dos Ouros, Cônego Marinho, Congonhal, Congonhas, Congonhas do Norte, Conselheiro Pena, Consolação, Coqueiral, Cordisburgo, Cordislândia, Corinto, Coroaci, Coronel Murta, Coronel Xavier Chaves, Córrego Danta, Córrego do Bom Jesus, Córrego Fundo, Córrego Novo, Couto de Magalhães de Minas, Crisólita, Cristais, Cristália, Cristina, Crucilândia, Cruzília, Curral de Dentro, Curvelo, Datas, Delfim Moreira, Delfinópolis, Desterro de Entre Rios, Diamantina, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Divisa Alegre, Divisa Nova, Divisópolis, Dom Bosco, Dom Cavati, Dom Joaquim, Dom Silvério, Dom Viçoso, Dona Eusébia, Dores de Guanhães, Dores do Indaiá, Doresópolis, Durandé, Elói Mendes, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Espera Feliz, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Estrela do Indaiá, Extrema, Fama, Felício dos Santos, Felisburgo, Felixlândia, Fernandes Tourinho, Ferros, Florestal, Formiga, Formoso, Fortaleza de Minas, Fortuna de Minas, Francisco Badaró, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Frei Lagonegro, Funilândia, Galiléia, Gameleiras, Goiabeira, Gonçalves, Gonzaga, Gouveia, Governador Valadares, Guanhães, Guapé, Guaraciaba, Guaranésia, Guarda-Mor, Guaxupé, Heliodora, Iapu, Ibertioga, Ibituruna, Igaratinga, Iguatama, Ijaci, Ilicínea, Imbé de Minas, Inconfidentes, Indaiabira, Ingaí, Inhapim, Inhaúma, Inimutaba, Ipaba, Ipanema, Ipuiúna, Itabira, Itabirinha, Itaguara, Itaipé, Itajubá, Itamarandiba, Itamarati de Minas, Itambacuri, Itambé do Mato Dentro, Itamogi, Itamonte, Itanhandu, Itanhomi, Itaobim, Itapecerica, Itapeva, Itatiaiuçu, Itaú de Minas, Itaverava, Itinga, Itueta, Itumirim, Itutinga, Jaboticatubas, Jacinto, Jacuí, Jacutinga, Jaguaraçu, Jampruca, Japaraíba, Jeceaba, Jequeri, Jequitibá, Jequitinhonha, Joaíma, Joanésia, João Monlevade, João Pinheiro, Joaquim Felício, Jordânia, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Juatuba, Ladainha, Lagoa da Prata, Lagoa Grande, Lajinha, Lambari, Lassance, Leandro Ferreira, Leme do Prado, Liberdade, Luminárias, Luz, Machacalis, Machado, Madre de Deus de Minas, Malacacheta, Mamonas, Manhumirim, Mantena, Maravilhas, Maria da Fé, Mariana, Marilac, Mário Campos, Marliéria, Marmelópolis, Martinho Campos, Martins Soares, Mata Verde, Materlândia, Mathias Lobato, Matozinhos, Medeiros, Medina, Mendes Pimentel, Mesquita, Minas Novas, Minduri, Moema, Monjolos, Monsenhor Paulo, Monte Belo, Monte Formoso, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Montezuma, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Morro do Pilar, Munhoz, Mutum, Muzambinho, Nacip Raydan, Nanuque, Naque, Natércia, Nazareno, Nepomuceno, Nova Belém, Nova Era, Nova Módica, Nova Resende, Nova Serrana, Nova União, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Novorizonte, Olaria, Olhos-d'Água, Oliveira, Onça de Pitangui, Oratórios, Ouro Branco, Ouro Fino, Ouro Preto, Ouro Verde de Minas, Padre Carvalho, Padre Paraíso, Paineiras, Pains, Papagaios, Paracatu, Paraguaçu, Paraisópolis, Paraopeba, Passa Quatro, Passa Tempo, Passa Vinte, Passabém, Passos, Paula Cândido, Paulistas, Pavão, Peçanha, Pedra Azul, Pedra Bonita, Pedra do Anta, Pedra do Indaiá, Pedra Dourada, Pedralva, Pedro Teixeira, Pequi, Perdigão, Perdizes, Periquito, Pescador, Piedade de Caratinga, Piedade de Ponte Nova, Piedade do Rio Grande, Piedade dos Gerais, Pimenta, Pingo d'Água, Pintópolis, Piracema, Piranguinho, Pitangui, Piumhi, Poço Fundo, Pocrane, Pompéu, Ponte Nova, Ponto dos Volantes, Poté, Pouso Alegre, Pouso Alto, Pratápolis, Presidente Juscelino, Presidente Kubitschek, Prudente de Morais, Quartel Geral, Raul Soares, Reduto, Resplendor, Riachinho, Riacho dos Machados, Ribeirão Vermelho, Rio do Prado, Rio Doce, Rio Espera, Rio Manso, Rio Pardo de Minas, Rio Piracicaba, Rio Vermelho, Rubelita, Rubim, Sabinópolis, Salto da Divisa, Santa Bárbara, Santa Bárbara do Leste, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Cruz de Minas, Santa Cruz de Salinas, Santa Cruz do Escalvado, Santa Fé de Minas, Santa Helena de Minas, Santa Margarida, Santa Maria de Itabira, Santa Maria do Salto, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Caldas, Santa Rita de Ibitipoca, Santa Rita de Jacutinga, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santa Rita do Sapucaí, Santana da Vargem, Santana de Pirapama, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santana do Jacaré, Santana do Manhuaçu, Santana do Paraíso, Santana do Riacho, Santo Antônio do Amparo, Santo Antônio do Grama, Santo Antônio do Itambé, Santo Antônio do Jacinto, Santo Antônio do Monte, Santo Antônio do Retiro, Santo Antônio do Rio Abaixo, Santo Hipólito, São Bento Abade, São Brás do Suaçuí, São Domingos das Dores, São Domingos do Prata, São Félix de Minas, São Francisco de Paula, São Francisco do Glória, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São Gonçalo do Abaeté, São Gonçalo do Pará, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Gonçalo do Rio Preto, São Gonçalo do Sapucaí, São João Batista do Glória, São João da Mata, São João do Manhuaçu, São João do Manteninha, São João do Oriente, São João do Paraíso, São João Evangelista, São Joaquim de Bicas, São José da Barra, São José da Safira, São José da Varginha, São José do Alegre, São José do Divino, São José do Goiabal, São José do Jacuri, São Lourenço, São Pedro da União, São Pedro do Suaçuí, São Pedro dos Ferros, São Roque de Minas, São Sebastião da Bela Vista, São Sebastião da Vargem Alegre, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, São Sebastião do Oeste, São Sebastião do Paraíso, São Sebastião do Rio Preto, São Sebastião do Rio Verde, São Thomé das Letras, São Tiago, São Tomás de Aquino, São Vicente de Minas, Sapucaí-Mirim, Sardoá, Sem-Peixe, Senador Amaral, Senador José Bento, Senador Modestino Gonçalves, Senhora do Porto, Sericita, Serra Azul de Minas, Serra da Saudade, Serra dos Aimorés, Serrania, Serranópolis de Minas, Serranos, Serro, Setubinha, Silvianópolis, Simão Pereira, Simonésia, Sobrália, Soledade de Minas, Taquaraçu de Minas, Tarumirim, Teixeiras, Tocos do Moji, Toledo, Três Corações, Três Marias, Três Pontas, Tumiritinga, Turmalina, Turvolândia, Ubá, Ubaporanga, Umburatiba, Unaí, Uruana de Minas, Urucânia, Urucuia, Vargem Alegre, Vargem Bonita, Vargem Grande do Rio Pardo, Varginha, Várzea da Palma, Veredinha, Vermelho Novo, Viçosa, Vieiras, Virgem da Lapa, Virgínia, Virginópolis, Virgolândia, Visconde do Rio Branco e Wenceslau Braz, no Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 675 (SEI nº 0928553), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.108225/2023-48, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ANGICAL DO PIAUI - PI, CNPJ nº 06.504.237/0001-96, para representação da Categoria Profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos e aposentados, proprietários ou não, exerçam atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, em área não superior a dois módulos rurais, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, com abrangência Municipal e base territorial no município de Angical do Piauí, no Estado do Piauí, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 769 (SEI nº 0995363), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.106601/2023-60, de interesse do Sindicato dos Caminhoneiros e Transportadores Autônomos de Veículos Rodoviários de Catanduva e Região - SINDICAM-CATANDUVA, CNPJ nº 17.592.002/0001-10, para representação da categoria Econômica dos Transportadores Autônomos de Carga, com abrangência municipal e base territorial no município de Catanduva, Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1534 (SEI2127246), resolve: 1) PUBLICAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.101872/2023-29, de interesse do SINDICATO UNIFICADO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE SÃO CARLOS E REGIÃO-SINTRAF, CNPJ 82.810.029/0001-01, para representação da categoria Profissional de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, proprietários ou não, incluindo os assentados, arrendatários, cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, parceiros, possuidores ou usufrutuários, trabalhe individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho, dos membros da mesma família, indispensável a própria subsistência e executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, nos termos do DECRETO N. 1.166/1971, delimitando a propriedade rural em até dois Módulos Rurais, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de São Carlos, Cunhataí, Caxambu do Sul, Planalto Alegre e Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina/SC, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações. 2) Comunicar a situação de sobreposição sindical, no sistema CNES, do sindicato requerente com as entidades encontradas na pesquisa de conflito, em atenção ao disposto no art. 13, § 1º, da Portaria n.º 3.472/2023: a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caxamabú do Sul, Carta Sindical: L054 P007 A1968; b) Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águas de Chapecó, Carta Sindical: L063 P009 A1970.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1538 (SEI1321893), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.101084/2023-32, de interesse do SITIFAEG-TO-DF - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias e Agroindústrias de Fabricação de Álcool Carburante, Açúcar, Derivados e Subprodutos no Sudoeste do Estado de Goiás, Tocantins e Distrito Federal, CNPJ 73.918.690/0001-36, para representação da categoria Profissional dos trabalhadores e empregados que exerçam atividades prestando serviço às indústrias e/ou agroindústrias de fabricação de álcool carburante, anidro e gel, açúcar, biocombustíveis em geral, assim compreendidos: trabalhadores na indústria de Etanol, Biodiesel, Lubrificantes, Biofabricados, Derivados e Subprodutos, com abrangência Interestadual e base territorial nos Estados de Distrito Federal, Goiás: Abadia de Goiás, Abadiânia, Acreúna, Adelândia, Água Fria de Goiás, Água Limpa, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Aloândia, Alto Horizonte, Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Amaralina, Americano do Brasil, Amorinópolis, Anápolis, Anhanguera, Aparecida de Goiânia, Aparecida do Rio Doce, Aporé, Araçu, Aragarças, Aragoiânia, Araguapaz, Arenópolis, Aruanã, Aurilândia, Avelinópolis, Baliza, Barro Alto, Bela Vista de Goiás, Bom Jardim de Goiás, Bom Jesus de Goiás, Bonfinópolis, Bonópolis, Brazabrantes, Britânia, Buriti Alegre, Buriti de Goiás, Buritinópolis, Cabeceiras, Cachoeira Alta, Cachoeira de Goiás, Cachoeira Dourada, Caçu, Caiapônia, Caldas Novas, Caldazinha, Campestre de Goiás, Campinaçu, Campinorte, Campo Alegre de Goiás, Campo Limpo de Goiás, Campos Belos, Campos Verdes, Castelândia, Catalão, Caturaí, Cavalcante, Ceres, Cezarina, Chapadão do Céu, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Colinas do Sul, Córrego do Ouro, Corumbá de Goiás, Corumbaíba, Cristalina, Cristianópolis, Crixás, Cromínia, Cumari, Damianópolis, Damolândia, Davinópolis, Diorama, Divinópolis de Goiás, Doverlândia, Edealina, Edéia, Estrela do Norte, Faina, Fazenda Nova, Firminópolis, Flores de Goiás, Formosa, Formoso, Gameleira de Goiás, Goianápolis, Goiandira, Goiânia, Goianira, Goiás, Goiatuba, Gouvelândia, Guapó, Guaraíta, Guarani de Goiás, Guarinos, Heitoraí, Hidrolândia, Hidrolina, Iaciara, Inaciolândia, Indiara, Ipameri, Ipiranga de Goiás, Iporá, Israelândia, Itaberaí, Itaguari, Itaguaru, Itajá, Itapirapuã, Itarumã, Itauçu, Itumbiara, Ivolândia, Jandaia, Jaraguá, Jataí, Jaupaci, Jesúpolis, Joviânia, Jussara, Lagoa Santa, Leopoldo de Bulhões, Luziânia, Mairipotaba, Mambaí, Mara Rosa, Marzagão, Matrinchã, Maurilândia, Mimoso de Goiás, Minaçu, Mineiros, Moiporá, Monte Alegre de Goiás, Montes Claros de Goiás, Montividiu, Montividiu do Norte, Morrinhos, Morro Agudo de Goiás, Mossâmedes, Mozarlândia, Mundo Novo, Mutunópolis, Nazário, Nerópolis, Niquelândia, Nova América, Nova Aurora, Nova Crixás, Nova Glória, Nova Iguaçu de Goiás, Nova Roma, Nova Veneza, Novo Brasil, Novo Gama, Novo Planalto, Orizona, Ouro Verde de Goiás, Ouvidor, Padre Bernardo, Palestina de Goiás, Palmeiras de Goiás, Palmelo, Palminópolis, Panamá, Paranaiguara, Paraúna, Perolândia, Petrolina de Goiás, Pilar de Goiás, Piracanjuba, Piranhas, Pirenópolis, Pires do Rio, Planaltina, Pontalina, Porangatu, Porteirão, Portelândia, Posse, Professor Jamil, Quirinópolis, Rialma, Rianápolis, Rio Quente, Rio Verde, Sanclerlândia, Santa Bárbara de Goiás, Santa Cruz de Goiás, Santa Fé de Goiás,

Santa Helena de Goiás, Santa Isabel, Santa Rita do Araguaia, Santa Rita do Novo Destino, Santa Rosa de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Santo Antônio da Barra, Santo Antônio de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São Domingos, São Francisco de Goiás, São João da Paraúna, São João d'Aliança, São Luís de Montes Belos, São Luiz do Norte, São Miguel do Araguaia, São Miguel do Passa Quatro, São Simão, Senador Canedo, Serranópolis, Silvânia, Simolândia, Sítio d'Abadia, Taquaral de Goiás, Teresina de Goiás, Terezópolis de Goiás, Três Ranchos, Trindade, Trombas, Turvânia, Turvelândia, Uirapuru, Uruana, Urutaí, Valparaíso de Goiás, Varjão, Vianópolis, Vicentinópolis e Vila Propício e Tocantins: Abreulândia, Aguiarnópolis, Aliança do Tocantins, Almas, Alvorada, Ananás, Angico, Aparecida do Rio Negro, Aragominas, Araguacema, Araguaçu, Araguaína, Araguanã, Araguatins, Arapoema, Arraias, Augustinópolis, Aurora do Tocantins, Axixá do Tocantins, Babaçulândia, Bandeiras do Tocantins, Barra do Ouro, Barrolândia, Bernado Sayão, Bom Jesus do Tocantins, Brasilândia do Tocantins, Brejinho de Nazaré, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Campos lindos, Cariri do Tocantins, Carmolândia, Carrasco Bonito, Caseara, Centenário, Chapada da Natividade, Chapada de Areia, Colinas do Tocantins, Colmeia, Combinado, Conceição do Tocantins, Couto Magalhães, Cristalândia, Crixás do Tocantins, Darcinópolis, Dianópolis, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Dueré, Esperantina, Fátima, Figueirópolis, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Fortaleza do Tabocão, Goianorte, Goaiatins, Guaraí, Gurupi, Ipueiras, Itacajá, Itaguatins, Itapiratins, Itaporã do Tocantins, Jaú do Tocantins, Juarina, Lagoa da Confusão, Lagoa do Tocantins, Lajeado, Lavandeira, Lizarda, Luzinópolis, Marianópolis do Tocantins, Mateiros, Maurilândia do Tocantins, Miracema do Tocantins, Miranorte, Monte do Carmo, Monte Santo do Tocantins, Muricilândia, Natividade, Nazaré, Nova Olinda, Nova Rosalândia, Novo Acordo, Novo Alegre, Novo Jardim, Oliveira de Fátima, Palmas, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Palmeirópolis, Paraíso do Tocantins, Paranã, Pau d'Arco, Pedro Afonso, Peixe, Pequizeiro, Pindorama do Tocantins, Piraquê, Pium, Ponte Alta do Bom Jesus, Ponte Alta do Tocantins, Porto Alegre do Tocantins, Porto Nacional, Praia Norte, Presidente Kennedy, Pugmil, Recursolândia, Riachinho, Rio da Conceição, Rio dos Bois, Rio Sono, Sampaio, Sandolândia, Santa Fé do Araguaia, Santa Maria do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Felix do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, São Valério da Natividade, Silvanópolis, Sítio Novo do Tocantins, Sucupira, Taguatinga, Taipas do Tocantins, Talismã, Tocantínia, Tocantinópolis, Tupirama, Tupiratins, Wanderlândia, Xambioá, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 671 (0926292), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.105324/2023-78, de interesse do SINDCONDOMÍNIOS/BA - SINDICATO DOS CONDOMÍNIOS EDILÍCIOS, CATEGORIA EMPREGADORA NOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, MISTOS, FLAT'S APART HOTÉIS, EM PLANTAS HORIZONTAIS E VERTIFICAIS DE SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA DA BAHIA, CNPJ 41.754.361/0001-00, para representação da categoria econômica de condomínios residenciais de apartamentos, dos condomínios residenciais de casas, dos condomínios comerciais, dos condomínios de uso misto (residenciais/comerciais), dos condomínios edifícios de consultórios e clínicas, dos condomínios de centros de compras (shopping centers), condomínios de flats, condomínios de apart hotéis e village, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Camaçari, Candeias, Catu, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz, no Estado da Bahia, nos termos dos arts. 13 e 14 da Portaria MTE nº 3.472, de 2023, para fins de publicidade e abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 654 (SEI 0909456), resolve: a) INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.105155/2023-76, de interesse do SINDITIROS - SINDICATO DOS CLUBES DE TIRO DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ 49.304.577/0001-86, tendo em vista a não caracterização da categoria pleiteada, nos termos do art. 511 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, bem como, a irregularidade de documentação não passível da saneamento, nos termos do art. 22, incisos I e II, da Portaria MTE nº 3.472, de 2023 e, por conseguinte, b) ARQUIVAR o referido processo, nos termos do art. 23, inciso I, do mesmo normativo.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 664 (Sei 0922611), resolve: a) INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.107384/2023-25, de interesse do SINTRAF JURU - SINDICATO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DE JURU/PB, CNPJ 11.744.925/0001-63, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do art. 22, inciso II, da Portaria MTE nº 3.472, de 2023 e, por conseguinte, b) ARQUIVAR o referido processo, nos termos do art. 23, inciso I, do mesmo normativo.

O Diretor do Departamento de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 602 (SEI0868047), resolve: a) INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19964.104767/2023-41 de interesse do SIFREPA - Sindicato Intermunicipal dos Farmacêuticos da Região Oeste do Pará, CNPJ 49.259.714/0001-08, tendo em vista não caracterização da categoria pleiteada, nos termos do art. 511 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 - CLT, bem como a irregularidade documental não passível de saneamento, com fulcro no art. 22, incisos I e II, da Portaria MTE nº 3.472, de 2023 e, por conseguinte, b) ARQUIVAR o referido processo, nos termos do art. 23, inciso I, do mesmo normativo.

ANDRÉ LUIS GRANDIZOLI

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 436, DE 3 DE MAIO DE 2024

Aprova os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para a concessão das rodovias BR-116/324/BA/PE, entre a Feira de Santana/BA e Salgueiro/PE.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e pelo art. 1º, caput, incisos I e IV, do Anexo I do Decreto nº 11.360, de 1º de janeiro de 2023, tendo em vista o disposto na Portaria nº 995, de 17 de outubro de 2023, e com base no que consta nos autos do Processo Administrativo nº 50000.013426/2021-34, resolve:

Art. 1º Ficam aprovados os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) contratados pelo Ministério dos Transportes, por meio do Contrato nº 01/DEAP/SFPP/2020 firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que visam à concessão para exploração do sistema rodoviário composto pelos seguintes trechos rodoviários da BR-116/324/BA/PE, com extensão total de 502,00 km:

I - BR-116/PE - do entroncamento com a BR-232/361 (Salgueiro) até a divisa PE/BA (Início Ponte sobre o Rio São Francisco);

II - BR-116/BA - da divisa PE/BA (Início Ponte sobre o Rio São Francisco) até o acesso do Contorno de Feira de Santana; e

III - BR-324/BA - do entroncamento com a BR-116(B)/BA-502/503 (Feira de Santana) até o acesso do Contorno de Feira de Santana.

Parágrafo único. Os estudos de que trata o caput são considerados de utilidade para futura licitação, ficando vinculados à concessão para exploração da infraestrutura rodoviária a que se referem.

Art. 2º A aprovação e vinculação de que trata o art. 1º:

I - não gera direito de preferência para outorga da concessão;

II - não obriga o Poder Público a realizar a licitação;

III - não cria, por si só, qualquer direito ao ressarcimento dos valores envolvidos na sua elaboração;

IV - é pessoal e intransferível; e

V - não implica, em hipótese alguma, responsabilidade da União perante terceiros pelos atos praticados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou suas contratadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 438, DE 3 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC do Ministério dos Transportes.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas e, tendo em vista o Decreto nº 11.360, de 01 de janeiro de 2023, que dispõe sobre a estrutura regimental do Ministério dos Transportes, o disposto na Portaria nº 1.166, de 05 de dezembro de 2023, que exara sobre a Política e as Instâncias de Governança do Ministério dos Transportes, o disposto na Instrução Normativa nº 1/GSI/PR, de 27 de maio de 2020, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal, tendo em vista o Decreto nº 10.641, de 02 de março de 2021 que altera o Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018 - GSI/PR, que Institui a Política Nacional de Segurança da Informação na Administração Pública Federal, direta e indireta e dispõe sobre a governança da segurança da informação, resolve:

Art. 1º Publicar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério dos Transportes - PDTIC, para o período 2024-2026, aprovado em deliberação exarada na 1ª Reunião do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação - CGDSI aos 10 dias do mês de abril de 2024.

Art. 2º A integra do PDTIC 2024-2026, bem como suas revisões, serão publicadas no Portal do Ministério dos Transportes, no link: https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/governanca-antigo/governanca-de-tic/pdtic.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE SANTORO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

DECISÃO SUFER Nº 38, DE 29 DE ABRIL DE 2024

O Superintendente de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme delegação de competência expressa no artigo 7º, inciso XXII da Resolução ANTT nº 5.818 de 3 de maio de 2018 e no que consta do processo administrativo nº 50500.116933/2023-50, decide:

Art. 1º Aprovar a 2ª Revisão Ordinária do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista S.A., cujo resultado é o Acréscimo à Outorga de R$ 2.921.900,93 (dois milhões, novecentos e vinte e um mil, novecentos reais e noventa e três centavos), a ser acrescido às parcelas de nº 17 à de nº 155, a preços de março de 2020.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

LORENA CRISTINA MARTINS BATISTA DUARTE
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 167, DE 23 DE ABRIL DE 2024

O Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.121795/2024-10, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015, implica renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO DE BARROS SAMÔR

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
BRANCIFORTI MOBILIDADE LTDA	008851	39.251.638/0001-30
BRESSLER LTDA	008852	48.939.034/0001-72
CLODOVALDO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	008853	50.675.336/0001-22
DANY AUTO PECAS LTDA	008854	12.149.263/0001-46
IDALIA TRANSPORTES LTDA	008855	50.160.901/0001-19
LUCIANA A. GUIMARAES ESTELA LOCADORA LTDA	000314	09.607.984/0001-48
NICOLLAS & GUEDES SERVICOS DE TRANSPORTE LTDA	008856	54.439.802/0001-21
P. DE L. FAGUNDES RAMOS LTDA	008857	15.311.542/0001-52
SANDRO TUR - TRANSPORTE E TURISMO LTDA	004172	35.386.030/0001-62

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 6.041, DE 29 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e III do art. 11 do Regimento Interno da ANTT, aprovado pela Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, tendo em vista o art. 4º do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, o art. 6º da Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023 e da Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 52, de 21 de dezembro de 2023, fundamentada no Voto DG - 030, de 29 de abril de 2024, e no que consta do processo nº 50500.373206/2023-98, resolve:

DO OBJETO E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 1º Dispor sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), com foco no aprimoramento da gestão e na melhoria do desempenho institucional, tendo como objetivos:

I - promover a gestão orientada a resultados, baseada em evidências, com foco na melhoria contínua das entregas das unidades organizacionais da Agência;

II - estimular a cultura de planejamento institucional;

III - otimizar a gestão dos recursos públicos na Agência;

IV - incentivar a cultura da inovação;

V - fomentar a transformação digital;

VI - atrair e reter talentos na administração pública federal;

VII - contribuir para o dimensionamento da força de trabalho;

VIII - aprimorar o desempenho institucional, das equipes e dos indivíduos;

IX - contribuir para a saúde e qualidade de vida no trabalho dos participantes;

X - contribuir para a sustentabilidade ambiental na administração pública federal; e

XI - alcançar os objetivos estratégicos da Agência.

DOS CONCEITOS

Art. 2º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - atividade: conjunto de ações, síncronas ou assíncronas, com acompanhamento da chefia imediata, visando contribuir para as entregas de uma unidade de execução;

II - atividade síncrona: aquela cuja execução se dá mediante interação simultânea do participante com terceiros, podendo ser realizada com presença física ou virtual;

III - atividade assíncrona: aquela cuja execução se dá de maneira não simultânea entre o participante e terceiros, ou requeira exclusivamente o esforço do participante para sua consecução, podendo ser realizada com presença física ou não;

IV - chefia imediata: autoridade imediatamente superior ao participante;

V - demandante: aquele que solicita entregas da unidade de execução;

VI - destinatário: beneficiário ou usuário da entrega, podendo ser interno ou externo à organização;

VII - entrega: o produto ou serviço da unidade de execução, resultante da contribuição dos participantes;

VIII - escritório digital: conjunto de ferramentas digitais para possibilitar a realização de atividades síncronas ou assíncronas;

IX - gestor da unidade organizacional: diretor, superintendente ou chefes de unidades equivalentes;

X - metas: medida de resultado a ser alcançado, a partir de atividades realizadas em determinado período e que contribuam para atingir os objetivos estratégicos da ANTT;

XI - modalidade presencial: aquela em que a totalidade da jornada de trabalho do participante ocorre em local determinado pela administração pública federal;

XII - modalidade de teletrabalho em regime de execução integral: modalidade em que a totalidade da jornada de trabalho ocorre em local a critério do participante;

XIII - modalidade de teletrabalho em regime de execução parcial: modalidade em que parte da jornada de trabalho ocorre em locais a critério do participante e parte em local determinado pela administração pública federal;

XIV - participante: servidor público e empregado público, em exercício na ANTT, que tenha Termo de Ciência e Responsabilidade - TCR assinado e plano de trabalho ativo;

XV - plano de entregas da unidade: instrumento de gestão que tem por objetivo planejar as entregas da unidade de execução, contendo suas metas, prazos, demandantes e destinatários;

XVI - plano de trabalho do participante: instrumento de gestão que delimita as atividades a serem executadas pelo participante e tem por objetivo alocar o percentual da carga horária disponível no período, de forma a contribuir direta ou indiretamente para o plano de entregas da unidade;

XVII - Termo de Ciência e Responsabilidade (TCR): instrumento de gestão por meio do qual a chefia da unidade de execução e o interessado pactuam as regras para participação no PGD;

XVIII - time volante: é aquele composto por participantes de unidades diversas com objetivo de atuar em projeto específico;

XIX - unidade de execução: qualquer unidade da estrutura administrativa que tenha plano de entregas pactuado; e

XX - unidade organizacional: diretorias, superintendências e unidades equivalentes.

DAS MODALIDADES E REGIMES DE EXECUÇÃO

Art. 3º Admitem-se as seguintes modalidades na execução do PGD:

I - presencial; e

II - teletrabalho, podendo ocorrer:

a) em regime de execução integral; e

b) em regime de execução parcial.

§ 1º Todos que aderirem ao PGD, independente da modalidade e regime de execução, estarão dispensados do registro de controle de frequência e assiduidade, na totalidade da sua jornada de trabalho, observado o disposto no inciso V do art. 35 desta Resolução.

§ 2º Só poderão ingressar na modalidade teletrabalho aqueles que já tenham cumprido um ano de estágio probatório.

DO TELETRABALHO NO EXTERIOR

Art. 4º Para a autorização de teletrabalho integral com residência no exterior, será considerado o disposto no art. 12 do Decreto nº 11.072, de 2022.

Parágrafo único. Os procedimentos de gestão de pessoas seguirão os dispositivos do órgão central do Sipec.

DOS TIPOS DE ATIVIDADES QUE PODERÃO SER INCLUÍDAS NO PGD

Art. 5º O PGD abrangerá atividades cujas características permitam a mensuração dos resultados das respectivas unidades e do desempenho do participante.

§ 1º As atividades previstas para o PGD deverão compor os respectivos planos de trabalho.

§ 2º Enquadram-se nas disposições do caput, mas não se limitando a elas, as atividades com os seguintes atributos:

I - cuja natureza demande maior esforço individual e menor interação com outros agentes públicos;

II - cuja natureza de complexidade exija elevado grau de concentração; ou

III - cuja natureza seja de baixa a média complexidade com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

§ 3º O PGD, na modalidade teletrabalho, não poderá:

I - abranger atividades para as quais a presença física na unidade seja estritamente necessária;

II - abranger atividades que impossibilitem a mensuração da efetividade e da qualidade da entrega; e

III - implicar redução da capacidade plena de funcionamento dos setores em que haja atendimento ao público.

DO QUANTITATIVO DE VAGAS

Art. 6º A participação no PGD contemplará os seguintes percentuais, em relação ao total de participantes da ANTT, observando o disposto nos arts. 5º e 9º:

I - Presencial: até 100%;

II - Teletrabalho, em regime de execução parcial: até 100%; e

III - Teletrabalho, em regime de execução integral: até 100%.

§ 1º O Diretor-Geral poderá restringir a participação de unidades, bem como delimitar sua adesão às modalidades e regime de execução.

§ 2º Os chefes de unidades organizacionais poderão, visando a melhor execução de suas atribuições, estabelecer percentual para as unidades vinculadas, limitando a adesão ao PGD e suas modalidades.

DA PARTICIPAÇÃO NO PGD

Art. 7º O PGD é prerrogativa da ANTT e faculdade do agente público, sendo que para participar do programa é necessário solicitação formal, aceitação da chefia imediata e assinatura de Termo de Ciência e Responsabilidade (TCR).

§ 1º Podem participar do PGD os seguintes agentes públicos:

I - servidores públicos ocupantes de cargo efetivo;

II - servidores públicos ocupantes de cargo em comissão; e

III - empregados públicos em exercício na ANTT.

§ 2º A participação dos empregados públicos de que trata o inciso III do § 1º do caput, dar-se-á mediante observância das regras dos respectivos contratos de trabalho e das normas do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 3º A participação de empregados públicos em exercício na ANTT que enseje alteração da modalidade presencial para teletrabalho dependerá de autorização da entidade de origem, sem prejuízo dos demais requisitos constantes nos normativos internos e do órgão central do Sipec.

Art. 8º A admissão do agente público no PGD fica a critério da chefia imediata, observando o disposto nesta Resolução, a natureza do trabalho, as competências dos interessados e a conveniência do serviço.

Parágrafo único. A inclusão do agente público no PGD não constitui direito adquirido do solicitante, podendo ser revertida a qualquer tempo, por solicitação do próprio agente público ou mediante decisão do gestor da unidade organizacional, a quem compete explicitar os motivos da reversão.

Art. 9º Não poderão ingressar na modalidade teletrabalho:

I - agentes públicos ocupantes dos Cargos Comissionados de Gerência Executiva (CGE);

II - os agentes públicos que desempenham atividades para as quais a presença física na unidade seja estritamente necessária;

III - aqueles definidos conforme §§ 1º e 2º do art. 6º; ou

IV - aqueles que não apresentem as seguintes habilidades que propiciam o desempenho das atividades laborativas:

a) capacidade de organização e autodisciplina;

b) capacidade de cumprimento de prazos e metas;

c) capacidade de interação com a equipe;

d) proatividade na resolução de problemas;

e) capacidade para utilização de tecnologias; e

f) orientação para resultados.

Parágrafo único. As habilidades elencadas no inciso IV do caput deverão convergir com a Avaliação de Desempenho Institucional do servidor.

Art. 10. Nas unidades organizacionais em que forem delimitados percentual de participação no PGD, a chefia deverá priorizar os seguintes candidatos:

I - pessoas com deficiência ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes na mesma condição;

II - com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

III - com filhos ou criança sob guarda judicial de até 6 (seis) anos de idade;

IV - horário especial, nos termos dos §§ 1º a 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

V - gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação; e

VI - com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual.

Art. 11. O PGD poderá ser alternativa aos servidores que atendam aos requisitos para remoção nos termos das alíneas "a" e "b" do inciso III do caput do art. 36, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e para concessão da licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro prevista no art. 84, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo e sem prejuízo para a Administração.

Parágrafo único. Para as situações elencadas no caput, o servidor e a unidade de destino deverão cumprir os requisitos e parâmetros desta Resolução.

DO TERMO DE CIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

Art. 12. O participante deverá assinar o Termo de Ciência e Responsabilidade (TCR) contendo, no mínimo:

I - a declaração de que atende às condições para participação no PGD;

II - a modalidade e o regime de execução ao qual estará submetido;

III - o prazo de antecedência mínima para convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade organizacional;

IV - as atribuições e responsabilidades do participante;

V - os meios de comunicação oficiais;

VI - o dever do participante de providenciar, custear e manter a infraestrutura física e tecnológica necessárias para o desempenho do teletrabalho, inclusive aquelas relacionadas à segurança da informação, conforme requisitos mínimos necessários estabelecidos pela ANTT; e

VII - a declaração de que está ciente:

a) que sua participação no programa não constitui direito adquirido, podendo ser desligado nas condições estabelecidas nesta Resolução;

b) que as instalações e equipamentos a serem utilizados deverão seguir as orientações de ergonomia e segurança no trabalho;

c) que deve informar e manter atualizado número de telefone, fixo ou móvel, de livre divulgação tanto dentro da ANTT quanto para o público externo que necessitar contatá-lo;

d) que deve manter a câmera de vídeo ligada durante todas as reuniões que ocorrerem de forma remota;

e) da vedação de pagamento das vantagens a que se referem os arts. 36 a 40;

f) da vedação de utilização de terceiros para a execução dos trabalhos acordados como parte das metas;

g) do dever de observar as disposições constantes da Lei nº 13.709, de 14 e agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoas (LGPD), no que couber; e

h) das orientações da Portaria nº 15.543/SEDGG/ME, de 2 de julho de 2020, que divulga o Manual de Conduta do Agente Público Civil do Poder Executivo Federal.

DO PRAZO DE ANTECEDÊNCIA MÍNIMA PARA CONVOCAÇÕES PRESENCIAIS

Art. 13. O participante em teletrabalho, quando convocado, comparecerá presencialmente ao local definido, dentro do prazo estabelecido no TCR.

§ 1º O prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante à unidade não deve ser inferior a 2 (dois) dias úteis.

§ 2º O prazo de antecedência mínima de convocação para comparecimento pessoal do participante em PGD no exterior à unidade não deve ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

§ 3º Ao convocar o participante, a chefia da unidade de execução deverá:

I - registrá-la no(s) canal(is) de comunicação oficial(is);

II - estabelecer o horário e o local para comparecimento; e

III - prever o período em que o participante atuará presencialmente.

DO PLANO DE ENTREGAS DA UNIDADE DE EXECUÇÃO

Art. 14. A unidade de execução deverá ter plano de entregas contendo, no mínimo:

I - a data de início e a de término, com duração máxima de três meses; e

II - as entregas da unidade de execução com suas respectivas metas, prazos, demandantes e destinatários.

§ 1º O plano de entregas deverá ser aprovado pelo nível hierárquico superior ao da chefia da unidade de execução, o qual deverá ser informado sobre eventuais ajustes.

§ 2º Não se aplica às unidades organizacionais da ANTT a elaboração de plano de entregas de que trata o caput.

Art. 15. O nível hierárquico superior ao da chefia da unidade de execução avaliará o cumprimento do plano de entregas da unidade, considerando:

I - a qualidade das entregas;

II - o alcance das metas;

III - o cumprimento dos prazos; e

IV - as justificativas nos casos de descumprimento de metas e atrasos.

§ 1º A avaliação de que trata o caput deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após o término do plano de entregas, considerando a seguinte escala:

I - excepcional: plano de entregas executado com desempenho muito acima do esperado;

II - alto desempenho: plano de entregas executado com desempenho acima do esperado;

III - adequado: plano de entregas executado dentro do esperado;

IV - inadequado: plano de entregas executado abaixo do esperado; e

V - plano de entregas não executado.

§ 2º Nos casos de avaliações que se enquadrem nos incisos IV e V do § 1º:

I - as avaliações deverão ser justificadas pela chefia hierarquicamente superior;

II - o plano de entregas subsequente da unidade não poderá ser superior a 1 (um) mês; e

III - caso o plano de entregas da unidade seja novamente avaliado como inadequado ou não executado, o caso será encaminhado para conhecimento do Diretor-Geral.

DO PLANO DE TRABALHO DO PARTICIPANTE

Art. 16. O plano de trabalho, que contribuirá direta ou indiretamente para o plano de entregas, será pactuado entre o participante e a chefia da sua unidade de execução, e conterá:

I - a data de início e a de término;

II - a distribuição da carga horária disponível no período, identificando-se o percentual destinado à realização de trabalhos:

a) vinculados a entregas da própria unidade;

b) não vinculados diretamente a entregas da própria unidade, mas necessários ao adequado funcionamento administrativo ou à gestão de equipes e entregas; e

c) vinculados a entregas de unidades, órgãos ou entidades diversos.

III - a descrição dos trabalhos a serem realizados pelo participante; e

IV - os critérios que serão utilizados pela chefia da unidade de execução para avaliação do plano de trabalho do participante.

§ 1º O somatório dos percentuais previstos no inciso II do caput corresponderá à carga horária disponível para o período.

§ 2º A situação prevista na alínea c do inciso II do caput:

I - não configura alteração da unidade de exercício do participante;

II - requer que os trabalhos realizados sejam reportados à chefia da unidade de exercício do participante;

III - é possível ser utilizada para a composição de times volantes; e

IV - deve constar previsão expressa em Acordo de Cooperação Técnica firmado com a ANTT, quando envolver a participação de outro órgão ou entidade.

§ 3º O plano de trabalho de que trata o caput deverá ser registrado em sistema informatizado específico, podendo ter duração de apenas 1 (um) mês ou 2 (dois) meses.

§ 4º O início do plano de trabalho deverá coincidir com o primeiro dia útil do mês e finalizar no último dia útil do mês de referência, podendo excepcionalmente ter duração distinta do contido no § 3º, limitado ao prazo de duração de 2 (dois) meses.

§ 5º A chefia da unidade de execução estabelecerá as metas do participante, monitorará seu cumprimento e poderá redefini-las por necessidade do serviço, repactuando o plano de trabalho do participante, nas hipóteses de surgimento de demanda prioritária cujas atividades não tenham sido previamente definidas ou decorrente de ajustes no plano de entregas da unidade.

§ 6º Os planos de trabalho dos participantes afetados por ajustes no plano de entregas deverão ser repactuados.

Art. 17. É permitido constituir time volante formado por agentes públicos de unidades organizacionais diversas com objetivo de atuar em projetos específicos e compor força de trabalho temporária, sem alteração das suas unidades de exercício, ficando a avaliação do plano de trabalho do participante à cargo da chefia da sua unidade de exercício.

Parágrafo único. A constituição do time volante de que trata o caput ocorrerá mediante portaria específica do Diretor-Geral devendo constar, no mínimo, o período, as atividades, os servidores e as unidades ou órgãos envolvidos.

Art. 18. Ao longo da execução do plano de trabalho, o participante registrará:

I - a descrição dos trabalhos realizados; e

II - as ocorrências que possam impactar o que foi inicialmente pactuado.

Parágrafo único. O registro de que trata o caput deverá ser realizado:

I - em até 10 (dez) dias após o encerramento do plano de trabalho, quando este tiver duração igual ou inferior a 1 (um) mês; ou

II - mensalmente, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente, quando o plano de trabalho tiver duração de 2 (dois) meses.

Art. 19. A chefia da unidade de execução avaliará a execução do plano de trabalho do participante, considerando:

I - a realização dos trabalhos conforme pactuado;

II - os critérios para avaliação das contribuições previamente definidos, conforme inciso IV do art. 16;

III - os fatos externos à capacidade de ação do participante e de sua chefia que comprometerem parcial ou integralmente a execução dos trabalhos pactuados;

IV - o cumprimento do TCR; e

V - as ocorrências registradas pelo participante ao longo da execução do plano de trabalho.

§ 1º A avaliação da execução do plano de trabalho deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias após a data limite do registro feito pelo participante, considerando a seguinte escala:

I - excepcional: plano de trabalho executado muito acima do esperado;

II - alto desempenho: plano de trabalho executado acima do esperado;

III - adequado: plano de trabalho executado dentro do esperado;

IV - inadequado: plano de trabalho executado abaixo do esperado ou parcialmente executado; e

V - não executado: plano de trabalho integralmente não executado.

§ 2º O participante será notificado das avaliações recebidas.

§ 3º Nos casos dos incisos I, IV e V do § 1º as avaliações deverão ser justificadas pela chefia da unidade de execução.

§ 4º No caso de avaliações classificadas no inciso IV do § 1º:

I - o participante poderá recorrer prestando justificativas no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação de que trata o § 2º;

II - deverá haver o registro pela chefia imediata das ações de melhoria a serem observadas pelo participante, bem como indicação de outras possíveis providências;

III - o plano de trabalho do período subsequente deverá prever a compensação da carga horária correspondente, constando o prazo para compensação definido pela chefia da unidade de execução e devidamente registrado;

IV - sendo necessária compensação de carga horária, o somatório dos percentuais previstos no inciso II do caput do art. 16, poderá superar à carga horária ordinária do participante disponível para o período, de que trata o § 1º do art. 16, observados os limites de jornada estabelecidos em normativos específicos; e

V - na primeira recorrência no período de 12 (doze) meses, o participante será desligado do PGD.

§ 5º No caso de avaliações classificadas no inciso V do § 1º:

I - o participante poderá recorrer prestando justificativas no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação de que trata o § 2º;

II - o plano de trabalho do período subsequente deverá prever a compensação da carga horária correspondente, constando o prazo para compensação definido pela chefia da unidade de execução e devidamente registrado;

III - sendo necessária compensação de carga horária, o somatório dos percentuais previstos no inciso II do caput do art. 16, poderá superar à carga horária ordinária do participante disponível para o período, de que trata o § 1º do art. 16, observados os limites de jornada estabelecidos em normativos específicos; e

IV - na primeira recorrência, o participante será desligado do PGD.

§ 6º No caso dos §§ 4º e 5º, a chefia da unidade de execução poderá, em até 10 (dez) dias:

I - acatar as justificativas do participante, ajustando a avaliação inicial; ou

II - manifestar-se sobre o não acatamento das justificativas apresentadas pelo participante e cientificar a unidade de gestão de pessoas para providências.

§ 7º O retorno do participante desligado do PGD de que trata o inciso V do § 4º e o inciso IV do § 5º deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias da notificação, sem prejuízo do prazo de recurso, sendo que:

I - Se a chefia acatar a justificativa, o desligamento tornar-se-á sem efeito;

II - No decurso do prazo de 20 (vinte) dias para retorno, o participante deverá manter a execução de suas atividades, realizando suas entregas conforme pactuado.

§ 8º Independentemente do resultado da avaliação da execução do plano de trabalho, a chefia da unidade de execução estimulará o aprimoramento do desempenho do participante, realizando acompanhamento periódico e propondo ações de desenvolvimento.

Art. 20. A avaliação da execução do plano de trabalho do participante no âmbito do PGD, conforme estabelecido no art. 19, poderá subsidiar todos os processos de gestão de desempenho a que esteja submetido, observada a legislação pertinente, no que couber.

POLÍTICA DE CONSEQUÊNCIAS

Art. 21. Caberá o desconto na folha de pagamento nos casos de:

I - plano de trabalho avaliado como inadequado por inexecução, parcial ou integral, cuja justificativa não tenha sido apresentada ou acatada pela chefia da unidade de execução, nos termos do inciso II do § 6º do art. 19; e

II - não compensação, parcial ou integral, da carga horária prevista, nos termos do inciso IV do § 4º e do inciso III do § 5º do art. 19.

§ 1º O desconto considerará a distribuição percentual do trabalho, de que dispõe o inciso II do art. 16, e corresponderá à carga horária das atividades não executadas, parcial ou integralmente, no caso dos incisos I e II do caput.

§ 2º A chefia da unidade de execução deverá encaminhar para a unidade de gestão de pessoas todas as informações necessárias para o desconto em folha.

Art. 22. A inobservância das regras do PGD poderá ensejar a apuração de responsabilidade, tanto do participante quanto do gestor, no âmbito correcional.

SAÚDE DO SERVIDOR

Art. 23. Na ocorrência de afastamentos, licenças não previstas ou outros impedimentos, as metas e os prazos atribuídos ao participante no plano de trabalho deverão ser revistas pela chefia imediata.

Art. 24. Ao participante do PGD na modalidade teletrabalho em regime de execução integral ou parcial, a declaração de comparecimento para fins de saúde, de que trata o art. 13 da Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018, do órgão central do Sipec, não se aplica para redução da carga horária disponível no plano de trabalho ou para fins de dilação dos prazos pactuados.

Art. 25. Caberá ao participante em teletrabalho com residência no exterior a responsabilidade pela assistência médico-hospitalar prestada no país em que se encontre, devendo observar os demais dispositivos do órgão central do Sipec.

DA DISPONIBILIDADE DO PARTICIPANTE

Art. 26. O participante do PGD na modalidade teletrabalho deverá estar atento aos meios de comunicação institucionais e estar disponível para ser contatado nos meios estabelecidos nos períodos determinados pela chefia imediata, respeitados os dias e horário de funcionamento do órgão.

Parágrafo único. O participante do PGD deverá informar no TCR um número de telefone para ser contatado, interna ou externamente, autorizando sua publicação, se necessário.

Art. 27. Na modalidade teletrabalho, as entregas do participante do PGD dependerão da organização de seu tempo para que as demandas sejam realizadas no prazo estipulado pela chefia, devendo o participante ficar disponível para atendimento e não necessariamente para execução de demandas.

DO DESLIGAMENTO DO PGD

Art. 28. O participante será desligado do PGD por decisão do gestor da unidade organizacional, considerando manifestação da chefia imediata, quando couber, nos seguintes casos:

I - por solicitação do participante, a qualquer tempo;

II - no interesse da unidade organizacional ou da ANTT, por razão de conveniência, necessidade ou redimensionamento da força de trabalho, devidamente justificada;

III - pelo descumprimento das metas e obrigações previstas no plano de trabalho e no TCR;

IV - pelo decurso de prazo de participação no PGD, quando houver, salvo se deferida a prorrogação do prazo;

V - em virtude de remoção, com alteração de vinculação da unidade de execução;

VI - pela redução do volume de demanda da atividade que inviabilize o cumprimento da meta estabelecida;

VII - em virtude da vinculação de agente público à execução de outra atividade não abrangida pelo PGD;

VIII - em virtude de rodízio de participantes estabelecido na unidade organizacional;

IX - pelo descumprimento das atribuições e responsabilidades previstas nesta Resolução;

X - em virtude de indisponibilidade reiterada para atendimento a chefia ou semelhantes, colegas, usuários ou ainda por dificuldade e demora nas respostas do participante do PGD, devidamente comprovadas, por decisão de sua chefia; ou

XI - caso o PGD seja revogado ou suspenso no âmbito da ANTT.

§ 1º O participante manterá a execução de seu plano de trabalho até o retorno efetivo ao controle de frequência, sob pena de incidência do disposto no art. 21 desta Resolução em caso de descumprimento.

§ 2º O agente público desligado do PGD receberá notificação que definirá prazo para que volte a se submeter ao controle de frequência, não podendo esse prazo ser inferior a 10 (dez) dias e nem superior a 30 (trinta) dias.

§ 3º Nas hipóteses dos incisos II, V e XI do caput, o participante deverá retornar ao controle de frequência, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do fato que lhe deu causa.

§ 4º As hipóteses elencadas no caput não excluem os casos abordados nos §§ 4º e 5º do art. 19 desta Resolução.

§ 5º O agente público que tenha sido desligado do PGD, nas hipóteses previstas nos incisos III, IX e X do caput e nos §§ 4º e 5º do art. 19, não poderá ingressar na modalidade teletrabalho, pelo prazo de até 12 (doze) meses, contados da notificação.

Art. 29. O participante que solicitar voluntariamente o desligamento do PGD, deverá fazê-lo mediante comunicação institucional à chefia de sua unidade de execução, devendo concluir as entregas pactuadas no plano de trabalho.

Parágrafo único. Após o retorno de que trata o caput, a chefia não poderá registrar novas entregas a serem realizadas no plano de trabalho do participante.

Art. 30. Nas hipóteses dos incisos IX e X do caput do art. 28, caberá à chefia da unidade de execução registrar ocorrência, tendo o participante 10 (dez) dias para apresentar justificativa.

§ 1º Nos casos de não acatamento das justificativas apresentadas pelo participante, por 3 (três) vezes consecutivas ou 6 (seis) vezes intercaladas no período de 12 (doze) meses, a chefia deverá proceder com o seu desligamento imediato do PGD, observados os prazos estabelecidos no §2º do art. 28.

§ 2º Nas hipóteses dos incisos III, IX e X do art. 28, além do desligamento do PGD, o participante que, injustificadamente, não cumprir a execução integral das metas pactuadas no plano de trabalho, incorre em falta funcional conforme art. 22 desta Resolução, estando sujeito a aplicação de penalidades previstas em lei, devendo o gestor cientificar a área de gestão de pessoas e a instância correcional, para providências.

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DO PARTICIPANTE

Art. 31. O participante do PGD é responsável por:

I - assinar e cumprir o plano de trabalho e o TCR;

II - atender às convocações para comparecimento presencial, sempre que necessário e quando houver interesse da administração, observando o prazo de convocação definido no TCR e desde que devidamente justificado pela chefia imediata;

III - manter os dados cadastrais e número de telefone fixo e/ou móvel de contato permanentemente atualizados e com respectivas linhas ativas, devendo ficar disponível para ser contatado nos períodos determinados pela chefia imediata, respeitados os dias e horário de funcionamento do órgão;

IV - consultar diariamente, nos dias de regular funcionamento da ANTT, a sua caixa postal individual de correio eletrônico institucional, a Intranet e demais meios de comunicação da unidade organizacional de exercício;

V - manter a chefia imediata informada, de forma periódica, e sempre que demandado, por meio dos instrumentos de comunicação institucionais disponíveis, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

VI - informar à chefia da unidade de execução bem como registar em sistema próprio a ocorrência de afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas de desempenho e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

VII - manter a câmera de vídeo ligada durante todas as reuniões que ocorrerem de forma remota;

VIII - zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas de segurança da informação aplicadas à ANTT;

IX - estar atento às normas de saúde e segurança no trabalho, especialmente quanto às regras de ergonomia;

X - participar das ações promovidas pela Agência sobre saúde e segurança no trabalho;

XI - comparecer à perícia médica, sempre que convocado, conforme determinado, de acordo com sua unidade de exercício;

XII - executar o plano de trabalho, temporariamente, em modalidade distinta, na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeça o cumprimento do plano de trabalho na modalidade pactuada;

XIII - zelar pelo cumprimento das responsabilidades inerentes aos agentes públicos em efetivo exercício na Agência, observando os deveres e proibições, conforme art. 23 da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004;

XIV - providenciar, custear e manter as estruturas físicas e tecnológicas necessárias, mediante a utilização de equipamentos e mobiliários adequados e ergonômicos, assumindo, inclusive, os custos referentes à conexão à internet, à energia elétrica e ao telefone, entre outras despesas decorrentes do exercício de suas atribuições; e

XV - garantir que o seu ambiente laboral durante o teletrabalho seja confortável e seguro, tenha iluminação adequada e permita desempenho eficiente.

Parágrafo único. A ANTT não se responsabilizará pelo ambiente de trabalho do agente público durante o teletrabalho, observado o disposto no inciso XIV do caput.

Art. 32. Indisponibilidade de internet ou problemas técnicos em equipamentos eletrônicos de participante do PGD na modalidade teletrabalho não serão alegações aceitas como justificativas para o não cumprimento das metas pactuadas.

Parágrafo único. Nas ocorrências previstas no caput ou qualquer outro impeditivo para execução das atividades laborais fora das dependências da ANTT, o participante do PGD na modalidade teletrabalho:

I - deverá comunicar prontamente sua chefia imediata e tomar providências para reestabelecer a comunicação ou se apresentar presencialmente; e

II - deverá, mediante determinação da chefia imediata, realizar suas atividades de forma presencial até resolução do problema.

DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS GESTORES

Art. 33. Consideram-se competências do Diretor-Geral as previstas no art. 23 da Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT /MGI nº 24, de 28 de julho de 2023.

Art. 34. Compete às chefias das unidades organizacionais ou equivalente:

I - promover o alinhamento entre os planos de entregas das unidades de execução a elas subordinadas com o planejamento estratégico da ANTT;

II - monitorar o PGD no âmbito da sua unidade, buscando o alcance dos objetivos estabelecidos no art. 1º desta Resolução; e

III - decidir sobre desligamento de participante, nos termos desta Resolução.

Art. 35. Compete às chefias das unidades de execução:

I - elaborar e monitorar a execução do plano de entregas da unidade;

II - selecionar os participantes, quando for o caso, nos termos desta Resolução;

III - pactuar o TCR;

IV - pactuar, monitorar e avaliar a execução dos planos de trabalho dos participantes;

V - registrar, no sistema eletrônico de controle de frequência, os códigos de participação em PGD e os casos de licenças e afastamentos relativos aos seus subordinados;

VI - promover a integração e o engajamento dos membros da equipe em todas as modalidades e regimes adotados;

VII - estabelecer metas, atividades e demais condições do trabalho remoto no plano de trabalho do participante, observando o disposto nesta Resolução;

VIII - aferir o cumprimento das metas estabelecidas no plano de trabalho, observando os prazos estabelecidos, bem como avaliar a qualidade das entregas;

IX - acompanhar a qualidade do trabalho e a adaptação dos participantes do programa de gestão;

X - manter contato permanente com os participantes do programa de gestão para repassar instruções de serviço e manifestar considerações sobre sua atuação;

XI - dar ciência à unidade organizacional ou equivalente, quando não for possível se comunicar com o participante por meio dos canais previstos no TCR e no escritório digital;

XII - supervisionar a aplicação e a disseminação do processo de acompanhamento de metas e resultados;

XIII - controlar os resultados obtidos em face do plano de entregas da unidade;

XIV - dar ciência ao gestor da unidade organizacional sobre a evolução do PGD, dificuldades encontradas e quaisquer outras situações ocorridas;

XV - encaminhar à unidade de gestão de pessoas informações sobre eventuais descumprimentos desta Resolução; e

XVI - registrar as ocorrências de que tratam os incisos III, IX e X do caput do art. 28.

DAS INDENIZAÇÕES E VANTAGENS

Art. 36. Ficam vedados:

I - a autorização da prestação de serviços extraordinários pelos participantes do PGD;

II - aos participantes do PGD, adesão ao banco de horas instituído da ANTT; e

III - o pagamento de adicional noturno aos participantes do PGD.

§ 1º O cumprimento, pelo participante, de metas superiores às metas previamente estabelecidas não configura a realização de serviços extraordinários.

§ 2º O agente público que possuir saldo no banco de horas no sistema informatizado de controle de frequência deverá liquidá-las, usufruindo as positivas ou compensando as negativas, para poder iniciar participação no PGD.

§ 3º Não se aplica a vedação disposta no inciso III do caput aos casos em que as atividades, pela natureza, exijam a execução, ainda que remota, em horário compreendido entre 22h (vinte e duas horas) de um dia e 5h (cinco horas) do dia seguinte, desde que a unidade de execução tenha autorização em portaria específica do Diretor-Geral.

§ 4º As regras e procedimentos para solicitação do pagamento de adicional noturno serão estabelecidos pela unidade de Gestão de Pessoas da ANTT.

§ 5º Em qualquer situação é vedado pagamento de adicional noturno aos servidores que percebem remuneração por subsídio.

Art. 37. Não será concedida ajuda de custo ao participante do PGD quando não houver mudança de domicílio, no interesse da Administração.

Parágrafo único. Será restituída a ajuda de custo paga nos termos do Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001, quando o servidor ingressar no PGD na modalidade teletrabalho em regime de execução integral antes de decorridos 3 (três) meses do deslocamento.

Art. 38. O participante do PGD que se deslocar em caráter eventual ou transitório, no interesse da Administração, para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, utilizando como ponto de referência a localidade que implique em menor despesa para a Administração, podendo ser a localidade a partir da qual exercer as suas funções remotamente ou a localidade da unidade de exercício.

Parágrafo único. O participante do PGD na modalidade teletrabalho que residir em localidade diversa de seu exercício, não fará jus a reembolso de qualquer natureza ou a diárias e passagens referentes às despesas decorrentes do comparecimento presencial à unidade de exercício.

Art. 39. O participante do PGD somente fará jus ao pagamento do auxílio-transporte nos casos em que houver deslocamentos de sua residência para o local de trabalho e vice-versa, nos termos da Instrução Normativa nº 207, de 21 de outubro de 2019, expedida pelo órgão central do Sipec, independentemente da modalidade e regime de execução.

Parágrafo único. Os participantes que aderirem à modalidade de teletrabalho, para fins de registro de comparecimento e percepção do auxílio transporte, deverão ter os dias de trabalho presencial previamente aprovados pela chefia e registrar, em sistema eletrônico de frequência, os dias em que cumprir sua jornada presencialmente em local determinado pela ANTT, devendo ainda encaminhar mensalmente relatório à unidade de gestão de pessoas.

Art. 40. Não será concedido o auxílio-moradia ao participante do PGD na modalidade teletrabalho em regime de execução integral.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. Caberá ao Diretor-Geral emitir ato de autorização para instituição do PGD na ANTT, assim como eventuais alterações, conforme art. 5º da da Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023.

At. 42. Caberá à Superintendência de Tecnologia da Informação (Sutec) divulgar os requisitos mínimos necessários à estrutura tecnológica para que o desenvolvimento do PGD seja executado de forma adequada e satisfatória, bem como as posteriores revisões em virtude das atualizações tecnológicas, visando o bom funcionamento do escritório digital.

Parágrafo único. Entende-se por estrutura tecnológica todos os ativos necessários à realização das atividades pelo participante do PGD, tais como hardware e respectivas configurações, softwares licenciados, configurações de rede de internet, dentre outras.

Art. 43. Caberá à Superintendência de Governança, Gestão Estratégica e de Pessoal (Suesp) elaborar Manual de Procedimentos relativos a esta Resolução e dar suporte ao Diretor-Geral no cumprimento de suas atribuições.

Art. 44. Os eventuais casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Colegiada com base na legislação correlata e nos normativos expedidos pelo órgão central do Sipec.

Art. 45. Revogar a Resolução nº 5.918, de 24 de novembro de 2020, publicado no D.O.U., de 26/11/2020 - Seção 1, e a Portaria DG nº 135, de 20 de abril de 2022, publicado no D.O.U., de 25/04/2022 - Seção 1.

Art. 46. Esta Resolução entra em vigor em 3 de junho de 2024.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 115, DE 3 DE MAIO DE 2024

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLA - 021, de 29 de abril de 2024, e no que consta do processo nº 50500.002430/2021-36, delibera:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pela Empresa São Cristovão Ltda., CNPJ nº 23.338.155/0001-38, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se o teor da Decisão Supas nº 881, de 14 de dezembro de 2023.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

Banco Central do Brasil

ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PATRIMONIAL

PORTARIA Nº 120.268, DE 3 DE MAIO DE 2024

Altera a Portaria de nº 108.168, de 31 de agosto de 2020 que dispõe sobre o fechamento definitivo dos protocolos físicos do Banco Central, em Brasília e nas demais praças.

O Chefe do Departamento de Infraestrutura e Gestão Patrimonial (Demap), no uso de suas competências, com fundamento no art. 65, inciso I do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, resolve:

Art. 1º Alterar o caput do Artigo 1º da Portaria nº 108.168, de 31 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A partir de 6 de maio de 2024, em Brasília e nas demais praças, os protocolos físicos passarão a receber exclusivamente malotes; correspondências destinadas ao Departamento do Meio Circulante (Mecir); Avisos de Recebimento (AR); garantias contratuais nas modalidades caução ou carta fiança; materiais e insumos destinados ao Departamento de Infraestrutura e Gestão Patrimonial (Demap); encomendas oriundas do exterior ou de Embaixadas; documentos relativos ao Programa de Assistência à Saúde dos Servidores do Banco Central (PASBC) ou ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS); documentos destinados à Divisão de Atendimento ao Cidadão (Deati/Diate) ou à Ouvidoria do Banco Central (Ouvid); documentos destinados ao Departamento de Gestão de Pessoas, Educação, Saúde e

Organização (Depes) para fins de prova de vida, pedidos de pensão ou cobrança; documentos destinados ao Departamento de Resolução e de Ação Sancionadora (Derad); envelopes fechados destinados ao Comitê de Acordo Administrativo em Processo de Supervisão (COAPS) e envelopes fechados encaminhados às Comissões de Licitação."

Art. 2º Revogar o Artigo 2º da Portaria 108.168, de 31 de agosto de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Portaria 110.480, de 24 de maio de 2021.

DANIEL CARDIM HELLER

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 1, DE 2 DE MAIO DE 2024

Conversão do Procedimento Preparatório 08192.115347/2023-52 em Inquérito Civil Público com a finalidade de apurar se há emissão de ruídos acima dos limites legais e se há necessidade de ajuizamento de ação civil.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermédio da 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando-se que, compete ao Ministério Público a defesa do Meio Ambiente, ex vi do art. 129, inciso III, da Constituição Federal c/c o art. 50, inciso III, alínea "d", c/c o art. 6°, inciso VII, "h" ambos da Lei Complementar n° 75/1993;

Considerando-se que tramitou a Notícia de Fato n° 08192.115347/2023- 91, convertida no Procedimento Preliminar nº 08192.115347/2023-52 para apurar a notícia de fato segundo a qual o Resenha Restaurante e Bar Ltda, situado na Quadra 1, conjunto 11, lote 26, Setor Leste, Cidade Estrutural, emitia ruídos acima do nível legalmente permitido, causando incômodo à vizinhança;

Considerando-se que foram expedidos ofícios à Administração Regional respectiva e ao IBRAM requisitando informações;

Considerando que a resposta da Administração Regional informa que: "CONCLUSÕES: Em análise realizada baseada em legislação vigente constatou-se, portanto, que o empreendimento citado RESENHA RESTAURANTE E BAR LTDA situado no endereçamento Quadra 01 conjunto 11, lote 26 Setor Leste - Cidade Estrutural, as margens da avenida comercial Luiz Estevão. CNPJ: 40249.790/0001-68 ,Objeto Social: Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento, Restaurantes e similares e Tabacaria, Atividades Econômicas Cadastradas : Principal: 5611-2/05 - Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento, Secundária: 5611-2/01 - Restaurantes e similares Secundária: 4729-6/01 - Tabacaria Possui cadastrados quatro (4) protocolos, veja-se: DFP2100161915 / DFP2100162303 / DFP2100162663 / DFP2101013402. O endereçamento faz parte do parcelamento urbano criado pelo projeto URB-MDE 025/2011. O terreno possui área de 178,02 m², a edificação térrea possui área construída de 200 m². A fachada possui extensão de cobertura em estrutura metálica (altura = XX metros), sob a cobertura há placa de identificação comercial em estrutura metálica. Os materiais utilizados na construção possuem características provisórias e são de fácil remoção, não interferindo no fluxo de pedestres. O lote é caracterizado na LUOS com código: UOS CSIIR 2 NO (Comercial, Serviços, Institucional, Industrial e Residencial Não Obrigatório). Salienta-se que após pesquisa nos registros desta Regional não foi encontrado nenhuma Autorização e/ou Licença de Obras, Alvará de Construção ou Habite-se para a referida ocupação."

Considerando que o IBRAM, por seu turno, informou que: "Diante da situação verificada, foi Lavrado Auto de Infração Ambiental n.º 09439/2023, no dia 05/05/2023 por infringência do artigo 2º, 7º e 14 da Lei Distrital 4.092/2008, com penalidade de Multa, no valor de R$ 10.001,00 (dez mil e um reais), conforme art. 16, incisos II e IV; art. 18, IV; art. 19, IV; art. 22, I , III e V da referida lei distrital, bem como foi lavrado o Termo de Embargo/Interdição nº 00885/2023. Informo que após apuração da denúncia apresentada foi realizada vistoria no local denunciado nos dias 04, 05 e 06/05/2023 e de acordo com os registros de medições, constatou-se emissões sonoras acima do permitido pela Lei nº 4092/2008 do DF para o setor. Identificou-se que o estabelecimento contribui para o aumento dos níveis de ruído, mesmo considerando o ruído ambiente local. Assim, torna-se fonte principal de poluição sonora, causando desconforto para a comunidade local."

Considerando que houve a autuação fiscal, foi solicitado que a Secretaria da 6ª PRODEMA entrasse em contato com o representante para que informasse se o problema fora solucionado;

Considerando que a resposta do representante informou que o problema ainda persiste, bem como considerando que já há Inquérito Penal em andamento e houve a interdição administrativa por meio da ação do IBRAM, há necessidade de se obter informações acerca do cumprimento da interdição administrativa;

Considerando-se a necessidade de se aguardar a informação sobre a resolução do problema e que o prazo do presente procedimento já se expirou, sendo impossível nova prorrogação;

Considerando que é imprescindível saber se o problema foi sanado, para que não se movimente a máquina judiciária com questões que podem e devem ser solucionadas na seara administrativa, determina-se a conversão do presente Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público;

Assim sendo, a fim de verificar se a interdição está sendo cumprida; se o problema foi resolvido e, em caso contrário, para reunir elementos para a responsabilização civil e administrativa do autor, RESENHA RESTAURANTE BAR LTDA;

Resolve converter o Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar se a INTERDIÇÃO ESTÁ SENDO CUMPRIDA e se o problema já foi solucionado.

Determina-se, de início, o seguinte:

1. Autue-se a presente portaria, com a documentação que a acompanha, promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

2. Comunique-se a instauração do Inquérito Civil Público à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva e à imprensa oficial para publicação, munido de cópia desta portaria, na forma do artigo 2°, VII, da Resolução n° 66 do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

3. Proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A da Resolução n° 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT — 1 (um) ano — informando sobre a eventual necessidade de prorrogação COM antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

4. Oficiar ao IBRAM requisitando vistoria e informações atualizadas sobre o cumprimento do auto de embargo e interdição no Resenha Restaurante Bar (prazo de resposta: 10 dias);

5. Oficiar à Administração Regional requisitando informações acerca do funcionamento regular do referido empreendimento (Prazo de resposta: 10 dias);

6. Notificar o Resenha Bar Restaurante notificando o sobre a instauração do presente ICP e requisitando que informem qual se implantaram alguma medida que diminua o impacto do som na vizinhança;

LUCIANA MEDEIROS COSTA
Promotora de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 225ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, A SER REALIZADA EM 9 DE MAIO DE 2024

Hora: 10h.

Local: Sala de sessões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor de Autarquia Norte - SAUN, Quadra 05, Lote "C", Torre "A", Centro Empresarial CNC, 17º andar, Asa Norte - Brasília-DF.

Ordem do dia.

I - Vista regimental.

01 - PGEA nº 20.02.0500.0002058/2023-96.

Interessado(a): Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região - BA.

Assunto: Consulta - Titularização do GAET da CONATPA - Procurador Regional do Trabalho ou Procurador do Trabalho.

Relatora: Conselheira Adriana S. Machado.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira relatora no sentido da atribuição deste Conselho Superior do Ministério Público para apreciar e responder a presente Consulta e, no mérito, respondendo à Consulta, consignar que, diante da atual redação da Resolução CSMPT nº 185/2021, é permitida a nomeação de Procurador Regional do Trabalho como titular do Grupo de Atuação Especial Trabalhista (GAET) de forma excepcional e vinculada à autorização prévia do Conselho Superior, nos termos dos artigos 98, XI, 100 e 214 da LC nº 75/93, pediram vistas regimentais sucessivas as Conselheiras Edelamare Barbosa Melo e Maria Aparecida Gugel. Os demais aguardam. CSMPT, 280ª Sessão Ordinária, 29/02/2024.

Decisão anterior: Renovaram os pedidos de vistas sucessivas as Conselheiras Edelamare Barbosa Melo e Maria Aparecida Gugel. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Fábio Leal Cardoso e Gláucio Araújo de Oliveira. CSMPT, 281ª Sessão Ordinária, 14/03/2024.

Decisão anterior: Mantidos os pedidos de vistas sucessivas das Conselheiras Edelamare Barbosa Melo e Maria Aparecida Gugel. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Gláucio Araújo de Oliveira. CSMPT, 282ª Sessão Ordinária, 18/04/2024.

II - Promoção a Subprocurador(a)-Geral do Trabalho.

02 - PGEA nº 20.02.0001.0009452/2023-03.

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador(a)-Geral do Trabalho, pelo critério de merecimento, em vaga decorrente da aposentadoria do Subprocurador-Geral do Trabalho Aluísio Aldo da Silva Junior.

Relatora: Conselheira Maria Aparecida Gugel.

03 - PGEA nº 20.02.0001.0001214/2024-05.

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador(a)-Geral do Trabalho, pelo critério antiguidade, em vaga decorrente da aposentadoria do Subprocurador-Geral do Trabalho Antônio Messias Matta de Aragão Bulcão.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

04 - PGEA nº 20.02.0001.0003287/2024-03.

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador(a)-Geral do Trabalho, pelo critério de merecimento, em vaga criada pela Lei nº 14.561, 26 de abril de 2023.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

05 - PGEA nº 20.02.0001.0003288/2024-73.

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador(a)-Geral do Trabalho, pelo critério antiguidade, em vaga criada pela Lei nº 14.561, 26 de abril de 2023.

Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

06 - PGEA nº 20.02.0001.0003289/2024-46.

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador(a)-Geral do Trabalho, pelo critério de merecimento, em vaga criada pela Lei nº 14.561, 26 de abril de 2023.

Relator: Conselheiro Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto.

07 - PGEA nº 20.02.0001.0003290/2024-19.

Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador(a)-Geral do Trabalho, pelo critério antiguidade, em vaga criada pela Lei nº 14.561, 26 de abril de 2023.

Relator: Conselheiro Fábio Leal Cardoso.

III - Outro(s) Feito(s).

08 - PGEA nº 20.02.0402.0000102/2023-58.

Requerente: Evandro Paulo Brizzi - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação do Curso de Mestrado em "Máster en Derechos Humanos, Interculturalidad Y Dessarollo" da Universidade Pablo de Olavide, Sevilha/Espanha.

Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

09 - PGEA nº 20.02.0200.0000701/2024-07.

Requerente: Danton de Almeida Segurado - Procurador Regional do Trabalho

Assunto: Reclamação contra a Lista de Antiguidade dos(as) Membros(as) do Ministério Público do Trabalho vigente à data de 31 dezembro de 2023, publicada pela Resolução CSMPT nº 221, de 14 de março de 2024.

Relator: Conselheiro Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto.

10 - PGEA nº 20.02.0400.0000652/2023-79.

Requerente: Bernardo Mata Schuch - Procurador do Trabalho.

Assunto: Pedido de afastamento por 2 (dois) meses para elaboração do trabalho final de mestrado do "Master en Derecho Constitucional" da Universidad de Sevilla.

Relator: Conselheiro Francisco Gérson Marques de Lima.

11 - PGEA nº 20.02.0500.0000600/2024-77.

Requerente: Luís Antônio Barbosa da Silva - Procurador Regional do Trabalho.

Assunto: Requerimento para licença para elaboração de dissertação de mestrado.

Relator: Conselheiro Francisco Gérson Marques de Lima.

O(s) processo(s) constante(s) desta pauta que não for(em) julgado(s) nesta Sessão fica(m) automaticamente adiado(s) para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

JOSÉ DE LIMA RAMOS PEREIRA
Presidente do Conselho

FÁBIO LEAL CARDOSO
Secretário

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 318ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2024

Aos vinte e cinco dias de abril de dois mil e vinte e quatro às dez horas e treze minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a tricentésima décima oitava (318a) Sessão Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos e os Subprocuradores-Gerais do Trabalho, Sandra Lia Simón e André Lacerda. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) ASSUNTOS GERAIS: Sessões com tradução em Libras. A Coordenadora da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT, Dra. Eliane Araque dos Santos, cumprimentou a todo(a)s o(a)s presentes, membro(a)s, servidore(a)s, pessoal da TI e todas as pessoas que estivessem acompanhando a Sessão por meio da transmissão. Informou que, a partir desta 318ª Sessão Ordinária, todas as transmissões passarão a contar com a presença de intérpretes de libras. Cumprimentou o(a)s intérpretes presentes e ressaltou a importância de as sessões da CCR passarem a ser acessíveis às pessoas com deficiência auditiva. Todo(a)s o(a)s membro(a)s presentes se associaram às palavras da Coordenadora.

2) PROCESSOS COM VISTA NA PAUTA DE SESSÃO

Processo IC-002126.2013.15.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO(A): SINDICATO DOS TRABALHADORES EM RESTAURANTES, LANCHONETES, BARES, BOTEQUINS, CHOPERIAS, CHURRASCARIAS, COSTELARIAS, FAST-FOOD, BUFFETS, CAFÉS, CANTINAS, CASAS DE CHÁ, CASAS DE LANCHES, LANCHONETES DE PADARIAS, PASTELARIAS, PIZZARIAS, ROTISSERIAS, TRAILLERS DE LANCHES, LEITERIAS, ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM TIPO HOTÉIS, APART-HOTÉIS, FLATS, HOSPEDARIAS, MOTÉIS, PENSÕES E POUSADAS DE CAMPINAS E REGIÃO,, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas solicitado pela Dra. Sandra Lia Simón.

3) CONSULTAS

Processo IC-000491.2022.09.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): PLANETA BRASIL LTDA, NOTICIANTE: SATED/PR - SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES DO ESTADO DO PARANÁ, NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): T2 EVENTOS E BARES EIRELI - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, respondê-la nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002505.2023.04.000/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INVESTIGADO(A): BUNDCHEN CLINICA VETERINARIA LTDA., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer a consulta, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000120.2024.11.000/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MPT/ 11ª REGIÃO, NOTICIADO(A): Município de Manaquiri - Relator: Dr. André Lacerda. Devolvido o feito após pedido de vistas, a Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer a consulta e, no mérito, por unanimidade, respondê-la nos termos do voto do(a) relator(a), devendo a Secretaria da CCR encaminhar cópia do voto do Relator e do voto convergente ao NUPIA/PGT, para ciência.

4) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo IC-006056.2021.02.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: MARCELO FREIRE SAMPAIO COSTA, SUSCITADO(A): LORENA BRANDÃO LANDIM CAMAROTTI - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do suscitado, 56º OFÍCIO DA PRT DA 2ª REGIÃO/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-009245.2023.02.000/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITANTE: LORENA BRANDÃO LANDIM CAMAROTTI, SUSCITADO(A): DANIEL GEMIGNANI - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 para reconhecer a intempestividade do declínio promovido e declarar a atribuição do ofício suscitado, 58º OFÍCIO DA PRT DA 2ª REGIÃO/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-009731.2023.02.000/1 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO(A): JANIA APARECIDA LEME (RUA ALI SAAD 26), NOTICIADO(A): MANOEL CARLOS MONTEIRO (RUA ALI SAAD 26), NOTICIANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - FORO DE OSASCO - VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do suscitante, 1º OFÍCIO DA PTM DE BARUERI/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004351.2023.04.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO(A): PRISCILA DIBI SCHVARCZ, SUSCITANTE: GILSON LUIZ LAYDNER DE AZEVEDO - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuições porque intempestivo, prevalecendo a atribuição do 25º Ofício da PRT 4ª Região/RS, ora suscitante, para conduzir o feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000068.2023.04.004/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 5.CONATPA - Interessados: SUSCITANTE: SAFIRA CRISTINA FREIRE AZEVEDO CARONE GOMES, SUSCITADO(A): MARCO AURÉLIO GOMES CORDEIRO DA CUNHA - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho do 2º Ofício da PTM de Pelotas/RS, ora suscitado, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000736.2024.02.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: SUSCITADO(A): ELISABETH PRISCILA SATAKE SATO, SUSCITANTE: LÉA ÉMILE MACIEL JORGE DE SOUZA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho Suscitado do 64º Ofício da PRT da 2ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001192.2024.02.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: KELEY KRISTIANE VAGO CRISTO, SUSCITADO(A): BERNARDO LEÔNCIO MOURA COELHO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do suscitado, 36º OFÍCIO DA PRT DA 2ª REGIÃO/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001194.2024.02.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO(A): BERNARDO LEÔNCIO MOURA COELHO , SUSCITADO(A): KELEY KRISTIANE VAGO CRISTO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do suscitado, 36º OFÍCIO DA PRT DA 2ª REGIÃO/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001214.2024.02.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO(A): BERNARDO LEÔNCIO MOURA COELHO , SUSCITANTE: KELEY KRISTIANE VAGO CRISTO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do suscitado, 36º OFÍCIO DA PRT DA 2ª REGIÃO/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001554.2024.02.000/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITADO(A): ALLINE PEDROSA OISHI DELENA, SUSCITANTE: DANIELLE LEITE DE P. COSTA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho suscitada do 43º Ofício da PRT da 2ª Região, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002691.2024.02.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: ELIANE LUCINA, SUSCITADO(A): LÉA ÉMILE MACIEL JORGE DE SOUZA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do suscitante, 31º OFÍCIO DA PRT DA 2ª REGIÃO/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000203.2024.03.000/0 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: SUSCITADO(A): VITOR BAUER FERREIRA DE SOUZA, SUSCITADO(A): FERNANDA BRITO PEREIRA, SUSCITADO(A): HUDSON MACHADO GUIMARÃES , SUSCITANTE: RAFAEL ALBERNAZ CARVALHO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o conflito negativo de atribuições, por intempestividade do declínio inicial motivado por readequação temática, e devolver os autos à Procuradora do Trabalho titular do 9º Ofício da PRT da 3ª Região, ora suscitado, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000084.2024.03.002/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITADO(A): HUDSON MACHADO GUIMARÃES, SUSCITANTE: OLAF SCHYRA - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho do 16º Ofício da PRT 3ª Região/MG, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000030.2024.04.002/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: SUSCITANTE: BRUNA IENSEN DESCONZI, SUSCITADO(A): FERNANDA ESTRELA GUIMARÃES - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho do 3º Ofício da PTM de Santa Maria/RS, ora suscitante, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000484.2024.08.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: ELIANE LUCINA, SUSCITADO(A): MARCIUS CRUZ DA PONTE SOUZA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do suscitado, 18º OFÍCIO DA PRT DA 8ª REGIÃO/PA, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000544.2024.09.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITADO(A): CIBELLE COSTA DE FARIAS, SUSCITANTE: LUDMILA PEREIRA ARAÚJO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do suscitante, 1º OFÍCIO DA PTM DE BARUERI/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000843.2024.09.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: SUSCITANTE: CIBELLE COSTA DE FARIAS, SUSCITADO(A): FERNANDA PEREIRA BARBOSA - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho do 15º Ofício da PRT da 10ª Região/DF, ora suscitado, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000411.2024.15.001/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITADO(A): MARCUS VINÍCIUS GONÇALVES, SUSCITANTE: GUIOMAR PESSOTTO GUIMARÃES - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC nº 75/93 e decidir pela atribuição do(a) Procurador(a) do Trabalho suscitado, 34º OFÍCIO DA PTM DE BAURU/SP, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) ANULAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA

Processo ICP-000297.2005.03.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: Dra. Sônia Toledo Gonçalves Procuradora do Trabalho, INQUIRIDO(A): SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS NO ESTADO DE MINAS GERAIS, INQUIRIDO(A): SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS EM GERAL, E COMPLEMENTOS, BOLSAS, LUVAS PELES DE RESGUARDO, CHAPÉUS, GUARDA CHUVAS, SOMBRINHAS, BENGALAS, TAMANCOS, FORMAS DE MADEIRAS, PALMILHAS MATERIAL DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO AO TRABALHO DE BELO HORIZONTE E REGIÃO - Relator: Dr. André Lacerda. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e, no mérito, por unanimidade, homologar a proposta retificadora, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo PP-000401.2009.03.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INVESTIGADO(A): SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO DE MINÉRIOS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, INVESTIGADO(A): SIRTGÁS/MG - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA TRANSPORTADOR E REVENDEDOR DE GLP DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar o 1º Termo de Ajuste de Conduta Aditivo do TAC N.º 153/2009, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000300.2009.23.000/7 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO(A): IDEAL PORK S.A., NOTICIANTE: MPT/PRT 23ª/COORDINFÂNCIA, INQUIRIDO(A): NATURAL PORK ALIMENTOS S.A. - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer e, no mérito, por unanimidade, homologar a proposta de anulação do Termo de Ajuste de Conduta nº 108/2016, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000053.2011.02.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: MM JUÍZA DA 3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO - ZONA LESTE, NOTICIANTE: MPT/PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO(A): TRANSPPASS TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA (ANTIGA VIAÇÃO CASTRO) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber a proposta de anulação como proposta de revogação e decidir por sua homologação, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Processo IC-000140.2013.04.003/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO(A): JOHN DEERE BRASIL LTDA, NOTICIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4 REGIAO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a proposta de revisão de TAC, nos termos do voto do(a) Relator(a).

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da Câmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às onze horas e treze minutos.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

SANDRA LIA SIMÓN
Membra

ANDRÉ LACERDA
Membro

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 3 DE ABRIL DE 2024

Aos vinte e três dias de abril de dois mil e vinte e quatro às quatorze horas e trinta minutos, iniciou-se, com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a sexagésima nona (69a) Sessão Ordinária da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes o Coordenador, Subprocurador-Geral do Trabalho, André Lacerda, a Subprocuradora-Geral do Trabalho, Ileana Neiva Mousinho, a Procuradora Regional do Trabalho, Soraya Tabet Souto Maior e as membras suplentes, Procuradoras Regionais do Trabalho, Simone Beatriz Assis de Rezende e Marisa Regina Murad Legaspe. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) PROCESSOS COM VISTA NA PAUTA DE SESSÃO

Processo NF-000078.2024.17.001/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: - Relator: Dr. André Lacerda. Suspenso o julgamento do feito em face do pedido de vistas solicitado pela Dra. Ileana Neiva Mousinho.

2) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-001422.2018.19.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO(A): J. FARIAS BIANA - EPP - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000940.2021.17.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): DINAMICA TELECOMUNICACOES LTDA, NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000142.2022.01.007/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO HOSPITAL ALCÍDES CARNEIRO, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000421.2022.03.001/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): FRIGORIFICO FRIGOFAVA S/A - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000749.2022.07.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): TOPPLAST INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001709.2022.13.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENÚNCIA ANÔNIMA, NOTICIADO(A): FLÁVIO FIGUEIREDO DA SILVA PASCOAL - ME - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo IC-000239.2022.15.006/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): PAULO MELO CONSTRUCOES EIRELI, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE LADRILHOS HIDRÁULICOS, PRODUTOS DE CIMENTO E DE MÁRMORES E GRANITOS DE RIBEIRÃO PRETO - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar parcialmente a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000402.2022.15.006/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): PBG S/A, INQUIRIDO(A): S.Y.G TRANSPORTES LTDA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000247.2022.18.002/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): DIGITAL SIGN COMERCIO E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): MARIA ANTONIA I. FERREIRA DE ATAIDES - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000565.2023.01.003/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): RAFINHA SUPERMERCADOS DO NORTE LTDA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-006621.2023.02.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): ENPLAN CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-008520.2023.02.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): GRUPO GENNIUS BRASIL PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS S/A , NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000797.2023.02.001/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO(A): MAGNA DO BRASIL PRODUTOS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000571.2023.02.004/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INVESTIGADO(A): MASTER TOTAL LATAS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002325.2023.03.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO(A): JMX MINERAÇÃO E COMÉRCIO SCP - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, pela admissibilidade do pedido de reconsideração e pelo seu não acolhimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005405.2023.03.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO), NOTICIADO(A): REDE MONTAGENS ELETROMECANICAS S.A - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000767.2023.03.002/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO(A): MUNICIPIO DE SENHORA DOS REMEDIOS (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000546.2023.05.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): AVANCO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-003145.2023.05.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO(A): ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000671.2023.05.006/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): GW TRANSPORTE E COM DE ALIMENTOS EIRELI, NOTICIANTE: SIGILOSO. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000024.2023.07.002/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): FERNANDA ALTENHOFEN, INQUIRIDO(A): FLC CALÇADOS LTDA, INQUIRIDO(A): FLC CALCADOS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002164.2023.09.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO(A): Eternit S/A, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002555.2023.09.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): CLEAN FAST CWB SERVICOS EIRELI, NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): NEIR COMERCIAL LTDA ME - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002826.2023.10.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): WEST CARNES PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001145.2023.12.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INVESTIGADO(A): JANDIR CARLOS DA SILVA, INVESTIGADO(A): LARISSA CARLA DA SILVA, INVESTIGADO(A): TECADI ARMAZENS GERAIS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000351.2023.12.004/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): CAROLINA REICH MARCON PASSERO, NOTICIADO(A): RM - HOTELARIA, GASTRONOMIA E TURISMO EIRELI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-004868.2023.15.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INVESTIGADO(A): MARISA LOJAS S.A. - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000192.2023.15.006/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CEREST CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR , INVESTIGADO(A): DIMETAL DISTRIBUIDORA DE METAIS PASQUALIN LTDA. - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto ao acidente de trabalho, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001285.2023.17.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): DOMART ALIMENTOS LTDA , NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento no tocante ao tema adicional de insalubridade e homologar em relação aos demais temas, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001401.2023.17.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): ADEMILSON GUILHERMINO DA SILVA, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): TRINDADE INDUSTRIA DE MOVEIS E ARTEFATOS EIRELI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar parcialmente a promoção de arquivamento, apenas quanto ao tema condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho; e não homologar em relação aos demais temas, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002172.2023.17.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO MORAES - HUCAM, NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, NOTICIADO(A): VSG - VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EM GERAL LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000048.2023.17.003/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): ELETTRA ELETRICA E METALMECANICA LTDA, NOTICIANTE: GERALDO CASIMIRO VIEIRA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, Incluir na investigação, como investigadas, as empresas Suzano S/A e Cerradinho Bioenergia Ltda., tomadoras de serviços onde ocorreram dois acidentes de trabalho e, após as investigações, a tomadora dos serviços prestados pela trabalhador acidentado Sidney Alves e acrescentar na investigação os temas não investigados, mas que decorrem dos documentos juntados aos autos ou decorrentes dos fatos narrados pelo denunciante e testemunhas: 1.1.3 CAT; 1.2.3 PCMSO; 1.2.3.1. Exames médicos; 1.2.3 PGR; 1.2.5.2 Treinamentos; 1.3.3.2 Eletricidade; 1.3.1.6 Atividades em caldeiras; 9.4.2 Jornada de trabalho; 9.12.8.3 Trabalho noturno, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002178.2023.18.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): ROSIMERY TAVARES DA SILVA - EIRELI - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento quanto aos temas 01.04.02. Edificações e 01.04.05. Instalações elétricas e homologar quanto aos demais temas, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002255.2023.18.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): HOSPITAL DE ACIDENTADOS CLÍNICA SANTA ISABEL LTDA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002262.2023.18.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): HOSPITAL CRISTO REDENTOR LTDA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002687.2023.18.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): CERVEJARIA PETROPOLIS S/A - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, ressaltando a necessidade de retificação do temário, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002710.2023.18.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): E C MOTEL LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000009.2023.18.002/2 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): A P DE O VAZ GUARDIOES GP 2, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). O Dr. André Lacerda acompanhou com ressalvas.

Processo NF-000448.2023.18.002/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): CONDOMINIO RESIDENCIAL PARK IBIZA PREMIUM II, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000259.2023.20.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: SUSCITANTE: EMERSON ALBUQUERQUE RESENDE, SUSCITADO(A): RAYMUNDO LIMA RIBEIRO JUNIOR - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002139.2023.21.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): RIOGRANDENSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA., NOTICIANTE: SIGILOSO (SEM INFORMAÇÃO DE ENDEREÇO - NOTIFICAR POR EDITAL) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000467.2023.24.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, INQUIRIDO(A): OBRA EM GALERIA (A APURAR) - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000858.2024.01.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): CONDOMINIO DO EDIFICIO ELIAS IBRAHIM MALEH, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001083.2024.01.000/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): LE3 LIMPEZA E HIGIENIZACAO LTDA , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Marisa Regina Murad Legaspe. A 1ª Subcâmara de Coordenação e

Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção arquivamento no que se refere aos temas CTPS e registro de empregados, e não homologar no que tange aos temas fornecimento de EPI´s, horas extras e condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000516.2024.02.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): CURA - CENTRO DE ULTRASSONOGRAFIA E RADIOLOGIA S/A, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000734.2024.02.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): MERCADO E MERCEARIA RC CURVELO LTDA ME (MERCADO RC) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001156.2024.02.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): INBRANDS SA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001299.2024.02.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): INVENTCLOUD TECNOLOGIA LTDA, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencido o Dr. André Lacerda.

Processo NF-001396.2024.02.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): L15 TRANSPORTES E SERVIÇOS EIRELI, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000230.2024.02.002/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): SERVIZI BRASIL TERCEIRIZACAO LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000085.2024.02.004/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): AUDAC CONSULTORIA E ASSESSORIA DE COBRANÇA LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000395.2024.03.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO(A): NASALA EVENTOS LTDA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000968.2024.03.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO(A): MGS SERRARIA E COMERCIO DE MADEIRAS E PRODUTOS DERIVADOS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000093.2024.07.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - PRT 7ª SEDE, INVESTIGADO(A): YSTMA COMERCIO E SERVICOS DE MAQUINAS DE COSTURA LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000843.2024.07.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO(A) - PRT 7ª SEDE, NOTICIADO(A): SANTANA JUNIOR COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000265.2024.08.000/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): BELÉM RIO SEGURANÇA LTDA., NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000001.2024.09.000/5 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): MARCONFER INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAMENTAS INDUSTRIAIS LTDA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000497.2024.10.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): SC MALHARIA E UNIFORMES LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000296.2024.12.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): CENTRO DE TRIAGEM ADAMI LTDA, NOTICIADO(A): PAPA ENTULHO ADAMI LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000359.2024.12.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO(A): FG SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000960.2024.15.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): SWISSPORT BRASIL LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000330.2024.16.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): WIKI TELECOMUNICACOES EIRELI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000722.2024.19.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): NIOBE DE A C DA CUNHA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000280.2024.22.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): NATANAEL DE BRITO ARAUJO, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento no que diz respeito ao tema 01.02.05.01. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva e homologar no tocante às demais matérias, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000098.2024.23.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO(A): FACHOLI PRODUÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-001157.2020.10.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 10.SITUAÇÕES DE CALAMIDADE - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO(A): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, INQUIRIDO(A): GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - GDF, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PRT 15ª REGIÃO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA - SEEB/DF - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-003473.2021.15.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO(A): HOSPITAL MUNICIPAL E MATERNIDADE DE NOVA ODESSA, NOTICIANTE: SINDICATO DO SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS AUTARQUICOS FUNDACIONAIS ATIVOS E INATIVOS DE NOVA ODESSA - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento parcial do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000120.2022.09.003/6 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): J. B. T. COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002019.2022.10.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, INVESTIGADO(A): INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE BRASILIA - IFB - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000042.2022.18.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S/A - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003489.2023.01.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): BC 1963 CONFECCOES LTDA , NOTICIADO(A): BC 1963 CONFECCOES LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL , NOTICIANTE: MARLENE GUILHERME DE SOUSA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-007766.2023.02.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): TRANSPORTE URBANO TRANSKUBA LTDA. , NOTICIADO(A): CONSÓRCIO KBPX, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): SÃO PAULO TRANSPORTE SA (SPTRANS), NOTICIADO(A): TRANSKUBA TRANSPORTES GERAIS LTDA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-008537.2023.02.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): IMPER MASTER ENGENHARIA E IMPERMEABILIZACOES LTDA ME, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-010082.2023.02.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): GOCIL SERVIÇOS GERAIS LTDA (GRUPO GOCIL) (DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR: FIT SERVICE SERVIÇOS GERAIS E COMÉRCIO LTDA) - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004652.2023.03.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, NOTICIADO(A): SISTEMA REDE DE ENSINO LTDA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004872.2023.03.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): LÍDER TÁXI AÉREO S/A - AIR BRASIL, NOTICIANTE: SINDICATO NACIONAL DOS AERONAUTAS - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-003651.2023.04.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO(A): BM SISTEMAS DE ANALISE DE DADOS EIRELI, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003388.2023.06.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): CONFIARE SAUDE ASSISTENCIA DOMICILIAR LTDA, NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO COREN PE - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, sugerindo a instauração de mediação no NUPIA regional, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003402.2023.06.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE PERNAMBUCO COREN PE, NOTICIADO(A): PLUS MED SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, sugerindo a instauração de mediação no NUPIA regional, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000030.2023.11.001/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): GLOBALTECH BRASIL LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001435.2023.12.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): ADAILTON LUIS MACHADO DE OLIVEIRA, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): EDMILSON F M DE OLIVEIRA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002456.2023.18.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer parcialmentre o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001349.2024.02.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): NÃO INFORMADO (RUA FLORA 63), NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe parcial provimento e não homologar o arquivamento do feito quanto aos temas 09.01.01. Desvio e/ou acúmulo de função e 09.12.08.04. Insalubridade, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000024.2024.04.002/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): TAVARES & SORATO LTDA - EPP - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000051.2024.15.001/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, NOTICIADO(A): ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA EIRELI - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-000283.2022.09.001/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): INSTITUTO DE ONCOLOGIA E HEMATOLOGIA MARINGÁ LTDA. , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento e determinar o retorno dos autos à origem para encaminhamento ao NUPIA Regional, cabendo-lhe avaliar as peculiaridades de cada caso, o momento oportuno e a possibilidade de se mediar os interesses para a implementação do piso salarial e demais questões de interesse da categoria dos(as) enfermeiros(as), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002537.2023.05.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): HOSPITAL SAO RAFAEL S.A, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento e determinar o retorno dos autos à origem para encaminhamento ao NUPIA Regional, cabendo-lhe avaliar as peculiaridades de cada caso, o momento oportuno e a possibilidade de se mediar os interesses para a implementação do piso salarial e demais questões de interesse da categoria dos(as) enfermeiros(as), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002660.2023.05.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): INSTITUTO DE GESTAO E HUMANIZACAO IGH , NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, devolvendo-se os autos à origem para que se adotem as providências necessárias para o envio ao NUPIA regional, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002931.2023.05.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): VITALMED RESGATE MEDICO LTDA , NOTICIANTE: ANA CELIA MENDES SANTOS - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento e determinar o retorno dos autos à origem, com envio ao NUPIA regional para avaliar as peculiaridades do caso concreto, o momento oportuno e a possibilidade de se mediar os interesses para a implementação do piso salarial e demais questões de interesse da categoria dos(as) enfermeiros(as), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000229.2023.05.003/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): INSTITUTO DE GESTAO E HUMANIZACAO IGH, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Marisa Regina Murad Legaspe. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, devolvendo-se os autos à origem para que se adotem as providências necessárias para a atuação do NUPIA regional, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003932.2023.06.000/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA (VIDE DENUNCIA), NOTICIADO(A): HOSPITAL ESPERANCA SA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, devolvendo-se os autos à origem para que se adotem as providências necessárias para o envio ao NUPIA regional, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000587.2023.13.001/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): HOSPITAL DE OFTALMOLOGIA DE CAMPINA GRANDE LTDA, NOTICIANTE: JULIA ARAUJO SILVA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, sugerindo a instauração de mediação no NUPIA regional, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000415.2023.14.002/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INVESTIGADO(A): UNIMED JI-PARANÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento e determinar o retorno dos autos à origem para encaminhamento ao NUPIA Regional, cabendo-lhe avaliar as peculiaridades de cada caso, o momento oportuno e a possibilidade de se mediar os interesses para a implementação do piso salarial e demais questões de interesse da categoria dos(as) enfermeiros(as), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000496.2023.18.003/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): ESTADO DE GOIÁS (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE - HOSPITAL ESTADUAL DO CENTRO-NORTE GOIANO-HCN URUAÇU)), INQUIRIDO(A): IMED - INSTITUTO DE MEDICINA, ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001797.2023.19.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INVESTIGADO(A): LIMPEX SERVICOS DE LIMPEZA ESPECIALIZADA EIRELI - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001517.2023.20.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): MAIS HUMANUS ATENDIMENTO ESPECIALIZADO LTDA - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento e determinar o retorno dos autos à origem para encaminhamento ao NUPIA Regional, cabendo-lhe avaliar as peculiaridades de cada caso, o momento oportuno e a possibilidade de se mediar os interesses para a implementação do piso salarial e demais questões de interesse da categoria dos(as) enfermeiros(as), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000298.2023.20.001/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): ASSOCIAÇÃO LUZ DO SOL, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento e determinar o retorno dos autos à origem para encaminhamento ao NUPIA Regional, cabendo-lhe avaliar as peculiaridades de cada caso, o momento oportuno e a possibilidade de se mediar os interesses para a implementação do piso salarial e demais questões de interesse da categoria dos(as) enfermeiros(as), nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000011.2024.01.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): HOSPITAIS INTEGRADOS DA GAVEA S/A , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, sugerindo a instauração de mediação no NUPIA regional, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000012.2024.04.005/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): GOETZE LOBATO ENGENHARIA S.A, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, sugerindo a autuação de nova notícia de fato em face da noticiada para que seja apurada a ausência de fornecimento dos equipamentos de proteção individual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000378.2024.06.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANONIMO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): TACIANA M. DA SILVA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, sugerindo que o Procurador oficiante encaminhe cópia da notícia de fato ao sindicato da categoria e à SRT, resguardado o sigilo da parte denunciante, para apuração das irregularidades narradas na denúncia, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000468.2024.07.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - PRT 7ª SEDE, NOTICIADO(A): PADARIA E CONFEITARIA BOM DO TRIGO LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, sugerindo que o Procurador oficiante encaminhe cópia da notícia de fato ao sindicato da categoria, à SRT e à Vigilância Sanitária, resguardado o sigilo da parte denunciante, para apuração das irregularidades narradas na denúncia, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000506.2024.20.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: NOTICIANTE ANÔNIMO(A), NOTICIADO(A): RRC TRANSPORTE COMERCIO MINERACAO E LOCACAO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, sendo necessário, entretanto, a instauração de nova notícia de fato com o tema 7.1.3. PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL, para apuração da denúncia, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA

Processo IC-005161.2020.01.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 10.SITUAÇÕES DE CALAMIDADE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO(A): FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO , INQUIRIDO(A): SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE - SES - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, determinando a correção da autuação para incluir os temas do PP anexado e o tema fiscalização de contratos, devendo ser acrescentado o nome do Instituto Estadual de Cardiologia, na aba partes, do Inquérito Civil, e gerado relatório SPAI do Instituto e da Secretaria Estadual de Saúde. Por fim, considerando que o voto revela estratégias de investigação do MPT, mantenha-se em sigilo, nos termos do voto do(a) relator(a).

6) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo PP-000107.2022.18.003/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO(A): MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000657.2023.01.001/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO(A): MUNICÍPIO DE VASSOURAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/CAPS DR. HORÁCIO TAVERNARD DOS SANTOS, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000809.2023.03.002/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): MUNICIPIO DE LEOPOLDINA (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE), NOTICIANTE: NOTICIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000612.2023.03.010/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, sendo devido o retorno dos autos à origem para que se adotem as providências necessárias para a atuação do NUPIA regional, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-003960.2023.06.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: ANTONIO TEIXEIRA DE SOUZA NETO, INQUIRIDO(A): FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO - FUNASE, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS AGENTES E ASSISTENTES DE SEGURANÇA SÓCIOEDUCATIVOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar parcialmente o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001649.2023.20.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO(A): MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ/SE - Relatora: Dra. Simone Beatriz Assis de Rezende. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000128.2024.15.003/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO(A): FABIANA ALVES DE SOUZA, NOTICIANTE: MUNICÍPIO DE TAMBAÚ - Relator: Dr. André Lacerda. A 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - NF-000078.2024.01.005/4, NF-000152.2024.01.006/4 - PRT 2ª Região-SP - NF-000165.2024.02.001/8 - PRT 3ª Região-MG - NF-000001.2024.03.000/3, NF-000502.2024.03.000/9, NF-000647.2024.03.000/8, NF-000658.2024.03.000/1, NF-001175.2024.03.000/2, NF-000070.2024.03.005/1, NF-000094.2024.03.010/0, NF-000121.2024.03.010/5 - PRT 4ª Região-RS - NF-000736.2024.04.000/4, NF-000926.2024.04.000/0 - PRT 5ª Região-BA - NF-000102.2024.05.006/5 - PRT 6ª Região-PE - IC-003972.2023.06.000/1, NF-004370.2023.06.000/5 - PRT 7ª Região-CE - CP-002817.2023.07.000/6 - PRT 9ª Região-PR - NF-000003.2024.09.004/2 - PRT 11ª Região-AM - NF-000020.2024.11.000/8, NF-000276.2024.11.000/8, NF-000042.2024.11.001/0 - PRT 12ª Região-SC - NF-000100.2024.12.005/2 - PRT 13ª Região-PB - NF-000016.2024.13.002/9 - PRT 15ª Região-Campinas - PP-000001.2024.15.003/5, NF-000142.2024.15.007/3 - PRT 19ª Região-AL - IC-001067.2022.19.000/8.

7) OUTROS

Processo IC-000317.2020.03.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo IC-000211.2022.01.007/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): ORDEM HOSPITALEIRA DE SÃO JOÃO DE DEUS , INQUIRIDO(A): ORDEM HOSPITALEIRA DE SÃO JOÃO DE DEUS - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo IC-004174.2022.02.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): EXPRESSO ORIENTE INTERNACIONAL TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA (ORIENTE LOGÍSTICA), NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo IC-000797.2023.03.001/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO(A): AUTUS COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA , NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): NOTICIANTE ANÔNIMO(A), NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-000686.2023.13.001/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): FORÇA ALERTA - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo PP-002470.2023.15.000/2 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INVESTIGADO(A): CORDEIROPOLIS UTILIDADES DOMESTICAS LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-000103.2024.21.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SIGILOSO (SEM INFORMAÇÃO DE ENDEREÇO - NOTIFICAR POR EDITAL), NOTICIADO(A): THAIS EMANUELLE DA SILVA - ME - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-000063.2024.21.001/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA., NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-000277.2024.24.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): GRADI VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

8) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

RT 1ª Região-RJ - IC-002952.2015.01.000/7, IC-000487.2016.01.004/2, IC-000087.2016.01.006/0, IC-000746.2016.01.006/3, IC-000684.2017.01.000/9, IC-004354.2018.01.000/6, IC-005224.2018.01.000/8, IC-000713.2018.01.006/8, IC-001080.2019.01.000/9, IC-005417.2019.01.000/4, IC-006620.2019.01.000/5, IC-000303.2019.01.003/8, IC-000333.2019.01.003/0, IC-000671.2019.01.004/1, IC-001292.2019.01.004/3, IC-000156.2019.01.008/1, IC-001028.2020.01.000/0, IC-002473.2020.01.000/2, IC-004773.2020.01.000/0, IC-005622.2020.01.000/4, IC-005874.2020.01.000/1, IC-006533.2020.01.000/7, IC-006637.2020.01.000/6, IC-007600.2020.01.000/7, IC-007933.2020.01.000/4, IC-001510.2020.01.004/0, IC-000293.2020.01.006/7, IC-000611.2021.01.000/6, IC-001568.2021.01.000/4, IC-001731.2021.01.000/1, IC-001842.2021.01.000/0, IC-003334.2021.01.000/5, IC-000052.2021.01.001/6, IC-000110.2021.01.002/0, IC-000033.2021.01.003/0, IC-000364.2021.01.004/0, IC-000636.2021.01.004/6, IC-000640.2021.01.004/5, IC-000439.2021.01.005/0, IC-000120.2021.01.006/1, IC-000104.2021.01.007/3, IC-000095.2021.01.008/3, IC-000337.2022.01.000/7, IC-000352.2022.01.000/0, IC-000705.2022.01.000/5, IC-000927.2022.01.000/9, IC-001312.2022.01.000/7, IC-002061.2022.01.000/0, IC-002665.2022.01.000/5, IC-003084.2022.01.000/7, IC-003349.2022.01.000/0, IC-004156.2022.01.000/4, IC-004304.2022.01.000/6, IC-004463.2022.01.000/6, IC-000045.2022.01.001/3, IC-000471.2022.01.001/7, IC-000201.2022.01.003/1, IC-000279.2022.01.003/3, IC-000752.2022.01.004/6, IC-000777.2022.01.004/2, IC-000198.2022.01.006/6, IC-000234.2022.01.006/5, IC-000333.2022.01.007/8, IC-000132.2023.01.000/1, IC-000604.2023.01.000/3, IC-000726.2023.01.000/9, PP-001011.2023.01.000/1, IC-001661.2023.01.000/7, IC-001681.2023.01.000/0, IC-001870.2023.01.000/2, IC-002502.2023.01.000/5, NF-003391.2023.01.000/0, IC-003612.2023.01.000/7, IC-003629.2023.01.000/1, NF-003822.2023.01.000/8, NF-004491.2023.01.000/6, NF-004850.2023.01.000/4, NF-004856.2023.01.000/7, PP-004908.2023.01.000/3, IC-005287.2023.01.000/6, NF-005321.2023.01.000/2, NF-005427.2023.01.000/2, PP-005513.2023.01.000/1, NF-005529.2023.01.000/0, IC-005535.2023.01.000/5, NF-005640.2023.01.000/1, NF-005681.2023.01.000/2, NF-005782.2023.01.000/5, NF-005879.2023.01.000/4, NF-005894.2023.01.000/0, IC-000134.2023.01.001/5, IC-000480.2023.01.001/0, PP-000067.2023.01.002/0, IC-000321.2023.01.002/6, NF-000435.2023.01.002/7, NF-000454.2023.01.002/5, IC-000029.2023.01.003/3, PP-000114.2023.01.003/2, IC-000215.2023.01.003/7, PP-000349.2023.01.003/2, IC-000403.2023.01.003/3, NF-000499.2023.01.003/7, NF-000520.2023.01.003/7, IC-001256.2023.01.004/1, IC-000117.2023.01.005/3, NF-000466.2023.01.005/8, NF-000472.2023.01.005/0, NF-000527.2023.01.005/3, IC-000175.2023.01.006/5, IC-000289.2023.01.006/6, IC-000443.2023.01.006/5, IC-000458.2023.01.006/4, IC-000543.2023.01.006/3, NF-000860.2023.01.006/3, NF-001082.2023.01.006/0, PP-000371.2023.01.007/7, NF-000415.2023.01.007/7, IC-000113.2023.01.008/0, NF-000327.2023.01.008/0, PP-000023.2024.01.000/8, PP-000027.2024.01.000/7, NF-000059.2024.01.000/6, NF-000067.2024.01.000/0, NF-000150.2024.01.000/6, NF-000244.2024.01.000/2, NF-000346.2024.01.000/3, PP-000391.2024.01.000/8, NF-000490.2024.01.000/0, NF-000612.2024.01.000/0, NF-000642.2024.01.000/2, NF-000659.2024.01.000/4, NF-000804.2024.01.000/2, NF-000818.2024.01.000/5, NF-000819.2024.01.000/1, NF-000915.2024.01.000/4, NF-000917.2024.01.000/7, NF-000946.2024.01.000/2, NF-000954.2024.01.000/7, NF-001162.2024.01.000/8, NF-001234.2024.01.000/7, NF-001265.2024.01.000/1, NF-000010.2024.01.001/0, NF-000038.2024.01.001/4, NF-000049.2024.01.001/0, NF-000069.2024.01.001/6, IC-000015.2024.01.002/8, NF-000011.2024.01.003/0, NF-000105.2024.01.005/6, NF-000129.2024.01.005/6, NF-000168.2024.01.005/9, NF-000184.2024.01.005/8, NF-000155.2024.01.006/3 - PRT 2ª Região-SP - IC-000739.2016.02.002/3, IC-003427.2018.02.000/3, IC-008569.2018.02.000/8, IC-005834.2019.02.000/0, IC-001206.2019.02.002/2, IC-001487.2020.02.000/3, IC-001664.2020.02.000/9, IC-004915.2020.02.000/9, IC-000031.2020.02.002/3, IC-000216.2020.02.003/7, IC-002007.2021.02.000/3, IC-002953.2021.02.000/9, IC-004940.2021.02.000/2, IC-005390.2021.02.000/9, IC-006027.2021.02.000/9, IC-006891.2021.02.000/9, IC-000100.2021.02.002/5, IC-000076.2021.02.004/0, IC-000113.2021.02.004/3, IC-000329.2021.02.005/6, IC-002641.2022.02.000/1, IC-005312.2022.02.000/0, IC-005925.2022.02.000/7, IC-006472.2022.02.000/4, IC-006860.2022.02.000/6, IC-000196.2022.02.001/0, IC-000491.2022.02.002/4, IC-000497.2022.02.002/2, IC-000190.2022.02.003/4, IC-000292.2022.02.003/5, IC-000033.2022.02.004/9, IC-000044.2022.02.004/4, IC-000337.2022.02.004/2, IC-000281.2022.02.005/3, IC-000069.2023.02.000/3, IC-000138.2023.02.000/1, IC-000167.2023.02.000/7, IC-000757.2023.02.000/9, IC-003739.2023.02.000/6, PP-003829.2023.02.000/7, IC-003900.2023.02.000/2, PP-004056.2023.02.000/0, IC-004090.2023.02.000/2, PP-004312.2023.02.000/4, IC-004761.2023.02.000/0, IC-004951.2023.02.000/8, PP-005398.2023.02.000/6, PP-005687.2023.02.000/6, IC-006285.2023.02.000/4, IC-006301.2023.02.000/9, NF-006443.2023.02.000/2, IC-006533.2023.02.000/3, NF-006884.2023.02.000/2, IC-006947.2023.02.000/0, PP-006951.2023.02.000/4, IC-006973.2023.02.000/8, IC-007016.2023.02.000/9, NF-007177.2023.02.000/0, PP-007219.2023.02.000/0, NF-007308.2023.02.000/5, NF-007450.2023.02.000/0, PP-007616.2023.02.000/2, NF-007688.2023.02.000/8, NF-007764.2023.02.000/0, NF-007835.2023.02.000/4, NF-007874.2023.02.000/4, PP-008000.2023.02.000/8, NF-008049.2023.02.000/2, PP-008098.2023.02.000/9, NF-008114.2023.02.000/3, NF-008282.2023.02.000/4, NF-008349.2023.02.000/4, IC-008366.2023.02.000/0, NF-008401.2023.02.000/2, PP-008450.2023.02.000/9, NF-008593.2023.02.000/8, NF-008603.2023.02.000/8, PP-008649.2023.02.000/6, PP-008659.2023.02.000/2, PP-008779.2023.02.000/2, PP-008887.2023.02.000/5, PP-008945.2023.02.000/6, PP-008951.2023.02.000/0, NF-008978.2023.02.000/1, NF-008989.2023.02.000/3, NF-009087.2023.02.000/5, PP-009273.2023.02.000/1, NF-009281.2023.02.000/7, NF-009325.2023.02.000/8, NF-009393.2023.02.000/1, PP-009427.2023.02.000/6, PP-009466.2023.02.000/6, NF-009469.2023.02.000/2, NF-009521.2023.02.000/0, PP-009565.2023.02.000/8, PP-009661.2023.02.000/3, IC-009687.2023.02.000/9, NF-009845.2023.02.000/7, NF-009922.2023.02.000/5, NF-009958.2023.02.000/7, NF-010056.2023.02.000/3, NF-010130.2023.02.000/1, IC-000048.2023.02.001/1, PP-000287.2023.02.001/0, PP-000301.2023.02.001/2, IC-000314.2023.02.001/9, IC-000400.2023.02.001/4, PP-000442.2023.02.001/6, IC-000483.2023.02.001/1, PP-000647.2023.02.001/4, NF-000855.2023.02.001/5, NF-000881.2023.02.001/1, NF-000936.2023.02.001/5, IC-000031.2023.02.002/4, IC-000669.2023.02.002/2, IC-001026.2023.02.002/2, NF-001043.2023.02.002/9, NF-001074.2023.02.002/3, NF-001135.2023.02.002/0, NF-001361.2023.02.002/2, IC-000063.2023.02.003/5, IC-000342.2023.02.003/0, PP-000562.2023.02.003/0, IC-000570.2023.02.003/5, IC-000736.2023.02.003/0, NF-000895.2023.02.003/6, IC-000907.2023.02.003/1, IC-000146.2023.02.004/0, IC-000289.2023.02.004/6, NF-000453.2023.02.004/2, NF-000454.2023.02.004/9, PP-000513.2023.02.004/1, PP-000371.2023.02.005/7, IC-000437.2023.02.005/4, PP-000604.2023.02.005/0, PP-000766.2023.02.005/4, PP-000126.2024.02.000/4, NF-000219.2024.02.000/4, PP-000291.2024.02.000/1, PP-000310.2024.02.000/5, PP-000329.2024.02.000/0, NF-000332.2024.02.000/2, NF-000333.2024.02.000/9, NF-000334.2024.02.000/5, NF-000507.2024.02.000/9, NF-000512.2024.02.000/4, NF-000604.2024.02.000/8, NF-000620.2024.02.000/7, PP-000670.2024.02.000/3, NF-000745.2024.02.000/1, NF-000829.2024.02.000/0, NF-000901.2024.02.000/3, NF-000940.2024.02.000/6, PP-000951.2024.02.000/0, NF-000986.2024.02.000/3, NF-001084.2024.02.000/5, NF-001121.2024.02.000/8, NF-001199.2024.02.000/6, NF-001212.2024.02.000/4, NF-001232.2024.02.000/7, NF-001297.2024.02.000/2, NF-001348.2024.02.000/3, NF-001376.2024.02.000/1, NF-001390.2024.02.000/1, NF-001418.2024.02.000/1, NF-001486.2024.02.000/5, NF-001591.2024.02.000/1, NF-001706.2024.02.000/6, PP-001728.2024.02.000/0, NF-001776.2024.02.000/0, NF-001781.2024.02.000/0, NF-001851.2024.02.000/8, NF-001881.2024.02.000/7, NF-001915.2024.02.000/1, NF-001929.2024.02.000/0, NF-001969.2024.02.000/5, NF-002031.2024.02.000/5, NF-002038.2024.02.000/3, NF-002039.2024.02.000/9, NF-002043.2024.02.000/2, NF-002083.2024.02.000/8, NF-002153.2024.02.000/6, NF-002261.2024.02.000/9, NF-002301.2024.02.000/8, NF-002304.2024.02.000/4, NF-002329.2024.02.000/4, NF-002377.2024.02.000/5, NF-002461.2024.02.000/3, NF-002488.2024.02.000/4, NF-002602.2024.02.000/5, NF-002634.2024.02.000/5, NF-002756.2024.02.000/6, NF-000017.2024.02.001/3, NF-000067.2024.02.001/4, NF-000153.2024.02.001/8, NF-000005.2024.02.002/8, NF-000151.2024.02.002/6, NF-000003.2024.02.003/4, NF-000137.2024.02.003/0, NF-000163.2024.02.003/7, NF-000236.2024.02.003/2, NF-000273.2024.02.003/2, NF-000022.2024.02.004/0, NF-000002.2024.02.005/1, NF-000053.2024.02.005/4, NF-000114.2024.02.005/9 - PRT 3ª Região-MG - IC-000081.2016.03.001/2, IC-000750.2017.03.000/3, IC-001726.2019.03.000/6, IC-000044.2019.03.009/7, IC-000390.2019.03.009/3, IC-000241.2019.03.010/8, IC-001473.2020.03.000/6, IC-000484.2020.03.002/2, IC-000271.2020.03.009/6, IC-000661.2021.03.000/6, IC-001067.2021.03.000/4, IC-001071.2021.03.000/8, IC-002458.2021.03.000/0, IC-002615.2021.03.000/3, IC-003339.2021.03.000/4, IC-003514.2021.03.000/9, IC-000658.2021.03.001/4, IC-000294.2021.03.002/6, IC-000174.2021.03.004/5, IC-000197.2021.03.005/0, IC-000965.2022.03.000/9, IC-003054.2022.03.000/0, IC-003102.2022.03.000/4, IC-003135.2022.03.000/0, IC-004094.2022.03.000/3, IC-004244.2022.03.000/6, IC-000319.2022.03.001/0, IC-000125.2022.03.002/6, IC-000225.2022.03.002/4, IC-000280.2022.03.002/6, IC-000402.2022.03.002/7, IC-000030.2022.03.003/8, IC-000466.2022.03.003/7, IC-000491.2022.03.003/7, IC-000029.2022.03.005/9, IC-000244.2022.03.005/5, IC-000296.2022.03.005/4, IC-000409.2022.03.005/4, IC-000258.2022.03.007/0, IC-000100.2022.03.008/5, IC-000184.2022.03.008/9, IC-000194.2022.03.008/6, IC-000255.2022.03.009/2, IC-000296.2022.03.010/0, IC-000472.2022.03.010/7, IC-000588.2023.03.000/2, IC-000943.2023.03.000/4, IC-000969.2023.03.000/7, IC-001008.2023.03.000/5, NF-001270.2023.03.000/0, IC-001769.2023.03.000/0, IC-002364.2023.03.000/1, PP-002582.2023.03.000/8, PP-003292.2023.03.000/0, IC-003869.2023.03.000/3, NF-004004.2023.03.000/8, NF-004355.2023.03.000/7, PP-004623.2023.03.000/9, NF-004706.2023.03.000/0, NF-004848.2023.03.000/3, NF-005048.2023.03.000/3, NF-005192.2023.03.000/0, NF-005325.2023.03.000/6, NF-005350.2023.03.000/8, NF-005414.2023.03.000/1, NF-005446.2023.03.000/1, NF-005500.2023.03.000/0, NF-005804.2023.03.000/4, IC-000236.2023.03.001/0, PP-000278.2023.03.001/1, IC-000369.2023.03.001/9, IC-000376.2023.03.001/7, PP-000396.2023.03.001/1, IC-000569.2023.03.001/5, PP-000605.2023.03.001/4, NF-000609.2023.03.001/0, NF-001236.2023.03.001/6, NF-001291.2023.03.001/7, NF-001476.2023.03.001/6, IC-000120.2023.03.002/7, IC-000218.2023.03.002/9, NF-000531.2023.03.002/3, NF-000731.2023.03.002/0, IC-000018.2023.03.003/3, IC-000118.2023.03.003/1, IC-000146.2023.03.003/0, IC-000152.2023.03.003/2, IC-000162.2023.03.003/0, NF-000108.2023.03.004/5, NF-000352.2023.03.004/0, IC-000002.2023.03.005/0, IC-000358.2023.03.005/9, NF-000447.2023.03.005/3, NF-000483.2023.03.005/7, NF-000489.2023.03.005/5, NF-000578.2023.03.005/0, NF-000175.2023.03.007/0, IC-000242.2023.03.008/8, PP-000131.2023.03.009/7, PP-000185.2023.03.010/1, IC-000187.2023.03.010/4, IC-000401.2023.03.010/2, NF-000481.2023.03.010/0, IC-000020.2024.03.000/1, NF-000239.2024.03.000/0, NF-000283.2024.03.000/9, NF-000396.2024.03.000/3, NF-000411.2024.03.000/1, NF-000432.2024.03.000/2, NF-000542.2024.03.000/8, NF-000584.2024.03.000/0, NF-000628.2024.03.000/0, NF-000649.2024.03.000/0, NF-000719.2024.03.000/7, NF-000818.2024.03.000/9, NF-000863.2024.03.000/3, NF-000974.2024.03.000/5, NF-001102.2024.03.000/1, NF-000108.2024.03.001/5, NF-000107.2024.03.002/0, NF-000026.2024.03.005/4, NF-000054.2024.03.005/4, NF-000116.2024.03.005/3, NF-000027.2024.03.007/5, NF-000046.2024.03.008/6, NF-000015.2024.03.010/1 - PRT 4ª Região-RS - IC-000587.2013.04.006/0, IC-000493.2015.04.000/0, IC-000676.2016.04.006/2, IC-000102.2017.04.004/6, IC-000311.2017.04.006/5, IC-000152.2018.04.006/7, IC-001657.2019.04.000/3, IC-000390.2019.04.004/6, IC-000301.2019.04.006/3, IC-001179.2020.04.000/8, IC-002153.2020.04.000/0, IC-003128.2020.04.000/7, IC-003844.2020.04.000/9, IC-000404.2020.04.001/9, IC-001075.2021.04.000/0, IC-001650.2021.04.000/4, IC-001747.2021.04.000/3, IC-000337.2021.04.004/9, IC-000089.2021.04.006/0, IC-000185.2021.04.006/2, IC-000312.2021.04.006/9, IC-000462.2021.04.006/3, IC-000056.2021.04.007/4, IC-000354.2022.04.000/8, IC-001237.2022.04.000/1, IC-002417.2022.04.000/1, IC-000069.2022.04.002/9, IC-000239.2022.04.002/0, IC-000309.2022.04.002/6, IC-000196.2022.04.004/7, IC-000470.2022.04.006/0, IC-000044.2022.04.008/7, IC-000414.2022.04.008/9, IC-000202.2023.04.000/0, IC-000404.2023.04.000/9, IC-000548.2023.04.000/5, IC-000633.2023.04.000/4, IC-000644.2023.04.000/4, IC-000926.2023.04.000/7, IC-001569.2023.04.000/5, PP-001778.2023.04.000/1, IC-001845.2023.04.000/2, PP-002112.2023.04.000/5, PP-002477.2023.04.000/2, IC-002604.2023.04.000/6, PP-002939.2023.04.000/4, NF-003352.2023.04.000/2, NF-003479.2023.04.000/0, PP-003897.2023.04.000/1, NF-003905.2023.04.000/0, IC-004007.2023.04.000/5, IC-004062.2023.04.000/5, PP-004242.2023.04.000/7, PP-004377.2023.04.000/0, PP-004442.2023.04.000/1, NF-004544.2023.04.000/0, PP-004644.2023.04.000/7, NF-004661.2023.04.000/3, NF-004684.2023.04.000/2, PP-004687.2023.04.000/9, PP-000344.2023.04.001/8, NF-000486.2023.04.001/4, PP-000353.2023.04.002/7, IC-000365.2023.04.002/7, NF-000385.2023.04.002/1, IC-000072.2023.04.003/5, IC-000141.2023.04.003/9, NF-000164.2023.04.003/2, PP-000224.2023.04.003/3, NF-000288.2023.04.003/2, IC-000059.2023.04.004/8, IC-000272.2023.04.004/8, IC-000280.2023.04.004/2, IC-000292.2023.04.004/8, IC-000348.2023.04.004/2, PP-000125.2023.04.005/6, PP-000153.2023.04.005/5, IC-000157.2023.04.005/8, NF-000173.2023.04.005/0, IC-000356.2023.04.006/9, PP-000566.2023.04.006/2, IC-000321.2023.04.007/3, NF-000359.2023.04.007/9, IC-000131.2023.04.008/2, IC-000132.2023.04.008/4, IC-000289.2023.04.008/8, NF-000537.2023.04.008/3, NF-000065.2024.04.000/0, PP-000079.2024.04.000/7, NF-000160.2024.04.000/5, NF-000165.2024.04.000/7, NF-000199.2024.04.000/8, NF-000238.2024.04.000/2, IC-000252.2024.04.000/9, NF-000347.2024.04.000/1, NF-000513.2024.04.000/0, NF-000990.2024.04.000/2, NF-001043.2024.04.000/5, NF-001076.2024.04.000/0, NF-001097.2024.04.000/0, NF-000009.2024.04.001/0, NF-000014.2024.04.001/2, NF-000027.2024.04.001/2, NF-000035.2024.04.001/0, NF-000011.2024.04.002/1, NF-000014.2024.04.002/3, NF-000039.2024.04.002/6, NF-000066.2024.04.002/9, NF-000060.2024.04.004/4, NF-000003.2024.04.005/7 - PRT 5ª Região-BA - IC-003581.2017.05.000/7, IC-001943.2018.05.000/7, IC-001746.2019.05.000/0, IC-001845.2019.05.000/2, IC-000905.2020.05.000/3, IC-001432.2020.05.000/7, IC-002493.2020.05.000/9, IC-000194.2020.05.007/3, IC-002199.2021.05.000/1, IC-000224.2021.05.003/0, IC-000256.2021.05.004/5, IC-000614.2022.05.000/5, IC-000771.2022.05.000/8, IC-001882.2022.05.000/1, IC-002380.2022.05.000/2, IC-002457.2022.05.000/9, IC-000204.2022.05.002/7, IC-000043.2022.05.003/3, IC-000327.2022.05.004/0, IC-000020.2022.05.007/2, IC-000771.2023.05.000/0, IC-000778.2023.05.000/5, IC-000859.2023.05.000/5, IC-000978.2023.05.000/1, IC-001033.2023.05.000/9, IC-001190.2023.05.000/8, PP-001295.2023.05.000/2, PP-001370.2023.05.000/0, PP-001387.2023.05.000/4, PP-002387.2023.05.000/2, IC-002392.2023.05.000/1, NF-002602.2023.05.000/6, NF-002606.2023.05.000/8, NF-002772.2023.05.000/8, NF-002865.2023.05.000/5, NF-003000.2023.05.000/0, NF-003046.2023.05.000/8, NF-003225.2023.05.000/4, NF-003255.2023.05.000/3, NF-003282.2023.05.000/6, NF-003320.2023.05.000/4, NF-003347.2023.05.000/5, IC-000093.2023.05.002/6, PP-000287.2023.05.002/7, NF-000360.2023.05.002/6, IC-000069.2023.05.003/7, IC-000106.2023.05.004/6, PP-000276.2023.05.004/5, PP-000386.2023.05.004/0, IC-000014.2023.05.005/3, PP-000065.2023.05.005/1, IC-000086.2023.05.005/5, PP-000176.2023.05.005/8, NF-000210.2023.05.005/4, NF-000244.2023.05.005/1, NF-000606.2023.05.006/9, NF-000720.2023.05.006/3, NF-000007.2024.05.000/0, NF-000018.2024.05.000/7, NF-000029.2024.05.000/2, NF-000052.2024.05.000/6, NF-000065.2024.05.000/6, NF-000120.2024.05.000/1, NF-000133.2024.05.000/8, NF-000146.2024.05.000/4, NF-000302.2024.05.000/6, NF-000570.2024.05.000/0, NF-000670.2024.05.000/9, NF-000726.2024.05.000/9, NF-000003.2024.05.001/0, NF-000079.2024.05.006/4, NF-000164.2024.05.006/1 - PRT 6ª Região-PE - IC-001264.2018.06.000/5, IC-000469.2019.06.002/6, IC-000167.2020.06.000/6, IC-001755.2020.06.000/9, IC-000610.2021.06.000/9, IC-001676.2021.06.000/1, IC-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700134

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

001934.2021.06.000/7, IC-001447.2022.06.000/5, IC-001526.2022.06.000/4, IC-
002045.2022.06.000/3, IC-002267.2022.06.000/1, IC-002538.2022.06.000/0, IC-
002715.2022.06.000/5, IC-002867.2022.06.000/5, IC-000206.2022.06.001/0, IC-
000326.2022.06.001/3, IC-000003.2023.06.000/6, IC-000339.2023.06.000/1, IC-
000365.2023.06.000/8, IC-000543.2023.06.000/7, IC-000969.2023.06.000/2, IC-
001103.2023.06.000/8, IC-001105.2023.06.000/9, IC-001365.2023.06.000/1, IC-
002186.2023.06.000/3, IC-002352.2023.06.000/7, PP-002652.2023.06.000/9, IC-
002855.2023.06.000/0, PP-003077.2023.06.000/3, PP-003570.2023.06.000/1, NF-
003625.2023.06.000/4, IC-004196.2023.06.000/6, NF-004223.2023.06.000/2, NF-
004293.2023.06.000/7, PP-004457.2023.06.000/8, PP-004489.2023.06.000/8, NF-
004501.2023.06.000/0, PP-000473.2023.06.001/1, NF-000503.2023.06.002/0, NF-
000062.2024.06.000/7, NF-000601.2024.06.000/6, NF-000612.2024.06.000/0, NF-
000020.2024.06.001/1, NF-000095.2024.06.002/7 - PRT 7ª Região-CE - IC-
000114.2018.07.002/0, IC-001801.2019.07.000/8, IC-000121.2020.07.000/4, IC-
000411.2020.07.000/1, IC-002194.2020.07.000/4, IC-000965.2021.07.000/7, IC-
001347.2021.07.000/7, IC-001517.2021.07.000/3, IC-002017.2021.07.000/5, PP-
002021.2021.07.000/9, IC-002097.2021.07.000/5, IC-000148.2022.07.000/9, IC-
000493.2022.07.000/4, IC-000604.2022.07.000/5, IC-000633.2022.07.000/0, IC-
000678.2022.07.000/1, IC-000860.2022.07.000/0, IC-001942.2022.07.000/6, IC-
002226.2022.07.000/2, IC-002257.2022.07.000/6, IC-002273.2022.07.000/7, IC-
002483.2022.07.000/9, IC-002507.2022.07.000/7, IC-002585.2022.07.000/7, NF-
000418.2023.07.000/4, PP-000450.2023.07.000/2, IC-000473.2023.07.000/6, IC-
000589.2023.07.000/0, IC-000599.2023.07.000/3, IC-000843.2023.07.000/7, IC-
001199.2023.07.000/0, IC-001536.2023.07.000/3, PP-001777.2023.07.000/0, PP-
002262.2023.07.000/8, NF-002340.2023.07.000/1, PP-002364.2023.07.000/5, PP-
002480.2023.07.000/3, PP-002487.2023.07.000/2, PP-002519.2023.07.000/6, PP-
002521.2023.07.000/8, PP-002563.2023.07.000/4, NF-002723.2023.07.000/4, NF-
003030.2023.07.000/1, NF-003120.2023.07.000/2, PP-003223.2023.07.000/6, NF-
003234.2023.07.000/8, NF-003344.2023.07.000/1, NF-003397.2023.07.000/0, PP-
003516.2023.07.000/8, PP-003622.2023.07.000/0, NF-003818.2023.07.000/0, NF-
003824.2023.07.000/5, PP-003889.2023.07.000/0, NF-003933.2023.07.000/3, IC-
000028.2023.07.002/2, NF-000365.2023.07.002/0, PP-000101.2024.07.000/0, PP-
000247.2024.07.000/6, NF-000251.2024.07.000/1, NF-000262.2024.07.000/9, PP-
000315.2024.07.000/0, NF-000382.2024.07.000/1, PP-000551.2024.07.000/0, PP-
000623.2024.07.000/9, NF-000725.2024.07.000/6, PP-000764.2024.07.000/2, NF-
000804.2024.07.000/7, NF-000810.2024.07.000/9, NF-000818.2024.07.000/0, NF-
000828.2024.07.000/7, NF-000891.2024.07.000/0, NF-000940.2024.07.000/9, NF-
001022.2024.07.000/0, NF-001071.2024.07.000/8, NF-001107.2024.07.000/3, NF-
001111.2024.07.000/6, NF-001131.2024.07.000/0, NF-000017.2024.07.002/0, NF-
000019.2024.07.002/5, NF-000028.2024.07.002/6 - PRT 8ª Região-PA - IC-
000119.2019.08.002/9, IC-000258.2020.08.003/0, IC-000235.2021.08.003/9, IC-
000034.2022.08.000/5, IC-001675.2022.08.000/0, IC-000161.2022.08.002/9, IC-
000258.2022.08.002/4, IC-000131.2022.08.003/8, IC-000995.2023.08.000/2, IC-
001011.2023.08.000/8, IC-001024.2023.08.000/0, IC-001330.2023.08.000/7, IC-
001343.2023.08.000/0, IC-001538.2023.08.000/5, IC-001622.2023.08.000/3, PP-
001672.2023.08.000/5, PP-001837.2023.08.000/1, PP-001861.2023.08.000/8, IC-
001869.2023.08.000/1, PP-002122.2023.08.000/5, NF-002161.2023.08.000/5, PP-
002260.2023.08.000/7, IC-002276.2023.08.000/6, NF-002332.2023.08.000/6, IC-
002342.2023.08.000/2, NF-002411.2023.08.000/5, NF-002557.2023.08.000/0, NF-
000229.2023.08.001/0, NF-000351.2023.08.003/1, NF-000370.2023.08.003/0, NF-
000411.2024.08.000/0, NF-000493.2024.08.000/1, NF-000582.2024.08.000/6, NF-
000007.2024.08.001/3 - PRT 9ª Região-PR - IC-000296.2017.09.005/5, IC-
000042.2019.09.001/4, IC-001345.2020.09.000/6, IC-001391.2020.09.000/6, IC-
001674.2020.09.000/1, IC-002129.2020.09.000/9, IC-002187.2021.09.000/8, IC-
002246.2021.09.000/4, IC-002269.2021.09.000/3, IC-000139.2021.09.001/6, IC-
000449.2021.09.003/0, IC-000492.2022.09.000/1, IC-002414.2022.09.000/0, IC-
002702.2022.09.000/5, IC-000143.2022.09.001/8, IC-000288.2022.09.001/7, IC-
000426.2022.09.001/7, IC-000427.2022.09.001/3, IC-000435.2022.09.001/8, IC-
000384.2022.09.003/1, IC-000157.2022.09.006/5, IC-000203.2022.09.006/1, IC-
000257.2022.09.006/3, IC-000300.2022.09.007/1, IC-000067.2022.09.010/6, IC-
000088.2023.09.000/1, IC-000157.2023.09.000/2, IC-000269.2023.09.000/0, IC-
000840.2023.09.000/8, IC-000911.2023.09.000/0, IC-000993.2023.09.000/1, IC-
001030.2023.09.000/6, PP-001199.2023.09.000/0, IC-001312.2023.09.000/6, PP-
001361.2023.09.000/2, PP-001462.2023.09.000/5, IC-001524.2023.09.000/8, PP-
001681.2023.09.000/7, PP-001739.2023.09.000/6, IC-001823.2023.09.000/4, PP-
001852.2023.09.000/8, PP-001883.2023.09.000/2, NF-002063.2023.09.000/0, NF-
002141.2023.09.000/3, PP-002262.2023.09.000/9, PP-002285.2023.09.000/8, PP-
002389.2023.09.000/7, NF-002826.2023.09.000/9, PP-002888.2023.09.000/8, NF-
003146.2023.09.000/9, NF-003202.2023.09.000/9, PP-003238.2023.09.000/0, NF-
003240.2023.09.000/3, PP-003326.2023.09.000/0, IC-000249.2023.09.001/7, IC-
000331.2023.09.001/7, IC-000430.2023.09.001/9, IC-000501.2023.09.001/1, IC-
000249.2023.09.003/9, PP-000312.2023.09.003/0, IC-000659.2023.09.003/9, IC-
000697.2023.09.003/5, NF-000708.2023.09.003/4, PP-000174.2023.09.004/1, PP-
000334.2023.09.004/9, PP-000499.2023.09.004/2, IC-000507.2023.09.004/2, PP-
000520.2023.09.004/2, IC-000160.2023.09.005/0, IC-000248.2023.09.005/4, IC-
000100.2023.09.006/7, IC-000202.2023.09.006/8, PP-000219.2023.09.006/0, NF-
000336.2023.09.006/3, NF-000364.2023.09.006/2, IC-000169.2023.09.008/0, NF-
000477.2023.09.008/9, NF-000672.2023.09.008/3, IC-000130.2023.09.009/1, IC-
000132.2023.09.009/4, IC-000190.2023.09.009/5, NF-000013.2024.09.000/1, PP-
000233.2024.09.000/3, PP-000264.2024.09.000/1, NF-000284.2024.09.000/6, NF-
000583.2024.09.000/4, NF-000599.2024.09.000/0, NF-000669.2024.09.000/6, NF-
000682.2024.09.000/6, NF-000766.2024.09.000/5, IC-000053.2024.09.001/6, NF-
000019.2024.09.004/2, NF-000041.2024.09.006/2, NF-000060.2024.09.006/1, NF-
000005.2024.09.008/0, NF-000038.2024.09.008/9, NF-000053.2024.09.008/9, NF-
000094.2024.09.008/9, NF-000113.2024.09.008/8, IC-000004.2024.09.009/4 - PRT 10ª
Região-DF - IC-000480.2016.10.000/4, IC-002274.2019.10.000/7, IC-000756.2020.10.000/2,
IC-001059.2020.10.000/5, IC-001100.2020.10.000/1, IC-001237.2020.10.000/6, IC-
001792.2020.10.000/3, IC-001849.2020.10.000/7, IC-002068.2020.10.000/4, IC-
002160.2020.10.000/8, IC-002209.2020.10.000/6, IC-002729.2020.10.000/5, IC-
000025.2020.10.001/9, IC-000446.2021.10.000/3, IC-001189.2021.10.000/3, IC-
001200.2021.10.000/0, IC-000249.2022.10.000/9, IC-000437.2022.10.000/5, IC-
000528.2022.10.000/2, IC-000648.2023.10.000/8, IC-000775.2023.10.000/9, PP-
001127.2023.10.000/8, IC-001153.2023.10.000/5, PP-001411.2023.10.000/0, PP-
002382.2023.10.000/1, NF-002579.2023.10.000/8, PP-002649.2023.10.000/6, PP-
002983.2023.10.000/0, NF-003371.2023.10.000/8, NF-003442.2023.10.000/1, PP-
000300.2023.10.001/1, NF-000351.2023.10.001/4, NF-000405.2023.10.001/1, IC-
000007.2023.10.002/4, IC-000093.2023.10.002/3, NF-000593.2024.10.000/7, NF-
000675.2024.10.000/3, NF-000058.2024.10.001/0, NF-000025.2024.10.002/4 - PRT 11ª
Região-AM - IC-000692.2019.11.000/0, IC-001527.2019.11.000/3, IC-000888.2020.11.000/6,
IC-000014.2021.11.000/8, IC-000175.2021.11.000/5, IC-000943.2021.11.000/6, IC-
000213.2022.11.000/0, IC-000285.2022.11.000/3, IC-000494.2022.11.000/0, IC-
000264.2023.11.000/5, PP-001036.2023.11.000/0, IC-001522.2023.11.000/8, NF-
001622.2023.11.000/5, PP-001881.2023.11.000/2, NF-001982.2023.11.000/5 - PRT 12ª
Região-SC - IC-000187.2014.12.003/5, IC-001025.2016.12.000/9, IC-000214.2016.12.004/7,
IC-000193.2017.12.000/0, IC-000521.2018.12.000/2, IC-000007.2018.12.005/2, IC-
000738.2018.12.005/1, IC-000261.2019.12.001/8, IC-000146.2019.12.003/3, IC-
000166.2019.12.003/8, IC-000387.2020.12.001/8, IC-000494.2020.12.001/4, IC-
000268.2020.12.002/0, IC-000329.2020.12.002/5, IC-000232.2021.12.000/6, IC-
000941.2021.12.000/4, IC-001020.2021.12.000/5, IC-000351.2021.12.001/0, IC-
000154.2021.12.002/1, IC-000164.2021.12.004/5, IC-001122.2022.12.000/5, IC-
000318.2022.12.001/9, IC-000061.2022.12.002/4, IC-000065.2022.12.002/3, IC-
000383.2022.12.002/6, IC-000027.2022.12.003/6, IC-000199.2022.12.004/1, PP-
000359.2023.12.000/9, IC-000866.2023.12.000/8, IC-001365.2023.12.000/3, IC-
001431.2023.12.000/0, IC-001608.2023.12.000/3, NF-001651.2023.12.000/7, NF-
001661.2023.12.000/3, IC-000459.2023.12.001/5, NF-000602.2023.12.001/0, NF-
000637.2023.12.001/4, NF-000650.2023.12.001/4, NF-000728.2023.12.001/1, IC-
000033.2023.12.002/8, IC-000035.2023.12.002/2, PP-000165.2023.12.002/0, NF-
000343.2023.12.002/0, NF-000359.2023.12.002/5, NF-000363.2023.12.002/4, IC-
000401.2023.12.002/6, PP-000229.2023.12.003/3, PP-000300.2023.12.003/0, PP-
000105.2023.12.004/3, IC-000159.2023.12.004/5, IC-000284.2023.12.004/3, IC-
000022.2023.12.005/5, IC-000316.2023.12.005/1, PP-000389.2023.12.005/1, NF-
000413.2023.12.005/0, NF-000141.2023.12.006/3, NF-000199.2023.12.006/0, IC-
000207.2023.12.006/0, NF-000009.2024.12.000/7, NF-000052.2024.12.000/9, NF-
000064.2024.12.000/1, NF-000078.2024.12.000/9, NF-000082.2024.12.000/3, NF-
000088.2024.12.000/7, NF-000220.2024.12.000/4, NF-000343.2024.12.000/6, NF-
000354.2024.12.000/0, NF-000402.2024.12.000/9, NF-000010.2024.12.001/2, NF-
000015.2024.12.001/9, NF-000077.2024.12.001/2, NF-000129.2024.12.001/1, NF-
000022.2024.12.002/6, NF-000002.2024.12.003/5, NF-000023.2024.12.003/4, NF-
000052.2024.12.003/1, NF-000083.2024.12.003/3, NF-000057.2024.12.005/0, NF-
000033.2024.12.006/5, NF-000035.2024.12.006/0 - PRT 13ª Região-PB - IC-
001842.2017.13.000/3, IC-000925.2019.13.000/4, IC-001066.2020.13.000/0, IC-
001113.2020.13.000/9, IC-001418.2020.13.000/8, IC-000090.2020.13.002/6, IC-
000481.2021.13.000/3, IC-001171.2021.13.000/8, IC-000236.2021.13.001/0, IC-
000086.2022.13.000/7, IC-000309.2022.13.000/0, IC-000362.2022.13.000/0, IC-
000576.2022.13.000/9, IC-000631.2022.13.000/6, IC-000644.2022.13.000/2, IC-
001307.2022.13.000/2, IC-001722.2022.13.000/7, IC-000119.2023.13.000/4, IC-
000123.2023.13.000/3, IC-000280.2023.13.000/6, IC-000460.2023.13.000/8, IC-
000684.2023.13.000/4, IC-000877.2023.13.000/2, PP-001074.2023.13.000/0, NF-
001228.2023.13.000/5, IC-001485.2023.13.000/1, IC-001499.2023.13.000/0, IC-
001682.2023.13.000/0, IC-002064.2023.13.000/2, IC-002070.2023.13.000/7, IC-
002499.2023.13.000/8, IC-000333.2023.13.001/5, PP-000710.2023.13.001/4, IC-
000058.2023.13.002/2, NF-000122.2024.13.001/8 - PRT 14ª Região-RO - IC-
000535.2020.14.000/9, IC-000047.2020.14.002/8, IC-000269.2020.14.002/8, IC-
000327.2020.14.002/4, IC-000090.2021.14.000/0, IC-000057.2022.14.002/3, PP-
000315.2023.14.000/6, NF-000832.2023.14.000/2, NF-000899.2023.14.000/0, PP-
000154.2023.14.002/9, PP-000301.2023.14.002/0 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-
002052.2016.15.000/4, IC-002120.2019.15.000/7, IC-000087.2020.15.002/2, IC-
000102.2020.15.006/5, IC-000197.2020.15.007/0, IC-000358.2020.15.007/4, IC-
002102.2021.15.000/3, IC-001179.2022.15.000/0, IC-003992.2022.15.000/9, IC-
000591.2022.15.001/1, IC-000280.2022.15.002/1, IC-000782.2022.15.002/5, IC-
000257.2022.15.003/2, IC-000278.2022.15.006/8, PP-000337.2022.15.006/0, IC-
000388.2022.15.006/3, IC-000472.2022.15.006/6, IC-000785.2022.15.006/7, IC-
000117.2022.15.007/8, IC-000305.2022.15.007/4, PP-000322.2022.15.007/0, IC-
000576.2022.15.008/6, IC-000425.2023.15.000/2, IC-000559.2023.15.000/8, IC-
000561.2023.15.000/4, IC-000659.2023.15.000/6, IC-000795.2023.15.000/8, IC-
000814.2023.15.000/1, PP-001269.2023.15.000/2, IC-001489.2023.15.000/0, PP-
001782.2023.15.000/3, PP-002014.2023.15.000/7, IC-002099.2023.15.000/5, IC-
002148.2023.15.000/5, IC-002286.2023.15.000/7, PP-002422.2023.15.000/1, IC-
002596.2023.15.000/5, NF-002674.2023.15.000/9, PP-002765.2023.15.000/5, IC-
002836.2023.15.000/9, PP-002899.2023.15.000/3, PP-003151.2023.15.000/1, PP-
003775.2023.15.000/0, PP-003912.2023.15.000/0, NF-004184.2023.15.000/5, IC-
004303.2023.15.000/3, PP-004359.2023.15.000/8, PP-004407.2023.15.000/2, PP-
004411.2023.15.000/6, PP-004464.2023.15.000/4, PP-004473.2023.15.000/5, IC-
004525.2023.15.000/1, IC-004728.2023.15.000/2, PP-004827.2023.15.000/4, NF-
004834.2023.15.000/4, IC-005051.2023.15.000/0, NF-005080.2023.15.000/4, PP-
005257.2023.15.000/8, NF-005312.2023.15.000/2, NF-005327.2023.15.000/6, IC-
005449.2023.15.000/7, PP-005575.2023.15.000/1, NF-005800.2023.15.000/1, PP-
005804.2023.15.000/3, PP-005805.2023.15.000/9, NF-005821.2023.15.000/0, NF-
005836.2023.15.000/3, NF-005917.2023.15.000/3, NF-006100.2023.15.000/9, NF-
006149.2023.15.000/3, NF-006244.2023.15.000/3, NF-006345.2023.15.000/6, NF-
006413.2023.15.000/3, NF-006423.2023.15.000/0, IC-000140.2023.15.001/9, IC-
000346.2023.15.001/3, PP-000571.2023.15.001/0, PP-000772.2023.15.001/2, NF-
001001.2023.15.001/3, NF-001067.2023.15.001/4, IC-000559.2023.15.002/4, IC-
000615.2023.15.002/8, PP-000641.2023.15.002/4, PP-000703.2023.15.002/6, PP-
000799.2023.15.002/0, PP-000963.2023.15.002/6, NF-000979.2023.15.002/1, PP-
001025.2023.15.002/5, PP-001050.2023.15.002/7, NF-001106.2023.15.002/5, NF-
001198.2023.15.002/3, PP-001451.2023.15.002/1, NF-001461.2023.15.002/8, NF-
001501.2023.15.002/7, IC-000136.2023.15.003/6, PP-000596.2023.15.003/2, IC-
000024.2023.15.004/4, IC-000325.2023.15.004/7, IC-000553.2023.15.005/0, IC-
000627.2023.15.005/2, IC-000059.2023.15.006/7, PP-000429.2023.15.006/7, PP-
000490.2023.15.006/0, PP-000673.2023.15.006/1, IC-000749.2023.15.006/6, NF-
001027.2023.15.006/5, PP-001060.2023.15.006/2, NF-001076.2023.15.006/1, IC-
000011.2023.15.007/7, IC-000206.2023.15.007/5, IC-000216.2023.15.007/2, IC-
000073.2023.15.008/1, PP-000428.2023.15.008/7, IC-000481.2023.15.008/6, IC-
000529.2023.15.008/1, PP-000629.2023.15.008/0, NF-000849.2023.15.008/0, NF-
001055.2023.15.008/8, NF-001066.2023.15.008/0, NF-001117.2023.15.008/0, NF-
001253.2023.15.008/1, NF-000032.2024.15.000/8, NF-000057.2024.15.000/0, NF-
000198.2024.15.000/0, NF-000250.2024.15.000/9, NF-000261.2024.15.000/2, PP-
000284.2024.15.000/6, NF-000345.2024.15.000/1, NF-000353.2024.15.000/6, NF-
000543.2024.15.000/5, PP-000616.2024.15.000/0, NF-000652.2024.15.000/4, NF-
000727.2024.15.000/2, NF-000824.2024.15.000/1, NF-000825.2024.15.000/8, NF-
000892.2024.15.000/0, NF-000898.2024.15.000/8, NF-001008.2024.15.000/6, NF-
001247.2024.15.000/0, NF-001325.2024.15.000/4, NF-001518.2024.15.000/9, NF-
001537.2024.15.000/6, NF-001547.2024.15.000/2, NF-001717.2024.15.000/8, NF-
000002.2024.15.001/0, NF-000041.2024.15.001/0, NF-000075.2024.15.002/4, NF-
000168.2024.15.002/5, NF-000269.2024.15.002/0, NF-000008.2024.15.003/2, NF-
000073.2024.15.003/0, NF-000077.2024.15.003/0, NF-000133.2024.15.003/0, NF-
000147.2024.15.003/2, NF-000148.2024.15.003/9, NF-000074.2024.15.004/9, NF-
000079.2024.15.004/5, NF-000017.2024.15.006/3, PP-000028.2024.15.006/9, NF-
000083.2024.15.006/1, PP-000104.2024.15.006/9, NF-000210.2024.15.006/9, NF-
000050.2024.15.007/6, NF-000006.2024.15.008/5, NF-000008.2024.15.008/1, NF-
000027.2024.15.008/3, NF-000112.2024.15.008/0, NF-000139.2024.15.008/9, NF-
000212.2024.15.008/8, NF-000235.2024.15.008/1, NF-000290.2024.15.008/3 - PRT 16ª
Região-MA - IC-000148.2017.16.001/8, IC-001015.2020.16.000/7, IC-000024.2020.16.002/3,
IC-000025.2020.16.002/0, IC-000027.2020.16.002/5, IC-001177.2021.16.000/5, IC-
000316.2021.16.001/7, IC-000336.2022.16.000/6, IC-001046.2022.16.000/5, IC-
001205.2022.16.000/9, IC-000132.2022.16.001/2, PP-000235.2022.16.001/0, IC-
000247.2022.16.001/0, IC-000114.2022.16.002/9, IC-000092.2023.16.000/5, IC-
000261.2023.16.000/0, PP-001016.2023.16.000/8, NF-001040.2023.16.000/4, NF-
001321.2023.16.000/9, NF-001522.2023.16.000/9, NF-001562.2023.16.000/4, IC-
000377.2023.16.001/2, PP-000423.2023.16.001/9, NF-000450.2023.16.001/1, NF-
000014.2024.16.000/8, NF-000075.2024.16.000/4 - PRT 17ª Região-ES - IC-
000190.2019.17.000/1, IC-000358.2019.17.000/0, IC-000583.2020.17.000/5, IC-
000961.2020.17.000/0, IC-001169.2020.17.000/6, IC-001473.2020.17.000/1, IC-
000384.2021.17.000/8, IC-000952.2021.17.000/2, IC-001453.2021.17.000/0, IC-
000087.2021.17.002/0, IC-000257.2021.17.003/1, NF-000045.2022.17.000/4, IC-
000829.2022.17.000/0, IC-001498.2022.17.000/5, IC-001708.2022.17.000/0, IC-
000119.2023.17.000/8, IC-000177.2023.17.000/9, PP-000606.2023.17.000/2, PP-
000617.2023.17.000/6, PP-000655.2023.17.000/2, PP-000764.2023.17.000/1, PP-
000809.2023.17.000/8, PP-000977.2023.17.000/4, PP-000981.2023.17.000/3, PP-
001010.2023.17.000/3, PP-001176.2023.17.000/1, PP-001252.2023.17.000/4, PP-
001286.2023.17.000/5, NF-001323.2023.17.000/8, PP-001434.2023.17.000/7, NF-
001592.2023.17.000/1, PP-001611.2023.17.000/2, NF-001733.2023.17.000/3, NF-
001830.2023.17.000/4, NF-001978.2023.17.000/0, NF-002100.2023.17.000/2, NF-
002140.2023.17.000/8, IC-000112.2023.17.001/1, NF-000205.2023.17.001/1, IC-
000243.2023.17.001/8, IC-000252.2023.17.001/9, IC-000274.2023.17.001/6, IC-
000027.2023.17.002/8, IC-000126.2023.17.002/2, IC-000262.2023.17.002/4, IC-
000125.2023.17.003/4, PP-000159.2023.17.003/1, IC-000276.2023.17.003/5, IC-
000328.2023.17.003/0, NF-000188.2024.17.000/5, NF-000260.2024.17.000/8, NF-
000279.2024.17.000/2, NF-000292.2024.17.000/2, NF-000302.2024.17.000/5, NF-
000013.2024.17.001/3, NF-000056.2024.17.001/8, NF-000032.2024.17.003/4, NF-
000068.2024.17.003/2 - PRT 18ª Região-GO - IC-000126.2022.18.000/4, IC-
001453.2020.18.000/7, IC-000103.2020.18.003/0, IC-000284.2020.18.003/2, IC-
000576.2021.18.000/0, IC-000859.2021.18.000/0, IC-001066.2021.18.000/2, IC-

000069.2021.18.003/0, IC-000206.2021.18.003/0, IC-000476.2022.18.000/5, IC-
000691.2022.18.000/4, IC-000793.2022.18.000/5, IC-001641.2022.18.000/8, IC-
001698.2022.18.000/8, IC-001813.2022.18.000/4, IC-000268.2022.18.002/0, IC-
000016.2022.18.003/1, IC-000048.2022.18.003/0, IC-000265.2023.18.000/8, IC-
000379.2023.18.000/9, IC-000444.2023.18.000/3, IC-000534.2023.18.000/4, IC-
000560.2023.18.000/0, IC-000859.2023.18.000/5, PP-001301.2023.18.000/2, PP-
001309.2023.18.000/6, IC-001418.2023.18.000/4, NF-001582.2023.18.000/3, PP-
001977.2023.18.000/3, PP-002009.2023.18.000/2, PP-002107.2023.18.000/9, IC-
002111.2023.18.000/2, PP-002204.2023.18.000/0, IC-002228.2023.18.000/4, IC-
002287.2023.18.000/7, PP-002340.2023.18.000/0, PP-002349.2023.18.000/0, PP-
002366.2023.18.000/6, NF-002499.2023.18.000/9, NF-002688.2023.18.000/1, IC-
002693.2023.18.000/0, IC-000373.2023.18.001/9, IC-000332.2023.18.002/1, IC-
000460.2023.18.003/7, IC-000464.2023.18.003/2, IC-000017.2024.18.000/3, NF-
000110.2024.18.000/4, IC-000134.2024.18.000/4, NF-000146.2024.18.000/4, PP-
000153.2024.18.000/2, NF-000245.2024.18.000/6, NF-000269.2024.18.000/6, IC-
000279.2024.18.000/3, NF-000361.2024.18.000/3, IC-000364.2024.18.000/2, PP-
000370.2024.18.000/4, NF-000445.2024.18.000/2 - PRT 19ª Região-AL - IC-
001080.2019.19.000/2, IC-001858.2020.19.000/1, IC-002220.2020.19.000/3, IC-
001032.2022.19.000/1, IC-001773.2022.19.000/3, IC-000418.2023.19.000/8, IC-
000689.2023.19.000/1, IC-000870.2023.19.000/3, IC-000939.2023.19.000/0, IC-
000955.2023.19.000/9, PP-001122.2023.19.000/4, PP-001246.2023.19.000/6, IC-
001566.2023.19.000/0, NF-001663.2023.19.000/1, IC-001804.2023.19.000/3, NF-
001897.2023.19.000/7, NF-002026.2023.19.000/7, IC-002161.2023.19.000/2, NF-
002235.2023.19.000/2, IC-002376.2023.19.000/0, IC-002408.2023.19.000/4, IC-
002410.2023.19.000/7, NF-002414.2023.19.000/9, PP-000356.2023.19.001/4, PP-
000416.2023.19.001/3, PP-000007.2024.19.000/0, IC-000030.2024.19.000/0, IC-
000049.2024.19.000/4, IC-000055.2024.19.000/3, PP-000071.2024.19.000/0, NF-
000080.2024.19.000/1, IC-000103.2024.19.000/7, NF-000188.2024.19.000/7, NF-
000302.2024.19.000/7, IC-000325.2024.19.000/0, NF-000497.2024.19.000/2, NF-
000532.2024.19.000/5, NF-000537.2024.19.000/7, NF-000611.2024.19.000/2, NF-
000829.2024.19.000/7, PP-000010.2024.19.001/5 - PRT 20ª Região-SE - IC-
000078.2021.20.000/7, IC-000518.2022.20.000/7, IC-001068.2022.20.000/0, IC-
001251.2022.20.000/0, IC-001696.2022.20.000/2, IC-000040.2022.20.001/9, IC-
000120.2022.20.001/9, IC-000040.2023.20.000/1, IC-000170.2023.20.000/0, IC-
000205.2023.20.000/9, IC-000273.2023.20.000/7, IC-000274.2023.20.000/3, IC-
000275.2023.20.000/0, IC-000288.2023.20.000/6, IC-000624.2023.20.000/0, IC-
000705.2023.20.000/0, IC-001057.2023.20.000/0, IC-001306.2023.20.000/5, IC-
001388.2023.20.000/7, IC-001475.2023.20.000/1, PP-001564.2023.20.000/7, NF-
001645.2023.20.000/7, PP-001772.2023.20.000/7, NF-001871.2023.20.000/9, IC-
002106.2023.20.000/9, NF-002232.2023.20.000/3, IC-002296.2023.20.000/3, NF-
002304.2023.20.000/2, NF-002334.2023.20.000/1, NF-002389.2023.20.000/0, NF-
002519.2023.20.000/0, NF-002588.2023.20.000/0, NF-002608.2023.20.000/6, IC-
000035.2023.20.001/0, NF-000297.2023.20.001/5, NF-000014.2024.20.000/0, NF-
000043.2024.20.000/7, NF-000049.2024.20.000/0, NF-000071.2024.20.000/7, NF-
000118.2024.20.000/0, NF-000156.2024.20.000/6, IC-000169.2024.20.000/2, NF-
000225.2024.20.000/6, NF-000263.2024.20.000/2, NF-000305.2024.20.000/0, NF-
000341.2024.20.000/3, NF-000363.2024.20.000/0, NF-000492.2024.20.000/4, NF-
000518.2024.20.000/2, NF-000540.2024.20.000/3, NF-000563.2024.20.000/7, NF-
000666.2024.20.000/4, NF-000721.2024.20.000/1, NF-000030.2024.20.001/8, NF-
000064.2024.20.001/1 - PRT 21ª Região-RN - IC-001895.2017.21.000/6, PP-
000076.2018.21.000/5, IC-001004.2018.21.000/7, IC-000224.2018.21.001/6, IC-
000225.2018.21.001/2, IC-000229.2018.21.001/8, IC-001082.2019.21.000/9, IC-
001319.2019.21.000/4, IC-000224.2019.21.001/9, IC-000110.2021.21.000/1, IC-
000241.2021.21.000/8, IC-001019.2021.21.000/0, IC-000327.2022.21.000/2, IC-
000653.2022.21.000/3, IC-000884.2022.21.000/8, IC-000927.2022.21.000/1, IC-
000954.2022.21.000/4, IC-001060.2022.21.000/5, IC-001147.2022.21.000/8, IC-
001418.2022.21.000/6, IC-001478.2022.21.000/4, IC-000065.2023.21.000/6, IC-
000504.2023.21.000/8, IC-000915.2023.21.000/4, NF-001211.2023.21.000/5, IC-
001258.2023.21.000/9, NF-001806.2023.21.000/0, NF-001832.2023.21.000/7, NF-
001845.2023.21.000/0, NF-001854.2023.21.000/0, NF-001863.2023.21.000/1, NF-
001867.2023.21.000/3, NF-001880.2023.21.000/8, NF-001974.2023.21.000/0, NF-
001988.2023.21.000/9, NF-001991.2023.21.000/7, NF-002001.2023.21.000/2, NF-
002056.2023.21.000/1, NF-002075.2023.21.000/9, NF-002101.2023.21.000/0, NF-
002147.2023.21.000/8, NF-002148.2023.21.000/3, NF-002247.2023.21.000/5, IC-
000028.2023.21.001/6, IC-000132.2023.21.001/2, IC-000190.2023.21.001/3, IC-
000272.2023.21.001/0, IC-000371.2023.21.001/1, NF-000069.2024.21.000/9, NF-
000194.2024.21.000/3, NF-000240.2024.21.000/0, NF-000380.2024.21.000/7, NF-
000432.2024.21.000/1, NF-000487.2024.21.000/0, NF-000489.2024.21.000/2, NF-
000523.2024.21.000/9, IC-000005.2024.21.001/7, NF-000033.2024.21.001/1, IC-
000071.2024.21.001/0 - PRT 22ª Região-PI - IC-000011.2020.22.001/8, IC-
000363.2021.22.000/4, IC-000536.2021.22.000/8, IC-000073.2022.22.000/8, IC-
000704.2022.22.000/2, IC-000063.2022.22.001/0, IC-000074.2023.22.000/9, IC-
000157.2023.22.000/1, IC-000287.2023.22.000/1, IC-000488.2023.22.000/4, IC-
000789.2023.22.000/5, IC-000799.2023.22.000/2, IC-001300.2023.22.000/9, IC-
001511.2023.22.000/5, IC-001597.2023.22.000/9, NF-001838.2023.22.000/8, IC-
002041.2023.22.000/6, PP-000274.2023.22.001/3, NF-000076.2024.22.000/7, NF-
000206.2024.22.000/0, NF-000268.2024.22.000/6, NF-000271.2024.22.000/9, PP-
000277.2024.22.000/7, NF-000287.2024.22.000/4, NF-000301.2024.22.000/6, NF-
000304.2024.22.000/5, NF-000353.2024.22.000/5, NF-000424.2024.22.000/8, NF-
000455.2024.22.000/6, NF-000463.2024.22.000/0, NF-000478.2024.22.000/0, NF-
000493.2024.22.000/2, NF-000500.2024.22.000/6 - PRT 23ª Região-MT - IC-
000147.2014.23.000/4, IC-000086.2021.23.003/9, IC-000115.2021.23.003/0, IC-
000006.2022.23.000/0, IC-000075.2022.23.000/4, IC-000003.2022.23.002/9, IC-
000214.2022.23.003/4, IC-000253.2022.23.003/7, IC-000083.2022.23.004/1, IC-
000144.2022.23.004/6, IC-000148.2022.23.004/1, IC-000246.2022.23.004/7, IC-
000160.2023.23.000/5, IC-000389.2023.23.000/3, IC-000391.2023.23.000/0, IC-
000559.2023.23.000/8, IC-000585.2023.23.000/4, IC-000634.2023.23.000/0, IC-
000720.2023.23.000/5, NF-000839.2023.23.000/8, IC-000889.2023.23.000/4, IC-
000894.2023.23.000/0, IC-000961.2023.23.000/7, IC-001008.2023.23.000/9, IC-
001019.2023.23.000/0, IC-001028.2023.23.000/1, NF-001063.2023.23.000/0, NF-
001154.2023.23.000/6, NF-001205.2023.23.000/7, NF-001324.2023.23.000/1, IC-
000086.2023.23.001/4, IC-000363.2023.23.001/9, IC-000385.2023.23.001/6, IC-
000091.2023.23.003/8, IC-000095.2023.23.003/7, IC-000179.2023.23.003/4, IC-
000329.2023.23.003/4, IC-000347.2023.23.003/6, IC-000020.2023.23.004/4, IC-
000060.2023.23.004/7, PP-000104.2023.23.004/0, IC-000169.2023.23.004/5, PP-
000207.2023.23.004/7, PP-000234.2023.23.004/0, PP-000242.2023.23.004/4, IC-
000252.2023.23.004/1, NF-000286.2023.23.004/9, NF-000307.2023.23.004/5, NF-
000316.2023.23.004/6, NF-000032.2024.23.000/7, IC-000084.2024.23.000/2, NF-
000140.2024.23.000/3, NF-000004.2024.23.001/4, NF-000054.2024.23.001/9, IC-
000058.2024.23.001/8, NF-000049.2024.23.003/9, NF-000002.2024.23.004/3, NF-
000020.2024.23.004/8, NF-000056.2024.23.004/6 - PRT 24ª Região-MS - PP-
000206.2021.24.001/1, IC-000213.2021.24.001/0, IC-000514.2022.24.000/5, IC-
000600.2022.24.000/0, IC-000712.2022.24.000/9, IC-000932.2022.24.000/0, IC-
000205.2022.24.001/8, IC-000236.2022.24.002/4, IC-000285.2023.24.000/0, PP-
000696.2023.24.000/7, PP-000707.2023.24.000/6, PP-000770.2023.24.000/2, PP-
000950.2023.24.000/4, PP-000991.2023.24.000/0, NF-001019.2023.24.000/9, PP-
001061.2023.24.000/7, PP-001080.2023.24.000/4, PP-001113.2023.24.000/3, NF-
001122.2023.24.000/4, PP-001194.2023.24.000/0, IC-000015.2023.24.001/1, IC-
000144.2023.24.001/5, PP-000283.2023.24.001/6, NF-000368.2023.24.001/1, NF-
000374.2023.24.001/3, NF-000416.2023.24.001/0, IC-000062.2023.24.002/1, IC-
000084.2023.24.002/2, IC-000085.2023.24.002/0, IC-000137.2023.24.002/5, PP-
000019.2024.24.000/3, PP-000081.2024.24.000/2, NF-000096.2024.24.000/7, NF-
000164.2024.24.000/4, NF-000217.2024.24.000/5, NF-000246.2024.24.000/0, NF-
000263.2024.24.000/6, NF-000285.2024.24.000/3, NF-000310.2024.24.000/9, NF-
000384.2024.24.000/5, NF-000056.2024.24.001/5.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 17:00 horas.

ANDRÉ LACERDA
Coordenador

ILEANA NEIVA MOUSINHO
Membra

SORAYA TABET SOUTO MAIOR
Membra

SIMONE BEATRIZ ASSIS DE REZENDE
Suplente

MARISA REGINA MURAD LEGASPE
Suplente

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

2ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2024

Aos vinte e quatro dias de abril de dois mil e vinte e quatro às quatorze horas e vinte e cinco minutos, iniciou-se com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a sexagésima nona (69a) Sessão Ordinária da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, 16º Andar, Edifício CNC, em Brasília-DF. Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos, os Procuradores Regionais do Trabalho, Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos e Genderson Silveira Lisboa e a Membra Suplente, Procuradora Regional do Trabalho, Viviane Dockhorn Weffort. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) ASSUNTOS GERAIS: Sessões com tradução em Libras. A Coordenadora da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do MPT, Dra. Eliane Araque dos Santos, cumprimentou a todo(a)s o(a)s presentes, membro(a)s, servidore(a)s, pessoal da TI e todas as pessoas que estivessem acompanhando a Sessão por meio da transmissão. Informou que a partir desta 69ª Sessão Ordinária, que acontece exatamente no Dia Nacional da Língua Brasileira de Sinais-Libras, todas as transmissões passarão a contar com a presença de intérpretes de libras. Cumprimentou o(a)s intérpretes presentes e ressaltou a importância de as sessões da CCR passarem a ser acessíveis às pessoas com deficiência auditiva. Todo(a)s o(a)s membro(a)s presentes se associaram às palavras da Coordenadora.

2) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-000164.2018.21.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO , NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, INQUIRIDO(A): INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA., NOTICIANTE: MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA - OUVIDORIA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS - MINISTÉRIO DAS MULHERES, NOTICIANTE: SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES VIGILANTES EM EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PRIVADA, MONITORADORES ELETRÔNICOS, ATM, CURSOS DE FORMAÇÃO - SINDSEGUR - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000081.2021.23.000/0 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): ELOI LUIZ FRITZEN (FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA E FAZENDA RONCADOR), INQUIRIDO(A): LUCIANA DE FÁTIMA SILVEIRA (FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA E FAZENDA RONCADOR), NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF) - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004434.2022.02.000/3 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO/SP, INQUIRIDO(A): VIAÇÃO GATO PRETO LTDA, INQUIRIDO(A): VIAÇÃO GATO PRETO LTDA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004894.2022.02.000/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): LOS PARCA S LTDA ME, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): VANDERLEI GONÇALVES PEREIRA (RUA DOM CARLOS GOUVEIA 36) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000779.2022.02.002/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: MPT/PRT2 - PTM DE BARUERI, INQUIRIDO(A): MULTITEINER COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE CONTÊINERES LTDA., NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE OSASCO E REGIÃO - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002264.2022.05.000/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MESSIAS SANTOS NASCIMENTO JUNIOR, INQUIRIDO(A): NAILTON BOMFIM DO ESPIRITO SANTO - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000837.2022.10.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO(A): AVAL EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000062.2022.24.002/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO(A): ENERGÉTICA SANTA HELENA LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001326.2023.01.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): REDE D'OR SAO LUIZ S.A., NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento no tocante à pressão para que sejam inseridas informações falsas em relatórios de atendimentos, e homologar quanto à contratação de filha de empregada da empresa, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005509.2023.01.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): CLÍNICA SÃO CARLOS S.A., NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000062.2023.01.003/5 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): VEST. SURF. IND. COM. IMP. E EXP. DE ROUPAS LTDA - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000054.2023.01.006/7 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO - 1ª REGIÃO, INQUIRIDO(A): CRISTIANO SANTOS DA SILVA, INQUIRIDO(A): GILBERTO CABRAL LEÃO, NOTICIANTE: NOTÍCIA NO JORNAL "O DIA" - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000440.2023.01.006/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): CENTRO DE RECUPERACAO BETEL SHALON, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-005574.2023.02.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO(A): KAVAK TECNOLOGIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-006052.2023.02.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INVESTIGADO(A): URBIA GESTÃO DE PARQUES SPE S/A (PARQUE TENENENTE BRIGADEIRO ROBERTO FARIA LIMA) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-006481.2023.02.000/7 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO(A): LOJAS ESKALA COMERCIO DE TECIDOS E CONFECCOES LIMITADA, NOTICIANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL - VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-007745.2023.02.000/3 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: 3ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - FORO REGIONAL III - JABAQUARA, INQUIRIDO(A): WPP MEDIA SERVICES COMUNICACOES LTDA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-008321.2023.02.000/8 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INVESTIGADO(A): ADEGA DOIS G LTDA, NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-008886.2023.02.000/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL - VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, INVESTIGADO(A): ULTRAVIOLETA PRODUCAO AUDIOVISUAL LTDA (ULTRAVIOLETA FILMES-ANTIGA PICCOLO PRODUCAO AUDIOVISUAL LTDA) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-009058.2023.02.000/1 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INVESTIGADO(A): O2 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA, NOTICIANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL - VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-009252.2023.02.000/3 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INVESTIGADO(A): GIOCONDA PRODUCOES ARTISTICAS E EDICOES CULTURAIS LTDA, NOTICIANTE: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL - VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-009515.2023.02.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): NOVA ERA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA (NOVA ERA PLÁSTICOS) - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto ao tema 6.4.1 Monitoramento da imagem, voz, de transmissão eletrônica de dados e de correspondência, e homologar quanto aos demais temas, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000834.2023.02.002/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INQUIRIDO(A): HEBROM ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento no tocante à existência de câmeras de monitoramento na copa do estabelecimento, e homologar quanto à recusa de atestados médicos, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001177.2023.02.002/7 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO(A): SOB SIGILO, NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000598.2023.04.008/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS , NOTICIADO(A): RECH INFORMATICA LTDA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002065.2023.09.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: FATIMA APARECIDA RODRIGUES HERRMANN, NOTICIANTE: FERNANDA CRISTINA MACHADO DE OLIVEIRA, NOTICIANTE: LUIZABETI MENDES DE OLIVEIRA, INVESTIGADO(A): VIA SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA. - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003051.2023.09.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): FARMACIA E DROGARIA NISSEI S.A, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto ao tema 6.4.1 Monitoramento da imagem, voz, de transmissão eletrônica de dados e de correspondência, e homologar quanto aos demais temas, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000253.2023.09.008/2 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO(A): EMPLOYER TRABALHO TEMPORÁRIO S.A., NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-003433.2023.10.000/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, NOTICIADO(A): ELIUDE ALVES NASCIMENTO - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001482.2023.13.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO(A): CENESUP - CENTRO NACIONAL DE ENSINO SUPERIOR LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-003704.2023.15.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO(A): SAFEPORT SERVICOS ESPECIALIZADOS DE PORTARIA LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-006206.2023.15.000/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INVESTIGADO(A): SUPERMERCADOS CAVICCHIOLLI LTDA - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento em relação às câmeras de monitoramento mantidas pelo empregador investigado no refeitório e nas áreas de descanso destinada aos trabalhadores, e homologar em relação às demais questões abordadas, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000344.2023.21.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO , INQUIRIDO(A): P DE OLIVEIRA LIRA SOLUCOES LTDA, INQUIRIDO(A): PÃO KENTE PANIFICADORA LTDA. - ME - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento quanto aos temas 01.01.02. Doença profissional ou do trabalho; 01.02.05.01. EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual ou Coletiva; 01.07. OUTROS TEMAS RELACIONADOS COM O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO Complemento: Não fornece fardamento; 06.02.03. Abusos decorrentes do poder diretivo do empregador Complemento: Aplicação de advertências indevidas; 06.02.05. Outros tipos de assédio ou violência no trabalho Complemento: Assédio Eleitoral; 09.04.02. Jornada de trabalho, 09.01.01. Desvio e/ou acúmulo de função? e ?09.12.08.04. Insalubridade? (quanto ao não pagamento do adicional de insalubridade) e não homologar no tocante aos temas ? 09.04.03.03. Descanso semanal; 09.04.03.04. Outros tipos de descanso Complemento: Descanso semanal da mulher? e trabalho insalubre, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002108.2023.21.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO , NOTICIADO(A): MISS POLY STORE LTDA., NOTICIADO(A): MISS POLY VESTES LTDA. - ME - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento apenas em relação ao tema monitoramento de imagem, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000867.2023.24.000/8 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INVESTIGADO(A): CONSTRUTORA MAKSOUD RAHE LTDA., NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000185.2023.24.002/9 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO(A): AUTO POSTO 5 RODA LTDA, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000410.2024.01.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): PERSONAL ACQUA CENTER LTDA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento em relação aos temas abuso do poder hierárquico do empregador, jornada de trabalho e intervalos, homologando-o quanto aos temas remanescentes, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000103.2024.01.005/3 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 7.COORDINFÂNCIA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): AK OPERACOES DO BRASIL LTDA , NOTICIANTE: ANONIMO. - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002191.2024.02.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): AR FERNANDEZ GRÁFICA LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002677.2024.02.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): CBS MÉDICO CIENTÍFICA S/A , NOTICIADO(A): MEDICALOG LOGÍSTICA INTEGRADA LTDA, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento no que tange ao tema 06.02.02. Violência ou assédio sexual, e não homologar quanto ao tema 06.02.01. Violência ou assédio psicológico, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000003.2024.02.004/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): VET CARE POA CENTRO VETERINARIO LTDA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento no tocante à existência de câmeras de monitoramento em local destinado a descanso, e homologar quanto ao assédio moral, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000131.2024.05.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): CLINICA MASSAGEMFISIO E REABILITAÇAO LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento em relação aos temas 9.2 ? CTPS e Registro de Empregados e Empregadas e 9.12.01 ? Atraso ou mora contumaz no pagamento de salários, sugerindo à douta colega oficiante na origem que seja expedido ofício ao Ministério do Trabalho e Emprego solicitando fiscalização na empresa noticiada em relação ao registro de empregados (em especial os que exercem a função de fisioterapeuta), bem como de eventual atraso no pagamento de salários, e no que diz respeito ao tema 6.2.1 ? Violência ou assédio psicológico, decidir pela não homologação da decisão que indeferiu a instauração de inquérito civil, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000052.2024.08.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): CF DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA., NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000083.2024.09.003/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): L.F. CALCADOS E ACESSORIOS LTDA, NOTICIANTE: LEONARDO VARLEY SILVA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000014.2024.12.001/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): SEPAT MULTI SERVICE LTDA, NOTICIANTE: UNIÃO (SEDH/PR-SECRETARIA DIREITOS HUMANOS) - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz

Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000462.2024.15.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): LOJAS CEM SA, NOTICIANTE: MPT - PRT 15ª REGIÃO - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001234.2024.15.000/8 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): EMBRASATEC INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, NOTICIANTE: THAIS PRISCILA IGNACIO LANDUCCI - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000103.2024.15.001/1 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIADO(A): BAR DO CELSO, NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000118.2024.15.001/0 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO , NOTICIADO(A): RL CONTROLE BIOLOGICO LTDA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000110.2024.15.004/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): KLIN PRODUTOS INFANTIS LTDA. (MATRIZ), NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL EM SÃO PAULO - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000460.2024.19.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO(A): COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES DE MACEIÓ LTDA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000695.2024.19.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO(A): PASSARELLI ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA. - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000014.2024.20.001/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): DARA REGINA, NOTICIANTE: JOSE EVERTON DE JESUS SANTOS - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-001731.2022.15.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, em análise revisional, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000732.2022.15.006/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA ESCOLA CIE E , NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-010079.2023.02.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO(A): CENTER BROS BAR E LANCHONETE LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000662.2023.02.001/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO(A): TOYOTA DO BRASIL LTDA. - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000740.2023.02.002/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): WURTH DO BRASIL PEÇAS DE FIXAÇÃO LTDA. - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002214.2023.08.000/7 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, INQUIRIDO(A): SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000505.2023.09.003/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INVESTIGADO(A): IRMANDADE SANTA CASA DE LONDRINA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002668.2023.10.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO(A): COOPERATIVA DE TRABALHO E ENSINO COOPQUERUBIM, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIANTE: SINDATE-DF SINDICATO DOS AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM DO DISTRITO FEDERAL - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000665.2023.18.003/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): TECNOSEG TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000344.2024.09.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CURITIBA E REGIÃO, NOTICIADO(A): SUL VIDA AMBULANCIAS LTDA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000505.2024.10.000/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): ESPECIALY TERCEIRIZAÇÃO EIRELI , NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000043.2024.12.001/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): INDUMAK MÁQUINAS LTDA., NOTICIANTE: JEFERSON EDUARDO DE FARUA - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000620.2024.15.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: SOB SIGILO, NOTICIADO(A): GLOBALL SERVICES SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000028.2024.24.001/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): S C S IDIOMAS LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-000360.2021.02.004/7 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO(A): DÉBORA MARQUES, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (PTM DE MOGI DAS CRUZES) - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-005285.2023.15.000/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): JOHN DEERE BRASIL LTDA, NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o pedido de reconsideração e, no mérito, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001370.2023.15.002/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): DELTA ELECTRONICS BRASIL LTDA., NOTICIANTE: SOB SIGILO - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o pedido de reconsideração e, no mérito, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000207.2024.06.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: ANONIMO, NOTICIADO(A): SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (VIDE DENÚNCIA) - Relator: Dr. Genderson Silveira Lisboa. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo PAJ-000862.2018.15.000/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO(A): INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA - IEP, NOTICIANTE: MPT - PRT 15ª REGIÃO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS AUXILIARES EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR DE PIRACICABA - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000505.2024.09.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - POLÍCIA CIVIL DO PARANÁ - 13.º DISTRITO POLICIAL DA CAPITAL, NOTICIADO(A): ZANPEKA LOTERIAS LTDA - Relatora: Dra. Izabel Christina Baptista Queiroz Ramos. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000035.2024.15.006/5 - Assunto: 2.CONAETE, 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO(A): SANIEL ALESSNADRO CALOURO - Relatora: Dra. Viviane Dockhorn Weffort. A 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - NF-000149.2024.01.005/0 - PRT 3ª Região-MG - NF-000146.2024.03.000/0, NF-000763.2024.03.000/5, NF-000858.2024.03.000/8, NF-000874.2024.03.000/7 - PRT 4ª Região-RS - NF-001193.2024.04.000/4 - PRT 10ª Região-DF - NF-000646.2024.10.000/8 - PRT 12ª Região-SC - NF-000017.2024.12.004/6 - PRT 13ª Região-PB - NF-000391.2024.13.000/0 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-000191.2024.15.007/3 - PRT 16ª Região-MA - NF-000432.2024.16.000/4 - PRT 17ª Região-ES - NF-000024.2024.17.003/0.

6) OUTROS

Processo NF-003364.2023.07.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: SUSCITANTE: CLARISSE DE SÁ FARIAS MALTA, SUSCITADO(A): RICARDO ARAUJO COZER - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

Processo NF-000638.2023.09.001/6 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO(A): ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, NOTICIANTE: SIGILOSO (ABRANGÊNCIA DA PTM DE MARINGÁ) - Relatora: Dra. Eliane Araque dos Santos. Retirado de pauta a pedido da Relatora.

7) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-004597.2017.01.000/0, IC-004888.2017.01.000/1, IC-006597.2017.01.000/7, IC-000441.2017.01.006/0, IC-000330.2019.01.000/8, IC-004573.2019.01.000/0, IC-000081.2019.01.005/5, IC-000201.2020.01.000/3, IC-000519.2020.01.000/6, IC-000540.2020.01.000/0, IC-000548.2020.01.000/1, IC-007162.2020.01.000/0, IC-008727.2020.01.000/3, IC-001333.2020.01.004/4, IC-000861.2021.01.000/9, IC-000375.2021.01.003/3, IC-000705.2021.01.004/6, IC-000516.2021.01.006/5, IC-000028.2021.01.008/8, IC-003095.2022.01.000/9, IC-003098.2022.01.000/5, IC-004214.2022.01.000/5, IC-004335.2022.01.000/0, IC-004601.2022.01.000/1, IC-000084.2022.01.004/4, PP-000825.2023.01.000/0, IC-000831.2023.01.000/2, IC-000920.2023.01.000/7, PP-001148.2023.01.000/6, IC-001447.2023.01.000/2, IC-001517.2023.01.000/0, IC-001530.2023.01.000/5, IC-001672.2023.01.000/9, IC-001756.2023.01.000/5, IC-002131.2023.01.000/0, IC-002152.2023.01.000/8, IC-002453.2023.01.000/5, PP-002996.2023.01.000/3, PP-003386.2023.01.000/1, NF-003743.2023.01.000/9, PP-003967.2023.01.000/8, NF-004338.2023.01.000/9, IC-004518.2023.01.000/0, NF-004626.2023.01.000/3, NF-004929.2023.01.000/1, NF-005200.2023.01.000/7, IC-005222.2023.01.000/0, NF-005301.2023.01.000/0, NF-005478.2023.01.000/0, NF-005533.2023.01.000/4, NF-005846.2023.01.000/9, NF-005902.2023.01.000/9, IC-000068.2023.01.003/9, PP-000146.2023.01.003/7, IC-000232.2023.01.003/2, IC-000272.2023.01.003/1, IC-000277.2023.01.003/3, IC-000291.2023.01.003/0, IC-000294.2023.01.003/9, PP-000325.2023.01.003/2, IC-000297.2023.01.004/9, IC-000869.2023.01.004/9, NF-001070.2023.01.004/7, NF-001075.2023.01.004/4, NF-001184.2023.01.004/2, NF-001425.2023.01.004/1, NF-000460.2023.01.005/0, NF-000471.2023.01.005/3, NF-000520.2023.01.005/9, NF-000727.2023.01.005/0, PP-000758.2023.01.005/8, PP-000764.2023.01.005/0, IC-000537.2023.01.006/1, NF-000571.2023.01.006/2, NF-001072.2023.01.006/4, IC-000032.2023.01.007/8, NF-000231.2023.01.007/0, NF-000348.2023.01.007/0, NF-000403.2023.01.007/7, NF-000448.2023.01.007/8, NF-000351.2023.01.008/3, NF-000043.2024.01.000/4, NF-000066.2024.01.000/2, NF-000251.2024.01.000/0, NF-000264.2024.01.000/7, NF-000316.2024.01.000/1, NF-000362.2024.01.000/2, NF-000368.2024.01.000/0, NF-000406.2024.01.000/2, NF-000437.2024.01.000/0, NF-000485.2024.01.000/4, NF-000634.2024.01.000/8, NF-000666.2024.01.000/2, NF-000692.2024.01.000/9, NF-000736.2024.01.000/9, NF-000750.2024.01.000/5, NF-000756.2024.01.000/3, NF-000801.2024.01.000/3, NF-000807.2024.01.000/1, NF-000813.2024.01.000/3, NF-000839.2024.01.000/6, NF-000842.2024.01.000/9, NF-000861.2024.01.000/7, NF-000872.2024.01.000/0, NF-000914.2024.01.000/8, NF-000959.2024.01.000/9, NF-000994.2024.01.000/6, NF-001030.2024.01.000/0, NF-001059.2024.01.000/2, NF-001061.2024.01.000/5, NF-001121.2024.01.000/7, NF-001125.2024.01.000/9, NF-001138.2024.01.000/1, NF-000039.2024.01.001/1, NF-000083.2024.01.001/9, NF-000005.2024.01.003/7, NF-000037.2024.01.003/0, NF-000062.2024.01.004/0, NF-000072.2024.01.005/0, NF-000183.2024.01.006/2, NF-000010.2024.01.007/0, NF-000073.2024.01.007/1 - PRT 2ª Região-SP - IC-006788.2023.02.000/7, PP-004251.2023.02.000/7, IC-004066.2023.02.000/6, IC-001963.2023.02.000/0, IC-005790.2020.02.000/6, IC-000468.2020.02.003/2, IC-000105.2020.02.004/6, IC-000635.2021.02.001/9, IC-000238.2021.02.002/6, IC-000401.2021.02.002/6, IC-003414.2022.02.000/2, IC-003788.2022.02.000/0, IC-004288.2022.02.000/2, IC-005669.2022.02.000/2, IC-006291.2022.02.000/7, IC-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

006540.2022.02.000/1, IC-006677.2022.02.000/6, IC-006696.2022.02.000/3, IC-
000357.2022.02.001/4, IC-000402.2022.02.001/4, IC-000669.2022.02.001/9, IC-
000070.2022.02.002/6, IC-000532.2022.02.002/5, IC-000533.2022.02.002/1, IC-
000586.2022.02.002/7, IC-000682.2022.02.002/0, IC-000874.2022.02.002/1, IC-
000958.2022.02.002/0, IC-000972.2022.02.002/7, IC-000195.2022.02.005/8, IC-
000059.2023.02.000/5, PP-001415.2023.02.000/3, IC-001429.2023.02.000/1, IC-
001789.2023.02.000/1, IC-002149.2023.02.000/0, IC-002216.2023.02.000/2, IC-
002329.2023.02.000/2, IC-002510.2023.02.000/1, IC-002851.2023.02.000/4, IC-
003133.2023.02.000/0, IC-003360.2023.02.000/7, PP-003551.2023.02.000/0, IC-
004047.2023.02.000/9, PP-004088.2023.02.000/0, PP-004281.2023.02.000/6, IC-
004880.2023.02.000/4, PP-004881.2023.02.000/0, IC-005105.2023.02.000/8, PP-
005212.2023.02.000/5, IC-005575.2023.02.000/1, PP-005837.2023.02.000/9, IC-
006106.2023.02.000/1, PP-006180.2023.02.000/0, PP-006305.2023.02.000/0, IC-
006333.2023.02.000/9, IC-006462.2023.02.000/0, PP-006585.2023.02.000/6, IC-
006589.2023.02.000/8, PP-006591.2023.02.000/0, NF-006670.2023.02.000/0, NF-
006750.2023.02.000/4, IC-006785.2023.02.000/0, PP-006826.2023.02.000/5, PP-
006832.2023.02.000/0, PP-006839.2023.02.000/8, IC-006869.2023.02.000/7, NF-
007045.2023.02.000/2, IC-007060.2023.02.000/8, NF-007136.2023.02.000/9, PP-
007191.2023.02.000/0, IC-007300.2023.02.000/1, PP-007316.2023.02.000/0, NF-
007431.2023.02.000/3, NF-007432.2023.02.000/9, PP-007457.2023.02.000/9, NF-
007501.2023.02.000/1, NF-007518.2023.02.000/6, IC-007591.2023.02.000/9, IC-
007667.2023.02.000/0, NF-007780.2023.02.000/1, PP-007830.2023.02.000/7, IC-
007838.2023.02.000/0, PP-007946.2023.02.000/3, IC-008018.2023.02.000/8, IC-
008072.2023.02.000/3, PP-008085.2023.02.000/6, PP-008088.2023.02.000/2, PP-
008223.2023.02.000/1, PP-008241.2023.02.000/3, IC-008280.2023.02.000/3, NF-
008298.2023.02.000/3, PP-008352.2023.02.000/2, NF-008393.2023.02.000/3, NF-
008395.2023.02.000/4, NF-008493.2023.02.000/0, NF-008661.2023.02.000/5, NF-
008672.2023.02.000/7, NF-008702.2023.02.000/0, NF-008769.2023.02.000/6, NF-
008780.2023.02.000/0, NF-008813.2023.02.000/9, NF-008888.2023.02.000/0, NF-
008935.2023.02.000/0, NF-009197.2023.02.000/9, PP-009226.2023.02.000/6, NF-
009285.2023.02.000/9, PP-009297.2023.02.000/6, IC-009319.2023.02.000/3, NF-
009467.2023.02.000/1, NF-009474.2023.02.000/1, PP-009481.2023.02.000/1, PP-
009499.2023.02.000/1, NF-009531.2023.02.000/7, PP-009634.2023.02.000/0, IC-
009668.2023.02.000/1, PP-009724.2023.02.000/1, NF-009776.2023.02.000/4, PP-
009796.2023.02.000/7, NF-009797.2023.02.000/2, IC-009802.2023.02.000/5, NF-
009851.2023.02.000/1, PP-009852.2023.02.000/7, NF-009940.2023.02.000/7, IC-
009943.2023.02.000/3, NF-009947.2023.02.000/5, PP-009985.2023.02.000/0, NF-
009991.2023.02.000/4, IC-010010.2023.02.000/4, NF-010051.2023.02.000/0, NF-
010089.2023.02.000/3, IC-010104.2023.02.000/3, IC-000163.2023.02.001/2, IC-
000210.2023.02.001/5, IC-000231.2023.02.001/6, PP-000343.2023.02.001/4, IC-
000360.2023.02.001/0, PP-000541.2023.02.001/8, PP-000597.2023.02.001/2, IC-
000670.2023.02.001/1, NF-000688.2023.02.001/0, NF-000765.2023.02.001/4, NF-
000852.2023.02.001/6, NF-000916.2023.02.001/0, NF-000925.2023.02.001/1, NF-
000972.2023.02.001/9, NF-000998.2023.02.001/1, NF-001003.2023.02.001/5, NF-
001019.2023.02.001/4, NF-001027.2023.02.001/0, IC-000015.2023.02.002/7, PP-
000065.2023.02.002/8, IC-000241.2023.02.002/4, IC-000370.2023.02.002/8, IC-
000589.2023.02.002/9, IC-000684.2023.02.002/5, IC-000763.2023.02.002/2, NF-
000968.2023.02.002/0, NF-001239.2023.02.002/0, NF-001372.2023.02.002/4, NF-
001426.2023.02.002/1, NF-001475.2023.02.002/8, PP-000579.2023.02.003/2, IC-
000657.2023.02.003/3, NF-000955.2023.02.003/5, IC-000136.2023.02.004/2, IC-
000323.2023.02.004/2, PP-000352.2023.02.004/8, PP-000532.2023.02.004/0, NF-
000568.2023.02.004/0, NF-000598.2023.02.004/1, PP-000333.2023.02.005/0, NF-
000591.2023.02.005/8, NF-000657.2023.02.005/5, NF-000030.2024.02.000/7, NF-
000037.2024.02.000/8, NF-000085.2024.02.000/4, NF-000088.2024.02.000/6, IC-
000159.2024.02.000/5, NF-000208.2024.02.000/0, PP-000266.2024.02.000/1, NF-
000268.2024.02.000/4, NF-000353.2024.02.000/3, PP-000468.2024.02.000/0, NF-
000472.2024.02.000/0, NF-000668.2024.02.000/7, IC-000698.2024.02.000/9, NF-
000721.2024.02.000/1, NF-000770.2024.02.000/1, NF-000813.2024.02.000/5, NF-
000857.2024.02.000/0, IC-000886.2024.02.000/5, NF-000891.2024.02.000/0, PP-
001043.2024.02.000/4, NF-001062.2024.02.000/1, NF-001066.2024.02.000/3, NF-
001093.2024.02.000/6, NF-001149.2024.02.000/4, NF-001171.2024.02.000/0, NF-
001241.2024.02.000/8, NF-001293.2024.02.000/0, NF-001306.2024.02.000/7, NF-
001317.2024.02.000/9, PP-001361.2024.02.000/8, NF-001384.2024.02.000/7, PP-
001427.2024.02.000/2, NF-001489.2024.02.000/1, NF-001516.2024.02.000/8, NF-
001583.2024.02.000/6, NF-001598.2024.02.000/0, NF-001607.2024.02.000/4, NF-
001741.2024.02.000/4, NF-001837.2024.02.000/8, NF-001860.2024.02.000/9, NF-
001874.2024.02.000/7, NF-001912.2024.02.000/5, NF-002253.2024.02.000/3, NF-
002294.2024.02.000/4, NF-000004.2024.02.001/7, NF-000065.2024.02.001/0, NF-
000072.2024.02.001/6, NF-000201.2024.02.001/7, NF-000079.2024.02.002/9, NF-
000141.2024.02.002/9, NF-000192.2024.02.002/1, NF-000314.2024.02.002/2, NF-
000056.2024.02.003/2, NF-000076.2024.02.003/9, NF-000119.2024.02.003/9, NF-
000169.2024.02.003/5, NF-000185.2024.02.003/4, NF-000188.2024.02.003/3, NF-
000195.2024.02.003/1, NF-000198.2024.02.003/0, NF-000207.2024.02.003/7, NF-
000209.2024.02.003/0, NF-000019.2024.02.004/3, NF-000128.2024.02.004/0, NF-
000060.2024.02.005/0, NF-000115.2024.02.005/5 - PRT 3ª Região-MG - IC-
000454.2023.03.000/7, IC-004116.2018.03.000/9, IC-000043.2018.03.006/0, IC-
000693.2020.03.000/8, IC-003296.2021.03.000/9, IC-000617.2022.03.000/0, IC-
001086.2022.03.000/3, IC-002169.2022.03.000/2, IC-002239.2022.03.000/0, IC-
003535.2022.03.000/9, IC-000657.2022.03.001/0, IC-000001.2022.03.002/0, IC-
000385.2022.03.002/6, IC-000473.2022.03.003/5, IC-000358.2022.03.009/0, IC-
000398.2022.03.010/1, IC-000651.2023.03.000/4, IC-001284.2023.03.000/9, PP-
002643.2023.03.000/5, IC-002740.2023.03.000/6, IC-003106.2023.03.000/8, PP-
003344.2023.03.000/7, PP-003628.2023.03.000/8, IC-003760.2023.03.000/7, PP-
003901.2023.03.000/9, NF-003985.2023.03.000/1, PP-004278.2023.03.000/9, NF-
004309.2023.03.000/7, IC-004335.2023.03.000/4, PP-004388.2023.03.000/2, IC-
004402.2023.03.000/6, NF-004568.2023.03.000/4, NF-004572.2023.03.000/8, NF-
004588.2023.03.000/7, PP-004709.2023.03.000/6, NF-004780.2023.03.000/8, NF-
004884.2023.03.000/7, NF-005030.2023.03.000/3, NF-005162.2023.03.000/0, NF-
005207.2023.03.000/7, NF-005216.2023.03.000/8, NF-005243.2023.03.000/0, PP-
005249.2023.03.000/3, NF-005264.2023.03.000/9, NF-005366.2023.03.000/7, NF-
005373.2023.03.000/7, NF-005391.2023.03.000/9, IC-005453.2023.03.000/1, NF-
005537.2023.03.000/8, IC-005619.2023.03.000/3, NF-005784.2023.03.000/8, IC-
005816.2023.03.000/1, IC-000026.2023.03.001/3, IC-000449.2023.03.001/2, IC-
001259.2023.03.001/5, NF-001366.2023.03.001/2, NF-001395.2023.03.001/6, NF-
001501.2023.03.001/1, IC-000036.2023.03.002/3, IC-000080.2023.03.002/0, NF-
000460.2023.03.002/0, NF-000641.2023.03.002/9, IC-000126.2023.03.003/6, IC-
000168.2023.03.003/8, IC-000299.2023.03.003/4, IC-000157.2023.03.005/6, IC-
000357.2023.03.005/2, IC-000126.2023.03.008/0, IC-000132.2023.03.008/2, IC-
000214.2023.03.008/9, IC-000024.2023.03.009/3, PP-000248.2023.03.009/7, IC-
000255.2023.03.010/8, IC-000281.2023.03.010/4, NF-000597.2023.03.010/4, PP-
000049.2024.03.000/3, NF-000075.2024.03.000/9, NF-000175.2024.03.000/6, NF-
000183.2024.03.000/0, NF-000249.2024.03.000/8, IC-000295.2024.03.000/9, NF-
000304.2024.03.000/5, NF-000323.2024.03.000/3, NF-000489.2024.03.000/3, NF-
000501.2024.03.000/2, NF-000540.2024.03.000/5, NF-000570.2024.03.006/7, IC-
000585.2024.03.000/6, NF-000600.2024.03.000/4, NF-000638.2024.03.000/7, NF-
000671.2024.03.000/1, NF-000685.2024.03.000/4, NF-000789.2024.03.000/8, NF-
000803.2024.03.000/0, NF-000817.2024.03.000/2, IC-000998.2024.03.000/5, NF-
001184.2024.03.000/3, NF-001216.2024.03.000/7, NF-000230.2024.03.001/4, IC-
000241.2024.03.001/8, NF-000088.2024.03.002/2, NF-000119.2024.03.002/0, NF-
000137.2024.03.002/1, NF-000064.2024.03.005/2, NF-000066.2024.03.005/7, NF-
000087.2024.03.010/3 - PRT 4ª Região-RS - IC-000452.2017.04.006/9, IC-
000490.2018.04.006/8, IC-001454.2021.04.000/0, IC-002306.2021.04.000/1, IC-
002408.2021.04.000/0, IC-001016.2022.04.000/0, IC-001930.2022.04.000/5, IC-
002129.2022.04.000/8, IC-002761.2022.04.000/2, IC-002909.2022.04.000/3, IC-
003140.2022.04.000/0, IC-000439.2022.04.001/8, IC-000180.2022.04.003/0, IC-
000175.2022.04.004/6, IC-000177.2022.04.004/9, IC-000309.2022.04.004/7, IC-
000093.2022.04.005/7, IC-000106.2022.04.005/5, IC-000648.2023.04.000/0, IC-
000787.2023.04.000/0, PP-002345.2023.04.000/4, PP-002918.2023.04.000/6, NF-
003364.2023.04.000/0, PP-003496.2023.04.000/7, PP-003798.2023.04.000/0, NF-
003912.2023.04.000/0, NF-004024.2023.04.000/0, NF-004391.2023.04.000/1, NF-
004501.2023.04.000/8, NF-004566.2023.04.000/3, NF-004756.2023.04.000/1, NF-
000618.2023.04.001/6, IC-000240.2023.04.002/2, IC-000267.2023.04.002/1, IC-
000334.2023.04.002/9, IC-000359.2023.04.002/4, NF-000421.2023.04.002/0, NF-
000445.2023.04.002/0, NF-000467.2023.04.002/8, NF-000152.2023.04.003/2, NF-
000254.2023.04.003/5, IC-000264.2023.04.004/9, PP-000037.2023.04.005/0, PP-
000115.2023.04.005/6, NF-000186.2023.04.005/6, IC-000201.2023.04.006/2, IC-
000185.2023.04.007/9, NF-000353.2023.04.007/8, IC-000198.2023.04.008/0, PP-
000273.2023.04.008/8, IC-000293.2023.04.008/7, PP-000306.2023.04.008/9, NF-
000460.2023.04.008/2, NF-000561.2023.04.008/7, NF-000593.2023.04.008/1, NF-
000016.2024.04.000/6, NF-000024.2024.04.000/0, NF-000051.2024.04.000/2, NF-
000083.2024.04.000/1, NF-000121.2024.04.000/6, NF-000207.2024.04.000/4, NF-
000256.2024.04.000/4, NF-000269.2024.04.000/0, NF-000322.2024.04.000/5, NF-
000355.2024.04.000/0, NF-000387.2024.04.000/0, NF-000399.2024.04.000/4, NF-
000527.2024.04.000/3, NF-000644.2024.04.000/0, NF-000696.2024.04.000/6, NF-
000730.2024.04.000/6, NF-000757.2024.04.000/5, NF-000815.2024.04.000/8, NF-
000048.2024.04.001/6, NF-000091.2024.04.002/2, NF-000011.2024.04.003/2, NF-
000007.2024.04.004/7, NF-000014.2024.04.004/2, NF-000083.2024.04.004/5, PP-
000087.2024.04.004/4, NF-000034.2024.04.005/2, NF-000046.2024.04.005/3, NF-
000051.2024.04.005/7 - PRT 5ª Região-BA - NF-000147.2024.05.000/0, IC-
000269.2018.05.000/3, IC-001264.2019.05.000/6, IC-002693.2020.05.000/3, IC-
001431.2022.05.000/5, IC-001506.2022.05.000/0, IC-002175.2022.05.000/9, IC-
000163.2022.05.002/6, IC-000571.2023.05.000/4, IC-000632.2023.05.000/0, IC-
000669.2023.05.000/6, IC-000802.2023.05.000/4, PP-000887.2023.05.000/4, PP-
001760.2023.05.000/2, NF-002242.2023.05.000/2, IC-002309.2023.05.000/2, NF-
002382.2023.05.000/5, PP-002408.2023.05.000/4, NF-002460.2023.05.000/9, NF-
002491.2023.05.000/3, NF-002646.2023.05.000/3, NF-002785.2023.05.000/0, NF-
002864.2023.05.000/0, NF-002898.2023.05.000/0, NF-002904.2023.05.000/9, PP-
002954.2023.05.000/0, IC-002975.2023.05.000/9, NF-003061.2023.05.000/3, NF-
003063.2023.05.000/4, NF-003111.2023.05.000/9, NF-003120.2023.05.000/0, NF-
003143.2023.05.000/9, NF-003189.2023.05.000/7, NF-003202.2023.05.000/5, NF-
003272.2023.05.000/0, NF-003333.2023.05.000/7, IC-003361.2023.05.000/5, NF-
003365.2023.05.000/7, NF-003419.2023.05.000/4, NF-000406.2023.05.001/8, IC-
000042.2023.05.002/8, IC-000195.2023.05.002/3, IC-000130.2023.05.005/0, NF-
000232.2023.05.005/1, NF-000715.2023.05.006/8, NF-000232.2023.05.007/3, NF-
000020.2024.05.000/7, NF-000061.2024.05.000/7, NF-000077.2024.05.000/9, NF-
000086.2024.05.000/0, NF-000102.2024.05.000/0, NF-000129.2024.05.000/9, NF-
000209.2024.05.000/2, NF-000219.2024.05.000/0, NF-000261.2024.05.000/5, NF-
000277.2024.05.000/0, NF-000305.2024.05.000/5, NF-000311.2024.05.000/7, NF-
000366.2024.05.000/5, NF-000404.2024.05.000/7, NF-000410.2024.05.000/9, NF-
000419.2024.05.000/6, NF-000429.2024.05.000/3, NF-000509.2024.05.000/7, NF-
000535.2024.05.000/3, NF-000552.2024.05.000/9, NF-000653.2024.05.000/3, NF-
000722.2024.05.000/3, NF-000007.2024.05.001/2, NF-000040.2024.05.005/2, NF-
000009.2024.05.006/2, NF-000119.2024.05.006/7 - PRT 6ª Região-PE - IC-
001915.2022.06.000/1, IC-000014.2022.06.001/5, IC-000029.2023.06.000/1, IC-
000057.2023.06.000/1, IC-001156.2023.06.000/6, IC-001955.2023.06.000/9, PP-
002465.2023.06.000/7, IC-002576.2023.06.000/6, PP-002602.2023.06.000/7, PP-
002632.2023.06.000/6, PP-002740.2023.06.000/9, IC-002759.2023.06.000/4, PP-
003005.2023.06.000/8, PP-003100.2023.06.000/8, PP-003408.2023.06.000/3, NF-
003569.2023.06.000/4, PP-003595.2023.06.000/1, NF-003905.2023.06.000/3, NF-
003944.2023.06.000/3, NF-003977.2023.06.000/9, NF-004152.2023.06.000/9, PP-
004168.2023.06.000/8, NF-004202.2023.06.000/4, NF-004414.2023.06.000/6, NF-
004500.2023.06.000/5, NF-004633.2023.06.000/8, IC-000446.2023.06.002/0, NF-
000135.2024.06.000/2, NF-000159.2024.06.000/2, NF-000239.2024.06.000/6, NF-
000271.2024.06.000/4, NF-000424.2024.06.000/3, NF-000539.2024.06.000/0, NF-
000618.2024.06.000/8, NF-000640.2024.06.000/9, NF-000649.2024.06.000/6, NF-
000026.2024.06.001/5, NF-000009.2024.06.002/5, NF-000043.2024.06.002/1, NF-
000098.2024.06.002/9 - PRT 7ª Região-CE - IC-001102.2018.07.000/0, IC-
001640.2021.07.000/0, IC-000884.2023.07.000/2, PP-001376.2023.07.000/5, IC-
001652.2023.07.000/1, PP-001656.2023.07.000/4, NF-002631.2023.07.000/2, NF-
003013.2023.07.000/5, PP-003333.2023.07.000/0, NF-003430.2023.07.000/0, NF-
003466.2023.07.000/2, NF-003617.2023.07.000/0, NF-003872.2023.07.000/6, NF-
000320.2023.07.002/9, NF-000339.2023.07.002/3, NF-000031.2024.07.000/1, NF-
000257.2024.07.000/0, NF-000385.2024.07.000/0, NF-000608.2024.07.000/6, NF-
000658.2024.07.000/2, NF-000775.2024.07.000/2, NF-000867.2024.07.000/0, NF-
000976.2024.07.000/9, NF-000998.2024.07.000/2, NF-001092.2024.07.000/6, NF-
000010.2024.07.002/0 - PRT 8ª Região-PA - IC-000128.2022.08.002/4, IC-
000153.2022.08.002/4, IC-000165.2022.08.003/5, IC-000353.2023.08.000/1, IC-
000487.2023.08.000/7, NF-002091.2023.08.000/7, IC-002155.2023.08.000/0, NF-
002231.2023.08.000/3, NF-002369.2023.08.000/3, NF-002470.2023.08.000/8, NF-
002586.2023.08.000/4, NF-000260.2023.08.001/2, IC-000163.2023.08.002/4, IC-
000169.2023.08.002/2, IC-000255.2023.08.002/8, NF-000319.2023.08.002/2, IC-
000332.2023.08.002/2, NF-000392.2023.08.003/7, NF-000077.2024.08.000/7, NF-
000202.2024.08.000/3, NF-000219.2024.08.000/5, NF-000241.2024.08.000/6, NF-
000266.2024.08.000/2, NF-000388.2024.08.000/8, NF-000413.2024.08.000/3, NF-
000456.2024.08.000/1, NF-000561.2024.08.000/5, NF-000013.2024.08.001/0, NF-
000009.2024.08.003/5, NF-000037.2024.08.003/0 - PRT 9ª Região-PR - IC-
002049.2018.09.000/6, IC-000223.2019.09.001/7, IC-000071.2020.09.000/1, IC-
000117.2020.09.005/0, IC-001989.2021.09.000/9, IC-000338.2021.09.001/6, IC-
000343.2021.09.001/1, IC-000743.2022.09.000/6, IC-002443.2022.09.000/4, IC-
000051.2022.09.001/4, IC-000361.2022.09.001/6, IC-000292.2022.09.003/8, IC-
000166.2022.09.007/7, IC-000309.2022.09.008/0, IC-000429.2023.09.000/8, IC-
000635.2023.09.000/6, IC-000814.2023.09.000/1, IC-001268.2023.09.000/3, IC-
001362.2023.09.000/8, IC-001614.2023.09.000/9, PP-001635.2023.09.000/7, PP-
001907.2023.09.000/0, PP-002051.2023.09.000/2, PP-002098.2023.09.000/6, IC-
002217.2023.09.000/4, NF-002279.2023.09.000/3, PP-002574.2023.09.000/8, NF-
002880.2023.09.000/4, NF-003038.2023.09.000/6, NF-003073.2023.09.000/4, IC-
003134.2023.09.000/1, PP-003165.2023.09.000/6, NF-003278.2023.09.000/6, NF-
003302.2023.09.000/6, NF-003304.2023.09.000/7, IC-000054.2023.09.001/0, IC-
000435.2023.09.003/2, PP-000598.2023.09.003/3, NF-000653.2023.09.003/0, PP-
000770.2023.09.003/4, NF-000479.2023.09.004/8, NF-000550.2023.09.004/4, NF-
000560.2023.09.004/1, IC-000056.2023.09.005/1, NF-000352.2023.09.006/2, NF-
000417.2023.09.007/4, IC-000163.2023.09.008/1, IC-000438.2023.09.008/6, IC-
000570.2023.09.008/2, NF-000606.2023.09.008/8, IC-000663.2023.09.008/2, NF-
000168.2024.09.000/9, NF-000221.2024.09.000/3, NF-000271.2024.09.000/0, NF-
000287.2024.09.000/5, NF-000293.2024.09.000/7, NF-000330.2024.09.000/2, PP-
000379.2024.09.000/9, NF-000403.2024.09.000/8, NF-000426.2024.09.000/1, NF-
000554.2024.09.000/9, NF-000607.2024.09.000/0, NF-000627.2024.09.000/4, NF-
000707.2024.09.000/8, NF-000775.2024.09.000/6, NF-000105.2024.09.001/7, NF-
000038.2024.09.006/5, NF-000045.2024.09.006/1, NF-000051.2024.09.006/0, NF-
000054.2024.09.006/2, IC-000022.2024.09.007/5, NF-000066.2024.09.008/9, NF-
000090.2024.09.008/0, NF-000096.2024.09.008/3, PP-000050.2024.09.009/9 - PRT 10ª Região-
DF - NF-000338.2024.10.000/9, IC-001134.2023.10.000/8, IC-002583.2020.10.000/6, IC-
002741.2020.10.000/4, IC-000011.2021.10.000/4, IC-001582.2021.10.000/4, IC-
001793.2021.10.000/0, IC-001875.2021.10.000/6, IC-000668.2022.10.000/0, IC-
001337.2022.10.000/7, IC-002127.2022.10.000/4, IC-002318.2022.10.000/8, IC-
000202.2022.10.002/1, IC-000153.2023.10.000/2, IC-001078.2023.10.000/8, IC-
001188.2023.10.000/1, IC-001244.2023.10.000/1, IC-001787.2023.10.000/0, IC-
001793.2023.10.000/4, PP-001844.2023.10.000/5, IC-001948.2023.10.000/4, NF-
002177.2023.10.000/8, PP-002368.2023.10.000/1, PP-002370.2023.10.000/4, NF-
002906.2023.10.000/6, IC-003031.2023.10.000/0, NF-003116.2023.10.000/2, NF-
003210.2023.10.000/7, PP-003269.2023.10.000/8, NF-003422.2023.10.000/9, NF-
003430.2023.10.000/4, IC-000142.2023.10.001/7, PP-000299.2023.10.001/6, NF-
000367.2023.10.001/0, NF-000375.2023.10.001/4, NF-000425.2023.10.001/6, IC-
000129.2023.10.002/5, IC-000228.2023.10.002/7, NF-000243.2023.10.002/0, NF-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700139

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

000005.2024.10.000/9, NF-000043.2024.10.000/4, NF-000109.2024.10.000/7, PP-000113.2024.10.000/6, NF-000140.2024.10.000/9, NF-000235.2024.10.000/1, IC-000273.2024.10.000/8, NF-000397.2024.10.000/6, NF-000476.2024.10.000/3, NF-000481.2024.10.000/9, NF-000576.2024.10.000/1, NF-000026.2024.10.001/0, NF-000035.2024.10.001/1, NF-000053.2024.10.001/3 - PRT 11ª Região-AM - IC-000138.2021.11.000/5, IC-000139.2021.11.000/1, IC-000519.2021.11.000/0, IC-000766.2021.11.000/3, IC-000880.2021.11.000/8, IC-000548.2022.11.000/8, IC-000675.2022.11.000/9, IC-000830.2022.11.000/4, PP-000411.2023.11.000/6, PP-000470.2023.11.000/3, IC-000694.2023.11.000/0, NF-000961.2023.11.000/3, NF-001191.2023.11.000/8, NF-001243.2023.11.000/4, NF-001349.2023.11.000/4, NF-001690.2023.11.000/9, NF-001745.2023.11.000/1, NF-001991.2023.11.000/6, IC-000028.2023.11.001/3, PP-000109.2023.11.001/3, IC-000168.2023.11.001/0, IC-000234.2023.11.001/1, NF-000040.2024.11.000/4 - PRT 12ª Região-SC - IC-000103.2021.12.005/3, IC-000108.2014.12.003/3, IC-000198.2014.12.003/9, IC-000326.2015.12.003/4, IC-000355.2017.12.003/5, IC-000359.2018.12.002/5, IC-000313.2021.12.001/4, IC-001443.2022.12.000/5, IC-000213.2022.12.002/7, IC-000254.2022.12.002/2, IC-000369.2022.12.003/8, IC-000227.2022.12.004/6, IC-000128.2022.12.005/2, IC-000315.2022.12.005/2, PP-000381.2023.12.000/0, IC-000400.2023.12.000/3, IC-000420.2023.12.000/8, IC-000580.2023.12.000/0, PP-000938.2023.12.000/7, NF-001046.2023.12.000/4, NF-001352.2023.12.000/0, PP-001465.2023.12.000/0, NF-001649.2023.12.000/4, NF-001741.2023.12.000/8, NF-001796.2023.12.000/7, IC-000398.2023.12.001/0, IC-000574.2023.12.001/6, NF-000625.2023.12.001/4, NF-000725.2023.12.001/2, NF-000730.2023.12.001/8, NF-000288.2023.12.002/2, NF-000350.2023.12.002/8, PP-000236.2023.12.003/1, NF-000397.2023.12.003/0, IC-000170.2023.12.004/2, PP-000208.2023.12.004/0, NF-000348.2023.12.004/8, NF-000445.2023.12.005/5, NF-000572.2023.12.005/6, NF-000106.2024.12.000/0, NF-000163.2024.12.000/4, NF-000280.2024.12.000/8, NF-000344.2024.12.000/2, NF-000349.2024.12.000/4, NF-000126.2024.12.001/2, IC-000139.2024.12.001/9, NF-000141.2024.12.001/5, NF-000144.2024.12.001/4, NF-000045.2024.12.002/4 - PRT 13ª Região-PB - IC-000124.2020.13.000/1, IC-000170.2020.13.000/2, IC-001332.2020.13.000/0, IC-000882.2021.13.000/2, IC-000378.2021.13.001/0, IC-000651.2022.13.000/0, IC-001127.2022.13.000/0, IC-001287.2022.13.000/6, IC-001342.2022.13.000/0, IC-001620.2022.13.000/9, IC-000279.2022.13.001/1, IC-000286.2022.13.001/0, IC-000021.2023.13.000/5, IC-000114.2023.13.000/2, IC-000124.2023.13.000/0, IC-000129.2023.13.000/1, IC-000456.2023.13.000/9, PP-001067.2023.13.000/0, IC-001159.2023.13.000/2, PP-001643.2023.13.000/0, IC-001912.2023.13.000/7, NF-001987.2023.13.000/9, IC-002178.2023.13.000/8, NF-002352.2023.13.000/7, NF-002652.2023.13.000/9, IC-000354.2023.13.001/6, NF-000798.2023.13.001/3, NF-000111.2024.13.000/6, NF-000321.2024.13.000/0, NF-000413.2024.13.000/3 - PRT 14ª Região-RO - IC-000220.2021.14.001/6, IC-000388.2022.14.000/3, IC-000086.2022.14.002/0, IC-000201.2023.14.000/5, IC-000323.2023.14.000/0, IC-000403.2023.14.000/4, IC-000525.2023.14.000/0, IC-000652.2023.14.000/0, NF-000796.2023.14.000/3, NF-000954.2023.14.000/8, IC-000130.2023.14.001/0, PP-000310.2023.14.002/0, NF-000558.2023.14.002/7, NF-000057.2024.14.000/9, NF-000080.2024.14.000/2, NF-000130.2024.14.000/5, NF-000023.2024.14.002/7, NF-000033.2024.14.002/5 - PRT 15ª Região-Campinas - NF-000047.2024.15.008/0, PP-001188.2023.15.002/7, IC-000481.2016.15.002/1 IC-000517.2019.15.006/8, IC-000415.2020.15.002/3, IC-002958.2022.15.000/8, IC-000358.2022.15.001/0, IC-000513.2022.15.003/2, IC-000342.2022.15.006/6, IC-000702.2022.15.006/0, IC-000236.2022.15.007/4, IC-000336.2022.15.008/0, IC-000558.2022.15.008/4, IC-001680.2023.15.000/5, IC-001800.2023.15.000/9, PP-002331.2023.15.000/5, IC-002433.2023.15.000/3, PP-003485.2023.15.000/4, PP-003721.2023.15.000/6, PP-003963.2023.15.000/7, PP-004158.2023.15.000/8, PP-004243.2023.15.000/1, PP-004395.2023.15.000/1, NF-004537.2023.15.000/9, PP-004739.2023.15.000/4, PP-004815.2023.15.000/7, NF-004885.2023.15.000/1, NF-005056.2023.15.000/8, PP-005084.2023.15.000/6, PP-005085.2023.15.000/1, PP-005158.2023.15.000/6, PP-005208.2023.15.000/1, PP-005241.2023.15.000/9, NF-005435.2023.15.000/9, NF-005461.2023.15.000/6, NF-005694.2023.15.000/6, NF-005794.2023.15.000/3, NF-005829.2023.15.000/3, PP-005892.2023.15.000/0, NF-005974.2023.15.000/5, PP-006249.2023.15.000/0, NF-006269.2023.15.000/3, NF-006394.2023.15.000/2, NF-006400.2023.15.000/0, NF-001127.2023.15.001/6, NF-001256.2023.15.001/7, IC-000180.2023.15.002/6, IC-000296.2023.15.002/0, PP-000655.2023.15.002/7, PP-000777.2023.15.002/2, PP-000787.2023.15.002/0, PP-001080.2023.15.002/6, NF-001102.2023.15.002/3, PP-001199.2023.15.002/9, PP-001260.2023.15.002/8, PP-001379.2023.15.002/0, NF-001491.2023.15.002/7, PP-001492.2023.15.002/2, PP-001564.2023.15.002/1, PP-000304.2023.15.003/8, IC-000334.2023.15.003/0, IC-000003.2023.15.004/9, IC-000116.2023.15.004/0, PP-000268.2023.15.005/5, IC-000530.2023.15.005/7, IC-000321.2023.15.006/8, PP-000325.2023.15.006/3, IC-000424.2023.15.006/5, IC-000488.2023.15.006/4, IC-000505.2023.15.006/5, PP-000530.2023.15.006/5, PP-000619.2023.15.006/6, PP-000863.2023.15.006/0, IC-001013.2023.15.006/7, NF-001248.2023.15.006/8, PP-001255.2023.15.006/8, PP-001286.2023.15.006/2, IC-000197.2023.15.007/9, IC-000460.2023.15.007/7, NF-000814.2023.15.007/9, PP-000855.2023.15.007/4, PP-000878.2023.15.007/8, NF-000880.2023.15.007/4, PP-000885.2023.15.007/6, PP-000891.2023.15.007/8, NF-000901.2023.15.007/0, IC-000002.2023.15.008/8, IC-000089.2023.15.008/3, IC-000462.2023.15.008/8, IC-000640.2023.15.008/7, PP-000705.2023.15.008/8, PP-000831.2023.15.008/2, NF-000984.2023.15.008/6, NF-001052.2023.15.008/1, NF-001054.2023.15.008/2, NF-001071.2023.15.008/9, NF-001137.2023.15.008/3, NF-000070.2024.15.000/6, NF-000082.2024.15.000/9, NF-000195.2024.15.000/1, PP-000216.2024.15.000/8, PP-000285.2024.15.000/2, NF-000351.2024.15.000/3, PP-000360.2024.15.000/4, PP-000701.2024.15.000/0, NF-000738.2024.15.000/6, IC-000785.2024.15.000/3, IC-000786.2024.15.000/0, NF-000887.2024.15.000/4, NF-000942.2024.15.000/1, NF-000948.2024.15.000/0, NF-000976.2024.15.000/9, PP-001000.2024.15.000/2, NF-001073.2024.15.000/3, NF-001081.2024.15.000/9, NF-001084.2024.15.000/5, NF-001106.2024.15.000/2, NF-001172.2024.15.000/5, NF-001183.2024.15.000/7, NF-001184.2024.15.000/2, NF-001224.2024.15.000/1, NF-001237.2024.15.000/4, NF-001245.2024.15.000/0, NF-001341.2024.15.000/5, NF-001369.2024.15.000/1, NF-001423.2024.15.000/0, NF-001497.2024.15.000/7, NF-001498.2024.15.000/2, NF-001522.2024.15.000/2, NF-001571.2024.15.000/9, NF-001649.2024.15.000/0, NF-001759.2024.15.000/4, NF-001892.2024.15.000/9, NF-002079.2024.15.000/4, NF-000229.2024.15.001/2, NF-000028.2024.15.002/5, NF-000066.2024.15.002/3, NF-000117.2024.15.002/2, NF-000235.2024.15.002/2, NF-000253.2024.15.002/4, NF-000160.2024.15.003/2, IC-000024.2024.15.005/9, NF-000043.2024.15.005/8, NF-000107.2024.15.006/8, NF-000119.2024.15.006/8, NF-000134.2024.15.006/0, NF-000225.2024.15.006/8, NF-000045.2024.15.007/4, NF-000018.2024.15.008/2, NF-000049.2024.15.008/4 - PRT 16ª Região-MA - IC-001093.2021.16.000/9, IC-000157.2022.16.000/0, IC-000456.2022.16.000/9, IC-001074.2022.16.000/3, IC-000111.2022.16.001/1, IC-000341.2022.16.001/0, NF-000451.2022.16.001/5, IC-000009.2023.16.000/3, IC-000043.2023.16.000/1, PP-000798.2023.16.000/8, PP-001112.2023.16.000/3, PP-001198.2023.16.000/7, PP-001379.2023.16.000/4, PP-001573.2023.16.000/6, NF-001637.2023.16.000/0, NF-001662.2023.16.000/1, PP-001702.2023.16.000/0, IC-000076.2023.16.001/9, PP-000365.2023.16.001/2, NF-000163.2023.16.002/1, NF-000026.2024.16.000/0, NF-000042.2024.16.000/8, NF-000052.2024.16.000/6, NF-000096.2024.16.000/8, NF-000257.2024.16.000/4, NF-000298.2024.16.000/0, NF-000020.2024.16.001/8 - PRT 17ª Região-ES - IC-001517.2022.17.000/6, IC-001490.2022.17.000/1, IC-000027.2021.17.000/9, IC-000946.2022.17.000/3, IC-000949.2022.17.000/2, IC-001472.2022.17.000/0, IC-000224.2022.17.003/3, PP-000730.2023.17.000/4, PP-000757.2023.17.000/3, PP-001068.2023.17.000/9, PP-001369.2023.17.000/6, NF-001442.2023.17.000/2, PP-001443.2023.17.000/8, NF-001510.2023.17.000/0, NF-001560.2023.17.000/1, NF-001583.2023.17.000/0, PP-001645.2023.17.000/3, NF-001838.2023.17.000/8, NF-001877.2023.17.000/8, NF-002026.2023.17.000/0, NF-002108.2023.17.000/6, NF-002119.2023.17.000/8, NF-002142.2023.17.000/9, NF-000222.2023.17.001/7, NF-000257.2023.17.001/0, IC-000102.2023.17.003/0, PP-000235.2023.17.003/0, IC-000261.2023.17.003/6, IC-000265.2023.17.003/1, NF-000332.2023.17.003/9, NF-000368.2023.17.003/9, NF-000028.2024.17.000/7, NF-000098.2024.17.000/4, NF-000122.2024.17.000/3, NF-000151.2024.17.000/9, NF-000168.2024.17.000/0, NF-000327.2024.17.000/1, NF-000355.2024.17.000/0, IC-000017.2024.17.003/4, NF-000028.2024.17.003/0 - PRT 18ª Região-GO - IC-000182.2021.18.000/0, IC-001439.2021.18.000/9, IC-000159.2021.18.001/0, IC-000282.2021.18.002/4, IC-001642.2022.18.000/3, IC-000280.2022.18.001/6, IC-000073.2022.18.002/8, IC-000704.2023.18.000/9, IC-001350.2023.18.000/9, NF-001739.2023.18.000/4, IC-000006.2023.18.002/8, IC-000034.2023.18.002/6, IC-000201.2023.18.002/5, NF-000498.2023.18.002/1, IC-000189.2023.18.003/4, IC-000424.2023.18.003/3, IC-000615.2023.18.003/9, IC-000695.2023.18.003/7, NF-000011.2024.18.000/0, NF-000093.2024.18.000/0, NF-000231.2024.18.000/3, NF-000239.2024.18.000/4, NF-000441.2024.18.000/7, NF-000457.2024.18.000/2, NF-000042.2024.18.001/2 - PRT 19ª Região-AL - IC-002540.2020.19.000/8, IC-000357.2020.19.001/2, IC-000872.2021.19.000/0, IC-001447.2021.19.000/2, IC-001804.2022.19.000/1, IC-001834.2022.19.000/0, IC-000142.2023.19.000/7, IC-001168.2023.19.000/2, IC-001567.2023.19.000/6, IC-001575.2023.19.000/1, IC-001623.2023.19.000/6, IC-001641.2023.19.000/8, PP-001885.2023.19.000/0, IC-002045.2023.19.000/4, NF-002157.2023.19.000/9, NF-002240.2023.19.000/1, NF-002316.2023.19.000/2, PP-002330.2023.19.000/2, IC-002385.2023.19.000/1, IC-002392.2023.19.000/1, IC-002402.2023.19.000/1, NF-002420.2023.19.000/3, IC-000041.2023.19.001/3, IC-000045.2024.19.000/5, NF-000214.2024.19.000/9, NF-000272.2024.19.000/0, NF-000327.2024.19.000/3, NF-000363.2024.19.000/7, NF-000393.2024.19.000/9, NF-000414.2024.19.000/5, NF-000451.2024.19.000/5, NF-000461.2024.19.000/2, NF-000474.2024.19.000/9, NF-000491.2024.19.000/4, NF-000512.2024.19.000/0, NF-000517.2024.19.000/2, NF-000521.2024.19.000/1, NF-000535.2024.19.000/4, NF-000549.2024.19.000/7, NF-000551.2024.19.000/3, NF-000555.2024.19.000/9, NF-000584.2024.19.000/4, NF-000605.2024.19.000/0, NF-000652.2024.19.000/8, NF-000653.2024.19.000/4, NF-000683.2024.19.000/6, NF-000705.2024.19.000/9, NF-000781.2024.19.000/1, NF-000822.2024.19.000/2, NF-000826.2024.19.000/8, NF-000835.2024.19.000/9 - PRT 20ª Região-SE - IC-002240.2016.20.000/1, IC-001017.2018.20.000/1, IC-000233.2020.20.000/0, IC-000607.2021.20.000/9, IC-001295.2022.20.000/8, IC-000277.2023.20.000/2, IC-000763.2023.20.000/0, IC-000899.2023.20.000/9, IC-001036.2023.20.000/2, PP-001314.2023.20.000/0, NF-002245.2023.20.000/6, NF-002361.2023.20.000/4, NF-002380.2023.20.000/1, NF-002426.2023.20.000/3, NF-002444.2023.20.000/5, NF-002472.2023.20.000/3, NF-002579.2023.20.000/9, NF-002634.2023.20.000/3, NF-002718.2023.20.000/0, NF-002744.2023.20.000/7, NF-000280.2023.20.001/3, NF-000033.2024.20.000/9, NF-000042.2024.20.000/0, NF-000064.2024.20.000/0, NF-000087.2024.20.000/9, NF-000136.2024.20.000/1, NF-000145.2024.20.000/2, NF-000189.2024.20.000/7, NF-000198.2024.20.000/8, NF-000249.2024.20.000/6, NF-000334.2024.20.000/5, NF-000345.2024.20.000/9, NF-000354.2024.20.000/0, NF-000594.2024.20.000/5, NF-000599.2024.20.000/7, NF-000789.2024.20.000/6, NF-000808.2024.20.000/0, NF-000838.2024.20.000/1, NF-000004.2024.20.001/6, NF-000027.2024.20.001/0, NF-000052.2024.20.001/9, NF-000060.2024.20.001/2 - PRT 21ª Região-RN - IC-000199.2018.21.000/2, IC-000106.2019.21.000/0, IC-001116.2019.21.000/3, IC-001175.2021.21.000/4, IC-000278.2022.21.000/7, IC-000314.2022.21.000/6, IC-000216.2023.21.000/3, IC-000300.2023.21.000/6, IC-000751.2023.21.000/1, IC-000753.2023.21.000/4, IC-000762.2023.21.000/5, PP-001045.2023.21.000/1, IC-001086.2023.21.000/2, IC-001321.2023.21.000/9, IC-001462.2023.21.000/7, PP-001519.2023.21.000/0, NF-001581.2023.21.000/1, NF-001697.2023.21.000/8, NF-001748.2023.21.000/9, PP-001764.2023.21.000/0, NF-001765.2023.21.000/5, PP-001831.2023.21.000/1, PP-001893.2023.21.000/0, PP-001947.2023.21.000/8, NF-001954.2023.21.000/8, PP-001971.2023.21.000/4, NF-001998.2023.21.000/5, NF-002002.2023.21.000/8, NF-002014.2023.21.000/5, NF-002072.2023.21.000/2, NF-002114.2023.21.000/2, NF-002234.2023.21.000/2, NF-002248.2023.21.000/0, IC-000166.2023.21.001/0, IC-000227.2023.21.001/5, IC-000230.2023.21.001/8, IC-000314.2023.21.001/7, IC-000333.2023.21.001/5, PP-000338.2023.21.001/7, NF-000055.2024.21.000/1, NF-000082.2024.21.000/4, NF-000187.2024.21.000/5, NF-000249.2024.21.000/7, NF-000376.2024.21.000/8, IC-000011.2024.21.001/0, NF-000075.2024.21.001/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-000203.2024.22.000/0, IC-000039.2023.22.000/2, IC-000428.2023.22.000/0, IC-000635.2023.22.000/5, IC-000676.2023.22.000/0, IC-000991.2023.22.000/8, IC-001214.2023.22.000/0, IC-001485.2023.22.000/4, IC-001581.2023.22.000/0, IC-001921.2023.22.000/0, NF-001979.2023.22.000/6, IC-000085.2024.22.000/8, NF-000209.2024.22.000/9, NF-000274.2024.22.000/8, NF-000368.2024.22.000/4, NF-000387.2024.22.000/2, NF-000401.2024.22.000/4, NF-000417.2024.22.000/0 - PRT 23ª Região-MT - IC-000423.2020.23.000/1, IC-000683.2022.23.000/7, IC-000686.2022.23.000/6, IC-000430.2023.23.000/8, IC-000678.2023.23.000/4, IC-000800.2023.23.000/9, IC-000856.2023.23.000/3, IC-000891.2023.23.000/0, PP-001116.2023.23.000/1, IC-000353.2023.23.003/8, IC-000012.2023.23.004/0, IC-000168.2023.23.004/9, IC-000230.2023.23.004/4, NF-000301.2023.23.004/7, IC-000136.2024.23.000/4, NF-000174.2024.23.000/0, NF-000208.2024.23.000/3, NF-000030.2024.23.001/3, NF-000049.2024.23.001/7 - PRT 24ª Região-MS - IC-000474.2022.24.000/0, IC-000915.2022.24.000/4, IC-000038.2022.24.002/7, IC-000378.2023.24.000/0, PP-000554.2023.24.000/7, IC-000693.2023.24.000/8, PP-000839.2023.24.000/9, PP-000863.2023.24.000/2, NF-001011.2023.24.000/5, IC-001068.2023.24.000/5, PP-001191.2023.24.000/3, NF-001218.2023.24.000/8, PP-001228.2023.24.000/4, NF-001230.2023.24.000/7, NF-001271.2023.24.000/8, PP-000276.2023.24.001/8, PP-000342.2023.24.001/9, IC-000189.2023.24.002/4, IC-000190.2023.24.002/4, IC-000197.2023.24.002/9, IC-000198.2023.24.002/5, IC-000203.2023.24.002/6, NF-000030.2024.24.000/4, NF-000212.2024.24.000/3, NF-000261.2024.24.000/3, NF-000345.2024.24.000/2, NF-000373.2024.24.000/1.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 2ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às 17:26 horas.

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Coordenadora

IZABEL CHRISTINA BAPTISTA QUEIROZ RAMOS
Membra

GENDERSON SILVEIRA LISBOA
Membro

VIVIANE DOCKHORN WEFFORT
Suplente

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS
Secretário

Tribunal de Contas da União

PORTARIA-TCU Nº 77, DE 4 DE MAIO DE 2024

Delega competência ao Secretário de Tecnologia da Informação e Evolução Digital (Setid) para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, os contratos com o Tribunal de Contas do Estado do Acre (TCE-AC), com o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE) e com o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), com vistas ao licenciamento da solução de tecnologia da informação Sistema ChatTCU.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 5º da Portaria-TCU nº 69, de 16 de março de 2010, e considerando as informações constantes do processo nº TC-040.378/2023-3, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Tecnologia da Informação e Evolução Digital (Setid) para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União (TCU), os contratos com o Tribunal de Contas do estado do Acre (TCE-AC), com o Tribunal de Contas do estado do Ceará (TCE-CE) e com Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), com vistas ao licenciamento de uso, no território nacional, não oneroso, sem fins comerciais, da solução de tecnologia da informação desenvolvida pelo TCU denominada Sistema ChatTCU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro BRUNO DANTAS

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

SECRETARIA

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

PORTARIA TSE Nº 334 DE 06 DE MAIO DE 2024

Abre crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 55 e no art. 67 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, e no inciso XXII do art. 1º da Portaria TSE nº 654, de 24 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 3.797.700,00 (três milhões, setecentos e noventa e sete mil e setecentos reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 3.797.700,00 (três milhões, setecentos e noventa e sete mil e setecentos reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO

ANEXOS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								59.400
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							59.400
0033 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre	02 331							59.400
			F	3-ODC	1	90	0	1000	59.400
TOTAL - FISCAL									59.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									59.400

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								137.300
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							137.300
0033 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	02 331							137.300
			F	3-ODC	1	90	0	1000	137.300
TOTAL - FISCAL									137.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									137.300

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								51.900
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							51.900
0033 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas	02 331							51.900
			F	3-ODC	1	90	0	1000	51.900
TOTAL - FISCAL									51.900
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									51.900

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ANEXO I — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								159.300
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							159.300
0033 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	02 331							159.300
			F	3-ODC	1	90	0	1000	159.300
TOTAL - FISCAL									159.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									159.300

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								203.000
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							203.000
0033 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará	02 331							203.000
			F	3-ODC	1	90	0	1000	203.000
TOTAL - FISCAL									203.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									203.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								51.200
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							51.200
0033 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	02 331							51.200
			F	3-ODC	1	90	0	1000	51.200
TOTAL - FISCAL									51.200
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									51.200

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								8.600
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							8.600
0033 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo	02 331							8.600
			F	3-ODC	1	90	0	1000	8.600
TOTAL - FISCAL									8.600
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.600

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								521.600
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							521.600
0033 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	02 331							521.600
			F	3-ODC	1	90	0	1000	521.600
TOTAL - FISCAL									521.600
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									521.600

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								422.500
	Atividades								
0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							365.900
0033 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	02 331							365.900
			F	3-ODC	1	90	0	1000	365.900
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							56.600
0033 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	02 331							56.600
			F	3-ODC	1	90	0	1000	56.600
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								300
	Operações Especiais								
0909 0536	Benefícios de Legislação Especial	28 846							300
0909 0536 0021	Benefícios de Legislação Especial - No Estado do Maranhão	28 846							300
			S	3-ODC	1	90	0	1000	300
TOTAL - FISCAL									422.500
TOTAL - SEGURIDADE									300
TOTAL - GERAL									422.800

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								77.900
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							77.900
0033 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	02 331							77.900
			F	3-ODC	1	90	0	1000	77.900
TOTAL - FISCAL									77.900
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									77.900

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								46.300
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							46.300
0033 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará	02 331							46.300
			F	3-ODC	1	90	0	1000	46.300
TOTAL - FISCAL									46.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									46.300

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								242.100
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							242.100
0033 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	02 331							242.100
			F	3-ODC	1	90	0	1000	242.100
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								500
	Operações Especiais								
0909 0536	Benefícios de Legislação Especial	28 846							500
0909 0536 0033	Benefícios de Legislação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	28 846							500
			S	3-ODC	1	90	0	1000	500
TOTAL - FISCAL									242.100
TOTAL - SEGURIDADE									500
TOTAL - GERAL									242.600

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								563.000
	Atividades								
0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							430.500
0033 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	02 331							430.500
			F	3-ODC	1	90	0	1000	430.500
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							132.500
0033 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul	02 331							132.500
			F	3-ODC	1	90	0	1000	132.500
TOTAL - FISCAL									563.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									563.000

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								197.800
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							197.800
0033 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia	02 331							197.800
			F	3-ODC	1	90	0	1000	197.800
TOTAL - FISCAL									197.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									197.800

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								156.800
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							156.800
0033 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina	02 331							156.800
			F	3-ODC	1	90	0	1000	156.800
TOTAL - FISCAL									156.800
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									156.800

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								180.400
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							180.400
0033 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	02 331							180.400
			F	3-ODC	1	90	0	1000	180.400
TOTAL - FISCAL									180.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									180.400

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								556.300
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							556.300
0033 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima	02 331							556.300
			F	3-ODC	1	90	0	1000	556.300
TOTAL - FISCAL									556.300
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									556.300

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								161.500
	Atividades								
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							161.500
0033 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá	02 331							161.500
			F	3-ODC	1	90	0	1000	161.500
TOTAL - FISCAL									161.500
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									161.500

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								3.796.900
	Atividades								
0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							796.400
0033 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	02 331							796.400
			F	3-ODC	1	90	0	1000	796.400
0033 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	02 331							3.000.500
0033 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	02 331							3.000.500
			F	3-ODC	1	90	0	1000	3.000.500
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais								800
	Operações Especiais								
0909 0536	Benefícios de Legislação Especial	28 846							800
0909 0536 0053	Benefícios de Legislação Especial - No Distrito Federal	28 846							800
			S	3-ODC	1	90	0	1000	800
TOTAL - FISCAL									3.796.900
TOTAL - SEGURIDADE									800
TOTAL - GERAL									3.797.700

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA TSE Nº 336 DE 06 DE MAIO DE 2024

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 55 e no art. 67 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023, e no inciso XXII do art. 1º da Portaria TSE nº 654, de 24 de agosto de 2023, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 147.136.413,00 (cento e quarenta e sete milhões, cento e trinta e seis mil e quatrocentos e treze reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 147.136.413,00 (cento e quarenta e sete milhões, cento e trinta e seis mil e quatrocentos e treze reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO

ANEXOS

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								957.568
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							957.568
0033 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	09 272							957.568
			S	1-PES	1	90	0	1000	957.568
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									957.568
TOTAL - GERAL									957.568

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.105.508
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							836.826
0033 20TP 0012	Ativos Civis da União - No Estado do Acre	02 122							836.826
			F	1-PES	1	90	0	1000	836.826
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							75.112
0033 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre	09 272							75.112
			S	1-PES	1	90	0	1000	75.112
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							193.570
0033 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre	02 846							193.570
			F	1-PES	0	91	0	1000	193.570
TOTAL - FISCAL									1.030.396
TOTAL - SEGURIDADE									75.112
TOTAL - GERAL									1.105.508

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								2.224.881
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							1.726.205
0033 20TP 0027	Ativos Civis da União - No Estado de Alagoas	02 122							1.726.205
			F	1-PES	1	90	0	1000	1.726.205
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							170.072
0033 0181 0027	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Alagoas	09 272							170.072
			S	1-PES	1	90	0	1000	170.072
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							328.604
0033 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas	02 846							328.604
			F	1-PES	0	91	0	1000	328.604
TOTAL - FISCAL									2.054.809
TOTAL - SEGURIDADE									170.072
TOTAL - GERAL									2.224.881

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								2.991.236
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							2.320.333
0033 20TP 0013	Ativos Civis da União - No Estado do Amazonas	02 122							2.320.333
			F	1-PES	1	90	0	1000	2.320.333
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							140.618
0033 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas	09 272							140.618
			S	1-PES	1	90	0	1000	140.618
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							530.285

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0033 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas	02 846							530.285
			F	1-PES	0	91	0	1000	530.285
TOTAL - FISCAL									2.850.618
TOTAL - SEGURIDADE									140.618
TOTAL - GERAL									2.991.236

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								8.292.416
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							6.057.003
0033 20TP 0029	Ativos Civis da União - No Estado da Bahia	02 122							6.057.003
			F	1-PES	1	90	0	1000	6.057.003
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							805.215
0033 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia	09 272							805.215
			S	1-PES	1	90	0	1000	805.215
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							1.430.198
0033 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia	02 846							1.430.198
			F	1-PES	0	91	0	1000	1.430.198
TOTAL - FISCAL									7.487.201
TOTAL - SEGURIDADE									805.215
TOTAL - GERAL									8.292.416

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								5.505.361
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							4.073.949
0033 20TP 0023	Ativos Civis da União - No Estado do Ceará	02 122							4.073.949
			F	1-PES	1	90	0	1000	4.073.949
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							535.271
0033 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará	09 272							535.271
			S	1-PES	1	90	0	1000	535.271
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							896.141
0033 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará	02 846							896.141
			F	1-PES	0	91	0	1000	896.141
TOTAL - FISCAL									4.970.090
TOTAL - SEGURIDADE									535.271
TOTAL - GERAL									5.505.361

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								2.325.211
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							1.643.216
0033 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal	02 122							1.643.216
			F	1-PES	1	90	0	1000	1.643.216
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							342.566
0033 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	09 272							342.566
			S	1-PES	1	90	0	1000	342.566
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							339.429
0033 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	02 846							339.429
			F	1-PES	0	91	0	1000	339.429
TOTAL - FISCAL									1.982.645
TOTAL - SEGURIDADE									342.566
TOTAL - GERAL									2.325.211

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								3.050.252
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							2.357.309
0033 20TP 0032	Ativos Civis da União - No Estado do Espírito Santo	02 122							2.357.309
			F	1-PES	1	90	0	1000	2.357.309
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							194.210
0033 0181 0032	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Espírito Santo	09 272							194.210
			S	1-PES	1	90	0	1000	194.210

0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							498.733
0033 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo	02 846							498.733
			F	1-PES	0	91	0	1000	498.733
TOTAL - FISCAL									2.856.042
TOTAL - SEGURIDADE									194.210
TOTAL - GERAL									3.050.252

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								4.255.825
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							3.304.613
0033 20TP 0052	Ativos Civis da União - No Estado de Goiás	02 122							3.304.613
			F	1-PES	1	90	0	1000	3.304.613
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							310.695
0033 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás	09 272							310.695
			S	1-PES	1	90	0	1000	310.695
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							640.517
0033 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	02 846							640.517
			F	1-PES	0	91	0	1000	640.517
TOTAL - FISCAL									3.945.130
TOTAL - SEGURIDADE									310.695
TOTAL - GERAL									4.255.825

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								4.870.231
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							3.762.388
0033 20TP 0021	Ativos Civis da União - No Estado do Maranhão	02 122							3.762.388
			F	1-PES	1	90	0	1000	3.762.388
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							264.221
0033 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão	09 272							264.221
			S	1-PES	1	90	0	1000	264.221
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							843.622
0033 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	02 846							843.622
			F	1-PES	0	91	0	1000	843.622
TOTAL - FISCAL									4.606.010
TOTAL - SEGURIDADE									264.221
TOTAL - GERAL									4.870.231

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								2.838.161
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							2.141.388
0033 20TP 0051	Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso	02 122							2.141.388
			F	1-PES	1	90	0	1000	2.141.388
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							243.085
0033 0181 0051	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso	09 272							243.085
			S	1-PES	1	90	0	1000	243.085
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							453.688
0033 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso	02 846							453.688
			F	1-PES	0	91	0	1000	453.688
TOTAL - FISCAL									2.595.076
TOTAL - SEGURIDADE									243.085
TOTAL - GERAL									2.838.161

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								2.694.052
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							2.003.180
0033 20TP 0054	Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	02 122							2.003.180
			F	1-PES	1	90	0	1000	2.003.180
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							268.173
0033 0181 0054	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul	09 272							268.173
			S	1-PES	1	90	0	1000	268.173

0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							422.699
0033 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul	02 846							422.699
			F	1-PES	0	91	0	1000	422.699
TOTAL - FISCAL									2.425.879
TOTAL - SEGURIDADE									268.173
TOTAL - GERAL									2.694.052

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								16.491.073
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							11.957.643
0033 20TP 0031	Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais	02 122							11.957.643
			F	1-PES	1	90	0	1000	11.957.643
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							1.720.350
0033 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais	09 272							1.720.350
			S	1-PES	1	90	0	1000	1.720.350
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							2.813.080
0033 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	02 846							2.813.080
			F	1-PES	0	91	0	1000	2.813.080
TOTAL - FISCAL									14.770.723
TOTAL - SEGURIDADE									1.720.350
TOTAL - GERAL									16.491.073

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								5.075.529
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							3.906.580
0033 20TP 0015	Ativos Civis da União - No Estado do Pará	02 122							3.906.580
			F	1-PES	1	90	0	1000	3.906.580
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							381.135
0033 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará	09 272							381.135
			S	1-PES	1	90	0	1000	381.135
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							787.814
0033 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	02 846							787.814
			F	1-PES	0	91	0	1000	787.814
TOTAL - FISCAL									4.694.394
TOTAL - SEGURIDADE									381.135
TOTAL - GERAL									5.075.529

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								3.409.895
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							2.539.820
0033 20TP 0025	Ativos Civis da União - No Estado da Paraíba	02 122							2.539.820
			F	1-PES	1	90	0	1000	2.539.820
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							293.415
0033 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba	09 272							293.415
			S	1-PES	1	90	0	1000	293.415
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							576.660
0033 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	02 846							576.660
			F	1-PES	0	91	0	1000	576.660
TOTAL - FISCAL									3.116.480
TOTAL - SEGURIDADE									293.415
TOTAL - GERAL									3.409.895

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								8.840.534
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							6.570.405
0033 20TP 0041	Ativos Civis da União - No Estado do Paraná	02 122							6.570.405
			F	1-PES	1	90	0	1000	6.570.405
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							778.971
0033 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná	09 272							778.971
			S	1-PES	1	90	0	1000	778.971
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							1.491.158
0033 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	02 846							1.491.158
			F	1-PES	0	91	0	1000	1.491.158
TOTAL - FISCAL									8.061.563
TOTAL - SEGURIDADE									778.971
TOTAL - GERAL									8.840.534

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								6.877.260
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							5.152.130
0033 20TP 0026	Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco	02 122							5.152.130
			F	1-PES	1	90	0	1000	5.152.130
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							666.862
0033 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco	09 272							666.862
			S	1-PES	1	90	0	1000	666.862
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							1.058.268
0033 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco	02 846							1.058.268
			F	1-PES	0	91	0	1000	1.058.268
TOTAL - FISCAL									6.210.398
TOTAL - SEGURIDADE									666.862
TOTAL - GERAL									6.877.260

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								3.600.966
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							2.709.933
0033 20TP 0022	Ativos Civis da União - No Estado do Piauí	02 122							2.709.933
			F	1-PES	1	90	0	1000	2.709.933
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							317.332
0033 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí	09 272							317.332
			S	1-PES	1	90	0	1000	317.332
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							573.701
0033 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí	02 846							573.701
			F	1-PES	0	91	0	1000	573.701
TOTAL - FISCAL									3.283.634
TOTAL - SEGURIDADE									317.332
TOTAL - GERAL									3.600.966

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								12.746.511
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							8.567.048
0033 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro	02 122							8.567.048
			F	1-PES	1	90	0	1000	8.567.048
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							2.060.590
0033 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro	09 272							2.060.590
			S	1-PES	1	90	0	1000	2.060.590
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							2.118.873
0033 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro	02 846							2.118.873
			F	1-PES	0	91	0	1000	2.118.873
TOTAL - FISCAL									10.685.921
TOTAL - SEGURIDADE									2.060.590
TOTAL - GERAL									12.746.511

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								2.919.095
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							2.159.410
0033 20TP 0024	Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte	02 122							2.159.410
			F	1-PES	1	90	0	1000	2.159.410
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							320.691
0033 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte	09 272							320.691
			S	1-PES	1	90	0	1000	320.691
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							438.994
0033 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte	02 846							438.994
			F	1-PES	0	91	0	1000	438.994
TOTAL - FISCAL									2.598.404
TOTAL - SEGURIDADE									320.691
TOTAL - GERAL									2.919.095

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152024050700149

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								7.590.597
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							5.470.531
0033 20TP 0043	Ativos Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul	02 122							5.470.531
			F	1-PES	1	90	0	1000	5.470.531
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							863.602
0033 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul	09 272							863.602
			S	1-PES	1	90	0	1000	863.602
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							1.256.464
0033 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul	02 846							1.256.464
			F	1-PES	0	91	0	1000	1.256.464
TOTAL - FISCAL									6.726.995
TOTAL - SEGURIDADE									863.602
TOTAL - GERAL									7.590.597

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								2.169.476
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							1.689.116
0033 20TP 0011	Ativos Civis da União - No Estado de Rondônia	02 122							1.689.116
			F	1-PES	1	90	0	1000	1.689.116
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							139.526
0033 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia	09 272							139.526
			S	1-PES	1	90	0	1000	139.526
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							340.834
0033 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia	02 846							340.834
			F	1-PES	0	91	0	1000	340.834
TOTAL - FISCAL									2.029.950
TOTAL - SEGURIDADE									139.526
TOTAL - GERAL									2.169.476

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								4.669.739
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							3.442.762
0033 20TP 0042	Ativos Civis da União - No Estado de Santa Catarina	02 122							3.442.762
			F	1-PES	1	90	0	1000	3.442.762
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							489.803
0033 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina	09 272							489.803
			S	1-PES	1	90	0	1000	489.803
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							737.174
0033 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina	02 846							737.174
			F	1-PES	0	91	0	1000	737.174
TOTAL - FISCAL									4.179.936
TOTAL - SEGURIDADE									489.803
TOTAL - GERAL									4.669.739

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								25.419.810
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							18.094.411
0033 20TP 0035	Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo	02 122							18.094.411
			F	1-PES	1	90	0	1000	18.094.411
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							2.903.760

0033 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo	09 272							2.903.760
			S	1-PES	1	90	0	1000	2.903.760
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							4.421.639
0033 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	02 846							4.421.639
			F	1-PES	0	91	0	1000	4.421.639
TOTAL - FISCAL									22.516.050
TOTAL - SEGURIDADE									2.903.760
TOTAL - GERAL									25.419.810

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.957.180
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							1.438.248
0033 20TP 0028	Ativos Civis da União - No Estado de Sergipe	02 122							1.438.248
			F	1-PES	1	90	0	1000	1.438.248
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							202.383
0033 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe	09 272							202.383
			S	1-PES	1	90	0	1000	202.383
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							316.549
0033 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe	02 846							316.549
			F	1-PES	0	91	0	1000	316.549
TOTAL - FISCAL									1.754.797
TOTAL - SEGURIDADE									202.383
TOTAL - GERAL									1.957.180

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.737.214
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							1.375.569
0033 20TP 0017	Ativos Civis da União - No Estado do Tocantins	02 122							1.375.569
			F	1-PES	1	90	0	1000	1.375.569
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							95.636
0033 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins	09 272							95.636
			S	1-PES	1	90	0	1000	95.636
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							266.009
0033 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins	02 846							266.009
			F	1-PES	0	91	0	1000	266.009
TOTAL - FISCAL									1.641.578
TOTAL - SEGURIDADE									95.636
TOTAL - GERAL									1.737.214

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.190.696
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							901.186
0033 20TP 0014	Ativos Civis da União - No Estado de Roraima	02 122							901.186
			F	1-PES	1	90	0	1000	901.186
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							94.527
0033 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima	09 272							94.527
			S	1-PES	1	90	0	1000	94.527
0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							194.983
0033 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima	02 846							194.983
			F	1-PES	0	91	0	1000	194.983
TOTAL - FISCAL									1.096.169
TOTAL - SEGURIDADE									94.527
TOTAL - GERAL									1.190.696

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.330.136
	Atividades								
0033 20TP	Ativos Civis da União	02 122							1.042.337
0033 20TP 0016	Ativos Civis da União - No Estado do Amapá	02 122							1.042.337
			F	1-PES	1	90	0	1000	1.042.337
	Operações Especiais								
0033 0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	09 272							58.671
0033 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá	09 272							58.671
			S	1-PES	1	90	0	1000	58.671

0033 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	02 846							229.128
0033 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá	02 846							229.128
			F	1-PES	0	91	0	1000	229.128
TOTAL - FISCAL									1.271.465
TOTAL - SEGURIDADE									58.671
TOTAL - GERAL									1.330.136

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II — Crédito Suplementar

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0999	Reserva de Contingência								147.136.413
	Operações Especiais								
0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	99 999							24.198.814
0999 0Z00 6499	Reserva de Contingência - Financeira - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos	99 999							24.198.814
			F	1-PES	0	91	0	1000	24.198.814
0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99 999							122.937.599
0999 0Z01 6499	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Recursos para atendimento do art. 169, § 1º, inciso II da Constituição Federal e outras despesas de pessoal e encargos	99 999							122.937.599
			F	1-PES	1	90	0	1000	122.937.599
TOTAL - FISCAL									147.136.413
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									147.136.413

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

RECOMENDAÇÃO CJF Nº 23, DE 6 DE MAIO DE 2024

Recomenda aos juízes federais com competência criminal que repassem valores depositados como pagamento de prestações pecuniárias e outros benefícios legais à conta da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Processo SEI n. 0001453-76.2024.4.90.8000,

CONSIDERANDO a situação de calamidade pública declarada pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do Decreto n. 57.596/2024, em razão do alto volume de chuvas, inclusive com a ocorrência de mortes, desaparecimentos e danos em, ao menos, 147 municípios desde 24 de abril de 2024;

CONSIDERANDO a anormalidade dos trabalhos forenses e as dificuldades materiais dos servidores do Poder Judiciário local, bem como as dificuldades dos respectivos jurisdicionados;

CONSIDERANDO a necessidade de célere envio de recursos financeiros para atendimento emergencial das pessoas vítimas dos eventos climáticos extremos ocorridos em municípios do estado do Rio Grande do Sul;

CONSIDERANDO a Recomendação CNJ n. 150, de 2 de maio de 2024, no sentido de que os tribunais "autorizem os respectivos juízos criminais a efetuarem repasses de valores depositados como pagamento de prestações pecuniárias e outros benefícios legais à conta da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul";

CONSIDERANDO a Resolução n. CJF-RES-2014/00295, de 4 de junho de 2014, que dispõe "sobre a regulamentação da utilização dos recursos oriundos da aplicação da pena de prestação pecuniária", e a Resolução CJF n. 737, de 22 de novembro de 2021, que dispõe "sobre orientações gerais de transparência na divulgação do cumprimento de penas alternativas e medidas despenalizadoras";

CONSIDERANDO a atribuição da Presidência para "praticar, em caso de urgência, ato de competência do Plenário", na forma do art. 10, do XXIII, do Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, ad referendum, resolve:

Art. 1º Recomendar aos juízes federais com competência para a execução da pena, unidade gestora de recursos da prestação pecuniária, que destinem valores à conta da Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A destinação de valores à Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ n. 14.137.626/0001-59, por meio de transferência bancária destinada ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, agência 0100 (agência central), conta corrente n. 03.458044.0-6, independerá de prévio credenciamento ou de edital de destinação, e a comprovação da transferência será considerada prestação de contas, enquanto vigorar o estado de calamidade pública, previsto até 28 de outubro de 2024.

Art. 3º Para fins da transparência prevista no art. 3º, § 3º, da Resolução CJF n. 737, de 22 de novembro de 2021, será mencionada esta Recomendação, em lugar do resumo e do detalhamento do projeto.

Art. 4º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

PORTARIA CJF Nº 253, DE 5 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a alteração da data da sessão virtual de julgamento da Turma Nacional de Uniformização - TNU.

O PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o Sistema Processual Eproc da TNU é mantido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que enfrenta dificuldades em razão das fortes chuvas que estão ocorrendo em todo o Estado do Rio Grande do Sul, resolve:

Alterar o período da sessão virtual de julgamento da TNU, cuja abertura estava prevista para 9 de maio de 2024, quinta-feira, à 0h, e encerramento em 15 de maio de 2024, quarta-feira, às 23h59min, pauta disponibilizada no DJeN, de 29 de abril, e publicada dia 30 de abril de 2024, para data a ser oportunamente divulgada e disponibilizada via sistema Eproc, com as devidas intimações.

Ministro MOURA RIBEIRO

PORTARIA CJF Nº 254, DE 5 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre os prazos processuais na Turma Nacional de Uniformização - TNU no período de 3 de maio de 2024 a 7 de maio de 2024.

O PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - TNU, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que o Sistema Processual Eproc da TNU é mantido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que enfrenta dificuldades em razão das fortes chuvas que estão ocorrendo em todo o Estado do Rio Grande do Sul, resolve:

Suspender os prazos processuais na TNU no período de 3 de maio de 2024 (inclusive) a 7 de maio de 2024 (inclusive).

Ministro MOURA RIBEIRO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO CRCRJ Nº 633, DE 15 DE ABRIL DE 2024

Altera o Regulamento Interno da Biblioteca do Conselho Regional de Contabilidade da Resolução - Contador Professor Ivo Malhães de Oliveira CRCRJ nº 527, de 15 de julho de 2019.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Excluir o artigo 3º do Regulamento Interno da Biblioteca do CRCRJ - Contador Professor Ivo Malhães de Oliveira, ficando os demais artigos subsequentes renumerados.

Art. 2º Alterar os incisos I e IV do artigo 4º do Regulamento Interno da Biblioteca do CRCRJ - Contador Professor Ivo Malhães de Oliveira, que passam a vigorar com a seguinte redação:

I - selecionar, processar, preparar e fazer a manutenção de livros, teses, folhetos, periódicos e materiais especiais, e-books e outros, visando ao armazenamento, à divulgação e à recuperação da informação;

IV - realizar o levantamento da coleção anual, efetuar baixa do material extraviado e informar à área responsável para baixa patrimonial.

Art. 3º Alterar o artigo 6º do Regulamento Interno da Biblioteca do CRCRJ - Contador Professor Ivo Malhães de Oliveira, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A Biblioteca Ivo Malhães de Oliveira funcionará de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h.

Art. 4º Alterar o inciso IV do artigo 8º do Regulamento Interno da Biblioteca do CRCRJ - Contador Professor Ivo Malhães de Oliveira, que passa a vigorar com a seguinte redação:

IV - Obras Informatizadas: e-books.

Art. 5º Alterar o caput do artigo 11 e incluir alíneas "a" e "b" e parágrafos 1º, 2º e 3º do Regulamento Interno da Biblioteca do CRCRJ - Contador Professor Ivo Malhães de Oliveira, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. O empréstimo das obras será facultado aos profissionais da contabilidade devidamente registrados e que não estejam em débito com o CRCRJ, aos funcionários, desde que comprovada sua efetiva vinculação ao CRCRJ e aos estudantes de graduação em Ciências Contábeis, com cadastro ativo no CRCRJ.

§ 1º É necessário apresentar no ato do cadastro e/ou renovação para o empréstimo na biblioteca:

a) Documento oficial e original da identidade e CPF; e

b) Comprovante de residência (conta de luz, de água, de gás, de telefone fixo ou de internet, emitidos ou expedidos nos 3 (três) meses anteriores ao preenchimento do cadastro de inscrição).

§ 2º O cadastro na Biblioteca não poderá ser renovado nos casos de baixa por vencimento do Cadastro de Estudante.

§ 3º A inscrição (primeiro cadastro) ou a renovação deverão ser realizadas presencialmente na Biblioteca Ivo Malhães de Oliveira, na sede do CRCRJ.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada na 1.188ª Reunião Plenária de 2024, realizada em 15 de abril de 2024.

RAFAEL DA SILVA MACHADO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CRCRJ Nº 634, DE 15 DE ABRIL DE 2024

Altera o Regulamento da outorga de placa alusiva aos destaques docentes junto ao desenvolvimento profissional do CRCRJ da Resolução CRCRJ nº 535, de 30 de setembro de 2019.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 3º do Regulamento da outorga de placa alusiva aos destaques docentes junto ao Desenvolvimento Profissional do CRCRJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Para o recebimento da placa será considerada a média simples das avaliações de todos os cursos de cada professor, que deverá ser igual ou superior a 9 (nove) pontos inteiros.

Art. 2º Alterar o artigo 5º do Regulamento da outorga de placa alusiva aos destaques docentes junto ao Desenvolvimento Profissional do CRCRJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Para a outorga da placa, serão considerados como parâmetros todos os professores que tenham ministrado, no período de 12 (doze) meses, o maior número de cursos, desde que tenham ministrado no mínimo 4 (quatro) cursos; tenham o maior número de avaliações e a maior média no parâmetro "Professor", nesta ordem.

Art. 3º Alterar o artigo 6º do Regulamento da outorga de placa alusiva aos destaques docentes junto ao Desenvolvimento Profissional do CRCRJ, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Na avaliação dos professores serão considerados os formulários preenchidos pelos alunos dos cursos realizados pelo CRCRJ, no período de 12 (doze) meses, a contar do mês de setembro até o mês de agosto.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica alterada a Resolução CRCRJ nº 535, de 30 de setembro de 2019.

Aprovada na 1.188ª Reunião Plenária de 2024, realizada em 15 de abril de 2024

RAFAEL DA SILVA MACHADO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CRCRJ Nº 635, DE 15 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre o Regulamento para participação em cursos de atualização profissional realizados pelo CRCRJ.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regulamento para participação em cursos de atualização profissional, realizados pelo CRCRJ e/ou em parceria com entidades, de forma presencial, online (videoconferência), a distância (EaD) e híbrida.

CAPÍTULO I

DA MODALIDADE DOS CURSOS

Art. 2º O presente regulamento tem por finalidade estabelecer regras para a participação em cursos realizados pelo CRCRJ, nas modalidades presencial, online (videoconferência), a distância (EaD) e híbrida.

I - define-se como modalidade presencial quando todo o conteúdo do curso é exibido em sala de aula, onde os alunos e professores se reúnem no mesmo ambiente. Os horários de aula seguem o calendário e respeitam o turno do curso, que pode ser matutino, vespertino ou noturno;

II - define-se a participação online (por videoconferência) quando esta se processa com base em sistema de videoconferência que integra de forma síncrona os canais de voz e imagem;

III - define-se EaD, como a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação; e

IV - define-se como modalidade híbrida a abordagem de ensino/aprendizagem que combina materiais educacionais e interações online com métodos tradicionais de sala de aula baseados no local.

Art. 3º O CRCRJ não se responsabilizará pelo mau funcionamento da ferramenta de videoconferência ou pela sua indisponibilidade.

I - o recurso que será utilizado para os cursos (videoconferência) será o zoom, o meet ou outro que apresente melhor desempenho, a critério do CRCRJ; e

II - os cursos online serão realizados ao vivo (videoconferência), por esse motivo não poderão ser acessados posteriormente.

CAPÍTULO II

DOS CURSOS

Art. 4º Os cursos oferecidos serão estruturados nas áreas de conhecimento das Ciências Contábeis e afins, preferencialmente, em:

I - Contabilidade;

II - Ética;

III - Tributos e Obrigações Acessórias;

IV - Especializações;

V - Gestão;

VI - Ferramentas;

VII - Recursos Humanos;

VIII - Direito;

IX - Tecnologia; e

X - Aspectos Comportamentais.

Parágrafo único. Os cursos serão ministrados, preferencialmente, por pessoas físicas ou jurídicas credenciadas por meio de edital próprio.

CAPÍTULO III

DO HORÁRIO DOS CURSOS

Art. 5º Os cursos poderão ser programados para os turnos da manhã, tarde e/ou noite, em horários determinados pelo Departamento de Desenvolvimento Profissional e previamente divulgados no sítio do CRCRJ e/ou por outros meios de comunicação disponíveis.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO NOS CURSOS

Art. 6º Poderão inscrever-se para participar nos cursos:

I - profissional da contabilidade com registro no CRCRJ e em situação regular;

II - estudante de curso superior em Ciências Contábeis, com cadastro ativo no CRCRJ, respeitado o limite de vagas definido para este fim pelo Departamento de Desenvolvimento Profissional;

III - funcionários das Organizações Contábeis regularmente habilitadas no CRCRJ, em cursos que não tratem de matéria contábil, respeitado o limite de vagas definido para este fim pelo Departamento de Desenvolvimento Profissional;

IV - funcionários do CRCRJ, não profissionais da contabilidade, em cursos que não tratem de matéria contábil; e

V - profissional da contabilidade com registro em outros CRCs e em situação regular, respeitada a prioridade dos profissionais registrados no CRCRJ.

Art. 7º Não será permitida a participação em curso do mesmo tema por um prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de início do curso realizado, salvo quando se tratar de cursos que abordem mudança na legislação, ou quando houver vacância.

CAPÍTULO V

DAS INSCRIÇÕES NOS CURSOS

Art. 8º As inscrições serão feitas:

I - pelo profissional da contabilidade, estudante ou funcionário do CRCRJ pelo sítio www.crc.org.br;

II - pelo titular das organizações contábeis regularmente habilitadas no CRCRJ, que deverá fazer inscrição do seu funcionário pelo sítio www.crc.org.br informando os dados solicitados:

a) Razão social;

b) Número de registro da organização contábil; e

c) Dados do funcionário para inscrição (nome completo, CPF, telefone, e-mail e cargo que ocupa).

III - pelo profissional da contabilidade de outros CRCs que deverá solicitar a sua inscrição via e-mail cursos@crcrj.org.br, informando:

a) Nome completo, CPF, telefone, e-mail, código e título do curso que pretende participar; e

b) Anexo contendo a certidão de regularidade profissional do CRC de origem.

Art. 9º A participação nos cursos presenciais, realizados pelo CRCRJ far-se-á mediante a entrega de 2 (dois) quilos de alimentos não perecíveis, dentro do prazo de validade, ou outro item que venha a ser solicitado, no ato da identificação para acesso à sala de aula.

§ 1º A identificação do aluno, para acesso à sala de aula, será mediante apresentação de sua carteira do CRCRJ ou de outro documento de identificação oficial.

§ 2º O descumprimento do caput deste artigo impedirá a participação em novos cursos pelo período de 90 (noventa) dias. A liberação do impedimento de que trata este artigo poderá ser feita mediante a entrega de 5 (cinco) quilos de alimentos não perecíveis, a serem entregues na sede do CRCRJ ou na Representação do CRCRJ em sua jurisdição.

Art. 10. Após a inscrição, o interessado que fez a sua inscrição pelo site, deverá emitir, pelo sítio do CRCRJ, o respectivo comprovante, a fim de evitar dúvidas quanto à sua inscrição.

Art. 11. Ao efetuar a sua inscrição o interessado consente com a exposição da sua imagem, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO VI

DA PARTICIPAÇÃO NOS CURSOS

Art. 12. A participação do inscrito é pessoal e intransferível, não sendo permitida a participação de outra pessoa como seu representante.

Art. 13. Só serão aceitos na aula na modalidade online (videoconferência) os participantes previamente inscritos por meio do sistema de cursos, dessa forma, fica vedado repassar o link de acesso para terceiros, sob pena de ficar bloqueado por um período de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. Os e-mails dos inscritos serão previamente cadastrados na ferramenta de videoconferência, para fins de acesso à sala de aula virtual.

Art. 14. O link para o curso na modalidade online (videoconferência) será disponibilizado em até 1 (um) dia de antecedência do curso, no comprovante de inscrição do curso, que poderá ser acessado no portal do CRCRJ.

Parágrafo único. No caso de funcionários de organizações contábeis e profissionais da contabilidade de outros CRCs, o link será enviado para o e-mail informado no ato da inscrição.

Art. 15. A participação dos inscritos em cursos nas modalidades online (videoconferência) e EaD, ocorrerá a partir de suas conexões e equipamentos próprios.

Parágrafo único. O CRCRJ não se responsabilizará pela conexão do inscrito e por problemas de ordem técnica nos computadores dos participantes, bem como outros fatores externos, bem como não haverá reposição de aulas por problemas de conexão por parte do inscrito.

Art. 16. Cada acesso é restrito a um único inscrito, sendo proibido o compartilhamento dos dados de acesso para outros usuários.

Art. 17. O inscrito responderá cível e criminalmente pelo compartilhamento não autorizado do link e/ou login e senha para acesso ao curso (videoconferência e EaD), nos termos da legislação vigente.

Art. 18. Os inscritos deverão se apresentar para o curso, preferencialmente, 15 (quinze) minutos antes do horário previsto para seu início.

Art. 19. O acesso à sala de cursos presencial ou virtual será permitido com 15 (quinze) minutos de antecedência e será encerrado após 30 (trinta) minutos do início da aula.

§ 1º Para os cursos online (videoconferência), o registro da presença se dará por dia e através do preenchimento do link inicial e do link final, da seguinte forma:

a) O link inicial será colocado no chat do curso 20 (vinte) minutos antes do encerramento da tolerância de 30 (trinta) minutos, contados a partir do início da aula; e

b) O link final será colocado no chat do curso 20 (vinte) minutos que antecedem o término da aula.

§ 2º O preenchimento da presença final está condicionado ao preenchimento da presença inicial.

§ 3º Após o encerramento do horário de tolerância (30 minutos), será permitido o acesso a sala de aula, contudo não será computada a presença.

Art. 20. O controle de inscrições e participação nos cursos será realizado por meio de sistemas informatizados do CRCRJ.

Parágrafo único. Para os cursos realizados na modalidade online, não haverá a entrega de alimentos.

Art. 21. O participante deverá manter o vídeo e o microfone desativados, ativando apenas quando necessitar de esclarecimentos exclusivamente sobre o conteúdo do curso, sob pena de ser retirado da sala.

Parágrafo único. O participante deverá manter o compartilhamento de tela desativado.

Art. 22. Os assuntos postados no chat durante as aulas na modalidade online devem ser pertinentes ao conteúdo do curso.

Art. 23. O participante deverá observar as regras básicas de convivência, dentre elas:

I - ser respeitoso com todos os participantes;

II - usar de boas maneiras ao se expressar; e

III - zelar por sua imagem.

CAPÍTULO VII

DA IDENTIFICAÇÃO DO INSCRITO

Art. 24. Para a segurança dos que estão na sala virtual de aula e controle de presença, terá acesso ao curso apenas o inscrito, cujo e-mail seja inserido previamente na ferramenta virtual pelo CRCRJ.

CAPÍTULO VIII

DO CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

Art. 25. O cancelamento da inscrição somente poderá ser realizado até 1 (um) dia antes do início do curso, pelo sítio www.crc.org.br.

I - no caso de funcionário das organizações contábeis regularmente habilitadas no CRCRJ e profissionais da contabilidade de outros CRCs, o cancelamento se dará somente por e-mail endereçado ao Departamento de Desenvolvimento Profissional (cursos@crcrj.org.br);

II - em casos excepcionais, para não ocorrer o bloqueio em novos cursos, o inscrito que não efetuou o cancelamento, poderá justificar sua ausência, com as respectivas comprovações. As justificativas serão aceitas, por e-mail, até 10 (dez) dias corridos após início do curso;

III - após efetuar o cancelamento pelo sítio, o interessado deverá emitir o respectivo comprovante; e

IV - o inscrito que, injustificadamente, não participar do curso para o qual encontra-se inscrito, ficará impedido de efetuar novas inscrições em cursos, por um período de 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO IX

DO CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Art. 26. Somente estará apto a receber certificado aquele que obtiver a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do curso.

Parágrafo único. Em hipótese alguma serão abonadas faltas para fins de emissão de certificado.

Art. 27. Para fins de atendimento a NBC PG 12, nos cursos realizados na modalidade EaD, além da frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento), receberá o certificado de participação o profissional da contabilidade que obtiver, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de aquisição de conteúdo, por meio de avaliação.

I - será disponibilizada uma avaliação para cada curso, com, no mínimo, 10 (dez) questões e caso o profissional da contabilidade não alcance o percentual mínimo de 75% (setenta e cinco por cento), na primeira avaliação poderá fazer mais duas tentativas, cada uma com, no mínimo, 10 (dez) questões; e

II - a avaliação conterá questões objetivas, interrogativas de múltipla escolha, com quatro alternativas do tipo a, b, c, d.

Art. 28. O certificado, com registro de autenticidade, será emitido por cada participante pelo sitio www.crc.org.br, em até 30 (trinta) dias da conclusão, condicionado aos percentuais mínimos exigidos de presença e aquisição de conhecimento, quando couber, bem como ao preenchimento, no sistema, do formulário de avaliação do curso/professor.

CAPÍTULO X

DAS OUTRAS RESPONSABILIDADES DO PARTICIPANTE NOS CURSOS

Art. 29. O participante deverá:

I - nas aulas presenciais, apor a sua assinatura em lista de presença disponibilizada pelo CRCRJ. O não cumprimento acarretará em falta;

II - nas aulas virtuais, apor os dados solicitados e validar, diariamente em sistema automatizado, a sua própria presença utilizando os links de "presença inicial" e "presença final" que serão disponibilizados pelo CRCRJ, no chat, durante a aula, nos seguintes limites de horário:

a) presença inicial da aula: validar a presença dentro dos 45 (quarenta e cinco) minutos iniciais da aula; e

b) presença final da aula: validar a presença dentro dos últimos 15 (quinze) minutos para o término da aula.

III - para fins de presença e posterior liberação do certificado de participação, o sistema irá computar as duas validações "presença inicial" e "presença final", para a presença diária. Caso haja apenas uma validação, somente a presença inicial ou somente a presença final, o sistema, automaticamente, lançará falta;

IV - identificar-se de acordo com solicitação do CRCRJ; e

V - portar-se com urbanidade, bem como não perturbar o bom desenvolvimento da aula sob pena de ser excluído do curso, seja em ambiente virtual ou presencial.

Art. 30. Em caso de descumprimento do inciso V do art. 29, o participante ficará impedido de permanecer no curso e participar em outros cursos no prazo de 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO XI

DA RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPANTES

Art. 31. Cabe, ainda, ao participante dos cursos:

I - zelar por sua reputação pessoal e profissional, respeitando o Código de Ética pertinente à sua formação profissional;

II - utilizar trajes e linguagem adequados quando da participação em cursos, utilizando-se de bom senso, obedecendo ao regulamento de acesso à sede do CRCRJ; e

III - manter relação de cordialidade e respeito com todos, sejam eles professores, alunos, funcionários do CRCRJ, Conselheiros, Delegados e Entidades correlatas etc., durante os eventos realizados com a ferramenta de videoconferência.

Art. 32. Os participantes deverão, ainda, seguir os padrões de conduta estabelecidos e vigentes na Internet, abstendo-se de:

I - violar a privacidade de outros usuários;

II - permitir que outras pessoas utilizem seu acesso ao ambiente virtual de aprendizagem;

III - utilizar qualquer técnica de invasão ao site que viole a segurança do ambiente virtual de aprendizagem e de sites relacionados;

IV - agir conscientemente para destruir arquivos ou programas do ambiente virtual de aprendizagem e de sites relacionados;

V - utilizar os nomes e e-mails dos participantes do curso para fins comerciais;

VI - enviar mensagens que possam ser consideradas obscenas e fora dos padrões éticos e de bons costumes;

VII - estabelecer ambiente cortês, cooperativo e com relacionamento motivacional com todos os usuários do Ambiente Virtual;

VIII - zelar pelo patrimônio tangível e intangível do CRCRJ, bem como a marca, a identidade e os valores institucionais;

IX - preparar o ambiente para participar das aulas virtuais, com a devida atenção para que não aconteçam ruídos e interferências;

X - respeitar o delay, para evitar falar simultaneamente. Ao terminar de falar, esperar uns segundos pela resposta do professor, verificando o recurso "levantar a mão", se disponível; e

XI - utilizar fones de ouvido para evitar que todos os ruídos do ambiente sejam retransmitidos, utilizando ainda o microfone do fone de ouvido, de forma que permita que a comunicação e o entendimento sejam mais nítidos. Quanto ao som do microfone, deverá ser mantido no status "mudo" quando não estiver sendo usado, evitando com isso, o vazamento de ruídos.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33. A divulgação de qualquer material durante a aula, que não seja relacionado à matéria do curso, somente poderá ser feita pelos professores ou participantes após conhecimento e autorização formal do Departamento de Desenvolvimento Profissional.

Art. 34. Todo o conteúdo intelectual discutido durante o uso da ferramenta de videoconferência é de propriedade do CRCRJ, sendo proibida sua gravação e/ou divulgação em qualquer veículo de comunicação, rede social, ou similares sem a prévia e expressa autorização do CRCRJ.

Art. 35. As imagens obtidas durante o uso da ferramenta de videoconferência são protegidas no termo da lei, sendo vedada sua divulgação em qualquer veículo de comunicação, rede social, ou similares sem a prévia e expressa autorização do CRCRJ.

Art. 36. A critério do CRCRJ, o curso poderá ser gravado para fins de controles interno e/ou externo.

Art. 37. O anfitrião/administrador/professor do curso poderá interromper o áudio e/ou o vídeo, e/ou até mesmo excluir do curso o participante que não mantiver o decoro, utilizar de linguagem inadequada ou ofensiva, visando manter a ordem e o bom funcionamento durante as aulas.

Art. 38. O CRCRJ se reserva no direito de recusar a participação de inscritos que não cumpram os requisitos deste Regulamento ou em caso de instabilidade de rede do participante, que possa prejudicar o andamento do curso.

Art. 39. O CRCRJ fica autorizado a utilizar a imagem e áudio do(s) professor(es) e aluno (s), podendo proceder à livre e ampla divulgação desse material, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, ocasionará remuneração ou indenização adicional a quem quer que, eventualmente, venha a reclamar esse uso.

Art. 40. O participante fica impedido de gravar e reproduzir, sob qualquer forma, a aula ministrada, sob pena de responder, civil e criminalmente, perante o CRCRJ e terceiros, nos termos da Lei n° 9.609, de 19 de fevereiro de 1998, por violação da propriedade intelectual e nos termos da Lei, por violação de dados pessoais.

Art. 41. Os casos omissos nesta resolução serão analisados pela Câmara de Desenvolvimento Profissional e enviados à Presidência para decisão.

Art. 42. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 43. Ficam revogadas as Resoluções CRCRJ nº 569, de 29 de março de 2021 e Nº 554, de 24 de agosto de 2020.

Aprovada na 1.188ª Reunião Plenária de 2024, realizada em 15 de abril de 2024.

RAFAEL DA SILVA MACHADO
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO CRCRJ Nº 636, DE 15 DE ABRIL DE 2024

Aprova o Prêmio Profissional da Contabilidade Sônia Regina Cardoso Barbosa de Capacitação e Desenvolvimento. O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Aprovar o Prêmio Profissional da Contabilidade Sônia Regina Cardoso Barbosa de Capacitação e Desenvolvimento.

CAPÍTULO I

DA FINALIDADE

Art. 2º O Prêmio Profissional da Contabilidade Sônia Regina Cardoso Barbosa de Capacitação e Desenvolvimento tem por finalidade valorizar os profissionais da contabilidade e os estudantes de Ciências Contábeis registrados no CRCRJ, pela participação nos cursos oferecidos por este Conselho, incentivando a atualização e a capacitação contínua.

Art. 3º O prêmio será outorgado anualmente, em data a ser definida pela Administração.

CAPÍTULO II

DA SELEÇÃO

Art. 4º Poderão participar todos os profissionais da contabilidade ativos e com situação regular no ano vigente ao prêmio desde que não tenham antecedentes condenatórios nos últimos 5 anos no CRCRJ bem como os estudantes ativos matriculados nos cursos ministrados no CRCRJ.

Parágrafo único. O Prêmio Profissional da Contabilidade Sônia Regina Cardoso Barbosa de Capacitação e Desenvolvimento será outorgado a duas categorias sendo: (i) a dos profissionais de contabilidade e (ii) a dos estudantes, sendo classificados os 3 (três) primeiros de ambas categorias no ranking dos participantes nos cursos do CRCRJ com maior carga horária.

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO

Art. 5º O total da carga horária será o somatório da carga horária de cada curso realizado no período de 02 de janeiro a 31 de outubro de cada ano, zerando a contagem da carga horária para o próximo exercício.

Parágrafo único. Havendo empate, o critério utilizado será a quantidade de cursos concluídos e certificados.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS

Art. 6º O ranking dos participantes nos cursos do CRCRJ por carga horária é uma iniciativa da Câmara de Desenvolvimento Profissional que foi criada para implementar o Programa de Educação Profissional Continuada, avaliar e apoiar a realização de ações que cooperem para o desenvolvimento do profissional da contabilidade entre outras competências normatizadas no Regimento Interno. A intenção é fomentar a participação nas capacitações oferecidas pelo CRCRJ.

Art. 7º Para ficar posicionado no ranking, o participante deverá concluir o curso e ser certificado, conforme normativo próprio dos cursos.

Parágrafo único. Somente será computada a carga horária certificada pelo Departamento de Desenvolvimento Profissional.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Nessa concepção, o Prêmio Profissional da Contabilidade Sônia Regina Cardoso Barbosa de Capacitação e Desenvolvimento é um instrumento de fortalecimento da Educação Profissional Continuada, restando aos professores do CRCRJ e ao Departamento de Desenvolvimento Profissional divulgarem o prêmio aos participantes.

Art. 9º A entrega do certificado será realizada, em ato solene na Plenária ou em cerimônia institucional, aos profissionais da contabilidade e aos estudantes de Ciências Contábeis outorgados.

Art. 10. Os casos omissos e/ou questões não abrangidas pela presente resolução serão dirimidas pela Câmara de Desenvolvimento Profissional vinculada à Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional.

Art. 11. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Aprovada na 1.188ª Reunião Plenária de 2024, realizada em 15 de abril de 2024.

RAFAEL DA SILVA MACHADO
Presidente do Conselho

Anexo I
Termo de Autorização de Uso de Dados

Nome do Profissional da Contabilidade/Estudante: _____.

Número do Registro no CRCRJ/Estudante: _____.

Autorizamos a divulgação e utilização dos dados do estudante e do profissional da contabilidade constantes nos documentos, tais como nomes, imagens, números apresentados, gráficos, dados sobre a participação nos cursos, entre outros dados, no sitio do CRCRJ e/ou nas publicações de responsabilidade deste Regional.

Nos termos da Lei nº 13.709/2018 autorizamos o CRCRJ a análise das informações e documentos encaminhados, declarando-nos ciente de que ao final do processo de premiação, os documentos entregues serão inutilizados e excluídos da base de dados do CRCRJ.

Local e data

Nome e assinatura do Profissional da Contabilidade/Estudante

Número de Registro/cadastro

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 19, DE 3 DE MAIO DE 2024

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do exercício financeiro de 2024 do Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região - Paraíba.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 10ª REGIÃO - CREF10/PB, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o que preceitua a Lei n.º 4.320/64;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 4° da Resolução CREF10/PB 132/2023;

CONSIDERANDO a análise da execução orçamentária, onde foi verificada a necessidade de se proceder com ajustes de dotação orçamentária;

CONSIDERANDO o que deliberou a Diretoria do CREF10/PB em reunião realizada no dia 19 de abril de 2024; resolve:

Art. 1º - Aprovar o pedido de abertura de Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região - Paraíba para o exercício financeiro de 2024, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), tendo como fonte de recursos o superávit financeiro apurado nos Balanços Patrimoniais de exercícios anteriores, conforme demonstrado a seguir:

Projeto: 2010

Descrição 6.2 EXECUÇÃO DA DESPESA 6.2.2 DESPESAS CORRENTES 6.2.2.1 DISPONIBILIDADE DE CRÉDITO 6.2.2.1.01 CRÉDITO DISPONÍVEL 6.2.2.1.01.01 DESPESA CORRENTE 6.2.2.1.01.01.066 DEMAIS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS

VALOR: TOTAL A SUPLEMENTAR: R$ 500.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAULO FERREIRA DA SILVA JUNIOR

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREF8/AM-AC-RO-RR Nº 185, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Dispõe Sobre A Revogação do Anexo I da Resolução do CREF8/AM-AC-RO-RR Nº 175/2023 e Instituição do Novo Anexo I.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 8ª REGIÃO - CREF8/AM-AC-RO-RR, no uso de suas atribuições estatutárias e: Considerando a Lei Federal nº 5.708, de 04 de outubro de 1971, que dispõe sobre a gratificação pela participação em órgãos de deliberação coletiva; Considerando o Decreto nº 5.992/2006, que dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências; Considerando que os mandatos dos Conselheiros integrantes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais são honoríficos, sem vínculo empregatício Considerando a deliberação na 95ª Reunião Plenária Extraordinária do CREF8/AM-AC-RO-RR, realizada em 25 de abril de 2024,resolve:

Art. 1º - Revogar o Anexo I da Resolução CREF8/AM-AC-RO-RR nº 175/2023, publicado no DOU em 18/08/2023.

Art. 2º - Fica instituída o novo Anexo I, que passa a vigorar a partir da publicação desta resolução.

Art. 3º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria ad referendum do Plenário do CREF8.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LYNDON JOHNSON DE AZEVEDO FURTADO

ANEXO I
TABELA I: Dos valores da diária

Classificação do Cargo/Emprego/Função	Deslocamentos para Brasília/ Rio de Janeiro/ São Paulo	Deslocamentos para outras capitais de Estados	Demais deslocamentos
Conselheiros, integrantes do quadro de pessoal do CONFEF e representantes e/ou colaboradores eventuais.	R$ 920,00	R$ 822,00	R$ 726,00

TABELA II: Dos valores do Jeton

Valor	R$ 411,00

TABELA III: Dos valores do Auxílio-Representação

Classificação do Cargo/Emprego/Função	Valor
Conselheiros, Profissionais colaboradores - não Conselheiros	R$ 411,00

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SANTA CATARINA

DECISÃO COREN/SC Nº 10, DE 26 DE MARÇO DE 2024

A Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren/SC), juntamente com a Secretária, no uso de suas atribuições legais e regimentais conferidas pela Lei nº 5.905 de 12 de julho de 1973, bem como pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Decisão Coren-SC nº. 073/2021 e homologado pela Decisão Cofen nº 008/2022 e;

Considerando que o artigo 12 da Lei nº 5.905/1973 dispõe que os membros dos Conselhos Regionais de Enfermagem e respectivos suplentes serão eleitos por voto pessoal secreto e obrigatório em época determinada pelo Conselho Federal em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Considerando que o pleito do ano de 2023 para Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem ocorreu nos dias 01 e 02 de outubro e foi organizado pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) que disponibilizou o site www.votaenfermagem.org.br para a votação;

Considerando que o parágrafo 2º do artigo 12 da Lei nº 5.905/1973 estabelece que o eleitor que deixar de votar, sem justa causa, incorrerá em multa na quantia equivalente ao valor atualizado da anuidade de seu quadro profissional.

Considerando que de acordo com o Código Eleitoral do Sistema Cofen/Conselhos de Enfermagem aprovado pela Resolução Cofen nº 695/2022, o profissional de Enfermagem terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da realização do pleito.

Considerando que o prazo para a justificativa eleitoral se encerra em 29 de março de 2024;

Considerando, por fim, a deliberação do Plenário do Coren-SC em sua 633ª Reunião Ordinária; decide:

Art. 1º Validar todas as justificativas eleitorais dos profissionais de Enfermagem dos Quadros I, II, III e IV, encaminhadas ao Coren-SC até o dia 29 de março de 2024.

Parágrafo Único - As justificativas de ausência de voto são aquelas enviadas ao Cofen no site: www.votaenfermagem.org.br e no site do Coren-SC www.corensc.gov.br.

Art. 2º Os profissionais com inscrição ativa que não justificaram a ausência no pleito eleitoral no prazo definido no artigo 1º, receberão multa a ser lançada no exercício financeiro de 2024, em até 150 dias após a homologação da Decisão Coren-SC pelo Cofen. O valor corresponderá à anuidade prevista no exercício de 2024, inclusive para efeito de correção e aplicação de encargos em caso de não pagamento na data prevista.

§1º Ao profissional que possuir mais de uma inscrição, será aplicada a multa na categoria que corresponda à anuidade lançada no exercício 2024;

§2º Não haverá aplicação da multa eleitoral aos profissionais que cancelaram, remiram ou transferiram sua inscrição após a data de corte para envio dos nomes aptos a votar estipulada pelo Conselho Federal de Enfermagem, ou seja, 01 de setembro de 2023 e até a data de emissão dos boletos para envio após a homologação do Cofen.

Art. 3º Esta decisão entrará em vigor após homologação pelo Conselho Federal de Enfermagem.

MARISTELA A. DE AZEVEDO
Presidente do Conselho

SILVANA ALVES BENEDET O. RODRIGUES
Primeira Secretária

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 16 REGIÃO

ACÓRDÃO PED Nº 10/2021

Processo Ético-Disciplinar Nº 10/2021. Representantes (a): T.S.S. e outros. Representado: G.A.M.A

Processo Ético-Disciplinar nº 010/2021. Ementa: a) acusação de assédio moral não comprovada; b) colaboração para fraude documental/enriquecimento ilícito não comprovada; c) Falta de respeito e urbanidade com colegas de profissão fisioterapeuta por via eletrônica.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 010/2021, em que é denunciado o profissional fisioterapeuta G.A.M.A, adotado o voto da Relatora, Dra. Louise Aline Romão Gondim, que passa a fazer parte do presente: Acordam os Conselheiros do CREFITO-16, por unanimidade, em sua 4ª Reunião Plenária de 2024, pela aplicação da penalidade de advertência em ofício reservado. Fica designada para elaboração do acórdão a Conselheira Dra. Louise Aline Romão Gondim.

São Luís/MA, 25 de abril de 2024.
LOUISE ALINE ROMÃO GONDIM
Relatora

ACÓRDÃO PED Nº 8, DE 25 DE ABRIL DE 2024

Acórdão Processo Ético-Disciplinar Nº 8/2024. Requerido (a): J.C.G.S.

Processo Ético-Disciplinar nº 008/2024. Ementa: a) ausência de registro de local de atendimento junto ao conselho.

Vistos, relatados e discutidos estes autos do processo ético-disciplinar nº 008/2024, em que é denunciada a profissional fisioterapeuta J.C.G.S, adotado o voto do Relator, Dr. Jorge Roberto Baldez Cutrim, que passa a fazer parte do presente: Acordam os Conselheiros do CREFITO-16, por unanimidade, em sua 4ª Reunião Plenária de 2024, pela aplicação da penalidade de advertência em ofício reservado. Fica designada para elaboração do acórdão ao Conselheiro Dr. Jorge Roberto Baldez Cutrim.

JORGE ROBERTO BALDEZ CUTRIM
Relator

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO CREMERJ Nº 354, DE 16 DE ABRIL DE 2024

Dispõe sobre a criação da Comissão CREMERJ Mulher.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, alterada pela Lei Federal nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, alterado pelo Decreto nº 10.911, de 22 de dezembro de 2021;

CONSIDERANDO que nos últimos onze anos, o número de médicas no Brasil quase dobrou- em 2011, o Brasil tinha 141 mil médicas, e, em 2022, esse número aumentou para 260 mil, e que o estudo "Demografia Médica no Brasil 2023" estima que até 2024 as mulheres serão maioria entre os médicos do país, cerca de 50,2%, com previsão de crescimento de 118% para médicas contra 62% para médicos, entre 2023 e 2035;

CONSIDERANDO a necessidade de criação de rede de apoio institucional para acolher médicas durante a gestação e licença maternidade;

CONSIDERANDO que se deve estimular maior participação das médicas nas Diretorias Executivas das Entidades Representativas e em movimentos associativos, visando equidade de direitos e remuneração em diversos aspectos da carreira médica;

CONSIDERANDO, finalmente, a deliberação na 47ª Sessão Plenária do Corpo de Conselheiros do CREMERJ, realizada em 16 de abril de 2024; resolve:

Art. 1º - Criar a Comissão Cremerj Mulher que atuará nas questões envolvendo as atividades médicas nas Unidades de Saúde do Estado do RJ, promovendo ações educativas sobre saúde da médica e sobre assédio além da promoção da melhoria na saúde integral das médicas aprimorando suas condições de trabalho.

§1º Participarão inicialmente da Comissão as seguintes conselheiras: Ana Cristina Baptista da Silva Figueiredo, Beatriz Rodrigues Abreu da Costa, Célia Regina da Silva, Gláucia Maria Moraes de Oliveira, Katia Telles Nogueira, Mariangela Barbi Gonçalves, Renata Christine Simas de Lima, Zelina Maria da Rocha Caldeira, além de outras médicas a serem convidadas, que deverão ter seus nomes aprovadas na plenária do CREMERJ. Pretende-se criar eixos temáticos para o desenvolvimento de ações, aprovadas pelos membros da Comissão, que serão realizadas segundo cronograma a ser determinado.

§2ª A comissão será inicialmente coordenada pela Conselheira Gláucia Maria Moraes de Oliveira, devendo haver rodízio no cargo pelas demais conselheiras no prazo a ser determinado

Art. 2º É objetivo principal da comissão estabelecer grupo permanente de discussão que assuma um papel de liderança nas políticas de saúde no Rio de Janeiro para proporcionar aos gestores uma compreensão abrangente sobre a relevância de implementar política de saúde integral para as médicas, assegurando o equilíbrio entre bem-estar físico, mental e social, adotando práticas preventivas contra doenças e valorizar a atuação da mulher na medicina.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da Publicação.

WALTER PALIS VENTURA
Presidente do Conselho

RICARDO FARIAS JUNIOR
Primeiro Secretário

CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 178, DE 11 DE ABRIL DE 2024

Altera o art. 13º da Resolução nº 177, de 07 de fevereiro de 2024 do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Paraná, publicada no Diário Oficial da União em 19/02/2024.

O DIRETOR PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS NO ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, alterada pela Lei n.º 8.420, de 8 de maio de 1992, e pelo Regimento Interno do CORE-PR; resolve:

Art. 1º - O art. 13º da Resolução nº 177, de 07 de fevereiro de 2024 do Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação: "CAPÍTULO III - DESLOCAMENTO - Art. 13º - para deslocamento de conselheiros, empregados e colaboradores, em que não haja a emissão de passagens aéreas e terrestres, haverá reembolso das despesas de: a) Pedágio e combustível, quando utilizado veículo alugado pelo CORE-PR; b) Pedágio e combustível, quando utilizado veículo próprio do beneficiário, além de indenização correspondente a 20%(vinte por cento) do valor do litro do combustível, por quilômetro efetivamente rodado, valor esse a ser apurado através das notas fiscais apresentadas para indenização; Parágrafo Único - As despesas de que tratam as alíneas a e b do parágrafo anterior serão comprovadas mediante apresentação de nota fiscal ou recibo discriminando os serviços prestados, sem emendas ou rasuras. c) Até a contratação de uma empresa que forneça serviços de cartão para abastecimento, os conselheiros, diretores, empregados e colaboradores que se deslocarem com carros locados pelo CORE-PR, deverão apresentar uma estimativa prévia de gastos com combustível e, posteriormente, prestar contas com as notas fiscais dos custos, acompanhados do relatório de viagem; d) Será concedido aos diretores, conselheiros, funcionários e colaboradores que, a serviço, deslocarem-se dos seus domicílios ou da sede respectiva, em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, adicional de deslocamento no valor de R$250,00(duzentos e cinquenta reais), destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque, e do local de desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa. Parágrafo Único - O adicional de deslocamento não será devido nos casos de utilização de veículo oficial ou de meio próprio de locomoção.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação e, respeitando-se a Legislação pertinente do tema do Conselho Federal dos Representantes Comerciais.

PAULO CÉSAR NAUIACK
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 6ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CRESS Nº 7.888, DE 25 DE MARÇO DE 2024

Dispõe sobre o reordenamento dos cargos de Conselheiras/os no âmbito do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais/MG.

O Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições Legais e Regimentais, e: CONSIDERANDO a homologação do resultado final das eleições do CFESS, dos CRESS e Seccionais para a Gestão 2023/2026, por meio da Resolução CFESS n° 1.032, de 02 de maio de 2023; CONSIDERANDO o Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS Resolução CFESS nº 469/05 e o Regimento Interno do CRESS 6ª R., Resolução CFESS nº 470/05; CONSIDERANDO o pedido de licença do conselheiro Mauri de Carvalho Braga CRESS 10.219, pelo período de 30 dias; CONSIDERANDO o pedido de retorno da licença das conselheiras Crislaine Cristina Nascimento Flauzino CRESS 21.462 e Paula Luísa Rodrigues Dutra CRESS 22.218; CONSIDERANDO a aprovação ad referendum do próximo Conselho Pleno, impõe-se a recomposição dos cargos.

O Presidente do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS- 6ª Região/MG, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º. O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região, em Minas Gerais, passa a ter a seguinte composição: DIRETORIA: Presidente: Cláudio Henrique Miranda Host CRESS 25.876; Vice-Presidente: Gláucia de Fátima Batista CRESS 2.498; 1º Secretário: Maicom Marques de Paula CRESS 10.193; 2º Secretária: Thaíse Seixas Peixoto Carvalho CRESS 8.475; 1º Tesoureiro: Fábio Cândido Borges CRESS 13.517; 2ª Tesoureira: Corina Aparecida de Paiva Vidal CRESS 5.613. CONSELHO FISCAL: Presidente: Cecília Duguet Pinheiro Mageste CRESS 28.825; 1ª Vogal: Luciana Soares de Barros Alcântara CRESS 16.585; 2ª Vogal: Juliana de Almeida Evangelista Barone CRESS 24.559. SUPLENTES: Márcia Alaíde Ribeiro Sacramento CRESS 2.252; Crislaine Cristina Nascimento Flauzino CRESS 21.462; Micheline Pires Sampaio CRESS 4.176; Sandra Eliana da Silva Limonta CRESS 3.379; Klauze Silva CRESS 4.609.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

CLÁUDIO HENRIQUE MIRANDA HORST